Centro
de Referência
Paulo Freire

Este documento faz parte do acervo do Centro de Referência Paulo Freire

acervo.paulofreire.org

InstitutoPauloFreire

MOACIR GADOTTI
OTAVIANO PEREIRA

PRA QUE PT

Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores

CORTEZ EDITORA

PRA QUE PT

Dados de Catalogação na Publicação (CIP) Internacional
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Gadotti, Moacir, 1941-
Pra que PT : origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores / Moacir Gadotti, Otaviano Pereira. -- São Paulo : Cortez, 1989.

Bibliografia.
ISBN 85-249-0207-8

1. Partido dos Trabalhadores - Brasil I. Pereira, Otaviano. II. Título.

89-1601 CDD-324.281

Índices para catálogo sistemático:

1. Partido dos Trabalhadores : Brasil 324.281

MOACIR GADOTTI
OTAVIANO PEREIRA

PRA QUE PT

Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores

Prefácio de

José Dirceu de Oliveira e Silva

Posfácio de

José Genoíno Neto

CORTEZ EDITORA

PRA QUE PT. Origem, projeto e consolidação do Partido dos Trabalhadores
Moacir Gadotti e Otaviano Pereira

Capa: ilustração: Milton José de Almeida
arte-final: Maria Regina Da Silva
Coordenação editorial: Ana Cândida Costa
Revisão: Ana Maria Lébeis, Ana Maria Barbosa, Carmem T.S. da Costa, Josephine S. Hernandez, Maria de Fátima Cavallaro, Márcia Longo
Supervisão editorial: Antonio de Paulo Silva

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida
ou duplicada sem autorização expressa dos autores
e do editor.

© 1989 by Autores

Direitos para esta edição
CORTEZ EDITORA
Rua Bartira, 387 – Tel.: (011) 864-0111
05009 – São Paulo – SP

Impresso no Brasil – 1989

ÍNDICE

Apresentação 9
Prefácio. José Dirceu de Oliveira e Silva 11

Capítulo I

ORIGENS

1. *O que NÃO É o Partido dos Trabalhadores* 15
   1.1. O PT não é um partido exclusivamente operário 15
   1.2. O PT não é um partido PARA os trabalhadores 16
   1.3. O PT não é um partido de patrões 19
2. *O que É o Partido dos Trabalhadores* 20
   2.1. Lula e as origens do PT 20
   2.2. Trabalhador: protagonista do novo partido 23
   2.3. Intelectuais, sindicalistas, militantes ... mais um pouco de História 26
   2.4. As "certidões de nascimento" do PT 31

Capítulo II

ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

1. *Breve história da organização oficial do PT* 49
2. *Documentos oficiais básicos do Partido dos Trabalhadores* 52
   2.1. Manifesto 52
   2.2. Programa e Plano de Ação do Partido dos Trabalhadores .. 57
   2.3. Discurso na Primeira Convenção Nacional 63
3. *Órgãos do partido e comunicação interna e externa* 73
4. *Organograma Nacional do PT* 76

Capítulo III

O PT E A ÉTICA

1. *Ética e revolução* 78
2. *Algumas considerações de ética interna* 79

2.1. As direções, os quadros, os militantes 80
2.2. As idéias, as divergências, os valores burgueses 81
2.3. A solidariedade 83

Capítulo IV

BANDEIRAS DE LUTA E PROJETO POLÍTICO

1. *A emergência de emancipação dos trabalhadores a partir de um PROJETO POLÍTICO das classes dominadas* 84
1.1. Formas organizativas de luta 86
1.2. Qual socialismo? Questão permanentemente colocada 87
1.3. Quais alianças? 89
1.4. A luta pelas eleições diretas 90
1.5. A luta pela participação popular na Constituinte 92
2. *Um PROJETO ECONÔMICO a favor da classe trabalhadora* .. 94
2.1. Soberania nacional, dívidas interna e externa, arrocho salarial, inflação, impostos, nacionalização de bancos e empresas 95
3. *Um PROJETO SOCIAL sob o comando dos trabalhadores* 102
3.1. Quarenta horas semanais, estabilidade, trabalho para todos 102
3.2. Reformas agrária e urbana 103
3.3. Moradia, saúde e outras bandeiras 104
4. *O PROJETO POLITICO do PT* 105

Capítulo V

CRISE E RENASCIMENTO: O V ENCONTRO NACIONAL

1. *Objetivo estratégico do PT: o socialismo* 132
2. *O PT: um partido de núcleos* 138
3. *A questão das tendências: Índice de vida política* 143
3.1. Riqueza de siglas 144
3.2. A regulamentação 146
3.3. Resolução sobre tendências 147
3.4. Resolução sobre proporcionalidade 149

Capítulo VI

POLÍTICAS SETORIAIS

1. *Política sindical* 152
1.1. Linha sindical do PT 152
1.2. O PT e a CUT 157
2. *Política agrária* 164
2.1. A terra, o homem, a produção 165
2.2. A reforma agrária na ótica do Partido dos Trabalhadores .. 171

3. *Política cultural* 176
3.1. O PT deve ter uma política cultural 179
4. *Política ecológica* 181
4.1. O movimento ecológico fora do PT 182
4.2. As correntes do movimento ecológico 183
4.3. Aliança estratégica com o PV na luta ecológica e ecopolítica 185
4.4. O ecossocialismo: marca do PT 187
5. *Política educacional* 189
5.1. Construindo a educação pública popular e socialista 191
5.2. Princípios e propostas 192
6. *Política de apoio à luta dos negros* 197
6.1. Documento: a questão da mulher negra 198
7. *Política de formação política* 200
7.1. Instrumentos de formação 207
7.1.1. Institutos e fundações para formação política 208
A. Instituto Cajamar (Inca) 208
B. Fundação Wilson Pinheiro (FWP) 210
C. Fundação Nativo da Natividade (FNN) 212
8. *Política de saúde* 216
8.1. Caracterização geral 216
8.2. Direito de assistência à saúde 219
8.3. Organização dos serviços de saúde 219
8.4. As questões do acesso e da qualidade 222
8.5. Questão da participação popular 222
8.6. Trabalhadores da área de saúde 223
8.7. Ensino e pesquisa 223
8.8. Equipamentos e medicamentos 223
8.9. Financiamento 224

Capítulo VII

LUTA ELEITORAL

1. *O PT e a luta parlamentar* 225
1.1. O PT e o Parlamento 226
2. *1982: o PT já vai às urnas* 229
2.1. Carta eleitoral do Partido dos Trabalhadores 231
3. *A política de alianças do PT e as resoluções do V Encontro: um impasse resolvido* 239
4. *As campanhas de 1982, 1985, 1986 e 1988* 245
4.1. As campanhas políticas como forma de organização e luta . 245
4.2. A campanha de 1982 246
4.2.1. O voto útil 248
4.3. A campanha de 1985 251
4.4. A campanha de 1986 253
4.4.1. 1986: ano da tentativa de desestabilização do Partido dos Trabalhadores 254

4.4.2. Novos impasses do partido 258
4.4.3. Os números da campanha de 1986 259
4.4.4. A questão do quociente eleitoral 264
4.5. Eleições municipais de 1988 265
4.5.1. O crescimento do PT e as explicações cabalísticas ... 265
4.5.2. O sentido da vitória do PT 267
4.5.3. Os dados do crescimento 269

Capítulo VIII

ADMINISTRAÇÃO POPULAR PETISTA

1. *O Partido dos Trabalhadores e os movimentos populares* 278
1.1. Os conselhos populares e a cara do PT 282
2. *A participação popular e a administração petista*: uma contribuição do 4.º Encontro Municipal do PT-SP, realizado em maio de 1989 286

Capítulo IX

A LUTA PARLAMENTAR: O PT NA CONSTITUINTE

1. *O PT na Constituinte* 297
2. *A Constituinte que o PT queria* 299
2.1. O projeto de Constituição do PT 301
3. *O PT como vanguarda na Constituinte* 303
3.1. As emendas do PT ao Projeto de Sistematização 304
4. *Dizer não à Carta e assiná-la: um dilema do PT* 309
4.1. A posição final 311
5. *As conquistas populares na Constituinte* 512

Capítulo X

UM PLANO PARA O BRASIL

1. O plano econômico alternativo de emergência 319
2. Diretrizes para a elaboração do programa de governo 322
3. Treze pontos para um governo democrático e popular 325
4. O VI Encontro Nacional e as bases do Plano Alternativo de Governo da Frente Brasil Popular 330

Posfácio: Um projeto socialista ainda em construção — José Genoíno Neto 356

Fontes Bibliográficas 363

Ao companheiro
Apolônio de Carvalho,
itinerante de utopias passadas e presentes,
a gratidão dos trabalhadores.

"O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores."

Carta de Princípios do PT,
1.º de maio de 1979.

APRESENTAÇÃO

Dez anos de luta para construir um partido socialista com base popular

Os documentos básicos do Partido dos Trabalhadores, oficiais ou "textos para debate", já são do conhecimento dos filiados e militantes e vêm acompanhando, nesses dez anos de existência, uma trajetória que começa logo após as eleições de 1978 e, no ano seguinte, com o lançamento do movimento pró-PT.

Entretanto, ainda não existe uma publicação sistematizada que apresente organicamente esta evolução do partido, situando historicamente esses documentos e contando, ao mesmo tempo, a história da sua construção.

Emir Sader, organizador de uma coletânea de artigos sobre o PT com o título *E agora PT: caráter e identidade*, publicado em 1986, já afirmava que era urgente o partido elaborar a "teoria de sua prática". Cremos que, internamente, essa publicação, de caráter introdutório e documental, venha também dar uma pequena contribuição a essa tarefa.

A finalidade deste livro é sobretudo dar a conhecer o PT à grande maioria dos trabalhadores que ainda não tiveram essa oportunidade. Ele se dirige, portanto, mais para fora que para dentro do partido.

Quanto à escolha dos documentos, ela recaiu basicamente sobre aqueles que consideramos mais representativos do pensamento petista oficiais ou não, e que expressam o compromisso fundamental do partido, suas propostas, programas e princípios em direção ao objetivo básico que é a conquista, pelos trabalhadores, de uma sociedade socialista e democrática. Isto não significa, porém, que aqui todos os documentos significativos do PT tenham sido incluídos. Pode ser que o militante registre a ausência de algum texto que, segundo sua ótica pes-

soal, não poderia faltar num livro da natureza e abrangência deste. A própria dinâmica dos trabalhos pode oferecer lacunas, mas isto não implica necessariamente intenção declarada dos autores em privilegiar suas escolhas. Da mesma forma, alguns documentos não foram incluídos em sua totalidade devido sua extensão, o que, além de onerar os custos de composição do livro, torna-lo-ia repetitivo.

Assim sendo, os autores estão cientes de que assumiram o risco de cometer lacunas, inerentes ao desafio de apresentar sucintamente uma história que já alcança dez anos de luta. Cremos, porém, que, apresentando-o à discussão e à crítica, este livro poderá ser um instrumento a mais na luta pela construção do partido e da nova sociedade.

Achamos conveniente lançar mão de material de campanhas de domínio público, pertencente a diversos diretórios, para ilustrar o texto.

Agradecemos à Fundação Wilson Pinheiro pela autorização de inserir aqui algumas das fotos pertencentes à sua mapoteca, oriundas de várias fontes identificadas quando foi possível.

Para a elaboração deste livro contamos com a colaboração de muitos companheiros. Agradecer a todos seria demasiado extenso. Destacamos a colaboração de Alberto Damasceno, Maria Selma de Moraes Rocha e Regina Melão, a quem somos cordialmente gratos.

OS AUTORES

PREFÁCIO

José Dirceu de Oliveira e Silva

Diretório PT-ES

Este livro representa bem o PT. Não surge dentro do partido e não é oficial. Não foi feito pela direção e não passou pelas instâncias para obter o beneplácito dos "chefes" do partido. Não tem que estar de acordo com a "doutrina".

Isto acontece porque é um livro sobre o PT, um partido que nasceu exatamente para superar o dogmatismo e as cúpulas partidárias e ser um instrumento democrático para a luta política e social dos trabalhadores, da classe trabalhadora.

O grande desafio do PT era e é a organização dos trabalhadores, o que significa a construção de um projeto político onde o trabalhador, e sua classe, exerçam o governo e organizem a sociedade, a produção e a distribuição da riqueza social.

Uma revolução política e cultural é, portanto, condição para que o projeto do PT seja uma realidade. Levar cada cidadão trabalhador à luta social e à participação política. Organizar associações, sindicatos, desenvolver formas de luta e defender reivindicações. Democratizar a sociedade.

O PT, porém, não surge apenas para defender os interesses e as reivindicações dos trabalhadores, veio para lutar pelo poder. E não se constrói um partido sem um programa, e não se chega ao poder sem força social e política.

Para o PT sempre foi um objetivo o de que os trabalhadores "aprendessem" a arte da política, de governo e da administração, superassem a fase da história do Brasil, onde os trabalhadores só eram chamados para votar, nos outros, quando

existiam eleições. Para o PT o trabalhador não deve apenas votar, deve também ser votado, ser eleito, governar.

No entanto, não basta aprender a fazer política, é preciso revolucionar a política para transformar a sociedade. A arte de fazer política tem que ser um ato coletivo e democrático e o governo tem que ser ético, para a sociedade.

Sem máscaras e mentiras, como partido democrático e socialista, o PT introduziu na política brasileira, no governo, na luta de classes e nos interesses dos trabalhadores, a transparência e o realismo, dos fatos sociais, da ética e da democracia. Não esconde seus objetivos e nem os interesses que defende, não tem segredos e não concilia com a hipocrisia e a traição ou com o adesismo, tão ao gosto dos profissionais da política brasileira.

Não podem prevalecer no PT, os interesses personalistas, eleitoreiros e o carreirismo, nem o corporativismo. O PT não acredita nas elites e nem nos "salvadores da pátria" e sim na força organizada da sociedade e na política democrática, no governo com programa e nos partidos, nas eleições e na luta social.

Saindo de sua fase de partido da resistência, o PT se encontra hoje frente ao desafio de ser uma alternativa de poder. Para isso desenvolve uma política de alianças e trabalha em um plano de governo, já que não governará apenas para a classe trabalhadora.

Nas condições brasileiras, criar um partido de trabalhadores, enfrentar o preconceito, a ditadura e o poder econômico, já é em si um fato revolucionário. No entanto o ato de fazer política representa, em nosso país, uma ruptura com a ignorância e a passividade social, tão ao gosto das elites dominantes.

Esta revolução cultural é condição para romper as velhas estruturas de dominação política e as "novas repúblicas", cidadelas dos privilégios e da concentração do poder econômico e cultural nas mãos de uma minoria.

No dia-a-dia deste desafio, milhares de petistas foram, nos últimos anos e às vezes sem o perceber, construindo uma ética e um modo de vida, o petismo. Envolvidos na luta contra a ditadura, na campanha das "Diretas-Já", na Constituinte, nas lutas sindicais e populares, no parlamento e no governo das prefeituras petistas, não tiveram tempo para escrever sua própria história. E isso é grave.

Este livro cumpre o papel de colocar à disposição dos não petistas e também dos petistas — já que, sem recursos, o próprio PT sequer publicou seus documentos históricos — um

conjunto de documentos e fatos sobre a origem, o crescimento, as crises e os desafios do PT.

Para nós que acreditamos na democracia e no pluralismo, nosso partido está, e sempre estará, aberto à crítica e ao debate, o que não nos impede de defender o PT contra seus inimigos e detratores de sempre. Por isso este livro tem que servir também à crítica de nossos atos e propostas, principalmente entre os próprios petistas.

Esperando que seja um instrumento para que a sociedade entenda melhor o PT e suas propostas e uma ferramenta para que cada petista repense seu partido e sua prática política, saudamos a iniciativa.

Com a crença de que o resgate crítico da história recente de nosso país — e o PT já é História — é condição para sair da atual crise e que sem os trabalhadores não haverá saída para o Brasil do século XXI, convidamos os leitores a essa viagem, a um sonho, a uma esperança: o PT e sua estrela solitária.

CAPÍTULO I

ORIGENS

Diretório PT-ES

1. O que NÃO É o Partido dos Trabalhadores

1.1. O PT não é um partido exclusivamente operário

A partir de meados da século XIX, na Segunda Revolução Industrial, experiências acumuladas de luta conduziram o operariado europeu (e norte-americano) à busca de suas emancipações, num período de inegável importância para a História Moderna. Tais experiências levaram também à criação de partidos ligados às militâncias de fábricas, minas, estaleiros etc., fortemente centralizados na figura do macacão operário (marxismo, anarco-sindicalismo...), em paralelo com também importantes experiências camponesas. Não é por menos que o símbolo universalmente consagrado do comunismo internacional é o da foice e o martelo entrecruzados. A Rússia adaptou este símbolo em sua bandeira sobre o pano vermelho, cor preferida dos russos, tradicionalmente, e de Marx, particularmente.

Na América Latina, em sua tardia industrialização, já neste século, notadamente, muitos países seguiram a orientação de criar um "partido *obrero*" (ou uma "central *obrera*"), como a Bolívia, a Argentina, o Chile etc., ou partidos de vínculos exclusivamente camponeses.

O Brasil já teve ligas camponesas, partidos comunistas, dissidências e novos partidos daí decorrentes, alianças nacionais... mas nunca um partido exclusivamente operário ou camponês.

Não tendo como símbolo nem a foice e o martelo, nem a mão direita com punho cerrado, nem a rosa aberta... mas uma estrela, o PARTIDO DOS TRABALHADORES não veio dar seguimento a lacunas não preenchidas de nossa história. Disso resulta que nem cabe ao PT dizer-se herdeiro mais legítimo ou menos legítimo da História e das lutas nela empreendidas, nela travadas, de seus fracassos e avanços, nem por outro lado, a nenhum segmento de classe cabe o privilégio de dizer: somos criadores do PT, somos "donos" do PT, porque fomos nós que o imaginamos desde o início etc. Ainda que tenha surgido num momento histórico em que as greves metalúrgicas do maior parque industrial da América Latina punham em xeque o regime ditatorial militar pós-64. O PT é um instrumento de classe e não é de ninguém; o que o PT pretende, isto sim, é uma imaginação de todos, desde que a luta de classes iniciou-se no Brasil. E a estrela do PT, desde que surgiu como símbolo, adquire um significado não só político — no sentido estreito da palavra e do símbolo —, mas positivamente utópico e poético, de tênue luminosidade na escuridão da noite em que surgiu em vista do raiar da aurora de uma nova sociedade que todos queremos. O PT é de TODOS OS TRABALHADORES comprometidos com o sonho (por que não?) de uma sociedade no mínimo mais justa e igualitária: operários, camponeses, estudantes, jovens, velhos, padres, comerciantes, mulheres, donas de casa, artistas, professores, médicos... Partido da classe trabalhadora. Não só do operariado urbano.

1.2. O PT não é um partido PARA os trabalhadores

Desde o final do Império e a Primeira República (1889-1930), a política brasileira viveu experiências que oscilaram entre a proclamação dos princípios liberais e o conservadorismo monárquico (duas faces de uma mesma moeda) e, a partir daí, muitas alianças liberal-burguesas que transavam, tramitavam ou mesmo conspiravam um jogo político de cima para baixo — sejam as experiências urbanas da política do "terno e gravata", verbosa e demagógica; sejam as experiências rurais do coronelismo (chefes políticos aliados às oligarquias estaduais ou federais), essencialmente paternalistas e autoritárias; sejam as experiências militares ou paramilitares, como o tenentismo da década de 20, com suas marchas e contramarchas até diluir-se, em autêntica exaustão histórica, por falta de um projeto mais consistente. Experiências religiosas, notadamente messiânicas,

com fortes conotações políticas, embora diferentes do tenentismo, como em Canudos, no Estado da Bahia (1893-1897), ou no Contestado, no Estado de Santa Catarina (1912-1916) — este um movimento camponês e paramilitar que propunha a volta à monarquia —, ou ainda em Juazeiro, no Nordeste (1911...) — outra experiência messiânica que fez do padre Cícero um carismático defensor das oligarquias das lavouras e engenhos da região, como a família Accioli, que apadrinhava em troca de favores, entre outros movimentos de menor destaque.

A Primeira Grande Guerra trouxe ao Brasil um contingente extraordinário de imigrantes — sobretudo a mão-de-obra operária, que logo engrossaram as fileiras da industrialização nascente, concentrada quase toda em São Paulo — e, com estes, o florescimento da organização operária brasileira. No marco da influência e do clima operário nascente é que se deu a criação do Partido Comunista Brasileiro (PCB), já em 1922, de inegável importância para o recrudescimento da consciência operária brasileira.

A quase imediata crise internacional do capitalismo financeiro em 1929, entretanto, mudaria os rumos da industrialização no Brasil. Aliado a isto, o estiolamento da chamada Primeira República e o início de uma revolução sócio-econômica estrutural na sociedade brasileira, que possibilitaram tornar o movimento operário e popular mais forte e coeso a partir da nova correlação de classes, já nos primeiros anos da chamada República Nova ou Segunda República, dos anos 30 em diante. Exatamente no triênio de 1933 a 1935 as antigas oligarquias agroexportadoras impuseram as novas regras para as correlações de forças sociais e o país entrou em acelerado processo de urbanização e modernização. O Brasil começava a deixar de ser um país essencialmente rural.

Ex-tenentes reformistas ou com tendências esquerdizantes, liberais alijados do esquema governamental, comunistas, socialistas, líderes sindicais, entre outros, criaram o primeiro movimento nacional de massas, centrado na ANL (Aliança Nacional Libertadora), inspirada nas Frentes Populares antifascistas e antiimperialistas da Europa, rompendo velhos esquemas de partidos então dominados pelas oligarquias estaduais ou regionais. Foi um movimento amplo, de intensa adesão popular, com objetivos democráticos e nacionalistas, mas, no frigir dos ovos, um movimento de cunho reformista, surgido ainda de cima para baixo e sob o marco do "endeusamento" de lideranças políticas.

Com a ditadura getulista do Estado Novo de 1937 e os quarenta anos posteriores, passando, portanto, pelo golpe militar de 1964, a República Nova viveu uma seqüência de avanços e retrocessos, impasses, fechamentos, distensões, populismos, ideologias desenvolvimentistas, golpes, contragolpes, cassações, clandestinidades e várias experiências de resistências civil em diversos setores sociais.

Do ponto de vista operário e popular, a era Vargas — em suas duas fases: a ditadura de 1937 a 1945 e a gestão de 1950 a 1954 — nos legou o trabalhismo. No intervalo entre a queda em 1945 e a volta ao poder em eleições livres em 1950, Getúlio Vargas soube jogar politicamente, vestindo as camisas de todas as classes e criando dois partidos: o PSD e o PTB. Este último, exclusivamente para "abrigar" a classe trabalhadora na campanha contra o conservadorismo ainda semi-oligarca da UDN, seu maior rival.

Com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), os trabalhadores, que já tinham recebido do "pai dos pobres do Brasil" outros presentes — como o salário mínimo, a CLT e o sindicalismo corporativista inspirados na Carta del Lavoro do fascismo italiano... —, receberam então, pronto, um partido próprio e livre. Não um partido criado pelos "trabalhadores do Brasil", mas um partido criado PARA eles, também de cima para baixo, com nítido objetivo colaboracionista atrelado ao esquema populista de campanhas e de governo.

O trabalhismo frutificou no Brasil e fez outros líderes, mesmo no período pós-ditatorial, quando se esvaiu e se desarticulou historicamente no binômio ARENA-MDB, ainda que uma disputa de sigla e de lideranças tenha levado recentemente a uma dissidência. Com isto o PTB se distanciou de seus objetivos originais e dele apareceu o PDT, novo herdeiro do trabalhismo, um trabalhismo mais modernizado, mais à esquerda e de inspiração social-democrata.

Quanto aos comunistas brasileiros, quando não articulavam alianças, deixando nelas diluir suas propostas radicais à esquerda — como o fizeram no apoio a Getúlio Vargas em 1949/1950 —, caíam na clandestinidade ou até partiam para experiências paralelas, paramilitares, de guerrilhas rurais ou urbanas, táticas extremadas de "assalto ao poder" que corroboraram ainda mais para aprofundar as dissidências já experimentadas pelas duas siglas dentro da ditadura.

O Partido dos Trabalhadores, todavia, não surge de nenhuma dessas experiências históricas. Nem comunista, em que

pese a importância inegável dos Partidos Comunistas de 1922 e 1962, muito menos trabalhista, quando um partido foi "doado" aos trabalhadores em troca de votos e prestígio. É oportuno lembrar que o PT desde suas origens rompe com a estrutura sindical vigente, como a CLT — e as greves bem o demonstraram — e ao mesmo tempo nega os partidos oficiais ou clandestinos — como o PC e PC do B. Exemplo disso é o convite feito a Lula para participar do Departamento Sindical do MDB, e sua conseqüente negativa, evidentemente, bem como, mais tarde, a tentativa sem sucesso, do PMDB, em cooptar o PT nos movimentos que "negociaram a abertura política" e que resultaram na Nova República.

1.3. O PT não é um partido de patrões

Até hoje a burguesia, direta ou indiretamente, usa os meios de comunicação para indagar aos petistas, com ironia, a respeito do "clube fechado" do partido, onde "rico não entra".

Ora, esta questão já está suficientemente esgotada, embora se insista em denegrir a imagem dos "ricos" ou "patrões" que estão no PT, quando o Partido dos Trabalhadores deveria ser "partido apenas de trabalhadores ou peões", segundo esta ótica distorcida. Se assim o fosse, por que estão no PT professores, intelectuais, pequenos proprietários, produtores, comerciantes etc.?

O PT não é um partido de patrões no sentido ideológico, no sentido da identificação com a relação capital-trabalho tal como se apresenta na sociedade capitalista e que lutamos para superar. Da mesma forma, existem por aí, tristemente, muitos pobres que não estão no PT e que jamais virão para o partido porque mantêm em seus comportamentos, aspirações etc., a ideologia perversa de "um dia ser patrão", nestes termos aqui colocados. Vale dizer, no sentido de frear a luta pela emancipação dos trabalhadores.

É por aí que se demarca a linha divisória do PT: a inclusão, no partido, como prioridade, da luta pela autonomia e emancipação da classe trabalhadora e a exclusão de tudo o que impeça esta luta, por vias da não aceitação dos homens que se servem da exploração dos outros homens, não do resultado de seus trabalhos, que é circunstancial. Isto explica também o fato até de pessoas que "nasceram em berço de ouro" (para usar uma expressão popular) se identificarem com o PT.

2. O que É o Partido dos Trabalhadores

Para escaparmos da definição simplista, acabada, dogmática ou doutrinária, vejamos como o PT surgiu e como foi se definindo historicamente na tão recente experiência de resistência da sociedade civil sob a ditadura.

2.1. Lula e as origens do PT

Em 1978, Luís Inácio da Silva, com 32 anos, presidente do Sindicato de Metalúrgicos de São Bernardo há três anos, ainda não pensava na criação de um partido político. Numa entrevista publicada no jornal *O Pasquim*, de 24 de março de 1978, ele se confessa "apolítico", preferindo "preparar a classe trabalhadora para saber optar". Isso na verdade é fazer política.

Nesta época Lula já participava de algumas reuniões para a formação de um *novo partido político*, mas não havia manifestado muito interesse.

Numa famosa entrevista gravada pela TV Cultura de São Paulo para o programa *Vox Populi*, que foi ao ar em maio de 1978, Lula acabou deixando claro que não pretendia entrar para a vida política: "A situação da classe trabalhadora, para ser resolvida, independe da criação de um partido político. Eu acho que a situação da classe trabalhadora será resolvida quando a classe trabalhadora participar da vida política, independentemente da criação ou não de partido político" (*Entrevistas e discursos*, p. 69).

Mas, já em julho do mesmo ano, estava claro para Lula que os trabalhadores não poderiam participar da vida política sem um partido dos trabalhadores. Numa entrevista publicada no dia 23 desse mesmo mês, no *Diário do Grande ABC*, ele afirma que é chegada a hora de a classe trabalhadora "parar de ser instrumento". Afirma, portanto, a necessidade de ela lutar pela "criação de um partido político que possa representá-la": "o que sei é que nós trabalhadores temos que criar, talvez não um, mas vários partidos políticos, que atendam aos reclamos das várias ideologias existentes dentro das empresas" (op. cit., p. 131).

Confessa-se desapontado com os partidos existentes. Não sabe ainda se será(ão) esse(s) partido(s), mas acha que ele(s) será(ão) a "saída para a gente e também para outras camadas. Todos os que são trabalhadores, que vivem de salários, devem participar" — dirá no dia 24 de setembro em entrevista à *Folha de S. Paulo*, op. cit., p. 136).

Nas eleições legislativas de 1978, o Sindicato de São Bernardo apoiou Fernando Henrique Cardoso para o Senado.

Às vésperas do dia 1.º de maio de 1979, quando foi lançado o anteprojeto do Partido dos Trabalhadores, Lula manifestou discordância em relação ao momento em que este texto foi divulgado, temendo misturar *partido* com *movimento sindical*. "Os trabalhadores poderiam entender que estivéssemos querendo fazer um partido através do movimento", afirmou em entrevista ao jornal *Em Tempo*, publicada no n.º 65 de 25 de maio de 1979 (op. cit., p. 192). Para ele, a idéia do Partido dos Trabalhadores ainda não estava suficientemente amadurecida para que fosse lançada a público. Achou-a, por isso, muito precipitada. Segundo, o lançamento só poderia dar-se após ampla consulta a numerosos setores organizados da sociedade e com base num programa comum.

A consciência política de Lula parece seguir a mesma trajetória e o mesmo ritmo da própria classe trabalhadora da década de 70, superando a primeira posição, apartidária, pela tomada de consciência da necessidade de participar da organização partidária e intervir decididamente na construção de uma sociedade sem exploradores. Isso ele não aprendeu nos livros, mas com o movimento sindical do final da década de 70. Cresceu com ele, (ele diz ler muito pouco. Na verdade, lê muito. Esta é uma falsa imagem difundida, entre outros, por Luís Carlos Prestes).

Pelas muitas declarações de Lula, parece que a mudança de posição em relação à oportunidade de criação do PT deu-se no início da primavera desse ano, empenhando-se decididamente na criação do partido a partir de 13 de outubro de 1979, data histórica da reunião de São Bernardo.

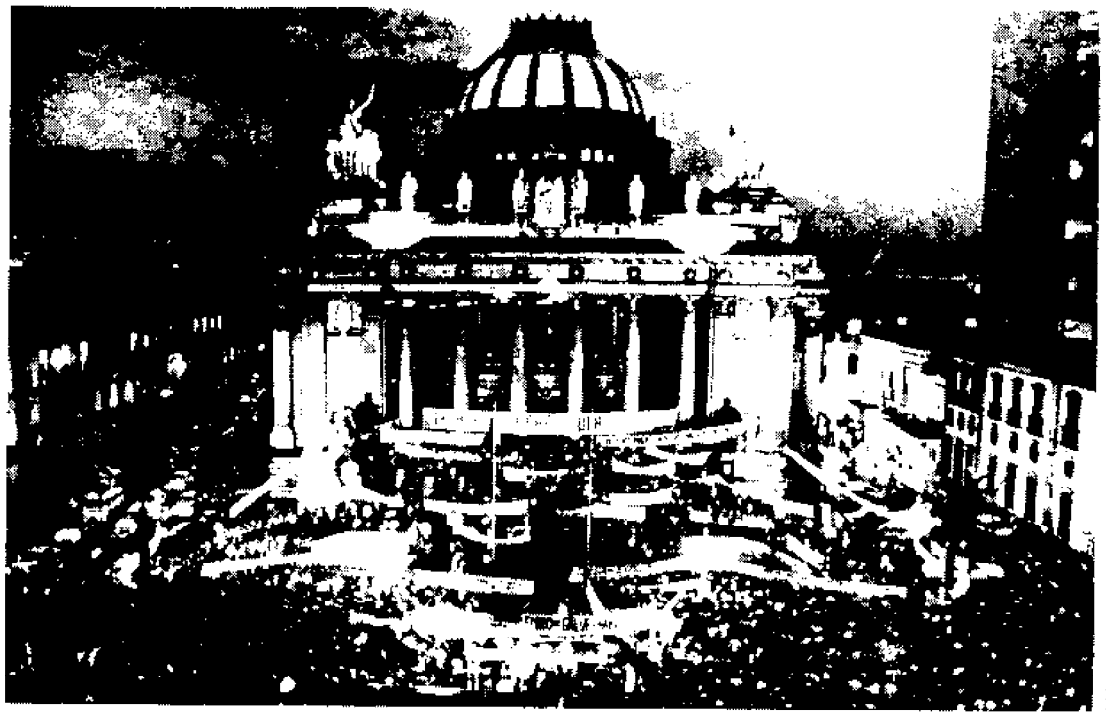
Em dezembro de 1979, Lula declarou ao *ABCD Jornal*: "Realmente eu era um dirigente apolítico até 77. Foi só com as greves que percebemos a necessidade de participação política. Vimos que os dois campos estavam muito ligados" (op. cit., p. 232).

Com a aprovação do *Manifesto* e do *Programa* do partido no dia 10 de fevereiro de 1980, no Colégio Sion, em São Paulo, estava o PT no caminho de sua legalização. Internamente, os grupos chamados "radicais" da esquerda oficial, "tradicional", pressionavam para fazer prevalecer suas linhas básicas de ação política. Lula destacou-se, desde esse momento, pela defesa da democracia interna e rejeitou uma concepção pronta da ideologia do partido, preferindo caminhar lenta, mas seguramente, na construção do projeto do partido com a sua própria luta e

organização. "Eu entendo" — declarou à revista *Isto É* de 20 de fevereiro de 1980 — "que estes grupos radicais têm que evoluir politicamente até o ponto de entender que propostas políticas radicais não têm vez no meio da classe trabalhadora. Estes companheiros terão de entender que o trabalhador não é instrumento de ação ou de pressão, é algo muito mais importante, é elemento de transformação. As pessoas que se intitulam democráticas neste país precisam aprender a conviver com este grupo de extrema esquerda. O papel dos trabalhadores não é o de se subordinar a extremistas, mas de tê-los como subordinados. A grandeza da classe trabalhadora não permitirá que grupos radicais estreitem a proposta de um partido de massa como é o PT... A idéia da criação de um Partido dos Trabalhadores, que, além de pretender educar politicamente os trabalhadores, tem como proposta fazer a classe trabalhadora participar da vida política brasileira, é radical na medida em que a classe trabalhadora assume, na realidade, a sua primeira proposta política neste país" (op. cit., p. 256-7).

A questão das tendências dentro do PT só seria realmente amadurecida ampla e abertamente no partido no ano de 1987.

Desde então, o critério de subordinação da linha do PT aos interesses da classe trabalhadora norteará a atuação de Lula no PT. "O PT só terá razão de existir se a classe trabalhadora quiser realmente que ele exista. Cabe a cada uma das pessoas que estão no PT esquecer suas divergências, suas pretensões pessoais, suas paixões e partir realmente para organizar o tra-



Manifestação contra condenação de Lula. Candelária, Rio de Janeiro, 1980.

balhador", declara ao jornal *Em Tempo*, n.º 107, de 3 de junho de 1980 (*op. cit.*, p. 208).

2.2. Trabalhador: protagonista do novo partido

"A idéia da formação de um partido dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora." É assim que se inicia a *Carta de Princípios* do partido, elaborada por uma Comissão Nacional Provisória, em 1979.

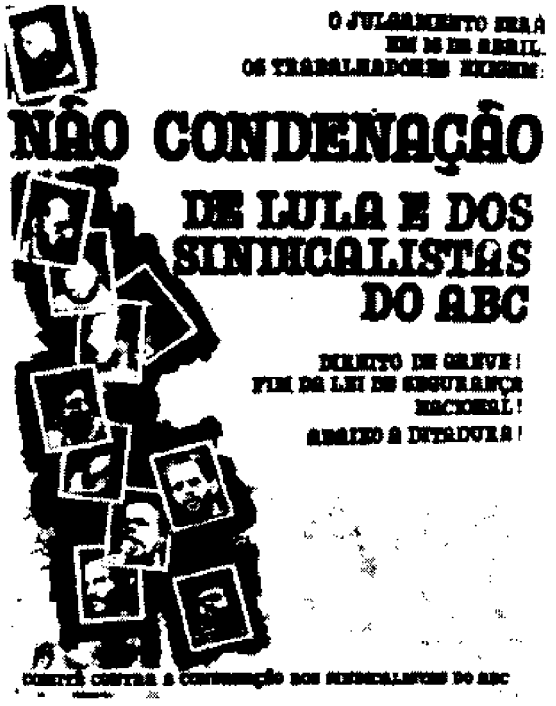
Em que pese o fato de que a palavra "Trabalhadores" tem sofrido mal-entendidos, este tem sido o peso e a medida do partido desde os primeiros momentos de sua criação. E o objetivo político prioritário do PT é, *lato sensu*, ser um partido "dos trabalhadores", não abrindo mão em hipótese alguma dessa prerrogativa, ainda que esta opção tenha custado ao partido inúmeros mal-entendidos. Na verdade o termo "trabalhadores" precisou e ainda precisa ser mais depurado politicamente, mas este não é um problema do PT em primeira mão, é um problema que aflige diretamente a viciada política brasileira. A começar mesmo pela relação capital-trabalho sustentada em nossa cultura sobre as bases de uma dicotomia trabalhador-patrão — ou governo-trabalhadores, pois quem não se lembra da voz de Getúlio ainda ressoando de cima para baixo, dos palanques para as multidões ao anunciar "trabalhadores do Brasil"? —, que não permite maior flexibilidade na compreensão do rico conceito de "trabalhador". A própria experiência do trabalhismo, que acabamos de lembrar, coopta esta relação dicotômica, já pronta, e a transfere para o campo da política, sem maiores interesses em aprofundá-la, muito menos em revolvê-la ou transformá-la. Mas trata-se de uma questão fundamental, política e histórica, para o PT, e não apenas uma mera variação semântica sem maiores conseqüências da palavra. O partido até já admitiu ser este termo uma das pedras no sapato ao longo de sua caminhada dentro da História, até porque esta "depuração" não se faz da noite para o dia.

No marco dessa releitura histórica, profunda e necessária, o que há de original no PT para ser visto como o avanço político significativo dos trabalhadores que os levasse a criar seu partido?

Ora, setores de vanguarda colocaram no Brasil do passado a questão da auto-organização no terreno político-partidário mas permeados pelo recorte enviezado de leituras feitas dos clássicos e das experiências socialistas européias, o que redundou, na

maioria dos casos, na criação de partidos revolucionários sob os moldes dali inspirados. Se a idéia da criação de um partido de vanguarda que representasse e dirigisse a classe trabalhadora é tão antiga quanto a existência dos próprios trabalhadores, no caso do PT a concretização dessa idéia, contudo, foi gerada no âmago das contradições do regime militar pós-64, ainda que sendo uma idéia tão antiga. Não que tenhamos necessidade de regimes de exceção para o avanço da luta de classes, mas via de regra é em experiências desse naipe e de sua conseqüente resistência que surgem "partidos de trabalhadores".

Com efeito, aos três maiores períodos de participação popular no Brasil neste século, quais sejam, 1935 e 1936, 1946 a 1950, 1958 a 1964, seguiram-se experiências de fechamento político, sendo dois deles, o primeiro e o terceiro, seguidos de ditaduras declaradas. O inverso também é verdadeiro. Os dois maiores períodos de fechamento político, quais sejam, a ditadura Vargas de 1937 a 1945 e os vinte anos de ditadura pós-64 também conduziram a experiências de resistência popular e/ou civil e à conseqüente desarticulação dos referidos regimes de exceção, como uma espécie de ciclo dialético de "ida e volta" dos regimes. As massas populares sempre aproveitam as "brechas" abertas nesses períodos de transição, como, por exemplo, no processo que se desenvolve após a distensão no governo Geisel, para tomar nas mãos as rédeas da luta democrática, quando estão envolvidas as grandes questões sociais, neste caso, não resolvidas pela ditadura, como a Reforma Agrária e outras.



Cartaz elaborado para o comitê contra a condenação dos sindicalistas do ABC.

Se o PT emergiu da trama da própria resistência dos trabalhadores num período muito determinado e delimitado, faz parte de um sonho antigo da classe trabalhadora. Apesar de outras importantes experiências do passado no Brasil, que deixaram algumas lacunas abertas — ANL, partidos comunistas... —, um partido que representasse os trabalhadores no Brasil sempre foi necessário mas, por condições históricas das mais variadas, ainda não teve oportunidade de ser articulado historicamente nas bases em que foi. Pelo menos após a Revolução de 30, com o industrialismo urbano crescente e o surgimento do moderno operariado brasileiro, para termos uma visão bem localizada do contexto do Brasil moderno. Precisamos, contudo, e a bom tempo, assinalar que o PT não nega e jamais negou a importância das lutas anteriores, sobretudo o pioneirismo da luta comunista e anarco-sindicalista, operária ou camponesa. É tanto dos avanços como dos cacos da História que se vão montando as utopias.

Como o PT surgiu de um momento político novo e de uma experiência política, de profunda resistência, assim como de uma original ruptura histórica com a antiga e viciada política paternalista sobre a classe trabalhadora, o PT sente que se tornou o primeiro partido nacional a assumir-se publicamente — uma posição que não tem receio algum de sustentar — como o primeiro canal legítimo de representação política de uma classe social. E isto não é "invenção dos petistas" que querem reivindicar lugar para o PT na História. O PT já é História, já é futuro desde o seu nascedouro. Porque, para existir, o PT passou por uma fase de "depuração política", o que custou e ainda custa muito caro aos trabalhadores e seu partido. Portanto, mesmo com uma história muito recente, o PT, não nos é excusado dizer, é fruto da luta de classe no Brasil em sua fase de amadurecimento, que inclusive não acabou.

O que queremos dizer, aqui, com "depuração", amadurecimento?

Para o PT, a visão das esquerdas de cinqüenta anos atrás, de que bastava "tomar o poder", é incorreta. O poder não é um objeto que se toma pura e simplesmente. É uma correlação de forças entre as classes sociais em luta. Não basta ocupar o poder, é preciso transformá-lo, reinventá-lo a favor dos interesses da maioria. Fazer a revolução não é tomar o aparelho de Estado para impor o socialismo. Não é, tampouco, impondo o marxismo no currículo escolar que iremos construir a consciência socialista. O PT entende que o socialismo será o ponto de chegada e nosso ponto de partida resultante de um movimento social

e político construído a partir do movimento histórico. A alternativa ao Estado capitalista é a organização autônoma da classe trabalhadora, como afirmava Marx: a *emancipação*. O PT valoriza, na luta pelo socialismo, os conselhos de trabalhadores. A *autonomia* é um conceito preciso ao PT: a autonomia das classes dominadas, caminhando com suas próprias pernas, construindo-se no movimento de negação da própria dominação. Cada setor oprimido deve pegar, em suas próprias mãos, a luta pela sua própria libertação. Assim, o PT rompendo ao máximo o círculo vicioso da relação entre representantes e representados, na prática critica a tradicional *delegação de soberania* que constitui a proposta liberal-burguesa. Trocando em miúdos, afirma o socialismo como meta permanente da classe trabalhadora, onde o *controle do poder permaneça* nas mãos dos sujeitos que lutaram e lutam por ele.

Vejamos a campanha de 1982. O que marcou suas candidaturas? Para o PT, dois pré-requisitos eram fundamentais para uma candidatura: ter sido escolhido pelas bases e, portanto, estar atuando politicamente. Assim sendo, nenhuma candidatura do partido, já em sua primeira campanha, mesmo para a vereança no menor dos municípios, foi escolhida por questão de prestígio pessoal, capacidade de retórica etc. A candidatura tinha de estar engajada na militância, ajudando a classe em sua categoria e o partido em seu processo de amadurecimento. Custasse o que custasse, o compromisso com o partido e com os trabalhadores sempre se mediu, no PT, na proporção do candidato e seu compromisso com o "trabalho, a terra e a liberdade", conforme rezou o lema daquela campanha. Não é à-toa que uma das palavras de ordem dos candidatos do PT tem sido esta: "sabemos trabalhar, sabemos governar".

2.3. *Intelectuais, sindicalistas, militantes... mais um pouco de História*

Entre 1977 e 1979, nos últimos anos da "distensão", mesmo sendo os trabalhadores os grandes protagonistas do partido, o PT não deixou de ser imaginado por muitos intelectuais de esquerda — também trabalhadores.

Nesse período, um grupo de intelectuais — principalmente de São Paulo, da chamada "esquerda independente" — tentou formar um *partido socialista* de tipo europeu. Participaram desse movimento, entre outros sociólogos, Francisco Weffort, José Álvaro Moisés e Francisco de Oliveira, os economistas José Serra e

Paul Singer, o então candidato ao Senado pelo extinto MDB, Fernando Henrique Cardoso, Almino Afonso, Mário Covas e Luís Carlos Bresser Pereira. As reuniões eram realizadas no CEDEC (Centro de Estudos de Cultura Contemporânea), em frente à PUC de São Paulo, no bairro das Perdizes.

Esses intelectuais pretendiam, na época, unir o novo sindicalismo brasileiro que estava nascendo no ABCD com o chamado "grupo autêntico" do MDB, entre os quais Aírton Soares, Francisco Pinto, Alencar Furtado.

Aconteceram muitas reuniões. Às vezes a contragosto daqueles que achavam que os trabalhadores devem "meter o bedelho em tudo o que lhes diz respeito, já que todos metem o bedelho em tudo o que diz respeito à vida dos trabalhadores" (palavras proferidas por Luís Inácio Lula da Silva num de seus discursos de porta de fábrica). Para os que queriam começar a experiência a partir do modelo pré-elaborado de um partido político, também de esquerda, não abriam mão do PS. As divergências foram, então, inevitáveis.

Mas a proposta de formação do Partido Socialista não teve êxito, na prática, sobretudo por divergências político-ideológicas. Nas discussões com os sindicalistas — entre eles Jacó Bittar, então presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas, Luís Inácio da Silva (Lula), então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo, Henos Amorina, então presidente do Sindicato dos Metalúgicos de Osasco, José Ibrahim, na época ex-presidente do mesmo sindicato, Olívio Dutra, então presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre, e outros — revelaram-se duas tendências: uma privilegiava a *atuação parlamentar* e outra a *atuação nos movimentos sociais*. Resultado: um grupo manteve a opção pelo PMDB e outro aderiu à proposta de formação do *Partido dos Trabalhadores*; o primeiro, buscando na atuação parlamentar o caminho para a democracia, o segundo, optando pelo engajamento no movimento social, popular e sindical e a construção de um projeto de libertação social de baixo para cima.

O caminho parlamentar foi inicialmente afastado pelos petistas porque poderia implicar a não-participação das bases. Nisso o PT, desde suas origens, destacou como um de seus princípios político-pedagógicos, muito correlacionados àquela "depuração política" de que falamos: trazer os trabalhadores para a discussão política, desenvolver a *consciência crítica* ao mesmo tempo que se articula sua própria *organização* popular, sindical, social etc. Na mesma ocasião, vários líderes sindicais falaram da necessidade de criação de uma Central Única dos Trabalhadores (CUT), afirmando que a divulgação em todo o país das propostas do PT

iria facilitar a criação desta central sindical. Passaram também a buscar a formulação de questões sindicais no interior do partido, agora na perspectiva da criação da Central Sindical. No plano prático os líderes sindicais viviam o enfrentamento direto com a estrutura sindical vigente e a CLT.

Mas continuavam reuniões sobre reuniões, divergências sobre divergências, frutos do debate aberto. E a idéia da criação do novo partido, oficialmente, foi amadurecendo, como semente já lançada, desde, por exemplo, a Conferência dos Petroleiros realizada na Bahia, em 1978, com a presença de Jacó Bittar, então presidente do Sindipetro de Campinas e Paulínia.

No dia 11 de dezembro do mesmo ano, na sede do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, Lula lançou a idéia da fundação de um Partido dos Trabalhadores, numa reunião com doze líderes sindicais. No entanto, apenas quatro deles apoiaram expressamente a idéia: Lula, Paulo Skromov, José Cicotte e Jacó Bittar.

No dia 24 de janeiro de 1979, sindicalistas reunidos no IX Congresso dos Metalúrgicos, Mecânicos e Eletricitários do Estado de São Paulo, na cidade de Lins (SP), aprovaram a tese já elaborada pelos metalúrgicos de Santo André sobre a necessidade de criação de um Partido dos Trabalhadores. Esta tese surgiu como reação contra os partidos tradicionais, já que ainda não havia condições para a criação de um novo partido político, mesmo porque seria difícil levá-la à frente. Benedito Marcílio era o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André e José Cicotte um de seus principais dirigentes.

O IX Congresso, representando mais de um milhão de metalúrgicos, reconhecia que o bipartidarismo não ia ao encontro dos interesses de todos os segmentos da sociedade e que o MDB era uma frente que incluía também os patrões — não era por menos que o MDB tentava a todo custo cooptar as lideranças sindicais. Deixaram claro, entretanto, que o PT deveria nascer de um programa feito sem a interferência dos patrões. Foi feita a proposta de organização de uma comissão com representantes de outros estados para discutir o programa e os estatutos, orientados com princípios socialistas.

Opondo-se à *Tese de Santo André,* Joaquim dos Santos Andrade, então presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, declarou-se favorável à criação de uma entidade política semelhante ao Partido Social-Democrata Alemão, que garantisse a propriedade privada dos meios de produção e maior participação dos trabalhadores no planejamento da economia. Mesmo

assim, para ele, isso ainda era "utópico". Nesse seu partido não seriam excluídos ex-integrantes da ARENA e do MDB.

Luís Inácio da Silva, o Lula, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo na época, considerou que a aprovação da criação de um Partido dos Trabalhadores havia sido o melhor acontecimento do Congresso. Opondo-se radicalmente ao ponto de vista de Joaquim dos Santos Andrade, Lula, que já vinha pensando há algum tempo na idéia da formação de um partido político, declarou que o novo partido deveria seguir os princípios do socialismo.

Mas, uma vez lançada a semente do novo partido, questões começaram a aparecer: será de fato um partido ou uma frente de partidos? Será um partido social-democrata, classista ou socialista? Um partido de massas ou de quadros? Um partido tático ou estratégico? Como um partido democrático e popular, ele não poderia nascer monolítico. Daí a existência, desde seu nascimento, de várias visões de partido.

O PT, em suas origens, nascido no seio dos sindicatos mais combativos, sentiu dificuldade em definir seu caráter. Alguns o entendiam como uma "frente das esquerdas". Aos poucos foi-se rejeitando essa concepção, pois rompia com todo um passado colaboracionista das experiências tradicionais de organização política e sindical dos trabalhadores brasileiros. Aos poucos definiu-se como um partido classista, com caráter amplo e massivo, de organização autônoma e independente dos próprios trabalhadores. Esse caráter não o confunde com uma "frente operária", não pretendendo ser o único representante dos trabalhadores. Outras correntes — reformistas, social-democratas, populistas — também representam os trabalhadores (equivocadamente, segundo a visão do PT naquele momento).

O PT busca a unidade dos trabalhadores. Desde a *Declaração Política de São Bernardo*, de 13 de outubro de 1979, o PT explicita essa posição, opondo-se aos partidos que pensam o movimento sindical como uma simples correia de transmissão da organização partidária. O partido é distinto do sindicato. Este, defendendo os interesses econômicos e materiais dos trabalhadores, deve envolver toda a categoria e não apenas os setores mais avançados, mais conscientizados.

Uma vez redigida sua Declaração Política, o debate em torno dela iria contribuir para ampliar a própria compreensão de partido que os trabalhadores querem e principalmente a organização ainda maior, agora político-partidária, autônoma e democrática, dos trabalhadores na luta pelos seus interesses e pela derrubada em definitivo do regime militar.

O lançamento do PT, mesmo que de forma ainda intramuros, provocou reações imediatas entre os sindicalistas. E três posições ficaram logo evidentes. A primeira, dos dirigentes sindicais que formavam a Comissão Provisória, defendendo a criação "já" do PT. A segunda posição, a daqueles que preferiam antes organizar a Central Sindical. Consideravam o momento ainda inoportuno, com o risco de o partido ser "inviável". A tese da "inviabilidade do PT" naquele momento durou por um bom tempo nesta fase de gestão do PT. A terceira posição foi a daqueles que eram absolutamente contrários à criação do PT, privilegiando a luta no interior dos partidos já existentes.

Este terceiro grupo era integrado principalmente por Joaquim dos Santos Andrade, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, e Arnaldo Gonçalves, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Santos. Para este último, em declaração feita no dia seguinte à *Folha de S. Paulo*, "todos têm o direito de criar Partido dos Trabalhadores. Nós defendemos o pluripartidarismo. Mas neste instante, o que se deveria fazer era reunir todas as oposições no MDB, ou outro partido que agrupasse todas as correntes. O governo está querendo dividir as oposições com a reforma partidária. E estar ao lado do PT, no momento, é fazer o jogo do governo".

A resposta dos petistas era de que a classe trabalhadora já estava cansada de partidos que a defendem só em seus discursos.

No mesmo ano, dirigentes de partidos clandestinos afirmavam que o novo partido "não ia vingar" (João Amazonas, do PC do B) e lembravam que o PT não poderia ignorar a trajetória da luta dos trabalhadores pela sua organização, iniciada com as greves de 1917 em São Paulo e Rio de Janeiro, que culminou com a fundação do Partido Comunista em 1922.

Por outro lado, foi logo descartada qualquer aproximação com o PTB, que era considerado um partido organizado sem a efetiva participação dos trabalhadores.

No dia 1.º de maio de 1979, o PT já estava nas ruas, lançado com uma Carta de Princípios, provisoriamente.

Esta data pode ser considerada o ponto de partida público, extramuros, do movimento pró-formação do PT. Muitos líderes sindicais e movimentos populares haviam encampado a idéia. Houve "lançamentos" do PT em várias reuniões intersindicais em diversos pontos do país.

Com a divulgação da Declaração Política, em outubro daquele ano, o Partido dos Trabalhadores começou efetivamente a concretizar-se como proposta partidária.

O novo partido, contudo, deveria percorrer ainda um longo caminho para atender às exigências legais, entre elas, a criação de diretórios em um quinto dos municípios de nove estados. Esta era uma exigência difícil para um partido surgido das bases — principalmente considerando a falta de verbas para alocações de sedes etc. Mas era o caminho para as organizações das bases e dos núcleos. O caminho parlamentar fora rejeitado desde o início porque, de um lado, implicava a não-participação das bases e, de outro, a própria dificuldade de se conseguir o número necessário de parlamentares que de fato fizessem a opção pela proposta do PT. Até o lançamento da proposta apenas dois parlamentares haviam aderido: Edson Khair, do Rio de Janeiro, e Antônio Carlos, do Mato Grosso do Sul.

Um programa do Movimento Pró-PT foi elaborado em outubro, quando do lançamento da Declaração Política, que deveria ir até as eleições de 1982. Seu objetivo era não só a criação do partido, como trazer os trabalhadores para a discussão política e desenvolver uma consciência partidária que lhes possibilitasse, no ato das eleições, votar em defesa de seus interesses.

No ato de lançamento estavam também presentes parlamentares ligados ao PMDB, como o deputado federal Aírton Soares e o deputado estadual Eduardo Suplicy, além do suplente de senador Fernando Henrique Cardoso. Os dois primeiros, integrantes da chamada "tendência popular do PMDB", integrariam logo os quadros do PT.

Nascia assim, no Brasil, o primeiro partido político de "massas" e "de baixo para cima", por vontade dos próprios trabalhadores. O primeiro partido de nossa história política que surgiu a partir das bases. "Escolhemos um caminho difícil", afirmou José Ibrahim, "porque este é o caminho próprio dos trabalhadores. Mas acreditamos que vamos nos transformar em partido, constituído na raça, porque acreditamos em nossa causa" (*Diário do Povo*, Campinas, SP, 14 de outubro de 1979).

2.4. As "certidões de nascimento" do PT

24 DE JANEIRO DE 1979: A TESE DE SANTO ANDRÉ

A chamada *Tese de Santo André* foi elaborada anteriormente à data acima, numa reação contra os partidos tradicionais. Só em 24 de janeiro de 1979, no IX Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, na cidade de Lins, SP, é que os sindicalistas

aprovaram a Tese. Na verdade este texto poderia também ser conhecido como "Tese de Santo André-Lins".

Enquanto vivermos sob o capitalismo, este sistema terá como o fim último o lucro e para atingi-lo se utiliza todos os meios: da exploração desumana de homens, mulheres e crianças até a implantação de ditaduras sangrentas para manter a exploração. Enquanto estiver sob qualquer tipo de governo de patrões, a luta por melhores salários, por condições dignas de vida e de trabalho, justas a quem constrói todas as riquezas que existe neste país, estará colocada na ordem do dia a luta política e a necessidade da conquista do poder político.

A história nos mostra que o melhor instrumento com o qual o trabalhador pode travar esta luta é o seu partido político, por isso os trabalhadores têm que organizar os seus partidos que, englobando todo o proletariado, lutem por efetiva libertação da exploração. Hoje, diante da atual conjuntura política, econômica e social que vive a sociedade brasileira, essa necessidade com o peso de sua importância se faz sentir.

O regime militar instalado no país há quinze anos começa a se mostrar para os seus próprios mentores como uma forma inviável e insuficiente de os patrões continuarem a explorar a imensa maioria da população brasileira. As aberturas democráticas que estão se delineando não representam, nem de longe, o fim da exploração a que os trabalhadores estão submetidos; ao contrário, os ditadores tentarão utilizar novas formas de acaudilhar os trabalhadores para seus projetos políticos. Isto coloca na ordem do dia a articulação de uma saída para esta situação. Fazer isso é lançar-se na luta pela independência política dos trabalhadores que se expressa na construção de seu partido. O MDB, hoje o único partido legal da oposição no Brasil, pela sua composição heterogênea não pode cumprir este papel. Combinam-se, portanto, a necessidade da construção de independência política dos trabalhadores com a necessidade de um instrumento de luta pela conquista do poder político. E é levando estas discussões para as bases que devemos nos lançar no trabalho da construção desse partido.

Crentes que já é hora de o trabalhador tomar em suas mãos as lutas pelas questões que hoje angustiam a população brasileira como a anistia ampla, geral e irrestrita, a Assembléia Constituinte, democrática, livre e soberana, a reforma agrária, e a liberdade partidária.

Crentes que toda a modificação nas regras do jogo que venham a favorecer os trabalhadores só serão possíveis com a conscientização e mobilização dos próprios trabalhadores para que eles juntos forcem essa modificação, propomos o seguinte:

1) total desvinculação dos órgãos sindicais do aparelho estatal, ponto fundamental para o desenvolvimento da vida sindical;

2) democratização dos sindicatos, que os órgãos sindicais se pautem em seu funcionamento pela democracia operária que a todos assegura o direito de, em igualdade, participar das lutas e das decisões;

3) que se lance um manifesto, por este congresso, chamando todos os trabalhadores brasileiros a se unificarem na construção de seu partido, o Partido dos Trabalhadores;

4) que este partido seja de todos os trabalhadores da cidade e do campo, sem patrões, um partido que seja regido por uma democracia interna, respeite a democracia operária, pois só com um amplo debate sobre todas as questões, com todos os militantes, é que se chegará à conclusão do que fazer e como fazer. Não um partido eleitoreiro que simplesmente eleja representantes na Assembléia, Câmara e Senado, mas que, além disso e principalmente, seja um partido que funcione do primeiro ao último dia do ano, todos os anos, que organize e mobilize todos os trabalhadores na luta por suas reivindicações e pela construção de uma sociedade justa, sem explorados e exploradores;

5) que seja eleita neste congresso uma comissão e junto com todos os outros setores que, embora ausentes também estão interessados na construção desse partido, amplie os contatos e comece a encaminhar essa luta nacionalmente em discussões com as bases, iniciadas desde já; que essa comissão fique encarregada da redação de um manifesto aos trabalhadores brasileiros chamando à construção do Partido dos Trabalhadores, proposto no terceiro ponto.

(Lins, São Paulo, 24 de janeiro de 1979.)

1.º DE MAIO DE 1979: CARTA DE PRINCÍPIOS

Eis a íntegra da *Carta de Princípios do PT*, elaborada por um comitê composto por Jacó Bittar, Paulo Skromov, Henos Amorina, Wagner Benevides e Robson Camargo, lançada a público em São Paulo e diversos outros pontos do país no dia 1.º de maio de 1979. Por ter o caráter de lançamento do PT ao público (o próprio partido seria oficializado em 1980), este texto não pode ser considerado, *stricto sensu*, oficial.

APRESENTAÇÃO

A idéia da formação de um partido só dos trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora.

Numa sociedade como a nossa, baseada na exploração e na desigualdade entre as classes, os explorados e oprimidos têm permanente necessidade de se manter organizados à parte para que lhes seja possível oferecer resistência séria à desenfreada sede de opressão e de privilégios das classes dominantes.

Mas sempre que as lideranças dos trabalhadores e oprimidos se lançam à tarefa de construir essa organização independente de sua classe, toda sorte de obstáculos se contrapõe aos seus esforços.

Essa situação vivida milhares de vezes em todos os países do mundo vem acontecendo agora no Brasil. Começando a sacudir o pesado jugo a que sempre estiveram submetidos, os trabalhadores de nosso país deram início em 12 de maio do ano passado (greve da Scania) à sua luta emancipadora. Desde então, o operariado e os setores proletarizados de nossa população vêm desenvolvendo uma verdadeira avalanche pela melhoria de suas condições de vida e de trabalho. A experiência dessas lutas tem como resultado um visível amadurecimento político da população trabalhadora e o crescimento em quantidade e qualidade de suas lideranças.

Esse rápido amadurecimento político pode ser visto claramente no aprimoramento das formas de luta de que os trabalhadores têm lançado mão. O início das lutas é marcado por um período de greves nas fábricas. Já os embates mais recentes, dos quais a greve geral metalúrgica do ABCD é o melhor exemplo, mostram a retomada em toda a linha das formas clássicas de luta: a grandiosidade das assembléias gerais, a ação decisiva dos piquetes e dos fundos de greve.

Os trabalhadores entenderam, ao longo desse ano de lutas, que as suas reivindicações mais sentidas esbarravam em obstáculos cada vez maiores e é por isso, dialeticamente, que vão sendo obrigados a construir organizações cada vez mais bem articuladas e eficazes.

Diante da força da greve do ABCD, os patrões e o governo precisaram dar-se as mãos para impedir o fim da política do arrocho salarial e o fim das estruturas semifascistas que tangem os nossos sindicatos. Os patrões usam de todos os meios ao seu alcance para quebrar a unidade dos trabalhadores ao mesmo tempo que se recusam a reconhecer os acordos obtidos no período das greves fabris. O governo desencadeia sua repressão: os sindicatos são invadidos e suas direções destituídas oficialmente, enquanto nas ruas a polícia persegue os piquetes e tenta impedir pela violência que os trabalhadores consigam local para se reunir.

Por seu lado, o apoio que os metalúrgicos conseguem dos demais trabalhadores, embora seja suficiente para impedir que a repressão se aprofunde e faça produzir um recuo parcial, carece de maior conseqüência, devido, é claro, não à inexistência de um espírito de solidariedade, mas sim devido às limitações do movimento sindical e à inexistência de sua organização política.

Tanto isso é verdade que as lideranças da greve são obrigadas a se escorar no apoio, muitas vezes duvidoso, de aliados ocasionais saídos do campo das classes médias e da própria burguesia.

Não puderam os trabalhadores expressar de modo mais conseqüente todo seu apoio aos grevistas do ABCD, e essa impotência tenderá a continuar enquanto eles mesmos não se organizarem politicamente em seu próprio partido.

É por isso que a idéia de um Partido dos Trabalhadores, que, ressurgindo no bojo das greves do ano passado e anunciado na reunião intersindical de Porto Alegre em 19 de janeiro de 1979, tende a ganhar hoje uma irresistível popularidade. Porque se trata, hoje, mais do que nunca, de uma necessidade objetiva para os trabalhadores.

Cientes disso também é que setores das classes dominantes se apressam a sair a campo com suas propostas de PTBs. Mas essas propostas demagógicas já não mais conseguem iludir os trabalhadores que nem de longe se sensibilizaram com elas. Esse fato comprova que os trabalhadores brasileiros estão cansados das velhas fórmulas políticas elaboradas para eles. Agora chegou a vez de o trabalhador formular e construir ele próprio seu país e seu futuro.

Nós, dirigentes sindicais, não pretendemos ser donos do PT, mesmos porque acreditamos sinceramente existir, entre os trabalhadores, militantes de base mais capacitados e devotados a quem caberá a tarefa de construir e liderar nosso partido. Estamos apenas procurando usar nossa autoridade moral e política para tentar abrir um caminho próprio para o conjunto dos trabalhadores. Temos a consciência de que, nesse papel, nesse momento, somos insubstituíveis, e somente em vista disto é que nós reivindicamos o papel de lançadores do PT.

O povo brasileiro está pobre, doente e nunca chegou a ter acesso às decisões sobre os rumos do país. E não acreditamos que esse povo venha a conhecer justiça e democracia sem o concurso decisivo e organizado dos trabalhadores que são as verdadeiras classes produtoras do país.

É por isso que não acreditamos que partidos e governos criados e dirigidos pelos patrões e pelas elites políticas, ainda que ostentem fachadas democráticas, possam propiciar o acesso às conquistas da civilização e à plena participação política para o nosso povo.

Os males profundos que se abatem sobre a sociedade brasileira não poderão ser superados senão por uma participação decisiva dos trabalhadores na vida da nação. O instrumento capaz de propiciar essa participação é o Partido dos Trabalhadores. Iniciemos, pois, desde já, a cumprir essa tarefa histórica, organizando por toda a parte os núcleos elementares desse partido.

UM PARTIDO SEM PATRÕES

1. A sociedade brasileira vive hoje uma conjuntura política altamente contraditória, e, sob muitos aspectos, decisiva quanto a seu futuro a médio e longo prazos.

Vista do ângulo dos interesses das amplas massas exploradas, desde sempre marginalizadas material e politicamente em nosso país, e principais vítimas do regime autoritário que vigora desde 1964, a conjuntura revela tendências extremamente promissoras de um futuro de liberdades e de conquistas de melhores condições de vida. Dentre as tendências auspiciosas, destaca-se a emergência de um movimento de trabalhadores que busca afirmar sua autonomia organizatória e política face ao Estado e às elites políticas dominantes.

Esse é, sem dúvida alguma, o elemento inovador e mais importante da nova etapa histórica que se inaugura no Brasil hoje.

Contudo, a par dos dados auspiciosos da conjuntura política, coexistem também perigosos riscos que podem levar as lutas

populares a novas e fragorosas derrotas. Aqui, cabe destacar que o processo chamado de "abertura política" está sendo promovido pelos mesmos grupos que sustentaram e defenderam o regime hoje em crise.

Com a evidente exaustão de amplos setores sociais com o regime vigente no país e com a crise econômica que abalou a estabilidade dos grupos dominantes que controlam o aparelho de Estado, os detentores do poder procuram, agora, e até este momento com relativo êxito, reformar o regime de cima para baixo. Vale dizer, pretendem reformar alguns aspectos do regime mantendo o controle do Estado, a fim de evitar alterações no modelo de desenvolvimento econômico que só a eles interessa e que se baseia sobretudo na superexploração das massas trabalhadoras, através do modelo econômico de onde sobressai o arrocho salarial.

Já está demais evidente que o novo governo militar pretende manter a continuidade dessa mesma política econômica ditada pelo capital financeiro internacional, agravada agora pelos planos de austeridade e recessão que já se esboçam. Isso significa que o sofrimento, a miséria material e a opressão política sobre a população trabalhadora tenderão a se manter e aprofundar.

O que significa estado de direito com salvaguardas? O que pretendem com anistia restrita? O que visam com a propalada reforma da CLT e da lei de greve urdidas secretamente? Qual o sentido da diminuição das penas previstas na Lei de Segurança Nacional e a preservação do espírito que informa essa mesma lei?

Esses e tantos outros fatos indicam que o regime busca reformar-se, tentando atrair para seu campo de apoio setores sociais e segmentos políticos oposicionistas, com vistas a impedir que as massas exploradas explicitem suas reivindicações econômicas e sociais e, o que é mais importante, expressem organizadamente a sua concepção de democracia.

Em poucas palavras, pretendem promover uma conciliação entre os "de cima", incluindo a cúpula do MDB, para impedir a expressão política dos "de baixo", as massas trabalhadoras do campo e da cidade.

II. Estas afirmações não ignoram o fato de que o MDB foi utilizado pelas massas para manifestar eleitoralmente seu repúdio ao arbítrio. Tampouco pretendem ignorar a existência, entre seus quadros, de políticos honestamente comprometidos com as lutas populares.

Isto, no entanto, não pode impedir e não nos impede de apontar as limitações que o MDB — partido de exclusiva atuação parlamentar — impõe às lutas populares por melhores condições de vida e por um regime democrático de verdadeira participação popular.

O MDB, pela sua origem, pela sua ineficácia histórica, pelo caráter de sua direção, por seu programa pró-capitalista, mas sobretudo pela sua composição social essencialmente contraditória, onde se congregam industriais e operários, fazendeiros e peões, comerciantes e comerciários, enfim, classes sociais cujos interesses são incompatíveis, e onde logicamente prevalecem em toda a linha os interesses dos patrões, jamais poderá ser reformado. A

proposta que levantam algumas lideranças populares de "tomar de assalto" o MDB, é muito mais que insensata: é fruto de uma velha e trágica ilusão quanto ao caráter democrático de setores de nossas classes dominantes.

Aglomerado de composição altamente heterogênea e sob controle e direção de elites liberais conservadoras, o MDB tem-se revelado, num passado recente, um conduto impróprio para expressão dos reais interesses das massas exploradas brasileiras. Está na memória dos trabalhadores a conduta vacilante de parcelas significativas de seus quadros quando da votação da emenda Accioly e da lei antigreve e de outras medidas de interesse dos trabalhadores.

Apegado a uma crítica formalista e jurisdicista do regime autoritário, o MDB tem-se revelado impermeável aos temas sociais e políticos que tocam de fato nos interesses das massas trabalhadoras.

Amplos setores das elites políticas e intelectuais das camadas médias da população têm afirmado que "não soou a hora" de se dividir a oposição articulada no interior do MDB, afirmando que a democracia não foi ainda conquistada.

Rechaçamos com veemência tal argumento. Primeiro, porque em momento algum podemos aceitar a subordinação dos interesses políticos e sociais das massas trabalhadoras a uma direção liberal conservadora de extração social privilegiada economicamente. Segundo, porque não podemos aceitar que a "frente das oposições" se mantenha às custas do silêncio político da massa trabalhadora, único e verdadeiro sujeito e agente de uma democracia efetiva. Tampouco consideramos que a existência de partidos políticos populares venha a contribuir para romper uma efetiva frente de luta dos verdadeiros democratas. O PT considera imprescindível que todos os setores sociais e correntes políticas interessados na luta pela democratização do país e na luta contra o domínio do capital monopolista unifiquem sua ação, estabelecendo Frentes Interpartidárias que objetivem conquistas comuns imediatas e envolvam não somente uma ação meramente parlamentar, mas uma verdadeira atividade política que abranja todos os aspectos da vida nacional.

III. O Partido dos Trabalhadores denuncia o modelo econômico vigente que, tendo transformado o caráter das empresas estatais, construídas pelas lutas populares, utiliza essas empresas e os recursos do Estado em geral como molas mestras da acumulação capitalista. O Partido dos Trabalhadores defende a volta das empresas estatais à sua função de atendimento das necessidades populares e o desligamento das empresas estatais do capital monopolista.

O Partido dos Trabalhadores entende que a emancipação dos trabalhadores é obra dos próprios trabalhadores que sabem que a democracia é participação organizada e consciente e que, como classe explorada, jamais deverá esperar da atuação das elites privilegiadas a solução de seus problemas.

O PT entende também que, se o regime autoritário for substituído por uma democracia formal e parlamentar, fruto de um acordo entre elites dominantes que exclua a participação orga-

nizada do povo (como se deu entre 1945 e 1964), tal regime nascerá débil e descomprometido com a resolução dos problemas que afligem o nosso povo, e de pronto será derrubado e substituído por novas formas autoritárias de dominação — tão comuns na história brasileira. Por isso, o PT proclama que a única força capaz de ser fiadora de uma democracia efetivamente estável são as massas exploradas do campo e das cidades.

O PT entende, por outro lado, que sua existência responde à necessidade que os trabalhadores sentem de um partido que se construa intimamente ligado com o processo de organização popular, nos locais de trabalho e de moradia. Nesse sentido, o PT proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão a seu objetivo maior que é o de estimular e aprofundar a organização das massas exploradas.

O PT não surge para dividir o Movimento Sindical, muito ao contrário, surge exatamente para oferecer aos trabalhadores uma expressão política unitária e independente na sociedade. E é nessa medida que o PT tornar-se-á inevitavelmente um instrumento decisivo para os trabalhadores na luta efetiva pela liberdade sindical.

O PT proclama também que sua luta pela efetiva autonomia e independência sindical, reivindicação básica dos trabalhadores, é parte integrante da luta pela independência política destes mesmos trabalhadores. Afirma, outrossim, que buscará apoderar-se do poder político e implantar o Governo dos Trabalhadores, baseado nos órgãos de representação criados pelas próprias massas trabalhadoras com vistas a uma primordial democracia direta.

Ao anunciar que seu objetivo é organizar politicamente os trabalhadores urbanos e os trabalhadores rurais, o PT se declara aberto à participação de todas as camadas assalariadas do país.

Repudiando toda forma de manipulação política das massas exploradas, incluindo sobretudo as manifestações próprias do regime pré-64, o PT recusa-se a aceitar em seu interior representantes das classes exploradoras. Vale dizer. O PARTIDO DOS TRABALHADORES É UM PARTIDO SEM PATRÕES!

As tentativas de reviver o velho PTB de Vargas, ainda que hoje sejam anunciadas "sem erros do passado" ou "de baixo para cima", não passam de propostas de arregimentação dos trabalhadores para defesa de interesses de "setores do empresariado nacional". Se o empresariado nacional quer construir seu próprio partido político apelando para sua própria clientela nada temos a opor. Porém, denunciamos suas tentativas de iludir os trabalhadores brasileiros com seus rótulos e apelos demagógicos, e de querer transformá-los em massa de manobra para seus objetivos.

O PT não pretende criar um organismo político qualquer. O Partido dos Trabalhadores define-se programaticamente como um partido que tem como objetivo acabar com a relação de exploração do homem pelo homem.

O PT define-se também como partido das massas populares, unindo ao lado dos operários, vanguarda de toda população explorada, todos os outros trabalhadores — bancários, professores, funcionários públicos, comerciários, bóias-frias, profissionais liberais, estudantes etc. — que lutam por melhores condições de

vida, por efetivas liberdades democráticas e por participação política.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena exercida diretamente pelas massas, pois não há socialismo sem democracia, e nem democracia sem socialismo.

Um partido que almeja uma sociedade socialista e democrática tem que ser ele próprio democrático nas relações que se estabelecem em seu interior. Assim, o PT se constituirá respeitando o direito das minorias de expressarem seus pontos de vista. Respeitará o direito à facção e às tendências, ressalvando apenas que as inscrições serão individuais.

Como organização política que visa elevar o grau de mobilização, organização e consciência das massas; que busca o fortalecimento e a independência política e ideológica dos setores populares, em especial dos trabalhadores, o PT irá promover amplo debate de suas teses e propostas de forma a que se integrem nas discussões:

— lideranças populares, mesmo que não pertençam ao partido;

— todos os militantes, trazendo inclusive, para o interior do debate partidário, proposições de quaisquer setores organizados da sociedade que se considere relevantes com base nos objetivos do PT.

O PT declara-se comprometido e empenhado com a tarefa de colocar os interesses populares na cena política e de superar a atomização e dispersão das correntes classistas dos movimentos sociais. Para esse fim, o Partido dos Trabalhadores pretende implantar seus núcleos de militantes em todos os locais de trabalho, em sindicatos, bairros, municípios e regiões.

O PT manifesta em alto e bom som sua intensa solidariedade com todas as massas oprimidas do mundo.

PLATAFORMA POLÍTICA

A plataforma política do Partido dos Trabalhadores deve expressar os compromissos reais desse partido com os interesses dos trabalhadores que ele representa. Mas ao mesmo tempo em que a plataforma é um instrumento fundamental para a organização desse partido, devendo dar respostas concretas às lutas dos trabalhadores, ela é também fruto dessas lutas, pois a cada momento novos problemas surgem e novas soluções devem ser encontradas. Nesta perspectiva a plataforma aqui proposta não é mais que um ponto de partida para o debate político que visa a organização do partido. Seus itens — tradução do programa do partido nos diferentes momentos da luta — devem ser detalhados o suficiente para que cada bandeira represente de fato os interesses que ela pretende expressar. Devem ainda indicar os caminhos — ou formas de luta — para a realização de cada uma dessas bandeiras que, hierarquizadas, apontarão para os objetivos centrais do Partido dos Trabalhadores.

Os pontos desta plataforma podem ser agrupados em três grandes áreas que estão intimamente interligadas.

I — Liberdades democráticas

— Sindicatos livres e independentes do Estado: extinção do imposto sindical, fim do estatuto padrão, liberdade de formulação dos estatutos, enfim, extinção da estrutura sindical vigente.

— Efetiva liberdade de organização nos locais de trabalho.

— Legalização das comissões e delegados de fábrica, eleitas democraticamente pelos trabalhadores.

— Plenos direitos sindicais aos funcionários públicos.

— Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente por todos os trabalhadores.

— Direito irrestrito de greve (abolição de toda legislação repressiva).

— Anistia ampla, geral e irrestrita. Reintegração em seus cargos de todos aqueles que foram demitidos, reformados ou aposentados por força de atos excepcionais.

— Desativação dos órgãos repressivos e dissolução dos grupos paramilitares, braço clandestino de repressão.

— Fim das torturas, investigações de todas as arbitrariedades policiais. Punição dos responsáveis.

— Fim dos tribunais de exceção.

— Fim imediato das eleições indiretas.

— Eleições livres e diretas.

— Direito de voto aos analfabetos, cabos e soldados.

— Pelo fim do regime militar.

— Convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte, livre, democrática e soberana.

— Por um governo dos trabalhadores.

II — Melhores condições de vida e de trabalho

— Fim da política salarial e recuperação das perdas salariais provocadas pelo arrocho salarial do regime autoritário, também levando em conta o aumento de produtividade do trabalho.

— Salário mínimo nacional único que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores.

— Escala móvel de salários a cada vez que o custo de vida aumentar 5% (cinco por cento) ou através de reajustes trimestrais obrigatórios e acumulativos.

— Redução da jornada de trabalho para 40 (quarenta) horas semanais, sem prejuízo dos salários mensais.

— Eliminação total das horas extras.

— Contrato coletivo de trabalho.

— Contra o desemprego. Pelo salário-desemprego.

— Estabilidade no emprego, a partir da admissão.

— Férias pagas em dobro.

— Aposentadoria integral.

— Segurança no trabalho, sob supervisão de órgão próprio dos trabalhadores.

— Extensão ao trabalhador rural de todos os direitos dos trabalhadores urbanos.

— Congelamento dos preços ao consumidor de todos os gêneros de primeira necessidade.

— Socialização da medicina e desenvolvimento da medicina preventiva.

— Democratização do ensino, com ensino público gratuito para todos, garantia de acesso à escola em todos os níveis para toda a população.

— Política habitacional que garanta moradia a todos os trabalhadores.

— Pelo fim das empreiteiras locadoras de mão-de-obra.

III — Questão nacional

— Erradicação dos latifúndios improdutivos e distribuição da terra aos trabalhadores sem terra.

— Título de posse da terra aos posseiros.

— Garantia de financiamento aos posseiros, pequenos proprietários rurais, desde a preparação da terra até a distribuição do produto.

— Estímulo à organização de forma cooperativa dos pequenos proprietários.

— Estatização das empresas que prestam serviços básicos (transporte de massa, educação, saúde, produção e distribuição de energia etc.).

— Nacionalização e estatização de todas as empresas estrangeiras.

— Estatização das grandes empresas e bancos.

— Estatização das fontes e das empresas de energia, indústria extrativa e de infra-estrutura.

— Controle popular dos fundos públicos.

— Repeito absoluto às peculiaridades culturais de cada região que compõe o país. Respeito aos direitos das minorias raciais.

— Política econômica e social que impeça desníveis regionais.

— Política externa independente.

(Publicado pelo jornal Em Tempo, *n.º 86, 18-10-79.)*

Encontro pró-PT em São Bernardo do Campo - SP. Junho/1979.

13 DE OUTUBRO DE 1979: DECLARAÇÃO POLÍTICA

Depois do lançamento da *Carta de Princípios*, no dia 1.º de maio, a data mais significativa para a história das origens do PT é, sem dúvida, o dia 13 de outubro de 1979.

Naquela data, mais de 130 articuladores e convidados reuniram-se no salão de festas do Restaurante São Judas Tadeu, em São Bernardo do Campo, num sábado, com o objetivo de "estabelecer uma linguagem comum e lançar de uma vez o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores às ruas", conforme as palavras do Lula, que conduziu os trabalhos.

Tratava-se de criar os meios e a estrutura que possibilitassem o lançamento do partido. Participaram integrantes de mais de seis estados.

Após calorosos debates em que as divergências se manifestaram, acabou sendo aprovada uma *Declaração Política* mais voltada para questões conjunturais e o enfrentamento da questão organizatória. O movimento deu um salto qualitativo importante. A questão mais polêmica referia-se à inclusão ou não da palavra "socialismo". Embora todos concordassem com a luta pelo socialismo, muitos argumentavam pela sua inoportunidade, temendo que os trabalhadores pudessem entendê-la equivocadamente. Para Lula, a expressão "caminho para o socialismo", que constava como uma das propostas de redação, seria entendida por muitos trabalhadores como sinônimo de "antidemocracia" e a maioria não sabia o que era. Assim, o item sobre a luta pelo socialismo foi "traduzido" nos seguintes termos: "O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores, única maneira de pôr fim à exploração e à opressão" (final do item 1 do documento).

Nesta reunião estavam presentes numerosos líderes sindicais, parlamentares e intelectuais, lideranças do movimento popular, como o Movimento Contra a Carestia, associações de professores e estudantes, e outros. Foi elaborado um calendário de reuniões inicialmente em Minas, Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Foi aprovada uma Comissão Nacional Provisória para dirigir o Movimento Pró-PT, com os seguintes representantes, a ser ampliada por dois representantes de cada Estado onde já se formavam núcleos do PT:

— *Jacó Bittar*: presidente do Sindicato dos Petroleiros de Campinas (Coordenador da Comissão).

— *Arnóbio Silva*: presidente do Sindicato dos Bananeiros da região do Vale do Ribeira (São Paulo).

— *Edson Kahir*: deputado federal pelo MDB carioca.

Primeira Diretoria Nacional Provisória do Partido dos Trabalhadores (junho 1980).

— *Henos Amorina*: presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

— *José Ibrahim*: ex-presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Osasco.

— *Luiz Inácio da Silva (Lula)*: presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo.

— *Manuel da Conceição*: ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Pindaré-Mirim (Maranhão).

— *Olívio Dutra*: presidente do Sindicato dos Bancários de Porto Alegre.

— *Paulo Skromov*: presidente do Sindicato dos Trabalhadores do Couro e Plástico de São Paulo.

— *Wagner Benevides*: presidente do Sindicato dos Petroleiros de Minas Gerais.

UM PARTIDO PARA OS OPRIMIDOS E EXPLORADOS

Eis a íntegra da Declaração Política aprovada no Encontro de São Bernardo, realizado no dia 13 de outubro de 1979:

Diante da crescente repercussão que o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores vem alcançando em diferentes setores da sociedade brasileira, suscitando, pela primeira vez, após várias décadas de história brasileira, um debate político amplo e inovador entre as bases dos movimentos populares, a sua Comissão Coordenadora Provisória julgou conveniente dar a público alguns pontos preliminares de sua posição política.

Esta declaração quer, portanto, contribuir para a ampliação desse debate e, especialmente, para a organização política de todos aqueles que estão interessados em participar, democraticamente, da construção desse novo instrumento e em lutar pelo fim do atual regime de exceção.

Para tanto, declara:

1. Sobre as origens do PT

Após vários anos de resistência democrática, o fato mais novo vivido pela sociedade brasileira é a grande luta das massas trabalhadoras, em anos recentes, pela conquista de melhores condições de vida para amplos setores da população brasileira das cidades e dos campos. A prática dessas lutas — que a ditadura não conseguiu impedir — criou as condições para os primeiros passos na ruptura de alguns dos principais mecanismos repressivos em que se apoiou o regime de 1964: o arrocho salarial e a proibição do direito de greve.

Foi com o desenvolvimento dessas lutas que surgiu a proposta do PT, pois tendo de enfrentar o peso brutal da concentração de poder do Estado, que se voltou abertamente contra os seus mais legítimos interesses, tornou-se claro para os trabalhadores que só a sua luta econômica, ainda que muito importante, é insuficiente para garantir as aspirações de melhoria de vida para a maioria do povo brasileiro.

Provocando uma série de confrontos com os legítimos instrumentos de luta dos trabalhadores, como no caso das intervenções sindicais, a ação repressiva do Estado provocou o impasse e levou a que grandes massas de trabalhadores percebessem a necessidade de intervir organizadamente na sociedade, em condições próprias e com um projeto político próprio.

A idéia do Partido dos Trabalhadores surgiu com o avanço e o fortalecimento desse novo e amplo movimento social que, hoje, se estende, das fábricas aos bairros, dos sindicatos às Comunidades Eclesiais de Base; dos Movimentos Contra a Carestia às associações de moradores; do Movimento Estudantil e de Intelectuais às associações profissionais; do Movimento dos Negros ao Movimento das Mulheres, e ainda outros, como os que lutam pelos direitos das populações indígenas.

Surgiu, portanto, como uma necessidade de:

— criar um efetivo canal de expressão política e partidária dos trabalhadores das cidades e dos campos e de todos os setores explorados pelo capitalismo;

— construir uma organização política dos militantes dos variados movimentos sociais que são freqüentemente fragmentados pelas suas próprias diferenças internas e por uma luta reivindicatória que nem sempre alcança a expressão política de que são capazes;

— e, finalmente, se conquistar a política como uma atividade própria das massas populares que desejam participar, legal e legitimamente, de todas as esferas de poder na sociedade, não apenas nos momentos das disputas eleitorais, mas também, e principalmente, nos momentos que permitem, a partir de sua prática no dia-a-dia, a construção de uma nova concepção de

democracia, com raízes nas bases da sociedade e sustentada pelas decisões das maiorias.

Assim, o Movimento pelo Partido dos Trabalhadores pretende se constituir em uma organização nacional de massas, formada por todos os setores interessados na transformação da atual ordem econômica, social e política. Cabe citar, ademais dos setores que atualmente o apoiam, alguns parlamentares do MDB mais comprometidos com as lutas das grandes maiorias da nação e os setores da Igreja mais comprometidos com a libertação social.

O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores não deseja, portanto, apenas propor soluções provisórias e imediatas às massas trabalhadoras, mas, antes, criar as condições para uma luta de médio e largo prazo pela democratização real da sociedade e não apenas das atuais instituições políticas. O PT luta para que todo o poder econômico e político venha a ser exercido diretamente pelos trabalhadores. Única maneira de pôr fim à exploração e à opressão.

Em conseqüência, construirá uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e colegiadas que garantam, efetivamente, a sua direção política e o seu programa a partir das decisões das suas bases.

2. O Movimento pelo PT e os sindicatos

Tendo nascido das lutas reivindicatórias dos trabalhadores, o projeto de constituição do PT não se confunde, entretanto, com o movimento sindical. Defendemos intransigentemente a autonomia e a independência dos sindicatos e de todos os movimentos sociais, não só em relação ao Estado, como também em relação aos partidos políticos.

Dessa forma, o Movimento pelo PT considera também que a luta por uma *Central Única dos Trabalhadores* é uma reivindicação fundamental de todos que vivem dos seus salários, mas entende que a sua construção passa, necessariamente, pela derrubada da atual estrutura sindical atrelada ao Estado. Portanto, a CUT não pode ser o resultado de articulações de cúpula; ela se fará pela vontade de todos os trabalhadores.

3. O PT e a reformulação partidária

A proposta do Partido dos Trabalhadores não nasceu do projeto de "reformulação partidária" dos dirigentes do governo. Sua legitimidade advém, portanto, das bases operárias e populares que se juntaram na sua construção e não das leis outorgadas de cima para baixo, à margem da soberania popular.

O movimento pelo PT reivindica, no entanto, o direito democrático de se constituir como partido legal e considera, por isso mesmo, indispensável que esta legalidade seja estendida a todas as correntes de pensamento existentes na sociedade. Não

há democracia sem liberdade de organização política, e a organização política é um direito de todos.

4. O Movimento pelo PT e a questão da frente

Repudiamos, portanto, a extinção dos atuais partidos políticos ou a criação de novos por ato de força do regime, que não consegue enfrentar politicamente os seus adversários, e defendemos a mais ampla liberdade de organização e expressão política. Com esse objetivo, chamamos todas as forças democráticas para que se organizem numa *ampla frente de massas* contra o regime ditatorial.

Julgamos, entretanto, ser indispensável preservar-se o direito de cada corrente política se organizar independentemente e de acordo com os seus princípios próprios. Esse direito é, em realidade, uma condição do fortalecimento dessa frente que, hoje, mais do que necessária, é urgente para que se possa romper o isolamento político que o regime quer impor às diferentes forças sociais e políticas de oposição. Às iniciativas divisionistas do regime, opomos o aprofundamento da organização das forças democráticas e populares. Será nesse terreno que a sua unidade poderá se redefinir, de modo a se retirar das mãos dos dirigentes do Estado as iniciativas que lhes permitem, no momento, o controle do atual período de transição.

— Contra a extinção arbitrária dos atuais partidos políticos e pela mais ampla liberdade de organização e manifestação político-partidária.

— Contra a política salarial do governo e pela contratação coletiva de trabalho.

— Por um salário mínimo real, nacional e unificado.

— Estabilidade no emprego.

— Liberdade e autonomia sindical.

— Pelo direito de greve.

— Por uma anistia que atinja todos os perseguidos do regime.

São Bernardo, 13 de outubro de 1979

ALÉM DA DECLARAÇÃO POLÍTICA ACIMA, O ENCONTRO DE SÃO BERNARDO APROVOU TAMBÉM AS SEGUINTES "SUGESTÕES PARA NORMAS TRANSITÓRIAS DE FUNCIONAMENTO".

A presente proposta tenciona apresentar algumas normas de funcionamento de caráter preliminar, com vistas a superar a inorganicidade prevalecente no atual estágio do Movimento pelo Partido dos Trabalhadores. Neste sentido é importante frisar que as normas orgânicas aqui sugeridas não são apenas transitórias, como substituíveis por outras segundo as características locais e regionais defrontadas pelo Movimento.

Por outro lado, é sempre bom enfatizar que as normas definitivas de organização do PT, que assegurem a plena democracia interna, deverão ser discutidas num primeiro Encontro Nacional abaixo mencionado e, em caráter definitivo, no Congresso Nacional a ser realizado oportunamente.

Seguem-se as sugestões:

1) O Movimento pelo Partido dos Trabalhadores, desde já democrático e aberto à participação dos trabalhadores da cidade e do campo, dos camponeses, dos posseiros, dos profissionais liberais, dos professores e bancários, parlamentares, estudantes, trabalhadores autônomos da cidade e do campo etc., proclama sua decisão de lutar pela sua legalização.

2) Com este objetivo, o Movimento pelo PT pretende agora iniciar a criação de sedes, a confecção de fichas de seus militantes e promover campanhas de finanças.

3) O PT deverá iniciar, oportunamente, uma campanha de assinaturas através de uma ampla mobilização de massas, visando divulgar sua proposta: as listas de assinatura deverão ser nacionalmente uniformes.

4) O militante do Movimento pelo PT se define por sua inscrição num dos núcleos da organização, por sua participação nas reuniões e no trabalho desse mesmo núcleo e pelo apoio aos pontos essenciais da Carta de Princípios de 1.º/5/79 e da Declaração Política de 13/10/79.

5) Os militantes deverão contribuir financeiramente mediante critérios a serem definidos pela Comissão Nacional Provisória.

6) No presente estágio organizativo, o Movimento pelo PT se estruturará sob a forma de núcleos básicos — que serão reconhecidos como tais para efeito de representatividade partidária proporcional, quando contarem com um mínimo de 21 membros organizados a partir dos locais de trabalho, moradia ou categoria profissional, comissões de nucleação a nível municipal e regional. Será reconhecido o direito de expressão aos núcleos em formação.

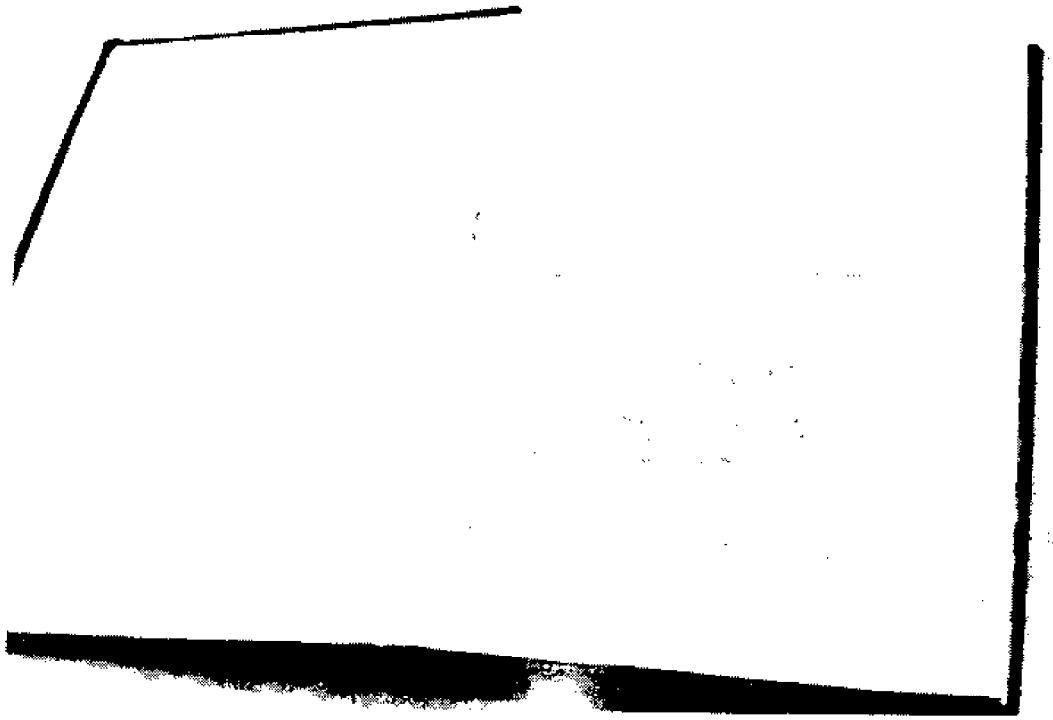
7) Ainda transitoriamente, cada núcleo deverá eleger um secretário e um suplente de secretário, cuja função será a de estabelecer os enlaces com os organismos superiores do movimento.

8) É recomendável que cada núcleo fixe endereço para correspondência e, na medida do possível, até mesmo adquira uma caixa postal.

9) Fica convocado o 1.º Encontro Nacional dos Militantes Pró-PT, num prazo máximo de 120 dias, com a realização prévia de Encontros Regionais. O Encontro Nacional terá por pauta mínima a aprovação de uma Carta de Princípios, um Estatuto e uma Plataforma de Lutas.

10) Fica formada uma Comissão Nacional Provisória composta da atual coordenação mais até 2 representantes eleitos pelos militantes de cada Estado num prazo de 15 dias. A Comissão Nacional Provisória poderá também convocar outros companheiros para efeito de agilização dos trabalhos referidos nos itens anteriores.

(São Bernardo do Campo, SP, 13-10-79.)



Certidão de Nascimento do PT.
Termo de abertura do Livro de Fundação do PT 01/06/80.

Além do livro de fundação contendo 101 assinaturas lançado no Colégio Sion em São Paulo, em 10/02/80, depois extraviado, os fundadores do PT elaboraram uma ata contendo os termos de abertura do livro de fundação e a Primeira Comissão Diretora Nacional Provisória do PT em 01/06/80.

★★★

CAPÍTULO II

ORGANIZAÇÃO DEMOCRÁTICA

1. Breve história da organização oficial do PT

Por ser um partido pensado pelas bases, os anos de formação do PT levaram seus organizadores a sucessivas discussões em torno de sua constituição como partido e organização interna, sempre privilegiando o direito de voz e voto de seus militantes e filiados em processo de consulta.

Já em 1979 uma Comisão Nacional Provisória do Movimento Pró-PT trabalhou intensamente visando a elaboração de um Manifesto e de um Programa para o partido. Inspirados numa Carta de Princípios redigida anteriormente por esta mesma Comissão, tornaram público um primeiro texto oficial, a Declaração Pública, com uma plataforma assentada em três pontos básicos ("Liberdades democráticas", "Melhores condições de vida", "Questão nacional") e reforçada por uma Norma Transitória, redigida em dez parágrafos. A partir daí, da ressonância dos primeiros textos, de sucessivos debates e da organização oficial do partido, a Comissão entregou-se ao trabalho de redação do texto final do Programa e do Manifesto. Este, viria a público muito em breve; aquele, seis anos mais tarde, após sucessivas elaborações.

Em 10 de fevereiro de 1980 vinha a público um texto contendo seis pontos para elaboração do Programa, assim distribuídos em capítulos:

1. Sobre o método de elaboração do Programa do Partido dos Trabalhadores
2. Sobre a concepção do Programa

3. Um Programa para a Democracia
4. Um Programa para a Sociedade
5. Um Programa para a Conjuntura
6. Um Programa de Ação.

Nessa mesma data, por ocasião do I Encontro Nacional, foi aprovado o Manifesto do Partido dos Trabalhadores, contendo três breves e sintéticos capítulos: "Nascendo das lutas sociais", "Por um partido de massas", "Pela participação política dos trabalhadores", tornando-se o primeiro documento oficial do partido. (Ver mais adiante o Manifesto, na íntegra, no item: "Documentos oficiais".)

Ainda quanto ao Programa, aquele primeiro texto de consulta, de 10 de fevereiro de 1980, iria passar por sucessivas redações até tornar-se oficial, em março de 1986. Trata-se de uma elaboração mais sintética, contendo, numa primeira parte, vinte parágrafos e, numa segunda parte, um Plano de Ação, com sete pontos básicos. (Ver Programa e Plano de Ação mais adiante, no item "Documentos Oficiais Básicos do PT".)

Desde o início sentiu-se também dentro do PT a necessidade de se elaborar um Estatuto, inclusive libertando o partido de qualquer caráter de "clandestinidade". Sua redação apresentou 11 capítulos (ou 11 partes), mais 23 subcapítulos, dispondo sobre as mais variadas normas, tais como: filiação, finanças, mandatos, convenções, obrigações dos diretórios, disciplina interna etc. (Por se tratar de um texto técnico e que responde mais às exigências burocráticas da lei orgânica de formação de partidos, não consideramos interessante reproduzi-lo aqui. O partido na época distribuiu muitas cópias deste documento a seus filiados e demais interessados e hoje qualquer pessoa pode adquiri-lo na Sede Nacional ou nos endereços indicados na segunda capa deste livro.)

Assim, no primeiro ano da década de 80, portanto, já no seu primeiro ano de vida como partido oficialmente registrado, o PT cuidava de ir-se organizando internamente, em plena campanha de filiação, pronto para atender às normas oficiais e voltado para uma reforma partidária para a qual o Partido dos Trabalhadores inclusive lutava — e que teve seus melhores desdobramentos mais tarde, como sabemos, na Constituinte.

A idéia e a realidade de não ser um partido exclusivamente operário, um partido "vestido só de macacão", cresceu. E, com o passar do tempo, o PT atraiu para suas fileiras militantes trabalhadores de muitas origens: operários, intelectuais, líderes sindicais, estudantes, donas de casa, camponeses... e boa parte da esquerda que já fazia oposição ao regime militar: sindicatos combativos, pastoral operária, militantes de diversas tendências

etc. Tratou-se de importante atração para acumular forças já na primeira campanha nacional de filiação partidária e, logo em seguida, na campanha eleitoral de 1982, embora os frutos desta atraente captação de forças políticas e democráticas só viessem a aparecer com mais vigor após a luta pelas eleições diretas e nas campanhas de 85, 86 e 88, principalmente. Desses frutos podemos citar a estruturação orgânica do PT em fase de amadurecimento nos últimos anos, a consistência maior nas lutas sociais e sindicais, a "teimosia" do PT (e sua coerência) nas diretas etc.

Desde o início dos anos 80 a luta pela democracia ia deixando de ser um ideário abstrato e retórico para se tornar uma bandeira de dentro de suas próprias fileiras, considerando prioritariamente sua organização partidária, a democracia e disciplinas internas e a disposição para acertar ou corrigir desacertos. Norteado por uma proposta política ampla e profunda, em que seus fundadores evitavam ser os "donos do PT" (embora a imprensa burguesa sempre tenha trabalhado para impor esta idéia à opinião pública), o partido cuidou de não representar apenas uma espécie de grande frente onde os quadros e as tendências ideológicas nele se alojassem, inclusive como trampolim para outros objetivos futuros, como a legalidade, por exemplo. Suas principais lideranças acreditavam — e acreditam — na possibilidade da construção de um projeto estratégico da transformação da sociedade, de que jamais abriram mão. Daí, tudo gravitou em

Ricardo Malta

Assembléia dos metalúrgicos - São Bernardo - 1980.

torno desse vigoroso *projeto político,* de cuja prioridade também o PT, como um todo, jamais abriu mão.

2. Documentos oficiais básicos do Partido dos Trabalhadores

A discussão do Manifesto do partido ocorreu no Colégio Sion, em São Paulo, no dia 10 de fevereiro de 1980. Neste dia o PT foi fundado oficialmente. Foram colhidos as 101 assinaturas exigidas pela legislação partidária. Estava-se construindo, como sabemos, um verdadeiro partido político e não apenas uma sigla episódica ou uma legenda eleitoral de ocasião.

Na apresentação dos documentos básicos do partido, seis anos depois (março de 1986), o Diretório Nacional afirmava que esses documentos traduziam "as metas reais do PT e seus efetivos princípios de organização. Não existem 'somente para inglês ver', como acontece em geral com textos de doutrinas e normas partidárias no Brasil... Eles definem para valer o nosso projeto de sociedade e o método de ação que julgamos mais adequado para concretizá-lo".

"Esses documentos" — continua ele — "são guias para nosso combate cotidiano pela justiça. Prevêem fraterno convívio dentro do partido e perene respeito fora dele, pela dignidade do povo trabalhador. Devem orientar a nossa prática socialista, sem permitir, porém, qualquer dogmatismo.

O objetivo destes documentos é estimular a energia criadora de cada companheiro filiado, por menor que seja o seu refinamento ideológico, e jamais sufocá-la.

Foram redigidos sem nunca esquecer esta verdade tão simples: qualquer doutrina política, seja ela a mais justa, só adquire sentido pleno quando se encarna na campanha do nosso povo" (*DN,* março de 1986).

Eis a íntegra do *Manifesto.*

2.1. Manifesto

O Partido dos Trabalhadores surge da necessidade sentida por milhões de brasileiros de intervir na vida social e política do país para transformá-la. A mais importante lição que o trabalhador brasileiro aprendeu em suas lutas é a de que a democracia é uma conquista que, finalmente, ou se constrói pelas suas mãos ou não virá.

A grande maioria de nossa população trabalhadora, das cidades e dos campos, tem sido sempre relegada à condição de

Nair Benedicto

Mário Pedrosa, assinando o livro de fundação do PT, no Colégio Sion (São Paulo), 10/02/80: lançamento das 101 assinaturas.

Juca Martins

Apolônio de Carvalho, assinando o livro de fundação do PT, no Colégio Sion (São Paulo) 10/02/80: lançamento das 101 assinaturas.

brasileiros de segunda classe. Agora, as vozes do povo começam a se fazer ouvir através de suas lutas. As grandes maiorias que constroem a riqueza da nação querem falar por si próprias. Não esperam mais que a conquista de seus interesses econômicos, sociais e políticos venha das elites dominantes. Organizam-se elas mesmas, para que a situação social e política seja a ferramenta da construção de uma sociedade que responda aos interesses dos trabalhadores e dos demais setores explorados pelo capitalismo.

Nascendo das lutas sociais

Após prolongada e dura resistência democrática, a grande novidade conhecida pela sociedade brasileira é a mobilização dos trabalhadores para lutar por melhores condições de vida para a população das cidades e dos campos. O avanço das lutas populares permitiu que os operários industriais, assalariados do comércio e dos serviços, funcionários públicos, moradores da periferia, trabalhadores autônomos, camponeses, trabalhadores rurais, mulheres, negros, estudantes, índios e outros setores explorados pudessem se organizar para defender seus interesses, para exigir melhores salários, melhores condições de trabalho, para reclamar o atendimento dos serviços nos bairros e para comprovar a união de que são capazes.

Estas lutas levaram ao enfrentamento dos mecanismos de repressão impostos aos trabalhadores, em particular o arrocho salarial e a proibição do direito de greve. Mas tendo de enfrentar um regime organizado para afastar o trabalhador do centro de decisão política, começou a tornar-se cada vez mais claro para os movimentos populares que as suas lutas imediatas e específicas não bastam para garantir a conquista dos direitos e dos interesses do povo trabalhador.

Por isto, surgiu a proposta do Partido dos Trabalhadores. O PT nasce da decisão dos explorados de lutar contra um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas, pois só existe para beneficiar uma minoria de privilegiados.

Por um partido de massas

O Partido dos Trabalhadores nasce da vontade de independência política dos trabalhadores, já cansados de servir de massa de manobra para os políticos e os partidos comprometidos com a manutenção da atual ordem econômica, social e política. Nasce, portanto, da vontade de emancipação das massas populares. Os trabalhadores já sabem que a liberdade nunca foi nem será dada de presente, mas será obra de seu próprio esforço coletivo. Por isso protestam quando, uma vez mais na História brasileira, vêem os partidos sendo formados de cima para baixo, do Estado para a sociedade, dos exploradores para os explorados.

Os trabalhadores querem se organizar como força política autônoma. O PT pretende ser uma real expressão política de todos os explorados pelo sistema capitalista. Somos um Partido dos Trabalhadores, não um partido para iludir os trabalhadores. Queremos a política como atividade própria das massas que

Juca Martins

Repressão em 1980 - Greve de São Bernardo do Campo.

desejam participar, legal e legitimamente, de todas as decisões da sociedade. O PT quer atuar não apenas nos momentos das eleições, mas, principalmente, no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma nova forma de democracia, cujas raízes estejam nas organizações de base da sociedade e cujas decisões sejam tomadas pelas maiorias.

Queremos, por isso mesmo, um partido amplo e aberto a todos aqueles comprometidos com a causa dos trabalhadores e com o seu programa. Em conseqüência, queremos construir uma estrutura interna democrática, apoiada em decisões coletivas e cuja direção e programa sejam decididos em suas bases.

Pela participação política dos trabalhadores

Em oposição ao regime atual e ao seu modelo de desenvolvimento, que só beneficia aos privilegiados do sistema capitalista, o PT lutará pela extinção de todos os mecanismos ditatoriais que reprimem e ameaçam a maioria da sociedade. O PT lutará por todas as liberdades civis, pelas franquias que garantem, efetivamente, os direitos dos cidadãos, e pela democratização da sociedade em todos os níveis.

Não existe liberdade onde o direito de greve é fraudado na hora de sua regulamentação, onde sindicatos urbanos e rurais e as associações profissionais permanecem atrelados ao Ministério do Trabalho, onde as correntes de opinião e a criação cultural são submetidas a um clima de suspeição e controle policial, onde os movimentos populares são alvo permanente da repressão policial e patronal, onde os burocratas e tecnocratas do Estado não são responsáveis perante a vontade popular.

O PT afirma seu compromisso com a democracia plena e exercida diretamente pelas massas. Neste sentido, proclama que sua participação em eleições e suas atividades parlamentares se subordinarão ao objetivo de organizar as massas exploradas e suas lutas.

Lutará por sindicatos independentes do Estado como também dos próprios partidos políticos.

O Partido dos Trabalhadores pretende que o povo decida o que fazer da riqueza produzida e dos recursos naturais do país. As riquezas naturais, que até hoje só têm servido aos interesses do grande capital nacional e internacional, deverão ser postas a serviço do bem-estar da coletividade. Para isto é preciso que as decisões sobre a economia se submetem aos interesses populares. Mas estes interesses não prevalecerão enquanto o poder político não expressar uma real representação popular fundada nas organizações de base para que se efetive o poder de decisão dos trabalhadores sobre a economia e os demais níveis da sociedade.

Os trabalhadores querem a independência nacional. Entendem que a Nação é o povo e, por isso, sabem que o país só será efetivamente independente quando o Estado for dirigido pelas massas trabalhadoras. É preciso que o Estado se torne a expressão da sociedade, o que só será possível quando se criarem as condições de livre intervenção dos trabalhadores nas decisões dos seus rumos. Por isto, o PT pretende chegar ao governo e à direção do Estado para realizar uma política democrática, do ponto de vista dos trabalhadores, tanto no plano econômico quanto no plano social. O PT buscará conquistar a liberdade para que o povo possa construir uma sociedade igualitária, onde não haja explorados e nem exploradores. O PT manifesta sua solidariedade à luta de todas as massas oprimidas do mundo.

1.º de Maio depois da prisão dos sindicalistas do ABC. São Bernardo do Campo, 1980.

Eis a íntegra do *Programa do Partido dos Trabalhadores*, aprovado e oficializado em março de 1986, após seis anos de intensa discussão e elaboração. A seguir o *Plano de Ação*, na verdade escrito originalmente como uma segunda parte do Programa, embora os dois textos possam ser manuseados separadamente.

2.2. *Programa e Plano de Ação do Partido dos Trabalhadores*

I. Programa

Um número cada vez maior de trabalhadores vem sentindo a necessidade de construir um novo partido político — o Partido dos Trabalhadores (PT) — para conseguir novos avanços em suas lutas. Um partido diferente daqueles que os poderosos nos impuseram ontem e tentam nos impor hoje. Um partido feito por nós, para travar nossas lutas.

Nosso partido é diferente porque é democrático: nele quem manda são as bases. É diferente porque está presente em todas as lutas do movimento popular, em vez de aparecer apenas em épocas de eleição. É diferente porque respeita e defende a autonomia das organizações populares, garantia maior de sua existência como partido dos trabalhadores. Partido de massas, amplo e aberto, baseado nos trabalhadores da cidade e do campo, o Partido dos Trabalhadores (PT) é diferente também por causa de seus objetivos políticos. Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base.

Por todas essas razões, nosso partido não pode nascer pronto e acabado. Ele se desenvolve ao mesmo tempo em que se desenvolvem as lutas dos trabalhadores. Lutas que não começam hoje, nem começaram ontem, mas que deram importantes passos nos últimos anos, impondo a necessidade de unificar os movimentos que ocorrem em diferentes fábricas ou bairros populares, em diferentes categorias sociais e profissionais e em diferentes regiões do país. A experiência adquirida no curso das lutas recentes mostrou, além disso, aos trabalhadores que suas lutas específicas, por mais amplas que sejam, não asseguram a realização de suas conquistas devido à centralização do poder de decisão política. Os trabalhadores compreenderam então que isto só pode ser conseguido através de sua própria participação política no processo de decisão.

Somente esta participação política unificada e seu direcionamento contra o atual regime permitirão transformar a infinidade de movimentos que vêm se desenvolvendo nos últimos anos em uma força política verdadeiramente expressiva em nossa sociedade. É para isto que os trabalhadores precisam de um partido nacional e que, portanto, não se limite a tal categoria ou a tal região.

O PT nasce numa conjuntura em que a democracia aparece como uma das grandes questões da sociedade brasileira. Para

o PT a luta democrática concreta de hoje é a de garantir o direito à livre organização dos trabalhadores em todos os níveis. Portanto, a democracia que os trabalhadores propõem tem valor permanente; é aquela que não admite a exploração econômica e a marginalização política dos muitos milhões de brasileiros que constroem a riqueza do país com seu trabalho. A luta do PT contra o regime opressivo deve construir uma alternativa de poder econômico e político, desmantelando a máquina repressiva e garantindo as mais amplas liberdades para os trabalhadores e oprimidos que se apóiem na mobilização e organização do movimento popular e que seja a expressão de seu direito e vontade de decidir os destinos do país. Um poder que avance nos rumos de uma sociedade sem exploradores e explorados. Na construção dessa sociedade, os trabalhadores brasileiros têm claro que essa luta se dá contra os interesses do grande capital nacional e internacional.

Para atingir este objetivo o partido deve estar preparado para propor alterações profundas na estrutura econômica e política da nação. No entanto, o desenvolvimento da estratégia do PT depende de sua permanente relação com os movimentos sindicais e populares que lhe deram origem como proposta de um partido de massas de amplo alcance social. Vale lembrar que os trabalhadores cresceram em sua capacidade de organização na resistência e no combate à consolidação do atual regime. Agora, com o seu partido, avançam para superar este regime. Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores já é uma conquista democrática e instrumento de avanço democrático da sociedade brasileira.

Entre as prioridades que o partido estabelece para a construção de uma democracia efetiva, está o combate a todos os instrumentos jurídicos ou policiais de repressão política usados contra os trabalhadores e contra o povo brasileiro em geral. Por isso devemos lutar contra a atual Lei de Segurança Nacional e demais instrumentos de arbítrio do sistema de poder centrado no Executivo. Não haverá democracia enquanto não forem desativados os órgãos policiais que violentam as organizações e os movimentos populares. Além disso, consideramos que a maior e a mais ampla liberdade de organização partidária é condição elementar para a garantia de eleições democráticas.

Temos sentido, no dia-a-dia, o peso da legislação e da polícia jogado contra nossas reivindicações justas e legítimas. Na área sindical, à qual o PT deve sua proposta de fundação, o partido já conta com ampla experiência de muitos militantes que participam da luta pela organização dos trabalhadores. Juntamente com outros setores que integram e integrarão o PT, a experiência já acumulada pelo partido deverá servir para orientar sua atuação na luta por uma nova legislação, condizente com os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo.

O PT defenderá uma política agrária que objetive o fim da atual estrutura fundiária. Esta estrutura é pautada na grande empresa capitalista e nos latifúndios, que mantêm as terras improdutiva e servem à especulação imobiliária. Combaterá também o fim da expropriação das terras pelas grandes empresas nacionais e estrangeiras e incrementará a luta pela nacionalização

da terra, permitindo, assim, o aproveitamento dos recursos humanos e das potencialidades econômicas existentes no solo e no subsolo, segundo os interesses dos trabalhadores rurais e do conjunto da sociedade brasileira.

O PT defenderá ainda a exploração imediata de toda terra disponível, inclusive a que é de responsabilidade do Estado — as terras devolutas, as terras do INCRA e as terras de faixa de fronteira —, que deverão ser usadas pelos trabalhadores sem terra, ocupando-as permanentemente, de maneira a que sejam atendidos os seus interesses e as suas necessidades. Mas para o PT não basta a simples distribuição da terra. Como exigência fundamental para o êxito dessa nova política agrária postula a criação de instrumentos econômicos e financeiros como forma de apoio indispensável à exploração da terra, segundo as peculiaridades geográficas e humanas regionais.

De imediato, o PT defende a valorização dos salários no meio rural, com a extensão e a adaptação de todos os benefícios conquistados pelos trabalhadores urbanos; defenderá, igualmente, uma justa e adequada remuneração para a pequena produção no campo. O PT considera necessário, ainda, preservar a ecologia e, para isso, manterá intransigente posição contra as iniciativas que coloquem em risco o equilíbrio da natureza e prejudiquem a fauna e a flora.

É a experiência acumulada que estabelece desde já as linhas de ação do PT na luta por liberdade e justiça. O PT afirma o verdadeiro caráter político da luta por liberdades democráticas que é e continuará sendo travada não apenas no Parlamento, mas sobretudo nos sindicatos, fábricas e bairros, como também no campo. O PT reafirma que os combates contra a miséria, a doença, a ignorância e preconceitos não são independentes da luta por liberdade e justiça. Pelo contrário, são inseparáveis desta luta.

A alimentação e a saúde, a educação e a cultura são direitos do povo que, contudo, vêm sendo transformadas em campo livre para o enriquecimento de uma minoria de privilegiados. A deterioração e a privatização crescentes do ensino e da saúde pública prejudicam, a um só tempo, professores e estudantes, médicos e pacientes. Serviços de educação e saúde públicos gratuitos são direitos básicos de uma nação verdadeiramente democrática. O PT lutará por estes direitos e desenvolverá, em cada uma destas áreas, a sua política de atuação juntamente com sua base social. O detalhamento do seu programa surgirá da prática política das suas bases sociais.

O PT tomará posição sobre os grandes temas nacionais a partir da perspectiva daqueles que constroem a riqueza do país, defendendo uma linha de ação na qual o desenvolvimento nacional reflita os interesses dos trabalhadores, e não os interesses do grande capital nacional e internacional. O PT combate a crescente internacionalização da economia brasileira que resulta num acréscimo brutal da dívida externa ao mesmo tempo em que submete a classe trabalhadora a uma exploração ainda mais desenfreada. Os trabalhadores brasileiros são os grandes prejudicados pela crescente dependência externa, econômico-financeira, tecnológica e cultural.

O PT entende também que as condições culturais e ecológicas locais devem ser respeitadas nos programas nacionais de desenvolvimento regional. Combatendo as desastrosas propostas tecnocráticas vigentes, o PT desenvolverá as suas críticas e as suas alternativas a partir da atuação popular ampla, lado a lado com os setores profissionais organizados e engajados em suas fileiras. Nesse sentido, o PT desenvolverá propostas políticas de energia e de matérias-primas, de política agrária e fundiária, industrial e urbana, sempre voltadas para as necessidades do povo.

A experiência que o PT herdou dos trabalhadores que o criaram se reflete na perspectiva programática de buscar o enraizamento do partido e de suas plataformas de ação junto às massas trabalhadoras, evitando as soluções de cúpula. O PT intervirá sempre, em todas as questões políticas, sociais e econômicas, com o propósito de constituir soluções a partir das bases sociais. Por esta razão o PT é democrático, caráter que se reflete também na democracia interna do partido. Nas lutas democráticas e no Parlamento, cada proposta, cada votação e cada aliança deverá expressar o programa e a vontade do conjunto partidário que estaria dotado de instrumentos necessários para que tal ocorra. No âmbito parlamentar, o PT prevê uma política de alianças sobre questões específicas que sirvam à causa dos trabalhadores.

O PT manifesta-se solidário com os movimentos de defesa dos demais setores oprimidos, entendendo que respeitar as culturas e as raças significa ajudar a acabar com as discriminações em todos os planos, sobretudo no econômico. Neste particular, a luta pela defesa da cultura e das terras indígenas bem como a questão do negro assumem papel relevante. O PT considera que as discriminações não são questões secundárias, como não é secundário o problema da mulher trabalhadora segregada na fábrica, no campo, e, não raro, também no lar. O PT lutará pela superação destes problemas com o mesmo empenho com que luta contra qualquer forma de opressão. Sem isto a democracia será palavra vazia para os trabalhadores, marginalizados social e politicamente, de ambos os sexos e de qualquer raça e cultura.

Quanto à relação entre as nações, o PT defende uma política internacional de solidariedade entre os povos oprimidos e de respeito mútuo entre as nações que aprofunde a cooperação e sirva à paz mundial. O PT apresenta com clareza a sua solidariedade aos movimentos de libertação nacional e a todos os movimentos de âmbito internacional que visam criar melhores condições de vida, justiça e paz para toda a humanidade.

Este programa deve ser aprofundado de modo permanente pelos membros do PT e detalhado pela prática política dos trabalhadores; é o compromisso de permanente participação junto aos movimentos sociais e de defesa dos interesses populares.

No Brasil de hoje, onde são negados os interesses de todos os trabalhadores, de camponeses a médicos, de operários a engenheiros e professores, enfim de todos, desde os trabalhadores braçais até os profissionais especializados, artistas, jornalistas, comerciários, trabalhadores autônomos rurais e urbanos, o PT é um instrumento indispensável de ação política dos trabalhado-

res para suas conquistas econômicas e sociais. Nesse sentido, são convidados ao ingresso e à participação todos os brasileiros comprometidos com a proposta de ação política expressa neste programa.

II. Plano de Ação

I — *Liberdade de organização partidária e sindical*

— Total liberdade de organização partidária.
— Liberdade e autonomia sindical.
— Central Única dos Trabalhadores, eleita democraticamente pelos trabalhadores e independente do Estado.
— Liberdade de organização nos locais de trabalho na cidade e no campo.
— Direito irrestrito de greve.

II — *Desmantelamento dos órgãos de repressão política e fim da legislação de exceção*

— Revogação da Lei de Segurança Nacional.
— Anistia ampla, geral e irrestrita.
— Restituição dos plenos direitos políticos e sindicais aos dirigentes e militantes sindicais cassados.
— Apuração das torturas, perseguições políticas e todas as arbitrariedades policiais, com punição dos responsáveis.
— Eleições livres e diretas em todos os níveis.
— Direito de votar e ser votado para os analfabetos, cabos, soldados, marinheiros.

III — *Combate à política salarial*

— Negociações diretas entre trabalhadores e patrões.
— Garantia no emprego.
— Salário mínimo real e unificado que atenda às necessidades básicas dos trabalhadores e de sua família.
— Escala móvel de salários.
— Redução da jornada de trabalho, sem redução salarial.
— Contra o desemprego.

IV — *Por melhores condições de vida*

— Contra a privatização da medicina.
— Assistência médica e odontológica pública, gratuita e eficiente a toda a população.
— Ampliação dos serviços básicos de saúde e saneamento para a promoção e proteção da saúde.
— Política habitacional que assegure moradia digna a todos os trabalhadores e sob o controle dos trabalhadores.
— Reconhecimento da posse definitiva sobre os terrenos ocupados por moradores de favelas e regularização imediata dos loteamentos clandestinos.
— Urbanização e criação de serviços básicos nos bairros populares e nas favelas.
— Ensino público e gratuito em todos os níveis, voltados para as necessidades dos trabalhadores.

— Transporte coletivo público, que atenda às necessidades da população.

— Criação de creches públicas nos locais de moradia e trabalho.

V — *Sobre a questão agrária*

— Reforma agrária ampla, maciça e sob o controle dos trabalhadores.

— Luta pela terra a quem nela trabalha ou a quem dela foi expulso.

— Apoio às lutas dos assalariados rurais, em especial dos trabalhadores temporários.

— Igualdade de direitos a todos os trabalhadores rurais, sem distinção de sexo e idade.

— Garantia de renda mínima justa para os pequenos produtores.

VI — *Independência nacional*

— Contra a dominação imperialista.

— Política externa independente.

— Combate à espoliação pelo capital internacional.

— Respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos oprimidos.

VII — *Apoio aos movimentos de defesa dos direitos das mulheres, negros e índios*

— Contra toda a discriminação racial, econômica, social e política.

— Contra a discriminação da mulher.

— Defesa do patrimônio cultural dos negros, índios e das minorias.

— Demarcação das terras indígenas, reconhecimento de sua propriedade coletiva e autodeterminação com direito ao controle do processo produtivo.

Milton Guran – AGIL

1.ª Convenção Nacional do PT, Brasília - 1982.

2.3. *Discurso na Primeira Convenção Nacional*

Eis a íntegra do discurso proferido por Luís Inácio da Silva, o Lula, na Primeira Convenção Nacional do Partido, em Brasília, no dia 27 de setembro de 1981, logo após a aprovação dos Estatutos, da elaboração provisória do Programa e da eleição do Primeiro Diretório Nacional. Nele Lula saúda com alegria o nascimento desta "criança inesperada" num clima de festa e luta.

Companheiros e Companheiras:

Em nome da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores e em meu próprio nome, quero expressar às companheiras e aos companheiros a grande alegria com que vemos a realização desta nossa Primeira Convenção Nacional. A lei de reforma partidária, com todos os seus formalismos, com todos os seus detalhes, não conseguiu esfriar nosso entusiasmo. Embora divergindo do autoritarismo que inspira a lei dos partidos, ela foi cumprida nesta convenção, como tem sido cumprida em todas as atividades do Partido dos Trabalhadores desde o seu início. E chegamos hoje, cumpridas todas as exigências legais, à Convenção Nacional que nos permite obter o registro definitivo do nosso Partido.

Superando os obstáculos

Aprovamos aqui, como manda a lei, os nossos Estatutos e o nosso Programa, e elegemos o nosso primeiro Diretório Nacional. Mas todos os que vêm acompanhando a formação de nosso partido sabem que nem os nossos Estatutos, nem o nosso Programa, nem os nomes que integram o Diretório Nacional, surgiram para o debate apenas no momento desta Convenção. Eles vêm sendo discutidos pelas bases do partido desde há bastante tempo, nas nossas convenções e pré-convenções municipais e regionais, assim como na pré-convenção nacional que realizamos em São Paulo em agosto passado.

Porém, companheiros, mesmo a legislação partidária sendo restritiva como é, provamos, a toda a nação, que não existe lei capaz de impedir a organização e a prática democráticas da classe trabalhadora. Fomos além do que a lei exigia: criamos mecanismos internos de participação democrática, sistemas de consulta, sistemas de pré-convenções, multiplicando os debates internos, permitindo ao maior número possível de nossos militantes e filiados ampla participação em todas as decisões. O Partido dos Trabalhadores nasceu dos que nunca tiveram vez e voz na sociedade brasileira.

Para nós a realização desta Primeira Convenção Nacional do PT significa mais que mero cumprimento de exigências legais. Por isto esta Convenção se realiza num clima de festa e de luta. É festa porque o Partido dos Trabalhadores é, como já se disse, "uma criança inesperada". E o clima de luta tem razão de ser porque, como toda criança inesperada, o Partido dos Tra-

balhadores tem que continuar lutando para continuar vivendo, sobretudo tem que continuar lutando para continuar crescendo.

A verdade é esta, companheiros: nosso partido está aí, um menino que ninguém, além de nós, queria; um menino que nasceu contra a descrença, a desesperança e o medo. Dizemos que é um menino porque ele não tem mais de dois anos e meio. Essa criança provou que seria forte no Congresso dos Metalúrgicos do Estado de São Paulo, realizado em dezembro de 1978, em Lins.

Começou a engatinhar no Congresso Nacional dos Metalúrgicos em Poços de Caldas, em junho de 1979. E só conseguiu dar seus primeiros passos quando saiu às ruas para participar das lutas de nosso povo contra a opressão e a fome.

Muitos duvidaram de nós e ainda hoje há aqueles que ousam duvidar da capacidade de organização política dos trabalhadores. No início, diziam que éramos um partido dos trabalhadores de macacão, obreirista, limitado, estreito, fechado aos demais setores da sociedade. Se o partido estava apenas nascendo, como é que esses eternos descrentes na capacidade política dos trabalhadores brasileiros poderiam saber tanto a nosso respeito? O Partido dos Trabalhadores nasceu dos operários de macacão e se orgulha de ter nascido de macacão.

Tínhamos consciência de que, independente do setor social a que pertencessem, os que acreditavam na classe trabalhadora mais cedo ou mais tarde estariam ao nosso lado. Foi com imensa alegria que recebemos, como primeiro intelectual a aderir ao partido, este trabalhador das artes chamado Mário Pedrosa, há mais de cinqüenta anos dedicando sua vida à luta dos trabalhadores brasileiros. Depois do Mário, que homenageamos hoje, outros vieram, o que há de melhor na cultura e na intelectualidade brasileira. Bastou que isso acontecesse para que surgissem os eternos descrentes dizendo que o PT, nascido embora dos trabalhadores, se converteria em partido de intelectuais, inviável como todos os outros. Aqui é preciso que se diga com toda a clareza: o Partido dos Trabalhadores não pede atestado de ideologia ou carteira profisional a quem quer que seja, mas sim disposição de luta, fidelidade ao nosso Programa e ao nosso Estatuto. Dentro do partido somos todos iguais, operários, camponeses, profissionais liberais, parlamentares, professores, estudantes etc.

O que esta Convenão Nacional prova a todos os descrentes, a todos os desesperados e a todos os medrosos é que o Partido dos Trabalhadores é e sempre foi inteiramente viável. Vale a pena lembrar de algumas coisas, companheiros. Quando partimos, em junho deste ano, para a formação das nossas Comissões Municipais, os descrentes diziam: "O PT não conseguirá". Nós conseguimos e formamos 627 em todo o país. Quando partimos, no início deste ano, para a campanha de filiação, os descrentes diziam: "O PT é inviável". Conseguimos e somos hoje perto de 300 mil em todo o país. Hoje, ao realizarmos a nossa Convenção Nacional, há quem duvide do próximo passo. Há quem pense que o PT não conseguirá os 5% dos votos exigidos em lei nas eleições de 1982; que o PT não conseguirá os 3% dos votos em nove estados. Nós, petistas, temos certeza de que

voto não será nosso problema, pois já somos um partido de massas. O grande desafio que temos pela frente é não incorrermos nos mesmos erros daqueles que pretenderam falar em nome da classe trabalhadora sem ao menos ouvir o que ela tinha a dizer.

O Partido dos Trabalhadores é uma inovação histórica neste país. É uma inovação na vida política e na história da esquerda brasileira também. É um partido que nasce do impulso dos movimentos de massas, que nasce das greves e das lutas populares em todo o Brasil. É um partido que nasce da consciência que os trabalhadores conquistaram após muitas décadas de servirem de massa de manobra dos políticos da burguesia e de terem ouvido cantilenas de pretensos partidos de vanguarda da classe operária. Só os trabalhadores podem conquistar aquilo a que têm direito. Ninguém nunca nos deu, ninguém nunca nos dará nada de graça.

Sem confundir sindicalismo e política partidária

Nosso partido nasceu como expressão política da luta sindical. A maioria dos nossos dirigentes continua no movimento sindical e nele encontra a fonte de suas energias e a representatividade de sua prática política. Entretanto, desde os nossos primeiros passos, o PT jamais confundiu política partidária com sindicalismo e nem admitiu fazer do movimento sindical uma correia de transmissão do partido. Defendemos sempre a autonomia do sindicalismo frente aos partidos políticos. O sindicato é uma ferramenta de luta de todos os trabalhadores independente das preferências partidárias que tenham. Como partido, não devemos incorrer jamais no erro que denunciamos no governo: o paternalismo e a tutela do movimento sindical. Se lutamos por autonomia e liberdade sindicais, é não somente frente ao Estado, mas também frente aos partidos.

Acusam-nos de ter abandonado o sindicalismo para fazer política. Isso não nos preocuparia se companheiros da base não fossem muitas vezes sensíveis a essa argumentação. Po isso é a esses companheiros que nos dirigimos e não a carreiristas que roubam do trabalhador o direito de fazer política. Companheiros, em nosso país o sindicato, controlado pelo governo, não é suficiente para mudar a sociedade. O sindicato é a ferramenta adequada para melhorar as relações entre o capital e o trabalho. Mas não queremos só isso. Não queremos apenas melhorar as condições do trabalhador explorado pelo capitalista. Queremos mudar a relação entre capital e trabalho. Queremos que os trabalhadores sejam donos dos meios de produção e dos frutos de seu trabalho. E isso só se consegue com a política. O partido é a ferramenta que nos permitirá atuar e transformar o poder neste país. Em nossa luta, a atividade partidária deve completar a sindical, sem que uma queira substituir ou excluir a outra.

Em todos esses anos, desde que surgiu o partido, jamais nos afastamos do sindicalismo — e não há cassação, prisão ou condenação que nos afaste da luta sindical. Alguns companheiros dizem que, como dirigentes do PT, já não devemos "perder

tanto tempo indo a porta de fábricas". Queremos deixar bem claro uma coisa: o dia em que dirigentes do PT não puderem mais ir às portas de fábrica, ou locais de trabalho, ou lá onde se luta pela terra, é melhor fechar o PT. Não somos um partido de gabinetes, de salas atapetadas, de conchavos nos bastidores. É lá na porta da fábrica, no local de trabalho, na luta pela terra, na periferia, que nos abastecemos, que aprendemos com o povo, que corrigimos a direção de nosso projeto político, que reafirmamos a nossa felicidade ao trabalhador brasileiro.

Pela construção da CUT

Hoje o movimento sindical passa por um momento muito importante: o da criação da Central Única dos Trabalhadores, de cuja comissão executiva preparatória fazemos parte. Enquanto lutamos pela construção da Central Única, alguns nos acusam de defender o pluralismo sindical. O que defendemos, companheiros, é antes de tudo liberdade de as várias tendências existentes entre os trabalhadores se fazerem representar no movimento sindical. Mas isso não significa e nem pode significar sindicato paralelo ou uma central de trabalhadores para cada cabeça. A liberdade e a representatividade que queremos no sindicalismo brasileiro não admite que uma tendência se arvore em padroeira da unidade, da qual devemos ser todos fiéis devotos, sob pena de heresia ou excomunhão política. Não é em aliança com pelegos que faremos a unidade do movimento sindical, mas sim na luta, nas campanhas, nas greves. Quem não vai à luta não tem o direito de falar em unidade, pois faz o jogo do patrão e do governo que é o de domesticar e dividir o sindicalismo brasileiro. E quem pode nos acusar de não lutar junto com a classe trabalhadora?

O Brasil é certamente um dos raros países deste continente que jamais conheceu uma reforma agrária. Temos tanta terra e tão poucos proprietários embora o governo se diga defensor da propriedade... A única "reforma agrária" que nosso país conheceu foi quando a metrópole portuguesa o dividiu em capitanias hereditárias. E essa divisão prossegue. A terra passa hereditariamente para as mãos de cada vez menos proprietários com maiores extensões de áreas improdutivas. As multinacionais aceleram a exploração capitalista no campo, reforçam o latifúndio, expulsando milhares de famílias que já não têm para onde emigrar. Neste país tão grande, o lavrador sem terra já não tem para onde ir. Só lhe resta uma alternativa: lutar!

Todo apoio à luta pela reforma agrária

O PT apóia e apoiará sempre a luta pela reforma agrária, pelo direito de terra para quem nela trabalha, pelos melhores preços dos produtos dos agricultores, com a eliminação dos atravessadores ou intermediários. É por isso que estamos sendo processados na Amazônia. Mas os processos não nos assustam. Assustam-nos as milhares de famílias sem o pequeno pedaço de chão de onde extrair os frutos necessários à vida. Assustam-nos os grileiros, os jagunços e os capangas que são o braço

armado, acima da lei, dos que juntam terras como mero capital a ser valorizado pelo tempo e pela economia inflacionária que pesa sobre nós.

Temos viajado por todos os recantos deste país. Consideramos que o problema da terra é sem dúvida o mais grave em nossa conjuntura. É ele que provoca os ciclos migratórios, a inchação das favelas nas cidades, o aumento do preço dos gêneros de primeira necessidade, os gastos com a importação de produtos que, em princípio, são típicos do nosso solo. Como os lavradores, estamos cansados de esperar uma solução e já não acreditamos em estatutos que não saem do papel. Só nos resta apoiar a luta de quem vive da terra, fortalecer o sindicalismo rural, criar condições para maior entrosamento entre cidade e campo. O PT sabe que o homem da terra está fazendo uma reforma agrária por suas próprias mãos. Como partido, é dessa luta que queremos colher os elementos concretos, práticos, que nos permitirão definir uma política precisa sobre a questão da terra. Não cabe a nós, da cidade, definir o que é bom para os companheiros do campo. Cabe a vocês, companheiros da área rural, ensinar-nos o que devemos fazer, como devemos agir, em que podemos apoiá-los. Somos um Partido dos Trabalhadores da cidade e do campo. E é desta união que germinam as sementes de nossa proposta partidária.

Decorrentes da falta de liberdade sindical e da inexistência de uma reforma agrária, afeta gravemente a vida dos trabalhadores brasileiros, hoje, o desemprego — fruto amargo da falida política econômica adotada pelo regime vigente. A economia atual rege-se pelas flutuações do mercado e não pelas necessidades da nação. Esse modelo capitalista é essencialmente perverso e não cremos que ele possa ser remediado. Mas não podemos esperar a mudança do sistema enquanto os desempregados engrossam o contingente de marginais, de prostitutas, de párias sociais. Temos que lutar agressivamente por mais empregos, pela estabilidade no emprego, pelo salário-desemprego, pelo salário mínimo real unificado. E um pequeno mas importante passo nessa luta será dado no próximo dia 1.º de outubro, Dia Nacional de Luta, quando iremos às ruas manifestar o nosso descontentamento e as nossas reivindicações mais urgentes.

Com os negros, as mulheres, os índios

Mudou muito o cenário político de nosso povo nesses últimos anos. Outrora se acreditava que só os partidos e os grupos políticos eram capazes de centralizar a organização do movimento popular. Hoje, porém, reconhecemos que os melhores frutos são aqueles que, como o nosso partido, têm suas raízes firmadas nas múltiplas formas de organização existentes no campo, nos bairros, nas periferias, nos centros de trabalho e de estudos, nos setores que têm interesses específicos a defender, como as mulheres e os negros. Graças ao movimento popular, o movimento sindical teve maior expressão nos últimos anos. Enganam-se os que ainda pensam que só nas fábricas se apóia o sindicalismo brasileiro. No bairro da cidade ou no local de moradia da roça, os trabalhadores têm mais liberdade para se

encontrar, para se reunir, para se organizar e levar adiante suas lutas sindicais, com a participação de suas esposas, de seus filhos e de seus vizinhos. Graças a essa extensa rede de movimentos populares é que o PT se afirma como expressão política que nasce de baixo para cima.

Não admitimos que as creches, os clubes de mães, as associações de moradores, os movimentos de favelas, os grupos de luta pela terra, as entidades feministas, os núcleos artísticos e demais formas de o nosso povo se organizar na base sejam manipulados como currais eleitorais ou tratados à base do clientelismo político. Reconhecemos a autonomia do movimento popular frente ao Estado e aos partidos políticos. É fundamental para a libertação deste país que os moradores de um bairro ou os posseiros de uma região — independente de suas preferências partidárias — possam se encontrar na base em torno de suas lutas específicas. Se temos como militantes políticos um papel junto aos movimentos populares é o de ajudá-los em sua educação política, sem porém induzi-los à nossa opção partidária.

Fazer política não é só militar no partido ou nos partidos. É também participar da luta pelo esgoto do bairro e pelo melhor preço da safra do campo. É modificando em cada lugar deste país as relações sociais e as relações de produção, que o nosso povo chegará um dia a modificar em todo o país as relações de propriedade, suprimindo a contradição entre o capital e o trabalho. Por isso, não admitimos que o movimento popular seja reflexo ou extensão de nossa atividade partidária; não queremos tutelá-lo. Ao contrário, é o nosso partido que deve exprimir os anseios do movimento popular, consolidando-os politicamente.

É importante dizer uma palavra sobre o movimento de mulheres, forma de organização específica que se multiplica por este país. Frente à cultura machista que respiramos, às estruturas de uma sociedade tida como exclusiva obra masculina, reconhecemos o direito e o dever de as mulheres lutarem por seus direitos, libertando-se da condição de objeto de cama e mesa, de serem destinadas unicamente a procriar, escravas do lar, de trabalhadoras superexploradas. A luta das mulheres deve ajudar, a nós homens, a nos reeducarmos na direção da sociedade igualitária que queremos construir juntos. Entretanto, estamos convencidos de que essa luta não pode desligar-se da luta global de todos os brasileiros por sua libertação. A questão feminista não interessa só às mulheres e nem se reduz à conquista de liberdades pessoais que, por vezes, são meros paliativos burgueses. Homens e mulheres, juntos, devemos lutar incessantemente pela emancipação das companheiras que são escravizadas nas roças e nas fábricas, que enfrentam a maternidade com insegurança e medo, que prostituem seus corpos por não terem outro meio de vida, que jamais tiveram como exprimir sua palavra.

Há, em nosso país, uma discriminação racial genericamente velada. Um negro, porém, sabe o quanto essa discriminação, que para os brancos pode parecer velada, é real, agressiva, profunda. Ele a sente na pele. Por isso, devemos apoiar a organi-

zação dos negros por seus direitos em nossa sociedade, ainda que isso venha descobrir, à luz do sol, o racismo que carregamos nas entranhas. Desde os escravos, os negros lutam, no Brasil, por sua libertação. Os quilombos foram conquistas mais decisivas para se acabar com a escravidão que o pretenso liberalismo da coroa portuguesa ou dos republicanos mancomunados com o capital inglês. Por isso defendemos o direito de os negros manifestarem sua cultura, sua palavra, seus anseios.

Somos pelo direito de as minorias se organizarem e defenderem o seu espaço em nossa sociedade. Não aceitaremos que, em nosso partido, o homossexualismo seja tratado como doença e muito menos como caso de polícia. Defenderemos o respeito que merecem essas pessoas, convocando-as ao empenho maior de construção de uma nova sociedade.

Acusamos a Funai de não respeitar os direitos das nações indígenas em nosso país. Denunciamos o INCRA e o latifúndio como principais responsáveis pela invasão das reservas indígenas e dos parques que possuem por tradição e direito. Somos solidários à causa indígena, ao movimento União das Nações Indígenas, a que falem seus próprios idiomas e preservem sua própria cultura. Não aceitamos que o índio seja tratado como peça de folclore. Embora erradamente tenhamos aprendido a tratar as tribos como selvagens, na verdade muito temos a aprender de humanidade, de socialização, de respeito à natureza e de amor à vida com os indígenas.

Contra a LSN, pelo desmantelamento do aparelho repressivo

Companheiros! Pesa sobre nós e sobre todos que, neste país, lutam pela justiça e pela liberdade, a odiosa Lei de Segurança Nacional. Não podemos cessar a nossa resistência ao regime autocrático, implantado no Brasil por golpe de Estado em 1964, enquanto esta lei existir, legitimando o aparelho repressivo. Cabe a toda a nação manifestar o seu repúdio a essa legislação. O Estado de direito só será restabelecido quando ela se constituir vergonhosa lembrança para nossos juristas e magistrados e o aparelho repressivo for totalmente desmantelado, sem que o poder seja cúmplice do terror.

Não vemos a abertura como um presente dos deuses. Antes, ela foi uma conquista dos movimentos populares, da luta sindical, das campanhas pela anistia, dos protestos da Igreja e demais setores de nossa sociedade civil. A certo momento, os arautos do regime viram que era mais conveniente entregar os anéis que correr o risco de perder os dedos. A nova conjuntura internacional exigia que o Brasil tivesse um aspecto um pouco mais democrático. Não nos iludamos, porém. A abertura foi apenas por cima, na tampa da panela. Por baixo, a panela continua vazia e nada se alterou na vida oprimida da classe trabalhadora. A abertura não chegou à zona rural, às favelas, aos bairros da periferia. O povo sofrido desta nação continua tão excluído da vida política quanto antes — e quando assume a luta por seus direitos, é tratado como caso de polícia. Cabe, pois, ao PT, incentivar a nação à conquista de uma abertura real, na qual o poder tenha caráter democrático e natureza popular.

Algumas coisas é preciso deixar bem claro: somos um partido legal, um partido de massas, aberto a todos os brasileiros que aceitam o nosso programa político e o assumem em sua prática social. Não surgimos para dividir a oposição, pois jamais aceitamos que a bitola partidária do regime autocrático fosse critério de unidade. Surgimos das lutas da classe trabalhadora nesse país. E se não representássemos uma significativa parcela do nosso povo, não teríamos o notável crescimento que estamos tendo, a ponto de suportar a nossa capacidade de organizar os núcleos que se multiplicam em todas as partes a cada dia.

Sabemos que diversas tendências políticas encontram-se em nossa sociedade. Reconhecemos o direito desses companheiros se organizarem em torno de suas visões e de suas propostas. Lamentamos que, por força do regime repressivo em que vivemos, essas tendências atuem na ilegalidade, embora sejam justas e legítimas as suas bandeiras. Lutamos e lutaremos pela legalização de todas elas, a fim de que suas práticas sejam comprovadas pelo veredicto popular. Preocupa-nos, entretanto, se um militante veste, por baixo de nossa camisa, outra camisa. Nunca pedimos nem pediremos atestado ideológico a ninguém. Interessa-nos que todos sejam fiéis ao programa e às normas do PT. Interessa-nos que companheiros não queiram fazer de nosso partido massa de manobra de suas propostas. Não aceitaremos jamais que os interesses dessas tendências se sobreponham, dentro do PT, aos interesses do partido. Denunciaremos, quantas vezes for preciso, certos desvios a que todos nós estamos sujeitos, como o economicismo, que pretende restringir a luta dos trabalhadores às conquistas imediatas de sua sobrevivência; o politicismo, que de cima para baixo quer impor seu dialeto ideológico aos nossos militantes, como se discurso revolucionário fosse sinônimo de prática revolucionária; o colonialismo daqueles que se autodenominam vanguarda do proletariado sem que os trabalhadores sequer os conheçam; o esquerdismo, que exige do partido declarações ou posições que não se coadunam a seu caráter legal e a sua natureza popular; o voluntarismo dos que querem caminhar mais depressa que o movimento social; o eleitoralismo dos que desejam reduzir o PT a um t.ampolim de cargos eletivos e de projeções políticas; o burocratismo dos que nos criticam por ir às portas de fábrica e querem um partido bem organizado mas sem bases populares; o oportunismo dos que só põem um pé dentro do PT e mantém o outro pronto a correr quando sentem que suas intenções não são aceitas pelos trabalhadores.

PT: Candidatos próprios a todos os cargos

Vamos concorrer às próximas eleições e apresentaremos candidatos a todos os cargos, em todas as regiões do país. Entretanto, não cremos que eleições sejam o que há de mais importante e definitivo para o nosso partido. Sem dúvida, elas têm sua importância e devemos conquistar sempre mais espaço na área parlamentar e nas funções executivas, de modo a fazermos ecoar as reivindicações dos trabalhadores. Mas nossas ferramentas de luta vão além de eleições periódicas: importa-nos forta-

lecer o movimento popular, os sindicatos, as oposições sindicais, os que lutam pela terra e todas as formas de organização, de mobilização e de união de nosso povo. É com esta plataforma que os nossos candidatos devem ter compromisso. Ninguém se elegerá pelo PT senão como candidato partidário, ciente de seus deveres para com as propostas e a disciplina partidária.

Quero ainda ressaltar nosso apreço por esses companheiros que, em todos os rincões do país, dão mostras de serviço efetivo aos interesses populares, enfrentando toda sorte de perseguições, calúnias, prisões e expulsões: os membros das Comunidades Eclesiais de Base e os padres e bispos ligados a elas. Não somos um partido confessional e não aceitamos que a Igreja interfira em nossas atividades, assim como não queremos intervir nas atividades da Igreja. Entre a Igreja e o partido deve haver clareza de funções diferentes, distintas, embora muitas vezes estejamos na vida oprimida e injusta de nosso povo, unidos pelo mesmo anseio de libertação.

Contudo, repudiamos a prática partidária que pretenda reduzir as comunidades de base a núcleos partidários. Respeitamos, como questão de princípio, a fé de nosso povo e o seu direito de liberdade religiosa, como atividade pública. Mas não seremos jamais um partido de crentes ou de ateus. Para nós a divisão é outra, é entre os que estão do lado da libertação e os que estão do lado da opressão. O Partido dos Trabalhadores não poderá jamais representar os interesses do capital.

Reconhecendo todos aqueles que, na Igreja, prestam serviços à causa do povo brasileiro, denunciamos a perseguição que o governo faz a leigos, padres e bispos, em nome do fantasma do comunismo. Nosso partido apoiará sempre, independente de sua confissão ou crença religiosa, todos aqueles que, neste país, são vítimas da intolerância, do arbítrio e da crueldade do poder.

Rumo ao socialismo democrático

Há muita gente que pergunta: qual é a ideologia do PT? O que pensa o PT sobre a sociedade futura? Aqueles que colocam tais perguntas avançam, ao mesmo tempo, as suas próprias interpretações que visam, em alguns casos, criticar o partido. Não seria o PT apenas um partido trabalhista a mais? Não seria o PT apenas um partido social-democrata, interessado em buscar paliativos para as desigualdades do capitalismo? Sabemos de onde vêm essas dúvidas e essas interpretações. E sabemos disto até porque são compartilhadas por alguns militantes do próprio partido, que construíram, para si, a teoria estranha de que o PT é uma frente ou um partido apenas tático.

O que importa aqui observar é que essas questões só servem para expressar a desconfiança em relação à capacidade política dos trabalhadores brasileiros em definirem o seu próprio caminho. São dúvidas de quem exige, desde já, uma receita da sociedade futura; são dúvidas de quem oferece o prato feito que os trabalhadores deveriam comer. São dúvidas de quem está longe das tarefas concretas das lutas populares, de quem não aprendeu ainda a conviver com o povo, muito menos a sentir o que o povo sente.

Nós, do PT, sabemos que o mundo caminha para o socialismo. Os trabalhadores que tomaram a iniciativa histórica de propor a criação do PT já sabiam disto muito antes de terem sequer a idéia da necessidade do partido. E por isso sabemos também que é falso dizer que os trabalhadores, em sua espontaneidade, não são capazes de passar ao plano da luta dos partidos, devendo limitar-se às simples reivindicações econômicas. Do mesmo modo, sabemos que é falso dizer que os trabalhadores brasileiros, deixados à sua própria sorte, se desviarão do rumo de uma sociedade justa, livre e igualitária. Os trabalhadores são os maiores explorados da sociedade atual. Por isso sentimos na própria carne, e queremos, com todas as forças, uma sociedade que, como diz o nosso programa, terá que ser uma sociedade sem explorados e sem exploradores. Que sociedade é esta senão uma sociedade socialista?

Mas o problema não é apenas este. Não basta a alguém dizer que quer o socialismo. A grande pergunta é: qual socialismo? Estamos por acaso obrigados a rezar pela cartilha do primeiro teórico socialista que nos bate à porta? Estamos por acaso obrigados a seguir este ou aquele modelo, adotado neste ou naquele país? Nós, do Partido dos Trabalhadores, queremos manter as melhores relações de amizade com todos os partidos que, no mundo, lutam pela democracia e pelo socialismo. Este tem sido o critério que orienta e continuará orientando os nossos contatos internacionais. Um critério de independência política, plenamente compreendido em todos os países por onde andamos, o que devemos aqui declarar em respeito à verdade e como homenagem a todos os partidos amigos. Vamos continuar, com inteira independência, resolvendo os nossos problemas à nossa maneira.

Sabemos que caminhamos para o socialismo, para o tipo de socialismo que nos convém. Sabemos que não nos convém nem está em nosso horizonte adotar a idéia do socialismo para buscar medidas paliativas aos males sociais causados pelo capitalismo ou para gerenciar a crise em que este sistema econômico se encontra. Sabemos também que não nos convém adotar como perspectiva um socialismo burocrático que atenda mais às novas castas de tecnocratas e de privilegiados que aos trabalhadores e ao povo.

O socialismo que nós queremos se definirá por todo o povo, como exigência concreta das lutas populares, como resposta política e econômica global a todas as aspirações concretas que o PT seja capaz de enfrentar. Seria muito fácil, aqui, sentados comodamente, no recinto do Senado da República, nos decidirmos por uma definição ou por outra. Seria muito fácil e muito errado. O socialismo que nós queremos não nascerá de um decreto, nem nosso, nem de ninguém.

O socialismo que nós queremos irá se definindo nas lutas do dia-a-dia do mesmo modo como estamos construindo o PT. O socialismo que nós queremos terá que ser a emancipação dos trabalhadores. E a libertação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores.

3. Órgãos do partido e comunicação interna e externa

Conforme o Título II do Estatuto original, o Partido dos Trabalhadores possui cinco órgãos:

I. De deliberação: as convenções municipais, regionais e nacional.

II. De direção e ação: os diretórios distritais, municipais, regionais e nacional.

III. De ação parlamentar: as bancadas municipais, estaduais e federal.

IV. De execução: as comissões executivas distritais, municipais e nacional.

V. De cooperação: o Conselho de Ética, o Conselho Fiscal, as secretarias municipais, regionais e nacional e os núcleos de base.

Pode-se acrescentar aí um sexto órgão.

VI. De formação política: a Fundação Wilson Pinheiro (FWP), a Fundação Nativo da Natividade (FNN) e o Instituto Cajamar (Inca).

Embora independentes, a FNN e o Inca são intimamente ligados ao PT. O Partido estabeleceu convênio com as duas entidades para formação de seus militantes.

Convém ressaltar que os estatutos oficiais são idênticos para todos os partidos e obedecem à Lei Orgânica de criação dos mesmos. Mas, na prática, o PT ultrapassa as formalidades do Estatuto (mesmo preenchendo seus requisitos) quando este atrapalha sua dinâmica. Por exemplo, no caso de, por força de lei, um partido ter de fazer convenções com um delegado para cada município. Criando a chamada pré-convenção descentralizada, o PT abriu as portas para a participação de muitos delegados. Assim sendo, as convenções oficiais acabam, na prática, referendando decisões anteriormente postas às mesas das pré-convenções mais amplas. Criando um sistema de núcleos de base (em que pesem o problema do enfraquecimento e quase total desarticulação dos mesmos aqui aludidos), o PT inovou esta participação ao ampliá-la ainda mais, de forma que as decisões ventiladas nas convenções passam antes por uma maior discussão a nível local, municipal ou regional, para que as instâncias superiores, a nível nacional, tenham nas mãos uma representação mais ampla do conjunto do partido.

Desde sua criação mantendo-se com verbas doadas pelos militantes e filiados, além das campanhas de rua, por se tratar

PARTITO COMUNISTA ITALIANO

IL SEGRETARIO GENERALE

Roma, 17 settembre 1981

Caro compagno Luis Ignacio da Silva,

ti ringrazio per il caldo invito rivoltomi ad assistere ai lavori della vostra Prima Convenzione Nazionale, alla quale però non potrò partecipare perché preso dagli impegni dell'attività politica e parlamentare particolarmente intensa in questo periodo.

E mi impegna anche la grande mobilitazione che il Partito comunista italiano sta sviluppando sui temi della pace e del disarmo che oggi si pongono per l'Italia e per l'Europa all'ordine del giorno con drammatica attualità.

Mi spiace, quindi, di non poter essere tra voi in un momento così importante per il vostro partito. La fase nuova che si apre con la vostra Convenzione è il segno del cammino che le lotte e le forze del movimento operaio hanno compiuto e fatto compiere al Brasile sul terreno delle conquiste sindacali e politiche.

Le forze dell'imperialismo tese a limitare la crescita sociale e civile nella vostra così come in altre parti del mondo, avvalendosi dei metodi più ingiusti quando non addirittura più efferrati, sono oggi l'avversario da battere perché si affermi un nuovo ordine sociale ed economico che faccia giustizia di ogni forma di indebita ingerenza, di ogni vecchio e nuovo colonialismo. Una forza come la vostra è oggi in prima linea nella lotta giusta per la piena autodeterminazione ed indipendenza dei popoli.

Non mancherà il compagno Armelino Milani, dell'Ufficio di segreteria della Direzione del PCI, che rappresenterà il Partito comunista italiano, di portare il saluto e l'augurio più fervido dei comunisti italiani e mio personale alla vostra prima Convenzione Nazionale e al Partito dei lavoratori brasiliani, partito che fonda la sua forza anche sull'impegno, la lotta e la storia di tanti immigrati, in particolare italiani, costruttori del nuovo Brasile.

Auguro a te personalmente, ai compagni, al Partito dei lavoratori brasiliani nuovi successi e consensi per il progresso del vostro paese e per la difesa degli interessi dei lavoratori e per il pieno dispiegarsi della democrazia garantita dalla presenza attiva e legale di tutte le forze della sinistra.

Cari saluti

Enrico Berlinguer

de um "partido sem patrões" (vendas de broches, estrelinhas etc.), o PT organiza sua *imprensa* a nível municipal, estadual ou nacional. Ademais, todos os textos oficiais do partido são distribuídos aos militantes e arquivados.

Nos municípios circula uma infinidade de informativos redigidos nas sedes dos diretórios, em geral mimeografados e de leitura rápida. Nos estados, informativos mais apurados, como, por exemplo, o *Boletim de São Paulo*, posteriormente convertido no jornal *Jornal do PT*, além dos documentos das Executivas Estaduais.

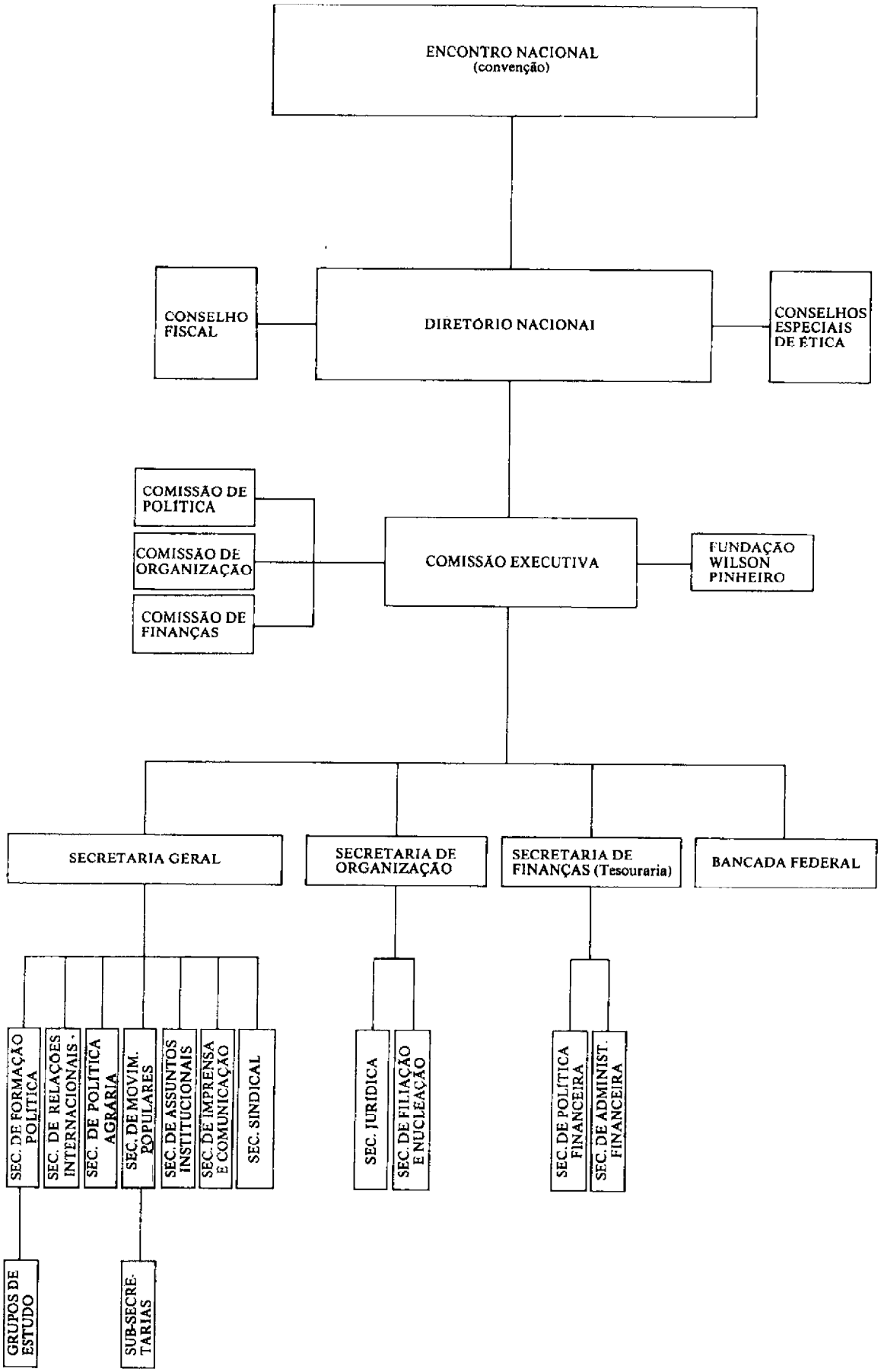
A nível nacional o partido, além de fazer circular os documentos oficiais, já manteve um jornal quinzenal, *Jornal dos Trabalhadores*, que circulou em 1982 e 1983, com mais de vinte números. Mas o órgão informativo da Comissão Executiva Nacional do PT é o *Boletim Nacional*, editado pela Secretaria Geral Nacional do PT, em circulação desde 1.º de novembro de 1983.

Eventualmente a Secretaria de Relações Internacionais, órgão de assessoria ligado à Direção Nacional, faz circular um boletim sobre política externa, embora o *BN* trate de questões internacionais, juntamente com outro órgão de discussão política e informações mais amplas e variadas: o *Teoria e Debate*, revista trimestral do Diretório Regional do PT-SP, já no seu sexto número. E órgãos de formação política, como o Instituto Cajamar, por exemplo (embora não seja exclusivamente do PT), também mantêm circulação de revista, como o *Caderno de Debates*, que manda para as ruas as discussões levadas pelo partido em sua sede. Além destes, alguns parlamentares — como foi praxe na Assembléia Constituinte — mantêm em suas secretarias órgãos informativos, também de distribuição nacional, sobretudo em seus pontos de contato ou apoio. (Ver, mais adiante, o capítulo Política de Formação Política.)

Também a TV-T (TV do Trabalhador) é um serviço de comunicação audiovisual que presta serviços ao partido, criando e organizando os programas das campanhas que vão ao ar pela TV e rádio de tempos em tempos.

★★★

4. Organograma Nacional do PT



CAPÍTULO III

O PT E A ÉTICA

Diretório PT-ES

O Partido dos Trabalhadores busca a longo prazo a *construção do socialismo* e do *novo homem* aí implícito. Não o socialismo formal, de "cartilha". Um socialismo cuja própria "definição" ainda aparece em aberto para nós. Mas isto não implica a falta de um projeto revolucionário para construí-lo. E, se o fim supremo do Partido dos Trabalhadores é o socialismo, ele mesmo, este fim, torna-se ético, por excelência, se entendemos que a *suprema moralidade* é a realização do homem, assim como a *suprema imoralidade* é, por outro lado, tudo o que o desrealiza, tudo o que o desenraíza, o desencrava de seus projetos, seus sonhos, seus desejos, seu crescimento... como ser humano com suas potencialidades variadas. E, na trilha dessa busca, a suprema imoralidade para o PT não está numa definição prévia do que é ser *moral* ou *imoral,* está na fome, na miséria, no desemprego, enfim, em tudo e qualquer meio injusto que o impossibilita dessa construção árdua de sua utopia positiva.

Não se trata, então, de uma ética arrancada de fatos isolados, até casuística, mas de uma ética de fundamentos que ultrapasse os limites do partido como seu instrumento para construí-la, visando tornar a humanidade menos "imoral" do que se apresenta. Um instrumento falho, limitado, e por isso mesmo sabedor de suas limitações. Uma ética não fechada, irredutível, porque tirada de seu próprio percurso e crescimento, mas uma *ética de princípios,* que não antecede aos fatos, mas que se amadurece neles a partir de uma profunda *interação dialética.* Se esta não está acabada porque a História não acabou, nem por isso deixa de apontar princípios visando sua própria construção.

1. Ética e revolução

Vamos aos fatos. A burguesia nacional adora jogar o PT contra a parede. Quando o partido decidiu não ir ao Colégio Eleitoral votar em Tancredo Neves por não acreditar naquele projeto circunstancial vindo "de cima para baixo" e afastou três deputados de seus quadros (Aírton Soares e Beth Mendes, de São Paulo, e José Eudes, do Rio de Janeiro), o PT foi visto como um partido "intransigente", de visão estreita, que "remava contra a maré da História brasileira"... A burguesia também adora fazer a opinião pública "engolir os fatos" na sua "casca", superficialmente. Em nenhum momento foi posto à opinião pública que a posição do partido foi deliberada internamente, após intensa e democrática discussão travada dentro do partido, de forma que os três deputados sabiam que estavam agindo por conta própria — e assim o assumiram, inclusive, sob pena dos riscos. O que a opinião pública não ficou sabendo é que para o PT era "mais ético" manter seu projeto democrático assumido em praça pública e que não era um fato circunstancial que esvaziaria sua posição assumida na luta pelas Diretas-Já. Para o PT, se seus deputados votassem em Tancredo Neves, o partido estaria sendo casuístico, por mais injuncional que se lhe apresentasse o fato, mas estaria agindo a partir de um fato "negociado" contra um pacto anterior entre o partido (na frente suprapartidária das Diretas) e o povo. Ora, o povo não fez o pacto do voto indireto Tancredo/Maluf, o que o povo acordou em praça pública com os partidos, no maior movimento de massas de nossa história, foi o pacto das Diretas, no que o PT foi até o fim, exatamente para não ferir seu acordo. Ora, este caminho o PT não adota por princípio, mesmo sabendo das conseqüências circunstanciais ou imediatas.

Outro fato. Quando, em 1986, aconteceu o assalto ao Banco do Brasil em Salvador, Bahia, pelos "iluminados" guerrilheiros do PCBR visando conseguir dinheiro para "financiar a revolução", novamente a burguesia deitou e rolou sobre o PT, circulando a imagem de "partido irresponsável, perigoso, de loucos, sem direção" etc.

A direção do Partido dos Trabalhadores deliberadamente expulsou de seus quadros os "bandoleiros do Leste" e a imprensa apenas esperou "esfriar" a ênfase dada anteriormente ao fato, restando na memória do povo apenas o fato isolado e, mais uma vez, casuístico: o assalto ao banco.

O PT enfrentou e vai enfrentar muitos casuísmos. O que a imprensa quer é correr atrás de "notícia quente", mas mal sabe

ela que estes enfrentamentos da opinião pública ajudam o partido a amadurecer — ou a imprensa não sabe que a História se dá a partir de contradições das mais variadas? É só não perder de mira o seu fim supremo e trabalhar os fatos em vista dele e não dos fatos isolados, estanques e até absolutizados. E ter consciência dos fatos versados nesse dinamismo de forma alguma significa subestimar os projetos de médio ou longo prazo em vista da construção de uma sociedade mais justa a partir da emancipação dos trabalhadores. De outra forma, a gente acaba "indo para onde o vento sopra". E como tem lufadas de vento soprando pra todo lado nos acontecimentos! Portanto, se quisermos ser revolucionários, sejamos antes de tudo éticos, no sentido aqui exposto. O resto é casuísmo, moralismo, maniqueísmo e outros tantos "ismos" que obscurecem nossa visão ou nos viciam.

2. Algumas considerações de ética interna

Certa vez apareceu num jornal paulistano uma charge bem humorada que mostrava, pelo lado de fora, uma sala fechada e, de dentro dela, saindo estrelinhas pela porta estufada, dando idéias de bofetadas, palavrões... como se ali as pessoas estivessem se agarrando com unhas e dentes. Na porta a inscrição: "Partido dos Trabalhadores" e, abaixo, o *slogan*: "A luta continua". O humorista quis passar a idéia de que dentro do PT literalmente se aplicava seu *slogan*, ou seja, ali "ninguém se entendia".

Humor à parte, um partido que se preze não é uma "escola de balé" em cujos ensaios todos seguem necessariamente o ritmo das instruções silenciosamente. Um partido que se preze é marcado por divergências de toda ordem. Cumpre assumi-las, mas não se perder nelas. Tendências internas, como veremos adiante, são índice de vida política. Divergências são frutos de paixões. Política não se faz apenas com paixões, mas também não se faz sem elas. Vejam-se as experiências revolucionárias nos relatos de Lênin, Trotski, Rosa Luxemburgo, os anarquistas e outros.

Mas há questões de ética interna que precisam ser equacionadas e preservadas para a saúde política de qualquer partido. O PT sabe disso e cada vez mais tem o cuidado de repará-las.

A partir do V Encontro Nacional (dezembro de 1987, de que falaremos adiante), surge no PT um movimento interno denominado "Por um PT Socialista". Esse movimento propôs-se a divulgar no partido um conjunto de seis teses para discussão e aprofundamento.

A primeira delas, *A construção do PT*, foi publicada em abril de 1988. Embora não constitua um documento oficial do partido, vamos ressaltar aqui alguns pontos que aparecem no item quatro referentes à questão da *ética*. É a primeira vez que, dentro do partido, este tema é ventilado para uma discussão mais ampla.

2.1. As direções, os quadros, os militantes

As direções partidárias tornam-se esvaziadas quando a luta interna se transforma num círculo vicioso. Não há uma luta para a coesão, mas para a ocupação de espaços (maiorias) nas decisões. Os esforços são levados para montagens de estruturas externas do partido apenas em função da luta interna viciada, inoperante.

Tudo isto tem de ser evitado. As direções devem ocupar o partido e animar seus órgãos e seus militantes organicamente, de dentro da estrutura partidária, com trabalho, presença, afinidade. Todos devem valorizar as direções, mesmo sendo minoria no partido. Isto nunca foi problema. O problema é transferir a equivocada relação "minoria e derrota" para a ação política.

Toda luta interna deve ser mantida dentro dos quadros do partido. Os meios de comunicação burgueses estão à cata de "problemas" internos — como se divergências fossem "problemas" necessariamente — para passar a imagem da "desagregação" do partido, que sequer consegue "lavar sua roupa suja em casa". Isto enfraquece o partido aos olhos do público, que só vê seus "podres", já que os simpatizantes que pretendem ingressar no partido não têm ainda idéia clara de sua vida interna. Toda circulação de material deve antes passar pela aprovação do partido antes de ser publicado dentro ou fora — como matérias "plantadas" na imprensa, folhetos apócrifos etc. É para isso que o partido mantém uma Secretaria de Divulgação e de relações externas. Caso contrário, devem ser instaladas Comissões de Ética para apurar ações voluntárias individualizadas. Se dentro do partido todos têm direito a voz, na relação externa todos devem cantar, mantendo sua voz, mas como num coral uníssono bem afinado.

Disputas internas não devem ser transferidas para o campo eleitoral. Se há um momento em que o partido precisa mostrar-se unificado é na luta eleitoral. Isto não significa ausência de divergências sobre candidaturas, programas etc., mas presença de consenso no sentido de que uma campanha é comum, partidária, e não dos candidatos e seus "grupos de apoio". Antes do compromisso com a democracia, um partido que não se compro-

mete com a própria democracia interna se desagrega, mais cedo ou mais tarde.

Os quadros políticos com capacidade de elaboração teórica, formulação política e organização partidária devem ser preservados num esforço comum de todos (direções e militâncias), como um patrimônio do partido. Os serviços neles e por eles prestados são de inegável valor — o que não implica ausência de erros — e métodos deformados de luta interna roubam do partido a própria riqueza de sua pluralidade interna, necessária à organização da estratégia e tática na luta política diária e na relação do partido com a sociedade.

Quadros políticos não se formam da noite para o dia e lideranças não se encontram em cada esquina nem se criam por decreto. Tarefas atribuídas aos companheiros são fáceis de criticar quando se está "fora" ou distante de seus desempenhos. "Queimar" os quadros sem aprofundar politicamente as divergências é atitude despolitizada e irresponsável.

Da mesma forma que tanto os quadros como todo e qualquer militante devem ser livres de quaisquer tipos de "queimação", para não se deteriorar o clima político interno do partido. Não importa em qual estágio de evolução se encontra, o militante está propenso a crescer dentro do partido, na luta, e é também patrimônio que deve ser preservado. Fazer ataques pessoais só leva à disputa despolitizada e inócua.

2.2. *As idéias, as divergências, os valores burgueses*

Toda e qualquer posição política deve ser explicitada. O partido tem vida interna para isto, para a "decantação" das idéias. A tentação do sectarismo é constante e isto é uma fraqueza natural de nossas paixões políticas. Todo homem que quer intervir na realidade possui uma "alma de verdade" própria que pretende expor, julgando-a a melhor; daí, as divergências. Via de regra a disputa para manter as idéias intocáveis é a disputa para dominar o aparelho partidário — a paixão das idéias pessoais ou grupais leva à paixão do domínio. Isto não significa deixar de ter "pulso" político. Estamos falando de respeitabilidade e racionalidade de participação partidária.

O PT, como partido de massas que é, também abriga em seus quadros pessoas com os mais diferentes níveis de consciência política, de conhecimento teórico (histórico etc.), de experiência política prática ou mesmo de todas essas coisas juntas. Nem sempre um militante apóia uma idéia pelo seu conteúdo,

mas pela sua "simpatia pessoal". Isto deve ser evitado. Daí, o esforço no partido para ampliar a formação política.

Todo militante tem direito ao não-alinhamento. Vale dizer, para estar no PT o militante não precisa ser da tendência X ou Y e o partido deve assegurar-lhe este direito. Com certeza a maioria não vem ao partido por causa de tendências, mas pelo partido em si. Você não veste uma camisa ou um conjunto só porque achou uma gola ou uma manga bonita. Nada pior que o "exílio político" dentro do próprio partido, principalmente devido a uma posição de independência. O PT não pode repetir internamente o fisiologismo que tanto critica nos partidos burgueses.

As posições políticas é que devem ser combatidas e não as pessoas. E não podemos confundir debate com rivalidade pessoal. Política não se faz devido aos belos olhos. Isso é pra "concursos de Miss Brasil". Dentro do partido somos divergentes mas não somos inimigos. Isto só leva à cristalização de posições imobilizadoras, impedindo o que o partido pode ter de mais rico: o fluxo de idéias e a troca de experiências. A saúde orgânica do partido resulta da aceitação de divergências e da convivência a partir delas. O comportamento sectário e rançoso é fruto do maniqueísmo de que já falamos: "meus inimigos são maus só porque são diferentes de mim". Isto é ideologia mal assimilada, é paixão política mal conduzida e mal resolvida e está a um passo do autoritarismo intolerante. Conviver para eliminar o quanto possível as divergências significa equacioná-las racionalmente e não tentar eliminar os divergentes como "pedras no meio do caminho". A "estratégia do recorte" é a estratégia do stalinismo puro, que tanto recusamos. Ninguém é "mais petista" ou "menos petista" devido a suas posições divergentes. A bílis amarga e estéril da rivalidade é fruto da embriaguez da paixão política, mas que só leva ao mal-estar e até ao vômito. É claro que ela é também orgânica, mas é a última defesa de um organismo violentado pela embriaguez.

Os valores burgueses podem estar impregnados em nosso comportamento, mesmo que não saibamos, porque participamos de uma sociedade burguesa vinte e quatro horas por dia, trinta dias do mês... Não basta a opção ideológica para deixarmos de correr o risco de reproduzir, no partido, exatamente o que queremos negar de modo mais abrangente: o individualismo, o machismo, o comportamento autoritário, a subordinação, a punição, mesmo que dissimulada, aos que de nós divergem, a recompensa, também mesmo que dissimulada, aos que conosco se conformem etc. Há nesses valores a permanente tentação do

monopólio. Isso não cabe de forma alguma num partido como o PT.

2.3. A solidariedade

Tudo o que foi dito desemboca e ganha soluções mais saudáveis na solidariedade. A solidariedade e, por extensão, o respeito a todo o patrimônio inviolável das pessoas no partido, nos grupos ou fora deles, devem ser alçados acima de toda e qualquer simpatia e acima de toda e qualquer divergência política. A vigilância permanente sobre a solidariedade pode ser difícil e exige constante revisão pessoal e grupal internamente. Mas constitui uma arma poderosa da luta de classes e da construção partidária. Uma ética revolucionária que se preze é uma ética da solidariedade, independentemente da firmeza de posições. Embora isto já se tenha desgastado, é como afirmou certa vez Che Guevara: 'Há que endurecer-se, mas sem jamais perder a ternura". (Ver esta questão da ética no capítulo "A ética petista", no texto *A construção do PT,* Teses Nacionais n.° 1, p. 21-5. O leitor o encontra com certeza nas sedes do partido ou nas barracas de campanha, em comícios etc.)

★★★

CAPÍTULO IV

BANDEIRAS DE LUTA E PROJETO POLÍTICO

Diretório PT-ES

O Partido dos Trabalhadores sempre entendeu que a emancipação da classe trabalhadora deve ser obra dos trabalhadores. É isto que confere significado à afirmação de o partido ser "sem patrões". O PT igualmente entende que só os trabalhadores, de todos os níveis e origens, comprometidos com a democracia e as classes dominadas, podem propor um *projeto político* de mudanças efetivas. Isto implica não só vontade de mudar, mas muita seriedade, trabalho, discussão, empenho, luta e sobretudo método, para que as mudanças não sejam apenas periféricas ou circunstanciais.

1. A emergência de emancipação dos trabalhadores a partir de um PROJETO POLÍTICO das classes dominadas

Em 1983, um ano crítico para o PT, a Comissão Executiva Nacional elaborou um documento que serviria como ponto de partida para a Convenção Nacional marcada para fevereiro de 1984. O documento abria mais uma vez o debate dentro do próprio partido a respeito da política nacional e das tarefas reclamadas ao Partido dos Trabalhadores. O documento chamou-se *Projeto Político do PT.*

Numa *primeira parte* discutia-se a crise nacional, a partir das dimensões econômica, social e política, nas óticas da classe dominante e das classes dominadas, o movimento sindical e outras formas de resistência e luta, além de um capítulo sobre a América Latina e o Brasil, neste contexto continental, condu-

zindo ao enfoque da ação parlamentar, onde a crise geral (política, econômica, social, de modelos etc.) encontra grande ressonância.

Numa *segunda parte*, os projetos da classe dominante que então se esboçavam como "alternativas viáveis" para a crise nacional. Começando com o projeto de abertura do então presidente João Baptista Figueiredo e em seguida o das Forças Armadas que o sustentavam, e os projetos civis, como o de Tancredo Neves, Ulysses Guimarães, ou Leonel Brizola — projetos declarados de "arranjo interno" da crise institucional do regime, sem que os trabalhadores neles participassem como co-articuladores e sujeitos das mudanças.

Já numa *terceira parte* do documento, o Diretório Nacional fazia um balanço do momento político em foco (1983-1984), enfatizando a crise brasileira mais amplamente: do ponto de vista do regime vigente, do sistema econômico que o sustenta e dos

Nair Benedicto

1 - Assembléia na Igreja.
Intervenção do sindicato dos Metalúrgicos.
São Bernardo do Campo - 1980.

próprios projetos alternativos de reforma "pelo alto", bem como a tendência geral de centralização da conjuntura brasileira, visando tão-somente amenizar a situação a partir de arranjos, montagens de dentro da própria engrenagem de poder que a sustenta.

Finalmente, uma *quarta parte*, o *Projeto Político* alternativo do PT propriamente dito, a ser amplamente discutido. Evidenciou-se nesta parte a preocupação da Executiva no sentido de o partido não se desgastar como "mais uma oposição ao regime militar", num momento em que apresentava à sociedade alternativas claras de oposição, resistência ou receptividade popular ao projeto, começando pela evidente questão do poder a ser desmantelado. Trata-se de um primeiro projeto de verdadeira ruptura popular com o regime cuja tarefa central foi definir muito claramente os objetivos e as prioridades do mesmo projeto, como objetivos e prioridade do próprio partido desde seu nascimento. Além do mais, procurou-se evidenciar os meios para alcançar tais objetivos, propondo, para tanto, lutas imediatas no seio do movimento de massas, conclamando o partido, inclusive para a revisão interna de sua organização.

1.1. Formas organizativas de luta

Desde sua origem o PT vem-se comprometendo com a mobilização dos trabalhadores no movimento de massas, visando garantir ao máximo a consolidação das conquistas obtidas pela luta dos trabalhadores.

O documento em evidência — que reproduziremos na íntegra mais adiante — apontou pelo menos dez frentes de mobilização dos trabalhadores a serem apoiadas pelo partido: 1) sindicatos urbanos e rurais, juntamente com as associações intersindicais ou profissionais, a CUT, as comissões de fábricas, comissões de desempregados etc.; 2) associações de moradores, comitês de bairros, comissões e conselhos populares; 3) entidades de luta por direito das mulheres, negros, índios, menores, deficientes e outras minorias sociais e culturais; 4) entidades sociais contrárias à deterioração da qualidade de vida da população (como os órgãos de pesquisa); 5) entidades de defesa do patrimônio cultural brasileiro e contrárias à alienação cultural; 6) comissões e comitês de defesa dos direitos humanos, de anistia, de luta contra a repressão social e política; 7) comissões e comitês de solidariedade aos povos que lutam por sua libertação antiburguesa e antiimperialista; 8) entidades que lutam contra as formas de dominação ideológica, sobretudo no campo da co-

municação de massas, anulando, diminuindo as formas de manifestação e expressão da vida popular; 9) entidades políticas e partidárias com ampla e total liberdade e autonomia.

Neste sentido, o Partido dos Trabalhadores tem recebido o mais amplo apoio popular em suas frentes de luta — os resultados não demoraram a aparecer nas urnas —, sem, contudo, deixar-se diluir nestas entidades e conservando intacto seu projeto político e sua organização partidária. Só dessa forma o PT entende poder ultrapassar a visão de uma democracia meramente formal e simplesmente representativa — o voto não é fim, é meio — para concretizar aos poucos seu objetivo primeiro, histórico, que é o da emancipação da classe trabalhadora pelas suas próprias mãos. Exemplo disso são os conflitos que começam a aparecer nas administrações petistas nos primeiros meses de 1989. As secretarias de movimentos populares privilegiam o trabalho de base dos conselhos na sua permanente organização, definição de prioridades e fiscalização das administrações populares. Esta prática inovadora vem questionando as antigas SABs (Sociedades Amigos de Bairros) na sua política clientelista de "comprar jogos de camisas de futebol" e coisas afins, para angariar simpatias ou somar votos.

1.2. Qual socialismo? Questão permanentemente colocada

Se o PT entende que é apoiando as formas concretas de luta *das* massas a melhor maneira de ultrapassar a democracia formal dos partidos construídos *para* as massas, mesmo os das oposições tradicionais, é assim também que o Partido dos Trabalhadores entende ser a mais autêntica via de construção do *Socialismo.*

O PT jamais lutou por um *socialismo formal*, dogmático, previamente delimitado em cartilhas. Portanto, antes de se colocar a questão do socialismo no Partido dos Trabalhadores, é preciso perguntar: qual socialismo?

Sem armar "patrulhas ideológicas" contra grupos que nele atuam e reforçam a luta dos trabalhadores no interior do partido, o PT entende que a prioridade é o trabalhador na *sua descoberta própria do socialismo* como projeto dos próprios trabalhadores. Descoberta como classe dos caminhos para construí-lo, começando com a ampliação, desde as origens do partido, do conceito de trabalhador, desmistificando primeiramente as distâncias im-

postas, às vezes impregnadas no marco da luta, entre o trabalhador braçal e o intelectual, assim como o militante, o camponês, o estudante etc., aproximando todos, sem que este ou aquele grupo ou quadro tome nas mãos, sozinhos, as rédeas ou as formas de ação e direção da luta dos trabalhadores. É pela decantação necessária e urgente desse conceito tão rico que deve começar a compreensão de socialismo e de suas possibilidades históricas no seio da classe. Porque se começa exatamente com um novo e fundamental entendimento sobre o próprio sujeito que deve construir o socialismo.

Esta tarefa duradoura e árdua da construção lenta do socialismo não é fácil e implica muito trabalho, estudo, reflexão, debate, deliberação... mas sem dogmatismos e sem cópias de modelos externos (soviético, cubano, albaniano, sueco, nicaragüense, polonês, alemão, francês...), embora também sem xenofobias inúteis. A formação política da classe trabalhadora brasileira é outra, bem diferente sobretudo da européia, porque o contexto é outro, o tempo histórico é outro, muito embora seja o socialismo um sonho universal da humanidade, mesmo que nem todos nesta mesma humanidade ainda tenham descoberto seu verdadeiro sentido e sua dimensão.

Perguntado pelo filósofo francês Felix Guattari se o PT mantém relações privilegiadas com a Internacional Socialista, Lula respondeu: "Não. No PT nós não nos preocupamos em estabelecer compromissos com nenhuma das internacionais existentes." Aliás, continua Lula, "enquanto estivermos em fase de crescimento, as questões ideológicas não poderão ser colocadas em sua plenitude no PT. Seria prematuro a gente se engajar a nível internacional. Nós esperamos estabelecer relações estreitas com todas as forças democráticas do mundo e isto só será possível se não fizermos opções ideológicas de cúpula, antes que a base faça suas próprias escolhas" (*Felix Guattari entrevista Lula.* São Paulo, Brasiliense, 1982, p. 29).

Esta questão fundamental do socialismo no PT, portanto, é uma questão dialética e não formal nem dogmática e, se é posta como fim a atingir, sequer deve ser colocada antes que a própria classe trabalhadora se organize para poder escolher por si própria seus caminhos. O documento em questão não trata formal e antecipadamente da questão do socialismo — para não "queimar etapas". Mas preocupa-se, como tarefa central de seu projeto político alternativo, com a ruptura popular e institucional do regime vigente (parágrafos 93 e 95), propondo como etapa imediata um regime novo (parágrafo 106).

1.3. Quais alianças?

Outra questão que tem sido muito discutida pelos trabalhadores no PT é o problema das *Alianças.*

Toda vez que um regime não se sustenta mais (e o PT surgiu na agonia do regime militar), é muito comum se falar em união de oposições, frentes de oposição ou de alianças políticas para combatê-lo.

Na República brasileira, notadamente a Segunda, alianças partidárias ou suprapartidárias têm surgido sobretudo com fins eleitoreiros ou como estratégias descartáveis de partidos que, após cumpridas ou esgotadas suas finalidades momentâneas, têm recaído no desgaste e se dissolvido com facilidade. Às vezes até partidos com princípios idênticos, que anteriormente se uniram para determinados objetivos, tornam-se depois inimigos ferrenhos na arena política.

O Partido dos Trabalhadores entende que isoladamente não pode levar a cabo seus projetos e desde que surgiu tem discutido e elaborado critérios e estabelecido contatos visando o estabelecimento de uma política de alianças. Por isso o PT entende que o primeiro passo a ser dado é caminhar decididamente em direção aos movimentos populares e conclamar todos os partidos de oposição e todas as entidades ligadas aos movimentos populares e sindical a apoiarem uma proposta política ampla, pluripartidária, tendo como preocupação única e exclusiva ajudar os trabalhadores a conquistar sua unidade no marco da ação política e em defesa exclusiva de seus interesses.

Só esta preocupação é capaz de gerar alianças fundadas num programa de ação verdadeiramente duradouro. Vale dizer, alianças que mantenham a originalidade e os objetivos primeiros dos partidos ou de qualquer força social correlata, sem que uns se diluam ou sufoquem outros, tendo em vista apenas e tão-somente a superação dos entraves colocados em dado momento histórico frente à classe trabalhadora. Alianças surgidas frente a obstáculos que reclamam a ação conjunta e que levam, portanto, ao estabelecimento de critérios formulados e debatidos em cima de acordos sobre questões práticas, visando exclusivamente os interesses dos trabalhadores da cidade e do campo. Mesmo alianças táticas com outros setores políticos (mantendo sempre a autonomia e independência do e dos partidos), chegando a frentes ou uniões parlamentares ou extraparlamentares, conforme a conjuntura, no sentido de ser a base de sustentação social de um novo regime ou novo governo.

A campanha pelas eleições diretas em 1984 mostrou claramente a posição tático-estratégica do Partido dos Trabalhadores com relação, primeiramente, à fixação de objetivos programáticos, evidenciados no fato de não ter "abandonado o barco à deriva" após a derrota parlamentar da emenda em abril de 1984. O que na época soou como "derrota" de um partido "isolado", com o tempo representou ganho político inestimável ao PT. (Esta discussão sobre política de alianças corresponde, no Documento, aos parágrafos 100 a 105.)

1.4. A luta pelas eleições diretas

A Campanha das Diretas-Já nos anos de 1983 e 1984 foram decisivas para o fim do ciclo dos presidentes-generais. Elas fo-

ram oficialmente lançadas dia 17 de dezembro de 1983, dia da morte de um de seus maiores defensores, o senador Teotônio Vilela. Neste dia, na praça em frente ao Ginásio Pacaembu, foi realizado o primeiro grande comício pelas diretas, cuja participação mais expressiva foi de petistas, embora outras agremiações políticas tivessem também participado.

No ano seguinte, com o apoio dos governadores de oposição eleitos, a campanha tomou rumos mais expressivos, chegando em maio à realização de um comício suprapartidário no Vale do Anhangabaú, em São Paulo, com cerca de 1 milhão e 700 mil participantes, algumas semanas depois da realização de um comício de cerca de 1 milhão de pessoas no Rio de Janeiro.

Esse foi o maior movimento de massas já realizado no Brasil. Mesmo assim, as eleições diretas não se realizaram, pois a partir de uma trama dos setores conservadores e da própria ditadura, segundo brasilianistas americanos, negociaram as eleições indiretas, via Colégio Eleitoral, no mesmo ano.

O PT opôs-se ao pacto palaciano das indiretas, assumindo inclusive o desligamento dos parlamentares que votaram no Colégio Eleitoral por não acatarem decisão das bases do partido.

Como disse na época o professor Florestan Fernandes, os comícios tornaram-se uma farsa. A "transição democrática" apareceu como uma filha espúria do Colégio Eleitoral. A chamada "Nova República" exibiu-se claramente como um rebento da ditadura, o seu prolongamento político em outras condições militares.

Mais tarde, essas declarações de Florestan Fernandes verificaram-se totalmente acertadas. A esperança dessas grandes manifestações cívicas foram totalmente frustradas.

A luta pelas Diretas representou o mais evidente exemplo de que o partido só encara alianças no sentido aqui enfocado anteriormente, isto é, a partir de um programa de ação muito claro e de um acordo tático-estratégico de luta. Para o Partido dos Trabalhadores, a eleição direta para a Presidência da República representou *um fim*, se colocado como objetivo mais imediato a ser alcançado no marco da luta popular, e *um meio*, se entendido globalmente num itinerário de luta mais ampla pela liberdade e pela democracia, por mais "tentadores" que sejam os desvios imediatistas que a construção da democracia possa apontar. Naquela circunstância histórica, o PT não foi compreendido por não ter abandonado um acordo firmado em praça pública para engajar-se numa aliança momentânea, eleitoreira, reformista, autoritária, costurada de cima para baixo, quando o

povo ainda voltava das praças públicas para casa enrolando as bandeiras, cabisbaixo, após a "traição" parlamentar.

Comício Diretas Já. São Paulo, 1984.

O fato de não abrir mão da luta pelas eleições diretas do final de 1983 ao início de 1985 (Campanha Diretas-Já visando aprovação da emenda do ex-deputado Dante de Oliveira) conferiu ao PT uma seriedade política que o fez ser bem visto aos olhos populares, mesmo não tendo a imprensa a seu favor. A resposta é muito simples. O partido discutiu e deliberou nas bases a campanha pelas eleições diretas e não via sentido, logo depois de sua desaprovação, em tomar outros caminhos que não tinham sido debatidos com os trabalhadores e nem haveria tempo suficiente para amadurecer uma postura diferente da que havia tomado quando optou por aquela luta. (Conferir, no parágrafo 97 do Documento, o último dos cinco eixos fundamentais da luta nos movimentos de massas.)

1.5. A luta pela participação popular na Constituinte

A luta ampla pela liberdade e pela democracia tem de passar pela revisão do problema da liberdade partidária — já atingida, pelo menos formalmente, no país — e da liberdade de

opinião. Conviver com o pluripartidarismo e a rica divergência de opiniões em todos os sentidos é um objetivo de que o PT nunca abriu mão.

Urgindo pôr em revisão ampla suas questões sociais no plano jurídico-político, o país caminhou para a elaboração, em 1986/1988, de sua nova Carta. E o grande anseio da sociedade brasileira como um todo e das massas populares em luta franca contra o antigo regime foi que a Assembléia Nacional Constituinte se instalasse com o máximo de liberdade, democracia, representatividade e participação possível. O PT e os trabalhadores já sabiam de antemão que, dentre os grandes temas, estariam a Lei de Segurança Nacional, a Lei de Greve, a Lei de Imprensa, o arrocho salarial, a Reforma Agrária... e tantos temas que o PT já levava em suas bandeiras de luta, ligados ao problema vital da liberdade, do fim do regime e da emancipação da classe trabalhadora.

Para que a Assembléia não fosse apenas uma "Constituinte formal", isto é, puramente jurídica, mas fundamentalmente política, o PT lutou para que dela não participassem apenas os "políticos de profissão", mas os legítimos representantes dos movimentos sociais combativos. Não era hora de discussões formais e abstratas sobre a natureza e finalidade do Parlamento. O Parlamento, naquela circunstância e etapa histórica da Constituinte, era um instrumento jurídico-político importante para legitimar pelo menos um mínimo avanço popular. Por isso o Partido dos Trabalhadores, sentindo a necessidade de consolidar ainda mais a mobilização popular em torno de seus interesses, conferindo-lhe legalidade, sugeriu e lutou combativamente pela proporcionalidade direta entre o número de eleitores e o direito à participação de todos os partidos. Exemplo dessa luta foi a criação de conselhos consultivos municipais de caráter deliberativo. Mas em virtude da própria natureza daquele Fórum e do desequilíbrio numérico da participação do PT e de outros partidos de esquerda na elaboração da Carta, em muitos aspectos a luta foi infrutífera.

O PT quis ampliar ao máximo possível a discussão entre os trabalhadores, para que esta tivesse uma representatividade autêntica e majoritária quando da elaboração da Nova Carta, tendo em vista as possibilidades reais de intervenção dos trabalhadores no processo, a fim de que se modificassem situações concretas que afligem diretamente o trabalhador em seu dia-a-dia.

O que significa situações concretas?

O PT sabia, por exemplo, que a Constituinte não poderia "dar emprego" a todos, mas poderia, por outro lado, determinar ou possibilitar a determinação de uma política econômica voltada para as questões sociais emergentes. Poderia assegurar, por exemplo, juridicamente, um salário mínimo real mais digno, autonomia sindical, priorizar em Carta as condições de saúde do povo, de moradia, de educação, enfim, tudo o que possibilitasse na prática melhorar ainda mais as condições de vida do trabalhador.

É isto que significaria na prática a participação popular na Constituinte: a modificação de um Estado elitista, paternalista e conservador ainda vigente, em que apenas alguns "iluminados" representem a vontade dos trabalhadores. Por isso, para o Partido dos Trabalhadores, uma Constituinte para ser livre e soberana só tinha uma marca inconfundível e inarredável: a participação efetiva dos trabalhadores. Só então teria sido assegurado, nessa etapa histórica, um passo a mais na difícil escalada da liberdade e da democracia não meramente formais. (No documento em foco, mais adiante, o PT conclamou a todos ao debate sobre a Constituinte. Ver parágrafo 110. Ver também capítulo sobre a Constituinte, mais adiante.)

2. Um PROJETO ECONÔMICO a favor da classe trabalhadora

De nada adiantaria um projeto político e social motivador se em suas bases o país continuasse corroído por um modelo econômico aviltante para os trabalhadores. Preocupar-se em intervir efetivamente na sociedade de classes deve estar assentado numa lúcida compreensão da vida econômica da sociedade, mola mestra de toda a ação política e social. O objetivo primeiro de uma política econômica consistente não deve ser outro senão interferir estruturalmente neste estado de coisas, e o PT sabe disso.

Por esta razão, um ano antes de vir a público o *Projeto Político do PT*, em novembro de 1983 (que reproduziremos na íntegra mais adiante), a Executiva Nacional redigiu, em outubro de 1982, um *Programa Econômico*, como proposta para debates nas bases. (Não reproduziremos este documento devido a sua extensão.)

O documento apresentou os seguintes itens: 1. Introdução. 2. Luta contra o desemprego. 3. Redistribuição de renda. 4. Inflação. 5. O Brasil na economia mundial. 6. O Estado e a economia. 7. A questão da terra.

Outros documentos oficiais viriam enriquecer um debate que desde cedo se travava no partido. Por exemplo, um ano e meio depois, em junho de 1984, o PT apresentaria uma nova plataforma de luta em dez pontos principais (inclusive levado à TV em cadeia nacional) em que as questões econômicas básicas eram enfocadas. Vamos apenas mencionar alguns dados.

2.1. Soberania nacional, dívidas interna e externa, arrocho salarial, inflação, impostos, nacionalização de bancos e empresas...

O Partido dos Trabalhadores sempre quis que o trabalhador soubesse, na prática, que o Brasil é um país rico, dos mais ricos do mundo em termos de riquezas naturais, mas ocupando ainda a faixa dos países pobres, do chamado "Terceiro Mundo" (mesmo sendo o mais desenvolvido dentro desta faixa). Por isso o PT sempre ofereceu dados reais para o trabalhador poder discutir seu país e saber para onde vai a riqueza que ele produz.

Dentro da faixa do chamado Terceiro Mundo, o Brasil se classifica hoje como um país "semi-industrializado", vale dizer, um país que já apresenta "algum desenvolvimento mas com grande concentração de riqueza, portanto, com aberrantes desigualdades sociais. Em 1980 (as pesquisas são atualizadas a cada dez anos), nossa renda *per capita* era de aproximadamente 2 mil dólares, isto é, mais que o dobro da média do Terceiro Mundo, em torno de 850 dólares. Esta situação não mudou muito de lá para cá. Mas é preciso salientar, em contrapartida, que nesta mesma época a renda *per capita* mundial situava-se em torno de 2.500 dólares e o chamado "Primeiro Mundo" (países capitalistas industrializados) ultrapassava os 10.600 dólares em sua renda *per capita*. É claro que manusear estatísticas é algo via de regra perigoso, dada sua relatividade, mas estes dados servem tão-somente para confirmar, em tese, o que afirmamos, independentemente de suas variantes e até mesmo de suas interpretações possíveis.

O nosso produto industrial, um pouco antes, em 1978, se colocava como o 7.º do mundo capitalista (atrás apenas dos Estados Unidos, Japão, Alemanha Ocidental, França, Itália e Inglaterra) e bem acima dos demais países do Terceiro Mundo. Comparando nosso produto industrial com o de países de população mais numerosa, como a China e a Índia, verifica-se aí que o Brasil era mais de duas vezes mais industrializado que estes países — índice que em nada mudou de 1982 para cá.

Estes e tantos outros dados da economia brasileira e mundial deveriam servir e servem, do ponto de vista do partido, para o trabalhador levantar as seguintes considerações: 1.º) Somos um país suficientemente rico e que produz riquezas. 2.º) O trabalhador raramente toma conhecimento da riqueza que produz, não para si mesmo, mas principalmente para os outros, tanto para a burguesia nacional — uma elite nacional de apenas 5% da população que retém para si mesma a maior concentração de riquezas do país — como para a elite internacional, os nossos credores que controlam "por alto" todo o fluxo de riquezas produzidas pelos países pobres. Vide cotações de mercados para safras agrícolas nas bolsas de valores, leis de informática, os mecanismos e critérios de contração da dívida externa, o papel e os limites das multinacionais etc. São dados aos quais os trabalhadores não têm um acesso mais definido no dia-a-dia, através do noticiário da grande imprensa, falada, escrita, televisiva etc. Além da grande imprensa, que serve de grande filtro para omitir ou manipular dados, o discurso governamental aparece como discurso "competente" aos olhos da grande massa através de um "economês" cada vez mais inacessível. As "embrulhadas" dos últimos "pacotes econômicos", por exemplo, vêm surgindo nas "embrulhadas de linguagem", de forma que só especialistas de cada área nos podem dizer o que vai acontecer com as prestações de casa própria etc.

Por isso o Partido dos Trabalhadores entende que as classes populares, em todos os seus segmentos sociais, devem discutir seus problemas, a par de uma compreensão o mais exata possível do fluxo de riquezas que nós, os trabalhadores, produzimos, como produzimos, o que produzimos, o que consumimos, o que desperdiçamos, o que retemos e o que exportamos, o que devemos, o que já pagamos, como pagamos, assim por diante. Daí, de acordo com a visão do PT, do conhecimento, pela sociedade, dos mecanismos da política econômica e, sobretudo, muita transparência na discussão com a mesma sociedade, tendo em vista a formulação de políticas. Eis o ponto de

partida para a verdadeira soberania nacional. O que nos adiantaria um dia alcançar o patamar dos maiores países industrializados (Primeiro Mundo) se continuássemos, por exemplo, dependentes de modelos e fórmulas econômicas (o QUE se deve produzir, COMO produzir) ditadas de fora para dentro, pairando sobre a cabeça das massas e mantendo as desigualdades sociais?

Os trabalhadores devem atacar o problema das *dívidas interna e externa* igualmente como um problema seu, um problema de classe, um problema que exige posições políticas (o Brasil é hoje o país mais endividado do mundo, nos dois sentidos, interno e externo, mesmo sendo o mais rico e industrialmente mais avançado dos países "pobres"). Os trabalhadores devem, portanto, tomar uma *posição política* como classe e atacar o problema crucial da *redistribuição de renda* entre as classes — se oscilamos entre as 10/12 maiores economias do mundo, em contrapartida amargamos o vergonhoso fato de ser o 70.° nível salarial, perdendo para todos os países da América Latina —, da mesma forma que os problemas do empreguismo, da corrupção rolando solta e tantas falcatruas que tomaram conta das discriminações, resquícios do período ditatorial.

Os trabalhadores têm conhecimento prático e concreto, cotidiano, a respeito da desigualdade econômica do país, espelhado no luxo de poucos (10% das famílias mais ricas ainda abocanham mais da metade da riqueza nacional). Estes dados o trabalhador, sobretudo o militante, sabe que não aparecem no dia-a-dia da TV, do rádio... O trabalhador sabe, ainda, que passa oito ou mais horas de seu dia (quando não faz horas extras, ocupando espaço de um desempregado) nas fábricas, nos escritórios, nas salas de aula... e nas horas vagas é obrigado a digerir telenovelas imbecilizantes que ostentam, via de regra, a própria burguesia nacional em seus "paraísos dourados" (geralmente artificiais, descartáveis), exibindo copos de uísque estrangeiro nas mãos.

O trabalhador sabe, na prática cotidiana (porque sente na pele), que a miséria extrema da maioria, mesmo os assalariados, decorre principalmente da propriedade capitalista dos meios de produção: da terra, das fábricas, lojas, hospitais, frotas de veículos etc.

O trabalhador, se não sabe, pelo menos imagina a forma como os que detêm a grande propriedade (grupos estrangeiros e nacionais) exercem um enorme poder de influência sobre o

Estado para que este seja administrado no sentido tão-somente de favorecê-los. Pelo menos imagina por que jamais a *corrupção* neste país, riquíssimo país, foi investigada com seriedade.

O trabalhador sabe por experiência própria que a propriedade é ainda mais concentrada que a própria renda, permitindo a uns poucos usufruir de altos rendimentos sem produzir, sob a forma de lucros, juros, dividendos, aluguéis, rendas de terra... Por exemplo, na corrida desenfreada dos últimos anos visando a ocupação da Amazônia Legal (Amazônia, Acre, Pará etc.), derrubaram-se matas, abriram-se frentes agrícolas correspondentes a 50% do território agrícola do país, isto é, 25 milhões de hectares dos 50 milhões existentes, sendo frentes praticamente improdutivas em sua quase totalidade. Estes 50% do território agrícola brasileiro não produzem mais que 10% da safra brasileira anualmente, mercê de uma falta de planejamento racional de ocupação do solo (reforma agrária pra valer), do desperdício, do armazenamento e escoamento ineficazes da produção, do descaso governamental, e assim por diante.

O trabalhador está também cansado de saber que os que ocupam altos cargos de direção no aparelho do Estado e nas grandes empresas, públicas ou privadas, ganham ordenados elevadíssimos, o que os coloca no grupo de renda mais alta (mesmo não sendo proprietários), em troca da manipulação do voto e outros favores políticos, silêncio, omissão etc. Quantos deputados neste país agarram com unhas e dentes as chances que têm para aumentar seus já altíssimos salários e mordomias, quando se negam a dar quórum para aprovar bagatelas da elevação do piso nacional de salários no Congresso?

Cumpre que nossa soberania esteja assentada em mecanismos ético-políticos reais e efetivos que nos assegurem de fato o direito de cidadania. Mas como falar em cidadania quando questões básicas mínimas de sobrevivência nos são negadas justamente por aqueles que se dizem representantes do povo? Exemplo: uma gama de deputados que basicamente só aparecem em sessões plenárias para legislar em causa própria. Como falar em cidadania quando a Nova República decreta pacotes que prescindem da discussão com o Congresso e a sociedade civil, destacando-se prioritariamente e a propósito, o distanciamento em relação aos trabalhadores? Como falar em cidadania quando os paternalismos sempre estiveram presentes em nossa viciada forma de fazer política?

É por isso que o PT sempre quis pôr o trabalhador em compasso com as grandes discussões nacionais — poucos partidos promovem debates e elaboram textos como o PT — e estabelecer um diálogo com os trabalhadores visando formular propostas próprias para nossas crises, tentando evitar que a burguesia nacional continue a tomar posições *para* os trabalhadores, visando apenas a melhor administração do capitalismo. Por esta razão, não é por mera força de expressão ou retórica que a Carta de Princípios afirma que "a idéia da formação de um Partido dos Trabalhadores é tão antiga quanto a própria classe trabalhadora". Sem um *projeto econômico* racional, lúcido, que favoreça a classe trabalhadora, e sem um *projeto social* comandado pelos trabalhadores, nenhuma soberania será possível, ainda que o Brasil venha a ser um dia o mais industrializado país do Primeiro Mundo, fato que em si mesmo, isoladamente, não interessa a nenhum trabalhador, se ele não for o protagonista da produção, controle e distribuição desta riqueza. (No documento *Projeto Político do PT*, de 1983, mais adiante a referência à dimensão econômica da crise nacional nos parágrafos 3 a 5.)

O PT e a economia: o documento de 1982

Em outubro de 1982, o Partido dos Trabalhadores lançou um primeiro texto mais abrangente sobre a política econômica (Suplemento especial do *Jornal dos Trabalhadores*), com o título *O PT e a Economia: Projeto de programa econômico*. Foi uma proposta para debate em torno dos caminhos da economia do país, assentado em questões básicas como o desemprego, a distribuição de renda, a carestia, a inflação, a dívida externa, a reforma agrária e outros pontos.

Foi um documento histórico que recebeu apoio, através das assinaturas de um manifesto, de um expressivo conjunto de economistas de vários estados do Brasil, inclusive de fora do PT.

Por se tratar de um texto longo e em alguns aspectos desatualizado — por exemplo, refere-se ao cruzeiro como moeda do país — resolvemos aqui reproduzir apenas um resumo, elaborado naquela época pela Assessoria de Imprensa do Comitê Eleitoral Unificado do Diretório Regional do PT de São Paulo.

"O objetivo fundamental, a longo prazo, do Partido dos Trabalhadores é a construção do socialismo no Brasil, único caminho para resolver de forma efetiva os impasses econômicos e sociais do país." É o que afirma o Projeto de Programa Econômico do PT. O documento, porém, assinala que o Partido não alimenta qualquer ilusão de que o socialismo possa ser implantado imediatamente e por isso elabora propostas de curto prazo para a melhoria das condições de vida dos brasileiros.

Dívida externa

Uma dessas propostas é a renegociação global da dívida externa "para acertar prazos de amortização e taxas de juros compatíveis com o crescimento de nossa economia e satisfação de necessidades básicas de nosso povo".

De acordo com o Projeto, tal renegociação pressupõe três elementos básicos:

1. que seja conduzida por um Governo democrático com verdadeiro respaldo popular;

2. que seja implantada simultaneamente com uma política de reorientação industrial, com prioridades claramente definidas para o desenvolvimento de setores que produzem bens de consumo popular, que permitam a substituição de importações e a geração de divisas externas. O PT entende ainda que o pagamento do serviço da dívida deve ser feito com divisas obtidas não mediante a redução do consumo interno, mas através da geração de excedentes exportáveis obtidos pelo aumento da produção;

3. que seja levada adiante, de preferência, em conjunto com outros países que se encontram em situação semelhante à do Brasil. O que, sem dúvida, aumentaria o poder de barganha de todos os endividados.

Desemprego

O PT estima que o número de desempregados no Brasil seja hoje de, no mínimo, cinco milhões e setecentos mil trabalhadores. Considera, pois, elementar, que o Governo adote uma política para evitar que esse contingente de brasileiros continue a viver na mais absoluta miséria. Para tanto, propõe a imediata instituição do salário-desemprego no país que, segundo seus cálculos, demandaria mensalmente, em cruzeiros atuais Cr$ 140 bilhões (na hipótese de que cada desempregado recebesse um salário mínimo e meio), quantia que não é muito superior à arrecadação mensal dos fundos sociais como o FGTS, PIS e PASEP.

O salário-desemprego, no entanto, não é suficiente. O documento considera fundamental a adoção de uma política que acabe com o desemprego. E nesse sentido, propõe, entre outras coisas, a adoção da jornada de trabalho de 40 horas sem diminuição dos salários; a ampliação imediata dos serviços públicos de natureza social; o aumento da ocupação na agricultura, mediante o acesso à terra a todos que pretendam trabalhá-la; a concentração de créditos subsidiados nos setores industriais que

absorvam mais mão-de-obra e que produzam bens de consumo popular. O PT considera perfeitamente viável alcançar o pleno emprego no Brasil num prazo de quatro a cinco anos, o que requer a criação de dois milhões de empregos por ano.

Renda

O PT defende que o salário mínimo seja unificado no país e imediatamente reajustado, em 55%, para recuperar o valor real mais elevado que atingiu desde a sua criação (1939). Isso equivaleria a um salário de Cr$ 26.000,00 até novembro, quando se processa o novo reajuste do mínimo.

Trata-se de uma das principais medidas de curto prazo sugeridas no documento, com o objetivo de iniciar a redistribuição da renda no Brasil. O PT afirma porém que "sem conquistar maior participação no poder, os trabalhadores dificilmente poderão ampliar a sua participação na renda". Considera assim indispensável: fortalecer o poder de barganha dos assalariados através da mais ampla mudança na estrutura sindical, que assegure a autonomia às organizações sindicais e toda liberdade para a utilização de seus instrumentos de luta; o pleno direito de greve; a estabilidade no emprego; e a construção de uma central sindical no país.

Inflação

Para o PT, a inflação é, essencialmente, o resultado da disputa entre as classes sociais para manter ou aumentar a sua participação na renda nacional. Não é por outra razão que as classes dominantes, para controlar a inflação, recorrem normalmente ao arrocho salarial. A política do PT, em contraposição a essa estratégia, propõe a escala móvel de salário, com reajustes automáticos sempre que os preços atingirem uma alta de 10%; incentivo à produção e subsídio ao consumo popular essencial. Para atender a carestia, advoga ainda: expressão dos serviços gratuitos de saúde; ensino gratuito em todos os níveis e expansão da merenda escolar; abolição da cobrança das taxas de água e esgoto para as famílias de baixa renda; instituição do passe operário nos transportes urbanos (50% de desconto para desempregados e para quem ganha até 3 salários mínimos).

O Partido dos Trabalhadores acredita, todavia, que para eliminar a inflação de fato é preciso eliminar a disputa pela renda, que caracteriza a própria existência do capitalismo.

Impostos

O PT tem claro que as suas propostas não podem ser viabilizadas só pela vontade. Elas exigem recursos e estes podem ser obtidos através de uma profunda mudança no sistema fiscal brasileiro que é injusto, regressivo e concentrador. Basta dizer que 62,7% dos impostos cobrados hoje no Brasil são indiretos, ou seja, aplicados indistintamente sobre ricos e pobres.

Entre as medidas defendidas pelo PT para alterar o modelo fiscal destacam-se:

1. abolição gradativa dos impostos indiretos;
2. isenção a produtos de consumo essencial;
3. alíquota progressiva conforme o montante dos lucros;
4. extinção dos rendimentos não-tributáveis, com exceção daqueles originados do trabalho direto do declarante, como é o caso do Fundo de Garantia, por exemplo;
5. taxação adicional sobre a propriedade urbana sem uso;
6. adoção de impostos sobre solo criado;
7. novos impostos sobre grandes heranças e produtos de luxo.

O documento do PT calcula, para exemplificar as possibilidades de aumento de recursos, que apenas a eliminação dos rendimentos não-tributáveis elevaria a arrecadação do imposto de renda em 68,69%.

3. Um PROJETO SOCIAL sob o comando dos trabalhadores

A relação entre o partido e as frentes de luta popular é estreita, da mesma forma que é estreita a relação entre um *projeto político*, um *projeto econômico* e um *projeto social* do PT, como três vertentes de um mesmo rio.

O Partido dos Trabalhadores não surgiu com a finalidade de administrar lições de economia, apesar de estudá-la a fundo em seus quadros, mas se vê na obrigação de ajudar os trabalhadores nos seus projetos. Informando-os e levando-os à discussão de um projeto econômico amplo, o partido os prepara melhor para a elaboração de um *projeto social* elaborado pelas suas mãos a partir das formas concretas de luta e dos apelos sociais, da prática política cotidiana e dos anseios da classe. No seu projeto social, o PT não "inventa" bandeiras de luta, elas são as mesmas dos trabalhadores nestas frentes. Por isso o PT jamais se viu no direito de abrir mão das mesmas, principalmente por não ser seu "dono exclusivo".

3.1. Quarenta horas semanais, estabilidade, trabalho para todos

Uma das primeiras bandeiras é a redução da jornada semanal de trabalho para quarenta horas, como uma das formas de viabilizar a redução do desemprego e valorizar a mão-de-obra do trabalhador, além de medidas paralelas de apoio ao desem-

pregado, como o salário-desemprego, entre outras. Tais medidas, conseqüentemente, eliminariam as horas extras roubadas do descanso do trabalhador, seu lazer, sua vida em família, horas-extras que se tornaram prática generalizada, rotineira devido ao aviltamento crescente das condições de vida do povo brasileiro nos últimos anos.

Aliada a esta bandeira, o PT luta pela *estabilidade* no emprego e por uma política de pleno emprego, e luta também por medidas de mais curto prazo (ampliação imediata dos serviços públicos, expansão de redes de serviços nestes setores e áreas, melhoria do abastecimento alimentar, ampliação do programa de construção de habitações populares etc.), ou médio prazo (aumento da ocupação na agricultura mediante garantia de acesso à terra, controle do progresso técnico e amparo aos atingidos pelo desemprego em função da tecnologização da produção e do setor de prestação de serviços, programas de investimentos públicos visando absorver o exército industrial de reserva, sobretudo os jovens que ingressam anualmente no mercado de trabalho etc.).

3.2. Reforma agrária e urbana

Das medidas de médio prazo está a ocupação da terra de forma gradual. Mas isto não se dá sem uma *reforma agrária*, que implica, evidentemente, uma profunda mudança da estrutura fundiária do país, visando absorver a mão-de-obra camponesa cada vez mais alijada de seu espaço de trabalho.

Não se entende como, num "país continente" como o Brasil, a questão agrária ainda seja um problema não resolvido, sequer tocado. Na verdade o Partido dos Trabalhadores sabe que a questão da reforma agrária é uma questão também política e não apenas sócio-econômica. Por outro lado, o partido não propõe um simples retalhamento indiscriminado de terras, porque no atual estágio de desenvolvimento técnico da agricultura há culturas ou monoculturas, como a cana-de-açúcar, por exemplo, em que a simples divisão de terras implicaria uma involução a nível da racionalidade e produtividade. (Ver mais detalhadamente no capítulo VI, sobre políticas setoriais, este tema um pouco mais aprofundado.)

O PT sabe disso. Mas sabe também que a reforma agrária é um problema originado fundamentalmente da relação capital e trabalho (ou capital/terra/trabalho) e se torna uma bandeira que unifica os trabalhadores, além de ser a primeira frente de luta que visa a superação das contradições da sociedade. "O

PT concebe um projeto de reforma agrária como um conjunto de transformações que, aplicáveis a curto e médio prazo, dentro da atual correlação de forças entre as classes sociais brasileiras, concorram para o fortalecimento político e organizativo dos trabalhadores rurais e, a longo prazo, para a socialização dos meios de produção no campo, juntamente com os meios de produção industrial" (Documento, p. 21). Portanto, por ser mesmo uma questão essencialmente política, é que deve ser assumida como prioridade entre as bandeiras de luta dos trabalhadores, num projeto social de ação conjunta e urgente.

A luta pela concretização da reforma agrária se torna a condição *sine qua non* para que, no rastro desta, possa acontecer toda *reforma urbana*, já que nossas maiores cidades têm sido o receptáculo triste e sombrio de agravantes migrações internas. O "inchaço" das grandes cidades sem o mínimo preparo para receber a demanda de camponeses migrantes em suas periferias teria soluções mais profícuas a partir da reforma agrária. Sem a compreensão deste ponto nevrálgico dos problemas sociais urbanos, toda administração urbana se torna paliativa dos agravantes problemas sociais, sobretudo das grandes cidades, como a moradia, a saúde, o transporte, o abastecimento, a violência urbana, a qualidade de vida, a poluição etc.

3.3. Moradia, saúde e outras bandeiras

Da mesma forma, toda e qualquer bandeira de luta dos trabalhadores nas grandes cidades, como a questão da *moradia*, da *saúde* etc. (sem falar no desemprego, já colocado aqui), está essencialmente vinculada à questão da fixação do homem à terra. Isto não significa, por outro lado, que tais questões (urbanas) devam ser suspensas ou até abandonadas à espera de que a reforma agrária aconteça. A reforma agrária, além do mais, é também uma solução sobretudo preventiva quanto ao maior agravamento desses problemas urbanos.

Não são poucas as bandeiras de luta e suas frentes. O trabalhador sabe disso. (Da mesma forma devem ser encaradas questões afins e já cristalizadas na vida e cultura brasileiras, como a questão racial, a desigualdade entre homens e mulheres, os direitos das crianças, dos idosos, dos deficientes etc.). O Partido dos Trabalhadores surgiu para ser seu grande instrumento político, tal como outros apoios paralelos — como a CUT, seu aliado sindical, as Fundações e entidades de formação política e pesquisa, seus apoios científicos, assim por diante. Pelo visto, o lema "a luta continua" ainda promete durar por mais um longo período.

4. O Projeto Político do PT

Este documento, lançado pela Comissão Executiva Nacional, circulou com o n.º 2 do *Boletim Nacional*, de 20 de novembro de 1983, como suplemento especial. Ele deu início a uma série de (novas) discussões nas instâncias internas do partido visando a Convenção Nacional de fevereiro de 1984.

Considerando hoje o distanciamento de quase seis anos, é importante ao leitor observar sua *atualidade*, não só com respeito à análise de conjuntura da época, como a posição do PT sobre as alternativas paralelas de mudança do regime — que culminaram com a articulação de que hoje se convenciona chamar de Nova República, passando pela batalha da Constituinte e por mais três experiências de campanha eleitoral.

Projeto Político do PT

PRIMEIRA PARTE:

A crise nacional

1. O Brasil passa, atualmente, por uma crise grave e profunda. Em parte, ela reflete crises semelhantes que estão ocorrendo em vários países capitalistas de vários pontos do mundo — principalmente na América Latina. Em parte, decorre do modelo econômico e político imposto ao país desde 1964 por um regime militar que serve aos interesses dos latifundiários e da alta burguesia nacional e internacional. Sob determinados aspectos, a atual crise brasileira é a mais grave desde a depressão econômica mundial de 1929. Isso mostra que a crise não é só do modelo econômico brasileiro; ela é a crise do próprio capitalismo, que se manifesta no Brasil.

2. No momento presente, as duas principais características da crise são:

a) o seu caráter global, porque ela integra, simultaneamente, as esferas econômica, social e política da realidade brasileira — com evidentes sinais de degenerescência moral no trato da coisa pública; e

b) o seu ritmo acelerado e de rumos imprevisíveis, porque ela age como uma bola de neve, que a cada instante aumenta de volume e velocidade.

Dimensão econômica

3. Apesar do caráter global e integrado da crise, é necessário distinguir, para melhor compreendê-las, as suas três faces: econômica, social e política.

4. A dimensão econômica da crise manifesta-se em dois planos. No plano interno ao próprio país, ela é representada por uma contínua e crescente recessão, mais grave ainda por suceder a um período artificialmente eufórico — o do "milagre brasileiro" — do qual é fruto quase inevitável. A recessão

agrava e multiplica as contradições inerentes ao próprio sistema capitalista brasileiro: desemprego em massa; inflação galopante; custo de vida altíssimo; distribuição cada vez mais desigual da renda; queda acelerada do poder aquisitivo real dos salários (arrocho salarial); degradação da qualidade de vida, principalmente — mas não exclusivamente — dos trabalhadores assalariados industriais e dos setores populares subempregados; pauperização da classe trabalhadora urbana e rural; proletarização de vastos setores das classes médias do campo e da cidade.

5. No plano externo a crise se manifesta de várias maneiras: aumenta a dependência da sociedade brasileira; a dívida externa chega a números assustadores e o governo não encontra outra saída senão a de aumentar essa dívida, submetendo-se à tirania do FMI e dos bancos internacionais; crescem a freqüência, a intensidade e o despudor da ingerência estrangeira nos negócios brasileiros; desnacionalizam-se com enorme rapidez setores amplos da economia do Brasil; aumenta a dependência tecnológica em relação aos países-matrizes das multinacionais; os países centrais do sistema capitalista impõem ao Brasil importações desnecessárias e lhe dificultam as exportações. O governo avilta e servilmente submete o país ao jugo do imperialismo.

Dimensão social

6. A dimensão social da crise — que se exprime, de forma dramática, pela proletarização da classe média e pela pauperização do proletariado urbano e rural — também se manifesta em duas linhas.

7. Numa, é a desagregação dos laços familiares imposta pela feroz luta pela sobrevivência e pelas condições cada vez mais sobre-humanas de exploração do trabalho assalariado, ou pelo semi-emprego, subemprego e desemprego; a mudança — para pior — de hábitos e de comportamentos; a perda de benefícios sociais duramente conquistados; a impossibilidade de morar, de dar educação e saúde decentes para os filhos; as dificuldades de transportes; a inexistência de lazer e de acesso à cultura e às possibilidades de auto-realização pessoal; a violência social do Estado.

8. Nessa linha, o resultado mais imediato é a perplexidade, o desespero, as doenças físicas e mentais, o suicídio, a fome, a loucura; e, de forma ampla e generalizada, a insegurança que atinge a todos. Insegurança diante do emprego que pode desaparecer a qualquer momento, insegurança diante da possibilidade do assalto ao virar a esquina, insegurança diante da prepotência e brutalidade da polícia, insegurança diante do amanhã.

9. Na outra linha, a dimensão social da crise se manifesta por sintomas de dois tipos.

Um, embrionariamente organizado e coletivo, embora ainda improvisado: as depredações de estabelecimentos comerciais, os saques, os ataques às feiras e aos supermercados, a quebra e a queima de veículos de transportes coletivos, a ocupação de

terras. Outro, individualista e anti-social (tão anti-social quanto as causas últimas que o condicionam): o assalto, o homicídio, a criminalidade.

Dimensão política: classes dominantes

10. A dimensão política da crise deve ser vista tanto nas classes dominantes quanto nas dominadas. No nível das classes dominantes, há sintomas numerosíssimos, embora fragmentários.

11. Em primeiro lugar, a desagregação institucional. A própria divisão clássica entre poderes — o Executivo, o Legislativo e o Judiciário — é nova e freqüentemente substituída pela prepotência arbitrária do Executivo — mais precisamente, pelo seu setor militar. Às manifestações de independência do Congresso, que rejeitou dois decretos de arrocho salarial — o 2.024 e o 2.045 — seguiram-se as represálias dos ministros militares contra a Câmara, através do pretexto e da armadilha da punição ao deputado e cacique Mário Juruna, e da decretação das medidas de emergência no Distrito Federal.

12. Às denúncias de corrupção nos meios governamentais — feitas pela opinião pública e repercutidas no Congresso — os ministros do Executivo respondem com o menoscabo, o silêncio, a mentira e as punições disciplinares aos hierarquicamente inferiores.

13. A isso se acrescentam evidências assustadoras da mais desenfreada e generalizada corrupção em todos os setores que integram o aparelho do Estado. Trata-se de uma situação de degenerescência moral, em que precisamente os grupos mais privilegiados da sociedade usam e abusam do tráfico de influência, do suborno, da propina. Estoura um escândalo atrás do outro: Capemi, Coroa-Brastel, Lutfalla, BNH, Delfin, Tucuruí, Polonetas, . . . A certeza da impunidade faz com que os responsáveis não se detenham diante de qualquer limite na busca de lucros fáceis através das negociatas. E a freqüência da corrupção é tão alta que grande parte da própria opinião pública, anestesiada, acaba se acostumando aos escândalos rotineiros, como se fizessem parte da normalidade da vida pública.

14. Outras instituições do Estado também se desagregam rapidamente: surgem crises nos órgãos oficiais de estatística, contra novas tentativas de manipulação de dados sobre preços, como as recentes demissões no IBGE e na FGV; enfraquecem-se e se destroem as estatais — como a Petrobrás — que simbolizam, ainda, o pouco de nacional que há na economia brasileira; o Itamaraty se vê enredado em escusos negócios estrangeiros; dentro dos quartéis começa a efervescer uma ebulição cujos rumos se desconhecem, mas que traduzem um inegável descontentamento com a situação.

15. O governo joga toda sua força na política econômica. Mas também essa tem se mostrado cada vez mais incapaz de apontar um rumo seguro à recuperação da economia brasileira. No fundo, e mais uma vez, a política econômica do governo e das classes dominantes se resume a um único e eterno segredo: explorar ainda mais o trabalhador e o povo e fazê-los pagar pela crise, em defesa dos lucros dos patrões, dos dólares das multi-

nacionais, dos juros dos banqueiros, das terras improdutivas dos latifundiários.

16. Em segundo lugar — e como reflexo da desagregação institucional — começa a acentuar-se outro tipo de desagregação: a do bloco de apoio de setores da burguesia e das classes médias à política econômica oficial. Isso significa que o apoio político desses setores ao governo e ao regime começa a apresentar rachaduras.

17. Os sinais dessa desagregação também são numerosíssimos, e começam pela existência de vários "candidatos" do PDS à sucessão indireta do presidente da República. Continuam com a defecção de parlamentares do PDS na aprovação de projetos de interesse vital do Executivo, passando, ainda, pelas dificuldades que esse mesmo governo tem encontrado em garantir a obediência de seus correligionários. E terminam nas manifestações explícitas e públicas de descontentamento de setores empresariais importantes de vários pontos do país, e que até agora vinham se mantendo nos limites do silêncio ou de uma crítica discreta.

18. A verdade é que o governo Figueiredo vem perdendo grande parte do apoio de que dispunha antes. Nas eleições de novembro de 1982, o governo perdeu metade do país para partidos de oposição. Embora tenha conseguido, através de casuísmos, a maioria no Colégio Eleitoral, o que parecia indicar que o regime recuperava fôlego para institucionalizar-se, o agravamento e o aceleramento da crise modificaram a situação. Apesar do fato de terem sido eleitas, na maioria dos Estados, figuras ligadas à conciliação, já não é mais possível esconder o enfraquecimento do governo. E o principal motivo das contradições ora existentes entre setores das classes dominantes e o governo situa-se no que é mais caro ao próprio regime: a manutenção da política econômica.

19. E isso quer dizer que o desgaste é tanto da figura pessoal do presidente quanto do regime político que ele representa e simboliza. A tal ponto, que a própria e mais íntima fortaleza do regime — a trinca que comanda a política econômica — já sofreu a sua primeira defecção, quando caiu Langoni.

20. E, no setor militar, há um claro aprofundamento de divergências, que se aguçam desde o episódio do Riocentro. Parte da oficialidade é contrária à política econômica do governo e à corrupção generalizada; há também os que se beneficiam, direta ou indiretamente, dos negócios escusos que tramitam à sombra do poder. Há ainda os que permanecem integrados no brutal esquema repressivo policial e político, ainda intocado, embora se deva admitir que existe a exceção de militares que são contrários à tortura e à corrupção.

Dimensão política: as classes dominadas

21. Mas a dimensão política da crise também se manifesta em outro nível, o das classes dominadas. É fundamental, aqui, ter a coragem de reconhecer e admitir que a classe trabalhadora brasileira, e os setores médios da cidade e do campo, ainda não alcançaram a união e a organização que seriam indispensáveis

diante da crise das classes dominantes. É preciso distinguir, na análise do comportamento popular, quatro tipos.

22. O primeiro pode ser chamado de imobilista. Grande parte da classe trabalhadora e das classes médias guarda, ainda, senão o sentimento de apoio ao governo e ao regime, pelo menos a omissão da imobilidade, seja pela ingênua crença de que sua vida pode melhorar por algo que lhe venha de cima, seja pelo seu contrário — a desesperada descrença em sua própria capacidade de se tornar sujeito da ação política e intervir no processo da História. Ela não é culpada disso. A isso ela foi cuidadosa e planejadamente levada, durante anos, lustros, décadas, séculos de opressiva exploração econômica, brutal repressão política, cruel marginalização social, arrogante alienação cultural.

23. E o foi — é forçoso dizê-lo — não apenas pelos que implantaram o regime de 1964. Já bem antes deles, na verdade desde sempre, as elites dominantes econômicas, sociais, políticas e culturais — mesmo quando temperadas com o farisaico mel do pensamento liberal — acuaram e espremeram a tal ponto os trabalhadores, os negros, as mulheres, os índios, os marginais — que acabaram por lhes tirar o sentimento da dignidade da existência. Sempre foi assim, e por isso é preciso denunciar o fato a cada instante. O que é mais importante é o fato de que, apesar de tudo, nos últimos anos começaram a surgir inequívocas manifestações concretas de que, do fundo desse caldeirão de miséria, opressão e desesperança, continuam a surgir sinais de rebeldia, revolta e insurgência contra essa situação.

24. Muitos, no começo — e mais numerosos a cada dia que passa — já não se conformam, não se resignam, não mais toleram e não querem ter a paciência de suportarem calados e inativos a opressão, como se esta lhes fosse uma inevitável parte de um destino. O caminho para mudar a situação já começou a ser trilhado, ainda será longo e árduo, mas já não tem mais retorno.

25. O segundo tipo é o que é chamado de "pelego". São os dirigentes e ativistas sindicais que, embora se dizendo representantes dos trabalhadores, na prática fazem concretamente a política dos patrões e do regime. É preciso combatê-los politicamente. Mas também é preciso compreender que os "pelegos" — muitas vezes por oportunismo e carreirismo — podem ser levados a adotar posições relativamente combativas, forçados pela pressão organizada das bases e pela urgência das circunstâncias.

26. O terceiro tipo é o dos conhecidos por "reformistas", ligados ou não a organizações políticas. Entre esses, há os que estão profunda e gravemente equivocados. Embora ativos — e às vezes até combativos — os reformistas desencaminham-se: mercê de análises incorretas do momento, tomam como verdade o que são apenas dogmas inadequados para a nossa realidade; inseguros quanto à capacidade da classe trabalhadora de tomar nas próprias mãos as rédeas de sua marcha, desembocam em estranhas e espúrias teorias, das quais derivam a estratégia suicida de uma revolução burguesa ainda por ser feita, e a tática castradora de uma união nacional, oficialesca e populista. Cegos à flagrante realidade da luta de classes — diariamente sangrenta nos quatro cantos do Brasil —, insistem na velha e superada

tese da colaboração dos contrários, da submissão ao mais forte, dos apoios, dos acordos e dos conchavos. Nos planos popular, sindical, eleitoral, político e institucional, os reformistas estão sempre nessa inútil, vã e grotesca procura do "bom burguês", do "patrão liberal", do "candidato democrata", do "empresário honesto" e do "general patriota", embora, de preferência, golpista.

Urge criticá-los enquanto persistirem na sua política errada, sumamente perniciosa para a classe trabalhadora. É necessário, porém, não tratá-los como inimigos, mas sim fazer um esforço para conquistá-los, para esclarecê-los e fazê-los passar à condição de aliados. Mas há outros para os quais a posição incorreta não deriva de um equívoco, passível de correção. Eles estão conscientemente lutando por interesses contrários à classe trabalhadora. A esses é preciso combater politicamente, sem tréguas.

27. O quarto tipo de comportamento de trabalhadores do campo e da cidade, assalariados de classes médias, marginalizados e minorias é que constitui o fato novo, o embrião de um processo histórico que só tende a alargar-se e a se aprofundar como realmente transformador da sociedade brasileira. É o comportamento do qual surgiram — e surgem continuamente — novas e combativas lideranças populares e sindicais, comitês de fábrica e de bairro, movimentos populares, sociais e políticos, questionamentos e contestações, resistências e confrontos. É dessa massa que surgiram os movimentos de reconstrução da União Nacional dos Estudantes, os movimentos de anistia, as Comunidades Eclesiais de Base, a resistência no campo, os Conselhos Populares, as greves operárias, as oposições sindicais, os encontros intersindicais, as Conclats, a CUT. É deles que surgiu o novo sindicalismo brasileiro. É desses movimentos que surgiu, também, o Partido dos Trabalhadores.

O movimento sindical

28. O movimento sindical brasileiro, particularmente, apresenta aspectos novos. Depois do renascer do sindicalismo combativo e das greves organizadas de 1978, em São Bernardo do Campo, foram se desenvolvendo tentativas de unificação da classe trabalhadora e das lideranças sindicais nos rumos de uma central nacional. Com esse objetivo, já durante os anos de 1980 e 1981 realizaram-se reuniões, assembléias, encontros e congressos de âmbito local ou regional, agregando cada vez maior número de categorias profissionais.

29. Em 1981 se realiza, na Praia Grande, a I Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, da qual surge uma comissão encarregada de convocar um congresso nacional e criar uma Central Única de Trabalhadores — CUT. Mas já no seio da própria primeira Conferência, e, posteriormente, no âmbito da própria direção provisória (Pró-Cut), os dirigentes sindicais imobilistas, conciliadores, pelegos ou simplesmente equivocados, formam uma estranha e espúria frente única para torpedear e boicotar qualquer tentativa de unificação da classe trabalhadora brasileira. Embora falando em "unidade" e explicitamente acusando de "divisionistas" e "sectários" os seus opositores, esses dirigentes sindicais, imobilistas ou francamente conciliado-

res, praticam de fato uma política de desunião da classe, de freagem do movimento das bases, de separação e divisão entre os ativistas sindicais de todo o país.

30. A mais grave das tentativas de divisão da classe trabalhadora brasileira partiu de setores da direção da Confederação Nacional dos Trabalhadores Agrícolas (Contag). Já na primeira Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), realizada em 1981, na Praia Grande, esses setores opuseram grande resistência à vontade das bases, que era a de formular posições mais definidas de luta e escolher direções mais combativas. Posteriormente à realização do I Conclat na Praia Grande, os mesmos setores tentaram, por todos os modos, impedir a realização do I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (I Conclat), e tiveram peso decisivo na protelação do encontro, anteriormente marcado para agosto de 1982. E, finalmente, ensaiaram novamente boicotar a criação da CUT e impedir a realização do I Conclat em agosto de 1983, em São Bernardo do Campo. Esses setores da direção da Contag, portanto, tentaram fazer uma divisão profunda entre os trabalhadores da cidade e do campo. Felizmente, não tiveram completo êxito nessa tentativa, embora tenham espalhado as divergências e dissidências entre os sindicalistas brasileiros. Mas não conseguem deter a marcha da História.

31. É nesse quadro que os sindicalistas mais combativos — independentes, ligados a setores do PMDB e do PDT, à Igreja, à Anampos (Articulação Nacional dos Movimentos Populares e de Oposição Sindical) e ao PT — conseguem convocar, preparar, organizar e realizar, em São Bernardo do Campo, em agosto de 1983, o I Congresso Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e eleger a primeira direção coletiva provisória da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

32. No plano sindical, a realização do I Conclat e a criação da CUT foi um êxito na tentativa de reunificação dos trabalhadores. Nesse sentido, o acontecimento significou uma vitória da classe trabalhadora brasileira. Foi possível superar a divisão que se desenhara no ano anterior entre trabalhadores da cidade e do campo. Lamentavelmente, porém, não foi possível evitar que muitos sindicalistas, urbanos e rurais, deixassem de comparecer.

33. No plano político, a realização do I Conclat, em São Bernardo, e a eleição da direção da CUT assumem três claros significados:

a) constituem um passo a mais na ruptura com o sindicalismo oficial atrelado ao Estado, que vem dominando a classe trabalhadora desde a década de 30;

b) são mais uma manifestação concreta de negação e repúdio às forças que tradicionalmente tentam manipular a classe trabalhadora — pelegos e imobilistas, de um lado, e, de outro, correntes ideológicas, políticas e partidárias que, incorretamente, procuram brecar o avanço dos trabalhadores e conduzi-los à conciliação com as classes dominantes e com o Estado burguês; e

c) constituem, finalmente, um avanço a mais da classe trabalhadora para assumir um papel ativo no cenário político na-

cional e se tornar uma força disposta a lutar por suas reivindicações e seus direitos não apenas no plano sindical, mas, sobretudo, político.

Não obstante, dirigentes de confederações, federações e sindicatos — alinhados entre os imobilistas, os pelegos e os reformistas — tentaram mais uma vez desunir, dividir e fragmentar a classe trabalhadora. Com esse objetivo realizaram, em novembro de 1983, na Praia Grande, um congresso sindical e criaram uma coordenação de cúpula. Os dirigentes da CUT, por seu lado, consideram que, apesar do divisionismo desses dirigentes, e dos inúmeros pontos de divergência existentes, é possível tentar trabalhar os pontos convergentes, na busca de uma unidade de ação prática; e, nesse sentido, os dirigentes da CUT têm feito os maiores esforços, embora nem sempre correspondidos pela parte contrária.

Resistência e luta

34. O que é significativo reter, nesse quadro, é que o movimento popular ativo e combativo (do qual faz parte, com preponderância, o movimento sindical combativo), apesar de incipiente, vem tentando opor algumas formas concretas e diretas de resistência à exploração econômica e social crescente e à opressão política. Essa linha de resistência do movimento popular e combativo constitui assim — à falta de um projeto mais articulado — a forma real que esse movimento encontra, no momento, de lutar por uma alternativa à crise econômica, social e política das classes dominantes.

35. Reconhecer e aprofundar a análise desses avanços do movimento popular e sindical é fundamental, não apenas para captar e compreender todas as dimensões da conjuntura brasileira no momento. Essa análise ainda está por ser feita. Mas é possível, desde já, apontar alguns indicadores essenciais no desenvolvimento dessas formas de luta.

36. A primeira dessas formas de luta é representada, por exemplo, pelas ações dos desempregados da Zona Sul de São Paulo, que, em começos de abril, se concentraram no Largo Treze de Maio e saíram em passeata até o Palácio do Governo estadual, com a ocorrência esporádica e eventual de depredações e saques.

Antes e depois desse episódio, em numerosos pontos do país — como no Rio e no interior do Nordeste — têm ocorrido manifestações semelhantes, de pessoas empregadas ou desempregadas, que praticam depredações, saques e, em alguns casos, chegam a enfrentamentos com a polícia. A característica fundamental desse tipo de luta popular é que, pelo menos aparentemente, predominam aí o espontaneísmo e a improvisão. A partir de um mínimo de organização e preparação da deflagração do movimento — levada a efeito por setores populares e políticos —, as fases posteriores do seu desenvolvimento vão ocorrendo de maneira improvisada e casual, dependendo da presença maior ou menor da repressão para minguar ou se alastrar, sem direção e objetivos claramente definidos e explícitos. Também é comum ocorrer, nesse tipo de luta, a presença de marginalizados, bem como a infiltração de provocadores e agitadores de direita.

37. A segunda forma de luta popular que vem ocorrendo com freqüência ultimamente em vários pontos do país é a ocupação de espaços físicos. Em alguns casos, essa ocupação é pacífica. Em outros, é feita com violência, verificando-se, inclusive, formas de resistência e enfrentamento contra a repressão policial. Também, em alguns casos, essa forma de luta significa uma real e efetiva ocupação do espaço físico, com variação do tempo de permanência dos ocupantes no local ocupado. Em outros, a ocupação do espaço físico é uma representação apenas simbólica de ocupação de espaço político. Há vários exemplos dessas formas de luta: os desempregados acampados no Parque do Ibirapuera, em São Paulo, ocupações de terrenos vazios, de loteamentos, de conjuntos habitacionais, de terras públicas, como em Ronda Alta, no Rio Grande do Sul, e outros. Tais ocupações procuram combinar dois elementos — o da denúncia pública e o de solução imediata e concreta para carências sentidas ao nível básico da existência, como emprego, habitação, saúde etc. Mas também significam uma crítica à política oficial que nega ao trabalhador esses direitos básicos. Nessa forma de luta já há um embrião de organização e direção, e uma tentativa de conquistar, após o término da manifestação (que tem sempre uma duração limitada), níveis mais altos de organização.

38. A terceira forma de luta popular, que não é nova mas se tem intensificado, é a luta pela terra, que ocorre no meio rural de quase todos os estados do país, do Norte ao Sul. Nessa forma de luta há uma clara preponderância da organização sobre o espontaneísmo. O elemento diferenciador dessa forma de luta é que, freqüentemente, ela se dá com o emprego de violência tanto do lado da repressão quanto dos trabalhadores combatentes. É uma luta que se dirige tanto contra o senhor de terras e seus capangas, quanto contra o Estado e suas múltiplas formas institucionais, que procura "resolver" os conflitos de propriedade e posse de terra, numa tentativa oficial (que até agora tem tido êxito) de evitar uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores.

39. Uma quarta forma de luta, que tem reunido principalmente elementos de setores urbanos de classes médias, continua sendo usada, em ciclos de maior e menor representatividade, principalmente nas capitais e em alguns grandes centros urbanos: comícios, atos públicos, passeatas, debates, reuniões, concentrações, realização de congressos etc., ... Essas manifestações têm se limitado à denúncia e à apresentação de reivindicações. Mas sua principal característica é a preponderância da preparação, organização e direção sobre a improvisação e o espontaneísmo.

40. E, finalmente, uma última e quinta forma de luta, que recentemente tem assumido papel cada vez mais importante no quadro nacional, é a representada pelas greves de trabalhadores, no campo e na cidade, preparadas, organizadas e dirigidas por lideranças sindicais, muitas delas de oposição sindical.

41. Desde as greves de 1978 — quando se reiniciou de forma aberta o movimento sindical brasileiro combativo — até o momento, tem-se verificado uma clara evolução dessas mani-

festações, tanto nas suas formas organizativas quanto nos seus conteúdos programáticos.

42. Nessa evolução podem ser distinguidas pelo menos três fases: na primeira — de 1978 a 1980 — o conteúdo explícito é econômico, reivindicatório, imediato; o significado político e contestador da greve não apenas é implícito e embutido, mas sequer é percebido ou assumido conscientemente pela maioria de seus participantes. Sob o aspecto organizativo, são greves de setores apenas, de categorias profissionais, ou de categorias inteiras, mas de âmbito geográfico limitado: uma fábrica, uma cidade, um estado.

43. Na segunda fase — de 1980 a 1983 —, ainda de greves de uma categoria ou de setores de categoria, as manifestações já assumem amplitude intermunicipal ou interestadual (médicos, professores etc.). O conteúdo programático dessas greves é ainda preponderantemente reivindicatório-econômico mas, em seu desenvolvimento, despontam palavras de ordem de questionamento de aspectos parciais da política econômica oficial.

44. Na terceira fase, são exemplos típicos as greves de Mataripe, na Bahia, e de Paulínia e São Bernardo, em São Paulo, e a greve do dia 21 de julho. Essas são manifestações que têm características de greve geral. O conteúdo é clara e explicitamente assumido como de contestação política aos aspectos fundamentais do regime (e, portanto, do governo e do Estado). Sua abrangência é bastante mais generalizada. As greves afetam várias categorias profissionais e atingem vários pontos do país. Além disso, as manifestações se alastram e se apóiam em setores populares, mobilizando trabalhadores de fora das empresas, comitês de bairros, entidades e movimentos sociais. São greves e manifestações que ainda não têm, inteiramente, direção e comando únicos. Mas procuram unificar ou, pelo menos, articular alguma forma de unidade nas palavras de ordem e na coordenação das várias ações.

Na América Latina

45. Para completar o quadro até aqui traçado, dos sintomas da crise e das formas de luta e tentativas de resistência, faz-se necessário introduzir um elemento que não tem comparecido nas análises de conjuntura emanadas do partido, mas cuja presença se torna cada vez mais necessária: a evolução de alguns aspectos da situação internacional e em especial na América Latina. Os diversos países da América Central e do Sul vivem, presentemente, não apenas estágios diferentes de evolução do sistema capitalista, mas também diferentes fases do seu relacionamento com os centros do imperialismo mundial, e, notadamente, norte-americano. Com exceção de Cuba, que é um caso à parte, quase todos os demais países latino-americanos sofrem algum grau de dependência em relação aos Estados Unidos.

46. Por seu lado, a política externa do governo Reagan tem acirrado as imposições imperialistas contra os países latino-americanos, como ficou mais uma vez provado com a recente invasão de Granada pelas tropas norte-americanas. Em parte,

como uma das peças da estratégia de cerco e assédio ao Estado socialista cubano e ao anseio generalizado de libertação dos povos centro-americanos. E, em parte, como uma forma de contrapor-se à influência crescente de outros centros imperialistas europeus e asiáticos, como a Alemanha Ocidental e o Japão, sobretudo na América do Sul. No atual momento, o alvo principal é a Nicarágua, que realiza uma revolução anticolonialista e antiburguesa. Outro alvo importante é a luta do povo salvadorenho.

47. A revolução sandinista apresenta muitos aspectos positivos na luta antiburguesa e antiimperialista. Por isso mesmo, tem sido atacada pelos Estados Unidos, de forma direta e ostensiva, e também internamente, por setores burgueses e reacionários. Em várias partes do mundo, porém, tem-se manifestado claramente a solidariedade à revolução nicaragüense.

48. Em outros países latino-americanos — como a Argentina, o Chile e o Uruguai — a resistência popular tem começado a abalar os sistemas ditatoriais que vem dominando essas nações e já se notam os primeiros sintomas de um processo de redemocratização, com greves, manifestações públicas, movimentos por anistia civil e política, reorganização partidária etc.

49. Já em outros países — como o Paraguai — as ditaduras dominantes se mostram ainda bastante fortes, dificultando qualquer tentativa de reagrupamento de forças populares de oposição.

50. Os países imperialistas centrais, por sua vez, também passam por uma crise, em parte devido à própria crise mundial do capitalismo. A situação é ainda mais agravada pela crise específica de energia — particularmente do petróleo — e pela retomada da corrida armamentista nos dois blocos — o soviético e o capitalista. Nos Estados Unidos — e nos países capitalistas europeus — acirram-se as contradições internas, aumenta o desemprego, o Estado freqüentemente entra em choque com setores da sociedade civil. Os movimentos sociais e de minorias reivindicam cada vez maior espaço. Os países centrais procuram resolver as suas crescentes dificuldades econômicas e sociais por meio de uma também crescente intromissão nos países periféricos. O imperialismo tenta avançar e intensifica a sua agressividade.

51. Nesse contexto, o Brasil aparece como um dos países dependentes em que o desenvolvimento capitalista se mostra o mais adiantado. Por isso mesmo, o Brasil — e as transformações sociais e políticas que aqui se verificam — estão sempre na mira do governo norte-americano. Em conseqüência disso, nos principais centros urbanos do país, têm sido realizadas manifestações concretas de repúdio ao imperialismo, tanto sob a forma direta de críticas à política do governo norte-americano, como de solidariedade e apoio à Nicarágua e a outros países latino-americanos mais flagrantemente atacados pelo imperialismo. Tais manifestações — geralmente organizadas e dirigidas por comitês de anistia, de defesa dos direitos humanos e de solidariedade e outros tipos de comissões — têm obtido um relativo apoio, embora limitado a setores particulares da opinião pública, geralmente estudantes e intelectuais politizados.

52. Todavia, nesses casos também pode estar se manifestando uma tendência de que tal tipo de luta de denúncia e protesto se torne mais freqüente, generalizada e mais representtativa, à medida que se acirrarem os ataques diretos e indiretos do imperialismo aos países da América Latina. E, também, à medida que aumentarem as ingerências do imperialismo na política brasileira, principalmente no campo da dívida externa e dos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI). A luta antiimperialista promete adquirir grande vigor no continente latino-americano.

O Parlamento

53. Esse quadro geral de crise vem encontrando, no Parlamento, uma de suas mais importantes caixas de ressonância. À sua maneira, cada um dos partidos é afetado pela crise, como já se viu no caso das dissidências dentro do PDS. Quanto ao PMDB a crise agrava as suas contradições internas, tornando alguns de seus setores propensos a aceitar as propostas governamentais, enquanto outros se vêm mostrando sensíveis às reivindicações e às lutas populares. No PDT também se observa, embora em menor escala, o mesmo quadro de contradições. E o PTB manifesta-se propenso a aderir ao governo, mesmo sob o risco de uma implosão. Por seu lado, o PT, através de suas bancadas nos níveis municipal, estadual, e, particularmente federal, tem chegado a assumir uma posição de liderança contra o governo, cuja significação é muito maior do que faria prever o pequeno número de seus parlamentares. Isso porque esses parlamentares têm sabido dar expressão às lutas e ao movimentos populares que dão origem ao partido que representam.

Os governos estaduais

54. Nos estados, os governos recentemente eleitos também sofrem os efeitos da crise econômica, social e política. Os governos do PDS vacilam entre a fidelidade ao governo central e a necessidade — geralmente ditada pelo oportunismo eleiçoeiro — de fazer concessões às pressões da opinião pública e dos setores populares. Os governos do PMDB não conseguem cumprir com as promessas — quase sempre demagógicas — de suas campanhas eleitorais. Por isso, decepcionam, primeiro, setores importantes do próprio partido e do seu eleitorado, e, depois, da opinião pública em geral. Acresçam-se a isso as dificuldades administrativas e financeiras em governar estados que dependem, em quase tudo, do governo central. Mas onde mais se evidenciam as dificuldades dos governadores peemedebistas é na tentativa de harmonizar os interesses extremamente contraditórios representados pelas diversas facções, alas e áreas do próprio PMDB, como no caso de São Paulo.

55. E, além de tudo isso, outras contradições se sucedem entre os governadores, os partidos pelos quais foram eleitos e o eleitorado que os escolheu. No Nordeste, diante do flagelo da seca e da tensão social que ela provoca, os governadores, embora eleitos pelo PDS, chegam a ameaçar tímidos balbuceios a

respeito de uma reforma agrária, mesmo sabendo que descontentam o Planalto e os latifundiários que os sustentam. No Amazonas, o governo Mestrinho, do PMDB, não hesita em usar de violenta repressão contra os movimentos populares. Já em Minas Gerais, o igualmente peemedebista Tancredo faz uma repressão sob controle, calculada para bem impressionar o governo central e diante dele credenciar-se como um possível candidato de conciliação, mesmo indireto, à Presidência da República. Em São Paulo, o governo Montoro vacilà e oscila entre a repressão e a farsa de uma "participação" que não passa de cooptação. E, no Rio, Brizola cai na retórica vazia e no "aparelhamento" da administração pública pelos adeptos e simpatizantes do PDT, na esperança de construir um caminho que o leve até Brasília.

56. Como os diversos setores da sociedade e como as diversas forças políticas encaram a crise brasileira? Já vimos que, no plano dos movimentos populares, aí incluído o movimento sindical, não existe ainda um projeto político, embora se amiúdem as manifestações e as formas de resistência ativa, algumas com nítidos componentes de enfrentamento e confronto. Vejamos, porém, como podem ser caracterizados os projetos das classes dominantes que se encontram, no momento, no cenário político nacional.

SEGUNDA PARTE:

Projetos das classes dominantes

O projeto Figueiredo

57. O mais óbvio é o projeto de institucionalização da ditadura militar que, por simplificação, será aqui chamado de Projeto Figueiredo. As tentativas de prever, prevenir e evitar uma derrocada do regime vigente começam já ao tempo de Médici, no auge mesmo da repressão armada e do "milagre brasileiro". Assumem formas mais nítidas, mas ainda muito tímidas, com Geisel, e mais ostensivas com o Governo atual. Assim, do golpe de 1964, dos Atos Institucionais n.os 1, 2 e 5, passando pela distensão e pela abertura, e desembocando na atual "democratização" do governo Figueiredo, um longo caminho foi percorrido.

58. Sob alguns aspectos, a situação hoje vigente no país é diferente da de anos atrás. Hoje há uma certa atividade política, partidária, sindical e associativa; algum respeito aos direitos humanos e civis; maior abertura nas comunicações de massa; processos eleitorais, ainda incompletos e insuficientes, mas que alteram em parte a composição dos órgãos legislativos e executivos do país. Por outro lado, permanecem — ou até, em alguns casos, se acentuam — os aspectos de superexploração econômica da classe trabalhadora, os obstáculos ao direito de greve, e restrições à livre organização partidária e sindical.

59. O Projeto Figueiredo enfrenta dificuldades. Aumentam as divergências dentro do próprio bloco dominante, quer no

interior do PDS, quer entre o PDS e o próprio governo; elas se manifestam nas disputas sobre a questão sucessória; na votação, pelo Congresso, de projetos de interesse do Executivo; na derrota já firmada do governo no caso dos decretos 2.024 e 2.045. Outros sinais também indicam que o regime já não conta com a confiança de parte da burguesia, para levar avante o Projeto Figueiredo. A política econômica do regime não consegue vencer a crise nem do ponto de vista dos interesses de setores do empresariado capitalista.

60. O sistema de eleições indiretas para a Presidência da República sofre descrédito, ameaçando, assim, uma das peças-chaves do projeto de institucionalização da ditadura militar. Do ponto de vista de parte da opinião pública, mesmo a mais conservadora, a sucessão indireta do presidente da República — caso ela venha mesmo a ocorrer no próximo ano — irá assumir a aparência de um golpe de força, tal a descrença na fórmula sucessória imposta desde 1964.

As Forças Armadas

61. Mas ainda dentro desse quadro, há indícios de que começa a formar-se uma variante — que talvez ainda não possa receber a qualificação de um projeto articulado — que é a do golpe de Estado. Não se trata, aqui, de fazer coro com a extrema direita, que freqüentemente usa da ameaça de iminência de um golpe militar, real ou suposto, para manter silenciosas e inativas as oposições e as forças populares. Trata-se, sim, de reconhecer a evidência de alguns sintomas — da bomba do Riocentro ao decreto das medidas de emergência em Brasília —, passando pelas punições disciplinares ocorridas dentro das próprias Forças Armadas e outros fatos.

62. É preciso não esquecer que, embora não pareça provável, a possibilidade de golpe está sempre presente, como já o demonstraram suficientemente numerosas passagens da História brasileira. E não importa muito se um golpe de força, aberto ou encoberto, possa vir da extrema direita ou dos setores conservadores e nacionalistas das Forças Armadas. Também não é muito relevante o fato de um golpe vir em apoio ao esquema da eleição indireta, que possa beneficiar uma candidatura de tipo populista/fascista, como a de Maluf ou de outros candidatos. O que importa, sim, é ficar alerta para sintomas desse tipo e saber que, qualquer que seja a origem ou a forma, quaisquer que sejam os beneficiários ostensivos ou ocultos, já se sabe de antemão e seguramente quais serão os principais — ou únicos — prejudicados; a classe trabalhadora e os setores populares. Essa variante — a do golpe de Estado — não pode, portanto, ser ignorada numa análise da conjuntura atual.

O projeto Tancredo

63. Os setores da burguesia que divergem da ditadura militar também têm os seus projetos políticos. O primeiro projeto é o da conciliação, embora dentro do quadro de uma disputa do governo; para simplificação, essa alternativa será aqui cha-

mada de Projeto Tancredo (de Tancredo Neves, governador do Estado de Minas pelo PMDB). Aparentemente, o Projeto Tancredo apresenta a fórmula mágica para resolver a questão da unidade política dos grupos dominantes. Mas, na realidade, ele quer apenas a conciliação, e não tem como resolver a crise.

64. O Projeto Tancredo encontra, dentro do próprio PMDB, importantes setores interessados nessa alternativa, setores que, evidentemente, representam parcelas das classes dominantes e da burguesia capitalista, principalmente bancária. Mas as tentativas de aproximação e conciliação efetuadas por esses setores têm encontrado alguma resistência. Aparentemente o regime *gostaria* de uma composição com os setores conciliadores de oposição conservadora, mas tem encontrado dificuldade em oferecer a esses setores, como contrapartida, as concessões econômicas e políticas capazes de selar em definitivo um acordo. Isso ficou claro quando, no momento de reorganização partidária, o PP dos banqueiros não conseguiu vingar. Essas dificuldades parecem ser muito mais de ordem prática do que política ou ideológica, e quase acabam por confirmar uma suspeita: a de que, de fato, já não há mais um comando político único do regime. Nem por isso se pode descartar a possibilidade de que o Projeto Tancredo venha a receber novos impulsos, como parece estar acontecendo ultimamente.

O projeto Ulysses

65. A segunda alternativa da burguesia pode ser simplificadamente chamada de Projeto Ulysses (do presidente nacional do PMDB). É uma alternativa de oposição liberal, que disputa o comando do poder político com a pretensão de manter inalterado o quadro de subordinação política da classe trabalhadora.

66. Mesmo no plano institucional suas propostas são tímidas. As principais palavras de ordem do projeto alternativo de oposição liberal — eleições diretas, Constituinte, moratória — aparecem, para esses setores, como formas meramente retóricas, uma panacéia para todos os males do país. Elas têm mais o objetivo de se constituírem atrativo propagandístico para galvanizar a camada politizada da sociedade e os setores de classes médias, do que exprimir os parâmetros de uma transformação real do regime vigente.

67. É em grande parte por essa razão que os dirigentes do PMDB não se preocupam em mobilizar nem mesmo o seu partido, e, muito menos, o apoio popular e de massas. Mas há a convicção de que, formuladas de outra maneira, com outros objetivos e proclamadas por outros setores sociais e políticos, essas mesmas palavras de ordem poderiam contribuir para mobilizar a maioria da população.

68. Qual a diferença fundamental, porém, entre o Projeto Ulysses e o Projeto Tancredo? É que o Projeto Ulysses tenta chegar ao poder — ou, pelo menos, ao comando do aparelho do Estado — através da disputa das preferências populares, por meio do voto direto. E o Projeto Tancredo tem o mesmo objetivo de alcançar o governo, mas por acordos de cúpula, se possível com o voto direto, mas, se necessário, com acordos e conchavos espúrios no Colégio Eleitoral.

69. E qual a principal semelhança? É que ambos os Projetos — Tancredo e Ulysses — acabarão por servir fundamentalmente aos interesses das classes dominantes, ainda e mais uma vez em detrimento da classe trabalhadora. A alternativa liberal do Projeto Ulysses, mais vinculada a esses interesses populares que a de Tancredo, não é capaz de apresentar propostas concretas para a política econômica, embora possa atender a alguns pequenos e parciais interesses dos trabalhadores.

70. O Projeto Ulysses fala de moratória, de reativação da economia, mas nem diz como chegar a isso nem se define quanto ao papel dos trabalhadores nesse processo e nos benefícios de seus resultados. Ulysses oscila entre a sua velha e pedessista propensão a conciliar e sua ambição de chegar à Presidência da República. Como dificilmente ele seria um candidato de consenso do Colégio Eleitoral atual num processo sucessório indireto (ao contrário de Tancredo), a sua saída é eleição direta, onde ele tem esperança de alcançar a maioria, mercê da máquina partidária do PMDB, grandemente reforçada com a eleição de numerosos governadores em 1982.

71. O Projeto Ulysses vê, na eleição direta, o fim do regime; toma por fim do regime político o que é apenas o fim de uma das tantas formas de controle político desse mesmo regime. Tudo se passa como se esse Projeto dissesse: façam-se as eleições diretas e o resto virá com o tempo; ou, ainda: a democracia começa quando ele, Ulysses, ou seus seguidores, os setores do PMDB que o apóiam, chegarem ao governo. Mas os trabalhadores já sabem, por experiência própria nos chamados "governos estaduais democráticos do PMDB", o que significa isso.

72. Não obstante todos esses percalços, não há dúvidas de que, em lutas setoriais e concretas, o PMDB — e, principalmente, os seguidores do Projeto Ulysses — conseguem, às vezes, colocar-se ao lado de interesses específicos dos trabalhadores — como o demonstram o seu procedimento contrário aos decretos de arrocho salarial 2.024 e 2.045. Isso indica que o Projeto Ulysses pode ter alguma chance de chegar ao governo central. Mas não significa que constituirá uma alternativa real nem para vencer a crise, nem para mudar o regime do ponto de vista dos interesses da classe trabalhadora.

O projeto Brizola

73. Ainda nos quadros da oposição burguesa, começam a despontar os primeiros sinais de um terceiro projeto, que aqui, também por simplificação, poderá ser chamado de Projeto Brizola.

74. De contornos políticos e ideológicos ainda não claramente definidos, como, aliás, é próprio do populismo, o Projeto Brizola parece mais o resultado improvisado de um inesperado êxito eleitoral na disputa do governo do importante Estado do Rio, do que, propriamente, a manifestação política de setores sociais específicos. Juntam-se, no Projeto Brizola, elementos objetivos e subjetivos, como o seu passado de contestador do golpe de 1964; as reminiscências da época de auge do populismo e do getulismo; a capacidade de manipulação de expectativas

de setores marginalizados e populares dos grandes centros urbanos; e a aglutinação de figuras de esquerda sinceramente empenhadas em encontrar um caminho de transformação da sociedade brasileira.

75. As contradições inerentes a tal Projeto, porém, e que se evidenciam no estado de permanente crise da administração Brizola ou do setor parlamentar do seu partido, o PDT, indicam que esse é um projeto que pode tender a fracassar antes de atingir a maturidade, ou de se dissolver em um ou outro dos demais projetos burgueses existentes — o da conciliação conservadora e o da oposição liberal. Contudo, há setores políticos populares ou de esquerda que hoje se sentem atraídos por Brizola, à falta de um projeto alternativo mais definidamente popular. E que, portanto, poderiam desistir do Projeto Brizola e vir a engrossar um projeto popular que contemplasse suas idéias e aspirações.

TERCEIRA PARTE:

Balanço do momento atual

76. À guisa de conclusões das duas primeiras partes do documento, é possível fazer as observações principais que se seguem. A crise afeta o governo de maneira imediata e direta. O Executivo não consegue aprovar projetos importantes no Congresso. Sucedem-se as defecções de figuras importantes (Langoni, Aquino). Às bravatas de irritação do presidente seguem-se períodos de silêncio ou de mensagens vazias de conteúdo. As denúncias de corrupção se intensificam, o governo formal (o presidente e os ministros) não governa mais, pelo menos da forma monolítica como vinha fazendo nos últimos anos.

Crise no regime

77. O regime ditatorial também é afetado pela crise, embora de forma menos intensa. Perde o apoio de setores importantes das classes dominantes. Não consegue mais conciliar os segmentos do empresariado em competição. Encontra dificuldades cada vez maiores para impor sua política econômica interna, quer pela oposição dos setores populares, quer pela objeção de setores dominantes. E, no plano externo, perde a credibilidade diplomática, política e econômica, ou é obrigado, para garanti-las, a arrostar riscos ainda maiores no plano interno.

78. É preciso não se iludir, contudo: o regime guarda ainda muitos trunfos, dos quais os principais são a força e a corrupção. Isso significa que a ditadura não cederá facilmente a qualquer tentativa de sua substituição por outro regime. Mas é preciso registrar que o regime atual apresenta rachaduras cada vez mais numerosas e maiores. Deixou de ser um bloco monolítico todo-poderoso; em conseqüência disso, abriram-se perspectivas de questionamento e disputa do poder. Em outras palavras, o regime já não detém mais, inteira e exclusivamente, o poder político real no país. E esse poder começa a ser disputado.

Crise no sistema

79. Embora de forma menos acentuada que o governo e o regime, o sistema capitalista, no Brasil, começa a demonstrar sua incapacidade de resolver os problemas do país. Não se trata de prever, com algum tipo de duração ou prazo, o fim ou a destruição do capitalismo no Brasil. Mas de apontar as condições mais flagrantes do sistema, para caminhar na direção de uma transformação da estrutura social brasileira.

Crise dos projetos

80. Os projetos políticos das classes dominantes não estão conseguindo obter o apoio da grande massa da população brasileira. O projeto de institucionalização da ditadura militar só terá êxito se imposto pela força. Os projetos das oposições — conciliadora, liberal ou populista — podem eventualmente ter algum êxito, mas não resolverão nenhum dos problemas fundamentais de interesse das classes trabalhadoras da cidade e do campo. Serão no máximo capazes de substituir pessoas nos cargos do aparelho de Estado e fazer mudanças superficiais no regime, preservando, porém, alguns de seus aspectos fundamentais. E, sobretudo, não terão capacidade de mudar a situação de extrema desigualdade social do país.

A tendência central

81. Para onde vai a atual conjuntura brasileira? A tendência central da conjuntura é agravamento acelerado da crise, em seus múltiplos aspectos, na direção de um beco para o qual nenhum dos projetos políticos das classes dominantes oferece uma saída capaz de atender aos interesses da maioria da população. O agravamento da crise — inevitável se qualquer desses projetos for o vencedor — vai deteriorar ainda mais a qualidade de vida da maioria do povo brasileiro, aumentando a exploração e a opressão. Portanto, para os interesses reais das classes trabalhadoras e dos setores populares, objetivamente só há uma forma de "resolver" a crise: é pela mudança do regime.

82. É necessário, então, formular um novo projeto político, capaz de vencer a crise pelo fato de se apresentar como uma alternativa ao regime vigente. Para isso, esse projeto deve ter um caráter popular, deve exprimir e representar os interesses da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira, e deve ter alguma perspectiva de viabilidade a curto prazo. É esse projeto que deve ser formulado e assumido pelo Partido dos Trabalhadores, cujas indicações mais gerais constituem a última parte deste documento.

QUARTA PARTE:

O Projeto Político do PT

83. Com a mesma rapidez com que desgasta os partidos políticos chamados de oposição e com que afunda o governo e o

regime num mar de perplexidade, a crise exige do PT novas definições quanto aos rumos a seguir daqui para a frente.

84. E que posições o PT tem adotado até agora? Quais as propostas políticas do PT? Não é verdade que o PT não tenha propostas, ou não se posicione diante dos acontecimentos. Ao contrário, o partido tem muitas propostas corretas sobre vários aspectos da realidade social, econômica e política.

85. Mas é verdade que, até agora, o partido não tem conseguido articular essas diversas propostas, geralmente setoriais e fragmentárias, num projeto político geral. Um projeto capaz de prefigurar um novo regime político.

86. O partido, em suas posições e em suas propostas, até agora tem quase se limitado a apoiar, e às vezes a conduzir, a linha de resistência ativa nascida dos próprios movimentos populares. Isso é necessário. Mas não é suficiente.

O PT e o poder

87. Daqui para a frente, o PT tem de se colocar, claramente, a questão do poder. Em outras palavras, daqui em diante, o PT tem de discutir e de formular um projeto político para os trabalhadores alcançarem o poder, criando, assim, as condições para as transformações da estrutura social na direção de uma sociedade sem exploração nem repressão, no caminho do socialismo.

88. Não é por acaso que as pesquisas recentes indicam um crescimento da receptividade do PT na opinião pública. É que o PT, bem ou mal, é um partido presente nas lutas populares, das quais nasceu. Além disso, pelo menos uma parte da população deve lembrar-se da linha de independência e luta que o PT assumiu, em todo o país, durante a campanha eleitoral de 1982. Embora a maioria do eleitorado tenha adotado caminhos eleitorais diferentes do que o PT propunha, os fatos posteriores às eleições vieram dar razão ao PT, num prazo menor do que o próprio partido imaginava. Entre outras coisas, o êxito dos programas do PT na TV também confirmam a linha geral que o partido vem adotando.

89. Tudo isso parece indicar, mais uma vez, que a proposta petista, de um partido de massas diretamente vinculado às lutas populares, é uma proposta com crescentes possibilidades de êxito. Mas o partido só continuará a crescer na medida em que for capaz de apresentar respostas claras e concretas para a crise, atuando efetivamente como partido nos movimentos sociais, por meio de seus diretórios, núcleos e militantes, esforçando-se para elevar as lutas de resistência para a condição de lutas unificadas contra o projeto político, econômico e social do regime militar.

90. Contudo, a resposta até aqui adotada — de apoio ou de organização e condução das lutas populares de resistência ativa — não deve ser minimizada. Dela, há numerosos exemplos: os movimentos de desempregados, as greves de julho, os movimentos dos mutuários, a participação no I Conclat e na formação da CUT, as campanhas contra o arrocho salarial e contra os decretos 2.024, 2.045 e 2.065 e muitas outras. Nessas lutas, a participação do PT tem sido menos organizada e menos eficaz do que poderia e deveria ser. Isso coloca desde já ao PT, como tarefa imediata, superar com firmeza suas debilidades orgânicas

e materiais que tanto vêm dificultando a agitação e a propaganda de suas propostas — bem como a sua própria intervenção — nos movimentos sociais. É um erro supor que tais lutas tenham um caráter exclusivamente de resistência passiva, ou de reivindicação economicista. Cada luta de resistência tem um caráter ativo, tem significado político, e serve para reforçar a organização dos trabalhadores. A luta contra os decretos de arrocho salarial, por exemplo, é simultaneamente econômica e política. E, na medida em que a economia é a pedra de toque do regime, uma luta contra a política econômica pode ser, também, uma luta política contra a ditadura militar.

91. Por isso, a linha de resistência ativa que o PT empreende deve não apenas continuar, mas intensificar-se, alastrar-se e se organizar melhor. E qualquer projeto político alternativo que o PT venha a adotar não pode nem deve sacrificar a continuidade e a intensificação dessa luta de resistência ativa. Mas não deve limitar-se a ela. Deve partir dela e combiná-la com outras lutas nos planos social e institucional. Trata-se, portanto, mais uma vez, de tentar articular a luta popular com a luta institucional (não apenas parlamentar) com o objetivo de mudar o regime vigente. E é exatamente por isso — isto é, para obter essa almejada articulação — que o PT precisa definir uma alternativa de regime.

92. No quadro conjuntural como o atual, a viabilidade de um projeto popular depende, em grande parte, da capacidade de aglutinação e de organização do PT. Sua responsabilidade aumenta, na medida em que nos demais partidos de oposição existem setores comprometidos com as lutas populares — e, portanto, com um projeto popular — e que necessitam transitar em direção a ele. O PT precisa tomar as iniciativas necessárias para ir conformando um bloco de forças que devem integrar esse projeto. O PT tem que se preparar para o surgimento de dissidências em meio aos partidos de oposição, as quais poderiam vir, quer pela configuração mais nítida do projeto Brizola — que afastará setores de esquerda do PDT —, quer pela crise dentro do PMDB, que poderá afastar os setores populares.

A tarefa central

93. Definir uma alternativa de regime — ou, em outras palavras, definir um projeto político alternativo para vencer a crise e substituir a ditadura militar — significa duas coisas:

a) definir os objetivos e as prioridades políticas; e

b) definir os meios de alcançar esses objetivos nas prioridades propostas.

O que se segue, neste documento, é um primeiro delineamento desses objetivos e desses meios.

94. O projeto político do PT deve ser concebido como um projeto de ruptura popular e institucional do regime vigente. Não se está ainda no momento final dessa ruptura. Mas também já não se está mais no seu momento inicial. Como se procurou mostrar na Primeira Parte deste documento, o rompimento do regime já começou, quer pela sua incapacidade diante da crise, quer pela falta de apoio de setores da própria burguesia, quer pela pressão das lutas populares.

95. O PT deve intervir no processo, portanto, para acelerar a sua marcha e para dar-lhe uma direção capaz de resultar num novo regime político que atenda — no limite máximo das suas possibilidades historicamente concretas — os interesses da classe trabalhadora e da maioria da população brasileira. Essa direção deve ser a da implantação de um regime de amplas liberdades sindicais e políticas, de mudanças substanciais na distribuição de renda, e de autonomia e independência crescentes diante das múltiplas formas econômicas, sociais, políticas e culturais de manifestação do capital monopolista nacional e internacional. Tal regime deverá expressar os anseios dos trabalhadores e de todo o povo oprimido. As organizações populares, sindicais, democráticas, junto com o povo, deverão, soberana e democraticamente, dizer que forma de governo deverá ser construída sobre os escombros da ditadura militar.

As lutas imediatas

96. Para alcançar esses objetivos, o partido deve procurar conduzir as lutas dos trabalhadores e dos setores populares a exercerem o máximo de pressão possível contra o regime, através de conquistas efetivas crescentes e de avanços organizativos que as consolidem e ampliem. Deve articular essas lutas entre si e procurar conferir-lhes propósitos e direção unitários. Deve procurar ampliar ao máximo o apoio da maior parte possível da sociedade a essas lutas. E deve fazer com que a atividade parlamentar de seus representantes e dos representantes de outros partidos apóiem, expressem e reflitam essas lutas, e formalizem na legislação as conquistas por elas obtidas. Nesse sentido, o PT deve concentrar seus esforços nas lutas dos movimentos de massa.

Os cinco eixos principais

97. Assim, o PT deve dar prioridade a cinco principais eixos para as lutas dos movimentos de massa:

1. A luta contra o arrocho salarial, por aumentos do salário real, contra o desemprego e pelo tabelamento de preços.

2. A luta contra a Lei de Segurança Nacional, contra a lei antigreve e contra as demais leis repressivas.

3. A luta pela reforma agrária sob controle dos trabalhadores.

4. A luta pela moratória unilateral da dívida externa, contra o FMI (Fundo Monetário Internacional) e pela nacionalização dos bancos e dos monopólios.

5. A luta pela convocação imediata de eleições diretas para a Presidência da República em 1984, que exige, do partido, o início dos debates para a apresentação de uma candidatura própria.

98. Para levar a cabo esses cinco eixos, o PT deve privilegiar as formas de luta mais massivas, mais organizadas, mais mobilizadas e mais politicamente definidas, de maneira a culminar na greve geral.

Formas organizativas

99. E, para mobilizar os trabalhadores e os setores populares nessas lutas de massa, bem como para garantir, consolidar e ampliar as conquistas obtidas no processo de luta, o PT deve estimular a criação ou o fortalecimento de inúmeras formas organizativas, das quais as principais são as seguintes:

a) sindicatos urbanos e rurais; entidades intersindicais; associações profissionais; a CUT (Central Única dos Trabalhadores); comissões de fábrica e comissões de empresa; comissões de desempregados e de luta contra o desemprego;

b) associações de moradores, comitês de bairro, comissões e conselhos populares;

c) entidades de luta por direitos das mulheres, dos negros, dos índios, de minorias sociais e culturais;

d) entidades sociais contrárias à deterioração da qualidade de vida da população sob quaisquer aspectos;

e) entidades de luta no campo da habitação, do transporte, da educação e da saúde pública;

f) entidades culturais de defesa do patrimônio cultural brasileiro e contrárias à alienação cultural, parta de onde ela vier;

g) comissões e comitês de defesa dos direitos humanos, de anistia, de luta contra a repressão policial e política;

h) comissões e comitês de solidariedade aos povos que lutam por sua libertação antiburguesa e antiimperialista, especialmente na América Latina;

i) entidades que lutam contra as formas de dominação ideológica, principalmente no campo da comunicação de massa, e que se proponham a disseminar formas populares de imprensa, de expressão e de comunicação e de manifestação artística;

j) entidades políticas e partidárias com ampla e total liberdade e autonomia.

A política de alianças

100. É imprescindível que o partido inicie a discussão, a elaboração de critérios e os contatos para o estabelecimento de uma política de alianças, uma vez que, no momento, o PT não tem condições de, isoladamente, levar a cabo o seu projeto.

101. O PT deve participar decididamente nos movimentos populares, sobretudo no sentido de ajudar os trabalhadores a conquistarem sua unidade na ação política, em defesa dos interesses populares. Obstáculos cotidianos se antepõem a essa unidade, e o PT deve ajudar a classe trabalhadora a superar tais entraves. Nessa caminhada, deve conclamar todos os partidos de oposição e todas as entidades ligadas aos movimentos populares, principalmente sindical, a apoiarem o seu projeto político.

102. Uma política de independência de classe não exclui a necessidade de alianças. Na prática, temos feito alianças políticas — umas boas, outras ruins — desde o início da história do PT. O problema não é saber se se fazem ou não alianças, mas o de saber para que, com quem e com quais critérios as

alianças devem ser feitas. O PT tem, hoje, a capacidade de tomar iniciativas nesse terreno, e não apenas a de seguir a reboque de outras forças, correndo o risco de levar água para o moinho de outros partidos ou de setores de outros partidos.

103. Na política de alianças do PT deve-se dar prioridade à expansão das idéias e da organização do partido entre os setores populares, sem prejuízo de acordos com lideranças ou grupos partidários e políticos que representam ou pretendam representar tais setores. Para o estabelecimento de tais critérios é preciso, portanto, formular e debater propostas concretas capazes de atrair setores sociais de base que até agora tem se mostrado arredios ou desconfiados em relação ao PT, principalmente setores urbanos de classes médias, minorias, setores ligados às atividades rurais etc...

104. É fundamental fixar com clareza os limites dessa política de alianças. O PT não deve fazer alianças globais com as classes dominantes; mas pode fazer acordos específicos para atender determinados interesses dos trabalhadores. E buscar incessantemente conquistar apoios em todas as camadas da classe trabalhadora da cidade e do campo e em setores marginalizados social e economicamente.

105. Uma observação final sobre este ponto. A política correta de expansão da base social e de alianças táticas com setores políticos — mantidas a independência e a autonomia do PT dentro dessas alianças — poderá levar, conforme a conjuntura, a frentes e uniões, parlamentares e extraparlamentares. E tais uniões podem ser capazes de alterar a correlação de forças, na oposição, e, mesmo, no regime. Inclusive de constituir a base de sustentação social e política de um novo regime e de um novo governo.

Um novo regime

106. Na construção do novo regime, o PT deverá prosseguir e intensificar a luta pela conquista efetiva das reivindicações que deram origem às lutas da fase anterior. Além disso, o PT também lutará para a adoção das seguintes medidas:

a) mudanças das relações de trabalho e de propriedade na cidade e no campo;

b) autonomia e liberdade plenas das atividades sindicais, associativas e representativas;

c) ampla liberdade de organização política e partidária;

d) estatização dos serviços públicos de educação, saúde e transportes;

e) redução e limitação de lucros e juros bancários;

f) mudanças no sistema financeiro e bancário;

g) criação de sistema de transporte, armazenamento e distribuição de alimentos;

h) criação de um sistema de habitação popular que garanta moradia a todos;

i) congelamento e tabelamento de preços de gêneros e serviços vitais à classe trabalhadora e ao povo;

j) modificações no sistema tributário, principalmente contra os lucros, a grande propriedade e as grandes heranças;

k) fixação de salário mínimo pelo menos quatro vezes maior que o atual;

l) mudança na criação e na utilização dos sistemas de comunicação de massas, especialmente de rádio e televisão; e

m) ampliação do direito de voto — inclusive para analfabetos e cabos e soldados das Forças Armadas — e instituição de eleições diretas em todos os níveis do Executivo federal, estaduais, regionais ou municipais.

Reorganização do partido

107. Para travar as lutas imediatas e atingir os objetivos mencionados, o partido precisa adotar, desde já, entre outras, as providências que são a seguir indicadas.

108. Ampliar e intensificar o trabalho de reorganização partidária em todo o país, aí incluídas as questões de filiação, nucleação, formação política dos filiados, contribuição financeira e estabelecimento das diversas formas de propaganda, mobilização, comunicação interna e externa, e imprensa partidária.

109. Intensificar, através de seus organismos de assessoramento, estudos e pesquisas, o exame das questões econômicas, sociais, culturais e políticas relacionadas com a questão do poder.

110. Iniciar os debates sobre a questão da Constituinte.

111. Finalmente, vale acentuar a necessidade de promover um amplo e sistemático debate deste documento e da proposta de um projeto político alternativo do Partido dos Trabalhadores. Prioritariamente esse debate deve ser feito dentro do partido, nos seus diversos organismos, e, nesse debate, devem ser aprofundados os pontos ainda obscuros que o texto certamente contém. Esse debate deve obedecer cronograma estabelecido pela Secretaria Geral Nacional do PT. Paralelamente devem ser desenvolvidos debates secundários — de mais longo alcance — sobre pontos específicos, como os indicados no texto.

112. Mas é fundamental, também, que os membros do partido procurem discutir as questões aqui levantadas com as bases e com as lideranças do movimento popular e do movimento sindical. São as bases sociais do PT que, em última instância, terão de dar o seu aval ao projeto, e portanto, garantir a sua viabilidade e a sua implantação.

(São Paulo, novembro de 1983.)

★★★

CAPÍTULO V

CRISE E RENASCIMENTO: V ENCONTRO NACIONAL

Com a derrota sofrida no seu primeiro enfrentamento das urnas em 1982, o partido em muitas áreas sentiu-se psicologicamente abalado, mesmo tendo ultrapassado os índices exigidos por lei para sua continuação como partido no cenário político nacional.

No ano seguinte, 1983, com boa parte dos núcleos de base desarticulados em vista da campanha anterior para governo dos estados e municípios (ocasião em que o PT apenas fez prefeito em Diadema/SP), o Partido dos Trabalhadores passou por uma fase difícil de crises internas e desarticulação, chegando por vezes a ser objeto de gozação da imprensa burguesa.

Na campanha das eleições diretas para presidente da República, quando o PMDB — incluindo setores da direita, o centro e as esquerdas oportunistas — centrou forças na vitória negociada de Tancredo Neves, traindo os anseios populares mais profundos de um momento histórico crucial, o PT ficou falando sozinho no cenário político nacional.

Veio a campanha para as Prefeituras das capitais em 1985. O PT tomou Fortaleza e deu no que deu, como vimos, desperdiçando boa oportunidade para crescer no Nordeste — além de não poder assumir a Prefeitura de Goiânia por questão de fraude eleitoral. Vieram os episódios de Lins, um cenário montado para responsabilizar o PT nas greves canavieiras e nas mortes, mostrando o quanto a direita queria ver o PT definitivamente fora de cena. O episódio do assalto a um banco em Salvador serviu ainda mais para o espalhafato da imprensa burguesa, ridiculari-

zando o partido, como se o PT não passasse de um quadro partidário indefinido que alojasse toda a "maldição histórica das esquerdas clandestinas e baderneiras".

Mas a campanha para governadores, Câmara e Senado em 1986 já mostrava que a coerência do partido mais cedo ou mais tarde surtiria efeito. Este menino teimoso de seis anos continuava a mostrar extraordinária saúde política. O PT cresceu nas urnas — mesmo não tendo feito nenhum governo de Estado mas tendo na figura de Lula surgido das bases populares como o deputado federal mais votado — e a população começou a encarar o PT com mais seriedade e respeito, apesar da ampla propaganda ideológica em vista da destruição do partido. Mas o Partido dos Trabalhadores já assustava demais com sua "teimosia programática" e seus constantes revigoramentos após os golpes que sofria: eleições em 1982, crise interna em 1983, episódios de Lins e Salvador, administração infeliz de Maria Luisa Fontenelli em Fortaleza...

A frustração com o Plano Cruzado I e o Plano Bresser, a traição do governo logo após os resultados das urnas em 1986, quando prorrogou o aumento geral dos preços para depois de 15 de novembro, o início da desarticulação definitiva do PMDB — levando o partido a se dividir e criar outro partido de dentro do partido, o PSDB, sem as marcas de centro-direita que já inquietava o "PMDBezão" descontente com Sarney — o governo Sarney foi o fruto inesperado do pacto com a morte de Tancredo Neves — a frustração imediatamente posterior do povo com os destinos da Nova República, parida nos gabinetes de uma sucessão negociada. O PT começou a colher os frutos de seu trabalho paciente — por exemplo sua "teimosia" em relação às Diretas — por ser o resultado exatamente de sua inserção nas massas populares. De outro lado as esquerdas viram fracassados seus planos em investir na Nova República como a alternativa política, mesmo injuncional, para o regime. Neste sentido o PT teve e ainda tem um importante papel catalisador das esquerdas, tanto de dentro do partido como de fora. Exemplo disso é a Frente Brasil Popular que se engaja na campanha presidencial Lula/89.

No marco da renovada e ampla discussão de seu destino, pelas bases, o V Encontro Nacional, realizado em Brasília nos dias 4, 5 e 6 de dezembro de 1987, num clima de transparência, recolocou-se no partido a discussão de um novo plano político-organizativo, visando os anos 1988-1989, vistos como definitivos para seu futuro. E, na retomada profunda de suas origens, a posição ideológica da construção do socialismo como o objetivo

estratégico prioritário que não pode ser abandonado, o PT mais uma vez chega na frente de outros partidos em relação aos pontos tático-estratégicos que definem sua luta e suas tarefas, assim como a coerência ideológica que o marca como a grande novidade política indesejável, via de regra, pela burguesia nacional. O Diretório Nacional assim nos apresenta o documento do V Encontro, como instrumento de trabalho distribuído aos militantes: "O V Encontro Nacional é um marco na história da construção do PT como partido de classe e de massas, democrático e socialista. Além de apreciar corretamente a conjuntura política e lançar a candidatura de Lula à Presidência da República, aprovou o programa democrático popular, precisou nosso objetivo estratégico — o socialismo —, sublinhou a necessidade de uma política de alianças, definiu o momento como sendo de acúmulo de forças. E ainda fez mais: fixou novas diretrizes para o trabalho dos petistas nos movimentos sindical e popular, discutiu os grandes temas de nossa organização e aprovou a orientação geral para as campanhas eleitorais de 1988" (*DN*. Documento do V Encontro Nacional, Introdução). Com relação ao pleito eleitoral de 1988, como se sabe os resultados deste acúmulo de forças não tardaram a aparecer nas urnas.

As resoluções do V Encontro compõem um texto amplo de 243 parágrafos e nove capítulos, uma Introdução e mais oito capítulos com os seguintes títulos: "Objetivo estratégico do PT: o socialismo"; "As táticas do PT"; "A política de alianças do PT"; "A política sindical do PT"; "O PT e o movimento popular"; "O centenário da abolição"; "A campanha eleitoral de 1988"; e, finalmente, "A construção do PT".

Na Introdução o documento do V Encontro retoma o Programa do PT, numa versão mais atualizada do original (o Programa Democrático Popular), em que repõe os pontos básicos da luta do partido: Diretas-Já para presidente da República; revogação da LSN, fim, na Constituição, do conceito de Segurança Nacional; revogação das salvaguardas, estados de emergência, estado de sítio...; devolução das prerrogativas do Legislativo; fim de qualquer forma de censura; sistema eleitoral proporcional; reforma agrária; reforma tributária; reforma administrativa; reforma urbana; rompimento com o FMI; desvalorização da dívida externa; controle da remessas de lucros ao exterior; prioridade na destinação de recursos dos fundos sociais para o Nordeste; exclusividade do FND e dos fundos sociais para investimento nas áreas sociais; estatização do sistema financeiro; estatização da indústria do cimento para viabilizar vasto programa de construção da casa própria; estatização dos serviços de transporte coletivo; criação de um sistema único de saúde,

estatal, público, gratuito e de boa qualidade; estatização da indústria farmacêutica; liberdade de associação, organização, manifestação e autonomia sindical com direito de greve; direito dos trabalhadores de se organizarem em comissões de empresas; estabilidade de emprego; política de elevação automática dos salários visando recuperar perdas; jornada máxima de 40 horas semanais; estabilidade no emprego; aposentadoria aos 30 anos de serviço para os homens e 25 para as mulheres; congelamento dos preços dos gêneros de primeira necessidade e revisão do programa nuclear paralelo do governo em vista da preservação do meio ambiente e da ecologia. (Estes pontos encontram-se mais detalhados no documento, notadamente no item sobre o Programa Democrático.)

Mas como se trata de documento amplo, reproduzimos apenas os itens referentes ao tema central que perpassa todo o texto: a questão ideológica do socialismo como objetivo estratégico e, a seguir, alguns pontos da política de nucleação, outra questão revista profundamente no V Encontro, em vista de seu plano político-organizativo para os anos 1988-1989. Finalmente, reproduziremos alguns pontos da vital discussão em torno das tendências, uma questão que alimentou este chamado "Encontro de crescimento", e sua regulamentação, já em janeiro de 1988, aqui reproduzida na íntegra, também no marco dessa discussão acerca do socialismo como objetivo estratégico básico.

Comecemos, então, a seguir, pela reprodução integral do II capítulo do documento.

1. Objetivo estratégico do PT: o socialismo

A conquista do socialismo e a construção de uma sociedade socialista no Brasil são os principais objetivos estratégicos do PT. Isso parece ser consenso tanto em vista das resoluções aprovadas nas convenções nacionais, quanto da crescente pressão da militância para que definamos o tipo de socialismo que queremos e estabeleçamos as relações correspondentes entre nossa luta do dia-a-dia e a luta mais geral pelo socialismo.

Na luta pelo socialismo é preciso distinguir dois momentos estratégicos que, apesar de sua estreita relação de continuidade, são de natureza diferente. O primeiro diz respeito à tomada do poder político. O segundo refere-se à construção da sociedade socialista sobre as condições materiais, políticas etc., deixadas pelo capitalismo.

A conquista do socialismo

Para extinguir o capitalismo e iniciar a construção da sociedade socialista é necessário, em primeiro lugar, realizar uma mudança política radical; os trabalhadores precisam transformar-se em classe hegemônica e dominante no poder de Estado, acabando com o domínio político exercido pela burguesia. Não há qualquer exemplo histórico de uma classe que tenha transformado a sociedade sem colocar o poder político, o Estado, a seu serviço.

Evidentemente, a construção da sociedade socialista não é algo totalmente novo e diferente em relação às formas de luta e de organização dos trabalhadores no seu dia-a-dia atual. Quando falamos que o socialismo e o poder se constroem na luta cotidiana, estamos nos referindo ao fato de que muitas das formas econômicas, sociais e políticas da construção socialista surgirão, sem dúvida, da experiência da luta de classe contra o capitalismo. Muitas dessas formas que hoje não conseguem desenvolver-se em virtude da opressão capitalista, como as pequenas cooperativas, as compras comunitárias, as comunidades locais, os conselhos populares etc., provavelmente encontrarão um campo fértil para crescer nas novas condições socialistas. Mas as formas de organização fundamentais que surgem na luta cotidiana no interior da sociedade burguesa e que têm maior importância para a luta socialista são as que nascem da auto-organização dos trabalhadores, as formas de luta pelo controle operário nas fábricas (a partir da generalização das comissões de fábrica e empresa) e de controle popular nos bairros.

Essas formas embrionárias de poder proletário são escolas de auto-organização e participação política dos trabalhadores, que apontam no sentido da construção de um socialismo efetivamente democrático, em que o poder seja exercido pelos próprios trabalhadores e não em seu nome.

Entretanto, essas experiências em si não resolvem a contradição do socialismo com o capitalismo. Mesmo porque, quanto mais amplas elas se tornam, maior é a resistência da burguesia dominante à sua existência. Repressão e concessões em geral se combinam para a burguesia continuar mantendo sob sua influência ideológica e política as grandes massas de trabalhadores e evitar o desenvolvimento das experiências populares e as mudanças. Para resolver as contradições sociais e políticas do sistema capitalista é fundamental que todas essas experiências de luta e de organização operárias, populares e democráticas sirvam como eixo de preparação e organização das classes trabalhadoras para a conquista do poder e a construção da nova sociedade.

Por isso, no enfrentamento cotidiano contra as táticas repressivas e/ou de concessões da burguesia, os trabalhadores terão que empregar táticas que retirem as massas da influência da burguesia e as levem a conquistar o poder. Nesse sentido é preciso distinguir as atividades que partem da situação existente em cada momento e procuram fazer com que os trabalhadores tomem consciência da necessidade de conquista do poder, das atividades que se destinam à conquista imediata do próprio poder.

Muitos companheiros não fazem essa distinção, não compreendem o processo de mediação que deve existir entre o momento atual, por exemplo, em que as grandes massas da população ainda não se convenceram que é preciso acabar com o domínio político da burguesia, e o momento em que a situação se inverte e se torna possível colocar na ordem do dia a conquista imediata do poder. Dessa forma, seu discurso pretensamente revolucionário não é entendido pela população e pelos trabalhadores e, em vez de contribuir para a organização e a luta no sentido da conquista do poder e da construção socialista, a desorganizam e a transformam na luta de pequenos grupos conscientes e vanguardistas.

Por outro lado, companheiros que consideram inevitável a adoção de uma via revolucionária para a conquista do poder contrapõem essa escolha à tática dos movimentos sociais que lutam por reformas. Reforma e revolução são consideradas por eles como termos e práticas antagônicas. Entretanto, nenhum país que tenha feito revolução deixou de combinar essas lutas, dando maior ênfase a uma ou outra, de acordo com a situação política concreta. A luta por reformas só se torna um erro quando ela acaba em si mesma. No entanto, quando ela serve para a educação das massas, através da própria experiência de luta, quando ela serve para demonstrar às grandes massas do povo que a consolidação, mesmo das reformas conquistadas, só é possível quando os trabalhadores estabelecem seu próprio poder, então ela serve à luta pelas transformações sociais e deve ser combinada com esta.

Nesse sentido, para definir uma estratégia de luta pelo socialismo não basta definir a via principal de luta, nem as táticas para a conquista do poder. É preciso, em especial, ter clareza sobre o inimigo ou inimigos principais contra quem nessa luta se dirige, as alianças de classes (estratégicas) para derrotar tais inimigos e o programa de transformações a ser implantado (que serve de base à mobilização popular e às alianças).

Esclarecer tais problemas na realidade não é algo que possa ser decidido arbitrariamente. Depende do conhecimento da estrutura social brasileira, das contradições que existem nessa estrutura e do grau que tais contradições alcançaram como resultado de todo um processo histórico de lutas. Isso inclui o conhecimento do papel e da força do Estado burguês e do grau de desenvolvimento da cultura política dos trabalhadores e, em particular, o conhecimento das tendências do movimento de cada um desses aspectos e de sua resultante.

Existe um certo consenso entre os militantes e filiados do PT de que a burguesia é a inimiga principal das mudanças sociais e dos trabalhadores. É uma certeza intuitiva que resulta da experiência concreta de enfrentamento com a burguesia. O problema, porém, não é esse. O problema reside no fato de que, por uma insuficiente análise das classes existentes na sociedade brasileira, muitos companheiros colocam no campo da burguesia parcelas significativas de pequenos e microempresários urbanos e rurais e mesmo as camadas assalariadas que não trabalham diretamente na produção fabril ou agrícola. Com isso, nem levam em conta que tais camadas possuem profundas contradições com o

capital e, por isso, podem se incorporar à luta por transformações sociais no sentido socialista.

Por outro lado, ao tomar a classe burguesa como inimiga principal, estratégica, muitos militantes são levados a oporem-se a que se aproveitem as contradições momentâneas entre os diversos setores da burguesia. Colocam-se contra qualquer aliança política, tática ou pontual, com alguns desses setores. Mas o que importa aqui é que tais posturas são reflexos também de um conhecimento insuficiente ou mesmo de um desconhecimento das contradições internas que movem as classes em sua luta, que muitas vezes podem colocar em oposição diferentes setores da própria burguesia. Esse conhecimento insuficiente é uma das razões principais que explicam por que o PT, como um todo, ainda não avançou suficientemente nas definições estratégicas.

Para que o processo de definições estratégicas do PT conte com a participação democrática dos militantes e filiados é imprescindível que o partido organize o estudo e o debate sobre as classes e as contradições de classes da sociedade brasileira; o papel da pequena burguesia urbana e rural; a definição dos pontos programáticos que garantam a atração dos setores sociais que têm contradições com a burguesia; a via principal de transformação social e as táticas a serem empregadas para realizá-la; e a relação entre a estratégia do partido e as diversas táticas para implementá-la. Estes são problemas colocados pelo atual avanço da luta de classes do Brasil, que devem ser tratados adequadamente. Tratá-los não é uma tarefa de alguns intelectuais e dirigentes, ou mesmo de uma corrente política dentro do partido. Essa é uma tarefa que deve envolver o conjunto da militância petista.

A construção do socialismo

O desenvolvimento desigual e desiquilibrado do capitalismo no Brasil coloca diante dos trabalhadores uma série de questões relacionadas com a construção socialista após a conquista do poder. Questões que aparecem desde já em função das propostas programáticas do PT e das alianças estratégicas que devem ser realizadas para obter a hegemonia contra a burguesia. Evidentemente, o desenvolvimento intenso do capitalismo nos últimos trinta anos colocou bases firmes para o estabelecimento de um sólido setor socialista na economia. As grandes cooperativas agroindustriais capitalistas, as grandes empresas comerciais e de serviços e os bancos onde a socialização, com a apropriação privada dos resultados da produção, permitem sua transformação imediata em empresas socialistas, estatais ou coletivas.

Por outro lado, subsiste no Brasil um vasto setor que, embora seja em ampla medida subordinado ao grande capital, procura desenvolver-se com absorção de mão-de-obra e com atendimento a uma série enorme de bens de serviços considerados secundários e de baixa rentabilidade. Constituído por milhões de pequenas empresas, pequenos negócios, serviços e autônomos, desempenha um papel econômico de grande importância no atual sistema capitalista brasileiro, o que obriga a um processo permanente de destruição e recriação desse setor — papel que deve continuar

desempenhando mesmo depois de iniciarmos a construção socialista no Brasil. Desse modo, um dos aspectos-chave do processo de construção socialista, mesmo tendo como a parte essencial da economia o seu setor socialista estatal ou coletivo, consiste em conhecer a capacidade de o Estado atender às reais necessidades sociais e adaptar uma política econômica que complemente de forma integral aquela capacidade para isso. O único caminho, até hoje, consiste em permitir que a pequena economia mercantil ainda se desenvolva em uma certa escala, e que seu próprio desenvolvimento natural e contraditório conduza à concentração e centralização econômica e sua transformação socialista por meios administrativos.

A pequena produção serve para que a sociedade desenvolva suas forças produtivas, contribua para que não haja escassez de bens e serviços e permita incorporar ao trabalho o conjunto da população economicamente ativa sem prejudicar a eficiência das empresas socialistas nem a constante redução da jornada de trabalho. Essa política de desenvolvimento da capacidade produtiva da sociedade, utilizando todas as forças econômicas, é a base da aliança dos trabalhadores assalariados com a pequena burguesia urbana e rural. Essa aliança é, pois, uma questão estratégica referente tanto à destruição do capitalismo quanto à construção do socialismo.

Evidentemente, essa é uma contradição própria do desenvolvimento das classes no Brasil, do mesmo modo que é impossível, dadas as atuais condições, que o socialismo possa extinguir as classes de imediato. O processo de construção socialista, para alcançar a almejada sociedade igualitária, sem classes, sem opressão e dominação, vai enfrentar, durante certo tempo, a exigência de diferentes desigualdades, como herança do capitalismo. E vai obrigar a agir, não no sentido de extinguir administrativamente as desigualdades, mas de evitar que elas se polarizem e se tornem antagônicas em relação ao socialismo. Tais contradições no terreno econômico e social da construção socialista geram diferentes contradições no terreno da política. Isso nos remete, basicamente, para a relação do socialismo com a democracia.

Socialismo e democracia

A permanência de diferentes classes e camadas sociais no processo de construção socialista, por um tempo difícil de prever de antemão, coloca para nós a necessidade de reconhecer a existência de diferentes expressões políticas na sociedade socialista. É fundamental compreender que, mesmo que não se concretizem ingerências externas à coexistência de diferentes partidos e associações políticas, assim como de diferentes propostas para a construção socialista, torna extremamente aguçada a disputa política, disputa que pode polarizar-se e ter conseqüências graves se não forem tratadas como merecem, ou seja, disputas que, na sua maior parte, estão dentro de um mesmo campo socialista, e não disputas entre inimigos.

O fato de que na Nicarágua, a partir do programa da Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), apesar do cerco impe-

rialista e da oposição militar dos "contras" existia liberdade sindical, de organização partidária, de comissões de empresa, das milícias, dos comitês populares e que, inclusive, foram realizadas eleições democráticas, indica a atualidade da relação entre a luta pelo socialismo e a democracia. Longe de a democracia ser uma concessão, ela é parte componente de uma revolução viva e fator de combate contra a burocratização.

A ausência de democracia, do direito à livre organização dos trabalhadores, é contraditória com o socialismo pelo qual lutamos. Ainda mais quando sabemos, a partir de várias experiências históricas, que essa ausência foi alçada quase que a um princípio permanente, cujas conseqüências podem ser vistas hoje num certo impasse que vivem vários países que fizeram a revolução e que está na base, por exemplo, da luta dos trabalhadores poloneses em torno do "Solidariedade", que o PT tem apoiado. Solidário com as lutas dos povos por sua libertação, o PT defende o rompimento de relação com o regime racista da África do Sul e com a ditadura do general Pinochet, do Chile.

Além disso, é preciso levar em conta que a sociedade brasileira já foi capaz de desenvolver razoavelmente algumas organizações da sociedade civil que jogam determinado peso na determinação das políticas do Estado. E de que o Estado brasileiro, embora tenha se reforçado muito, contando com modernos aparelhos coercitivos (Forças Armadas, Serviços de Informação etc.) e de concessões e participação (Legislativos, assistência social, centros comunitários etc.), não tem condições de se fechar completamente à participação das classes subalternas em seu interior. Ao contrário, a própria magnitude do Estado moderno brasileiro só é viável se a burguesia for buscar, na massa das outras classes, os funcionários do Estado. E se, para conseguir consenso e legitimidade para esse mesmo Estado, for obrigada a abrir, pelo menos formalmente, o Estado à disputa das diversas classes.

Na sociedade civil ocorre algo idêntico. A burguesia construiu organizações sólidas (FIESP, ONA, ONI etc.) que atuam tanto para manter a hegemonia de sua classe sobre as outras, quanto para manter o domínio do aparelho do Estado. Em contraposição a isso, tanto os assalariados quanto as camadas médias da população também criaram organizações de sociedade civil que participam daquela disputa pela hegemonia e pelo poder. Em grande medida o movimento contraditório dessas diversas organizações da sociedade civil (e também dentro delas) em relação ao Estado e à disputa no interior do próprio Estado causa os avanços e recuos da democracia, sua ampliação e retração.

O PT rejeita a concepção burocrática do socialismo, a visão do partido único, por considerar incorreta a idéia de que cada classe social é representada por um único partido, e que outros partidos existentes na sociedade que emergirem de uma revolução serão necessariamente partidos que representarão interesses de classes diferentes dos da classe trabalhadora.

Seria ingenuidade supor que, conquistado o poder pelos trabalhadores, essa situação estaria resolvida. Embora a liquidação da burguesia como classe compreende também a liquidação de suas organizações civis e de seu Estado, grande parte das organizações da sociedade civil hoje existentes continuarão presentes

na nova sociedade e não podem (nem devem) ser abolidas por decreto. Isso significa que no processo de construção do socialismo deverão existir não só diversos partidos e diversas organizações da sociedade civil, como também que as relações de organizações com o poder socialista serão não só de colaboração e participação, mas também de oposição.

Nessas condições, o Estado socialista terá que desenvolver esforços tanto para estabelecer uma legalidade nova, democraticamente construída e válida para todos, como manter e/ou criar mecanismos de participação e consulta popular nos mais diferentes níveis e nas relações entre tais níveis. A participação operária e popular na gestão das fábricas, das granjas e fazendas, dos bairros e conjuntos residenciais, das comunidades, vilas e distritos, é de suma importância para o funcionamento de uma extensa democracia de base. Entretanto, talvez essa não seja a questão-chave da democracia no socialismo. Os problemas mais sérios vão aparecer nas relações entre os mecanismos democráticos de participação e consulta na base com os mecanismos de participação e consulta nos níveis intermediários e superiores do poder.

O projeto socialista pelo qual lutamos, de outro lado, deve incorporar as perspectivas colocadas pelos diferentes movimentos sociais que combatem opressões específicas, como os das mulheres, dos negros, dos jovens e dos homossexuais, e suas expressões ideológicas, em particular o feminismo, indispensáveis para golpear importantes pilares da dominação exercida pela burguesia e engajar, em profundidade, a maioria da população brasileira num processo de transformação revolucionária. Deve, também, integrar movimentos de âmbitos culturais nacionais ou ambientais que procuram responder às agressões que o capitalismo realiza contra a população e o meio ambiente, movimentos anticapitalistas e progressistas que sensibilizam parcelas crescentes do povo. Deve ainda, incorporar o questionamento de outros mecanismos vitais para a reprodução da dominação de classe. A incorporação dessas lutas no projeto político proletário, desde hoje, permite barrar o avanço da burguesia, que procura esvaziá-las do seu conteúdo crítico e questionador de instituições e valores da ordem burguesa.

Sem um tratamento correto dessas questões, no sentido de manter abertos os canais de participação das massas trabalhadoras no poder de Estado e a observância dos direitos individuais dos membros da sociedade e, ao mesmo tempo, garantir a existência do Estado socialista como instrumento fundamental para a construção socialista, será impossível transformar as liberdades políticas e a democracia formal, próprias do capitalismo, nas liberdades e na democracia real que deve ser própria do socialismo.

2. O PT: um partido de núcleos

Pensar na eficiência de um time de futebol durante uma partida é pensá-lo e prepará-lo estratégica e taticamente, combinando as funções do goleiro, dos zagueiros de área, dos laterais, do meio-campo e das peças do ataque, esperando que cada um destes setores e cada peça dos mesmos, atentos ao desenrolar da partida, cumpram com eficiência suas funções.

Pensar no Partido dos Trabalhadores é pensar numa política de nucleação com estratégias e táticas definidas. Juntamente com outras formas de organização de base: grupos de apoio para fins imediatos, plenárias de militantes, contatos com filiados mesmo fora dos núcleos, apoio jurídico aos militantes em caso de repressão. . . o Partido dos Trabalhadores é um partido de núcleos. Vale dizer, o PT é um partido democrático que se desenvolveu desde suas origens respeitando as decisões das bases. Trata-se de uma democracia interna assegurada pela existência dos núcleos, plenárias, encontros etc. Sua saúde política depende dessa estrutura e esta sobrevive pelo seu bom desempenho. A democracia interna exerce papel fundamental para a sobrevivência do PT. Voltando à metáfora, ter bons jogadores não basta se o time estiver desarrumado dentro de campo.

Em boa hora, num bom intervalo de partida, o PT parou para reparar a fragilidade que tomava conta de sua estrutura orgânica. Esta fragilidade teve início na campanha eleitoral de 1982, quando núcleos e diretórios foram diluídos em comitês eleitorais de candidatos que, em sua maioria, terminavam após o 15 de novembro, isto é, no fim das campanhas. Em curto espaço de tempo, dentro da década de 80, o PT já enfrentou quatro embates eleitorais, — 1982, 1985, 1986 e 1988 — caminhando neste ano de 1989 para o quinto e no próximo ano de 1990 para o sexto, vale dizer, num espaço de tempo de apenas oito anos, entre a primeira e a última corrida às urnas. Haja fôlego! Mas o partido se desdobra. Ademais, democracia e voto nunca faz mal a ninguém.

Outros fatores colaboraram para debilitar a política da nucleação e o quase total colapso de sua estrutura de núcleos e diretórios: a carência de informação política de boa parte de seus militantes (aliado a este fator, certo desânimo colhido nos resultados eleitorais de 1982 ou na frustração da luta pelas Diretas, a constante propaganda antipetista veiculada pela burguesia nos órgãos de imprensa, um resultado administrativo desfavorável em Fortaleza. . .), a fragilidade econômica do partido, chegando inclusive a ter de fechar algumas sedes, as campanhas gerais de intervenção na conjuntura, inclusive sob forma eleitoral (e mesmo com o aumento das simpatias pelo PT) mas dissociadas de uma correta política de construção partidária (o partido pode sair vitorioso nas urnas mas disperso e desorganizado nos núcleos. . .), a clarificação do relacionamento entre o partido e o movimento sindical de modo mais transparente, a falta, às vezes, de integração orgânica das lideranças como um instrumento essencial na

construção de núcleos conforme as categorias profissionais dos militantes... assim por diante.

O PT sabe de tudo isto. Sente na pele suas limitações e sabe que os núcleos de base devem ser a forma fundamental de organizar o partido. "Cabe-lhes", afirma o documento do V Encontro, "o papel de organização de militantes para construir o PT, filiando e preparando trabalhadores para a militância partidária, procurando desenvolver sua capacidade de direção e mobilização política nos setores em que atuam. Os núcleos deveriam ser, além disso, um canal de participação da militância nos debates e na definição do conjunto da política do PT, constituindo, portanto, um organismo de poder no partido, aprofundando e garantindo sua democracia interna. Os núcleos devem, desta forma, realizar a unidade da intervenção partidária, seja no nível do setor específico em que atuam, seja no nível das campanhas e questões em que todo o partido deve se empenhar" (parágrafo 216).

Conforme a atuação do petista, exceto quando este está nucleado numa tendência e assim se identifica, pois uma tendência não libera o militante do compromisso com seu núcleo, os núcleos podem ser por local de moradia (bairros, em geral) categoria profissional, (por exemplo, um núcleo de metalúrgicos da Mercedes-Benz), local de trabalho (por exemplo, um núcleo de professores da PUC-SP, caso eles se reúnam, supostamente), e por movimentos sociais (por exemplo, um núcleo de petistas formado por um grupo de mulheres, um grupo de saúde da Zona Leste de São Paulo etc.). Enfim, qualquer frente de atuação petista pode ser base para a formação de um núcleo, cujas prioridades se definem pelos trabalhos desenvolvidos, de modo que o mapeamento apenas geográfico, de moradia, por exemplo, não basta para defini-lo.

E o que deve estar na base de tudo isto é a integração orgânica do partido com seus núcleos e o relacionamento da direção do partido com suas bases, por representação. É neste sentido que a mera junção das partes do partido não basta. Por exemplo, em épocas de campanhas eleitorais, quando o partido ganha externamente o espectro de partido de massas, principalmente devido aos comícios, e depois de 15 de novembro a maioria volta para casa. O oxigênio que alimenta a respiração e a saúde política do partido deve ser construído e tratado no dia-a-dia dessa relação vital, como quem não esquece jamais de dar água a uma planta. E isto só se dá no comprometimento da direção do partido com as bases e vice-versa, com todo o ônus que este estreitamento de relações possa acarretar, como

tarefa revolucionária árdua, uma verdadeira batalha de Sísifo. "Sem dúvida o PT tem hoje uma base eleitoral formada no essencial por trabalhadores. Mas os partidos social-democratas e comunistas na Europa também têm uma base eleitoral operária, porém, para manter a sua política de conciliação de classe não estão interessados em integrá-la organicamente. Ter apenas uma base eleitoral difusa, não organizada, é próprio do reformismo e do oportunismo. Por outro lado, o melhor programa socialista não garante a organização desta base: não há uma correspondência automática entre a base eleitoral, potencial de oposição e a sua organização. Portanto, o partido precisa de uma vontade para combinar a elaboração socialista e a organização consciente do trabalhador; não bastam resoluções e apelos" (*Construir núcleos de categorias*, contribuição da Comissão de Nucleação da Secretaria de Organização, DR/SP, mimeo., maio de 1986, p. 4).

Seguem, abaixo, outros excertos do texto do V Encontro que trata das novas medidas a serem tomadas em vista da política de nucleação do PT.

> • Uma política de nucleação exige medidas em todos estes níveis:
>
> — Em primeiro lugar, de formação política, de transmissão da experiência militante. Ligada a isso, uma campanha de esclarecimento sobre o caráter do partido, sobre as necessidades de funcionamento de um partido que se propõe, como o PT, a lutar pelo socialismo (o que inclui a discussão sobre a necessidade de um partido dirigente), sobre o fato de que o partido de massas deve ser também de militância e de quadros, sobre a relação entre partido e movimentos sociais. É preciso que façamos uma verdadeira campanha no sentido de ganhar os petistas para a idéia da importância de organizar os núcleos.
>
> — Uma política de nucleação deve ser acompanhada de uma política de finanças que lhe possibilite ter sua própria infra-estrutura. O êxito da nucleação exigirá uma mudança de conjunto no funcionamento do partido, uma direção capaz de dirigir politicamente e de assistir as bases, de alimentar a militância com uma imprensa ágil e diversificada. Há necessidade de mudanças no Regimento Interno que valorizem os núcleos, dando a eles maior poder na estrutura do partido. Duas medidas são positivas: formar conselhos de núcleos, junto aos diretórios municipais e zonais e dar aos núcleos uma representação direta nos diretórios (formando "Diretórios Ampliados" que incluiriam um certo número de representantes eleitos diretamente pelos núcleos: 1/3 do número de membros efetivos e suplentes eleitos nos encontros dos diretórios).
>
> • O núcleo deve ter características de massa e de vanguarda. É fundamental essa convivência dentro dos núcleos. Há momentos em que o núcleo atrai o maior número possível de simpatizantes e filiados para suas decisões e atividades de massa. Essas reuniões só serão possíveis e só terão conseqüência se estiverem vinculadas a outras reuniões, voltadas ao aprofundamento político e de como os militantes devem intervir no ambiente em que o núcleo está inserido.

• O aprofundamento político com um grupo mais restrito de companheiros não se confunde com a prática da célula tradicional. Primeiro, porque visa referenciar as decisões dos núcleos nas necessidades colocadas pelos movimentos sociais; segundo, porque são reuniões abertas à participação de quem quiser, sem qualquer triagem. Assim, os núcleos teriam funções formadoras de intervenção no seu meio e de deliberação em conjunto com os diretórios

• A construção do PT deve priorizar a nucleação dos filiados e militantes, a assistência aos núcleos de base já existentes e a criação de novos núcleos. Os núcleos devem desenvolver ações internas e externas:

a) *internas:* de planejamento, distribuição de tarefas entre os militantes, avaliação das tarefas, formação e elaboração política;

b) *externas:* de ampliação das políticas planejadas, divulgação, agitação, debates etc., para amplas massas.

• Os núcleos por local de moradia devem ter como objetivo a hegemonia política e ideológica na sua área de atuação, desenvolvendo as seguintes tarefas:

a) cadastrar os militantes e filiados por categorias profissionais, orientar politicamente e organizar seus companheiros nos locais de trabalho, visando ganhar para o campo da CUT o seu sindicato, se este ainda não for nosso:

b) mapear os movimentos sociais existentes em sua área, definir, com base nas orientações gerais do partido, políticas específicas para cada um desses movimentos. Levantar as demandas sociais existentes que não tenham movimento tratando delas, fazer a crítica política a respeito, organizar debates e palestras com vistas a despertar interesse nos moradores para então organizar as lutas visando a solução dessas demandas;

c) tratar da formação política dos militantes, filiados e simpatizantes;

d) promover e divulgar a cultura popular, através da exibição de filmes, *slides*, festas, *shows* e eventos esportivos etc.;

e) cotizar os militantes e filiados, promover eventos para levantar recursos para o partido, tendo em vista que a sustentação financeira do partido é tarefa de todos os petistas;

f) tratar de modo especial os problemas da juventude, fazendo a ligação desses com a questão cultural, estudantil, familiar, de lazer etc.;

g) cuidar dos filiados novos, destacando no núcleo um ou mais militantes responsáveis pela formação política do conjunto do núcleo para tratar de modo especial do engajamento dos novos filiados, transmitindo a estes as políticas gerais do partido, os conceitos básicos dessas políticas, a estrutura orgânica, suas relações internas e com os movimentos sociais ou com a sociedade em geral — evitando, assim, a fuga dos novos filiados pelo desnível com os militantes mais antigos;

h) organizar mutirões de visita aos moradores de sua área, levando a estes a mensagem do PT e chamando-os para as ativi-

dades gerais do partido e para o núcleo; planejar panfletagens e vendas da imprensa partidária em feiras, fábricas e unidades de serviço público.

• Os núcleos por categorias, por extrapolarem em geral as esferas municipais e zonais devem ser implementados pelos diretórios regionais. Esses núcleos e os por local de trabalho e por movimentos sociais devem tratar, além de suas especificidades, das questões descritas acima naquilo que couber.

• O detalhamento descrito neste documento não basta para garantir a nucleação e o seu fortalecimento. É evidente que a realização de tais atividades com maior conteúdo e eficácia política só poderá se dar dentro de um esforço mais amplo de politização do conjunto partidário, e neste processo a nossa imprensa deve desempenhar um papel fundamental. Além disso, devemos organizar secretarias e comissões, nos diretórios, que possam dar suporte e assistência sistemática aos núcleos e ao trabalho de nucleação.

• A mudança de qualidade dos trabalhos dos diretórios passa, também, pela realização de reuniões ampliadas e plenárias de filiados e pela criação dos conselhos de núcleos, conforme proposta de alteração do Regimento Interno.

• Quanto a regiões e sub-regiões, deve ser apoiado o seu fortalecimento enquanto instâncias de integração, coordenação e aplicação da linha política do PT de forma integrada com os núcleos e diretórios, facilitando o enraizamento do PT no movimento social, a formação e o debate político, bem como a aproximação das bases com a direção partidária. Se os núcleos devem ser entendidos como elementos de organização de base, de discussão e intervenção, os diretórios, as sub-regiões e as regiões devem ser fortalecidas como elementos de centralização política e coordenação. Para tanto é necessário que se aprofunde o conhecimento de sua realidade específica e se elaborem planos de trabalho estabelecendo prioridades para a atuação conjunta.

3. A questão das tendências: índice de vida política

Mesmo com poucos anos de formação e crescimento, o Partido dos Trabalhadores viu-se agitado internamente com a questão das tendências. E, de fato, no biênio 1986/1987 o debate intensificou-se no interior do partido acerca desta questão rica e permanentemente em aberto, verdadeiro índice de vida política, ainda que vez por outra vazada na imprensa como "roupa suja não lavada em casa", ou coisas afins. Há de se considerar, é claro, que o episódio do roubo bancário de Salvador, em 1986, por exemplo, pela ação de ditos ex-integrantes do PCBR "buscando fundos para a revolução", foi um equívoco histórico de militantes, entregue de bandeja à burguesia nacional, tão ansiosa em denegrir a imagem pública do partido que mais temem.

E nesses dois anos, notadamente 1987, não faltaram contribuições de companheiros das mais diversas regiões e agrupa-

mentos, como Olívio Dutra, Raul Pont, João Machado, Adeli Seil, Tarso Genro, Selvino Heck, Jefferson Oliveira Goulart, uma colaboração de Wladimir Pomar e José Dirceu que provocou acalorada polêmica e respostas como a de Adelmo Genro Filho, um texto rico e sintético de Augusto de Franco, em que coloca muito bem a questão da divisória entre tendências *do PT* e tendências *no PT* e firma posição acerca de uma nova prática política centrada num documento conhecido como "Documento de Goiás"... e tantas outras contribuições que vieram somar as forças dos militantes petistas em torno do conjunto de princípios de ação, desde sempre pensados a partir das instâncias internas do partido.

Tais debates, acontecidos num clima de democracia e companheirismo, evitam, em boa hora, que militantes petistas, na paixão pela defesa exclusivista das linhas de ação de seus "agrupamentos", acabem por oferecer espetáculos gratuitos a outros partidos ou ao próprio PT, boxeando inutilmente companheiros dentro do próprio ringue, numa clara demonstração de desperdício de energia e tempo.

Foi aí que o V Encontro Nacional, no final deste tão rico ano de 1987 para o PT, trouxe à luz os reflexos do próprio amadurecimento dos debates travados ao longo do ano todo, quando definiu a *Regulamentação das tendências.* (Conferir mais adiante.)

A delimitação de uma tendência é uma questão ampla e profunda, como bem alertou Augusto de Franco ("O PT, as tendências e a luta interna", mimeo., 1987, circulação interna). A definição de Raul Pont (que Franco assinala em seu texto) parece bem responder a uma primeira tentativa de compreensão: "São tendências não apenas setores ou grupos que vieram de posições políticas precedentes ao partido ou grupos que se formaram no próprio debate da construção do PT, como também as várias organizações da Igreja, com suas fontes próprias de recursos e fóruns de decisão, bem como a chamada 'Articulação', hoje tendência majoritária dentro do PT" (op. cit., p. 5).

3.1. Riqueza de siglas

Segundo José Dirceu e Wladimir Pomar, atuavam no PT, em 1986, as seguintes tendências representadas pelos partidos políticos:

— Organização Revolucionária Marxista Democrática Socialista (ORM-DS);

— Movimento Comunista Revolucionário (MCR);
— Partido Revolucionário Comunista (PRC);
— Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR).

Fração IV Internacional:
— O Trabalho;
— Convergência Socialista (CS);
— Causa Operária, Partido Revolucionário Operário (PRO) e outros grupos.

Os autores ainda lembram que a DS, O Trabalho, a Causa Operária e a Convergência Socialista se autodenominam *trotskistas*, por adotarem as idéias de Trotsky, revolucionário bolchevique expulso do Partido Comunista em meados da década de 20. Estes grupos são filiados a diferentes facções ou grupos considerados como uma corrente ideológica e política internacional, a IV Internacional, que tentam reconstruir.

A CS e a Causa Operária são mais fiéis às origens. A DS e O Trabalho representam uma evolução, pois procuram adaptar-se à realidade da luta política do país, mesmo através de posturas que entram em contradição com seu programa marxista.

O PCBR, o PRC e o MCR são correntes que saíram do PCB. O PCBR surgiu de uma das cisões que abalou o PC após o golpe militar de 1964. O PRC é uma ala do PC do B, este por sua vez fruto da cisão no PCB, seja com a AP (Ação Popular), com o PC do B (Ala Vermelha) ou com o Movimento de Emancipação do Proletariado (MEP).

Todas essas organizações se autodenominam marxistas, marxistas-leninistas e marxistas-leninistas-trotskistas. Todas, igualmente, se consideram anti-stalinistas.

De fato, tornou-se comum, já desde os primeiros anos de formação e crescimento do partido, ouvir da boca de militantes expressões deste calibre: "Fulano é da turma dos petroleiros de Paulínia ou sindicalista do ABC, Beltrano é da Igreja, das Comunidades de Base, sicrano foi comunista, guerrilheiro, aquele outro é intelectual, professor universitário. . .", assim por diante, como se os militantes tivessem na testa a estrela do partido, mas cada qual pintada de uma cor para diferenciar grupos e formas de ação e luta (ou mesmo uma "linha ideológica demarcadora de sua particular apropriação do marxismo"), como se o socialismo a ser construído fosse uma mercadoria teórica cujo preço se define pela maior ou menor "posse da verdade política".

Por mais ampla que seja, no entanto, a compreensão da palavra *tendência* e sua aplicação aos quadros do partido, quando a utilizamos, via de regra nos referimos (pelo menos em termos de ênfase, ou primeiro plano de compreensão) a partidos de

esquerda que se autodenominam "revolucionários". Trata-se de termo herdado da própria luta operária internacional e que desde o começo do século tenta, com questionável sucesso, pôr em prática no Brasil, tanto os "ensinamentos de cartilha do marxismo clássico", como o transporte das formas de luta e tentativa de internacionalização de uma experiência que, no mínimo, não deve ser desprezada.

E acontece que tanto a nossa formação "cristã ocidental" (e isto numa Igreja pré-Vaticano II pesa muito), como a ditadura pós-64, nos tem levado (a consciência ou cultura popular brasileira) a um comportamento mascarado de anticomunismo, típico das sociedades conservadoras e sua xenofobia ideológica. E o PT pode ter corrido por vezes o risco de repassar em parte esta ideologia por não se definir como "partido comunista" *stricto sensu*, como experiência nova e profunda que é, e vez por outra até oferecer certa resistência a militantes comunistas que procuram abrigo no partido, visando levar em frente suas lutas por uma sociedade mais igualitária.

3.2. A regulamentação

Bem postas as coisas e no frigir dos ovos de uma aberta discussão, o PT continua a se definir como "partido amplo que, tendo como base a independência política e a independência dos explorados e oprimidos diante da burguesia e de seu Estado, procura resgatar a autêntica democracia, na livre discussão dos problemas políticos, sejam eles nacionais ou internacionais" (Cadernos das tendências, encarte do *Boletim Nacional*, "O PT debate seu destino", 1987, p. 1).

E em bom tempo o partido se redefine como *partido* e não como *frente de partidos*, sem querer liquidar quaisquer grupos que nele tenham se alojado por encontrarem no PT um partido de massas, democrático e popular, além de um espaço privilegiado de se fazer política.

O que pretende (e consegue) o documento é dar uma posição definitiva (mas não dogmática, principalmente porque nasceu de amplo debate) a respeito da questão da existência de tendências políticas internas, mesmo com siglas próprias, mas sem recair no paralelismo político dos "partidos dentro do partido", ao assegurar aos militantes o direito de se constituírem como tendências internas dentro do PT.

E uma vez posto em relevo a liberdade de organização partidária interna visando o revigoramento de sua saúde demo-

crática, isto não elimina, em contrapartida, a questão de *princípios* levantados em consenso interno desde a fundação do partido. Ou, como está bem expresso no último parágrafo do referido texto da Regulamentação: "uma tendência do partido não pode construir um partido distinto do PT, nem usar o nome do partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico — rumo ao socialismo" (*Boletim Nacional* n.º 33, p. 16). Em outras palavras, tendências *do PT*, sim, uma questão de democracia interna e verdadeiro índice de vida política; tendência *no PT*, não, uma questão de princípios, só para retomarmos a dupla visão veiculada pelo companheiro Augusto de Franco, do PT de Goiás.

No V Encontro de dezembro de 1987 o PT aprovou a *regulamentação das tendências* assim como a questão da *proporcionalidade* de sua participação nas decisões do partido. Aprovada por 204 votos contra 147, esta resolução foi referendada pelo Diretório Nacional nos dias 16 e 17 de janeiro de 1988 e publicada mais tarde como apêndice ao Documento do V Encontro, em seu texto final.

A seguir, os dois adendos da regulamentação:

3.3. *Resolução sobre tendências*

1. O Partido dos Trabalhadores surgiu da vontade da classe trabalhadora de construir um instrumento político capaz de lutar contra o capitalismo — "um sistema econômico e político que não pode resolver os seus problemas" —, decidindo-se a participar da condução do processo brasileiro na direção do socialismo.

Em nenhum momento de sua construção o PT assumiu a condição de frente — de qualquer tipo — ou mesmo reduziu o alcance de sua intervenção a tarefas meramente conjunturais. Pelo contrário, os seus documentos básicos afirmam de maneira definitiva o seu caráter estratégico e sua feição de partido de massas, democrático e socialista, consciente do seu papel fundamental no processo de construção do socialismo no Brasil.

2. Pelas mesmas razões, o PT compromete-se a aperfeiçoar no seu interior, cada vez mais, as condições democráticas que permitam a todos e a cada um de seus filiados o debate amplo e livre, a efetiva participação no processo decisório, o exercício da crítica e o legítimo direito de disputa de órgãos de direção.

3. Ao afirmar seu caráter estratégico, o PT afirma-se, pois, como partido e não como frente de partidos ou organizações. Contrapõe-se, portanto, à prática da dupla militância e da dupla fidelidade. Da mesma maneira, a filiação ao PT se dá em caráter individual, assumindo o filiado o compromisso de acatar apenas e unicamente as decisões partidárias, tomadas nas instâncias orgânicas do PT.

4. Sendo democrático, o PT admite em seu interior a disputa ampla entre diferentes opiniões. Acredita que somente a mais ampla liberdade de pensamento e o incêntivo ao debate político poderá torná-lo genuína fonte de conhecimento e fortalecê-lo como instrumento de ação dos trabalhadores. Entretanto, da mesma forma que defende e garante a pluralidade de pensamento sobre as mais variadas questões, exige a mais forte unidade de ação, pois é na base desse elemento que reside a eficácia do partido como instrumento de intervenção na luta de classes, no rumo do socialismo. O PT, portanto, defende a democracia interna como princípio partidário, ao mesmo tempo em que reitera a necessidade de acatamento obrigatório das deliberações das instâncias partidárias como expressão desse mesmo princípio.

5. Em vista do acima exposto, o PT vê como natural a formação, em seu interior, de agrupamentos para defender posições políticas, cujas reuniões, debates e trabalhos tenham caráter transparente ao partido, e cujas atividades estejam voltadas exclusivamente para a vida interna do PT e que visem o fortalecimento da estrutura partidária em seu conjunto. O PT considera fundamental a veiculação das políticas dos agrupamentos no interior do partido. Assim, para que os militantes e filiados tenham conhecimento dos pontos de vista e documentos dos referidos agrupamentos, deve-se dedicar esforços para que o partido se responsabilize por sua divulgação e publicidade. Da mesma forma, o partido deve esforçar-se para o fortalecimento de sua infra-estrutura material, de forma a permitir que as reuniões dos agrupamentos se dêem no interior do próprio partido.

6. É rigorosamente incompatível com o caráter do PT a existência, velada ou ostensiva, de *partidos* em seu interior, concorrentes do próprio PT. Quer dizer, o PT não admite em seu interior organizações com políticas particulares em relação à política geral do PT; com direção própria; com representação pública própria; com disciplina própria, implicando inevitavelmente dupla fidelidade; com estrutura paralela e fechada; com finanças próprias, de forma orgânica e permanente; com jornais públicos e de periodicidade regular.

O reconhecimento de agrupamentos desse tipo — partidos dentro do PT — seria a aceitação do partido enquanto *frente política*, vale dizer, a própria negação do projeto histórico do PT. E colocaria irremediavelmente em risco a perspectiva de consolidá-lo como um forte partido da classe trabalhadora, alternativa real de poder popular para o país.

Entretanto, levando em consideração que existe no PT agrupamentos com estrutura de partido, o PT travará com eles debate político visando a sua dissolução e a completa integração de seus militantes na vida orgânica petista, podendo vir a se transformar em legítimas tendências do partido.

7. O PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes o direito de constituir-se como *tendência interna* do partido.

a) Uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa, ou se organiza, para defender posições no interior do

partido, a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento. . .).

b) As tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.

c) As tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição diretamente à sociedade, seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.

d) As coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido.

e) O caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras, para articular ou divulgar suas posições políticas, sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do PT, razão pela qual devem estar submetidos à política de finanças do partido.

f) Uma tendência do partido não pode construir um partido distinto do PT, nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo).

3.4. Resolução sobre proporcionalidade

1. Desde o início do PT, temos tido o entendimento de que a prática da democracia é parte integrante e necessária de nosso projeto político. Impossível pensar o socialismo e lutar por sua construção, sem, desde já, praticarmos uma política de independência de classe, combativa, massiva e democrática.

2. Nosso partido, desde sua origem, contou com companheiros oriundos de diversos agrupamentos e tendências da esquerda organizada brasileira que, ao lado de militantes provenientes do movimento sindical, popular, de igreja, entre outros segmentos, contribuíram decididamente para a construção desse projeto político.

3. Na busca de permitir uma condução democrática de nosso partido, adotamos, desde os primeiros tempos, o critério da proporcionalidade na montagem de nossos diretórios regionais e nacional. Esse critério permite que as correntes minoritárias, na proporção do percentual de votos obtidos, participem das direções regionais e nacional.

4. Essa prática foi estendida, em alguns diretórios regionais, à montagem de suas comissões executivas, propiciando que se discutisse a aplicação da mesma norma à montagem da Comissão Executiva Nacional.

5. Entendemos que essa questão não pode ser discutida desvinculada do problema da regulamentação do direito de tendência: não haveria, a rigor, nenhuma objeção à adoção do critério de proporcionalidade na montagem da Executiva Nacional não fosse o fato, inegável, de termos hoje, dentro do PT, o fenômeno de partidos dentro do nosso partido. Com ou sem este nome, a maioria das tendências hoje presentes no PT são projetos partidários, com centralismo próprio, infra-estrutura própria, imprensa, caracterizando de maneira muito clara a prática da dupla militância, e da dupla fidelidade.

6. A resistência da maioria partidária a admitir até hoje a proporcionalidade na Comissão Executiva Nacional radica-se, pois, basicamente, no fenômeno acima mencionado da existência de verdadeiros projetos partidários dentro do PT, com todas as suas conseqüências. E é preciso salientar que, nos encontros anteriores, a composição da chapa minoritária deu-se num processo de montagem de uma espécie de "federação" de tendências organizadas que, deixando de lado divergências políticas, uniam-se numa chapa comum na busca de se atingir o quórum mínimo de participação no Diretório Nacional.

7. Entendemos assim que, enquanto perdurar o fenômeno da existência de tendências com as características que marcam a maioria das tendências hoje presentes no PT, devemos manter a sistemática da participação das correntes minoritárias no Diretório Nacional, onde se trava o debate político e se definem as orientações fundamentais para o partido no período entre os encontros. Mas entendemos também que devemos reservar à maioria as funções da Comissão Executiva Nacional com seu papel de representação partidária, com sua tarefa de executar as políticas traçadas pelo Diretório Nacional, cabendo a ela a decisão da participação ou não das minorias na Executiva, excluída a hipótese da proporcionalidade.

8. Em síntese, a necessidade de uma sólida coesão interna na Comissão Executiva Nacional, o risco de se confiar funções executivas a companheiros que têm outro projeto político além do PT e nossa convicção firmada de que o PT não é uma frente, nem meramente um partido tático, mas um partido estratégico, com caráter definido, fundamentam essa nossa proposta.

(DN, São Paulo, 16 e 17 de janeiro de 1988.)

★★★

CAPÍTULO VI

POLÍTICAS SETORIAIS

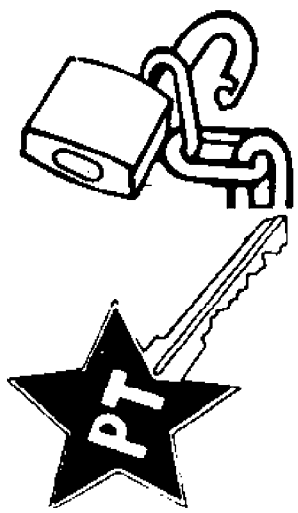
Diretório PT-ES

Neste capítulo desdobramos algumas políticas setoriais. Não significa, no entanto, que estamos privilegiando essas políticas em detrimento de outras.

A escolha recaiu principalmente sobre o volume de material pesquisado mais acessível. O partido vem desenvolvendo esforço no sentido de abranger o máximo possível de políticas setoriais.

A vida do partido é muito dinâmica. Os debates no interior dele vão afinando e aperfeiçoando, pouco a pouco, suas posições. Procuramos dar conta dessa dinâmica referente a alguns setores, cujas posições nem sempre foram assumidas como posições oficiais do partido, mas aprovadas em coletivos de militantes, comissões ou grupos de estudo formados pelo partido. Entretanto, sempre que possível procuramos nos apoiar no consenso, evitando as teses polêmicas, ainda controvertidas.

No contexto dos outros capítulos demos atenção pelo menos a certos aspectos de outras políticas, entre elas: política tecnológica, urbana, energética, de segurança, de pleno emprego, de luta de algumas minorias (aqui salientamos apenas a questão do negro) etc., que já estão incorporadas principalmente nos documentos oficiais do partido aqui destacados. Ademais, o PAG — Plano de Ação de Governo — contempla todas essas políticas (ver o último capítulo).



Diretório PT-ES

1. Política sindical

1.1. Linha sindical do PT

Um partido que nasceu predominantemente no seio do movimento sindical não poderia deixar de ter uma linha sindical definida. Mas não foi fácil. O partido precisou percorrer um longo caminho para aprovar uma linha sindical própria, depois de muito estudo e debate das várias secretarias sindicais e das reuniões dos núcleos de base por categoria e local de trabalho e de centenas de comissões por locais de trabalho.

A linha sindical do PT não é um modelo teórico, é fruto de longos anos de experiência dos sindicalistas ligados ao partido e que contribuíram também na construção da CUT (Central Única dos Trabalhadores).

Nair Benedicto

1.º de Maio de 1982 - São Bernardo do Campo.

Só em maio de 1985, no I Encontro Nacional Sindical do PT realizado em Diadema, é que as primeiras resoluções tomadas consubstanciaram esta linha sindical. Esse encontro contou com a participação de 105 delegados representando 18 estados. O encontro discutiu a relação entre partido e sindicato, a história do movimento operário brasileiro, o modelo corporativista e o

peleguismo, a contribuição sindical, a unidade, unicidade e o pluralismo sindical, a relação dos sindicatos com o Estado.

Eis algumas *definições básicas* e *pontos importantes* destacados das resoluções deste Encontro:

> Em primeiro lugar, a atitude de um militante do PT deve obedecer a certas *definições básicas*:
>
> 1) A atuação sindical dos petistas deve se voltar prioritariamente para o fortalecimento da entidade e o crescimento do nível de organização da categoria.
>
> Os petistas defenderão e impulsionarão, no seu sindicato, todas as iniciativas políticas que levem à independência dos sindicatos em relação ao Ministério do Trabalho.
>
> 2) A estrutura material dos sindicatos não deve ser vista como algo a ser usado pelo partido para os seus próprios fins, senão como forma de fazer crescer a organização específica dos trabalhadores e suas conquistas.
>
> 3) Os petistas, dentro do sindicato, devem defender e favorecer os direitos à participação de todos os associados — qualquer que seja a sua posição no interior do movimento sindical — bem como de todos os membros da categoria.
>
> 4) Os petistas são defensores intransigentes da participação e decisão das bases sobre os destinos dos sindicatos, impulsionando a organização dos trabalhadores nos locais de trabalho.
>
> 5) Os petistas se empenharão para atuar de forma unitária no movimento sindical. Eles incentivarão fóruns democráticos e defenderão o respeito às decisões ali tomadas.
>
> 6) O PT jamais tentará substituir o sindicato e os petistas procurarão sempre atuar em consonância com as palavras de ordem e orientações que as assembléias sindicais decidirem.
>
> 7) Os petistas naturalmente lutarão pela renovação das direções sindicais acomodadas ou conciliadoras e estimularão a posição do movimento sindical classista no sentido de opor-se à atual estrutura e legislação sindical. Porém, não devem sobrepor essa preocupação a interesses de avanço da mobilização e politização de cada categoria, adotando atitudes sectárias ou divisionistas.
>
> O PT apóia o movimento sindical e confia em seu desenvolvimento autônomo numa linha de autêntico compromisso com as bases. Para uma intervenção coerente e realista, o PT deve pautar sua organização em alguns *pontos importantes*:
>
> 1. Criação de secretarias sindicais nas instâncias nacional, regional e municipal, que procurarão ajudar a atuação dos petistas no movimento sindical, integrando sindicalistas da cidade e do campo.
>
> 2. Promoção, através da Secretaria Sindical, de discussão sobre questões de interesse do movimento sindical.
>
> 3. Deve-se incentivar a criação de núcleos de base do PT por categoria e por local de trabalho, dando-lhes toda a assessoria possível.
>
> As secretarias sindicais devem impulsionar a ligação e articulação entre os militantes desses núcleos e as demais instâncias do partido, sem esquecer que os núcleos são organismos partidários e não sindicais. Como tal, esses núcleos devem participar das atividades partidárias, em todas as instâncias, discutindo o con-

junto da política do partido, e engajando-se na luta do PT pela democracia e pelo socialismo.

4. Os militantes devem estar engajados ou apoiar as lutas e movimentos que se dão nas cidades e no campo. Os núcleos e diretórios procurarão manter-se informados e prontos para colaborar de todas as formas nessas lutas.

5. A atuação dos petistas no sindicato jamais deve ser semelhante às das vanguardas cupulistas, pretensas donas da verdade, mas isoladas das bases. Os militantes devem atuar principalmente a partir do local de trabalho. A tarefa da conscientização e organização no local de trabalho é de primordial importância.

A partir dos interesses da base, os pelegos devem ser desmascarados.

6. A atuação dos petistas no local de trabalho não deve ser só no sentido de organizar os núcleos de base por categoria ou local de trabalho. Devem incentivar a criação de comissões de empresa. As secretarias sindicais deverão intensificar um debate sobre as formas de estruturação dessas comissões, seu relacionamento com os sindicatos e com as diretorias.

7. A participação nas reuniões e assembléias é outro fator importante. Os militantes petistas devem ter sempre uma palavra que leve ao fortalecimento do sindicato, a partir da base. Seu discurso não é o mesmo de uma reunião partidária. Eles devem falar como trabalhadores e associados que são, refletindo a preocupação constante com as reivindicações gerais dos trabalhadores e as específicas da base territorial.

8. Especial atenção devem ter os militantes petistas com os meios de comunicação próprios do sindicato (boletins, jornais etc.), procurando aperfeiçoá-los. Devem insistir também na montagem de cursos de formação no interesse dos associados e atividades culturais.

9. Os petistas devem fazer as diretorias se engajarem nas lutas gerais de interesse do conjunto da classe trabalhadora, como a luta por autonomia e liberdade sindicais, a estabilidade, a redução da jornada de trabalho sem redução salarial, o salário-desemprego, comissões de empresa, direito de greve, revogação da LSN (Lei de Segurança Nacional), eleições livres e diretas, reforma agrária, Constituinte etc.

10. Tendo em vista o grau de organização, a necessária penetração nas bases e outros fatores, como a correlação de forças, os petistas devem organizar oposições sindicais para derrubar direções pelegas. Deve-se evitar a conotação de "chapa do PT", embora seja isso que a imprensa burguesa vai procurar divulgar. A organização de oposições deve ter em conta toda a possibilidade de fraudes e manobras de que os pelegos não hesitam em lançar mão quase sempre sob as vistas complacentes do Ministério do Trabalho. É aconselhável que as oposições se cerquem de toda a assessoria possível, principalmente na área jurídica.

11. Os dirigentes sindicais petistas devem fazer um esforço para manter sua ligação com o partido. Sua experiência de luta e sua combatividade são patrimônio de que não podemos abrir mão. É necessário romper com o preconceito arraigado, provindo da estrutura sindical vigente, de que a atividade sindical deve excluir a partidária. Os companheiros que ainda têm dú-

vidas quanto a isso devem aprofundar a discussão em torno do assunto.

12. Os petistas devem lutar, no nível institucional e em cada sindicato, bem como nas entidades intersindicais, para democratizar os pleitos eleitorais.

Particularmente em relação às eleições sindicais, o PT deve batalhar para que todos os seus militantes apóiem e participem da mesma chapa, o que não significa que defendam chapas exclusivamente petistas. Sobre o processo de formação das chapas, de acordo com nosso objetivo de lutar pela democratização da vida sindical, o PT encaminha a recomendação de que elas sejam compostas a partir de Convenções Eleitorais, livres e abertas, convocadas a partir de princípios políticos e de um programa de luta e de trabalho para o sindicato.

Dessa forma, as composições políticas, as alianças e a representatividade das fábricas estariam contempladas, a construção da unidade com princípios seria uma possibilidade, desde que assegurados os interesses da categoria a partir de um programa e de critérios políticos definidos. Assim, também, não ficaria diluído o papel de direção e de instância executiva que as direções sindicais devem ter para os sindicatos que são um organismo de base.

A democratização plena e profunda do sindicato coloca a sua diretoria em um novo papel de instância executiva, subordinada às decisões das assembléias gerais e demais mecanismos representativos de decisões previstos nos estatutos das entidades.

Nesse sentido, a proposta política de proporcionalidade nas eleições sindicais, em que todas as chapas concorrentes estariam contempladas na diretoria, não é hoje o melhor caminho para a democratização e o avanço político da luta sindical.

A ampla confrontação de propostas, a convivência das mais variadas correntes, a coesão e unidade nos encaminhamentos devem ser garantidas através da criação e fiscalização direta dos trabalhadores em instâncias tais como: congressos, assembléias, plenárias, conselhos e comissões.

13. Os militantes petistas de cada categoria devem procurar realizar plenárias a fim de unificar a intervenção petista nas campanhas da categoria, inclusive nos pleitos eleitorais.

No V Encontro Nacional do PT, com relação à linha sindical do partido, foi tirada a seguinte resolução:

A luta sindical, por si só, é incapaz de resolver os grandes males — desemprego, exploração, alienação do trabalho — decorrentes do capitalismo. Isso não impede que o movimento sindical, quando consegue unir os trabalhadores enquanto classe na luta contra a burguesia, assuma um caráter anticapitalista e funcione como escola de socialismo. Mas só a organização política partidária dos trabalhadores abre o caminho para a conquista do poder e a construção do socialismo. O sindicalismo classista busca unir os trabalhadores, como classe, na luta concreta contra a burguesia. Possui uma perspectiva socialista. Pavimenta o caminho por onde massas de trabalhadores lançam-se num movimento mais amplo.

Nas suas lutas, os trabalhadores criaram duas formas básicas de organização: os sindicatos e os partidos operários. Ao longo de mais de um século essas duas normas vêm estabelecendo modos

variados de inter-relação. A experiência tem demonstrado que o fortalecimento das duas principais formas de organização do movimento dos trabalhadores exige o respeito à autonomia de cada uma delas.

Embora sejam ambos instrumentos do movimento dos trabalhadores, sindicatos e partidos têm natureza, objetivos e estrutura organizativa distintos. Basta lembrar que o partido impõe como condição de filiação a aceitação de seu programa, pois sua força depende da coesão ideológica e política de seus membros. Já o sindicato busca seus associados independente da ideologia ou da posição política, pois sua força deriva da capacidade de representar e unir o maior número possível de trabalhadores.

Os militantes do PT devem rejeitar categoricamente as idéias que induzam os sindicatos a se transformarem em apêndices de partidos. Os sindicatos não devem ser utilizados como correias de transmissão de nenhum partido. Só assim serão fortalecidos e transformados em autênticas organizações autônomas de massa. O PT julga conveniente que seus dirigentes evitem a acumulação de cargos entre partido e sindicato, em face do acúmulo de tarefas e certas confusões que a dupla função acarreta. Entretanto, o PT não considera correta a tese que prega a incompatibilidade absoluta entre cargos de direção partidária e sindical, visto que a acumulação ou divisão de cargos depende da capacidade de o movimento dos trabalhadores gerar lideranças em número suficiente para suprir a necessidade organizativa dos sindicatos e do partido.

A autonomia deve ser defendida em quaisquer circunstâncias e é um princípio fundamental e estratégico do movimento operário. Fundamental e estratégico porque ultrapassa os objetivos imediatos desse movimento e mantém sua validade mesmo ante um governo de trabalhadores. Lutamos pelo socialismo e entendemos que o socialismo não deve negar a liberdade de organização sindical e partidária dos trabalhadores.

A história do movimento dos trabalhadores nos ensina que o sindicalismo de massas e a organização política dos trabalhadores na luta pelo socialismo sempre mantiveram estreita relação. A evolução desse processo, no entanto, não foi simples. Apareceram formas de organização distintas, procurando responder a novos problemas e novas concepções políticas em discussão no movimento operário.

A proposta sindical do PT não nasceu do casamento entre o papel e a máquina de escrever. Ela emerge das grandes greves operárias do ABC deflagradas a partir de 1978 e é fruto de uma prática sindical combativa, classista, de massas, unitária, democrática, independente do Estado e dos patrões, verdadeiramente autônomo. É para aquela experiência que se deve voltar o militante petista, para encontrar o norte de sua atividade sindical.

Com base em toda essa experiência acumulada de quase uma década de luta, e na reflexão sobre a história do movimento operário, podemos concluir que a independência e a democracia interna devem estar acima de qualquer outra consideração nas relações com outras correntes do movimento sindical, e não se pode sacrificar isso em nome de uma "unidade" sem princípios, pois quem defende a classe operária não pode aceitar que a bur-

guesia ou o Estado burguês decidam na escolha das direções sindicais e na forma de sustentação financeira dos sindicatos.

O PT não defende o pluralismo sindical. Pelo contrário, orienta seus militantes para lutar pela participação de todos os trabalhadores em sindicatos unitários. Sua única exigência deve ser a de que essa unidade seja decidida democraticamente pelos próprios trabalhadores, e não imposta pelo Estado burguês. Essa questão se reveste da maior importância diante da possível aprovação de princípios da Convenção 87 da OIT na Constituinte, pela qual lutamos, e que estabelece a liberdade sindical.

Porém combatemos — e vamos continuar combatendo — a pulverização dos sindicatos, o pluralismo. Não devemos desistir do esforço de desenvolver oposições aos pelegos e reformistas, para cair numa política de fundar sindicatos "puros", "revolucionários", mas que, na verdade, não representam o conjunto da categoria, e sim uma pequena parcela. No entanto, pode ocorrer que, em alguns sindicatos dirigidos por pelegos-policiais, sem qualquer democracia interna, totalmente afastados das bases (um aparelho sem massa), a CUT se veja diante da situação de discutir a fundação de um verdadeiro sindicato.

O combate do PT ao sindicalismo reformista e ao peleguismo exige uma atitude crítica e de enfrentamento político da CGT e da USI, que é a forma mais atrasada e acabada de peleguismo. A CGT, apesar de sua composição política heterogênea, tem como elemento central de sua proposta sindical a defesa da estrutura atrelada e corporativista e a prática do sindicalismo reformista. Esta concepção de papel de organização sindical conduz inevitavelmente à política de conciliação de classes, que se opõe frontalmente à política sindical independente. Nessas condições, a CUT é o grande instrumento de luta da classe trabalhadora no plano sindical e o seu fortalecimento é o caminho de construção de um sindicalismo de classe, que deve orientar-se para a organização unitária das amplas massas e com total e absoluta independência do Estado.

1.2. O PT e a CUT

A imprensa burguesa tenta confundir a opinião pública sobre a verdadeira transparência da relação vital estabelecida entre o partido e a central sindical. De fato, a relação entre sindicatos combativos e partidos não se confundem com namoro ou lua-de-mel. Isso é coisa de peleguismo, sindicatos atrelados etc. Mas onde a relação PT/CUT-CUT/PT parece conflitante, via de regra os conflitos não estão em ebulição como querem fazer crer; e onde os conflitos da relação PT/CUT-CUT/PT nem parecem existir, eles estão latentes no interior da central sindical e/ou do partido. Portanto, apenas visitar esporadicamente as sedes do partido e da central para colher dados e no dia seguinte "plantá-los" nos jornais não basta. Porque tudo o que acontece,

mesmo aparentemente solto ou isolado, nem sempre serve como índice de vida para uma relação mais palpitante e cotidiana. E só uma vivência e um debate mais amplo e profundo nos esclarece — a nós, à opinião pública e inclusive aos sindicalistas — o que de fato acontece no interior dessa relação, e o que há de decisivo para mantê-la ou até mesmo destruí-la.

Por outro lado, essa relação não se restringe nem se define apenas na vivência mais estreita. Há uma questão histórica de base e permanente que permeia esta relação, que é a necessidade de esclarecer sempre para as bases o papel do partido e da central sindical, o que se dá nesta vivência a partir da informação e principalmente do debate franco e aberto. Mas este esclarecimento só acontece no marco da própria luta e no confronto inevitável que as duas entidades vão estabelecendo, de forma que uma vai cobrando da outra e de si mesmo as suas posições — pelas definições claras de seus papéis — até para o conhecimento de seus próprios limites.

E a primeira questão a se colocar aí é a da natureza deles, sem se querer advogar uma presumível supremacia do partido sobre o sindicato (e/ou central sindical) ou vice-versa, mas ressaltar a função de cada um em vista da complementaridade de ambos na ação social e política. Daí a importância, por exemplo, entre os sindicalistas petistas, a definição clara de seus papéis, para a ação nos sindicatos e na central, uma vez que a central atende às categorias a ela filiadas mas não está fechada aos não-petistas — sindicalistas da CUT que se mantêm independentes em relação ao PT ou até mesmo filiados a outros partidos. Se o partido não defende sua linha sindical e não prepara seus militantes para cobrar dos sindicatos ou da central as posições políticas que, segundo o PT, lhe são devidas, sequer haveria maiores motivos para esta diferenciação. Isto para o Partido dos Trabalhadores é claro: a relação entre o partido e a central sindical existe não para engrossar apoio numérico dos filiados ou simplesmente angariar simpatias, senão para formulação de políticas e de confronto permanente dessas políticas. É só desse confronto que pode evoluir a relação entre política partidária e sindicalismo. Daí o fato de termos afirmado que essa relação não se confunde com lua-de-mel.

Já está consagrada também a idéia de que a ação do sindicato é de certa forma limitada, enquanto examina, fiscaliza e repara a relação capital-trabalho em vista do avanço de classe e no marco da transição da sociedade capitalista para o socialismo. Mas seria uma visão por demais economicista estancar a luta da classe trabalhadora no sindicato sem pôr a questão do poder noutras esferas. No Brasil o papel dos sindicatos nunca

ficou restrito às questões econômicas, às lutas reivindicatórias. Atrelados ao passado, tiveram papel preponderante para contribuir na definição de políticas a que serviam — vejam-se os populismos. Mesmo nos últimos anos, já no estiolamento do regime pós-64, em sua forma exclusivamente militar e ditatorial, também foi impossível restringir a luta às questões econômicas, quando, forjada pela resistência do novo sindicalismo combativo, os sindicatos astearam com outros segmentos da sociedade outras bandeiras de luta que iam desde a liberdade, autonomia sindical e direitos de greve, até a campanha pela anistia, contra a LSN, a campanha das Diretas etc., bandeiras evidentemente associadas às lutas reivindicatórias — campanhas salariais etc.

A luta sindical por si só não nega a sociedade capitalista e pode até reforçar a mesma no embate de classes. Trotski reflete isto com lucidez em seus textos quando diz que simplesmente fazer uma greve, por mais perfeita e avançada como forma de mobilização e conscientização, no fundo é um ajuste na relação capital-trabalho, porque, no final das contas, o assalariado, ao reivindicar, não sai da linha de produção e, assim, não rompe com os limites impostos nessa relação. Negar esta relação já é uma questão política e ideológica que põe em jogo o problema do poder. "A possibilidade de negação do capitalismo na forma de organização sindical vai depender fundamentalmente da direção política, do caráter da luta que você vai imprimir ao sindicato e sobretudo da existência do partido e do papel que o partido político tem ao longo de todo o processo de luta" (Aloísio Mercadante, *A relação partido/sindicato*, São Paulo, INCA, Cadernos de Debates I, 1987, p. 4).

Por outro lado, a vida sindical fornece base de apoio; Lula mesmo é quem diz, no debate a que nos referimos, que "a cabeça pensa onde os pés pisam, ou seja, nosso pensamento político origina-se do meio em que vivemos" (*op. cit.*, p. 25).

Mas, neste sentido, o sindicato precede o partido? Também esta questão é dialética e complexa. O Manifesto do PT é claro quando afirma que quer lutar por um sindicalismo autônomo, livre, independente do Estado. E quando os dois se convergem para um mesmo ponto inevitavelmente, problemas de relacionamento passam a existir a partir do ponto de contato dos dois em suas propostas. Problemas que, aliás, passam a ocorrer principalmente a partir dos momentos em que os militantes do partido — portanto, afinados com uma política específica — intervêm nos sindicatos ou na central. Agora, se o fornecimento de bases de apoio fosse entendido no sentido meramente cronológico, a CUT deveria existir antes do PT. Os sindicatos, com todo o atrelamento que os tem marcado no Brasil, existiram evidentemente

antes do PT, mas não uma central sindical. Mas a grande novidade histórica que permeia esta relação absolutamente nova — PT/CUT-CUT/PT — inaugurada na vida sindical e partidária brasileira é a própria ruptura que tanto a CUT faz em relação ao sindicalismo do passado como o PT em relação aos partidos, assim como da cobrança de posições políticas do partido em relação à central. Daí o fato de que a construção (que não se deve confundir com fundação) do PT converge para a construção da CUT e vice-versa. Uma relação que tem de ser permanentemente vigiada e é por vezes conflitiva. Mas quem tem medo de conflitos não faz história.

Se pensarmos esta relação do ponto de vista cronológico, da data da fundação do PT e da CUT, há razões para o PT ter surgido antes. Lula conta a história: "Eu fico me perguntando por que nós resolvemos criar o PT antes de criar a CUT. Por que o Jacó, o Lula, o Olívio e tantos outros companheiros resolveram criar o PT e não a CUT, depois de dez anos de militância sindical. (. . .) Nós poderíamos ter pensado na CUT. Mas não demos um passo adiante em relação à CUT; nós resolvemos criar o partido. O nosso objetivo era que esse partido ocupasse espaços a nível municipal, estadual, federal, inclusive os espaços institucionais, a fim de que, através da ocupação desses espaços, nós levássemos a classe trabalhadora a concluir que não seria através das formas convencionais que ela iria tomar o poder. Obviamente nós estávamos no primeiro estágio desse processo.

Nesse ínterim surge a Pró-CUT e acho que quando ela surge começa a existir um problema de relacionamento. Nós não sabíamos o que deveríamos priorizar, se era o PT, se era a CUT. Os dirigentes eram os mesmos. Nós buscávamos dividir os nossos espaços, os nossos tempos, entre tentar construir a central e o partido. As coisas amadureceram e criaram-se a CUT e a CGT. A partir do momento em que se cria a CUT e ela passa a ter praticamente 99% de seu pessoal ligado ou mesmo filiado ao PT, nós passamos a querer que esse relacionamento se tornasse mais fácil, que a compreensão acerca do papel de cada um existisse com mais facilidade" (Lula, *op. cit.*, p. 25). Uma dúvida obviamente sadia, eficaz, questionante.

Tem sido sobejamente repetido entre nós pela militância histórica do operário brasileiro a máxima de Lênin, de 1922, na Rússia, de que o sindicato é a "correia de transmissão" do partido. Guardadas as proporções de tempo e espaço e o contexto em que esta máxima foi proclamada, aí o partido corre o risco de perder a identidade num atrelamento automático com as correias do sindicato, e o sindicato corre o risco de perder sua autonomia, pura e simplesmente encarregado de levar e trazer as

orientações do partido e vice-versa, podendo, pelo contrário, criar até um distanciamento frente às suas bases. Curiosamente não foram as teses do marxismo que mais influenciaram o operariado brasileiro nas origens da vida sindical brasileira, já que as influências foram maiores por parte do anarco-sindicalismo ou dos sindicalistas revolucionários, de inegável importância na criação do PCB, desde os surtos grevistas do início do século em São Paulo (principalmente).

Já no pós-64, o sindicalismo brasileiro ressurge num contexto histórico muito diferenciado e modernizado, após o intenso sacrifício da classe trabalhadora, tendo, no que se refere à repressão econômica e à repressão política, sido insuficiente para anular o lento, gradual mais inevitável avanço da sociedade civil, que teve nas greves do ABCD paulista as raízes da construção de um novo tempo e um novo sindicalismo. Além do mais, se o novo sindicalismo brasileiro já não contava com o esquema populista que marcou o período pré-64 — herança getulista por vias da política do trabalhismo — ele teve de se erguer contra outro lado dessa herança não apagado pela repressão: o paternalismo, já que na ditadura os sindicatos tinham função quase que exclusiva de prestações de serviços, tais como consultórios dentários, colônias de férias etc.

Na verdade, este novo tempo foi traduzido entre nós pelo aparecimento de duas vertentes sindicais: a do chamado sindicalismo autêntico, visivelmente refletido na experiência do "começar de novo" e enfrentar a estrutura atrelada do ABCD paulista, e a das oposições sindicais, ambas voltadas desde o início para a criação de uma central sindical, tendo como ponto de apoio insofismável a luta comum pela autonomia e liberdade sindicais, após tantos anos de atrelamento (considera-se juridicamente a origem do moderno sindicato brasileiro nos moldes da CLT getulista) e repressão policial.

Foi o chamado sindicalismo autêntico (e boa parte das oposições sindicais) que entendeu criar "algo mais" além dos sindicatos, que pusesse em foco inclusive a questão institucional do poder: o Partido dos Trabalhadores. Daí, ainda que, cronologicamente, o PT tenha surgido dois anos antes da CUT, e que tenham ambos uma trajetória própria, nota-se a simbiose histórica dessa relação estreita, mas que já vai contribuindo para libertar o partido da imagem clássica de "correia de transmissão" em favor da idéia da complementaridade.

As demais oposições sindicais não ligadas ao Partido dos Trabalhadores mas também presentes neste momento novo da história política e sindical brasileira, com vistas à criação de uma central sindical, voltaram a propugnar pela criação de par-

tidos "revolucionários" mais próximos à idéia do sindicalismo revolucionário, entendendo ainda a ação política atrelada à ação sindical, ou seja, a ação política acontecendo a partir e através dos sindicatos e das comissões de fábrica.

Mas o contexto histórico é outro. Não é europeu, nem russo e muito menos se trata de uma massa de operariado do começo de século. Daí, o fato de estas oposições não conseguirem reproduzir *stricto sensu* tais modelos referenciados em outras experiências históricas, ou de sindicalismo de partido político: "Tanto as correntes tradicionais do movimento sindical, vinculadas às esquerdas (PCB, PC do B ou MR-8), como as do peleguismo reconvertido à democracia pelos ventos da abertura, defendem a criação de uma central, participam na Conclat e acabam construindo a CGT. Esta central não chega a ser plenamente uma *correia de transmissão* da esquerda tradicional na medida em que esta é forçada a chegar a pesados compromissos com o peleguismo, uma negociação para ela desfavorável, pois diminui na sociedade o lugar relativo dos PCs e assemelhados e, sobretudo, enfraquece sua posição no movimento sindical". (Marco Aurélio Garcia, "Partido e sindicato — breves notas para a colocação do problema", *op. cit.*, anexo, p. 49.)

Na verdade, quando falamos em momento e/ou contexto histórico nesta experiência tão recente do "começar de novo" do sindicalismo brasileiro e da relação vital PT-CUT e CUT-PT, não queremos de forma alguma negar experiências do passado. Acontece que experiências do passado, européias, russas, americanas ou latino-americanas, nos ajudam tão simplesmente a colher os frutos do avanço internacional do operariado só até certo ponto. Experiências originárias do sindicalismo inglês dos fins do século passado (o cartismo lá nas origens do movimento sindical e operário e das primeiras relações partidos-sindicatos), as *trade-unions* ou os avanços do Labour Party, as Internacionais Socialistas, as Ligas Comunistas ou as experiências da social-democracia alemã ou mesmo a rica teia que entrelaça teoria e prática na vanguarda operária russa etc., etc... tudo isto já nos colocaram com demasiada suficiência os históricos problemas advindos da relação partido-sindicato e vice-versa, assim como o problema de sua autonomia e até mesmo de sua destruição. Inclusive as correntes anarco-sindicalistas que lutavam (a nosso ver idealisticamente) em vista da eliminação do Estado, negando a própria idéia de partido político (veja-se experiências não só russas como italianas, francesas, espanholas, ou mesmo o massacre que os IWW — Trabalhadores Industriais do Mundo — sofreram nos Estados Unidos etc.).

Trata-se de uma gama de experiências do passado das quais devemos tirar lições históricas sem querer tomá-las como modelos. Como, por exemplo, confrontar a experiência russa do começo do século anterior ou posterior à revolução de 1917 e a implantação de um movimento sindical num país extremamente atrasado, de uma economia semifeudal, com o moderno operariado brasileiro, num contexto histórico em que os sindicatos não são a expressão exclusiva dos movimentos sociais e o espaço único de encontro, decisões e avanço da classe trabalhadora?

Um depoimento a mais do Lula no debate aludido nos mostra bem a tônica de uma percepção mais abrangente de contextualização das lutas partidárias e sindicais no Brasil de nossos tempos: "Eu fico pensando se Marx tivesse vivido a Revolução Russa e tentasse colocar as suas teorias em prática, acho que ele quebraria a cara tanto quanto nós. E nós vamos quebrar a cara quando formos tentar colocar na prática muita coisa do que nós pensamos. Há exemplos concretos disto. Várias vezes ganhamos um sindicato e não conseguimos colocar em prática nem dez por cento do que teorizávamos. No PT nós ganhamos duas prefeituras e quebramos a cara mais do que acertamos, porque toda a vez que você tenta colocar em prática aquilo que está no programa, aquilo que você concebe como correto, você se depara com uma realidade, não vai a lugar nenhum" (*op. cit.*, p. 26). Agora, se um militante sindical acha que a melhor forma de avanço da classe é ficar na porta de fábrica contando a História da Revolução Russa, certamente ele deverá rever seu método de trabalho, até porque nada o proíbe desta façanha, e a revisão de seu método de trabalho não é questão de um pré-conhecimento do que é certo ou errado como método de luta. É sua própria inserção prática na experiência operária como militante que o conduzirá fatalmente à mudança de método.

Ainda a respeito da relação CUT-PT, PT-CUT, e a idéia de "correia de transmissão", foi dito também que o PT é que tem sido a "correia de transmissão" da CUT, já que PT e CUT soam como "coisa única" para a sociedade.

De certa forma este ataque pode ser considerado como elogio porque mostra que, pelo menos, existe entre ambos um ponto de convergência político em relação à emancipação social, em que pesem os erros e acertos advindos de seus enfrentamentos. Mas em se tratando de um partido ou de uma central sindical tão jovens, a ventilação desta idéia é no mínimo maldosa. Nesta experiência histórica tão recente de revisão profunda dos destinos da luta pela emancipação do trabalhador brasileiro, este começar de novo aponta para horizontes ainda mais longínquos e promissores, em que os problemas advindos dessa relação

devem ser cada vez mais postos às claras, em debates francos e abertos, nas próprias definições de políticas de cada um.

É por isso que cada vez mais se coloca na relação CUT-PT, PT-CUT a emergência do debate no *intermezzo* da relação de classes. E parece que, finalmente, estas duas instâncias caminham lado a lado nas sendas novas que o trabalhador brasileiro vem abrindo em sua trajetória, desde um passado mais recente. De resto, quem viver, verá.

Diretório PT-ES

2. Política agrária

É preciso de antemão esclarecer que a *questão agrária* não se resume ou se esvazia na *reforma agrária* pura e simples, sobretudo se entendermos a reforma agrária como simples divisão de terras. A questão agrária deve ser amarrada a um feixe de questões centrais e norteadoras, interdependentes, como a ocupação da terra, sua divisão e redistribuição, a política de incentivo à mecanização, produção, armazenamento e escoamento das riquezas produzidas, a política de barateamento de preços garantindo o consumo interno de modo acessível à população, a política de exportação de excedentes, a conquista de espaço jurídico-político na relação capital-trabalho no campo (garantia dos usufrutos da Previdência), e assim por diante. Portanto, pensar uma política agrária profunda não é apenas atacar o problema da eqüitativa "divisão de terras para todos" ou das soluções meramente técnicas, de forma que o sistema de produção e os conflitos daí resultantes se resolvam de uma vez por todas.

E para o Partido dos Trabalhadores, como esta questão se coloca? Qual sua real dimensão?

Num texto encaminhado já em 1981 para uma primeira discussão na Convenção Nacional do partido, os sociólogos Vinícius Caldeira Brant e Maria da Conceição D'Incao nos esclarecem de saída: "O ponto de partida da política do PT para a questão agrária é o conjunto de lutas e reivindicações dos trabalhadores rurais. A questão agrária não é um '*problema técnico*', mas um *conflito político*. Entretanto, como em outros terrenos, as lutas imediatas e localizadas dos trabalhadores no campo são insuficientes para resolver seus problemas. A questão agrária manifesta-se no campo, em cada fazenda, sítio, parcela ou posse. Entretanto, não será resolvida somente ali, mas principalmente na cidade, nos centros de decisão econômica e política. Nada acon-

tece na atual situação da agricultura no Brasil sem que o Estado entre em cena, com a política de créditos, tributos e isenções, regulamentação de preços ou, por outro lado, com o cerceamento da liberdade de organização e luta dos trabalhadores, através do atrelamento dos sindicatos ou da repressão policial direta. Além disso, a questão agrária não envolve apenas os interesses dos trabalhadores rurais e camponeses de um lado e dos latifundiários e empresários rurais de outro. Ela interessa ao conjunto da sociedade, especialmente aos assalariados urbanos, que pagam caro pelo que comem, não só no supermercado, no armazém ou na feira, mas também nos impostos e contribuições desviados para incentivar o lucro dos grandes proprietários e das grandes empresas agrícolas, quando não a simples especulação com a compra e venda de terras" (*Proposta de luta imediata sobre a questão agrária*, mimeo., setembro de 1981, p. 1).

Para um melhor domínio do tema, vamos dividi-lo em duas etapas.

2.1. A terra, o homem, a produção

Como se pode produzir cada vez mais safras recordes diante de tanto descaso em relação, por exemplo, à estocagem e escoamento da produção? Como o país produz safras recordes num tempo de desesperante exílio rural e conseqüente "inchaço" das grandes cidades, aviltamento ainda maior das condições de vida da população e agravamento das tensões sociais nas cidades e nos campos? O que há de errado neste país de natureza tão pródiga, mas com uma massa de assalariados, desempregados, subempregados, bóias-frias (etc.) à beira ou mesmo dentro do abismo da indigência? Como um país apresenta anualmente safras cada vez mais extraordinárias com uma economia nas raias da recessão? Vamos recuar um pouco.

Nos conturbados anos pré-64, os trabalhadores brasileiros conseguiram transformar em lei o antigo *Estatuto do Trabalhador Rural* (1963), mas os fazendeiros fizeram vista grossa a essa conquista importante. O golpe militar de 64 brecou aquela evolução dos trabalhadores rurais e contribuiu ainda mais para o descaso dos proprietários de terra. Para preencher o vácuo daquelas conquistas criou-se e se implantou a ferro e fogo o *Estatuto da Terra*, fruto da ditadura, em novembro de 1964, redimensionando de cima para baixo toda uma relação de lutas e conquistas anteriores. O Estatuto da Terra demagogicamente prometeu reforma agrária de modo paternalista, mas o que se fez na verdade foi a efetiva-

ção do capitalismo no campo (e na cidade) sob novos patamares, mais modernizados. Os latifúndios foram transformados em empresas rurais não só por evidência de suas capacidades produtivas mas também por uma questão de *status* que a ideologia do "milagre" conferia, e os minifúndios ou as propriedades rurais, onde os pequenos produtores se estabeleciam na sua estreita relação enxada/terra/família, foram praticamente desarticuladas como "improdutivas", "ineficazes", para ceder lugar à ocupação de grandes programas, como o do álcool, das monoculturas de certas regiões, como a soja, ou o incentivo à agropecuária.

Vejamos, como exemplo, duas constatações. Primeira: na época do "milagre brasileiro", na primeira metade da década de 70, a cidade de Campinas (SP) contava com nada mais que 250 mil habitantes e cerca de 7 ou 8 favelas. Ao findar a década de 80, portanto, apenas uns quinze anos depois, Campinas cresceu (leia-se "estufou-se") em quase cinco vezes mais, tendo hoje em torno de 1.200.000 habitantes e multiplicou por dez suas favelas, contando hoje com cerca de 80. Assim como tantas outras terras da promissão do êxodo rural brasileiro, Campinas encarna hoje uma espécie de Canaã do desertor faminto e sedento no deserto árido dessa economia estrangulada do "milagre". As milhares de famílias (sobretudo paranaenses) emigram anualmente para Campinas porque "é lugar bom pra se ganhar dinheiro".

Segunda: neste importante ano eleitoral de 1989 — centenário da República, ano da campanha presidencial após 29 anos, ano de consolidação das conquistas populares da Constituinte por via das constituições estaduais etc. — o candidato a candidato a presidente da República pela facção moderada do PMDB, o ministro da Agricultura Íris Resende, vem a público proclamar, em alto e bom-tom, mais uma safra anual recorde, de cerca de 70 milhões de toneladas de grãos.

Mas que relação há entre uma cidade tão problemática como a maioria das metrópoles brasileiras, mistificada em oásis, como Campinas, mais o anúncio do ministro, com a problemática agrária brasileira? Vejamos.

A modernização da agricultura brasileira, que veio acompanhada das promessas de reforma agrária de modo vago, oscilante, resultou de uma política de crédito decisiva para mudar a face da produção rural brasileira nestes últimos vinte anos. Esta política pretendeu tão-somente transformar a produção agropecuária em base tecnológica (o chamado complexo agroindustrial) pela via do uso intensivo de insumos e equipamentos modernos. Uma política determinada pela expansão e modernização da indústria

interna e pelos mercados interno e, principalmente, externo. Conclusão: o Brasil passou rapidamente da era da antiga enxada (que, como sabemos, no passado dava muitos "votos de cabresto") à modernização acelerada dos implementos e das novas formas de produção. O uso de máquinas modernas aumentou em quatro vezes o uso de fertilizantes e em três vezes o uso de tratores em pouco mais de dez anos. Além do mais, nos últimos vinte anos inverteu-se o número de pessoas que moravam no campo por ocasião do golpe de 1964 e da conquista do antigo Estatuto do Trabalhador Rural que a ditadura engavetou. Na época, aproximadamente 2/3 da população brasileira morava no campo e produzia pelo menos para um consumo de subsistência; hoje, apenas 1/3 lá permanece e o 1/3 que de lá se retirou foi engrossar as filas do desemprego, do subemprego ou construir favelas nas periferias das grandes cidades.

Não queremos com isso atacar a modernização da agricultura, o que seria no mínimo uma visão retrógrada, mas mostrar que este modelo de modernização teve endereço certo: a concentração de terras. É claro que interessa à tecnocracia que governa o país, como na fala do ministro diante dos meios de comunicação, exibir números e falar em safras recordes.

Mas, diante desse dado alarmante, da inversão de população campo-cidade/cidade-campo, é fácil perceber que o protagonista desse grande balão de ensaio da ditadura na vida rural brasileira, mesmo modernizando-a, só poderia ser o proprietário que tenha condições de dar garantias aos créditos subsidiados. "Ele (o crédito rural) se destinou principalmente a incentivar a aquisição de produtos industriais por parte da agricultura; e foi repassado sempre a uma taxa de juros inferior à da inflação (portanto, subsidiado). Mas só era acessível aos agricultores que podiam oferecer a sua terra como garantia do empréstimo (hipoteca). Essa política de crédito agrícola aplicada pelo regime militar aprofundou a concentração da propriedade no Brasil, uma vez que o crédito era negado à grande massa de agricultores sem terra. Mesmo dentro da categoria dos proprietários de terras, o acesso às fontes de crédito se mostrou diferenciado em favor dos proprietários de grandes fazendas em contraposição aos minifundistas" (Vários, *Política agrária*. Fundação Wilson Pinheiro/Mercado Aberto, p. 9).

Veja no quadro abaixo o crescimento numérico dos latifúndios em detrimento das pequenas propriedades. Como se nota, a área dos imóveis com menos de 10 hectares caiu (−2,7%) e a de com mais de 10 mil hectares cresceu 6,3% ao ano. E são dados de onze anos atrás (o INCRA não divulga dados mais atualiza-

dos). Se voltarmos ao exemplo dado do "inchaço" de Campinas devido à migração interna desordenada, veremos que hoje estes dados são ainda mais alarmantes.

DISTRIBUIÇÃO DAS PROPRIEDADES RURAIS NO BRASIL E SUA EVOLUÇÃO NO PERÍODO 1972/78

Estrato de área total (ha)	*Distribuição Imóveis*	*Relativa (%) Área total*	*Taxa de Imóveis*	*Crescimento (% a.a.) Área total*
Menos de 10	28,5	1,0	−2,8	−2,7
10 a − 100	55,7	13,8	−1,1	−0,9
100 a − 1.000	14,0	28,2	0,2	−0,1
1.000 a − 10.000	1,7	32,0	1,5	1,4
10.000 e mais	0,1	25,0	4,4	6,3
Total	100,0	100,0	−1,4	1,6

Fonte: Cadastro do INCRA de 1972 e 1978. (Conferir estes dados na obra citada, página 40.)

Se a modernização da agricultura tivesse acontecido de modo no mínimo mais racional nestes últimos vinte anos, pelo menos teríamos certo motivo para ufanismos do estilo das proclamações do "milagre brasileiro", que pretendeu "primeiro crescer, depois dividir o bolo da riqueza nacional", conforme se propagou nos meios de comunicação social. Acontece que a concentração da propriedade rural no Brasil degrada o próprio uso das áreas cultiváveis, devido à irracionalidade do seu baixo grau de utilização. Veja por que nos dados do próprio INCRA.

a) a proporção da área explorada sobre a área total diminuiu de 58,5% para 42,42%;

b) a proporção da área aproveitável não-explorada sobre a área total cresceu de 21,7% para 37,2%;

c) a soma das áreas não-exploradas supera no total a área que é explorada (incluindo as matas e pastagens naturais, apenas 170 milhões de hectares eram explorados em 1978, dos 400 milhões cadastrados pelo INCRA). (Conferir estes dados na obra citada, p. 42.)

Mas esta irracionalidade não se aplica apenas ao uso incorreto e insuficiente de terras cultiváveis no Brasil. Como se não bastasse, abrem-se cada vez mais frentes agrícolas na Amazônia Legal, com latifúndios improdutivos que causam prejuízos ecológicos sem precedentes, num país que sequer tem um plano equi-

librado de estocagem e escoamento da produção, devido à absoluta falta de uma política agrária que pelo menos ataque o problema da demanda total da produção.

Mas esta história na verdade é antiga. O predomínio da grande propriedade tem sido a marca da estrutura agrária brasileira, desde as sesmarias no Brasil Colonial, mais tarde os latifúndios escravistas, evoluindo para as fazendas de usinas de cana-de-açúcar e, agora, as empresas rurais devidamente cadastradas e atreladas via de regra às empresas multinacionais dos grandes centros a serviço dos interesses do mercado internacional. Não é à toa que, por exemplo, a Bolsa de Valores de Nova Iorque está ligada diretamente ao mercado de soja do Paraná. Mesmo com as aberturas de fronteiras agrícolas de forma pioneira e a custo do sacrifício de suas famílias no passado, sempre sob promessas inócuas de distribuição de terras, cada vez menos o pequeno produtor tem espaço neste país de proporções continentais.

O que aconteceu de fato, com o pequeno produtor? Não é difícil descobrir. Evidentemente ficou estes anos todos do lado de fora do salão de festas. O processo de modernização não atingiu por igual a todos e o uso de insumos acompanhou o padrão concentrado da ocupação de terras e trouxe efeitos maléficos não só nas relações de trabalho como no próprio abastecimento. Foi um progresso dourado por fora e podre por dentro.

Segundo o Censo Agropecuário de 1980, apenas 1/3 dos estabelecimentos usavam fertilizantes naquele ano e apenas 7% possuíam tratores. Isto significa que apenas dez anos após sua implantação o modelo já se mostrava excludente dentro dos próprios muros onde era aplicado, já que nem todos os proprietários que receberam subsídios puderam continuar na "marcha do enriquecimento", tendo muitos de vender até suas próprias propriedades ou parte delas a outros competidores, inclusive para pagar empréstimos bancários. A População Economicamente Ativa (PEA) no campo, estimada em 44% em 1970, sofreu decréscimo para cerca de 30% em 1980. Em outras palavras, uma modernização excludente não só em termos de incentivos e concentração de riquezas como também de geração de empregos. Boa parte dos trabalhadores rurais passaram a ser assalariados temporários errantes. Os bóias-frias (notadamente nas monoculturas de cana de São Paulo) são o retrato fiel desse quadro. É a sazonalidade do trabalho agrícola, uma vez que o modelo de modernização não atingiu os diversos ciclos produtivos de forma homogênea. Essa forma crescente de assalariamento temporário aviltou ainda mais

a relação capital-trabalho e a renda familiar, além de impulsionar o êxodo rural.

Sabemos que o capitalismo também gera excedentes de mão-de-obra que às vezes não lhe interessam mais sequer como exército de reserva. E um contingente enorme da população (no caso a terça parte da população brasileira emigrada para as grandes cidades nos últimos 20/25 anos) resta para a mendicância, o ócio, o desemprego, o subemprego ou mesmo o roubo e outros crimes, a prostituição etc. Daí a necessidade da emergência de uma reforma agrária profunda, efetiva.

Hoje a luta dos trabalhadores rurais é vasta porque, das vagas promessas de reforma agrária, o que restou foi o fracionamento ainda maior das categorias do trabalho rural: bóias-frias, posseiros, arrendatários, parceiros, pequenos produtores ou pequenos proprietários, camponeses sem terra, camponeses com alguma terra etc. Os nomes mudam porque as características são variadas. Mas o que se percebe é uma crescente, velada ou aberta, luta social pela posse da terra ou, no mínimo, pela oportunidade de trabalho, pelo menos para a garantia da subsistência. "Os trabalhadores não lutam, no fundamental, *pela propriedade capitalista* da terra; o que lhes interessa é tê-la como meio de produção, como fonte de sobrevivência. Os trabalhadores rurais querem a terra para trabalhar" (*op. cit.*, p. 45).

Se é verdade que neste ano de 1989 vamos colher cerca de 70 milhões de toneladas em grãos, não é verdade, em contrapartida, que esse aumento de produtividade por via da modernização da agricultura brasileira tenha atendido às prioridades da nossa população em sua maioria. Ela só teve dois endereços certos: a exportação (de grãos) e a geração de energia (dos programas de álcool). Em se tratando de alimentação os números são alarmantes. "Considerando-se uma cesta básica de cinco produtos (arroz, feijão, mandioca, batata e trigo), percebe-se que a produção de calorias por habitante caiu 16,5% de 1970 a 1980, ao passo que seu preço aumentou 80% em termos reais. Isso significa que o consumidor brasileiro tem que pagar hoje em dia quase que o dobro pelos alimentos que consome, em relação ao que pagava em 1970. De outro lado, a parcela da produção total dos principais produtos agrícolas exportados cresceu de 13,3% em 1970 para 20,2% em 1980" (*op. cit.*, p. 11).

Enfim, hoje não se fala mais em "milagre econômico" e a safra agrícola recorde não tem necessariamente relação com recessão econômica. Uma coisa acontece paralelamente à outra. O tempo nos mostrou que mesmo um país de natureza pródiga e de povo trabalhador também pode produzir miséria e recessão. Isto

é resultado tão-somente de uma política econômica — e nela a política agrária — mal-conduzida.

O tiro do modelo foi apontado para um "alvo no escuro". A produção agrícola, mesmo em crescimento, não atende mais às exigências do próprio mercado externo para o qual foi criado. O governo não tem mais fundos para bancar o volume da produção ou até mesmo o reordenamento de uma economia à beira de um colapso total, ainda que, contraditoriamente, em crescimento. A contradição é alarmante: superprodução aliada à escassez e à inflação desordenada dos preços dos alimentos. Nossa produção agrícola tem destino por nós ignorado (principalmente porque cobre fundos de uma economia recessiva como espécie de "bolso sem fundo") e até mesmo o produtor rural estabelecido (com terras, empregados, máquinas. . .) cada vez menos tem certeza acerca dos rumos da sua próxima safra, tamanha a oscilação de preços, a alta de juros etc.

E um círculo vicioso se forma, só interessando aos especuladores. A escassez de alimentos se junta às altas taxas de juros, aos altos índices de inflação e disso só pode resultar a especulação (e o ágio em épocas de congelamento de preços). Os créditos, antes abundantes aos que davam garantias em troca, tornam-se restritos, os custos financeiros ainda mais e com eles o desestímulo à produção; este desestímulo incide por sua vez na queda do lucro dos produtores, que gera novamente a inflação já aliada à escassez anterior, e assim sucessivamente.

2.2. A reforma agrária na ótica do Partido dos Trabalhadores

Terminada a Assembléia Constituinte e promulgada a Carta de 5 de outubro de 1988, a grande sensação que nos fica é um certo vazio e a impressão de que "daqui a pouco" (dez, vinte, trinta anos) precisaremos concentrar novos esforços noutra Assembléia Constituinte, porque esta não fez evoluir a mais importante questão social brasileira: a reforma agrária.

É claro que o trabalhador rural ganhou significativos espaços na relação de trabalho. A legislação trabalhista pela primeira vez cobre todos os setores produtivos do campo — assim como outros setores ignorados, como o de emprego doméstico etc. Mas isto pode significar tão-somente um melhor ajustamento na relação de produção capitalista no campo. A reforma agrária é uma *bandeira política* e não apenas uma *questão trabalhista*, e como

bandeira política ela ultrapassa em muito as benesses da aposentadoria, dos serviços da Previdência, do Fundo de Garantia etc., embora, evidentemente, não as negue. Ademais, ela continua a ser desejada como *bandeira política de toda a sociedade*, pois interessa também aos trabalhadores urbanos, que pagam caro pelo que consomem, tanto quanto aos trabalhadores rurais. "A reforma agrária é hoje no Brasil uma reivindicação dos setores populares, urbanos e rurais. Não é mais uma exigência para o desenvolvimento do capitalismo e sim um questionamento da forma que tomou esse desenvolvimento. Apesar de ser possível e necessário alcançar uma maior produção agrícola como resultado da reforma agrária, não é este seu objetivo principal. Hoje ela visa, fundamentalmente, à apropriação, pelos trabalhadores rurais, dos frutos do seu trabalho" (*op. cit.*, p. 44).

Arquivo J. Trab.

Passeata de Trabalhadores Rurais.

Alguns entendem reforma agrária como simples distribuição da propriedade da terra para cultivo individual ou familiar, abolindo-a e tornando-a coletiva (estatal, cooperativa...), outros consideram que a política de créditos e assistência técnica não concentrada, o armazenamento adequado e a comercialização racional, sem especulações, resolvem o problema agrário brasileiro.

Afinal, como se define a reforma agrária para o Partido dos Trabalhadores? Qual a reforma agrária que de fato interessa aos trabalhadores? Quais as formas de luta que devem ser levadas e priorizadas? Qual o marco inicial dessa luta e quais as etapas

posteriores de sua implantação para que se dê de forma profunda e efetiva?

Abaixo reproduzimos o item reforma agrária, retirado do documento *O PT e a economia, projeto de programa econômico do PT* (uma proposta para o debate), de outubro de 1982 (item 7, "A questão da terra").

A Reforma Agrária

O PT entende que a reforma agrária é mais uma questão política do que uma questão econômica. Isso porque, em primeiro lugar, nada acontece na atual agricultura no Brasil sem que o Estado entre em cena com a política de crédito, tributos e isenções, comercialização, assistência técnica, regulamentação de preços ou, por outro lado, com o cerceamento da liberdade de organização e luta dos trabalhadores, através do atrelamento dos sindicatos ou da repressão policial direta e uso da Lei de Segurança Nacional.

Mais importante que isso, a reforma agrária é uma questão política, porque interessa a toda a sociedade e porque sua efetivação e o grau de aprofundamento que atinja depende da correlação de forças entre as classes sociais do país. É porque, como medida econômica, tem o poder de mudar essa correlação, alterando em profundidade o quadro político que expressa tal relação. A reforma agrária é hoje no Brasil somente uma reivindicação dos setores populares. Não é mais uma reivindicação do desenvolvimento do capitalismo e sim um questionamento da forma que tomou esse desenvolvimento. Apesar de ser possível se alcançar maior produção agrícola como resultado da reforma agrária, não é este seu objetivo principal. Hoje ela visa, fundamentalmente, à apropriação, pelos trabalhadores rurais, dos frutos de seu trabalho.

Para o PT, a reforma agrária significa dar o direito integral dos benefícios da terra a quem a trabalha, a quem a cultiva. Não significa retalhar a terra e dar um lote para cada família plantar. Significa desencadear todo um processo de modificação da estrutura agrária do país, com vistas a uma distribuição mais eqüitativa da terra e da renda agrícola, como passo de um programa de crescimento econômico centrado na perspectiva de atender aos interesses das classes trabalhadoras. Trata-se, portanto, de uma redistribuição da renda, do poder e dos direitos, a favor dos trabalhadores.

Por isso, o PT sustenta que a elaboração de uma proposta detalhada da reforma agrária deve ser resultado de ampla discussão entre os principais interessados na questão, que são os trabalhadores do campo. Por trabalhadores do campo, o PT entende não só os assalariados como também os posseiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários. É deles que deve nascer a contribuição mais decisiva sobre o tipo de reforma agrária que melhor atenderá às necessidades de desenvolvimento econômico e social do campo brasileiro. Ninguém reúne melhores condições que os próprios trabalhadores rurais para consi-

derar toda a diversidade de condições de produção nas diferente áreas e culturas e eleger as propostas específicas adequadas a cada particularidade regional.

O que o PT vem propor são alguns pontos para discussão, com o objetivo de contribuir no debate da questão agrária, sabendo que a luta pela posse e uso da terra é real no Brasil e constitui a principal reivindicação dos trabalhadores do campo. Estes trabalhadores não lutam, no fundamental, pela *propriedade capitalista* da terra; o que lhes interessa é tê-la como meio de produção, como fonte de sobrevivência. Os trabalhadores não querem terra para vender, mas para trabalhar.

A identificação com essa aspiração é que leva o PT a inscrever com destaque a bandeira da reforma agrária em seu programa partidário, em sua plataforma eleitoral e no presente anteprojeto de programa econômico. A reforma agrária também interessa, e profundamente, aos trabalhadores urbanos, que pagam caro o que comem, não só no armazém ou na feira mas também nos impostos e contribuições desviados para incentivar o lucro dos grandes proprietários e das grandes empresas agrícolas, quando não a simples especulação com a compra e venda de terras. Mais importante ainda, a reforma agrária interessa aos trabalhadores urbanos na medida em que o desenvolvimento do capitalismo no campo gera excedentes de mão-de-obra que engrossam o exército industrial de reserva, representando pressão sobre o mercado de trabalho no sentido de redução dos salários e concorrendo para dificultar a capacidade de luta dos trabalhadores urbanos.

Assim, a reforma agrária é uma bandeira que unifica todos os trabalhadores e é uma luta pela superação das contradições que existem na sociedade com vistas a uma nova organização social, onde os trabalhadores tenham direito ao resultado da sua produção. É uma bandeira que interessa em especial aos trabalhadores recentemente expulsos da terra, tangidos pelo grande capital, que enfrentam as duras condições de vida na periferia das cidades, vivem os problemas do desemprego e do subemprego e só não retornam ao campo pela inexistência de qualquer perspectiva de ocupação produtiva e impossibilidade de acesso à terra.

O PT concebe um projeto de reforma agrária como o conjunto de transformações que, aplicáveis a curto e médio prazo, dentro da atual correlação de forças entre as classes sociais brasileiras, concorram para o fortalecimento político e organizativo dos trabalhadores rurais e, a longo prazo, para a socialização dos meios de produção no campo, juntamente com a socialização dos meios de produção industrial.

Não propõe um retalhamento indiscriminado das terras porque está ciente de que, no atual estágio de desenvolvimento do capitalismo no campo, há culturas onde a divisão de terras não é recomendável, seja devido ao uso já intenso de mecanização, seja por qualquer outra razão técnica ou natural. É o caso da cana-de-açúcar, por exemplo, onde a repartição da terra significa uma involução no nível da racionalidade e produtividade, considerando o nível ali atingido pela divisão do trabalho. O que já

não é o caso dos latifúndios baseados no trabalho familiar de agregados, colonos, parceiros e pequenos arrendatários, onde a divisão da terra só poderá impulsionar a produção. É preciso acabar com o latifúndio e eliminar a dominação parasitária da terra, considerando principalmente os especuladores que não plantam, à espera da valorização imobiliária.

Como modificação imediata é necessário partir da resolução aprovada na 1.ª Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras, de agosto de 1981, que exigiu uma reforma agrária:

1) Ampla — que seja implantada em todo o território nacional;

2) Massiva — que dê acesso à terra a milhões de famílias sem terra ou com pouca terra;

3) Imediata — que se inicie já e que estabeleça um programa com metas a serem atingidas;

4) Com participação dos trabalhadores rurais em todas as fases de elaboração e execução do programa.

A concretização de tal bandeira deve ter como centro e marco inicial a desapropriação que atinja os 380 milhões de hectares indicados no item 1 e conseqüente redistribuição dessas terras entre os trabalhadores rurais, segundo modalidades de ocupação a serem definidas, em cada área, pelos próprios trabalhadores rurais, através de seus organismos, associações e entidades sindicais.

Centro, porque nestes 380 milhões de hectares se encontram imobilizadas e improdutivas gigantescas extensões de terras dos latifúndios, e porque nessa fatia se incluem também os 40 milhões de hectares de unidades cuja dimensão é tão reduzida que proíbe utilização racional. *Marco inicial*, porque dessa redivisão deverão resultar formas mais avançadas de uso social da terra e avanço organizativo dos trabalhadores. Com esse avanço e com o aprofundamento da articulação política entre trabalhadores urbanos e rurais, passando por alterações profundas no tipo de Estado vigente, o processo de reforma agrária passará a englobar as terras das atuais empresas rurais produtivas, na direção geral de uma economia socialista, a longo prazo.

Embora o PT considere que o ponto de partida para a transformação que os trabalhadores devem imprimir à agricultura brasileira é a redistribuição de terras, já indicadas, é preciso ficar claro que uma proposta de intervenção ao nível da questão agrária não se esgota aí. Por dois motivos básicos:

Em primeiro lugar, porque o desenvolvimento do capitalismo no campo gerou um processo de assalariamento que, em algumas áreas do campo, já é tão consolidado que os trabalhadores da área adquirem o perfil inequívoco de um proletariado rural, cujas aspirações específicas se distinguem cada vez mais daquelas que são próprias das áreas de posseiros, arrendatários, parceiros e pequenos proprietários, bem como daqueles contingentes gigantescos de trabalhadores jogados ao assalariamento irregular em fase mais recente (bóias-frias, volantes, peões da Amazônia etc.).

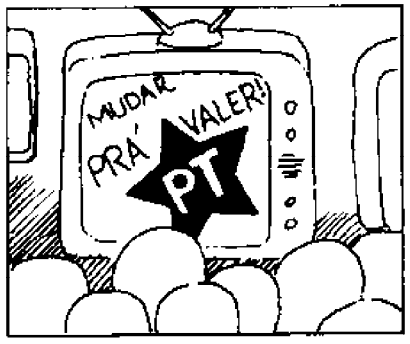
Em segundo lugar, porque, considerando a idéia central aqui sustentada, de que a questão agrária é, sobretudo, uma questão política, e portanto, levando em conta que qualquer

processo de reforma agrária dependerá do nível de organização dos trabalhadores da cidade e do campo, o PT entende ser indispensável completar o presente projeto com a incorporação de outras bandeiras importantes levantadas nos diferentes encontros de trabalhadores rurais e mais especialmente no 3.º Congresso dos Trabalhadores Rurais, de maio de 1979, e na 1.ª Conclat.

Essas bandeiras, que devem ser vistas como elementos que aprofundam e completam a proposta fundamental de redistribuição das terras, devem ser entendidas como respostas às diversidades de situações presentes no panorama agrário e devem ser levadas como pontos prioritários e urgentes de intervenção, *antes, no início* e *no transcorrer* de todo o processo de reforma agrária que os trabalhadores brasileiros conquistarão, conforme se consolidem e cresçam seu poder de pressão e seu nível de organização.

Estas bandeiras se referem a reivindicações mais específicas dos trabalhadores do campo e variam segundo as desigualdades regionais do país. Estão aqui agrupadas em três grandes grupos: direitos do trabalho, produção e terras.

(Partido dos Trabalhadores, outubro de 1982.)



Diretório PT-ES

3. Política cultural

Perguntada pelo jornalista Humberto Werneck sobre como pretendia pôr em prática um novo programa cultural, a pensadora e secretária de cultura de São Paulo, Marilena Chaui, respondeu, numa entrevista concedida ao *Jornal do Brasil:* "A idéia principal é que a Secretaria não seja um balcão de eventos e um balcão de clientes, como tem sido. A segunda idéia é que você não corrige o clientelismo, o fisiologismo e o eventismo tentando fazer com que a cultura seja produzida pelo Estado. Porque toda vez que o Estado tenta, ousa produzir cultura — a experiência fascista e outras experiências autoritárias estão aí para mostrar —, o que ele faz é destruir a cultura, através das doutrinas oficiais. O que a Secretaria quer é criar condições para que a população, ela sim, produza cultura. Cultura que entendemos como um direito do cidadão — por isso o nosso programa se chama Política da Cidadania Cultural. Direito de ter acesso aos bens culturais, de produzir esses bens e de intervir e participar das decisões a respeito da política cultural. Tentamos abolir uma velha divisão: em vez de termos na cidade o centro e a periferia — a tradição de você levar o centro para a periferia,

e trazer a periferia para o centro, na forma do folclore —, queremos ter o trabalho conjugado dos dois" (*JB*, 26-2-1989, Caderno B, p. 7).

Uma política cultural no nível que Marilena Chaui pretende pôr em prática é que demanda uma discussão profunda dentro do Partido dos Trabalhadores e uma prática sempre "vigiada" e revisada. É preciso ter claro, por exemplo, o papel que as ideologias exercem na malha imensa das manifestações culturais. Sabemos que a cultura abrange uma teia enorme de ideologias que a todo o momento silenciam ou oferecem lacunas entre o dito e o não-dito — a incoerência aparecendo como discurso coerente — na produção cultural, exatamente para que as coisas não sejam ditas por completo, que sejam dissimuladas, soando como o todo e não as partes.

O PT tem claro a função do Estado ao elaborar uma política cultural sabendo da permanente tentação do Estado em "apadrinhar" a cultura, em nome da "participação comunitária", apossando-se inclusive das formas de organização dos movimentos populares para fazer seu jogo clientelista.

Desde 1982, no Partido dos Trabalhadores estas questões vêm sendo tratadas — não como discurso final, mas como "provocação para o debate", como está afirmado no último parágrafo — por Marilena Chaui, Antonio Candido, Lélia Abramo e Edélcio Mostaço. O texto não é longo e é dos mais fecundos que o partido já produziu. A Fundação Wilson Pinheiro, em co-edição com a editora Mercado Aberto, o publicou (na série Tempo de Pensar, 1984) sob o título *Política cultural*.

Ouçamos o que dizem esses autores no importante Capítulo VII — "Autonomia e participação nos movimentos culturais" — sobre o verdadeiro papel do Partido dos Trabalhadores na elaboração de uma nova política cultural: "Sendo a perspectiva do PT democrática e socialista, certamente o projeto de uma política cultural não se restringirá à defesa do direito de todos de terem acesso aos bens culturais (consumi-los, contemplá-los), mas será a luta pelo direito de todos participarem ativamente da cultura como criadores. Essa luta pode, no entanto, produzir um efeito que poderá causar muitos danos à cultura: o desejo de organizar e de unificar a produção cultural do PT e, partindo dele, a de toda a sociedade. Isto é, podemos correr o risco de uma visão administrativa da política cultural e também o risco de uma visão instrumental dela. No caso da visão administrativa, acabaríamos fazendo, com intenções de esquerda, o mesmo que faz a direita. No caso da visão instrumental, corremos o risco de querer 'politizar' à força a produção cultural, ou seja, considerar

válida, 'autêntica', útil e eficaz somente a criação cultural que possua 'mensagens' político-pedagógicas, desvalorizando, assim, o significado transformador da cultura. Se administrarmos a cultura, o PT será um Estado em miniatura, e um Estado burocrático e autoritário. Se instrumentalizarmos a cultura, o PT será um grande pedagogo das massas e deixará de ser expressão política das manifestações culturais daqueles que dele participam".

E, no parágrafo seguinte, os autores justificam estas colocações: "Fizemos essas observações porque experiências passadas (de esquerda) e a situação presente (de direita) são esclarecedoras quanto aos riscos de destruir a autonomia cultural e cair na ideologia da cultura. Em outras palavras — seguem os autores —, se considerarmos que uma das características fundamentais da ideologia é substituir o discurso, uma prática e um ideário *para* esses sujeitos, transformando-os, portanto, em objetos de comportamentos, falas e idéias alheias, podemos considerar que um dos efeitos principais da ideologia consiste em expropriar os sujeitos de seus saberes e práticas para lhes outorgar uma outra 'subjetividade' que os reduz à heteronomia ou à alienação. Ora, administração, planificação e organização são procedimentos pelos quais a sociedade contemporânea designa para cada indivíduo, para cada grupo e para cada classe, qual o lugar, qual o comportamento e qual o ideário que deve possuir para que a sociedade funcione 'racionalmente', isto é, rendosamente, lucrativamente. Nessa medida, se uma política cultural do PT pretende administrar, planejar e organizar as manifestações culturais, além de nada inventar no plano de uma política cultural, ainda reproduzirá aquilo que desejaria ultrapassar" (Marilena Chaui *et alii*, *Política cultural*, p. 72-3).

Como se nota, uma política cultural que o Partido dos Trabalhadores deve encarar e assumir demanda a mesma seriedade de todas as outras questões enfrentadas pelo partido, a nível nacional, em termos de debate e amadurecimento, ou por via das Secretarias de Cultura nas Prefeituras que assumiu.

Abaixo o leitor tem o primeiro documento oficial tirado das instâncias internas do PT, pela então recém-criada Secretaria de Cultura do Partido dos Trabalhadores (2 de novembro de 1981), para os diretórios regionais e comissões regionais de cultura. O texto, de 1982, aqui reproduzido na íntegra, serve justamente para mostrar que a preocupação com a cultura tem mais ou menos a idade do PT. Naquele ano o partido já se preocupava com a criação de uma política cultural em suas comissões próprias para agilizar um trabalho que mal começava.

3.1. *O PT deve ter uma política cultural*

O presente documento, que a Secretaria de Cultura traz à deliberação da reunião do Diretório Nacional do dia 26 de março, visa:

1) demonstrar a importância da classe trabalhadora no Brasil de hoje;

2) fazer uma proposta a ser incluída nas plataformas nacional, estaduais e municipais, que o partido adotará nas próximas eleições;

3) propor um trabalho de médio prazo, cujo primeiro passo seria uma ampla consulta às bases do partido e outras camadas populares, iniciando o debate sobre a política cultural do PT.

Sabemos que há objeções contra o debate cultural no interior de um Partido de Trabalhadores. Algumas nascem de um preconceito histórico: como a burguesia dificulta o acesso do trabalhador à cultura, este sente que a cultura é coisa de burgueses. Outros dizem que a energia do partido não deve ser desviada das questões políticas prioritárias. Outros, enfim, dizem que o povo já tem a sua cultura e que o importante é preservá-la e limpá-la dos contrabandos da cultura burguesa e da modernização. A tese deste documento vai em direção contrária:

O crescimento descomunal dos meios de comunicação de massa: 1) transformou muito o processo da expressão e da comunicação social, interferindo, de forma decisiva, em todos os níveis da vida cultural; 2) abafou, deformou ou usou para os seus próprios objetivos as manifestações culturais populares; 3) motivou um novo tipo de aliança, no campo da cultura, entre capital privado e Estado, visando à dominação ideológica; 4) deu origem a um novo processo cultural, de extraordinária vitalidade popular, pelo seu alcance (toda a população), e antipopular, pelos interesses a que obedece (os interesses da exploração). Assim, a questão cultural tornou-se decisiva *justamente para o trabalhador.*

Esquematicamente, na forma que tomaram no Brasil, os meios de comunicação de massa significam: a) concentração da iniciativa cultural em mãos da classe dominante, que decide autoritária e unilateralmente o que vai e o que não vai ser divulgado no país; b) subordinação cultural da população em seu conjunto, que é transformada em público apenas espectador e consumidor; c) incorporação e nivelamento praticamente total da população, com sua diversidade e com seus antagonismos, a um padrão cultural mais ou menos homogêneo, por exemplo, o padrão Globo, aliás com muita marca norte-americana. Trata-se, no plano da cultura, de uma expropriação semelhante à que o capitalismo operou no plano da vida econômica, quando a concentração do capital em poucas mãos transformou a população em mão-de-obra barata. Entretanto, vale a pena insistir em que tanto no caso da economia como no caso da cultura é inviável a volta atrás. Contrariamente ao que pensam os saudosistas, ou os puristas da vida popular, a verdade é que a conquista de uma cultura democrática hoje não depende só de lutas econômicas e políticas mas também da *invenção* — e a palavra invenção está aqui de propósito, para sublinhar a novidade do proble-

ma —, da invenção de uma política democrática em relação aos meios de comunicação de massa. É certo que estes são inimigos do trabalhador, na medida em que servem ao interesse do capital e do governo (basta lembrar a lei Falcão). Mas serão também um elemento de vida e um aliado indispensável, pois sem eles não se pode pensar a democracia das massas. Portanto, é preciso conhecer e estudar televisão, rádio, imprensa etc., para poder influir em seus rumos desde já. Noutras palavras, a formulação do interesse dos trabalhadores na esfera da cultura — em suas condições mais avançadas de técnica e de organização — é uma tarefa urgente e histórica.

Qual é este interesse? Com a expansão dos meios de comunicação de massa, o condicionamento político, econômico e tecnológico do processo cultural torna-se muito visível. Por isso mesmo, tornam-se claros também os seus aspectos de poder e de manipulação, a respeito dos quais o partido necessita ter posições, e posições fundadas na convicção real de seus militantes e dos trabalhadores que lhe são próximos. Qual deve ser a posição do partido diante da censura, da TV, dos enlatados, da política editorial, do cinema, da reivindicação profissional dos artistas etc.? Qual deve ser a posição do partido diante do patrocínio oficial — demagógico, mas patrocínio — da cultura popular? Neste sentido, propomos que a Secretaria Nacional de Cultura se encarregue de lançar um processo de reflexão e de consulta às bases, do qual resultem definições de política cultural.

A idéia é evitar o procedimento comum, em que um grupo de pessoas consideradas capazes se reúne e depois apresenta as suas conclusões, já prontas, à massa do partido. Por outro lado, a consulta não deve disfarçar que os trabalhadores são uma classe culturalmente espoliada, que não tem o lazer nem os meios para situar-se com liberdade diante da cultura de seu tempo. Em conseqüência, não cabe uma pesquisa à moda do Ibope, de gosta-não-gosta, pois ela colheria como proposta as preferências que a publicidade e as novelas inculcaram em seus espectadores. A cultura tem de estar associada a um processo de debate e informação que dê ao trabalhador os meios intelectuais para tomar consciência e posição em face do problema cultural.

Qual deve ser a sua posição diante da própria cultura popular? Em suma, trata-se de uma reflexão que dará ao PT os elementos para formular a política cultural possível em sua realidade. Por outro lado, com esta consulta já se estará começando a estimular o que, no fundo, é o objetivo máximo de uma política verdadeiramente popular: a criatividade, a coragem das opiniões, a capacidade de exprimir das maneiras mais variadas, desde a canção até a fachada da casa, o cunho individual, o gosto de cada um, norteado pela integração de todos nos interesses da classe.

Finalmente, no que se refere à proposta para pontos da plataforma no tocante à cultura, esta Secretaria se recusa a tirar soluções do bolso do colete antes de ouvir as bases do partido. No entanto, crê desde já poder sugerir um ponto a ser incluído nas plataformas políticas para as próximas eleições. O exemplo que segue ilustra o que queremos dizer: quando o trabalhador parte para a autoconstrução, forçado pela situação econômica,

ele trabalha com sacrifício, mas trabalha também com a sua criatividade. Inventa soluções, acha aquelas decorações que mais o satisfazem, e faz de sua casa ideal algo que é diferente da uniformidade de quartel das casas do BNH. Ele não é o "cara" da casa 3, mas sim o "cara" da casa de janelas cor-de-rosa, por exemplo. Cada trabalhador é um ser diferenciado e, portanto, a sua casa deve sê-lo também. Não estamos defendendo o sistema de autoconstrução que está aí, mas sim dizendo que é fundamental que cada trabalhador possa ter atividade artística e cultural, para se diferenciar como indivíduo, e para, ao mesmo tempo, coletivamente, criar as manifestações artísticas e culturais que mais lhe dizem respeito enquanto trabalhador, formando assim a sua ideologia de classe.

Desta forma, o PT deveria reivindicar condições para que os trabalhadores, em todos os rincões deste país, incluindo familiares, desde filhos até aposentados, possam praticar livremente as artes e a cultura, e não apenas recebê-las passivamente.

Para que isto comece a se tornar possível, as plataformas nacional, estaduais e municipais para as próximas eleições devem reivindicar:

1) que os orçamentos nacional, estaduais e municipais aumentem substancialmente os fundos dedicados à cultura e à arte;

2) que estes recursos sejam descentralizados, evitando-se a sua concentração em centros privilegiados;

3) que estes fundos sejam colocados à disposição das organizações e comunidades trabalhadoras de todo o país, a fim de que estas, democrática e autonomamente, possam decidir seu uso.

(Secretaria de Cultura, Circular n.º 01/82.)

4. Política ecológica

Diretório PT-ES

Desde a formação embrionária do Partido dos Trabalhadores, em 1979, há ecologistas no partido. Mas foi só em 1984 que se formou o Núcleo dos Ecologistas do PT, atendendo às necessidades desse discurso e dessa prática tão fundamental no interior do partido. Por não perceber e assumir a defesa do meio ambiente como questão de sobrevivência dos trabalhadores, da sociedade e da natureza, é que passou a ser tema "secundário" e por vezes visto até como um "banal discurso pequeno burguês". A prática tem mostrado que não é bem assim.

Mas o PT acordou em tempo — e mais uma vez o V Encontro Nacional (o chamado "encontro do crescimento"), de dezembro de 1987, foi importante também por colocar esta questão em voga e na primeira linha, justamente com as demais.

E está em dia com a chamada geral da consciência da humanidade em alerta contra a "barbarização" do globo, a destruição

da natureza e do meio ambiente, acelerada assustadoramente, sobretudo nas quatro décadas que se seguiram ao pós-guerra.

O panorama é assustador. Só para se ter uma idéia genérica desta destruição, o Brasil, durante as oito décadas do presente século, já consumiu de recursos naturais o equivalente ao que a humanidade toda consumiu em toda a História até o fim do século passado. Imaginem o que consumiram de recursos naturais todos os países juntos neste século que vai terminar daqui a pouco. Tomar consciência da "barbárie", em termos ecológicos, é isto: saber que vamos entrar no Terceiro Milênio com uma defasagem de recursos naturais sem precedentes, irrecuperável e num processo de destruição irreversível e total, caso não seja feito nada a tempo.

O Partido dos Trabalhadores agora dá um passo fundamental para crescer ainda mais junto à opinião pública e fazer da ecologia um *discurso político de fato* e não apenas uma bandeira de luta a mais.

"... a luta ecológica hoje tem um caráter revolucionário e estratégico se colocada nessa perspectiva — na ótica dos trabalhadores — a construção do socialismo. (...) Essa 'compreensão política e classista da luta ambiental' é tão revolucionária quanto as demais lutas políticas dos trabalhadores, estejam elas no plano tático ou estratégico, e derruba definitivamente toda e qualquer interpretação que coloca a luta ecológica, por princípio, como uma 'bandeira da burguesia'. (...) Colocando os pés na terra, o PT deve assumir este 'desafio' — incorporar em toda linha, dimensão e complexidade, a luta ecológica." São as palavras do vereador petista de Poá (SP) e militante do movimento ecológico, Gert Schinke. (Cf. Cartilha n.º 1 de meio ambiente, *Ecopolítica*, mimeo., p. 2.)

4.1. O movimento ecológico fora do PT

O professor Eduardo J. Viola apresentou, em 1986, no X Encontro Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, um pioneiro trabalho de análise do movimento ecológico sob o título *O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à ecopolítica.* (Texto de que não fizemos uso aqui, diretamente.)

O petista Paulo Gabriel Martins, ecologista e atual produtor da TV dos Trabalhadores (coordenação dos programas do PT que periodicamente vão ao ar em rede nacional), "enxugou", de forma simplificada e sintética, as quatro tendências mundiais do

movimento ecológico, que repercutem inclusive no Brasil, segundo os pontos de vista do professor Viola, pelo menos até 1986. Vale a pena fazermos uso do capítulo em questão do texto de Paulo Gabriel Martins, a partir das pesquisas de Eduardo Viola. Vejamos.

4.2. As correntes do movimento ecológico

De forma bastante simplificada são as seguintes as características das quatro correntes do movimento ecológico mundial:

1) *Ecologistas fundamentalistas.* Têm origem em uma visão anarco-niilista, são pessimistas, acreditando na irreversibilidade da lógica predatória-exterminista do mundo contemporâneo; acreditam na possibilidade da construção de uma sociedade ecologista alternativa na periferia da sociedade materialista; segundo os fundamentalistas restaria apenas esperar o fim do mundo, vivendo de modo coerente com os princípios.

2) *Ecologistas realistas.* Apostam na possibilidade de transformação a partir da construção e desenvolvimento de um movimento ecologista rígido nos princípios e flexível na interação com a sociedade. Negam o capitalismo e o socialismo real, defendendo uma nova sociedade baseada na pequena propriedade e no cooperativismo, com autogestão do sistema produtivo e ênfase no Estado de nível local (município, região) como alocador de recursos. O caminho para isso seria uma longa transição, passando pela ecologização do capitalismo e do socialismo real. Origina-se no socialismo utópico, no socialismo democrático e no liberalismo de desenvolvimento da pessoa.

3) *Ecocapitalistas.* Acreditam na economia de mercado onde o Estado seria o guardião ecológico da sociedade, sendo compatível inclusive com o predomínio da grande propriedade oligopólica. Têm uma posição bastante otimista em relação ao futuro, em comparação com as outras correntes do movimento, sendo herdeiros da social-democracia, do liberalismo social e do conservadorismo social.

4) *Ecossocialistas.* São favoráveis a uma ruptura com a sociedade capitalista (e com a socialista real como variante estatizada da primeira), defendendo a visão da estatização do sistema produtivo gerido através do planejamento participativo centralizado. Consideram inviável a ecologização progressiva do capitalismo e do socialismo real. Apóiam-se teoricamente no marxismo heterodoxo e têm referência no socialismo revolucionário-

democrático (Marx, Rosa Luxemburgo, Lefort, Castoriadis da fase "Socialismo ou Barbárie").

Naturalmente, esta é uma classificação genérica — continua o autor Paulo Gabriel M. Moura. No caso alemão, essas correntes convivem no interior do Partido Verde. Já no caso brasileiro as correntes estão distribuídas em diferentes partidos, principalmente PV, PT e PMDB ou atuando politicamente sem partido. A parcela mais significativa dos chamados *Ecossocialistas* está no PT, muito embora a definição genérica da corrente, na forma como foi apresentada, não contemple com precisão as características e posições dos companheiros petistas, mas mesmo assim serve como referência para a compreensão.

No interior do movimento, tanto a nível mundial como no Brasil, os *Realistas* são majoritários. Na opinião pública ocidental, os *Ecocapitalistas* têm mais influência. Os *Ecossocialistas* influenciam a parcela mais sensível ao discurso de esquerda (caso do CI na Itália com uma forte corrente Verde) ou em setores da oposição democrática da Europa Oriental. Os *Fundamentalistas* não existem fora do movimento.

O estudo do professor Viola — adverte Paulo Gabriel — que embasa significativamente toda a análise desenvolvida até aqui termina em 1986, com as eleições para a Constituinte. (Ver Paulo G. Moura, *O PT e o movimento ecológico*, 1988, mimeo., p. 11-2.)

A luta ecológica na Constituinte

Com referência à tramitação da ecopolítica na Constituinte, o tema esteve presente pela primeira vez de forma mais direta. Liderando a corrente "ecologistas do PMDB", o deputado Fábio Feldmann articulou a chamada "Frente Verde" na Constituinte, com apoio de cerca de setenta deputados, tendo sido o principal defensor da nova proposta de legislação ambiental aprovada na Constituinte.

Com méritos que não lhe devem ser roubados, este deputado tem um passado de luta na área ambiental — ex-fundador da OIKOS, fundador da Fundação SOS Mata Atlântica, conselheiro da FUNATURA (mantida por empresas privadas sobretudo na área de papel e celulose e produtos químicos, como a multinacional Dow Química, a Klabin, a Ripasa etc.), conselheiro da Andef (Associação Nacional dos Fabricantes de Defensores Agrícolas) —, tendo exercido uma liderança inquestionável em vários estados, inclusive com legitimidade política para exer-

cer seu trabalho. Feldmann, na etapa pós-Constituinte, já articula junto a estas empresas (e outras de grande porte: Eletropaulo, Congás, CESP, CPFL etc.) o chamado "novo movimento ecológico brasileiro".

Como se vê, a luta pela preservação do meio ambiente, ecopolítica, na Constituinte (e após a Carta), ganhou significativo espaço. Mas na prática representou e representa um avanço em direção à apropriação capitalista desta luta no Brasil, e com toda a ressonância que a burguesia internacional dá a esta luta, tentando legitimar seu trabalho curativo e periférico, nas feridas que o próprio capitalismo selvagem abre na pele do planeta.

Quase que imediatamente após a promulgação da Carta, a 5 de outubro, o assassinato de Chico Mendes, na Amazônia, em 22 de dezembro de 1988, contudo, faz recrudescer ainda mais a luta ambiental e a luta ecológica, ecopolítica, que pode (e deve) ganhar no Brasil novos e significativos espaços. O PT sabe que deve estar muito atento a esta luta, organizando as massas populares contra a "chantagem" do imperialismo mundial, que pretende cooptar a luta ecológica na Amazônia em troca de barganhas políticas (como o "perdão" de uma dívida externa que já pagamos). É contra o avanço da burguesia internacional em direção a uma tomada de assalto da luta ecológica pelo lobo do capitalismo selvagem travestido de cordeiro defensor da natureza.

4.3. Aliança estratégica com o PV na luta ecológica e ecopolítica

A princípio, e até simbolicamente, devido à denominação, o Brasil "tem um partido que cuida da ecologia": o Partido Verde. Como sabemos, a luta ambiental entre nós partiu de uma fase ambientalista circunscrita inicialmente a uma pequena parcela da população, notadamente a juventude à procura de espaços de luta, capitaneada pelo escritor Fernando Gabeira, então recém-chegado do exílio.

O PV surgiu entremeado à imagem "romântica", "agradável" (conforme as duas expressões usadas por Eduardo Viola) de bandeira de luta que precisava sair do ambientalismo para assumir sua feição ecopolítica mais abrangente.

Esta pode ser uma visão estereotipada do PV e pode nos impedir de ir a fundo até na percepção de suas limitações.

Na verdade o debate sobre meio ambiente cresceu assustadoramente nos últimos anos, tendo-se recrudescido na Constituinte e precisou incorporar-se nos partidos, no momento em que

ecologistas do país caíram de vez na arena política para dar feição nova a este setor do movimento social. Ouçamos o companheiro Paulo Gabriel: "Uma parcela significativa desses ativistas cuja militância restringia-se ao âmbito do movimento social, parte para a ação política, buscando para isso canais de participação. A incapacidade política dos partidos existentes em perceber esse processo e ocupar esse espaço (inclusive o PT) geram um 'vácuo político' que se apresentará como a oportunidade esperada pelo grupo de Gabeira no Rio, para dar início à criação do PV. A politização e organização partidária desses militantes e a catalisação do debate nacional, às vésperas da Constituinte, são os grandes méritos dessa iniciativa, trazendo a Ecologia para a ordem do dia na mesa da política institucional, se quisermos ficar apenas na análise macropolítica das aparências" (*op. cit.*, p. 14).

Acontece, como era de se prever, uma debandada dos ecologistas do PT em direção ao recém-criado PV. "Vendo estreitarem-se as possibilidades de ecologizar o 'Projeto Político Potencial' embutido na proposta do PT, muitos ecologistas vão-se afastando do partido, voltando suas práticas para o interior do movimento social, mantendo uma certa simpatia, mas com um discurso crítico e distante. Nesse quadro, a hipótese PV encontra melhor receptividade" (*op. cit.*, p. 16).

Um dos fatores (mas não o único) da marginalização da questão ambiental no PT — à exceção do Rio Grande do Sul onde a ecologia nunca deixou de ter grande receptividade — liga-se ao fato de as direções terem sido reforçadas pelas lutas populares e sindicais que têm imprimido nestes anos uma forte marca sindicalista e por vezes economicista no partido, além do empenho do partido nos pleitos em que participou, jogando seus militantes nas campanhas. É por esse motivo também que chamamos o V Encontro Nacional de dezembro de 1987 como o "encontro do crescimento". A partir dele não só o debate e divergências acerca das tendências do partido encontraram solução satisfatória como a ecologia começou a ganhar o espaço que merece e precisa. O PT, diria, acordou em cima da hora, como já acontecera com outros setores da luta social, como a cultura.

Mas um fato novo, também decisivo, acontecido um ano antes da articulação do tema ecologia no V Encontro, e que serviu de patamar para a introdução da questão ambiental no PT, foi a aliança PT/PV: a campanha para governo do Rio de Janeiro em 1986, com Fernando Gabeira para governador, assim como a campanha de Lizt Vieira e outros candidatos, sensibilizados com a questão ou diretamente engajados na luta ecológica. "Mesmo não tendo sabido perceber e ocupar esse espaço e tendo

perdido muitos militantes, o fato de o PT ter-se aliado ao PV no Rio de Janeiro, em 1986, acabou reintroduzindo no partido, e em todos os movimentos sociais sob sua influência, a questão ecológica. Isso sem dúvida remete para outros níveis e dimensões a discussão sobre a possibilidade da ecologização do Projeto Histórico que se insinua por detrás do surgimento do PT. A aliança PT/PV-RJ produziu um outro efeito importante, qual seja, o de provocar a associação da idéia geral dos dois partidos (PV/Ecologia mais PT/Socialismo), o que demarca um terreno de maior proximidade do PV e dos setores da classe média por ele influenciados, com um projeto socialista, do que com o discurso *eco-capitalista* que age paralelamente no movimento e na opinião pública" (*op. cit.*, p. 16).

Finalmente, se o PV na sua formação foi alimentado em seus quadros por uma massa de militantes ecológicos ex-petistas que lhe trouxeram uma vivência de partido, o que já se começa a perceber é a reversão deste quadro. Vale dizer, a volta desses companheiros do PT (como muito recentemente ocorreu em Minas Gerais), por reencontrarem os espaços que tais militantes já deveriam, desde o início, ter encontrado no Partido dos Trabalhadores. Mas há de se considerar neste encontro histórico, até inevitável, das duas siglas que, mesmo sendo uma iniciativa marcada por certas incógnitas derivadas ainda da ausência de uma maior clareza ideológica (fruto mesmo de um partido que vai-se definindo), a criação do PV no mínimo acabou sendo importante para "fazer acordar o PT" para a questão ambiental.

4.4. O ecossocialismo: marca do PT

O que se espera do Partido dos Trabalhadores daqui para frente no tocante à luta ecopolítica?

Urge retirar a luta pela preservação do meio ambiente da linha elitista e cupulista que assume a ecologia como "braço-auxiliar" da burguesia, para que o capitalismo não atrele às lutas populares neste campo às iniciativas do Estado e suas instituições ou à empresa privada.

A marca socialista desta luta busca outros caminhos, evidentemente. Gert Schinke, em sua cartilha de meio ambiente, nos esclarece sobre este patamar muito diferenciado da ecopolítica com as marcas do PT: "A diferença, para os ecologistas 'socialistas', está fundamentalmente no entendimento de que a problemática ecológica não se resolverá dentro do quadro da sociedade

capitalista. Esta terá que ser necessariamente destruída para que seja erguida uma nova sociedade e se construa um 'novo homem', de visão e mentalidade ecológica com toda a complexidade e amplitude a que remete esta questão. Como, quando e onde é outra história. O importante é termos claro o norte, o eixo por onde passa a luta. É uma luta ideológica sem trégua contra as diversas formas de sustentação do estado burguês e dos valores, representando propostas e linhas de atuação com diferentes matizes dentro do movimento ecológico.

Essas questões — continua o vereador ecologista — nos remetem à necessidade de aprofundamento do programa partidário, da nossa tática e da discussão — desde já — da futura sociedade que queremos construir. O tipo de socialismo que queremos está se gestando desde agora com a nossa luta por conquistá-lo e particularmente para os ecologistas, que se colocam nessa perspectiva, é importante que nessa sociedade futura não se construam bombas atômicas, nem centrais nucleares, tampouco se reproduzam valores consumistas de sociedade capitalista etc. . ." (*op. cit.*, p. 4-5).

Assim postas as coisas, dois pontos são básicos e se integram como fases distintas mas complementares da tarefa do PT, segundo Gert Schinke: a) desgastar politicamente, através da luta ambiental, o *status quo* burguês, aprofundar-lhe o caráter "anticapitalista", imprimindo nela um "conteúdo de classe", no sentido de luta pela construção do socialismo; b) aprofundar o caráter popular no movimento ecológico, massificando as entidades ecológicas — "organizações de massa" do movimento —, deslocando a preocupação social e política do movimento em direção às massas populares e às lutas dos trabalhadores em geral, na cidade e no campo (cf. p. 4-5).

Ainda para o vereador Gert Schinke, o PT deve buscar a "ecologização" dos demais movimentos populares: sindical, comunitário, sem-teto, sem-terra etc., fazendo a ponte entre a luta ecológica elementar (luta pela água, pelo saneamento contra indústrias poluidoras etc.) e a visão *ecossocialista* (cf. p. 7).

Há de se ressaltar, ainda, que este abraço da luta ecológica com outros setores sociais no Partido dos Trabalhadores vai ganhando espaço e já há algum tempo encontra terreno favorável.

"A penetração do ecologismo nos setores populares e na classe trabalhadora em geral encontra espaço e aliados estratégicos para esse fim, encontrando acolhida e apoio na Igreja Progressista, em alguns sindicatos importantes. O sindicato dos metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema, berço histórico

do PT e da CUT, tem participado dos movimentos em defesa da Represa Billings e contra o Projeto ARAMAR em Sorocaba, SP, onde se constrói o reator do submarino nuclear e a primeira bomba atômica brasileira (pelo que se sabe o projeto foi suspenso), esse segundo contando também com apoio dos sindicatos da CUT na região. O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, também filiado à CUT e cuja base são os trabalhadores da indústria bélica, também participa do movimento contra o ARAMAR, além de começar a questionar-se sobre a própria produção de armamentos e suas implicações políticas e sociais." (Paulo Gabriel M. de Moura, *op. cit.*, p. 17).

Enfim, o que faltava ao PT era mesmo um maior amadurecimento ideológico frente à causa ambiental, ecológica, ecopolítica, ecossocialista, cujo "atraso" em abraçar mais decididamente esta causa não se justifica, dada a emergência e importância da mesma, não só para os trabalhadores como para os destinos do homem e sobrevivência da natureza.

5. Política educacional

Os educadores petistas vêm se reunindo desde 1980, realizando numerosos encontros, seminários e debates.

Nesses nove anos de existência do PT, os seus educadores, militantes ou simpatizantes já percorreram um caminho que convém historiar.

Em julho de 1980, um grupo de professores reuniu-se em São Paulo, por ocasião do Congresso Nacional dos Trabalhadores em Educação, preocupados em aprofundar a discussão da educação no interior do partido. Esse grupo, ligado principalmente à Apeoesp, promoveu um Encontro Estadual de Educação na busca de uma "diretriz comum que orientasse a atuação do PT" na área. Acreditava o grupo que dessa diretriz "deveria brotar do esforço conjunto de militantes e pessoas de alguma maneira comprometidas com aquela prática educativa voltada para os interesses dos trabalhadores". As novas bases e diretrizes, em conseqüência, não deveriam ser apenas elaboradas por especialistas e profissionais da área mas também ser resultado da intervenção dos pais, alunos e trabalhadores em geral.

Entre outros debates preparatórios a esse Encontro, devemos mencionar o realizado no dia 13 de setembro do mesmo ano, na sede da ABI (Associação Brasileira de Imprensa), tendo por tema: "O que é educação voltada aos interesses dos trabalha-

dores". Na ocasião foi sugerida a formação de uma *Comissão de Educação* regional que, de uma forma ou de outra, está funcionando até hoje em São Paulo, passando a atuar junto à direção regional do partido, além de preparar o Encontro Estadual.

Nesse primeiro debate, que contou com cerca de sessenta pessoas, entre elas representantes de vinte núcleos de base do PT, dois temas foram mais debatidos: a *relação escola-comunidade* e a *relação educação-trabalho.* Mas foram apontados outros temas, como: a necessidade de discutir as experiências vividas pelas comunidades de bairro, entidades populares, associações e sindicatos, e os problemas do ensino formal.

Outro debate foi realizado na sede do PT-Zona Sul, sobre o tema: "A situação do ensino de 1.º e 2.º graus".

A partir deste segundo encontro, a Comissão de Educação decidiu elaborar um plano de trabalho que previa a assessoria a parlamentares e militantes do partido, a elaboração de material explicativo sobre questões educacionais, a promoção de cursos etc.

Encontros desse tipo não ocorreram apenas em São Paulo. As eleições de 1982, as eleições para prefeito das capitais em 1985 e as de 1986 e 1988 propiciaram em todo país um intenso debate das propostas do PT para a superação da crise educacional.

Em todas essas reuniões e eventos surgia a proposta de realização de um Encontro Nacional. Só em 1988, com o empenho da Secretaria Nacional de Movimentos Populares, foi possível programá-lo para o ano seguinte.

Diante de muitos pedidos e manifestações de interesse por parte de vários educadores espalhados pelo país, assim como de núcleos, diretórios e outras instâncias do PT, e após várias consultas a simpatizantes e filiados, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares convocou o *I Encontro Nacional de Educação do PT*, que se realizou nos dias 3, 4 e 5 de março de 1989, em São Paulo, no Instituto Cajamar.

Uma primeira plenária realizada durante a V CBE na Universidade de Brasília, no dia 3 de agosto de 1988, reuniu cerca de trezentos educadores petistas de dezessete estados. Essa plenária, que contou com a coordenação de Eurides Mescolotto, secretário nacional de Movimentos Populares, teve por finalidade a preparação do I Encontro Nacional de Educação do PT (I ENED/PT).

O Encontro Nacional teve como pauta cinco pontos básicos: 1. elemento para uma proposta de nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional; 2. proposta para um Plano Nacional de

Educação; 3. proposta sobre educação para as novas constituições estaduais; 4. planos municipais de educação e Lei Orgânica dos Municípios; 5. proposta para o Programa Alternativo de Governo (PAG), no capítulo de educação.

Os educadores petistas estão hoje à frente de numerosas entidades educacionais, a maioria delas filiadas à CUT. Deste modo, o ENED/PT cumpriu também um *papel político* importante dentro do PT, que é o de subsidiar a atuação destes no movimento de educadores, visando à unificação de suas intervenções em diversos setores, até então fragmentadas e espontâneas.

5.1. Construindo a educação pública popular e socialista

Para os petistas a qualidade da escola pública popular deverá ser medida não apenas pela quantidade de conteúdos transmitidos e assimilados, mas igualmente pela *solidariedade de classe* que tiver construído, pela possibilidade que todos os usuários da escola — incluindo pais e a comunidade — tiverem de utilizá-la como espaço para a elaboração de sua cultura.

O povo não deve ser chamado à escola para receber instruções, postulados, receitas, ameaças, repreensões e punições, e sim para participar coletivamente da construção de um saber que vai além do saber feito de pura experiência, que leve em conta as suas necessidades e o torne instrumento de luta, possibilitando-lhe transformar-se em sujeito de sua própria história. A participação popular na criação da cultura e da educação rompe com a tradição de que só a elite é competente e sabe quais são as necessidades e interesses de toda a sociedade.

A escola deve ser também um centro irradiador da *cultura popular*, construída e elaborada no seu interior, à disposição da comunidade, não para consumi-la, mas para recriá-la. A escola é também um espaço de organização política das classes populares. A escola como um espaço de ensino-aprendizagem será então um centro de debates de idéias, soluções, reflexões, onde a organização popular vai sistematizando sua própria experiência. O filho do trabalhador deve encontrar nessa escola os meios de auto-emancipação intelectual, para sua ação independentemente dos valores da classe dominante. A escola não é só um espaço físico. É um clima de trabalho, uma postura, um modo de ser.

Os educadores petistas insistem em associar a *educação formal* com a *educação não-formal*. A escola não é o único espaço da prática pedagógica. A sala de aula também não poderá

ser o único espaço de veiculação do conhecimento. Devem ser consideradas também práticas educativas as diversas formas de articulação de grupos, núcleos, unidades escolares, associações e entidades que visem contribuir para a formação do *sujeito popular* enquanto indivíduos críticos e conscientes de suas possibilidades de atuação no contexto social.

Uma *escola pública popular* não é apenas aquela à qual todos têm acesso, mas aquela de cuja construção todos podem participar, aquela que atende realmente aos interesses populares que são os interesses da maioria; é, portanto, uma escola com uma *nova qualidade*, baseada no compromisso, numa postura solidária, formadora da consciência de classe. Nela todos os agentes, e não só os professores, possuem um papel ativo, dinâmico, experimentando novas formas de aprender, de participar, de ensinar, de trabalhar, de brincar e de festejar.

5.2. *Princípios e propostas*

Desde sua formação, o PT tem dado à questão da educação uma atenção especial. É o que aparece nas discussões dos seus núcleos e diretórios, nos seus documentos de trabalho, no *programa do partido* e nas *plataformas eleitorais*.

A luta maior do PT é pelo estabelecimento de uma sociedade de iguais, eliminando a exploração do trabalho. Por isso, seu objetivo final é a *democracia socialista*. Para atingir esse objetivo, o PT luta para que todos os trabalhadores gozem dos direitos que um Estado democrático deve garantir: o direito ao trabalho, à moradia, ao transporte, à saúde e à alimentação, à cultura, educação e lazer, à terra a quem nela trabalha, direito à livre expressão e organização de qualquer grupo ou minoria etc.

Entende, portanto, que a educação é um direito e dever de todos, cabendo ao Estado garanti-la.

O PT começa a exercer esse direito na sua prática enquanto ele próprio é educador-educando. Ele se considera educador das massas populares, na medida em que conscientiza a favor de quem e contra quem elas lutam, desvelando as contradições da sociedade capitalista; organiza-as para superar a pura sensibilidade dos problemas enfrentados. Por outro lado, não sendo um educador que tudo sabe, não se considera guia e salvador dessas massas; tendo nascido como expressão dos movimentos populares, o PT aprende com eles, não se afastando deles.

O PT distingue mas não separa educação de política, o educador deve ser educado. Ao contrário, os partidos das classes

dominantes separam o ato de educar do ato de ser educado, mantendo as massas ignorantes para continuar a manipulá-las. Trinta e dois milhões de brasileiros, designados como analfabetos, são considerados incapazes pelo governo, que lhes nega o direito de votarem, restringindo, assim, o exercício da cidadania. Os regimes autoritários temem a inteligência, a cultura, a força da massa consciente e organizada; fazem da ignorância um de seus grandes aliados. "O governo tem apostado na ignorância e não na educação, investindo mais em armas do que em escolas. Uma mobilização nacional poderia erradicar o analfabetismo neste país em menos de três anos" (Plataforma Nacional).

A educação e a cultura não podem constituir um privilégio de classes, mas um direito fundamental de todos. Por isso o PT entende que a mudança da atual política educacional é tarefa urgente e histórica, e parte de uma política global alternativa. *Não significa priorizar este ou aquele nível de ensino*, como se o sistema educacional fosse um aglomerado de estruturas desarticuladas, mas considerar a educação e a cultura dentro de uma política geral em benefício dos trabalhadores.

Como princípio, o PT defende o ensino público e gratuito em todos os níveis, voltado para as necessidades dos trabalhadores. Defendendo o acesso dos trabalhadores a todos os níveis de ensino, condena a política educacional do governo de privatização, entendendo-a como um mecanismo de reprodução das classes sociais e de alijamento do trabalhador da totalidade da cultura. Reforçando os privilégios, o ensino pago tem-se transformado em instrumento de enriquecimento de alguns, em detrimento do ensino e da escola pública. Incentivando a apropriação privada do saber, a política educacional do governo prejudica principalmente as classes trabalhadoras: o ensino de qualidade tornou-se uma mercadoria cara, de difícil acesso ao estudante que trabalha.

O PT defende não apenas uma gratuidade passiva, igualmente elitista. Apesar do ensino de 1.º grau ser hoje gratuito, *temos mais de 12 milhões de crianças, em idade escolar, sem escolas*. O PT defende uma gratuidade ativa, isto é, condições materiais que possibilitem não só o acesso, mas a permanência do trabalhador na escola e a conclusão dos seus estudos. Essas condições só poderão existir quando forem aumentadas substancialmente as verbas para a educação, material didático, transporte, alimentação etc., quando esses recursos forem administrados e fiscalizados pelos próprios trabalhadores, quando os dirigentes das escolas forem escolhidos democraticamente, e, sobretudo, quando a distribuição da renda for justa.

A política do ensino pago condena a escola pública ao desaparecimento. Há 25 anos a escola privada representava já 20% da totalidade do ensino superior. Hoje ela representa mais de 75%. Dessa forma, ficam cada vez mais reduzidas as já minúsculas esperanças de uma formação universitária para as classes trabalhadoras.

Como diz Florestan Fernandes (no livro *A educação como ato político partidário*) na justificativa de sua sugestão de dispositivos constitucionais para a educação, "o desprezo diante das classes humildes, subalternas e trabalhadoras, estigmatizou e empobreceu a educação básica, tornando a escola uma instituição social de segunda ordem, desprezível. A sala de aula perdeu o significado pedagógico que deveria ter como célula do processo escolar o centro de comunhão do aluno e professor. De outro lado, a escola superior isolada, ou como parte da universidade, ganhou todas as prioridades de prestígio e de valorização social, mas somente como mediadora entre a ambição de uma carreira e a obtenção de um diploma. Essa tradição cultural está se esfacelando. Ela chegou ao fim. Porém, precisamos encetar um novo processo criativo, que una o micro (a escola e a sala de aula) ao macro (a sociedade global e o Estado). Uma nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que ponha em primeiro lugar a escola, a sala de aula, a democracia no seio da comunidade escolar e defina as conexões que precisam existir entre o crescimento do sistema escolar e o desenvolvimento econômico, social e cultural de uma sociedade de classes deformada e selvagem.

O fim último consiste em extinguir a deformação e a selvageria do capitalismo periférico: emancipar as classes trabalhadoras e a nação e, ao emancipá-las, liberar os donos do poder de seu jugo à dominação econômica, cultural e política externa. Isso exige que se ponha o *Conselho Federal da Educação* no lugar que lhe compete, que se recorra a um *Conselho Nacional de Desenvolvimento Educacional* capaz de ligar o micro ao macro e de conduzir a explosão educacional, através de um *Plano Nacional de Educação* concebido em termos do planejamento democrático e da interação entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, sem formas de centralização absurdas e prepotentes.

O Brasil não está condenado a reproduzir-se como um país de mandões e de humilhados, de notáveis e de rústicos. A eclosão do ensino, que sempre foi retardada, hoje coloca-se como uma revolução social e cultural ininterrompível" (p. 169).

Principais pontos tirados do I ENED/PT

1) Quanto à concepção de educação

Para o PT a educação nacional deve ser inspirada nos princípios de liberdade, solidariedade e igualdade social, e pautada no trabalho social enquanto princípio educativo, fonte de riqueza e bem-estar universais. Seus objetivos, portanto, devem ser:

- a formação de cidadãos plenamente capazes de compreender criticamente a realidade social e conscientes dos seus direitos e responsabilidades frente ao Estado e ao conjunto da sociedade;
- a criação de condições para que cada cidadão possa ser governante e controlar os dirigentes na gestão democrática do poder;
- a preparação de homens e mulheres livres, pelo domínio do conhecimento cultural, científico e tecnológico, para o exercício digno do trabalho, visando à construção de uma sociedade mais justa;
- a promoção do fortalecimento da unidade e solidariedade internacionais contra todas as formas de opressão, de preconceitos e desrespeito à natureza e ao patrimônio cultural da humanidade;
- a participação popular nas mais diversas instâncias de definição sobre a organização social, política e econômica de nossa sociedade.

2) Quanto à gestão democrática da educação brasileira

O PT se propõe a assegurar a participação da comunidade, com caráter deliberativo, na gestão da educação através dos conselhos populares e conselhos escolares, em todas as instâncias, mantendo fóruns permanentes de discussão das questões educacionais entre os setores organizados da população.

3) Quanto à educação infantil

O PT entende que esta deve ter por objetivo geral o desenvolvimento das crianças nos aspectos físico, emocional e intelectual, a aquisição de habilidades psicomotoras necessárias à realização do trabalho intelectual e a formação de atitudes coletivas de cooperação e consciência social.

As crianças matriculadas nas escolas da rede pública terão a garantia de assistência médico-odontológica, psicológica e alimentar, inclusive, esta última, através da suplementação de carências sofridas em seu meio social ou familiar.

4) Quanto ao ensino fundamental

É preciso garantir uma formação integral com idêntico incentivo ao desenvolvimento cognitivo, a uma prática pedagógica que compreenda a criança em sua totalidade e valorize a abordagem interdisciplinar dos conteúdos, assegurando acesso, permanência e terminalidade para todos (crianças, jovens e adultos) neste nível de ensino.

Obrigatoriedade dos oito anos de ensino fundamental, sem limite de idade, um mínimo de quatro horas diárias em escolas próximas à área de moradia, com opção de atividades pedagógicas complementares em outro horário.

5) Quanto ao ensino médio

O PT defende a adoção do trabalho não alienado como princípio educativo. Na segunda etapa do ensino médio e a partir da concepção de uma educação científica, humanista e técnica, propõe como objetivos:

- dominar os fundamentos dos conhecimentos técnicos;
- conhecer o processo de desenvolvimento humano em seus aspectos políticos, econômicos, sociais e culturais;
- conhecer os aspectos fundamentais da linguagem e do raciocínio das ciências exatas;
- conhecer os pressupostos teóricos e metodológicos que confirmam os princípios científicos nas diversas áreas de estudo, de forma a permitir a capacidade de compreensão crítica da realidade.

6) Quanto à educação não-formal

O PT se propõe a utilizar todos os espaços institucionais para programas de debates e seminários populares sobre a questão da educação não-formal.

7) Quanto ao ensino superior

Destacamos, dentre outros, alguns pontos:

- fim do vestibular, buscando uma solução mais justa e democrática de acesso ao ensino superior;
- defesa de um padrão único de qualidade para a universidade brasileira que combine pesquisa, educação e extensão;
- definição de um prazo para a extinção do ensino superior privado, reafirmando-se que a escola privada é uma concessão do Estado e como tal deve subordinar-se ao padrão único de qualidade.

8) Quanto ao financiamento da educação

O PT defende que se destine as verbas públicas somente para as escolas públicas.

9) Quanto ao trabalho docente

O professor, como agente pedagógico, deve ter garantidos todos os requisitos necessários para o bom desempenho de sua função. Por isso o PT luta:

- pela elaboração democrática do Plano Único de Carreira Docente a nível nacional, definidor de padrões de formação, seleção e ingresso, progresso, remuneração etc.;
- pela criação de mecanismos permanentes de atualização e aperfeiçoamento de todos os trabalhadores em educação, inclusive centros de estudo, cursos, seminários, incentivo à participação em congressos, dentre outras atividades de capacitação;
- pelo estabelecimento de mecanismos que assegurem aos atuais professores leigos a qualificação ao exercício profissional.

Diretório PT-ES

6. Política de apoio à luta dos negros

Em agosto de 1988, realizou-se no município de Viana, Espírito Santo, o II Encontro Nacional "O PT e a Questão Racial", no ensejo do Centenário da Lei Áurea, onde se discutiu a linha política que deve orientar a atuação dos negros petistas, reafirmando o papel estratégico do movimento negro e a função essencial do partido como dirigente do processo

de transformação. Para os delegados do Encontro, "os negros petistas devem trabalhar, inclusive pedagogicamente, para que a cultura política petista seja também anti-racista. Ao mesmo tempo em que travam um debate interno, os negros petistas devem trabalhar para organizar a população negra no partido, desde os núcleos até a direção nacional. Este trabalho deve ser feito considerando-se a necessidade de nos tornarmos uma força política no interior do partido que faça valer as reivindicações e interesses da população negra nos programas partidários".

Neste encontro foi aprovado um documento que trata, no conjunto da luta anti-racismo, a questão da *mulher negra.* Conscientes de que esta questão não abrange a luta do negro por inteiro, reproduzimos aqui apenas uma parte deste documento.

Nair Benedicto

Comitê de Mulheres - SP - 1982.

6.1. Documento: A questão da mulher negra

Introdução

Falar hoje da mulher negra é se referir à tripla discriminação a que está sujeita, dando um dimensionamento da sua situação verdadeira numa sociedade capitalista, marcada pelas contradições de classes, onde o preconceito racial termina por servir e justificar essas contradições.

Nós, mulheres negras, enquanto mulheres, somos vítimas do sexismo; como negras, do racismo; e, enquanto trabalhado-

ras, da exploração de classe. Esta experiência histórica e única, longe de ocorrer em processos isolados, se articula e se constitui numa tripla e insofismável identidade: mulher negra trabalhadora.

O lugar desprivilegiado que ocupamos nessa sociedade, vítimas de todos os mecanismos e princípios que regem a sua opressão, determina para nós, mulheres negras trabalhadoras, o total e real comprometimento com a implantação de uma sociedade socialista onde não haja sexismo e opressão de raça e classe.

Organização e intervenção das mulheres negras
(um relato da luta no Brasil)

Aprofundando uma tradição de lutas que é marca de sua história desde a África, passando pelos tempos da escravidão no Brasil, as mulheres negras dão continuidade a esse fio histórico se organizando num constante combate contra a discriminação racial.

A compreensão e a confiança de nossa própria atuação é a descoberta da possibilidade de uma postura ativa frente à realidade, a recusa a uma opressão secular, que implicam o fortalecimento de nossas propostas específicas articuladas com as lutas mais gerais.

A mulher negra faz-se presente na criação de movimentos negros e na sua direção. Segundo Lélia Gonzales, os primeiros grupos organizados de mulheres negras surgiram no interior do Movimento Negro, encontrando espaço necessário para as discussões e o desenvolvimento de uma consciência política a respeito do racismo e suas práticas e de suas articulações com a exploração de classe.

Esta organização fez com que o movimento negro se ampliasse dando um salto qualitativo, evidenciando que apesar de, juntamente com o homem negro, sofrermos cotidianamente as agressões raciais, nossa luta, bem como as nossas reivindicações, se justificam também pela condição de dominada sexual.

A mulher negra, hoje, extrapola a militância no movimento negro e é elemento ativo nos grupos femininos, na luta sindical, na luta pela reforma agrária, por moradia, nos grupos de saúde etc., reconhecendo que sua intervenção se faz necessária em sentido mais amplo, combinando o dado racial na compreensão das contradições sociais.

Um dos momentos significativos dessa intervenção se deu durante o IX Encontro Nacional Feminista, em setembro de 1987, em Garanhuns (PE), onde as mulheres negras, motivadas pela necessidade de ampliar a discussão de suas questões específicas, propuseram-se a organizar o I Encontro Nacional das Mulheres Negras.

É inquestionável a importância de estarmos participando desse Encontro por ser o primeiro fórum de discussão a nível nacional acerca de nossa questão. No processo de discussões, nas reuniões preparatórias, ficaram evidenciadas várias posi-

ções, com diferentes propostas em função das perspectivas distintas das companheiras que atuam no movimento social, partidário, instituições ligadas aos governos federal e estaduais. Perceber e entender essas tendências é de fundamental importância para a definição dos rumos de nossa luta, dando-lhe um caráter mais coletivo e combativo.

O I Encontro Nacional sobre a Questão da Mulher Trabalhadora da CUT (São Paulo; junho de 1988) demonstrou a capacidade de organização e mobilização das mulheres de diversas categorias. Cabe ressaltar que a discussão relativa às questões da mulher negra em particular só foi abordada (de forma superficial) após a intervenção de uma companheira do Grupo de Mulheres da Comissão do PT/DF. O mesmo ocorreu no II Encontro Nacional de Militantes Petistas do Movimento de Mulheres, ocorrido em Vitória (Espírito Santo, julho de 1988).

As razões podem ser atribuídas ao fato de que a esquerda ainda tem um entendimento equivocado de que, por servir à exploração capitalista, o racismo é apenas um mero apêndice da luta de classes, que põe à margem, ou simplesmente elimina as contradições raciais, e que a desarticulação das mulheres negras petistas que se queixam dessa visão e que longe do reconhecimento de que a luta contra o racismo se dará como dádiva de uma direção esclarecida, só poderá vir como resultado político da capacidade de organização e mobilização das negras petistas, principalmente pela prioridade que atribuímos a essa questão.

O grupo de mulheres da Comissão do Negro do PT/DF toma à frente esse processo mostrando a necessidade urgente desta organização no interior das comissões existentes em alguns estados, discutindo a atuação do partido, sua proposta de transformação de uma sociedade que nos contemple e como nos encontramos dentro dele. As perspectivas que encontraremos no PT só poderão ser apontadas com a materialização desta organização.

(Partido dos Trabalhadores, agosto de 1988.)

Diretório PT-ES

7. Política de formação política

Entramos agora numa questão delicada: a necessária busca do equilíbrio entre *teoria* e *prática* dentro do PT.

Muito pouco preocupado com o que se fala no sentido de denegrir a imagem do partido, o Diretório Nacional pensa cada vez mais na formação política, sindical, ideológica, teórico-prática de seus quadros. O que se pretende dentro do partido é não só uma resposta objetiva à sociedade sobre seu destino como instrumentalizar-se em vista da abrangente, arriscada e árdua tarefa histórica da construção do socialismo a que se propõe.

Foi assim que, a partir de 1985, o Diretório Nacional organizou, pela Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP), um amplo debate e, daí, o início dos delineamentos de uma

formação política dentro do PT, sob coordenação do companheiro Wladimir Pomar, secretário de Formação, e de companheiros do coletivo (Francisco Macena, Maria Prado, Celeste Fon, Pedro Pontual, Clarice Copetti, Luís Sérgio G. da Silva e Lúcia Santos), contando ainda com a presença da Secretaria de Comunicação e da Comissão Executiva Nacional. Em julho de 1988 foi tirado um documento, ainda em aberto para debate no partido, a respeito de uma política nacional de formação, pela SNFP, sob o título "A política de formação do Partido dos Trabalhadores", publicado para divulgação interna e externa.

O texto é relativamente amplo, com 114 parágrafos e um plano de trabalho da SNFP para 1988/1989, visando reforçar sua estruturação — além de um plano de trabalho da Fundação Wilson Pinheiro, também para 1988/1989. Vamos aqui fazer uso de apenas algumas partes que consideramos imprescindíveis ao conhecimento deste plano de trabalho.

Na primeira parte (sob o título "Política nacional de formação"), numa abordagem mais ampla e introdutória da questão da formação política, o documento levanta sobretudo a necessidade da formação política nos quadros do partido (nas bases, nos quadros intermediários, dirigentes ou monitorias), a formação no exterior, assim como problemas relacionados à formação de quadros — dirigentes e intermediários — surgidos da experiência do dia-a-dia no PT.

> A) O rápido crescimento do PT introduziu importantes modificações na composição do partido quanto a tempo de militância e experiência de luta. Há uma considerável massa de militantes de base e filiados que possui menos de dois anos de participação no PT e não passou pelos períodos de auge dos movimentos grevistas e da luta contra a ditadura. Boa parte deles está vindo para o PT frustrada com a Nova República e com o PMDB, em quem acreditaram. Não sabe direito o que é o PT, quais suas origens, os problemas enfrentados para sua legalização e viabilização, suas características, e ignora quase completamente a evolução política do PT e as decisões dos encontros nacionais.
>
> • Outro complicador reside no fato de que essa situação varia de estado para estado, de município para município e, às vezes, de zona para zona. Nessas condições, a política de formação em relação à militância de base deveria conter uma *parte unificada*, comum ao conjunto das instâncias partidárias, e uma *parte opcional*, cuja temática deve variar de acordo com as condições locais. Por exemplo, a formação da militância de um núcleo de empresa pode dar ênfase ao trabalho nas comissões de fábrica, no sindicato e na CUT, enquanto a formação da militância de um núcleo de bairro tende a enfatizar a luta popular por saúde, ou moradia, ou educação, ou pelo conjunto desses problemas. Essa flexibilidade será maior ainda quando se tratar de núcleos ou diretórios situados nas zonas urbanas e rurais.
>
> • A parte unificada da formação da militância contém duas fases:
>
> *1*) Formação dos novos filiados — ao entrar no PT, os novos filiados devem receber algumas informações básicas sobre os seguintes pontos:

a) como nasceu o PT, suas origens;
b) o que é o PT atualmente, como está organizado;
c) direitos e deveres dos filiados;
d) participação dos filiados no movimento social.

• Essas informações são essenciais para que os filiados se situem no espaço partidário, conheçam pontos básicos da vida do partido e das possibilidades de sua participação nessa vida e nas lutas em que o PT se empenha. A vida, as instâncias e os canais de informação partidária não podem ser um labirinto no qual os filiados devem orientar-se por sua própria conta e risco; os coordenadores de núcleos e as executivas dos diretórios devem esforçar-se para clarear os caminhos de participação dos filiados e para isso o tratamento dos pontos acima é o passo inicial.

2) Formação dos militantes ou ativistas de base — por militante ou ativista consideramos aquele filiado cuja atividade partidária é efetiva e sistemática, seja nas reuniões e demais atividades do núcleo e diretório, seja como petista ativo no movimento social. Esses militantes, além das informações básicas sobre o PT, precisam saber:

a) as características básicas do PT: partido de massas, democrático e socialista;
b) a relação do PT com o movimento sindical e com o movimento popular, a participação dos petistas nesses movimentos, no Parlamento e em outras instituições civis e políticas, a relação com a Igreja;
c) papel dos documentos e decisões do partido: Manifesto, Programa, decisões dos encontros;
d) a organização do PT: estatutos e regimento interno, estrutura das instâncias e papel de cada uma, finanças partidárias;
e) a propaganda e a agitação: imprensa e seu papel, formas de propaganda oral e visual;
f) a formação política: o que são quadros dirigentes e intermediários e seu papel na construção do PT, a formação política e seu papel.

• Esses assuntos, tratados de forma conjunta ou parcelada, são essenciais para a consolidação política da militância partidária e para criar as condições de ampliar a massa de quadros intermediários e dirigentes.

(Esta parte corresponde aos parágrafos 18 a 22 do documento oficial.)

B) O objetivo fundamental da formação de quadros intermediários é, por um lado, criar uma massa considerável de quadro capazes de ascender a posições dirigentes, ampliando a capacidade do PT de responder aos desafios colocados pela luta de classes, e, por outro lado, selecionar um contingente substancial de formadores (monitores) que possam, nas regiões e municípios, realizar o processo de formação política dos militantes e filiados da base partidária.

• Na formação dos quadros intermediários, tanto a nível nacional quanto regional, é necessário utilizar principalmente formas de transmissão do conhecimento historicamente acumulado e o material produzido no processo de discussão coletiva dos quadros dirigentes, o que inclui as decisões partidárias. Isto não significa descartar a possibilidade de os quadros intermediá-

rios participarem do processo de criação coletiva do conhecimento partidário, mas somente que as formas de transmissão dos conhecimentos já existentes, como cursos e seminários onde especialistas desempenham papel coordenador, são as formas predominantes.

• Os temas fundamentais no processo de formação dos quadros intermediários são aqueles considerados de prioridade imediata para a construção partidária, denominados *temas unificados* pela 2.ª Plenária Nacional em virtude da necessidade de serem trabalhados por todas as instâncias partidárias intermediárias. A expectativa é que, com esse trabalho concentrado, se criem as condições para construir uma unidade política mais efetiva. Tais *temas unificados* são:

1. *O PT e sua construção* — Estudo dos problemas concretos da construção imediata do PT (filiação, nucleação, organização e funcionamento dos núcleos e diretórios, papel dos membros das coordenações, diretórios e executivas, relação com as entidades de massa etc.). A partir desse conhecimento, introduz-se adequadamente a discussão sobre o papel estratégico do PT.

2. *Metodologia do trabalho de formação política* — Estudo dos métodos comprovados de educação popular e planejamento de cursos e estudo, de modo a multiplicar o número de quadros intermediários formadores (monitores) voltados para o trabalho de formação da militância de base.

3. *Classes e luta de classes no Brasil* — Estudo do método de identificação das classes nos locais de atuação da militância e de como essas classes lutam e/ou se aliam em defesa de seus interesses; estudo de como essas classes se estruturam e lutam entre si a nível regional e nacional, introduzindo a discussão do papel estratégico de cada uma.

4. *Conjuntura e táticas* — Estudo do método de analisar uma conjuntura e tomar as decisões correspondentes para agir sobre ela; estudo das diferenças existentes entre propostas políticas, palavras de ordem de propaganda, de agitação e de ação, formas de luta e formas de organização, entre luta econômica e luta política, entre organizações de massas e organizações políticas.

5. *Socialismo* — Difusão de informações sobre o socialismo; estudo dos problemas enfrentados para iniciar e realizar a construção do socialismo e dos resultados do socialismo nas condições de vida do povo, no grau de democracia e participação no poder, introduzindo a discussão sobre as questões de estratégia da transição socialista.

(Esta parte corresponde aos parágrafos 23 a 25 do documento.)

A segunda parte aparece sob o título "Problemas teóricos da política de formação". Um partido que surgiu como resultado da história da luta de classes no Brasil não pode ignorar a emergência de um método teórico-prático de abordagem da realidade. De pronto é sabido que o modo como intervir numa realidade dada supõe uma escolha. E um partido que põe em seu programa a construção do socialismo, ainda que teoricamente esbarre tanto

na abrangência como nas limitações do marxismo como filosofia, não pode deixar de lado um método para construí-lo: a *metodologia dialética.*

Achamos por bem copiar na íntegra o título "Metodologia", desta segunda parte do documento.

> • Nos três anos de esforços mais intensos para implementar uma política nacional de formação do PT, temos procurado colocar em prática uma metodologia de formação que compreende os seguintes aspectos principais:
>
> *1)* A escolha dos temas e assuntos que devem fazer parte dos programas de formação não é feita a partir dos conhecimentos historicamente acumulados, mas sim a partir da pesquisa dos problemas práticos enfrentados pela militância no movimento social como um todo e na atividade cotidiana ou setorial. Por exemplo, foram as dificuldades da militância em entender a nova fase multipolarizada da luta de classes, após o fim da ditadura militar aberta, que nos levou a escolher *classes e luta de classes no Brasil* como um dos temas-chave para discutir e decidir com consciência as questões relativas aos objetivos, alianças políticas e outros temas estratégicos da luta pelo socialismo no Brasil.
>
> *2)* O tratamento dos temas e assuntos escolhidos para o processo formativo também não é feito a partir da utilização do instrumental de conceitos existentes para explicar os problemas práticos. O processo formativo parte do nível de conhecimento dos militantes sobre os problemas práticos e do conjunto de conceitos teóricos que empregam para explicá-los, colocando em debate a relação existente entre conceitos e prática próprios do universo de conhecimento dos militantes. O tratamento do tema *classes sociais*, por exemplo, começa não pela explicação conceitual de classes sociais, mas sim pela solicitação de que os militantes identifiquem os grupos sociais existentes em sua área de atuação, discutam os critérios de identificação e conceituação e comparem esses critérios e conceitos com as categorias teóricas historicamente elaboradas. Com isso, realizamos um processo em que partimos da prática e ajudamos os militantes a verificar os diversos aspectos dessa prática, testando os conceitos teóricos que melhor podem explicá-los. Do ponto de vista da formação, além de corresponder mais apropriadamente ao processo real do conhecimento humano, isso contribui para que a apropriação da teoria ocorra de forma mais segura. A preocupação principal é que os militantes conheçam o conteúdo, evitando a aplicação mecânica dos conceitos.
>
> *3)* Desse modo, estimulamos o raciocínio crítico dos militantes de modo que, ao estudar a teoria, a tomem como um conjunto de conceitos elaborados historicamente a partir da prática social e não como um conjunto de dogmas a serem aplicados em qualquer situação. Nessas condições, a teoria historicamente elaborada passa a servir, fundamentalmente, como instrumental de análise da realidade, da prática social. E essa análise deve desembocar na elaboração de uma teoria própria que visa transformar e dar solução aos problemas concretos daquela realidade. Esta teoria, que compreende a reelaboração de antigos conceitos e a elaboração de novos, vai se incorporar à teoria historicamente elaborada.

4) Nesse sentido, tomando como base a experiência histórica de elaboração do conhecimento humano, na qual o processo de comprovação das teorias é a própria prática, estimulamos a militância a voltar à prática, a utilizar a prática como teste de precisão ou imprecisão dos conceitos, como critério da verdade. Com isso resgatamos a importância do movimento social e político e sua relação com a teoria social e política, acentuando que a teoria é estéril se não estiver ancorada na luta prática concreta.

• Esses são os aspectos ou o conteúdo da metodologia que vimos seguindo no trabalho de formação política. Como acentuamos, ela procura corresponder ao próprio processo de geração do conhecimento, processo que tem como base o primado da prática social, que está em constante mutação e desenvolvimento, conduzindo o conhecimento também a constantes modificações e desenvolvimento.

• Dessa forma, essa metodologia tem como eixo principal o conhecimento mais profundo possível da realidade social para discutir as várias interpretações e as várias propostas que existem sobre a realidade e sobre sua transformação. Ela é, pois, avessa a qualquer apresentação unilateral de uma visão teórica.

• Além disso, ela também é avessa a qualquer tentativa de encontrar a verdade por meio do confronto entre teorias ou conceitos. Nessa metodologia a verdade só pode ser encontrada no confronto das diversas teorias com a prática social, com a realidade da luta de classes. Para ela, o papel da prática social na verificação da teoria vai muito além das simplificações vulgares que a comparam às experiências que "deram certo". Não tem passado de rematada estupidez afirmar, por exemplo, que o tipo de partido que "deu certo" na Revolução Russa "dará certo" em todos os processos revolucionários. Isso porque a prática social não pode ser reduzida a uma ou algumas experiências e muito menos a um ou outro aspecto dessas experiências, mesmo que tenham "dado certo".

• Na discussão sobre a teoria do partido, por exemplo, a prática tem demonstrado que diferentes tipos de partido têm "dado certo", sendo um erro afirmar um modelo único de partido revolucionário. Mas isso não nega o papel da prática. Nega somente sua análise lógico-formal, pois o que se pode extrair da experiência histórica das lutas de transformação social quanto à questão do partido é, primeiro, a necessidade desse instrumento político e, segundo, a necessidade de que o tipo de partido corresponda às características históricas de cada povo e da classe transformadora. A construção do PT é, nesse sentido, um exemplo concreto dessa prática histórica.

• A tomada da prática como critério da verdade é que nos permite verificar, estudar e debater, sem preconceitos, todas as teorias existentes, mesmo aquelas produzidas pela ideologia burguesa. A prática social, a prática da luta de classes é, provavelmente, o instrumento insubstituível de teste das teorias e sem o qual é fácil cair na negação das vulgarizações do marxismo, do esquematismo, do manualismo, do doutrinarismo, do "materialismo dialético", do cientificismo e de outros possíveis ou imaginários corpos doutrinários, sem colocar nada em seu lugar. A negação pura e simples da prática como critério da verdade

e de tudo que existe no campo da teoria pode ser um caminho sedutor, mas é de uma esterilidade completa. A verificação das teorias pela prática, desde que não seja realizada pela limitada lógica formal, como no caso do modelo único de partido, nos permite pelo menos descartar as teorias inadequadas, aproveitar as mais apropriadas às nossas necessidades históricas e sistematizar novos conhecimentos em função dos problemas práticos não resolvidos.

• A essa metodologia aplicada no processo de formação, alguns companheiros com experiência em educação popular vêm chamando de *metodologia dialética*. Em termos esquemáticos ela é explicada como a metodologia que parte da prática para formular a teoria e retorna à prática para comprovar a teoria, fechando o ciclo prática-teoria-prática. Na realidade, como toda explicação esquemática, esse ciclo não exprime toda a dinâmica real da relação prática-teoria-prática, uma relação em que cada prática tomada em consideração é um novo patamar da prática social historicamente acumulada; a teoria dela resultante é um novo acréscimo à teoria historicamente acumulada e a prática à qual se retorna não é a anterior, mas uma nova, transformada pela ação social, exigindo nova elaboração teórica, novo teste prático, num processo sem fim, eminentemente dialético. É preciso, pois, evitar tomar como simples esquema didático a fórmula prática-teoria-prática, compreendendo-a em sua verdadeira dimensão dialética, sem reduzi-la a qualquer esquema lógico formal. Justamente por isso o conceito *metodologia dialética* aproxima-se muito do conteúdo que detalhamos acima e não há por que renegá-lo com base em argumentos formais.

(Esta parte corresponde aos parágrafos 36 a 42 do documento.)

Abaixo, alguns pontos do conteúdo da *formação ideológica* no Partido dos Trabalhadores.

Segundo o documento em pauta, a formação ideológica no PT deve conter:

a) o conhecimento e a crítica da situação social dos trabalhadores, da burguesia e demais classes da sociedade capitalista no Brasil, de modo a que os militantes ganhem plena consciência da justeza de sua luta e da necessidade de sua união de classe;

b) o conhecimento e a crítica das idéias, hábitos, costumes, comportamentos, sentimentos e valores existentes na sociedade, de modo a distinguir tanto o conteúdo de classe dessas diferentes expressões ideológicas quanto as formas como elas se apresentam;

c) o conhecimento e a crítica da história, de modo a apreender as tendências reais da luta de classes, em especial da luta de classes no Brasil, e fazer com que os militantes tenham consciência do papel das massas e da perspectiva futura;

d) a participação na ação, na luta de classes, como método de verificação da formação ideológica, isto é, da geração de idéias, hábitos, costumes, comportamentos e valores que correspondam aos interesses de classe dos trabalhadores.

(Esta parte corresponde ao parágrafo 62 do documento.)

7.1. Instrumentos de formação

A Secretaria Nacional de Formação Política (SNFP), assim como as Secretarias Regionais de Formação Política (SRFPs), funcionam como os instrumentos organizadores e executores da formação política do PT.

Suas finalidades e, na prática, suas atribuições, são as seguintes:

> *a*) cabe às secretarias de formação levantar as demandas existentes no partido e no movimento social quanto aos temas, conteúdos e formas do processo formativo;
>
> *b*) cabe às secretarias de formação, através dos coletivos e plenárias de formação, discutir tais demandas e elaborar propostas, programas e planos de formação política a serem aprovados pelas instâncias respectivas. Tais programas e planos devem articular-se aos programas e planos nacionais, elaborados pela SNFP e aprovados pela CEN e DN;
>
> *c*) cabe às secretarias de formação executar os planos de formação, mobilizando quadros e militantes com condições de levá-los à prática.
>
> • Para realizar seu papel, a SNFP adotou uma estrutura de trabalho que inclui a existência de um *coletivo*, formado por um grupo de cerca de dez companheiros que se reúne semanalmente na sede nacional para fazer os encaminhamentos práticos. A essas reuniões pode ter acesso qualquer militante ou dirigente partidário, estimulando-se principalmente a participação dos companheiros que são membros das Secretarias Regionais de Formação Política.
>
> *(Esta parte corresponde aos parágrafos 78 e 79 do documento.)*

Com relação ao coletivo, órgão executivo da SNFP, cumpre também a função de elaborar propostas políticas para a área de formação. Mas o órgão deliberativo e formulador da política de formação da Comissão Executiva Nacional (CEN) e do Diretório Nacional (DN) é a Plenária Nacional de Formação Política, que referenda as propostas do coletivo. Esta plenária, composta pelo secretário nacional e por secretários regionais, reúne-se uma vez por ano para referendar os planos de trabalho da SNFP.

Este modelo de deliberação é repassado à política de formação nos estados (coletivos e plenárias estaduais), em fase de consolidação nas Secretarias Regionais de Formação Política (estruturada, até julho de 1988, em 14 estados), com as seguintes orientações:

> *a*) organizar cadastro dos membros do coletivo e dos quadros partidários com condições de realizar atividades de formação, de modo a ampliar o leque de companheiros capazes de atender às demandas dos DMs e núcleos. Isto inclui os companheiros que fizeram cursos de monitores;
>
> *b*) elaborar planos de formação que organizem o atendimento da demanda conhecida e criem melhores condições para conhecer as necessidades reais de formação do PT;

c) sistematizar as experiências da atividade de formação, elaborando relatórios ou fichas de atividade, de modo a acompanhar a evolução do trabalho de formação no PT e aproveitar, de forma sistemática, as críticas, sugestões e propostas dos militantes;

d) acompanhar sistematicamente a vida partidária dos militantes que passaram por cursos para verificar em que medida tais cursos contribuem para a construção do PT e a melhora da prática política da militância;

e) estimular os membros dos DRs e DMs a assinar o *BN*, a revista teórica do PT, e outros instrumentos de informação e debate teórico como importantes meios de circulação de idéias no partido;

f) estimular a estruturação de secretarias de formação política naqueles DMs que já tenham estrutura para isso.

(Esta parte corresponde ao parágrafo 82 do documento.)

7.1.1. Institutos e fundações para formação política

A. *Instituto Cajamar (Inca)*

Chamado por alguns de "Universidade livre do Trabalhador", o Instituto Cajamar (Inca) surgiu da ação dos companheiros dirigentes do PT para criar um centro de formação e reflexão política, abrangendo discussões sobre o funcionamento da sociedade, a relação entre as classes, a história do movimento operário, sindical e popular, as relações entre os sindicatos, movimentos populares e partidos, e assim por diante. Surgiu também num momento em que os dirigentes sindicais sentiram a necessidade de dar mais ênfase à formação teórica de seus quadros para melhor empenho de sua luta no dia-a-dia. Como afirmou Paulo Freire, seu presidente, o Inca surgiu "num momento em que há uma certa percepção histórica, das lideranças mais recentes, mais jovens, dos trabalhadores deste país, de que a classe dominante não pode formar a classe dominada. (...) O Instituto Cajamar faz parte deste momento histórico em que as classes trabalhadoras cada vez mais tomam consciência de si mesmas, enquanto classes para elas..." (*op. cit.*, p. 11).

E como se compõe, estruturalmente, o Inca?

O companheiro Wladimir Pomar responde: "O Instituto Cajamar é uma entidade educacional e cultural, sem fins lucrativos, cujo objetivo principal é a formação política voltada para as lideranças do movimento sindical, popular e político. É composto de 106 sócios, entre os quais se contam mais de sessenta líderes sindicais, além de líderes de movimentos populares, dirigentes políticos e cientistas sociais. Estes 106 sócios compõem uma assembléia responsável pela definição da linha educacional do Instituto e pela eleição de um Conselho Diretivo e uma Coor-

denação Executiva. A Assembléia Geral da Fundação do Instituto elegeu como primeiro presidente de seu Conselho o professor Paulo Freire e como Coordenador Geral Oswaldo Bargas, da diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e secretário geral da CUT/SP. Assim, embora tendo como associados os dirigentes pessoais integrados nos diversos movimentos sociais, no PT e na CUT, o Instituto Cajamar é uma organização autônoma" (Wladimir Pomar, "A Universidade livre dos trabalhadores", in *Boletim Nacional*, n.º 28, p. 6).

Esta autonomia não compromete nem desvincula o Inca relativamente aos objetivos do PT, ao mesmo tempo que não os mantém "atrelados". O Partido dos Trabalhadores, por vias da SNFP, tem um convênio permanente com o Inca para inscrever seus filiados nos cursos ministrados (como espécie de "filiação" primeira) e utilização do espaço do Inca para cursos, seminários e outras atividades que a Secretaria achar por bem promover.

Os objetivos e metas do Instituto Cajamar estão condensados numa Carta de Princípios do Instituto. Abaixo, alguns aspectos básicos de sua Carta de Princípios:

> *1*) o Instituto Cajamar visa formar e aperfeiçoar quadros que, tendo a oportunidade de conhecer e compreender a realidade brasileira, possam encontrar as formas de transformá-las na direção do socialismo;
>
> *2*) o Instituto Cajamar assume o compromisso de não transmitir, sem exame crítico, teorias prontas e acabadas, como se a realidade fosse imutável e como se a ciência fosse um conjunto intocável de dogmas sagrados. Da mesma forma e no outro extremo, pretende-se resgatar as conquistas acumuladas no campo das idéias em vez de desprezá-las para, no seu lugar, eleger como fonte única do conhecimento o exame superficial, improvisado e fragmentado da mera aparência de realidades individuais;
>
> *3*) o Instituto Cajamar procurará desenvolver uma metodologia própria, de caráter transformador, que recupere o valor da experiência prática vivida pelos trabalhadores na luta diária de sobrevivência, de libertação e do desenvolvimento, submetendo essa experiência prática de cada um e de todos ao crivo rigoroso do raciocínio crítico coletivo. Assim, estabelecendo uma constante e fértil ligação entre prática e teoria, o Instituto Cajamar procurará desenvolver, nos militantes dos movimentos sociais, tanto a capacidade e gosto de teorizarem as suas próprias experiências quanto o método de com estas comprovarem as teorias e, com isso, avançarem no rumo comum da realização do homem como sujeito da História;
>
> *4*) como decorrência dessa metodologia, o Instituto Cajamar busca eliminar o caráter autoritário e elitista que costuma separar e contrapor "professor" e "alunos", desenvolvendo a troca de experiência, o livre debate, o rigor crítico e o companheirismo como formas de integrar "trabalhadores manuais" e "trabalhadores intelectuais".

(Esta parte corresponde ao parágrafo 87 do documento.)

B. *Fundação Wilson Pinheiro (FWP)*

Wilson de Souza Pinheiro, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Brasiléia (AC), assassinado em frente ao Sindicato, em 21/07/1980.

O nome desta Fundação se deve à homenagem prestada ao presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, Estado do Acre, Wilson de Souza Pinheiro, assassinado em frente à sede do sindicato no dia 21 de julho de 1980.

Criada pelo Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores em 1981 e atuando como instrumento do partido em caráter nacional, a Fundação Wilson Pinheiro (FWP) propõe-se a realizar pesuisas e estudos sócio-econômicos, políticos e culturais

(cursos, debates, análises), desenvolvendo atividades de formação política, de serviços técnicos e publicações, informativos, documentos, estudos, memórias, além da vivência partidária.

A atuação da FWP deve dar-se de dentro para fora do PT, através de grupos de trabalho, funcionando como uma espécie de canal de ligação do partido com a sociedade. Neste sentido, a FWP não mantém, por exemplo, a mesma autonomia do Inca, por se tratar de uma Fundação do PT e para o PT (tanto é verdade que sua sede principal funciona na mesma sede nacional do PT-São Paulo), embora, no cumprimento do seu papel, a Fundação Wilson Pinheiro deva ter uma atividade mais abrangente (no sentido de complementação) que o partido. Ela traz, em suas atividades, para dentro do partido, pessoas que de alguma forma não estão ligadas diretamente ao PT, mas com as quais o PT abre uma relação de diálogo. Assim, a FWP funciona mais como uma espécie de braço complementar do PT na relação com a sociedade.

Assim postas as coisas, a relação PT-FWP é uma relação estreita, cordial e de inteira complementaridade. O acompanhamento das atividades da FWP no dia-a-dia atualmente é realizado pela SNFP, que responde à Secretaria Geral e à Comissão Executiva pelas atividades da FWP. E o partido dá apoio às iniciativas da FWP, aprimorando sempre os vínculos entre as instâncias e direção do PT e a direção da FWP — inclusive vínculos estatutários entre DN e Conselho de Curadores da FWP. Não só membros do DN fazem parte do Conselho de Curadores da FWP como também, quando militantes petistas atuam na direção administrativa da FWP, são liberados pelo partido para dedicação integral à Fundação. (Ver estes dados nos parágrafos 103 a 106 do documento em pauta, assim como na circular interna da Secretaria Geral Nacional, n.º 1, de 13 de janeiro de 1987.)

Quantos e quem são os membros do Conselho de Curadores da FWP?

O primeiro Conselho de Curadores foi composto por quinze membros eleitos pelo DN: Antônio Cândido (seu presidente), Paulo Freire, Moacir Gadotti, José Álvaro Moisés, Francisco Weffort, Francisco de Oliveira, Paul Singer, Hugo Asmann, Joaquim A. Alvarenga, Marcio de Souza, Hélio Bicudo, Paulo Delgado, Paulo Rubem, Luis Carlos Menezes e David Simon.

Desses quinze membros do Conselho Curador, sete fizeram parte da diretoria administrativa, entre eles, Paulo Freire, seu diretor-presidente, e Moacir Gadotti, seu diretor vice-presidente.

Mas quem é de fato e de direito participante da FWP? Militantes? Intelectuais? Sindicalistas?

A Fundação Wilson Pinheiro não é um espaço academizado, que separa atividades dos trabalhadores intelectuais por um lado e dos trabalhadores manuais, por outro. É um espaço que estimula a convivência e a livre manifestação do debate democrático em suas atividades (mesas-redondas, palestras, cursos, encontros regionais etc.), de forma que todo filiado do PT que estiver envolvido em qualquer atividade na qual a FWP também se faz presente pode se considerar participante da Fundação.

Salientamos, ainda, que a FWP, sendo de caráter nacional, já possui seções regionais em quase todos os estados do país. Em cada sede dos diretórios estaduais do PT o militante pode informar-se sobre a subsede da FWP naquele estado.

Abaixo o leitor tem, rapidamente, uma síntese do tríplice papel da FWP e de sua preocupação em estender as mãos ao coletivo do partido nas atividades complementares PT-FWP.

• Participando do debate sobre os diversos temas que interessam à sociedade brasileira, a FWP cumprirá o tríplice papel:

1) introduzirá nesse debate as opiniões amadurecidas pelo coletivo do partido;

2) fará o coletivo do partido conhecer os diferentes pontos de vista existentes na sociedade, ampliando seus horizontes;

3) procurará servir como instrumento de aprofundamento de opiniões polêmicas não-amadurecidas pelo coletivo partidário.

(Esta parte corresponde aos parágrafos 100 e 101 do documento.)

C. *Fundação Nativo da Natividade (FNN)*

O nome da FNN deve-se à memória do mineiro Nativo da Natividade de Oliveira. Militante e dirigente sindical, transferiu-se, no início da década de 60, ainda menino, para Carmo do Rio Verde (GO). Lá tornou-se um dos fundadores e presidente do Diretório Municipal do PT, ativista da oposição sindical ligado à CUT e por duas vezes presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais daquela região até 1985.

No dia 23 de outubro de 1985 morreu assassinado também na porta do sindicato que presidia (trajetória idêntica à de Wilson Pinheiro, e tantas outras), em que mandantes e executores do crime, já processados, continuam impunes.

A FNN é uma instituição educacional e de pesquisa voltada a aprimorar o conhecimento da realidade pelos militantes e formar militantes e lideranças de base, uma vez que a luta

Nativo da Natividade de Oliveira, presidente do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Carmo do Rio Verde (GO), assassinado na porta do Sindicato, em 23/10/1985.

política cotidiana, desarticulada de uma instrumentalização teórica, ideológica e científica, não basta. Além do mais, a FNN visa aumentar o quadro de lideranças dentro do partido para não onerar em demasia seus assessores e dirigentes. Instrumentalizando o partido a partir do fomento à formação, o PT entende não apenas estar crescendo neste nível de organização como atendendo também à própria demanda dos movimentos sociais que naturalmente requerem do partido este aprimoramento.

São os seguintes os pressupostos que alimentam a FNN como instituição educacional e de pesquisa:

1. Um sistema de formação política e ideológica prioritariamente voltado para pessoas que participam da luta popular, na linha da independência de classe, sem distinções de tendências políticas, religiosas ou filosóficas.

2. Uma concepção de formação política e ideológica orientada para a luta pela conquista da autonomia das organizações dos trabalhadores no processo de transformação revolucionária da sociedade brasileira numa sociedade socialista.

3. Uma concepção pluralista e democrática de formação, onde os formandos tenham acesso às diversas visões existentes

sobre todos os temas curriculares que são polêmicos dentro do campo de trabalho delimitado. (Cf. FNN, encarte, p. 6 e 7.)

Os fundamentos do projeto pedagógico da FNN para que o militante possa melhor desenvolver sua intervenção na realidade são os seguintes:

a) Uma pedagogia dialética, relacionada ao método que articula teoria e prática, não de maneira mecânica e formal, mas ressaltando a natureza dinâmica dessa relação. Evita-se a vulgarização do marxismo doutrinário, que submete a teoria à comprovação pela experiência direta da prática, para que esta seja "verdadeira ou não".

b) Uma formação político-ideológica não-doutrinária, no sentido de que só um sistema ideológico de referência dá possibilidades aos indivíduos de se reconhecerem como sujeitos de uma situação a ser mudada. Ideologia, de corpo inteiro, isto é, que se estende aos hábitos e costumes, símbolos, comportamentos, aspirações, cultura etc., e não apenas ao nível do conhecimento. Isto transforma e vitaliza a motivação do militante, levando-o a incorporar-se de modo mais abrangente na luta política, uma luta enriquecida pelo conhecimento de causas como guia para a ação transformadora elaborada em sua vivência. Tenta-se, assim, combinar a formação política (intelectual) com a formação ideológica (comportamental, vivencial). Mas esta combinação não deve ser forçada ou formal; deve ser pluralista, crítica e criativa, recusando a unilateralidade não só do conhecimento acima do corpo (endeusamento da razão) como do estreitamento da formação política levando à doutrinação, fruto do autoritarismo, das "verdades" únicas e acabadas.

c) Um processo de co-formação, no sentido de que o militante, ao reconhecer-se como sujeito e agente transformador da realidade, sente completar sua formação ao responsabilizar-se pela formação de outros companheiros. É o princípio de "formar-se formando" (co-formação), onde a formação política e ideológica também se integram e se completam. Este processo fomenta a vivência no partido, pois permite integrar alunos, monitores e orientadores numa cooperação da ação pedagógica.

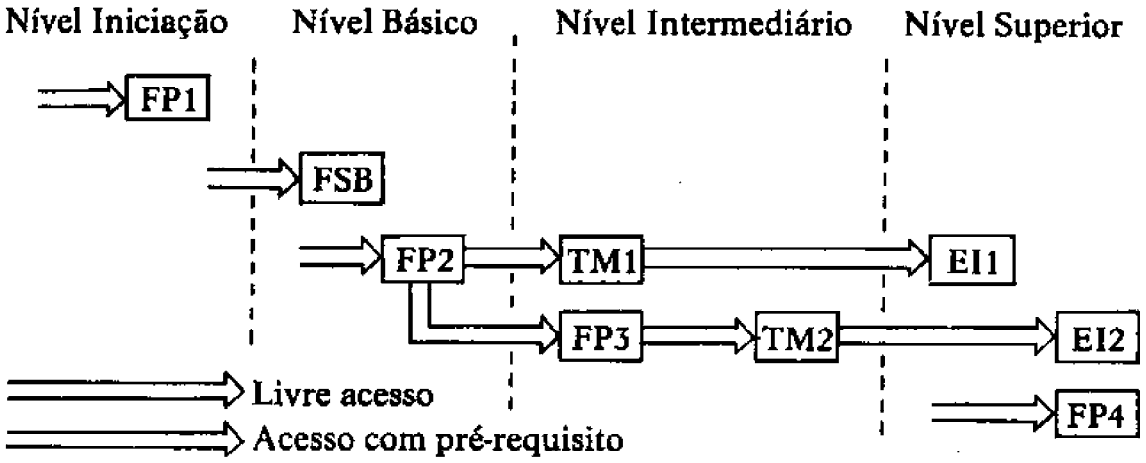
d) Uma formação para a ação, no sentido de que a experiência do formando o reintegra à ação concreta como resultado do sentir-se sujeito da transformação social. O instrumental teórico e metodológico da co-formação possibilita esse retorno à ação como conseqüência imediata de uma pedagogia político-ideológica integrada e transformadora do sujeito na realidade em que está inserido.

Finalmente, toda a avaliação dessa aprendizagem acontece como etapa final do método de aprendizagem-vivência no sentido de crítica e aperfeiçoamento do próprio método, integrando militantes, monitores e orientadores na avaliação de cada curso.

A FNN mantém um Conselho Deliberativo permanente com cerca de cinqüenta membros, entre eles os deputados Florestan Fernandes, Eduardo Jorge e José Genoíno, Virgílio Guimarães, Sandra Starling, Raul Pont, Augusto de Franco, Moacir Gadotti, Valdemar Rossi e outros.

Abaixo, o organograma dos cursos da FNN.

SISTEMA DE CURSOS DA FNN



A FUNDAÇÃO NATIVO DA NATIVIDADE oferece nove cursos regulares em quatro níveis:

Ao nível de iniciação:	Formação Política 1 (FP1)
Ao nível básico:	Formação Política 2 (FP2) Formação Sindical Básica (FSB)
Ao nível intermediário:	Formação Política 3 (FP3) Treinamento de Monitores 1 (TM1) Treinamento de Monitores 2 (TM)2
Ao nível superior:	Estágio Interno 1 (EI1) Estágio Interno 2 (EI2) Formação Política 4 (FP4)

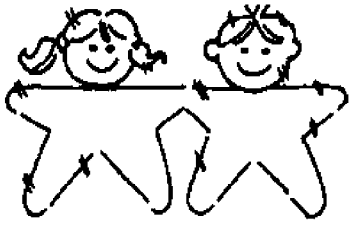
O acesso é livre, sem pré-requisito, nos cursos básicos e de iniciação, bem como no curso de FORMAÇÃO POLÍTICA 4 (FP4), de nível superior avançado.

Em todos os demais cursos o acesso se dá com pré-requisito e, portanto, com avaliação.

A porta de entrada para a estrutura de formação da FNN é o curso básico de formação política (FP2).

(*Fonte:* FNN, encarte de divulgação, p. 17.)

8. Política de saúde



O PT vem discutindo a questão da saúde, desde suas origens. Mas foi com os debates constituintes que o partido sintetizou suas posições. O que vem orientando, de certa forma, a política de saúde do PT resulta de um documento do *Conjunto de Militantes do PT* que participou da *VIII Conferência Nacional de Saúde*, realizada em Brasília, em 1986.

8.1. Caracterização geral

O nível de saúde da população resulta de um conjunto de condições associadas ao trabalho, alimentação, habitação, transporte, educação, renda, meio ambiente, liberdade, lazer, posse da terra e acesso aos serviços de saúde. Desta forma, a saúde de um povo é resultado da forma de organização social da produção e da apropriação dos bens e serviços que, na sociedade brasileira, têm gerado grandes desigualdades nos níveis de vida e de saúde.

Assim, se as camadas sociais mais ricas apresentam níveis de vida e de saúde semelhantes às dos países capitalistas centrais, a maioria da população tem um nível de vida e de saúde igual à dos países mais pobres do mundo.

As exigências do processo de acumulação do capital nas últimas décadas no país são responsáveis pelo desenvolvimento de um modelo econômico baseado na grande concentração do capital nacional associado ao capital internacional, na transferência para o Brasil de linhas de produção industrial extremamente lesivas para a saúde do trabalhador e na superexploração da força de trabalho (transferência de grandes contingentes de trabalhadores do campo para a periferia das cidades, vivendo em condições subumanas, sem emprego fixo, sem proteção trabalhista e previdenciária, perda do valor real dos salários, aumento da jornada de trabalho, intensificação do ritmo de produção etc.).

Isto trouxe reflexos graves para a qualidade de vida da população, que se encontra hoje em níveis que não correspondem ao grau de desenvolvimento econômico que o país alcançou. Segundo o último Censo, 67% da população ativa no Brasil recebe até 2 salários mínimos, sendo que no Nordeste essa porcentagem chega a 84%, e, dentre estes, 65% recebe menos de um salário.

A situação de saúde da população brasileira também não corresponde ao estágio atual de desenvolvimento do país: se a compararmos com a Argentina, Chile e Venezuela, veremos que temos uma mortalidade geral e infantil superior à desses países da América Latina. Internamente, observamos diferenças muito grandes no estado de saúde entre os brasileiros das diversas regiões e das diversas classes sociais: um nordestino pobre vive 30 anos menos que um sulista rico; nos grupos pobres e explorados da população em todas as regiões, o risco da mortalidade infantil é 10 vezes maior.

Em virtude desse processo de acumulação do capital, da exploração do trabalho, da urbanização desordenada, da produção industrial que se utiliza de equipamentos e substâncias agressivas ao trabalhador, estabelecem-se altos índices de incidência dos diversos tipos de doenças nas diferentes regiões do país.

Registra-se nas regiões Sul e Sudeste uma grande incidência das doenças denominadas "modernas e industriais" ou outras, decorrentes das formas atuais de acumulação do capital e exploração da força de trabalho: ritmo de produção, organização do trabalho, contato com substâncias nocivas, máquinas inseguras etc.... A morte por doenças cardiovasculares, câncer, doenças profissionais, acidentes do trabalho e por outras formas de violência, como suicídio, homicídio, acidentes de trânsito... cresceram bastante de 1960 para cá. As doenças crônico-degenerativas constituem causa importante de aposentadoria por invalidez, e as cardiovasculares (principalmente a hipertensão arterial), as doenças mentais e as osteoartrites constituíram 58,7% dos motivos de aposentadoria pelo INPS em 1980.

Por outro lado, não resolvemos os problemas (decorrentes da alta incidência das "doenças tradicionais ou da pobreza periféricas"), ligados às formas mais atrasadas de acumulação do capital, exploração do trabalho e ocupação do solo. Tais doenças, algumas delas ocorrendo desde a época colonial, restringiam-se principalmente a determinadas regiões do país, principalmente de produção agrícola. No entanto, hoje elas emergem nas zonas urbanas e expandem-se nas fronteiras de ocupação territorial, como na Amazônia e em Rondônia: esquistossomose (6 a 8 milhões), tuberculose (1 milhão), doença de Chagas (mais ou menos 6 milhões), malária (160 mil casos novos por ano), desnutrição (40 milhões); as doenças infecciosas associadas à desnutrição são responsáveis por 26% da mortalidade de crianças menores de 5 anos. Essas doenças denunciam as péssimas condições de vida da população: baixíssimos salários, alimentação insuficiente, más condições de habitação e saneamento. Aproximadamente 300 mil crianças morrem por ano no país por doenças que a medicina brasileira poderia resolver. E, mais recentemente, agravando ainda mais o nível de saúde da população, vivemos a eclosão das epidemias de febre amarela e dengue, doenças que já estavam sob controle desde as primeiras décadas deste século no Brasil.

Nos últimos 26 anos, o estado de saúde da população brasileira mantém as desigualdades regionais. No período verifica-se para as capitais brasileiras uma queda na ocorrência de mortalidade das "Doenças dos países periféricos", como por exemplo as infecto-contagiosas, e da mortalidade em menores de 1 ano. No entanto, os níveis alcançados estão longe do aceitável para o padrão de desenvolvimento atingido pela sociedade brasileira, além de manter o mesmo padrão de desigualdade regional da década de 60. Por outro lado, no mesmo período, a mortalidade nas capitais para as "Doenças dos países centrais", como por exemplo as crônico-degenerativas, vêm apresentando significativo aumento nas regiões mais industrializadas do país como o Sul e Sudeste.

Portanto, infere-se que as chamadas "Doenças dos países periféricos" continuam sendo um problema importante para o Brasil como um todo, ao mesmo tempo em que as "Doenças dos países centrais" crescem de importância no quadro nosológico brasileiro principalmente nas regiões mais industrializadas.

Em linhas gerais, esta situação configura um quadro sanitário peculiar onde, na 8.ª Economia Capitalista, convivem problemas de saúde mais freqüentes nos países capitalistas periféricos e ,aquelas que ocorrem nas economias mais desenvolvidas do mundo capitalista.

Por outro lado, na configuração dos serviços de saúde podemos também perceber os reflexos do processo de acumulação do capital, principalmente dos últimos 20 anos. Enquanto em muitos países, mesmo países de formação capitalista, as políticas sociais tendem a se constituir em mecanismos de redistribuição de renda entre as regiões geográficas e entre as classes sociais, no Brasil, ao contrário, a política de saúde não só tem favorecido uma maior concentração de renda, como tem possibilitado a constituição de mais um ramo de acumulação do capital. Diferentemente do que se deu em outros países da América Latina, o estado brasileiro pouco investiu na implementação de serviços públicos de saúde. Mais grave ainda, nos últimos 20 anos, passou a subsidiar o desenvolvimento de um amplo setor privado de prestação de assistência médica, com os recursos provenientes das contribuições dos trabalhadores para a Previdência Social. Isto foi possível com a exclusão da participação dos trabalhadores dos organismos do sistema previdenciário após a criação do INPS em 1967, e pela criação de elos entre a tecnoburocracia estatal e os grupos privados empresariais e da área da saúde.

Os grupos privados na saúde se desenvolveram através de duas principais modalidades de prestação de serviços: a) os serviços hospitalares, representados na sua maioria pela FBH (Federação Brasileira de Hospitais), que na década de 70 conseguiram beneficiar-se de financiamento público para ampliação de seus leitos (via recursos da Caixa Econômica Federal pelo Fundo de Apoio Social), e são mantidos pelos contratos que celebram com o INAMPS para atendimento dos previdenciários urbanos e rurais; b) os convênios com empresas ou "medicinas de grupo", representadas pela ABRAMGE (Associação Brasileira de Medicina de Grupo), em que se dá a convergência dos interesses lucrativos dos empresários médicos com os interesses de lucratividade e controle do trabalhador por parte das empresas industriais, comerciais e financeiras, localizadas principalmente na região Sudeste.

Em contrapartida, nesse mesmo período, o Estado diminuiu o investimento de recursos na prestação de serviços através dos hospitais estatais, dos centros de saúde, dos ambulatórios públicos, bem como dos hospitais e ambulatórios próprios do INAMPS.

Por essas razões, chegamos à década de 80 com a destinação de 85% dos recursos públicos federais (do INAMPS e Ministério da Saúde) aos serviços médico-hospitalares, principalmente privados, de custo elevado e de qualidade questionável, enquanto são insignificantes os recursos destinados ao

controle das doenças transmissíveis, bem como as medidas adotadas para combatê-las são de caráter emergencial (de maior custo e menor eficácia), nos momentos de epidemias, inexistindo, nas unidades básicas de saúde, condições para o controle e o diagnóstico rotineiro dessas doenças. A ação dessas unidades não inclui também medidas de controle dirigidas aos agravos gerados pelo processo de produção (poluição ambiental, acidentes de trabalho, doenças profissionais bem como os acidentes de um modo geral, como domésticos, de trânsito...).

Outro aspecto a ressaltar é a assistência médico-odontológica prestada pelos sindicatos de trabalhadores urbanos e rurais, através dos convênios com o INAMPS e FUNRURAL, substituindo as obrigações do Estado no setor e reforçando as ações assistenciais do sindicato, em detrimento de suas lutas.

Também em relação à prestação de serviços de saúde, devemos apontar para a extrema desigualdade de serviços a que a população tem direito e acesso. As diferenças se dão entre previdenciários e não-previdenciários, entre previdenciários das várias regiões, entre previdenciários urbanos e rurais, entre previdenciários com convênio-empresa e sem convênio-empresa, entre empregados e desempregados, subempregados, trabalhadores não registrados, bóias-frias, empregados domésticos etc. Enquanto para o trabalhador urbano o INAMPS propiciou 2,05 consultas/ano em 1980, para o trabalhador rural o índice ficou por volta de 0,4 consultas/ano; um outro exemplo: em 1981, o INAMPS gastou 6 vezes mais com os previdenciários do Rio de Janeiro do que com os previdenciários do Maranhão.

8.2. Direito de assistência à saúde

— Caracterização do direito à saúde de cada ser humano como de interesse coletivo, como dever do estado;

— Acesso igualitário de todos os habitantes do território nacional às ações e serviços de promoção, proteção e recuperação da saúde em todos os níveis;

— Caracterização dos serviços de saúde como públicos e essenciais.

8.3. Organização dos serviços de saúde

Como vimos, a organização atual dos serviços de saúde no Brasil tem por principal objetivo o "lucro". Apenas como exemplo ainda, podemos citar a existência em 1984 de 70 tomógrafos computadorizados concentrados na área mais rica do país. Este número de aparelhos daria para atender 490 milhões de habitantes, ou seja, para a nossa realidade seriam suficientes apenas 20 aparelhos, desde que distribuídos adequadamente. A instalação de laboratórios, de outros equipamentos e até a construção de hospitais e clínicas obedecem à lógica da maximização do lucro. Esta é a questão central que deve ser denunciada, pois saúde não é "mercadoria" e o objetivo "lucro" é incompatível com a assistência à saúde igualitária e de boa qualidade ao conjunto da população.

Assim, não se coloca a pura e simples estatização do "atual" sistema de assistência, pois este sistema foi montado objetivando maximizar a concentração do capital e não para atender às reais necessidades da população.

O que realmente se coloca como objetivo a ser alcançado é a implantação de um "novo" sistema de saúde que deverá utilizar partes do atual sistema, porém com outra lógica. Este novo sistema deverá ser composto pelos serviços públicos dos níveis federal, estaduais e municipais, pelas instituições privadas sem fins lucrativos e por algumas instituições privadas com fins lucrativos, que, por estarem estrategicamente localizadas e que, após estudos regionais, seja aconselhável sua desapropriação. Assim, esse novo sistema de saúde deverá ser unificado, socializado, descentralizado, sob controle da população, e oferecer assistência à saúde de igual qualidade ao conjunto da população, independentemente de as pessoas serem da área urbana ou rural, previdenciárias ou não.

Assim, é fundamental ocorrer a nível federal a definição de um comando único para o sistema de saúde. Esta unidade de comando deverá ser reproduzida a nível estadual e municipal, descentralizando imediatamente os níveis de decisão.

O governo deverá investir na ampliação e na melhoria do atendimento da rede pública, dando passos no sentido da socialização e progressiva estatização da assistência à saúde no país. Neste sentido é fundamental isolar e não transferir mais recursos públicos para as instituições privadas com fins lucrativos e ampliar a integração e o apoio às instituições sem fins lucrativos (Santas Casas e instituições beneficentes), dentro de um programa de democratização da administração e controle destas instituições, com vistas à descentralização e hierarquização dos serviços no sistema unificado de saúde.

O sistema unificado de saúde deverá ser implantado progressivamente, de acordo com as condições locais, organizando módulos de saúde.

O Módulo de Saúde é concebido como uma rede de Unidades Básicas de Saúde (UBS) e um Hospital Geral (HG), organizados de forma hierárquica em níveis de complexidade e articulados funcionalmente sob gerência única. A UBS é porta de entrada principal da clientela para esse sistema de saúde, que tem por objetivo prestar assistência integral à saúde da população em área geograficamente delimitada.

O Módulo de Saúde apresenta as seguintes características:

— é a Unidade Organizacional e de planejamento de todas as ações a serem desenvolvidas;

— desenvolve suas atividades sob gerência única com autonomia orçamentária e administrativa;

— sua estrutura organizacional e funcional deverá ser compatível com a viabilização e manutenção do novo modelo de assistência;

— deverá contar com o sistema unificado de informação gerencial e operacional para responder às necessidades próprias (informações referentes a: produção, vigilância epidemio-

lógica, recursos humanos, custos, medicamentos, materiais e outros), bem como as institucionais;

— deverá contar com o sistema de custos que leve em consideração os vários componentes do Módulo, que permita não só a avaliação de cada componente mas também a avaliação comparativa entre eles e entre os Módulos.

— as tecnologias de apoio — diagnóstico e tratamento (laboratório clínico, radiologia, transporte, manutenção etc.); abastecimento e processamento (abastecimento de materiais, lavanderia etc.) e administrativo — deverão servir a todas as Unidades componentes do Módulo;

— todas as ações a serem desenvolvidas serão planejadas, implantadas, acompanhadas e avaliadas a nível do Módulo. O Módulo analisará o impacto das ações sobre a população alvo, a eficácia e a eficiência dos serviços prestados, devendo reorientá-los quando necessário;

— o Módulo programará suas atividades a partir das necessidades de saúde da população de sua área de atuação, utilizando o enfoque de risco na determinação de prioridade, com base na relação demanda de saúde/tecnologia disponíveis;

— o Módulo será dotado de capacidade assistencial para resolver a grande maioria de problemas de saúde da área (estima-se resolver 85 a 90% dos problemas). Os principais componentes que levarão a resultados desejados são a capacidade resolutiva de cada nível (UBS e HG), operacionalização adequada de atividades, o modelo organizacional a ser adotado, recursos materiais e recursos humanos capacitados para execução das atividades;

— o Módulo desenvolverá os mecanismos da referência e contra-referência entre UBS e HG. A referência e contra-referência são elementos formais que garantem a continuidade do atendimento e terão importância fundamental para a obtenção de credibilidade dos usuários, imprescindível no sucesso do Módulo de assistência proposto;

— o Módulo articula-se com outro serviço de maior complexidade, localizado dentro ou fora da área geográfica do mesmo, para referir problemas de saúde que necessitem de tecnologia que o Módulo não disponha. Esse tipo de apoio deverá ser garantido através de instrumentos formais a serem estabelecidos entre as instituições públicas e/ou privadas sem fins lucrativos;

— o Módulo desenvolverá mecanismos de controle de qualidade de seu produto, utilizando tecnologia conhecida ou desenvolvendo outras. A participação da comunidade na gestão do Módulo deverá ser estimulada com a ótica de promover a participação do usuário no controle de qualidade dos serviços;

— o Módulo adotará, como ação fundamental, as atividades de desenvolvimento de recursos humanos, com vistas à elevação e manutenção dos níveis de atendimento e de capacidade resolutiva desejável;

— o Módulo adotará uma estrutura e uma política de pesquisas operacionais que contribuam para o desenvolvimento dos serviços de saúde.

8.4. As questões do acesso e da qualidade

Admite-se que a implantação adequada do sistema unificado de saúde deverá garantir:

— atendimento oportuno, segundo as necessidades;

— respeito à dignidade dos usuários, por parte dos servidores e prestadores de serviços de saúde;

— atendimento de qualidade compatível com estágio de desenvolvimento do conhecimento na área de saúde;

— direito de acompanhamento pelos familiares a doentes internados, garantida a assistência integral inclusive nos aspectos psicológicos e sociais.

8.5. Questões da participação popular

A prática tem mostrado que as principais características dos movimentos populares foram as seguintes:

— organizaram-se a partir da iniciativa da própria população independentemente do Estado e dos partidos políticos;

— ganharam importância porque conseguiram a ampla participação da população, constituindo-se em movimentos de massa;

— garantiram ampla participação da população, devido ao alto grau de democracia interna, que permitia a todos a participação no processo de decisões que encaminhavam as lutas;

— ao apresentarem suas reivindicações, permaneciam organizados e pressionando o poder público; não confiavam que as autoridades atenderiam seus pedidos sem pressão popular. As vitórias têm servido de estímulos para novas lutas e não para desmobilização e acomodamento;

— buscaram a unificação dos movimentos através de propostas de lutas conjuntas e não através de entendimentos entre cúpulas; formaram programas de luta cada vez mais amplos e abrangentes;

— souberam desafiar a lei e as ameaças vindas de "cima", confiando em que a única maneira de enfrentar as suas necessidades era assumir a luta pelos seus direitos com as suas próprias mãos e com a força de sua união.

Considerando estes aspectos, o PT na área de saúde defende:

— respeito à autonomia dos movimentos populares e suas formas de organização;

— democratização dos conhecimentos e informações de saúde para facilitar a participação da população;

— definição de espaços adequados de participação popular e dos trabalhadores de saúde no planejamento, decisão da alocação de recursos, controle e avaliação dos serviços e programas, nos diversos níveis do sistema unificado de saúde, inclusive de instituições privadas sem fins lucrativos que recebam recursos públicos.

Concluindo, consideramos que a participação popular tem um rumo claro e explícito no programa do PT: "Lutamos pela construção de uma democracia que garanta aos trabalhadores, em todos os níveis, a direção das decisões políticas e econômicas do país. Uma direção segundo os interesses dos trabalhadores e através de seus organismos de base".

8.6. Trabalhadores da área de saúde

— admissão no serviço público só por concurso público;

— remuneração condigna e isonomia salarial entre as mesmas categorias profissionais nos níveis federal, estadual e municipal; estabelecimento urgente e imediato de carreiras profissionais com planos de cargos e salários;

— estabelecimento de oportunidades de aperfeiçoamento e atualização profissional periódica;

— política salarial discutida com os trabalhadores da saúde;

— reconhecimento de liberdade sindical dos servidores;

— composição multiprofissional das equipes, de acordo com as características da demanda de cada região, em consonância com os padrões de cobertura de assistência;

— preparação do trabalhador da saúde para reconhecer o direito e estimular a participação da população no desenvolvimento das atividades de saúde;

— participação nos conselhos de saúde em conjunto com a população; reforço do compromisso do servidor com a população usuária, para eliminar o autoritarismo existente nesta relação.

8.7. Ensino e pesquisa

— recuperação e ampliação dos centros formadores de recursos humanos e integração de sua política educacional e de seus serviços ao sistema unificado de saúde;

— formação dos profissionais de saúde em todos os níveis de forma integrada ao modelo de assistência que deverá ser prestada pelo sistema unificado de saúde regionalizado e hierarquizado;

— inclusão no ensino de saúde do conhecimento de práticas alternativas de assistência;

— desenvolvimento de atividades de pesquisa nas áreas biomédicas, de equipamentos e de serviços de saúde, também nos serviços de assistência, com a participação do pessoal da execução, de forma integrada com as entidades de ensino e pesquisa.

8.8. Equipamentos e medicamentos

— estabelecer controle social sobre a incorporação da tecnologia na área da saúde, para evitar que a orientação do progresso da assistência à saúde fique sob o domínio das empresas multinacionais de equipamentos e medicamentos;

— desenvolver nas instituições nacionais de pesquisa sem fins lucrativos tecnologia adequada às nossas necessidades;

— garantir a produção estatal de soros, vacinas e lista básica de medicamentos e distribuí-los gratuitamente à população através do sistema unificado de saúde.

8.9. Financiamento

— deverão ser formados fundos únicos de saúde nos níveis federal, estadual e municipal;

— o financiamento do sistema unificado de saúde é de responsabilidade pública, devendo ser fixado um percentual nos orçamentos da união, estados e municípios (valor indicativo: 10% em cada nível);

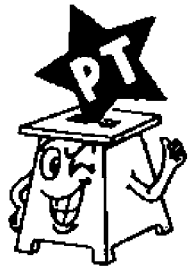
— fixação imediata de 25% da arrecadação do IAPAS para a assistência à saúde e sua transferência para o sistema unificado de saúde. Este valor deverá ser reduzido progressivamente, de acordo com o desenvolvimento de fontes alternativas de receitas, para que a arrecadação do IAPAS seja destinada exclusivamente para estabelecimentos de um seguro social justo para os trabalhadores da cidade e do campo.

★★★

CAPÍTULO VII

LUTA ELEITORAL

1. O PT e a luta parlamentar



Diretório PT-ES

Qual a posição do Partido dos Trabalhadores diante do Parlamento burguês?

Em vez de negar o Estado e o Parlamento burguês, o PT procura ocupá-los como invasor.

Para construir o socialismo o PT não pretende "queimar etapas", a não ser quando as lutas populares sofrem golpes dos partidos reformistas, como no caso da Diretas, em que o PT manteve o compromisso assumido em palanque até o fim, não "apostando" na Nova República — isto é, não indo ao Colégio Eleitoral —, recusando-se a negociar um pacto político acima da vontade dos trabalhadores.

Pelo contrário. O Partido dos trabalhadores tornou-se a vanguarda na Constituinte, mesmo negando a Carta que acaba de ser redigida, fazendo o possível para o avanço das emendas populares.

Ora, política não se faz do "nada" ou de abstrações teóricas, mas da luta pelas conquistas de fatias de poder pelos trabalhadores. Portanto, a questão de assumir ou não o Parlamento torna-se circunstancial e relativa em vista da estratégia de construção do socialismo, um processo mais abrangente, que vai-se amadurecendo a partir das experiências realizadas pela classe trabalhadora.

Desde sua criação o Partido dos Trabalhadores vem discutindo a questão parlamentar. Muitas foram as discussões, os documentos tirados. Temos em mãos um documento provisório, escrito por César Augusto Oler do Nascimento para posterior aprofundamento, em 1981, visando a primeira experiência eleito-

ral de 1982, entre outras posições. Fizemos questão de reproduzi-lo, mesmo sabendo dos posteriores desdobramentos das questões ali tiradas.

1.1. O PT e o Parlamento

A atitude que os trabalhadores assumem, frente ao parlamento do Estado capitalista, não é fixa e imutável. Varia de situação para situação, de país para país, dependendo do momento histórico, da correlação de forças, do tipo de estrutura política vigente. Algumas vezes, os trabalhadores optarão, portanto, pela negação completa da luta parlamentar. Outras vezes, investirão nela com bastante intensidade. E outras vezes dedicarão a ela apenas parte de suas energias.

Na situação concreta do Brasil, o comportamento das classes dominantes, na gestão do aparelho de Estado, tem-se marcado por forte autoritarismo, desde muito antes de 1964. Salvo intervalos bastante curtos, isso resultou num papel pouco relevante assumido pelo Parlamento ao longo da história, ficando o Executivo com uma fatia largamente preponderante do poder.

Seja nos parlamentos da Monarquia, seja no surgimento da República, lutas tenentistas, Revolução de 30, Estado Novo ou no pós-guerra, as grandes decisões políticas brotaram muito mais dos corredores ministeriais e quartéis do que das almofadas do Legislativo.

Somando-se a isso a característica elitista de todos os partidos políticos legais existentes então, surgidos de cima para baixo, exclusivamente eleitoreiros e invariavelmente desprovidos de programa que interessasse às classes populares, não era difícil concluir que, já antes de 1964, os trabalhadores não deveriam estabelecer a luta parlamentar como *centro* de suas atividades.

Com o regime militar, essa conclusão só poderia se fortalecer.

Quebrada a legalidade constitucional expressa na Carta de 1946, suspensas as garantias individuais, inventados os Atos Institucionais, as cassações, os recessos compulsórios, arquivadas as imunidades parlamentares, proibida a crítica, forjado um bipartidarismo artificial e prepotente, lançada a seqüência de casuísmos que culminaria com a figura ridícula do senador biônico, a legitimidade do Parlamento anulou-se até o limite extremo de não significar praticamente nada mais que uma máscara de democracia posta sobre o rosto duro da ditadura militar.

E o resultado disso é que, em determinados pleitos, como o de 1970, o povo protestava com descarga violenta de votos nulos, brancos e abstenções, dando a isso um significado claro de repúdio à farsa eleitoral.

Em 1974 modifica-se a tendência do eleitorado trabalhador, à medida que se observava um início de reanimação das lutas populares, paralelamente à falência do falso "milagre brasileiro" e início da "distensão" de Geisel. O MDB torna-se depositário de uma enxurrada de votos do protesto popular, elegem-se alguns parlamentares combativos e, daí até a presente data, é possível constatar, no desempenho geral do Parlamento, uma atitude

híbrida: predomina, amplamente, a subserviência ao regime, o governo garante a aprovação de todos os seus projetos mais centrais nos momentos decisivos, rareiam debates e projetos que tentem as mais modestas conquistas para os trabalhadores, e isso tudo constitui a tônica da vida parlamentar brasileira hoje. Mas, apesar dessa tônica, de 1974 até a reformulação partidária, tornou-se possível ouvir algumas vozes corajosas sobrevivendo às cassações, foi possível agitar uma ou outra denúncia importante através de CPIs e CEIs, e aproveitar o *status* de um ou outro parlamentar para cobertura de determinadas mobilizações.

E assim voltávamos a uma situação em que, embora de importância secundária, a trincheira parlamentar tornava-se novamente uma frente que os trabalhadores podiam tentar utilizar.

A entrada do PT em cena muda consideravelmente esse quadro.

O contínuo fortalecimento das lutas populares, ao atingir o marco histórico de 1978, com a retomada das lutas grevistas, revigoramento do movimento sindical e aprendizado político acelerado dos trabalhadores, gerou um movimento social que empurrou o projeto da "abertura" para muito além de seus planos iniciais. E obteve conquistas, entre as quais o surgimento do PT foi, talvez, o saldo mais importante entre todos.

Filho inesperado da reformulação partidária, o PT impõe às eleições previstas para 1982 um alcance novo, mais abrangente, mais promissor para os trabalhadores e mais problemático para o regime militar, que se arma, por isso, com novos casuísmos, para não sair muito enfraquecido da contenda.

Cabe definir, com muita clareza, esse alcance novo, para evitar dois desvios igualmente graves:

1) subestimar a importância de impor ao regime uma clara derrota eleitoral e conquistar fortes bancadas para o PT;

2) exagerar a frente de luta parlamentar, transformando-a, na prática, em eixo do partido.

Uma vez que as forças de oposição lograram arrancar do regime — alargando a abertura planejada — concessões significativas, como a revogação do AI-5, maior leque de opções partidárias, anistia pela metade, retorno de algumas garantias individuais do cidadão, volta dos exilados, libertação dos presos políticos, revigoramento de algumas prerrogativas parlamentares e mais margem para a liberdade de crítica, é inegável que a ação política nos legislativos da União, dos estados e dos municípios oferece hoje potencial muito maior de se fazer oposição conseqüente ao regime do que em todos os anos posteriores a 1964.

O fato de os trabalhadores poderem se apresentar com um partido seu na próxima disputa, sem chefes oriundos do caciquismo político do PSD, da UDN e do PTB, e poderem fazer a propaganda eleitoral apoiada em um programa próprio e bandeiras que não fogem das raízes dos problemas, traz garantias ainda mais seguras de que a luta eleitoral e parlamentar contribuirá para elevar o grau de organização e educação política dos trabalhadores, ao contrário do que se observou em tantas experiências eleitorais do passado.

Daí a conclusão, consensual em nosso partido, de que devemos partir para esse trabalho com disposição e afinco, rumo

a uma enxurrada poderosa de votos e rumo à conquista de bancadas fortes. E para isso precisamos ganhar as ruas, as fábricas, as roças, encher as praças de povo e inflamar palanques.

Fazer de 1982 um pesadelo para os ditadores e provar às demais oposições que trabalhador sabe votar em trabalhador.

Mas sem tirar os pés do chão:

Sem esquecer que no Brasil continua existindo uma ditadura militar armada de LSN e incontáveis tropas. Que a constitucionalidade vigente é de uma fragilidade absoluta. Que o Parlamento continuará responsável por uma fatia reduzida do poder real. Que as eleições estarão ainda longe de serem livres e democráticas. Que o grau de organização dos trabalhadores ainda está longe do nível que permitirá reivindicar o poder em bases conseqüentes. E que, apesar do agravamento da situação econômica, do desemprego e do descontentamento popular, apesar do Riocentro, queda de Golbery, posse do vice e brigas entre generais e almirantes, as rédeas do processo político continuam seguras pelas mãos que massacraram nosso povo, desde 1964, e nada indica que elas estejam pretendendo soltá-las.

Sem esquecer, também, que entre suas formulações mais essenciais, o PT se compromete a não ser um partido eleitoreiro — e sim uma ferramenta para a organização dos trabalhadores, a partir de lutas concretas, preocupado centralmente com o avanço de sua consciência política.

O PT, ao formular, portanto, sua *tática* frente ao Parlamento e definir o *comportamento* que estabelecerá para seus parlamentares, deverá respeitar algumas *preocupações básicas*:

1. A prioridade fundamental do partido não é a luta parlamentar, e sim a organização dos trabalhadores, a partir de suas lutas nas fábricas, fazendas, bairros, ruas e empresas. Não seria correto, pois, concentrar todas as energias do PT, desde já, na questão das eleições de 1982, relegando a segundo plano os debates e tarefas sobre filiação e nucleação, educação política, definição de linhas para atuação nos movimentos sociais.

2. A ação do parlamentar petista se dá em função das lutas travadas fora do Parlamento, e não o contrário.

3. O parlamentar do PT defenderá proposta definida pelo coletivo partidário, e não as que resultem unicamente de suas posições pessoais.

4. O parlamento do PT contribuirá, necessariamente, com um percentual de seus vencimentos para as finanças do partido.

5. A escolha de candidatos resultará de discussões a partir das bases, dos núcleos, não sendo correto que as candidaturas sejam impostas como fatos consumados — antes dessas discussões — a partir de entrevistas na imprensa e veiculação de propaganda.

6. Haverá reuniões regulares entre as diferentes bancadas do PT e os correspondentes organismos dirigentes do partido, para balanço autocrítico do desemprego, elaboração de projetos, planejamento das próximas lutas e definição de linhas para intervenção na tribuna.

7. Com a mesma finalidade, haverá também mecanismos regulares de consulta às bases do partido, através de relatórios

e reuniões com os diretórios regionais, ampliados com representantes de diretórios municipais e distritais (que por sua vez recolherão as opiniões e propostas dos núcleos). No caso de bancadas municipais, esses mecanismos deverão envolver diretamente a participação de representantes dos núcleos e, em cidades pequenas, se estenderão a todo o coletivo partidário.

8. Os parlamentares deverão se reunir regularmente, não apenas com os militantes e filiados mais diretamente envolvidos em sua campanha eleitoral, mas estabelecer também mecanismos de consulta aos eleitores não-filiados ao partido e mesmo às bases que, ainda não sensibilizadas pelo PT, constituem objeto de sua presença política, são forças do movimento popular e, potencialmente, poderão no futuro engrossar o poderio orgânico e/ou eleitoral do partido.

9. O partido deverá unificar a propaganda eleitoral de seus candidatos em todos os níveis, exigindo que determinadas bandeiras sejam necessariamente garantidas nos discursos, comícios, debates e no material impresso. O partido cuidará também de uma distribuição equilibrada de recursos, para que não existam, entre nós, campanhas milionárias ao lado de campanhas inviabilizadas por absoluta falta de dinheiro.

(Partido dos Trabalhadores, outubro de 1981.)

2. 1982: o PT já vai às urnas

1982. Quase todas as energias dos partidos políticos e de muitos setores da sociedade estavam desde o início do ano mobilizadas pela campanha eleitoral. Foi um ano de muita agitação política — afinal, votaríamos depois de muito tempo para governadores de estado, além das eleições municipais —, onde sobrou pouco espaço e tempo para uma reflexão mais profunda e abrangente, acima das euforias e, por conseguinte, para uma percepção mais clara daquele momento político. Momento em que esta "criança malcriada" de apenas dois anos de idade começou a mostrar sua face para o grande público, eleitor ou não do PT.

O governo, mediador e intérprete dos interesses burgueses, assimilou prontamente ao "PMDBezão", o Partido Popular/PP — uma frustrada criação de Tancredo Neves que mais tarde ficaria esquecido pelo grande público na campanha das Diretas. O PMDB, como era de se esperar, não representou, em nível nacional, uma estratégia de *transformação* da sociedade, mas de *mudança*. Pequenas mudanças na superfície para não se ir ao fundo dos problemas. A burguesia estava interessada em mostrar, através do governo, seja pelas campanhas do PDS, seja pelos setores "incorporados" ao PMDB, que de fato existia uma crise econômica — e o PT naquele momento acabava de redigir seu *Projeto Econômico* alternativo —, uma dívida externa insuportável e que, por isso, "o bolo ainda não podia ser dividido". A idéia repassada para a sociedade e o conjunto dos trabalhadores era a de que "todos somos responsáveis pela crise". Atrás desta idéia, as ordens: apertar os cintos, poupar,

produzir mais etc. E, claro, nada melhor que um "partido de oposição" viabilizado para disciplinar os trabalhadores e administrar a seu modo a crise econômica criada pela ganância da burguesia.

A súbita aparição de Leonel Brizola nas pesquisas eleitorais revelou o que já estava implícito numa série de fatos: a tendência dos homens adormecerem suas convicções ideológicas quando o poder se aproxima. Não demorou muito para um ex-militante das esquerdas históricas, Giocondo Dias, anunciar que Chagas Freitas, quem diria, era um "aliado" das oposições, após seu encontro com o ex-ministro Leitão de Abreu. Isto mostra o quanto o PMDB trabalhou para arrebanhar forças e se apresentar como oposição confiável. Uma "oposição" que dançava a mesma valsa da orquestra de abertura de João Figueiredo e que, ao assumir o governo estadual, em São Paulo, notadamente, faria o entendimento necessário entre o governo federal e os trabalhadores sem "traumas sociais". Criou-se, então, o "clima de espanto", como em filmes de terror, propício aos tempos que antecedem os pleitos eleitorais: se o Brizola ganhar no Rio — pasmem! — irá desestabilizar as instituições; se o Lula ganhar em São Paulo não tomará posse. (Como se sabe, Lula foi fragorosamente derrotado pela campanha milionária do PMDB e Brizola tornou-se governador do Rio sem desestabilizar instituição ou regime algum.)

O lema da campanha peemedebista trazia, evidentemente, no seu bojo, a insatisfação popular: "É preciso mudar". Mas não se muda nada sem ganhar eleições. Daí a mudança de roteiro do lema: "Ganhar para mudar". Esta alternativa da própria burguesia autoritária sobre a cabeça dos trabalhadores insatisfeitos agradava inclusive a boa percentagem do empresariado da FIESP. Uma *mudança outorgada*, que serviria apenas para aliviar as tensões e não para resolvê-las, conforme bem denunciou Jacó Bittar depois de ter respondido a uma verdadeira "sabatina" dos jornalistas da *Folha de S. Paulo*. "As nuvens negras que a propaganda burguesa — denunciou Jacó — está hoje espalhando sobre nós do que poderá acontecer em 1983, da 'recessão iminente', da 'crise', do 'arrocho salarial', etc., é a voz da unidade da burguesia buscando a conciliação de classes, mostrando que 'ainda não chegou a hora', que é preciso adiar a luta para mais tarde, deixar a revolução para amanhã. Ela nos diz que hoje podemos apenas mudar, transformar fica para mais tarde. O possível de agora é apenas aquele 'permitido' por ela mesma, outorgado pela abertura do Figueiredo. É um freio na luta da classe trabalhadora, como foi colocado pelo adiamento da CONCLAT (Congresso Nacional da Classe Trabalhadora), pelo alijamento das tendências populares do PMBD e conseqüente fortalecimento da direita dessa frente partidária (na Bahia, Roberto Santos em vez de Francisco Pinto), o golpe contra a organização da classe trabalhadora em Pernambuco representado pelas numerosas concessões que o PMDB vem fazendo a ex-integrantes do PDS. Por esse processo de 'viabilização' da oposição (confiável), conciliadora, vemos hoje que nada menos do que sete governadores (interventores) da ditadura estão hoje dentro

do PMDB. A quem interessa ocultar isso? Em Campinas, a maior cidade do Brasil onde hoje se realizam eleições municipais para prefeito, o PMDB entregou ao PDS o poder municipal, sem a mínima inibição, ao seu suposto principal 'inimigo' " (*Folha de S. Paulo*, 1982).

Diferenciado da geléia geral dos partidos políticos brasileiros, o PT mostrou desde o início que o caminho era outro. E já no Primeiro Encontro Nacional, realizado nos dias 27 e 28 de março de 1982 em São Paulo, portanto, sem oportunismo de última hora e distante a oito meses do pleito de novembro, o PT mostrou que ia decidido ao seu primeiro enfrentamento nas urnas, divulgando para os militantes o seguinte documento:

2.1. Carta eleitoral do Partido dos Trabalhadores

As eleições de 1982 serão realizadas numa conjuntura caracterizada por aguda crise política, crescimento dos movimentos populares e pelos efeitos da crise econômica, traduzida em recessão industrial, desemprego e aumento acelerado dos preços. Trata-se, sobretudo, de uma conjuntura marcada pela consciência que os trabalhadores vêm adquirindo de suas amplas e novas responsabilidades como força política independente e organizada, e do direito que possuem, como cidadãos e criadores da riqueza nacional, de participar no debate dos problemas e na definição dos destinos de nosso povo e de nosso país.

Isso é resultado da acumulação de experiência política por parte dos trabalhadores, em suas lutas em face dos patrões, do Estado e da Justiça Militar e do Trabalho. É resultado também da intensificação das lutas na área rural e da afirmação de um novo conteúdo na atividade pastoral da Igreja. Uma expressão concreta do avanço popular se encontra na realização da I Conclat. Do mesmo modo, está aí, aos olhos de todos, a afirmação e o fortalecimento contínuo do PT, uma iniciativa autônoma dos trabalhadores que vem se consolidando acima das previsões, planos, objetivos e regras do jogo oficial.

Esses componentes constituem, sob efeitos da crise econômica, as bases da nova tendência determinante na conjuntura atual, dentro da qual o regime busca uma transformação sob o seu controle. Eles estão à raiz do isolamento político, das dificuldades e divisões internas do atual governo: um governo autoritário, submetido à tutela militar e que procura, face às forças populares e democráticas, apoiar-se ainda em instrumentos de arbítrio remanescentes dos Atos Institucionais e numa legislação de exceção que inclui as inelegibilidades e Lei de Segurança Nacional, além da legislação social com marcas de sua origem fascista.

Tais contradições explicam o apego aos expedientes antidemocráticos e a cogitação, entre os meios governistas, de novas restrições à participação popular. Explicam as pressões endurecedoras de setores do regime, exemplificadas pelo episódio do

Riocentro, pela recente condenação de lideranças sindicais do ABC, pelos processos apoiados na Lei de Segurança Nacional — atingindo como alvo principal dirigentes e militantes do PT — e pelas ameaças de adiamento do pleito de 1982. Explicam também o "Pacote de Novembro", com as novas dificuldades que trouxe à estruturação dos partidos e os novos limites que impõe ao exercício do voto. Contudo, o governo revela insegurança em face do desafio eleitoral, para o qual prepara novos casuísmos.

Diferentes objetivos e confronto no processo eleitoral

A importância dos interesses em jogo explica o aumento das contradições dentro dos grupos dominantes, bem como as dificuldades de manobra que encontram no campo institucional. E embora as características gerais do quadro conjuntural não concorram para criar condições que facilitem a supressão ou adiamento das eleições, é preciso registrar que essa alternativa não está completamente fora das cogitações oficiais. A perspectiva de uma derrota eleitoral do partido do governo, apesar dos casuísmos que venham a ser adotados, transformam as eleições em importante elemento de tensão, pois é difícil acreditar que o regime esteja disposto a perder a sua maioria no Congresso e, eventualmente, no Colégio Eleitoral que indicará o sucessor de Figueiredo. A luta pela sua realização é, portanto, de fundamental importância para o PT, no sentido de propiciar aos trabalhadores uma oportunidade de expressar maciçamente sua avaliação política do regime e das diferentes forças partidárias, aumentando a sua organização e consciência política.

Mas fica evidente que todas as forças políticas têm determinados interesses na realização do pleito, embora sejam interesses diferenciados e mesmo antagônicos entre si.

Para o governo e sua base social, as eleições poderão representar mais um passo na tentativa de consolidar seu processo de reformas limitadas sob o título inadequado de "abertura". Através dela o que pretende é restabelecer bases de apoio, promovendo mudanças superficiais nos mecanismos de participação e de representação institucional. Seu objetivo é o enfraquecimento da oposição operária e popular e recuperação do terreno que perdeu após a retomada das lutas de massa, que se vêm desenvolvendo desde 1974 e explodiram em 1978 por meio de greves e manifestações de massa. Para o regime trata-se, portanto, de prosseguir aplicando, agora através jogo parlamentar e concessões que incluem eleições, o mesmo modelo econômico desnacionalizante e concentrador de renda imposto a partir de 1964. Trata-se de manter sob as mesmas condições de cerco os trabalhadores da cidade e do campo. Ao invés de atender as pressões populares, o que lhe interessa é estruturar, com apoio nas urnas, uma legalidade que institucionalize o arbítrio, seja através de reformas constitucionais realizadas pelo Congresso, seja através de uma Constituinte controlada pelos donos do poder.

Para a oposição liberal e para determinados segmentos descontentes das classes dominantes, as eleições serão uma oportunidade de obter nova correlação de forças, que abriria portas para sua participação nas tomadas de decisão, através de um governo dito de *união nacional*.

Para os trabalhadores, as eleições representam uma nova possibilidade de ampliar o espaço de organização e mobilização política. Embora estejam ainda cercadas de limitações e casuísmos, vão ser realizadas numa conjuntura mais favorável do que a de qualquer outro pleito pós-64. Em primeiro lugar, porque dar-se-ão sob uma crise que agrava dia a dia as condições de vida e predispõe o eleitorado a votar contra a situação. Em segundo lugar, porque desta vez não estaremos mais submetidos à obrigatoriedade de optar entre dois partidos criados pelo regime militar e controlados ambos por segmentos das elites dominantes. Desta vez contaremos com as possibilidades de votar em um partido criado por nossas próprias mãos: o Partido dos Trabalhadores. Em terceiro lugar, porque a existência do PT servirá de garantia para um debate político mais profundo, durante a campanha, sobre as transformações que interessam aos trabalhadores.

As eleições e o poder

Além de seguirem as regras que o próprio regime terminará impondo, nem de longe as eleições colocarão em disputa a estrutura do poder político vigente. Quando muito, poderão alterar parcialmente o atual controle da estrutura de governo a nível municipal e estadual, sem mexer nos centros decisórios de poder (burocracia, Forças Armadas e o capital).

A conquista de espaços no Executivo e no Legislativo dos diferentes níveis só pode concorrer para a mudança da estrutura de poder se os trabalhadores forem capazes de sustentar uma correta articulação entre as lutas travadas no interior desses organismos com as lutas fundamentais que se desenrolam fora deles. A participação do PT nas eleições não nos deve levar a confundir a conquista de executivos estaduais e municipais como sendo a conquista do poder. Mas eles devem servir como alavanca na organização e mobilização dos trabalhadores na perspectiva da construção do poder popular. É uma etapa de aprendizado, de acúmulo de forças, de propaganda em torno de um programa de transformações, de conquista de espaço mais amplo para o fortalecimento da organização política dos trabalhadores, de mais respaldo para as lutas sociais.

As eleições e os objetivos do PT

O PT vai às eleições com quatro objetivos básicos:

1. Levar o programa do PT aos trabalhadores, usando a campanha eleitoral para dar continuidade às lutas sociais e para aumentar a organização e a consciência política do povo, tarefas estas que servirão para ampliar a consolidação do PT.

2. Constituir-se na expressão partidária que aglutine os trabalhadores numa proposta que represente, na luta contra a ditadura, os interesses e as reivindicações do movimento operário e popular. Além disso, visa fortalecer uma alternativa política diferenciada da oposição liberal burguesa, colocando a questão do poder político do ponto de vista dos trabalhadores.

3. Participar da campanha eleitoral lado a lado com as organizações operárias e populares (sindicatos, UNE, associações de moradores, etc.) e, para isso, assumir todas as reivindicações hoje postas pelas massas em luta.

4. Impor uma derrota eleitoral à ditadura e às forças que a apóiam direta ou indiretamente. Denunciar durante a campanha as regras eleitorais da ditadura, como, por exemplo, a série de pacotes do governo.

Isso significa que o PT deve, nessas eleições, cumprir exigência legal dos 5% dos votos à Câmara dos Deputados e 3% em 9 estados, elegendo parlamentares que expressem os interesses políticos dos trabalhadores. Deve conquistar bancadas parlamentares fortes, destinadas a representar uma tribuna de denúncia e caixa de ressonância das lutas travadas fora do Parlamento. Assumir a administração de Executivos, especialmente ao nível municipal, adotando medidas que facilitem a organização dos trabalhadores e mobilizem a comunidade na gestão do poder público, num processo que trará fértil aprendizado sobre a índole burocrática e cerceadora do Estado burguês.

É interesse do PT derrotar o partido governista e denunciar, durante a campanha, o caráter da "abertura", as regras eleitorais impostas e a inexistência de poder real nas mãos do Legislativo.

Ao mesmo tempo, o PT aproveitará as eleições para demonstrar que só é efetivamente oposicionista a política que expresse o interesse dos trabalhadores, em torno dos quais devem se unir todos os setores que lutam para pôr fim à ditadura.

O PT se preocupa também em fazer da campanha eleitoral um período de fortalecimento em sua estruturação orgânica, ampliando as filiações, nucleando e implantando o Partido em áreas extensas do interior. Em levar aos palanques os temas fundamentais propostos hoje pelo movimento sindical e popular, ao contrário de correntes e políticos tradicionais que procuram transformar esses movimentos em currais eleitorais. Em combater a demagogia e o populismo, desfazer ilusões a respeito do Legislativo atual e dos executivos estaduais cerceados pelo governo federal. Em suma, será interesse do PT romper com as regras tradicionais do jogo eleitoral, em que as diferentes forças se lançam em busca da vitória a qualquer preço.

Eixo da tática eleitoral do PT

A tática eleitoral do partido tem como eixo básico a questão de abrir aos trabalhadores, nesse pleito, a possibilidade de correr em raia própria, assegurando sua independência através de recursos próprios, candidatos próprios e plataformas próprias. É

uma particularização da tática geral do partido e deve, por isso, estar inteiramente em correspondência com os rumos gerais da tática de acumulação de forças através do fortalecimento das lutas sociais. As eleições representam, portanto, apenas um episódio, um momento definido de nossa atividade política permanente, em busca do objetivo final que é construir uma sociedade socialista, sem explorados e exploradores. Nossa participação no processo eleitoral não pode servir, portanto, para desviar o partido de seus objetivos programáticos.

Desse eixo básico nascem as definições centrais de nosso partido frente ao processo eleitoral que se aproxima. A primeira delas é a opção pelo lançamento de candidatos próprios do partido em todos os níveis. Nessa linha, o Encontro Nacional de 6 de setembro de 1981 já estabeleceu: "O PT lançará em 1982 candidatos em todos os níveis, para todos os cargos legislativos e executivos, correndo em faixa própria e preservando a sua independência política".

Assim, o PT não fará coligação. Não por uma questão de princípio, mas por uma questão de tática. Fazer ou não coligação depende do momento político, do programa proposto e dos partidos que estejam interessados em realizá-la. O PT se coloca também contra o pacote eleitoral do governo e demais medidas antidemocráticas impostas rejeitando incorporação ou fusão a qualquer partido.

O PT sairá às ruas para vencer, desconfiando de quaisquer pesquisas apressadas e explicando amplamente ao eleitorado que só é *voto útil* aquele dirigido a candidatos realmente comprometidos com os trabalhadores.

Ponto de importância básica em nossa tática é o estabelecimento de plataformas eleitorais que expressam as idéias gerais de nosso programa político de transformação da sociedade através de propostas concretas. Tais plataformas, de nível municipal, estadual e nacional, serão extraídas de consultas a partir dos núcleos e dos movimentos populares e sindicais combativos, tendo princípio no levantamento dos problemas que a população considera prioritários para serem solucionados em sua área a curto, médio e a longo prazos. A plataforma nacional será elaborada com base no conjunto das definições estaduais e aprovada no próximo Encontro Nacional do Partido. Ela enfeixará as idéias mais gerais e abrangentes a serem propagandeadas sistematicamente em todas as campanhas do PT nos estados e municípios.

Nossa campanha deve representar, de fato, algo novo na história da participação eleitoral dos trabalhadores brasileiros. Daí a necessidade de cumprir rigorosamente determinadas exigências que assegurem ampla democracia na escolha de candidatos, nos rumos gerais da campanha e na unificação dos recursos.

Conteúdo geral da campanha

Com as eleições deste ano testaremos se nosso partido é mesmo capaz de cumprir os compromissos assumidos com os

trabalhadores brasileiros. E nossa fidelidade a esses compromissos exige que entremos na campanha eleitoral sem os vícios que tanto marcaram e marcam outros partidos em nosso país: o personalismo de autocandidatos, o tráfico de influências, a corrupção financeira, as promessas mentirosas, o clientelismo eleitoral e, sobretudo, o desrespeito às normas e orientações do partido.

A campanha eleitoral do PT será uma campanha de luta, ou seja, não basta pensar em eleger candidatos. Devemos fazer das campanhas um mutirão político no qual o povo adquira maior consciência de sua situação e acredite em sua capacidade de transformar este país. Essa educação política das bases populares deverá ser a tônica de todas as nossas campanhas eleitorais.

Queremos, como trabalhadores, eleger candidatos afinados com as propostas políticas que correspondem à nossa ansiedade de uma vida melhor e justa. Queremos um partido, com parlamentares ou cargos executivos, que coloque nas mãos dos trabalhadores essas ferramentas para sua luta. Por isso, não admitimos que a plataforma democrática do PT seja usurpada por aqueles que querem atrelar o partido a seus interesses individuais, tornando-o um mero trampolim de suas pretensões eleitoreiras. Nem aceitamos que o partido seja manipulado por aqueles que o consideram meramente tático e que se enganam ao pensar que poderão usar o nosso espaço partidário como balcão de mercadores negociando suas candidaturas em proveito de propostas e programas que não são os nossos.

Nosso partido não cairá no erro de escolher como candidatos aqueles que têm o melhor discurso, mas sim aqueles que têm a melhor prática popular. Nossos candidatos devem brotar das lutas populares com nomes que encarnam as aspirações das bases sociais nas quais se encontram efetivamente inscritos. Entre nós não haverá candidaturas biônicas forjadas em gabinetes, impostas de fora para dentro no movimento popular e no partido, ou de cima para baixo. Ninguém tem o direito de querer acumular forças às custas da estrutura, da representatividade e da operatividade política do partido.

Não haverá candidato *no* partido mas sim candidatos *do* partido. Nem haverá campanhas desse ou daquele candidato, mas campanhas do partido.

Para efetivamente levar em conta esses critérios gerais é preciso partir de algumas orientações concretas:

1. *Processo de escolha de candidatos*

Antes das convenções que indicarão oficialmente os candidatos, o partido deve apoiar todo o processo de seleção em encontros democráticos municipais, distritais e estaduais, garantindo participação ampla dos núcleos nas indicações.

Como regra mais geral, os candidatos a vereador devem ser indicados em assembléias do partido nos locais de moradia. Para os demais candidatos devem ser encontradas formas de discutir as indicações também a partir dos núcleos, passando em seguida aos encontros de nível mais amplo.

Não corresponde aos princípios do PT emprestar sua legenda para candidaturas de pessoas não vinculadas orgânica e politicamente ao partido. O PT veio para ser um partido e não uma mera frente de oposições.

2. *Critérios para escolha de candidatos*

a) Participação nos movimentos dos trabalhadores em seus diversos níveis.

b) Representatividade social, ser expressão das diferentes lutas populares e democráticas.

ç) Participação nas atividades concretas de construção do PT, apoio das bases do partido e claro compromisso com nosso programa e plataforma.

3. *Exigências para a composição da chapa*

Seja em relação aos cargos majoritários, seja em relação aos proporcionais, nossa chapa deve ser forte em termos políticos e composta de companheiros capazes de um trabalho eleitoral fundamentado politicamente, que atuem de maneira unitária em torno do programa e da plataforma do PT e das normas da campanha eleitoral. Uma chapa que obedeça às decisões do partido, atue dentro da estrutura orgânica e participe de maneira coletiva na campanha.

Para que a chapa seja eleitoralmente viável, o PT deverá lançar o maior número de candidatos, se possível todos os que a legislação permite.

Para nós interessa substancialmente propagandear a legenda do PT junto aos nomes dos candidatos indicados em convenção.

Caso mude a legislação eleitoral e seja introduzido o voto majoritário conhecido como "distritão", haverá necessidade de reunir nova convenção para deliberar sobre o lançamento de um número mais reduzido de candidatos.

Na chapa devem coexistir lideranças políticas locais e nomes de expressão mais ampla, representando todo o arco social que hoje milita no PT ou simpatize com seu crescimento.

Finalmente, toda composição de chapa deverá levar em conta o interior de cada estado, as diferenças regionais, a diversidade dos bairros e procurar garantir a representatividade de cada área.

4. *Campanha eleitoral unificada*

De tudo o que já foi afirmado sobre as características do PT, fica clara a necessidade de sustentarmos uma campanha unificada. Ela será feita com base na plataforma e na tática eleitoral definida pelos encontros democráticos, e todo candidato estará submetido a elas.

Para conduzir a campanha eleitoral será organizado um fundo de finanças do PT e estabelecido um conjunto de compromissos do candidato.

O partido centralizará a propaganda eleitoral, as finanças e a organização da campanha (comícios, caravanas, cartazes, programas de TV e rádio). Com base na plataforma eleitoral serão definidas as linhas da propaganda, dos textos, dos cartazes e panfletos da campanha.

As estruturas específicas que o PT venha a organizar para a campanha, especialmente os Comitês Eleitorais Unificados, devem se apoiar nas secretarias do partido, que deverão ser fortalecidas, e não abandonadas, no processo eleitoral.

O Comitê Eleitoral Unificado, que será constituído a nível municipal, estadual e nacional, coordenará todo o esforço eleitoral do partido, assegurando a aplicação das normas aqui definidas. O partido organizará a campanha eleitoral unificada tendo como objetivo os seguintes itens:

a) criar condições e oportunidades políticas e materiais iguais para todos os candidatos do PT;

b) evitar que os núcleos e diretórios sejam corrompidos ou desativados;

c) nossa campanha eleitoral deve ser ampla o suficiente para incluir todos os simpatizantes do PT no trabalho de propaganda e organização da mesma.

Definidos os candidatos em cada região, área ou município, mediante valorização das lideranças locais, os diretórios e núcleos do PT não poderão ser transformados em comitês individuais de candidatos. Neles haverá trabalho para todos os candidatos do município ou região. Não haverá áreas proibidas ou fechadas, feudos ou territórios de um só candidato. Para evitar dispêndio de energia entre candidatos em disputa por uma mesma área eleitoral, caberá ao Comitê Eleitoral Unitário dessa área organizar e coordenar a ação dos diferentes candidatos que aí desenvolvem suas campanhas.

Outro aspecto da campanha unificada é o Fundo Financeiro Comum para o PT. De nada serviria ser democrático na escolha dos candidatos e não dar condições iguais para todos na campanha eleitoral. Os candidatos que vêm do movimento popular e sindical não teriam recursos materiais para uma campanha que efetivamente viabilizasse sua eleição.

O PT organizará esse fundo com base nas secretarias de Finanças, criando instrumentos para arrecadar recursos, contribuições e doações, distribuições de bônus, compra e venda de material de propaganda etc. A administração desse fundo será de competência do Comitê Eleitoral Unificado correspondente.

Os candidatos eleitos pelo PT deverão exercer os seus mandatos mantendo mecanismos permanentes de consulta e decisão, compostos por representantes dos trabalhadores, e não abandonarão o trabalho político ou sindical de base.

5. *Compromissos do candidato com o partido*

A definição prévia de algumas normas de relacionamento entre os eleitos e o partido tem como objetivo assegurar um de-

sempenho de mandato que esteja de acordo com a plataforma, a tática e os princípios do PT.

Tal definição deve incluir:

a) a atuação política dos chefes de Executivo e parlamentares do PT, os planos de ação e os critérios de aplicação de recursos serão submetidos aos órgãos partidários correspondentes;

b) a iniciativa de projetos de lei será de organismos partidários ou de parlamentares, submetidos sempre à ampla discussão das bases;

c) a contratação de assessores se fará ouvindo as direções partidárias executivas;

d) a indicação de lideranças de bancadas parlamentares será feita ouvidos os diretórios das respectivas instâncias partidárias;

e) a nível federal e estadual, os parlamentares e membros do Executivo eleitos pelo PT contribuirão financeiramente com o partido em pelo menos 40% de seus proventos. A nível municipal a fixação da porcentagem estará a cargo do diretório local, ficando reservada à direção nacional a competência para examinar o critério que vier a ser estabelecido.

Considerando também que o militante do PT, ao ser eleito, estará recebendo uma tarefa específica e não um mero cargo, nossos parlamentares assumem o compromisso político de não recorrerem ao dispositivo legal que lhes assegura a possibilidade de se recandidatarem independentemente do julgamento das bases sobre o seu desempenho. Não há candidatos natos no Partido dos Trabalhadores.

Essas normas devem ser rigorosamente observadas dentro do Partido dos Trabalhadores, de modo que possamos evitar entre nós o joio do oportunismo, do vanguardismo, do eleitoralismo, do manobrismo político, do aparelhismo, e construir um partido que mereça a total confiança dos trabalhadores. Já aprendemos que só uma maneira inteiramente nova de fazer política será capaz de efetivamente conduzir a uma sociedade socialista na qual os trabalhadores detenham total e absoluto controle.

3. A política de alianças do PT e as resoluções do V Encontro: um impasse resolvido

"Quem são os aliados do PT?"

Esta questão teve, sempre, dentro do Partido dos Trabalhadores, muita audiência. O PT deve fazer coligações? Com quem deve o PT aliar-se? Taticamente com os partidos que representam as classes antagônicas? Com os partidos chamados de "esquerda" simplesmente? Com que camadas sociais, com que agrupamentos políticos? O PT deve formar uma frente de esquerda? É possível existir uma aliança apenas episódica? Toda aliança é feita para ser posteriormente rompida? Estes são, enfim, os desdobramentos desta preciosa questão.

O primeiro número da revista *Teoria e Debate*, lançada em dezembro de 1987, já trazia o assunto como tema central, com duas ricas argumentações: uma do deputado federal Eduardo Jorge, outra do deputado estadual José Dirceu.

Na mesma época, no V Encontro Nacional, discutindo o plano político-organizativo do partido para os anos de 1988 e 1989, o partido aprovou um documento sobre política de alianças, redigido e incorporado ao documento geral daquele memorável encontro de 4, 5 e 6 de dezembro de 1987. Veja abaixo o capítulo em questão, na íntegra:

> O PT surgiu marcando um rompimento com as tradições reformistas e/ou vanguardistas da esquerda brasileira. O princípio de identidade e independência de classe é o que o distingue dos partidos reformistas ligados a setores da classe trabalhadora. Ao vanguardismo, o PT contrapõe a política de organização aberta, democrática e de massas ligadas à luta social. É esse espírito de independência de classe e de desilusão política com os partidos populistas — assim como os erros históricos do reformismo — que explicam o receio do conjunto do PT em discutir uma política de alianças.
>
> São muitas, no Brasil, as experiências de alianças dos trabalhadores assalariados com outras classes sociais. Na década de 20, os trabalhadores organizaram o Bloco Operário-Camponês. Depois da II Guerra Mundial, o PCB atrelou os trabalhadores a uma suposta burguesia nacional em conflito com o imperialismo e essa frente descambou em colaboração de classes e não numa política de alianças. Na década de 60, a Ação Popular propôs uma aliança operário-estudantil-camponesa que tinha à frente o movimento estudantil e apresentava como plataforma um vago movimento contra a ditadura e a solidariedade ao povo do Vietnã.
>
> No entanto, no campo da luta dos trabalhadores, a esquerda brasileira, de maneira geral, sempre foi incapaz de estabelecer alianças, o que se refletiu na própria incapacidade de as diferentes correntes políticas de esquerda se unirem. O sectarismo, o fracionismo e a divisão, enquanto o Estado burguês se centralizava e a burguesia se unia, foram as marcas da esquerda brasileira.
>
> Nas experiências das revoluções socialistas e de libertação nacional vitoriosas temos exemplos concretos de alianças, dentro e fora do campo dos trabalhadores. Os exemplos clássicos são a aliança operário-camponesa na revolução russa de 1917 e a união dos comunistas de Mao com os nacionalistas de Chiang Kai-Chek, na guerra sino-japonesa.
>
> Mais recentemente, a Nicarágua é um exemplo claro de uma política de alianças que leva à vitória da revolução. A FSLN não só fez alianças durante o processo revolucionário, como as mantém diante das agressões do imperialismo e das necessidades concretas da reconstrução do país. A experiência histórica mostra que nenhum partido revolucionário chegou ao poder sozinho. Foram sempre necessárias alianças, ainda que

parciais e por tempo determinado. Os programas desses partidos contemplam os reais interesses das classes e camadas às quais se propunha o estabelecimento de alianças.

Alianças com princípios

O PT tem enfrentado muitas dificuldades para discutir a questão das alianças, em parte pela experiência negativa da esquerda brasileira, em parte pelo sentimento de independência de classe. Mas é preciso reconhecer que o sectarismo e a intolerância também têm impedido que essa discussão avance no partido. Toda vez que se levanta a necessidade de discussão, ou se propõe concretamente uma aliança, impede-se a discussão com acusações de "reformista" ou "aliado da burguesia", sempre brandindo o fantasma da transformação do PT num partido reformista.

Esse comportamento tem trazido prejuízo ao PT. O exemplo mais sério foi a falta de iniciativa do partido, em São Paulo, que permitiu a ação política proposta pelo MOMSP e, depois, assumida pela CUT, que levou à vitória de Luís Antonio Medeiros, continuador da política pelega de "Joaquinzão". Não custa, sobre isso, lembrar que, nas recentes eleições do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, graças à aplicação de uma política correta de alianças, obtivemos importante vitória.

Na prática, a realidade nos impõe alianças, e de fato as fazemos, como em 1984, na campanha das Diretas, quando o PT objetivamente fez uma aliança com a oposição liberal burguesa e setores da pequena burguesia contra a ditadura militar. A sobrevivência do Colégio Eleitoral e a instauração da "Nova República" não indicam que erramos por termos feito aliança, mostram apenas que, ao lado da imensa maioria do povo, fomos derrotados pelas classes dominantes.

Outro exemplo de aliança foi a tática eleitoral formulada para as eleições de 1986, onde se previa a possibilidade de coligações, desde que cumpridas as condições estabelecidas pelo Encontro Nacional. Era a reafirmação de nosso *slogan* "o PT não se funde, nem se confunde", mas também uma resposta aos que nos acusam de sectários e puristas. Alianças não é uma questão de princípios para o PT, mas o PT só faz alianças com princípios.

Por tudo isso, é chegada a hora de o PT definir uma política de alianças, baseada em seu programa e na independência de classe dos trabalhadores, que leve em conta a correlação de forças hoje existentes na sociedade brasileira. Essa política inclui alianças táticas e estratégicas com setores interessados no fim da dominação burguesa.

A política de alianças que propomos

O desenvolvimento do capitalismo brasileiro criou uma sociedade de classes complexa em que, ao lado da classe trabalha-

dora, cujo centro é o operariado, existem amplos setores sociais e frações de classes com interesses contraditórios em relação às classes dominantes. Setenta milhões de brasileiros vivem excluídos, de fato, dos direitos sociais e políticos, do mercado de trabalho formal e à margem dos serviços sociais.

Esse quadro nos coloca a necessidade de construir uma política para a pequena produção e a pequena propriedade, ao lado da defesa de milhões de brasileiros excluídos e segregados pela lógica do mercado e da livre iniciativa, organizando a luta contra a fome e a miséria.

A partir de um programa de classe trabalhadora para conquistar o poder, dirigir o país e iniciar a construção do socialismo, o PT tem então que assumir uma política de alianças para o Brasil de hoje.

Alianças estratégicas: A frente única classista

Temos que buscar alianças com as forças que atuam no movimento operário e popular, e principalmente dentro do movimento sindical, para nos opormos à burguesia e à ideologia dominante.

Isso significa que devemos tomar a iniciativa nas bases dos partidos que se reivindicam comunistas, socialistas e de trabalhadores, propondo publicamente a unidade de ação política da classe trabalhadora.

Alianças estratégicas: A frente democrática e popular

A frente única classista — que engloba todos os trabalhadores assalariados — não é suficiente para derrotar a dominação burguesa neste país. Para isso é necessária uma aliança de todos os setores que, por suas contradições com a burguesia, estejam dispostos a marchar com os trabalhadores na luta pelo poder. Para o PT, não há aliança estratégica com setores da burguesia.

Os setores que chamamos normalmente de camadas médias e pequena burguesia — sendo estes últimos trabalhadores e também proprietários de seus meios de produção e embora tenham interesses comuns com a burguesia (por exemplo, algumas camadas de pequenos proprietários vivem da exploração do trabalho assalariado, ainda que em pequena escala) — têm também profundas contradições com o capitalismo, que os coloca cotidianamente sob ameaça de arruinamento e de proletarização.

Na luta pelo socialismo deverão ser levadas em conta reivindicações e interesses de outros setores populares que são alijados de seus direitos e são vítimas da opressão, das injustiças e da violência do sistema capitalista. O proletariado urbano e rural é a força principal do processo de transformação para o

socialismo. O operariado industrial é o seu setor mais importante, concentrado e capacitado a dirigir o processo revolucionário. Os camponeses pobres e os assalariados urbanos são os principais aliados do proletário. Setores amplos, como a camada semiproletarizada, marginalizada do mercado de trabalho e de consumo, que tem características explosivas de manifestação, precisam ser ganhos para uma perspectiva revolucionária. Há também setores urbanos numerosos que, por suas condições com o sistema burguês, podem ser atraídos para o bloco revolucionário. Localizam-se aí a intelectualidade progressista e democrática e os pequenos proprietários.

É claro que numa aliança desse tipo haverá uma disputa permanente entre os trabalhadores assalariados e os setores pequenos burgueses. Por isso, é fundamental que a classe trabalhadora forje sua unidade interna para assim conseguir conquistar a hegemonia no conjunto da frente democrática e popular.

As alianças táticas

A partir da definição geral das alianças estratégicas que visam reunir e organizar em torno da classe trabalhadora os setores médios, teremos uma linha para estabelecer aqui e agora táticas em torno das lutas contra a "Nova República" na Constituinte e nas lutas sociais. Prevalecerá sempre a priorização das alianças dentro das classes trabalhadoras; mas não devemos — resguardada a independência do PT — deixar de realizar alianças táticas com forças políticas em torno de objetivos imediatos ou a médio prazo.

Alianças táticas na Constituinte

A partir do Projeto de Constituição do PT e das iniciativas populares aprovadas pelo Diretório Nacional, devemos fazer o mais amplo arco de alianças para nos opormos à aliança conservadora, articulada por Sarney em torno do PFL e da direita do PMDB. É preciso articular a pressão e mobilização social sobre Brasília com uma política de alianças que nos permite enfrentar a direita e a reação latifundiária. Na defesa da soberania nacional, contra o pagamento da dívida externa e a submissão de nossa economia ao FMI, ao capital estrangeiro e ao imperialismo, o nosso arco de alianças atinge até mesmo alguns setores burgueses e liberais. Devemos ter firmeza sobre a necessidade de tais alianças e ao mesmo tempo ter clareza de suas limitações.

Nossa força advém da formação com outras correntes políticas, sindicais e associativas, dos comitês de Defesa do Povo na Constituinte e do Plenário Pró-Participação Popular na Constituinte, e deve expressar-se no Parlamento, num bloco com os partidos progressistas e democráticos contra a reação e a direita.

Alianças táticas na luta contra a "Nova República" e o governo Sarney

Para nos contrapormos à transição conservadora e impor eleições Diretas-Já, devemos articular alianças em torno da campanha das Diretas, sem abandonar nossa campanha contra Sarney e a dívida, e por Diretas-Já. Foi a partir de nossa mobilização e do aprofundamento da crise governamental que fomos capazes de atrair para nosso campo forças que antes estavam indefinidas em relação à "Nova República" ou que corriam em raia própria como o PCdoB e o PSB, e mesmo o PMDB.

Alianças táticas na luta sindical e popular

É no campo sindical e popular que o PT e seus militantes têm mais força — que nos leva muitas vezes a subestimar a necessidade de alianças políticas. As dificuldades aumentam no caso dos movimentos populares, em que muitas áreas políticas estão comprometidas com os governos estaduais e federal e vacilam em se opor, como no caso da Prefeitura janista. Entretanto, devemos, sempre que possível, buscar a unidade de ação em torno das reivindicações populares, pressionando os governos e propondo alternativas às políticas de habitação, saúde, transportes, educação e saneamento, politizando e unificando os movimentos.

Mesmo que não façamos alianças, temos que trabalhar com todas as forças partidárias no movimento popular, respeitando as decisões das assembléias e dos encontros, mesmo quando nossa posição não prevalecer.

O movimento sindical é o espaço privilegiado para uma política de frente única contra a burguesia, já que se trata de uma luta política em que os trabalhadores identificam de forma mais direta e precisa seus principais exploradores. Dessa forma, defendemos o princípio de que devemos buscar essa unidade em torno dos interesses da classe trabalhadora a partir dos organismos por local de trabalho, do sindicato, das centrais sindicais e de outras formas ou locais de organização dos trabalhadores.

Alianças no Parlamento

Temos já algumas experiências em alianças pontuais ou parciais com outras forças políticas, nas Câmaras de Vereadores, Assembléias Legislativas e Congresso Nacional. O exemplo mais recente é a nossa atuação antijanista na Câmara dos Vereadores de São Paulo, em conjunto com parte do PMDB; ou na Assembléia Legislativa de São Paulo, em defesa do gatilho do funcionalismo público, quando nossa bancada, apoiada na luta dos funcionários, aplicou uma tática correta que impôs ao governo Quércia uma grande derrota, arrastando PTB, PDS, PL e PDT ao voto contra o governo e rachando o bloco situacionista PMDB-PFL.

Alianças eleitorais

As alianças eleitorais são mais complexas e exigem uma discussão sobre cada processo, sobre a situação objetiva da cidade, do estado ou do país, sobre as regras eleitorais, os outros candidatos e os objetivos de nosso partido em cada eleição.

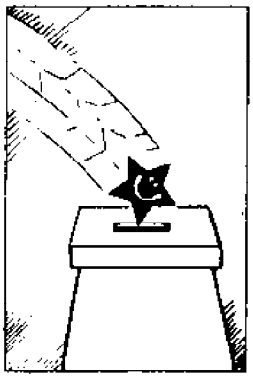
De maneira geral, somos pelo lançamento de candidatura própria, com programas de governo e posição sobre os problemas nacionais, já que entendemos necessário construir nossa própria força eleitoral e eleger candidatos petistas, mas não afastamos a hipótese de coligações, alianças eleitorais, frentes ou coalizões.

Nas eleições de 1986 fizemos uma aliança com o PV, tendo o companheiro Fernando Gabeira saído candidato pelo PT. Tratou-se, na verdade, de uma coligação que ganhou forma de aliança e que possibilitou ao PT a eleição de dois deputados federais e quatro estaduais, não inviabilizando nossa mensagem política nem arranhando nossa independência e nossa proposta socialista.

Existem resoluções que estabelecem normas e regras de procedimentos para a realização de coligações e alianças eleitorais. O que é preciso agora é analisar cada realidade e situação, mantendo nossa posição contra a transição conservadora e o governo Sarney, nossa independência e a proposta socialista.

Por outro lado, não podemos perder o espírito de vigilância petista, principalmente num ano de eleições municipais, em que nossa legenda cresce, já que ter uma política de aliança nada tem a ver com o inchaço ou a diluição de nosso partido e de sua proposta.

(Esta parte corresponde aos parágrafos 76 a 107 do documento.)



4. As campanhas de 1982, 1985, 1986 e 1988

4.1. As campanhas políticas como formas de organização e luta

Diz o articulista Carlos E. Zannatta: "A gente costuma dizer que a força do PT é ao mesmo tempo sua fraqueza, porque os trabalhadores têm muitas atividades (têm que ganhar a vida) e nas horas vagas é que constroem o partido. Além disso, a força do PT é o fato de seus militantes estarem 'metidos' em tudo o que é movimento social... e a fraqueza é que isso os 'divide' no trabalho de construir o partido. Mas é assim mesmo que a gente constrói o PT" (*BN*, n.º 12, p. 8).

Considerado como movimento político, como sabemos, o PT tem mais ou menos a idade das greves dos metalúrgicos do ABCD de 1978/1979. "Em 1979 o Partido dos Trabalhadores cabia numa cela do DOPS" (*Veja*, n.º 903). Considerado oficialmente, o partido é mais novo ainda: 1980.

Em alguns momentos estimulado, noutros prejudicado, o Partido dos Trabalhadores viveu crises internas nestes poucos anos — e que bom indício de vida são as crises! —, seja de organização, como em 1983, seja de identidade, como a chamada "crise de Minas", em 1984. Elas somam experiências e, principalmente, nos mostram o quanto é difícil construir um partido com as próprias mãos.

Após o recém-criado partido receber uma "ducha de água fria" nas urnas, em 1982, o PT, tão marcado pelo "sonho" dos trabalhadores na construção de uma nova sociedade com as próprias mãos, viveu uma crise gerada por uma frustração típica de um batismo de fogo momentâneo. Pisando mais no chão, os trabalhadores tiveram a oportunidade histórica de se livrar de vez da política viciada dos resultados imediatistas e puderam repensar melhor os destinos do partido — pois havia quem imaginasse, nas fileiras do próprio partido, que "o PT não teria futuro".

4.2. A campanha de 1982

Menos de dois anos após ter nascido, o Partido dos Trabalhadores já enfrentaria uma campanha política, inclusive sem dinheiro, para governos de estados, senadores, deputados, prefeitos (à exceção das capitais e áreas consideradas de "segurança nacional") e vereadores.

A tônica das eleições de 1982 foi a de que os trabalhadores brasileiros podiam votar pela primeira vez em um partido formado por trabalhadores, nascido da luta contra a ditadura e contra a vontade dos poderosos que sempre os haviam enganado.

O PT apresentava-se como o partido dos explorados do campo e das cidades que já não queriam mais ser instrumento de ninguém. O PT recusou a unidade das oposições sob o comando da burguesia, discordando daqueles partidos que pretendiam fazer alianças, buscando colocar no mesmo bloco exploradores e explorados. Como dizia o Luís Inácio Lula da Silva ao apresentar o Programa Estadual de Governo do PT do Rio de

Janeiro, "há uma divisão na sociedade e não fomos nós que a inventamos. A casa-grande do latifundiário não é o barraco do lavrador. A refeição do industrial não é o grude do peão. O lucro do banqueiro não é o salário do bancário. O bairro onde mora o grande comerciante não é a vila da periferia onde mora o comerciário. Se somos separados social e economicamente, como poderíamos estar unidos politicamente?", perguntava Luís Inácio Lula da Silva.

Tratava-se de definir claramente quem estava contra os trabalhadores e quem estava a seu lado. Tratava-se não apenas de conquistar mais votos, mas de servir à organização política dos trabalhadores. Para o PT, concluía Lula, "as eleições são uma ferramenta para fazer avançar e crescer a mobilização e a organização do povo. São mais um passo na longa caminhada para a nossa libertação".

O resultado eleitoral da campanha de 1985, três anos após, veio confirmar este desdobramento do partido a nível nacional.

Mas o seu começo nas urnas foi uma dura prova à sua inexperiência e, sobretudo, à sua grande novidade como partido. Mesmo no estado de maior expressão política, São Paulo, o PT angariou um melancólico quarto lugar. Muito pouco, se considerarmos que ali assentara suas bases originais, mesmo tendo feito neste estado um prefeito de uma das cidades do ABCD, no pólo industrial de São Paulo, isto é, Diadema, ficando em segundo lugar em São Bernardo, supostamente seu maior reduto eleitoral, se pensarmos no "clima operário" ainda recente das greves e da resistência à ditadura. É verdade que o PT posteriormente se expandiria, sobretudo no campo.

De qualquer forma, o PT levou em 1982 o que alguns petistas chamaram de "banho de água fria" nas urnas, registrando uma baixíssima densidade eleitoral, obtendo em todo o país nada mais que 3,1% dos votos válidos, sendo, dentre estes, 88,8% só na região Sudeste e, nesta região, cabendo a São Paulo 71,3% do total de seus votos em todo o país.

Em outras palavras, além de praticamente "não existir" eleitoralmente em termos nacionais, inclusive com relação à porcentagem exigida por lei (5,0%), o PT revelava perfil eleitoral totalmente desequilibrado. Por exemplo, em regiões como Norte e Centro-Oeste, somando os estados da região, o partido apresentou, respectivamente, a cifra de 2,0% e 1% do total de votos. Em territórios como Amapá e Roraima e em estados como Mato Grosso do Sul, o partido beliscou a ínfima percentagem de 0,1% ou não beliscou nada (Roraima).

Desdobrando esta inexpressiva votação de 1982, temos: Câmara dos Deputados, 1.458.719 votos, ou seja, apenas 3,0% dos 48.481.170 votos válidos de todo país, elegendo deputados em apenas três estados: SP=6, MG=1, e RJ=1; posteriormente perdendo dois deputados paulistas, um carioca (o caso das expulsões dos que optaram pela eleição indireta de Tancredo Neves), e ganhando um deputado do Mato Grosso do Sul.

Já nos pleitos estaduais o PT obteve em 1982 a cifra de 1.589.645 votos para governadores, isto é, 3,3%; 1.538.786 votos para senadores, isto é, 3,2%, e 1.429.363 votos para deputados estaduais, nada mais que 3,0% em todo país. Ainda em relação a estes dados acima, o Partido dos Trabalhadores não elegeu nenhum governador ou senador e conseguiu eleger apenas 12 deputados estaduais em todo o país, sendo 9 em São Paulo, 2 no Rio de Janeiro e 1 em Minas Gerais. Posteriormente o PT perdeu 2 em São Paulo e 1 em Minas, ganhando 1 em Rondônia.

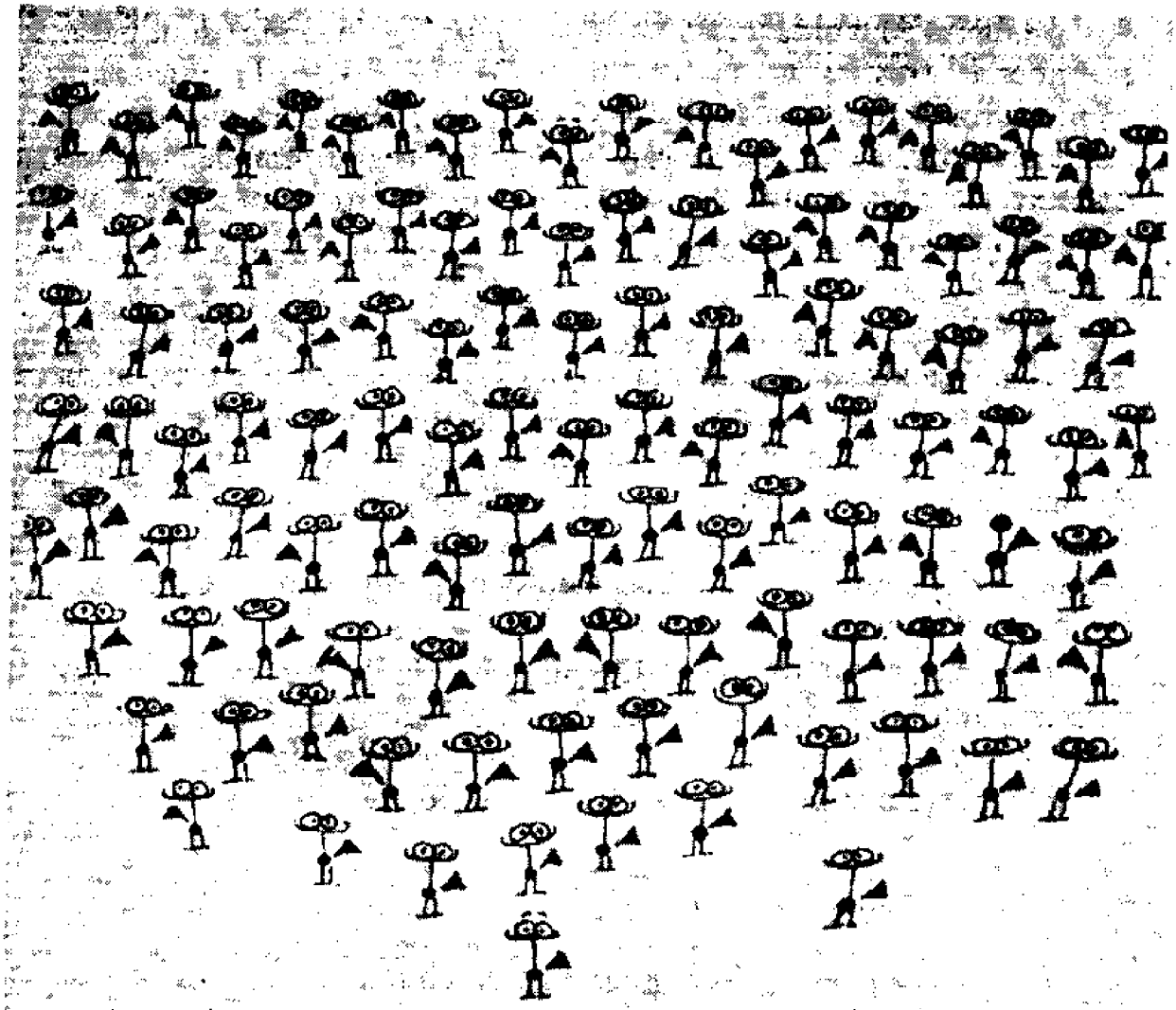
Diante de tal quadro, desanimador inclusive para muitos petistas anteriormente eufóricos quanto ao futuro do partido, era comum ouvir após o pleito de 1982, a seguinte constatação: "O PT morreu antes mesmo de ter nascido".

4.2.1. *O voto útil*

Nas eleições de 1982 apareceu a chamada tese do "voto útil".

Segundo esta tese, sustentada pelos oposicionistas do PMDB, o voto no PT iria dividir, confundindo o eleitorado petista e relativizando a importância da frente de oposições contra a ditadura.

Marilena Chaui, em São Paulo, foi uma das personalidades que mais se destacaram na defesa das posições do PT contra o chamado "voto útil". Segundo ela, a tese do "voto útil" consistia numa tentativa de impedir que o projeto alternativo do PT fosse explicitado, mostrando sua diferença em relação ao projeto do PMDB — e na rasteira deste partido de "frente ampla oposicionista" iriam aparecer os projetos de políticas personalizadas mais tarde: projeto Tancreto, projeto Ulysses, projeto Brizola... Era uma tentativa de negação do projeto do PT. Daí as acusações de que o PT era "divisionista", "simplista" e "sectário". Esta tese, na verdade, apenas queria desqualificar a política do Partido dos Trabalhadores e inviabilizá-lo. Os frentistas podiam aceitar o PT como um grupo, parte de um



Se não houver frutos
Valeu a beleza das flores
Se não houver flores
Valeu a sombra das folhas
Se não houver folhas
Valeu a intenção da semente.

PRESENTE!

bloco, mas não como um sujeito político que tinha um projeto de oposição. Essa tese parte do princípio de que os acordos políticos devem ocorrer na cúpula e que a construção da democracia pode prescindir das massas populares.

Abaixo, uma parte da conferência (não se trata de documento oficial do partido), onde Marilena Chaui analisa a questão de dividir ou não os votos da oposição, na época um dilema colocado pelo PMDB.

> "... a partir do momento em que alguns partidos, efetivamente, procuram se realizar desta maneira (isto é, ser um partido 'moderno e de massas', mas considerando que o PT divide este 'projeto progressista' do PMDB), enquanto para outros a questão volta a ser uma frente e não mais os partidos, é óbvio que a constituição de um partido de oposição aparece para a frente de oposição como um risco. Nesse momento, surge a palavra 'divisionismo', que significa:
>
> 1) impedir a qualificação do ato de opor, impedir que o projeto alternativo que se tenha para a sociedade e para a política se explicite. Se explicite não através do panfleto, não através das plataformas escritas, mas na prática política. Impedir a explicitação de uma prática política de oposição que tenha um projeto qualificado, cujas qualidades e cujos defeitos sequer são examinados, pois se trata de excluir sumariamente um sujeito da cena política;
>
> 2) definir uma perspectiva política na qual simplesmente se nega o que o inimigo afirma, regressando a uma situação política que não leva em conta acontecimentos históricos como o movimento sindical, como as greves operárias, como os movimentos no campo, como as greves de professores e as greves estudantis. Há movimentos sociais neste país realizando-se de uma maneira poderosa. Quando digo que é poderosa não é porque teve vitória aqui ou ali, mas porque é um processo pelo qual, no interior da própria sociedade, é que a oposição foi se realizando. Os seus sujeitos políticos foram criados numa prática efetiva de oposição, e de uma oposição que não dizia apenas *não* a isso, *não* àquilo, mas que reivindicava de forma positiva *isto, isso* e mais *aquilo*. O verbo dividir implica abolir da nossa memória política todos esses movimentos sociais, porque no momento em que esses movimentos sociais se realizaram, eles não se realizaram apenas para dizer *não*, mas também para dizer: queremos *isto, isto, isto* e *isto* e mais *isto*. Houve a qualificação deles próprios e seu surgimento na qualidade de sujeitos políticos, constituindo um verdadeiro contrapoder social.
>
> Afirmar, hoje, que há divisionismo, implica, por um lado, querer impedir a explicitação política de um sujeito de oposição, e significa, por outro lado, querer abolir da memória histórica (o que é sintomático neste país) todo o conjunto dos movimentos sociais pelos quais os sujeitos políticos se constituíram como tais.

> Nesse quadro, é perfeitamente compreensível a teoria do voto útil. A idéia do voto útil está implicada no quadro de uma identidade que não trabalha com a diferença, de uma unidade que não suporta o conflito, de uma perspectiva meramente negativa da política, na qual quem define as regras do jogo é o adversário e o inimigo do qual eu sou um joguete, é a não-qualificação do ato de se opor e é a abolição da figura do sujeito político que foi emergindo dos movimentos sociais".
>
> (Marilena Chaui, *Voto útil?*, mimeo., PT, Núcleo Barão Geraldo, Campinas, 1.º de junho de 1982, p. 10-2.)

> Passadas as eleições não se falou e até hoje não se fala mais em 'voto útil'. Afinal, tratava-se de uma tese natimorta, ocasional, circunstancial, que de fato não teria muito futuro.

4.3. A campanha de 1985

Em primeiro lugar, é preciso dizer que o mau desempenho eleitoral em 1982, entre outros fatores, serviu para o partido se rever e se reorganizar (um dos fatores pelos quais o ano de 1983 foi um ano de "crise" para o PT). Os resultados não tardaram a aparecer, mesmo em se tratando de um pleito diferente. A partir de um salto numérico positivo, o PT surpreendentemente elegeu uma prefeita na quinta maior capital do país — Maria Luísa Fontenelle, em Fortaleza, Ceará — desbancando as oligarquias conservadoras populistas e eleitoreiras da região e conseguiu significativas colocações em São Paulo, Goiânia (onde ainda pairam dúvidas sobre o fato de o candidato petista Darci Acorsi não ter assumido a Prefeitura por questão de fraude eleitoral), Vitória e Aracaju.

Desdobrando os dados de 1985, temos: nas 23 capitais em que concorreu, o partido somou nas urnas mais de 1,4 milhão de votos, ou seja, 10% do total do pleito nacional em jogo. E nas 62 cidades (capitais e outras áreas tidas como de "segurança nacional") o Partido dos Trabalhadores chegou até em terceiro lugar em quase metade, vale dizer, em 28 delas, e em quarto lugar em mais 16 cidades, revelando muita promessa num futuro político. As únicas cidades em que o PT caiu em relação a 1982 foi em Brasiléia, no Estado do Acre, e em São Sebastião, São Paulo. E a única capital em que registrou queda foi na cidade do presidente José Sarney, São Luís, no Maranhão. Por outro lado, nas capitais onde o PT fez o primeiro e segundo lugares, a ascensão em relação a 1982 foi assustadora. Em Fortaleza, saltou de 0,9% do pleito daquela cidade em 1982 para não menos de 35% em 1985; já em Vitória, no Es-

Fraude impede eleição de candidato do PT a prefeito. Goiânia, 1985.

pírito Santo (2.º lugar), pulou de 1,7% (em 1982) para 26,3% (em 1985); em Goiânia (2.º lugar), de apenas 1,0% conseguidos em 1982, saltou para 40,2% do pleito local (em 1985); em Aracaju, em Sergipe (2.º lugar), também o PT saltou da inexpressiva cifra de 0,8% para 15,4%; já em Porto Alegre, no extremo-sul (aqui o PT ficou em 3.º lugar), também marcou salto qualitativo, da quase inexistência de 0,03% (em 1982) para 11,3% (em 1985); mesmo em cidades (não capitais) como Santarém, no Estado do Pará, extremo-norte do país, saltou dos 4,0% do pleito local para 10,2%, angariando um significativo terceiro lugar.

A mais relevante constatação que se pode tirar quando emparelhamos (e não comparamos) estes dois pleitos é o registro de crescimento do PT em áreas anteriormente tão insignificantes, onde o partido praticamente inexistia e, por conseguinte, a verificação de uma tendência de equilíbrio nacional para o fu-

turo. Esta constatação de equilíbrio, posto em números, quer dizer o seguinte:

Em 1982 a Região Norte registrou um salto de 2,0% para 4,8% de seu eleitorado (entendendo aí o eleitorado das capitais como representantes da região). A Região Sul pulou de 4,2% para 6,1% do eleitorado petista. Quanto à Região Nordeste, onde o PT fez uma prefeita (Fortaleza), o eleitorado petista quase quadruplicou em relação a seu todo, saltando dos 4,0% em 1982 para 15,8% em 1985. O que é mais espantoso é que, na Região Centro-Oeste (onde ficou em segundo lugar em Goiás), o PT cresceu sete vezes em relação à porcentagem de seus votos obtidos em 1982, isto é, de 1,0% para 7,1%. Evidentemente, e aí se explica a descentralização, tais percentagens foram roubadas da Região Sudeste, que registrou a seguinte queda: dos 88,8% de 1982 para 66,2% em 1985 em favor do maior equilíbrio. Então, se em 1982 o PT no Sudeste papou 88,8% (71,3% só em São Paulo) e o restante todo do país ficou com a ínfima percentagem de 11,2%, em 1985 este mesmo restante do país saltou para os 33,8%. Estes dados vieram mostrar, três anos mais tarde, após a primeira experiência de urna do PT em 1982, que o Partido dos Trabalhadores não é um fenômeno circunscrito ao ABCD paulistano, ou "partido de macacão", imagem que muitos adversários sempre quiseram passar à opinião pública.

4.4. A campanha de 1986

A campanha eleitoral de 1986, muito próxima da de 1985, pode ser vista como a mais importante das três, obviamente por ter sido a campanha da convocação à Assembléia Nacional Constituinte, instalada em 1.º de fevereiro de 1987 — muito embora em momento algum o PT tenha aceitado a tática da Aliança Democrática de permitir acumular estes dois pleitos num só.

O fato é que a legislação permitia que se instalasse um Congresso Nacional Constituinte com uma campanha acumulada de governadores de estados, e isto pode ter neutralizado em parte o significado político inquestionável do processo constituinte, desviando a atenção do povo para os pleitos estaduais, em detrimento da concentração de forças para a conquista de reivindicações populares na constituição. Quando se deveria ter dado ao processo constituinte um tratamento específico e exclusivo, seguido de amplo debate eleitoral, o que se viu, ao con-

Campanha Suplicy para governador · 1986. Erundina e Paulo Freire.

trário, foi o emparelhamento da campanha à Constituinte a uma outra campanha eleitoral, via de regra de baixo nível, dos executivos dos estados, em geral personalistas e demagógicos.

É preciso salientar também que esta campanha surgiu como um pleito difícil, principalmente para os analfabetos, que votaram pela primeira vez. Este pode ter sido um dos fatores, aliado a certa "descrença" do eleitorado, a justificar a altíssima percentagem de votos nulos e brancos verificados — em torno de 15% dos votos válidos do pleito nacional.

4.4.1. *1986: ano da tentativa de desestabilização do Partido dos Trabalhadores*

Com as eleições de 1985, e já com as classes populares vivendo certa ilusão a respeito da Nova República, após a euforia das "diretas-indiretas" e o drama da morte de Tancredo Neves — oportunistamente aproveitado pela grande imprensa que levou o povo brasileiro a uma certa "vigília política" nacional e muito envolvimento emocional da população, além de posterior frustração —, o PT continuou a granjear simpatias não-eleitoreiras e os resultados não tardaram. Ganhando uma prefeitura

de capital e tendo votação expressiva em outras (segundos, terceiros e quartos lugares), o Partido dos Trabalhadores pregou o primeiro grande "susto" na burguesia e nos partidos de centro-esquerda que haviam traído a luta pelas eleições diretas, antes celebrado com o povo em praça pública. Vale dizer, de um incômodo apenas retórico de antes, a partir de então o PT passa a ser um incômodo político de fato, atravancando os caminhos das elites de direita, centro e centro-esquerda, que esboçaram a Nova República, sob inspiração de Tancredo Neves, Thales Ramalho, Ulysses Guimarães, SNI, Gabinete Civil, Exército etc.

Com menos de um ano de mandato, apesar de ter nas mãos uma Presidência "caída dos céus" (de fato a morte de Tancredo Neves foi inesperada) e governando com um Ministério alheio, o presidente Sarney via a cada momento se desfazer o castelo de areia da Aliança Democrática que o pôs no poder, de forma indireta. O PT crescia e se articulava ainda mais enlaçado aos movimentos sindicais e populares, como uma planta trepadeira se agarra a um muro para tirar vida e alimento. A CUT (Central Única dos Trabalhadores) já não podia ser neutralizada sob pena de contradizer o "momento democrático que o Brasil experimentava" e principalmente por representar o mais legítimo e independente instrumento de luta sindical dos trabalhadores brasileiros de todos os tempos.

Veio o Plano Cruzado e sua euforia. Um plano que buscava enganar os trabalhadores, com medidas populistas e insustentáveis, entre eles o congelamento geral dos preços e a redução brusca da inflação. O PT entendeu o engodo. Criticou-o nas suas raízes antipopulares e antidemocráticas embutidas nos cálculos ou dissimuladas pela euforia. Por exemplo, a relação entre o congelamento de preços "em alta" e os salários, também congelados "em baixa", seu caráter ditatorial, por não ter sido discutido previamente com a classe trabalhadora etc.

O governo e a Aliança Democrática que lhe davam sustentação não esperavam que o PT tivesse uma postura amadurecida diante do plano de arranjo interno da economia. (Lembremos do programa levado ao ar em cadeia nacional pelo PT logo após o lançamento do Plano Cruzado.) Embora a euforia popular e populista fosse generalizada (o IBOPE registrou apoio assustador ao presidente na época como o mais alto do mundo, acima inclusive de Ronald Reagan em seus melhores momentos de Casa Branca), a reação do PT não foi a esperada e o governo não conseguiu neutralizá-lo como desejava. No estado mais rico da federação, São Paulo, a campanha de Eduardo Matarazzo Suplicy, após os 20% obtidos em 1985 (para prefeito), já come-

çava, de modo natural, embora ainda não referendado pelo partido, visando o governo do estado (campanha de 1986), e saía na frente dos outros candidatos. Ora, o PT fazer uma prefeita numa capital do Nordeste até que é aceitável, mas governador na principal máquina econômica do país, aí já é demais! vaticinava o governo em seus gabinetes. O lançamento da candidatura de Antônio Ermírio de Moraes, aliada à euforia empresarial/popular trazida pelo Plano Cruzado (e não é à toa que Ermírio demorasse tanto a escolher um partido), teve como objetivo, entre outros, neutralizar este incômodo primeiro lugar projetado em favor do PT nas primeiras pesquisas de opinião pública de março.

O crescimento do Partido dos Trabalhadores e da CUT precisava ser freado e as imagens do PT e da central sindical precisavam ser denegridas perante a opinião pública, como os "empecilhos à democracia" que o país experimentava. No dia 24 de abril aconteceu o famoso assalto a uma sede do Banco do Brasil em Salvador, Bahia, e é lógico que a burguesia, muito bem equipada (leia-se, Jornal Nacional da Rede Globo etc.), não perdeu a oportunidade que lhe foi oferecida de bandeja para repudiar em alto e bom som um ato equivocado de alguns militantes do PT como se fosse ato de todo um partido. É evidente, em contrapartida, que a condenação ao fato e a expulsão dos implicados pela direção nacional não recebeu a mesma ênfase espalhafatosa que o ato em si.

Não passou muito tempo e a burguesia e todos os adversários do partido não deram trégua na velada campanha de injúrias e difamações, quando da repressão policial aos trabalhadores rurais no dia 11 de julho em Leme, interior de São Paulo. Naquela oportunidade, sindicalistas, militantes, candidatos ou parlamentares do partido foram acusados de provocar a morte (pela polícia, como posteriormente se apurou) de dois bóias-frias. Da mesma forma as apurações do fato só apareceram tardiamente à opinião pública, muito após o fato ter produzido o efeito social esperado pelos adversários e ter-se "esfriado".

Assim, 1986 passa a ser tido como um ano marcado por total desarticulação de um partido em franco crescimento como um partido de "baderneiros e irresponsáveis", que apenas querem "desestabilizar a democracia conseguida depois de muitos anos e sacrifícios". Para completar o desastre, a opinião pública tem de engolir a imagem de um partido derrotado e desanimado, quando, mais para próximo do pleito de 15 de novembro, Eduardo Suplicy inventa de fazer uma trégua de três dias para repensar sua campanha ao governo de São Paulo. O "re-

tiro espiritual" de Suplicy nas matas da Cantareira oferece de graça à burguesia outro presente, em detrimento da imagem do partido, já distorcida a bel-prazer nos meios de comunicação de massas.

Destes e de outros fatos se pode tirar a seguinte conclusão: o PT e a CUT foram e continuam sendo facilmente transformados em bodes expiatórios, tanto da direita conservadora como do centro, que mantêm a Aliança Democrática e a Nova República. Jornalões como *O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo* e, principalmente, *Jornal da Tarde* (só para permanecer em território paulista neste exemplo), não perdem a oportunidade de malhar como podem os judas da democracia e da ordem: o PT e a CUT.

Cumpria (e ainda cumpre) ver a ação político-partidária como ação educadora e, por conseguinte, as eleições e conseqüentes campanhas eleitorais dentro da ação político-pedagógica do ano todo e não apenas em função do dia 15 de novembro.

É muito comum afirmar-se que o PT é um partido eleitoreiro, de caça ao voto etc. Ora, se o partido encara uma campanha desorganizado ou mesmo inorganizado em muitos setores ou regiões, aí é que o partido vira partido de caça ao voto por falta de um trabalho político prévio. O que esperar de um partido "não-eleitoreiro" mas que em outras épocas do ano não deu atenção devida às questões populares e não discutiu nas bases as questões nacionais? Não se pode mais tolerar ausência de campanhas políticas abrangentes ou campanhas políticas centradas apenas nos pleitos e não nas reivindicações sindicais e populares das bases. Se o PT perder a oportunidade deste tão importante ano constituinte terá dado um enorme passo atrás em detrimento de sua natureza e suas profundas raízes político-pedagógicas.

É neste sentido que, a partir de 1987, os núcleos precisaram ser repensados e com urgência, de forma que as lideranças ocupassem o espaço político que outros partidos, mesmo antes do pleito de 1986, haviam ocupado no lugar do PT. A Executiva Nacional, pelas mãos de Perseu Abramo, elaborou um documento para a reunião do Diretório Nacional de 29 a 30 de novembro de 1986, visando avaliar a campanha e o futuro do partido. Neste documento, redigido provisoriamente para posteriores debates, o problema dos núcleos foi severamente atacado: "A maior parte dos núcleos de base que existiam em 1979, 1980, 1981 e 1982 dissolveram-se ou funcionam precariamente. Poucos novos NBs foram criados desde então, e mui-

tos dos instalados, desapareceram posteriormente. Às vésperas de encontros e convenções, criam-se numerosos NBs com o único objetivo de eleger delegados e obter votos em plenário, mas, passadas as eleições partidárias internas, eles funcionam precariamente ou deixam de existir. Além disso, alguns NBs que ainda existiam, este ano foram transformados em comitês eleitorais ou grupos de apoio de candidatos proporcionais e não desenvolveram atividades enquanto núcleos de base. O partido precisará repensar profundamente essa questão: ou o núcleo de base não é a melhor forma de organizar o partido pela base e, neste caso, deve ser abolido de vez, ou continuar sendo a principal instância de atividade político-partidária e de garantia da democracia interna do PT, e, então, deve ser levado a sério, multiplicado, e abranger a totalidade dos filiados do partido" (Executiva Nacional, circular interna, novembro de 1986, p. 17).

4.4.2. *Novos impasses do partido*

A tentativa de desestabilização do PT por parte da burguesia não devia servir, contudo, para justificar problemas sérios de desorganização partidária, debilidade política ou falta de ânimo, erros táticos-estratégicos verificados ao longo de 1986 e 1987 por um partido que pretendia se colocar como a nova e vitalizante "escola política" dos trabalhadores. Neste sentido, alguns problemas sérios precisavam ser repensados e o PT os enfrentou com transparência.

Era preciso repensar com a máxima urgência, por exemplo, o número de filiados do partido. Em 1986 o PT ainda somava a cifra dos 500 mil, já que a campanha de filiação nesse ano não surtira os efeitos esperados, isto é, chegar a 1 milhão até as eleições. Além disso, no final de 1987 o número de militantes constituía apenas cerca de 20% dos filiados.

Outro problema que expressou as dificuldades do partido foi o das finanças. "Até quando vamos continuar dizendo que o PT não é um partido de patrões, não tem recursos próprios, não faz campanhas milionárias..." etc. e continua dependendo basicamente da verba dos deputados? Repensar os núcleos implica também repensar novas formas de angariar fundos dos filiados e outras saídas para este crônico problema. Um partido que pretende assumir o poder com os trabalhadores não pode continuar vivendo das vendas de estrelinhas, adesivos e agendas.

Finalmente, outras questões, como o problema da organização dos diretórios, das secretarias executivas, das disputas internas por fatias de poder dentro do partido, inclusive poder

de influência etc., precisaram ser e foram devidamente atacadas em suas raízes. Todas essas questões desembocaram no V Encontro, de dezembro de 1987. Os resultados do crescimento interno e externo do partido não tardaram a aparecer em 1988.

4.4.3. *Os números da campanha de 1986*

Em que pese as constatações anteriores, o PT cresceu em 1986. Aumentou sua representatividade a ponto de triplicar sua bancada, mesmo não alcançando mais uma vez o patamar esperado pelos dirigentes e militantes. Se cresceu o inesperado em 1985, curiosamente, após o mau resultado nas urnas em 1982, não cresceu o esperado em 1986, após o otimismo de 1985. Muito provavelmente a campanha de difamação disparada contra o partido naquele ano pesou nos resultados. Mas tais oscilações não deixaram de revelar o problema organizacional do partido como a base de seu sucesso ou insucesso. Mesmo depois de três campanhas eleitorais, o pêndulo do sucesso ou insucesso do Partido dos Trabalhadores ainda flutuava conforme as ondas de emoções de seus filiados e simpatizantes. Esta dependência do partido em relação às simpatias ou antipatias da opinião pública era, como continua sendo, perigosa.

O pleito de 1986 pode ser comparado ao de 1985 quanto à tendência de busca do equilíbrio (e os dois, em relação a 1982), embora sejam eleições muito diferenciadas entre si. Assim, a Região Sudeste continuou na casa dos 66,7%, quase a mesma de 1985, com 66,2% dos votos do partido no país. (Em 1982 esta mesma região apontava, como já dissemos, a desequilibrada cifra dos 88,8%.) O Nordeste caiu novamente, dos 15,8%, em 1985, para 9,5%, em 1986 (mas bem superior à cifra dos 4,0 pontos percentuais de 1982). O Norte voltou a equiparar-se a 1982, voltando à baixíssima porcentagem de 2,4% (em 1982 fez tão-somente 2,0%), quando em 1985 tinha dobrado para 4,8%. O Centro-Oeste manteve a boa média de 1985, isto é, na casa dos 7,1%, ao repetir praticamente esta cifra em 1986, com 7,8%, mantendo a espetacular cifra de crescimento em relação à baixíssima porcentagem de 1982 (apenas 1,0% dos votos do PT no país). O resultado mais surpreendente, contudo em relação à busca do equilíbrio em 1986, foram os 13,6% conseguidos no Sul, contra 6,1% em 1985 e apenas 4,2% em 1982.

Assim sendo, se em 1982 as regiões Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sul juntas somaram apenas 11,2% dos votos do PT no país, contra os 88,8% só da Região Sudeste (o que deno-

tava grande desequilíbrio), em 1985 estas mesmas regiões juntas já morderam a cifra dos 33,8% (100% de todo país menos os 66,2% do Sudeste) e em 1986 esta cifra se manteve com 33,3% (100% de todo país menos os 66,7% do Sudeste). Mesmo considerando esta cifra de 1986 do Sudeste alta, o Estado de São Paulo, berço do PT e maior reduto eleitoral do país (não só do PT), continua caindo em favor da distribuição, isto é, 71,3% em 1982 (dentro dos 88,8% da região), 58,0% em 1985 (dentro dos 66,2% da região) e 45,4% em 1986 (dentro dos 66,7% da região).

Veja tabela abaixo.

DISTRIBUIÇÃO DE VOTOS DO PT NO PAÍS.
TENDÊNCIA AO EQUILÍBRIO

REGIÕES	*ANOS DE ELEIÇÕES*		
	1982	*1985**	*1986***
NORTE	2,0	4,8	2,4
NORDESTE	4,0	15,8	9,5
CENTRO-OESTE	1,0	7,1	7,8
SUDESTE	88,8	66,2	66,7
SUL	4,2	6,1	13,6
	100,0	100,0	100,0

Fonte: Diretório Nacional, 30-11-86.

* As percentagens indicam a proporção de votos obtidos pelo PT na região sobre o total de votos do PT no país. O cálculo foi feito a partir dos votos dados à Câmara dos Deputados. Em 1985, os votos são os dos candidatos às Prefeituras. Em alguns estados, faltam dados de algumas cidades.

** Os dados relativos a 1986 resultam de estimativas corrigidas pelas primeiras apurações das eleições de 15 de novembro.

Elas por elas, a campanha de 1986 pode ser comparada principalmente com a de 1982 pela equivalência do pleito, isto é, considerando as eleições para governadores, senadores e deputados federais e estaduais (de 1982 e 1986) e excetuando as eleições para prefeitos e vereadores (em 1982), com a diferença política fundamental de que as eleições para as bancadas federais, em 1986, foram uma eleição constituinte.

No geral, em 1982 o PT obteve em todo país apenas 3,1% dos votos válidos, isto é, excetuando os brancos e nulos. Já em 1986 esta cifra, embora ainda baixa, dobrou para os exatos 6,2%.

Para a Câmara dos Deputados o PT obteve, em 1982, 1.458.719 votos, isto é, 3,0% dos 84.481.170 votos válidos do país. Já em 1986 o PT obteve entre 3,5 a 4 milhões dos votos,

isto é, em torno de 7,0% de cerca dos 57 milhões de votos. Entre governadores, senadores, deputados federais e estaduais, a mais expressiva cifra coube à eleição para os deputados constituintes. Assim sendo, o PT conseguiu eleger 3,7% do total de 487 cadeiras. O leitor a estas alturas deve estar perguntando: por que o partido obteve 7,0% dos votos e ficou com apenas 3,7% das cadeiras? (Mais adiante veremos o porquê no item "A grande perda".)

De qualquer forma, o Partido dos Trabalhadores ampliou o número de estados por ele representados na Câmara Federal. De três estados em 1982 (SP, MG e RJ, posteriormente SP, MG e MS), a bancada federal petista agora abarca mais que o dobro, isto é, sete estados: SP, MG, RJ, ES, GO, PR e RS.

Comparando agora região por região, e tomando principalmente a bancada federal como parâmetro do avanço petista de 1986 em relação a 1982, temos alguns dados interessantes do pleito tendo em vista inclusive projeções futuras.

Começando pela Região Norte, em primeiro lugar, a decepção com o recém-criado Estado do Acre em que o PT beliscou apenas 4,0% dos votos válidos daquele estado, contra os 5,2% de 1982, onde se registrou a única queda petista no país todo.

Já o Estado do Amazonas registrou significativo crescimento, com cerca de 7,0% contra apenas 1,2% em 1982. O Pará também registrou crescimento, embora menor: 1,1% dos votos do estado em 1982 saltou para 3,0% em 1986. Já os territórios de Rondônia e Roraima se mantiveram em torno dos 3,0% a 4,0%.

Ora, comparando a decepção do Acre com o crescimento amazônico nestes dois pleitos, percebemos claramente que o problema de baixa densidade eleitoral, de avanço ou retrocesso, não reside no fato de o PT "não ter saído ainda das portas de fábricas do ABCD paulistano" para ganhar outras regiões, já que o crescimento do PT na zona rural em outras regiões tem sido significativo. Trata-se, na verdade, de problema organizativo, estado por estado, região por região, fora de períodos eleitorais, o que se reflete em seu desempenho nas urnas.

Na Região Nordeste nenhum estado permaneceu estacionado ou retrocedeu. Aliás, na região toda o PT saltou dos insignificantes 0,5% do pleito em 1982 para 3,0% em 1986 (embora na votação para prefeitos, em 1985, o PT tenha obtido 9,4% devido principalmente ao excepcional desempenho de Fortaleza).

Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Bahia permaneceram num baixo patamar em 1986, ou seja, 1,0%, 2,0%,

2,0% e 2,5% respectivamente, embora todos estes estados tenham subido em relação à ainda mais inexpressiva votação de 1982.

Crescimento melhor foi registrado nos estados de Sergipe e Piauí, com cerca de 4,0% cada estado, contra os 0,3% e 0,7% de 1982. Já o Estado do Ceará angariou a segunda posição com cerca de 3,0% dos votos válidos. (Obviamente, lá o PT esperava melhor votação, por ser o estado que tem Fortaleza como capital.)

O Maranhão e a Paraíba também tiveram suas percentagens duplicadas, embora o Maranhão liderasse, em 1982 (ao lado da Bahia e Piauí), com apenas 0,8%. Agora, dos estados líderes entre os petistas em 1982, apenas o Piauí permanece com seus 4,0%, junto com Sergipe.

Somando então estes nove estados da região, igualmente à Região Norte, o PT no Nordeste dobrou sua percentagem, passando dos 4,0% no total da região em 1982 para 9,0% em 1989.

Descendo o mapa e parando na Região Centro-Oeste, temos dados notáveis de crescimento em 1986 com relação a 1982. Goiás saltou dos insignificantes 0,6% dos votos petistas no estado em 1982, para os 10,0% em 1986, isto é, em torno de 20 vezes mais. O Distrito Federal não teve eleições em 1982, mas lá, em 1986, o PT já beliscou 6,0% dos votos. Com certeza a excelente performance eleitoral do candidato Darcy Acorci para a prefeitura de Goiânia em 1985, ficando em segundo lugar, contribuiu para o *boom* petista na região também em 1986.

O Mato Grosso do Sul também não ficou para trás quanto ao salto ascendente dos números, angariando 6,0% dos votos do estado em 1986, contra apenas 0,6% em 1982. Mas surpreendentemente, o Mato Grosso (Norte) não registrou avanço tão significativo, fazendo apenas 2,0% dos votos em 1986, contra 0,2 em 1982.

Somados todos estes estados do Centro-Oeste, o PT cresceu mais ou menos 15 vezes, passando dos insignificantes 0,6%, em 1982, para 8,0% dos votos em 1986.

Mais foi o Sul que obteve o mais surpreendente crescimento entre todas as regiões. Dos estados sulistas, o Rio Grande do Sul segue na liderança com cerca de 5,0% dos votos petistas no estado, contra os 1,1% de 1982. Santa Catarina também saltou bastante, dos 0,4% de 1982 aos 4,0% de 1986 e o Paraná também saiu da incômoda cifra dos 0,4% para cerca de 3,0%.

Estas cifras fizeram a votação petista registrar um crescimento surpreendente, saltando dos meros 4,2% dos votos petistas na região para 13,6%, dados que evidentemente contribuem para a busca do equilíbrio no país.

Finalmente, o maior reduto eleitoral petista, o Sudeste também cresceu em relação aos votos do PT nos estados, comparados a 1982, embora decrescesse dentro do quadro geral petista em favor do equilíbrio buscado pelo partido.

O Estado de São Paulo continua campeão de urnas, com cerca de 13,0% dos votos contra os 9,0% de 1982. Mas, surpreendentemente, foi o crescimento do Espírito Santo que mais alarmou (um crescimento já registrado nas eleições de 1985), ao saltar da insignificante percentagem de 1,2%, em 1982, para 9,0% em 1986.

Outro reduto político importante, onde o PT fez aliança com o PV (Partido Verde) para a campanha de governo do estado, tendo a figura carismática de Fernando Gabeira contribuído para o avanço, é o Rio de Janeiro. Lá também o PT dobrou seu percentual, dos 2,6% de 1982, para os 5,0% de 1986. Quanto a Minas, outro importante reduto político, igualmente ao que ocorreu no Rio de Janeiro, também lá o PT duplicou sua força, isto é, de 1,8% para 4,0%.

Depois do Sul, a Região Sudeste foi a em que o PT obteve maior percentagem do pleito da região, em torno de 10,0% dos votos válidos, contra a metade, em 1982.

Com relação às eleições para governadores de estados, senadores e deputados estaduais, o Partido dos Trabalhadores obteve em 1986 a seguinte votação: cerca de 3 milhões (5,8% do total do país) para governadores, contra a metade em 1982: 1.589.645 (3,3%). Para senadores, obteve em 1986 em torno de 3.200.000 votos (5,6% do total do país) contra 1.538.786 (3,2%), isto é, novamente o dobro do número de votos e o dobro do percentual. Para deputados estaduais, em torno de 3.500.000 votos (6,2% do total do país) contra 1.429.363 (3,0%) de 1982, também atingindo o dobro, numérico e percentual.

Com relação às eleições de deputados estaduais, o avanço do PT também foi significativo, embora não obtendo os resultados esperados. De qualquer forma, em 1982 o PT elegeu deputados em apenas três estados da federação: SP, MG e RJ (posteriormente trocando RJ por MS).

Em 1986 o PT saltou para treze, ou seja, metade dos estados da federação já contam com a atividade parlamentar de pelo menos um deputado petista. Quanto ao número destes

deputados, o Partido dos Trabalhadores quase triplicou, saltando das doze representações para 33. (Cumpre ressaltar que estes dados de 1986, fornecidos pela Executiva Nacional, são estimativos e se aproximam dos índices levantados nos órgãos de comunicação.)

4.4.4. *A questão do quociente eleitoral*

Agora voltamos ao problema dos votos "desperdiçados" dados ao PT, um partido que teve o deputado federal mais votado no país, Luís Inácio Lula da Silva, com cerca de 656.000 votos, cerca de 7,0% dos votos para a Constituinte, e fez dezoito desses deputados, isto é, só 3,7% das 487 cadeiras. Por que isto?

O Partido dos Trabalhadores, em 1986 como em 1982, tornou-se vítima de uma legislação eleitoral retrógrada (o que também atingiu os pequenos partidos com relação ao direito de uso da propaganda eleitoral gratuita na TV, em 1986). Assim, por um problema de quociente partidário, o PT teve de conviver em muitos estados com as "sobras", não conseguindo eleger "mais um" dos deputados onde obteve baixa média, ou "nenhum", sem quociente eleitoral, beneficiando indiretamente outros partidos, como PMDB, PFL, PDS etc., por obterem maior média e "roubarem" deputados do PT.

Numa eleição para Constituinte isto se torna uma perda política irreparável. Vejamos o que afirma Perseu Abramo, membro da Executiva Nacional, num texto escrito para debate dentro do partido, após o pleito de 1986: "É muito importante acentuar a existência desse 'desperdício involuntário' de votos por causa das características especiais das eleições gerais de 1986. É que, agora, estamos elegendo um Congresso Constituinte, e somente as peculiares circunstâncias da convocação desse Congresso com as características que lhe foram imprimidas pela Aliança Democrática e pelo governo Sarney, é que acarretam o citado desperdício eleitoral e a relativa perda do peso político do PT na Câmara dos Deputados.

Se a convocação da Constituinte — segue o articulista Perseu Abramo — tivesse se dado na linha da proposta apresentada em 1985 pelo PT (com revogação do entulho autoritário, legislação eleitoral específica, definição de uma assembléia nacional, bicameral etc.), a situação seria outra. O Colégio Eleitoral Nacional não seria mais a soma dos Colégios Eleitorais Estaduais (o que é característico de eleições convencionais para um Congresso normal, com Câmara dos Deputados e Senado

Federal), mas, sim, o do Território Nacional, e, nesse caso, com o mesmo número de 487 cadeiras na Assembléia Nacional, o PT, com o mesmo número de votos obtidos (3,5 a 4 milhões, equivalendo a cerca de 7,0% dos votos válidos), teria eleito 34 e não 18 constituintes" (Perseu Abramo, *Uma contribuição para o debate*, DN, mimeo., circular interna, 29/30 de novembro de 1986, p. 3).

Finalmente, é preciso ressaltar que estes dados aqui apresentados não devem servir como "propaganda" do partido, mas um painel de suas conquistas vertidas em números. O importante é mostrar ao leitor que o Partido dos Trabalhadores tem um significado e uma mensagem históricas sobretudo para o trabalhador que acredita no partido como o seu canal de ação político-pedagógica na sociedade brasileira contemporânea.

4.5. *Eleições municipais de 1988*

4.5.1. *O crescimento do PT e as explicações cabalísticas*

"Distraído, ao final de mais um dia tedioso, o jovem Luís XVI, 35 anos e rei da França desde os vinte, anotou em seu nobre diário: 'Nada de interessante aconteceu hoje'. Horas antes, na manhã daquele 14 de julho de 1789, no lado leste de Paris, uma multidão arrombava os portões de uma fortaleza de oito torres conhecida pelo nome da Bastilha. Começava a Revolução Francesa, naquele dia tão desinteressante para o rei. Quase dois séculos depois os súditos da Nova República brasileira acordaram no dia seguinte à eleição de 15 de novembro e descobriram, nos diários mais importantes do país, que uma nova estrela brilhava no horizonte político nacional."

É dessa forma que o jornalista Luís Cláudio Cunha, num artigo intitulado "Perdão, leitores" (*O Estado de S. Paulo*, 24-11-88), chama a atenção para o tédio digno dos Bourbons (de exatamente duzentos anos atrás), cercando a imprensa brasileira às vésperas dos resultados eleitorais do então majoritário PMDB sobre os 22 estados onde governa. "O PT — segue o jornalista —, liderando a ala mais radical da plebe tomou a Bastilha de São Paulo — e nós, os jornalistas, ficamos sabendo disso como todos os outros pobres leitores, pela imprensa."

De fato, mal começavam a ser abertas as urnas após o pleito municipal de 15 de novembro de 1988, o Partido dos Trabalhadores já despontava como o grande vitorioso no quadro

geral dos municípios do país. (E aqui falamos não necessariamente em números de Prefeituras conquistadas, mas na matemática geral dos votos e no significado estratégico do pleito, apontando para a corrida presidencial de 1989, ano do centenário da República.)

Contrariando as previsões de pesquisas até o começo do mês de novembro — na última semana e na boca de urna já se fazia sentir o "clima" das vitórias conquistadas em algumas cidades, inclusive em São Paulo, a mais significativa conquista do partido —, o PT despontou como o grande vitorioso, assustando a burguesia nacional, seus partidos, suas lideranças, seus segmentos de classe. Resultado disso: houve uma tentativa indiscutível, por parte dos partidos comprometidos com a Nova República, de minimizar essa vitória, caracterizando-a como votação plebiscitária, resultado exclusivo da crise econômica.

E das formas de "explicação" plausíveis encontradas, uma delas foi a afirmação dando conta de que o voto no PT em 1988, assim como de outros partidos de esquerda, foi o "voto de protesto" da população. Protesto contra a política econômica recessiva do governo, os preços abusivos de tarifas de aluguéis, serviços de saúde e sua burocratização... e a falência do Plano Cruzado ou do Plano Bresser, protesto contra o assassinato de operários em Volta Redonda, acontecido há poucos dias das eleições, protesto contra tropas do governo Quércia em São Paulo contra professores em manifestação pacífica, protesto contra isso, protesto contra aquilo... O voto além de protesto significou reconhecimento de um programa e ação partidária coerentes, comprometidos ao longo da história do PT com os trabalhadores. Não nos esqueçamos que o protesto poderia ter-se manifestado através dos votos nulos ou brancos.

Assim sendo, tais "explicações cabalísticas" foram procuradas fora do partido, como se quisessem dizer: tal coisa aconteceu devido à situação econômica do país, mas fiquem tranqüilos que tal coisa não volta a acontecer de novo. Poucas foram as cabeças ou lideranças fora do PT — por exemplo, o deputado do PFL, Guilherme Afif Domingos, e o governador da Bahia, Waldir Pires — que tiveram a hombridade, a lucidez ou mesmo a frieza de análise para reconhecer nos jornais, rádios ou TVs, que algo acontecia de profundo significado na vida política brasileira com a vitória do PT.

Ora, o PT não ganhou eleições em Volta Redonda e não obteve votos apenas de professores em greve ou de donas de casa impacientes com os preços dos alimentos do mercado ou da feira. Ignorar o significado do crescimento do PT no campo,

a vitória de Erundina em São Paulo como fruto de uma militância nas bases ou mesmo o crescimento do Partido dos Trabalhadores por exemplo, no Rio de Janeiro, onde ele tinha dificuldade de implantação, é não querer ver por dentro o significado político da existência já inquestionável do partido.

Em todo o país, o PT obteve mais de 6 milhões de votos, isto é, cerca de 10% dos 60 milhões do eleitorado do país. (Um número altamente significativo se considerarmos que, em sua primeira prova de urna, o partido obteve em 1982 apenas 1,4 milhão de votos.)

É evidente que o voto no PT também foi um voto de protesto. Mas daí achar explicações apenas mágicas, como se o resultado eleitoral fosse reflexo do acaso, de uma numerologia cabalística que não deve ser repetida... ora-ora, pois-pois!...

4.5.2. *O sentido da vitória do PT*

"O voto no PT teve, assim, duplo sentido. Foi um voto de protesto, porém conquistado pela coerência das nossas propostas. A vitória do PT referendou, também, a matriz partidária que nega a política clientelista tradicional de um lado e da manipulação do movimento social de outro" (Suplemento *Quinzena*, São Paulo, Centro Pastoral Vergueiro, n.º 60, p. 27).

Comparando a vitória de 1988, conquistada pelo Partido dos Trabalhadores, com a vitória de 1974 do extinto MDB — sem nomear o PT de "novo MDB", como faz a revista *Isto É/ Senhor* (Ver o quadro "Podem me chamar de MDB", edição n.º 1.007, de 4 de janeiro de 1989, p. 41) —, o sociólogo e militante Francisco Weffort, num artigo escrito para a *Folha de S. Paulo*, afirma: "Se a vitória do MDB de 1974 teve um sentido fundamentalmente político-institucional, a vitória do PT de 1988 assume um significado fundamentalmente político-social. Se aquela colocava em questão um regime político — ou seja, a ditadura militar —, esta coloca em questão um modelo econômico e um padrão de organização da sociedade, mais do que um regime político ou um bloco de poder instalado em torno disso que se vem chamando de 'transição conservadora'.

Insiste-se muito em chamar o voto dado ao PT, nestas eleições, como um voto de protesto. É evidente que sim. Excluimos, porém, desde logo, a hipótese que pretende conferir a este protesto um caráter meramente circunstancial".

Além disso, o MDB foi uma oposição consentida, enquanto que o PT nasceu de uma reação à política da ditadura, na perspectiva de uma sociedade socialista.

Na verdade, o que é que mudou para que este salto não seja encarado apenas com algo circunstancial? O próprio articulista ensaia uma resposta ao final de seu artigo: "O que mudou é que as tensões sociais existentes dentro desta sociedade extremamente hierárquica e desigual se instalam, a partir de agora, no miolo do sistema político. Vindo de baixo da sociedade e, portanto, de fora dos círculos tradicionais de poder, o PT aparece hoje como uma força política reconhecida pelas massas da população. Significa que terá que ser reconhecido como um parceiro (ou adversário) no jogo do poder. Se esta circunstância pode parecer a alguns desagradável, é em todo o caso inevitável" (Francisco Weffort, "PT: uma virada histórica", *Folha de S. Paulo*, Caderno A-3, 20 de novembro de 1988).

Ademais, a tendência à manifestação do descontentamento social através do processo eleitoral foi diagnosticada pelo partido: "o voto será plebiscitário, o oposicionismo generalizado confunde o eleitorado que reage contra a apatia, e neste quadro é a história do PT que nos diferencia da geléia geral brasileira" (Paulo Delgado, "O Partido em Movimento" *BN*, n.º 41, Dez. 88 — Jan. 89, p. 20).

Outro elemento a salientar é a relação entre as administrações petistas nas Prefeituras conquistadas (e, em todas elas, o plano emergencial de cem dias de governo, a redefinição de prioridades, etc.) e as eleições presidenciais, assim como a responsabilidade política desse desafio. Como afirma Weffort: "Os primeiros sinais de mudança histórica que assistimos devem vir com a campanha para a Presidência da República. O PT e seu candidato, o metalúrgico Lula, saem das sombras dos que tradicionalmente foram colocados à margem da política, para se colocarem debaixo das luzes fortes que se reservam aos que tomam as primeiras posições no cenário. Isto significa, evidentemente, maiores responsabilidades, tanto para as novas administrações municipais petistas, quanto para as equipes petistas que venham a se dedicar a dirigir a campanha nacional. Contando com os primeiros ensaios em Diadema, Fortaleza e Vila Velha, é, na verdade, agora, que o PT dará início à sua grande experiência de administração pública neste país. Cada uma de suas experiências municipais, de agora em diante, será entendida como um passo, necessário e indispensável, para a experiência maior de dirigir o país. É este o desafio que se apresenta ao PT na hora presente".

É por isso que, dentro dos próprios quadros do partido, tem-se considerado o pleito de 1988 a expressão de uma vitória maior que o próprio PT, no sentido de que não se trata de

um eleitorado necessariamente cativo — filiados, simpatizantes ou militantes — do partido. (Ver Documento do Diretório Nacional, SORG, anexo II, circular n.º 7, de 23-11-88.)

Não significa, entretanto, que o Partido dos Trabalhadores se vê, de repente, "amedrontado" diante de uma votação inesperada. Nenhuma vitória foi inesperada. Tanto é verdade que o partido projetou conquistar cerca de cinqüenta prefeituras no país todo e conquistou 39 (36 prefeitos mais três vice-prefeitos em coligações). Portanto, abaixo mesmo da meta projetada, embora o PT tenha alcançado também um número elevado de segundos lugares, inclusive em algumas capitais. "Normalmente o partido contava com este eleitorado fiel, mais os novos setores que se deslocavam à esquerda, diminuindo suas percentagens conforme os indecisos iam se definindo por alternativas menos marcantes por suas posições políticas. Coloca-se, assim, para nós, pela primeira vez, a possibilidade de nos erigirmos como *alternativa hegemônica* à crise política que o país atravessa". (Wladimir Pomar, "Subsídios para discussão", I — *Nova conjuntura política*, DN, SORG, anexo II, p. 2, 23-11-88.)

No âmbito das administrações o PT sabe que vai enfrentar oposições de todos os lados, cofres vazios, cobranças múltiplas de segmentos da sociedade por mudanças necessárias e rápidas, redefinições de prioridades, pressões de empresas de transporte urbanos e empreiteiras credoras, e assim por diante. Mas suas administrações, seja em São Paulo, seja em Icapuí, no Ceará, por exemplo, serão fundamentais para a consolidação do partido e para o avanço da consciência e da organização da classe trabalhadora no Brasil.

4.5.3. *Os dados do crescimento*

Para quem conhece o PT como o partido de gente raivosa, decidida, obstinada, intransigente, radical, "que se recusava a estabelecer alianças com setores progressistas", as coligações firmadas pelo partido demonstraram que não se tratava de simples sectarismo, mas de coerência, porque aos olhos do PT acordos se estabelecem com base em programas e não em conchavos guiados pelo personalismo, por interesses fisiológicos, materiais etc.

Para disputar eleições em 25 capitais o PT fez coligações pelo menos em dez oportunidades, trazendo para suas fileiras outros partidos de esquerda, como o PCB, o PC do B, o PSB, o PSDB, o PV e o PH, sem contar com alianças táticas dentro da corrida eleitoral, como o apoio recebido pelo PDT, por exem-

OS ALIADOS DO PT

Nosso partido faz coligação em dez capitais

Estado	*Cidade*	*Coligação*	*Candidato a Prefeito*	*Candidato a Vice*
AC	Rio Branco	PT, PV e PCB	Nilson Mourão	Francisco Raulino Farias
AL	Maceió	não há	Pedro Verdino	Benedito Roque da Costa
AP	Macapá	não há	Antonio Correia Neto	Manoel das Graças
AM	Manaus	não há	José O. Barroneas	Fátima Monteiro
BA	Salvador	não há	José E. Ribeiro (Zezéu)	
CE	Fortaleza	PT, PSB, PCB e PV	Mario Mamede	José Maria Pontes (PSB)
ES	Vitória	PSDB, PSB, PT, PV, PC do B, PCB e PH	Vitor Buaiz	Rogério Medeiros
GO	Goiânia	PDT, PT e PV	Pedro Wilson	Pinheiro Sales
MA	São Luís	PT e PS	Ribamar Helly	José Maria Medeiros (PS)
MT	Cuiabá	PT, PV, PSB e PC do B	Serys Shessarenko	Odemar Leotti
MS	Campo Grande	não há	Alcides Modesto	Ricardo Brandão
MG	Belo Horizonte	não há	Virgílio Guimarães	Antonio Carlos Pereira
PA	Belém	não há	Humberto Cunha	Bernadete Menezes
PB	João Pessoa	PT, PSB e PV	Carlos Alberto D. Bezerra	
PR	Curitiba	não há	Claus Germer	Gilberto Carvalho
PE	Recife	não há	Humberto Costa	Dilson Peixoto
PI	Teresina	não há	Antonio Rodrigues S. Neto	
SE	Aracaju	não há	Marcelo Deda	Edmilson Araújo
RJ	Rio de Janeiro	não há	Jorge Bittar	
RN	Natal	PT, PSB, PH e PC do B	Waldson Pinheiro (PSB)	Hugo Manso Junior
RS	Porto Alegre	PT e PCB	Olívio Dutra	Tarso Genro
RO	Porto Velho	não há	Odair Cordeiro	Iolanda Carvalho
RR	Boa Vista	não há	Evandro Gonçalves Chaves	
SC	Florianópolis	não há	Flávio Valente	Odilon Silva
SP	São Paulo	PT, PCB, PC do B	Luiza Erundina	Luiz Eduardo Greenhalgh

Fonte: BN, n.° 38, p. 4.

plo, em São Paulo, com a retirada da candidatura do ex-petista Aírton Soares em favor de Erundina, em Campinas, SP, e outras, ou mesmo apoios de boca de urna de partidos que na reta final se viram sem chances de vitória. Isso sem contarmos ainda com as composições das Mesas das Câmaras Municipais a partir de janeiro de 1989, com todas as negociações que implicaram.

Veja, acima, o quadro das coligações nas capitais.

• *Prefeitos e vereadores eleitos*

1982, a grande surpresa. O PT, um bebê de dois anos de vida, não obteve os resultados eleitorais esperados em seu primeiro embate eleitoral, elegendo apenas o prefeito de Diadema, Gilson Menezes, e amargando um segundo lugar em São Bernardo do Campo, cidade-berço do partido.

1988, a grande surpresa. O PT, este menino atrevido de oito anos, obtém 36 prefeituras e três vice-prefeituras. Mesmo sendo um número abaixo das cinqüenta projetadas na campanha, o partido obtém vitórias em regiões que representam hoje 30% do Produto Interno Bruto do país. Entre elas, a mais significativa vitória, em São Paulo, e outras duas capitais, Porto Alegre e Vitória. E ainda Campinas, São Bernardo do Campo, Santo André, Diadema, Santos, Piracicaba ou as "cidades do aço" de Minas, de altíssima arrecadação de ICM: Ipatinga, Timóteo e João Monlevade. Cidades onde a concentração da classe trabalhadora, dos sindicatos combativos, dos movimentos populares, são significativas e estão mais organizadas.

Veja o quadro comparativo abaixo. Ele nos mostra a evolução deste crescimento nas capitais.

O crescimento do PT nas capitais (Total de votos obtidos pelo PT em 25 capitais, 1982-1988)	N.º de votos (em milhões)					
	3	2	1	0,70	1,4	3,1
	1982		1985		1988	Ano

Fonte: BN, n.º 41, p. 4 e 5.

Eis o quadro das conquistas de Prefeituras do Partido dos Trabalhadores.

AS 39 CONQUISTAS

O PT elegeu prefeitos em 36 municípios (e o vice, em coligação, em mais três), distribuídos por doze estados. A seguir, a relação de cidades onde o partido ganhou as eleições:

Porto Alegre (RS)
Rio Grande (RS)
Ronda Alta (RS)
Severiano de Almeida (RS)
Balneário Camboriú* (SC)
Campo Erê (SC)
Salto do Lontra (PR)
São João do Triunfo (PR)
São Paulo (SP)
Santos (SP)
Campinas (SP)
São Bernardo (SP)
Santo André (SP)
Diadema (SP)
Piracicaba (SP)
Americana* (SP)
Presidente Bernardes (SP)
Jaboticabal (SP)
Conchas (SP)
Cosmópolis (SP)
Cardoso (SP)
Cedral (SP)
Angra dos Reis(RJ)
João Monlevade (MG)
Itatinga (MG)
Timóteo (MG)
Dionísio (MG)
Ilicínea (MG)
Santana da Vargem (MG)
Santana do Manhuaçu (MG)
Vitória (ES)
Jaguaré (ES)
Guapó (GO)
Amambai (MS)
Amélia Rodrigues (BA)
Jagaquará (BA)
Icapuí (CE)
Baturité* (CE)
Janduis (RN)

* presença na vice-prefeitura

Fonte: BN, n.º 41, p. 8.

Quanto ao número de vereadores, o PT elegeu em torno de mil (1007, para sermos mais exatos) em 1988, quase seis vezes mais o número de 1982, quando elegeu 179.

O quadro abaixo nos dá uma idéia aproximada (ainda não definitiva) desta cifra, excetuando-se o Estado de Tocantins, onde o PT fez apenas um vereador.

TOTAL DE ELEITOS

Estado	Prefeito e Vice	** Vereadores
AC	—	06
AL	—	04
AP	—	05
AM	—	03
BA	02	25
CE	01+1*	11
ES	02	53
GO	01	58
MA	—	11
MG	07	250
MT	—	05
MS	01	03
PA	—	37
PB	—	05
PR	02	32
PE	—	03
PI	—	03
RJ	01	19
RN	01	07
RS	04	125
RO	—	17
RR	—	01
SC	01+1*	45
SP	13+1*	276
SE	—	03

Total de Prefeituras: 36
Total de vereadores eleitos: 1007

* Subprefeituras:3

** Até o fechamento desta edição, alguns municípios ainda não haviam fornecido os resultados oficiais. Nestes casos, os números se baseiam em projeções e/ou números extra-oficiais.

Fonte: Teoria e Debate, n.º 5, p. 7.

É surpreendente também o número de vereadores apoiados por movimentos sociais rurais, mesmo onde o PT não fez prefeitos. Ainda que tendo conquistado prefeituras de metrópoles, onde o capitalismo concentra uma quantidade extraordinária de operários que caminham a passos largos para a maturidade política, os dados mostram que no campo o partido marcou presença significativa. No Brasil rural, "nessa triste face do Brasil — conforme expressão do companheiro José Gomes da Silva — onde a carteira de trabalho é ainda uma ilustre desconhecida e onde agricultores que pagam horas extras aos seus empregados são considerados comunistas" (*BN*, n.º 41, p. 16), o Partido dos Trabalhadores esteve mais presente do que imaginam as velhas e novas oligarquias — ou a UDR de Ronaldo Caiado, com suas mirabolantes estatísticas. "Acrescente-se que cerca de 40% deste total (de vereadores) são trabalhadores rurais ou militantes vinculados às lutas do campo", conforme expressão do companheiro Hamilton Pereira. Ele acrescenta: "Este resultado por si só seria suficiente para registrarmos que pela primeira vez na história do Brasil estamos construindo um partido de operários e camponeses" (*BN*, n.º 41, p. 17).

• *O número geral de votos no pleito de 1988*

Tão importante quanto o número de cidades conquistadas é o número de votos, podendo-se projetar um crescimento que põe o Partido dos Trabalhadores no primeiro patamar da luta presidencial de 1989.

Segundo projeção feita pelo IBASE, a partir de dados da apuração nas cem maiores cidades brasileiras, num total de 38% da população, o PT foi o grande vitorioso, conquistando 28,8% desses votos, ou seja, desse número geral de 38% da população, elegendo nelas 11 prefeitos. O PMDB, embora tendo feito 23 prefeitos aí, não ultrapassou os 18,4%. Nas capitais, por exemplo, onde o partido da Nova República reinava absoluto em 22 estados da federação, só fez prefeitos em Salvador e Teresina. Já o segundo colocado, após o PT, foi o PDT de Leonel Brizola, que elegeu dezenove prefeitos e alcançou 25,8% dessas cem maiores cidades, mas teve de amargar a derrota em Porto Alegre, seu grande reduto, além de assistir ao crescimento do PT no Rio de Janeiro. O PFL fez 7,0%, também elegendo prefeitos em onze dessas cidades, o PDS, na ditadura o "maior partido do Ocidente", não ultrapassou os 2,3% das preferências e o PL beliscou apenas 0,5%. O PSDB, mesmo fazendo o pre-

feito em Belo Horizonte, não teve votação nas demais cidades grandes do país.

Para ficarmos só com as capitais, veja no quadro abaixo o índice do crescimento do PT de 1982 a 1988 em comparação com outros partidos.

TOTAL DE VOTOS

Partidos	*1982*	*1985*	*1986*	*1988*
PT	1.458.719	1.492.030	3.489.950	2.826.782
PDT	2.394.723	1.776.836	4.000.000	1.527.002
PMDB	17.673.682	4.165.768	27.800.000	2.402.763
PDS	17.779.849	536.402	4.100.000	1.626.573
PFL	—	1.107.051	10.400.000	702.262
PCB	—	59.866	350.000	33.167
PTB	1.829.055	1.810.619	3.300.000	517.772
PC do B	—	—	550.000	14.630
PL	—	—	1.000.000	648.967
PSDB	—	—	—	993.619

1982: Resultado para deputado federal
1985: Resultado para prefeitos das capitais
1986: Dados aproximados (não oficiais) para deputado federal
1988: Resultado para prefeitos das capitais

Fonte: Teoria e Debate, n.º 5, jan./fev./mar. de 1989.

Mas o quadro acima revela também alguns dados preocupantes. Vamos a eles.

Na divisão estado por estado, embora o PT tenha feito vereadores em todos, em alguns deles ficou aquém da expectativa. No recém-criado Estado de Tocantins e em Roraima, o Partido dos Trabalhadores fez apenas um vereador em cada estado. No Sergipe e em Piauí também a cifra foi baixíssima, com apenas três em cada e quatro em Pernambuco, subindo para cinco em Alagoas, no Amazonas, no Amapá e no Mato Grosso (Norte), seis no Acre. E mais. Nestes estados de baixíssimo índice o PT não fez prefeitos. Também não fez prefeitos no Estado do Maranhão, com onze vereadores, em Rondônia, mesmo tendo feito lá 29 vereadores, ou no Pará, com 37 vereadores. No Mato Grosso do Sul, mesmo tendo feito um prefeito, a quantidade de vereadores foi baixíssima, apenas três, assim como no

Rio Grande do Norte, com apenas sete vereadores, apesar de ter feito também um prefeito. Enfim, são números nada alentadores, que denotam o quanto o PT precisa enraizar-se nos movimentos sociais do campo e da cidade, para que os trabalhadores dessas áreas de intenso conflito social descubram, também pelo voto, a verdadeira face do partido.

Por outro lado, há estados em que o PT, se fez poucas Prefeituras, mostrou, na eleição de vereadores, que o trabalho do partido já vai surtindo significativos efeitos. Em Goiás, por exemplo, o Partido dos Trabalhadores só fez uma Prefeitura mas elegeu 61 vereadores. No Espírito Santo, 52 vereadores, apesar de apenas duas Prefeituras conquistadas. Em Santa Catarina, além de só um prefeito e um vice (em coligação), fez 45 vereadores, e no Rio Grande do Sul, apesar de apenas quatro prefeitos, incluindo a expressiva vitória em Porto Alegre, o PT elegeu 122 vereadores.

Mas como o leitor pode observar (ver gráfico nas páginas anteriores), os estados de maior crescimento foram mesmo Minas Gerais e São Paulo. Depois de São Paulo, Minas foi o estado que mais elegeu vereadores, num total de 250 e um bom número de Prefeituras conquistadas, mesmo não tendo sido eleito o prefeito em Belo Horizonte. Em São Paulo foram eleitos treze prefeitos, incluindo a Erundina na capital, e mais um vice, na coligação em Americana, e a expressiva soma de 276 vereadores.

Para finalizar, não podemos esquecer os segundos e terceiros lugares conquistados pelo PT. Se em muitas Prefeituras não houve vitórias eleitorais, tais colocações refletem o quadro evolutivo do partido em todo o país, credenciando o PT para uma possível vitória na campanha presidencial de 1989.

Observemos as capitais. Em Belo Horizonte a disputa foi acirrada, assim como em Goiânia. Já no Rio de Janeiro, outro segundo lugar, se a disputa não foi acirrada com o vencedor, do PDT, pelo menos mostrou crescimento do PT, onde o partido praticamente inexistia. Não podemos esquecer também a performance de terceiro lugar em cidades importantes como Recife.

Fora das capitais, especificamente no Estado de São Paulo, o PT foi vitorioso na maioria das grandes cidades. Na Grande São Paulo obteve votação expressiva, ficando em segundo lugar em São Caetano do Sul e em terceiro em Osasco e Guarulhos. Também tirou outro terceiro lugar em São José dos Campos.

No Estado do Rio, especificamente em Volta Redonda, palco da tragédia anterior ao pleito, o PT não venceu mas anga-

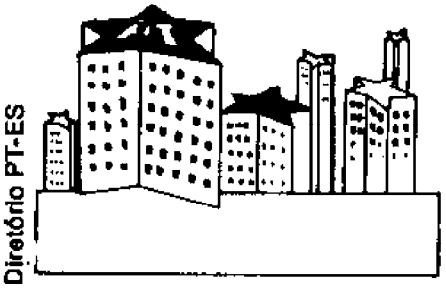
riou um importante terceiro lugar, expressão natural do crescimento do partido.

Enfim, são resultados reveladores. Se o PT não venceu em todas as grandes cidades, cresceu inequivocamente, constituindo-se hoje como o maior partido de oposição à Nova República.

★★★

CAPÍTULO VIII

ADMINISTRAÇÃO POPULAR PETISTA


Diretório PT-ES

1. O Partido dos Trabalhadores e os movimentos populares

Ao ler um cartaz de campanha eleitoral colado num poste da capital paulista, surpreendem-nos o lema de um candidato do PTB, que dizia: "Vote em fulano de tal, gente nossa". Um cartaz que refletia, na verdade, a medida do "conteúdo político" de sua proposta e a de seu partido. Aquele candidato — que por sinal não se reelegeu na campanha de 1986 — representava uma forma viciada de fazer política.

Num país onde reina o clientelismo, a mera barganha de favores pessoais ("gente nossa"), e corporativismo, o fisiologismo partidário e mais um sem-número de vícios, a idéia que o povo tem de *política* e de *políticos* tradicionais — mesmo diante de partidos que se arvoram ser "representantes" dos trabalhadores ou do povo — é sempre a mesma: a do político eleitoreiro, a do caça-votos-depois-desaparece. Para usar uma jocosa expressão do Lula, são os "políticos-Xuxa": "beijinhos-beijinhos, antes de 15 de novembro, tchau-tchau, de 15 de novembro até as próximas eleições". Bem diziam alguns representantes de favelados da Zona Leste de São Paulo: "Em épocas de eleições esses partidos vêm com a parafernália de carros de som, palanques... As praças ficam superlotadas. É claro que a gente assiste aos *shows*, porque são de graça. Quando começa o falatório de candidatos, a maioria se recolhe de volta pra casa e eles ficam falando pra uma meia-dúzia, que nem pastor em praça pública. Depois vão embora sem perceber que a gente

já distingue muito bem *show* de artistas de *política*. No dia 15 de novembro a gente entra em silêncio nas cabines eleitorais e vota nos candidatos do PT, que estão com a gente na luta do dia-a-dia".

Mas o cenário nacional começa a mudar de face. Emir Sader nos ajuda a relembrar as origens recentes do PT: "Nascido em um clima de enterro teórico e político de Marx e Lênin, importado da Europa mediterrânea, depois de uma ruptura de geração com as anteriores tradições do movimento popular brasileiro, o PT encontrou uma de suas grandes fontes de vitalidade no aprendizado concreto a partir de sua própria prática. Para banhar-se da nova realidade social e política que emergia do *boom* econômico da década anterior e das transformações impostas pela ditadura militar, esse procedimento revelou-se um elemento diferenciador favorável ao PT em comparação com outras velhas forças partidárias.

A CUT, as Pastorais da Terra e do Menor, as Comunidades Eclesiais de Base, as associações populares nos bairros, puderam se constituir em um manancial insubstituível de experiências de base, que dá ao PT um selo de identidade com os 'de baixo' e que serve como referência social inalienável de seu horizonte político" (Emir Sader et alii, *E agora, PT? — caráter e identidade*. São Paulo, Brasiliense, s/d., p. 163).

O leque de relações do partido com as bases é amplo e organizado, desde setores como política urbana, agrária, administrativa, financeira, habitacional, de transporte, educação, saúde: até os sem-terra, camponeses, operários, sindicatos, donas de casa, empregadas domésticas, mulheres, negros, menores, carcerários, homossexuais, professores, estudantes, jovens, desempregados etc.

Só para se ter uma idéia desta amplitude, a Secretaria Nacional de Movimentos Populares (SNMP) do PT divide seus trabalhos a partir de temas com os quais se defronta no dia-a-dia de sua intervenção. Temas ainda em aberto, tanto em suas discussões — o que é natural em se tratando de questões históricas e sociais —, como em suas elaborações dentro do partido. Assim estão eles distribuídos, podendo inclusive sofrer alterações, adendos etc.: lutas urbanas — entidades, transporte, saúde, moradia, reforma urbana, mulheres, negros, ecologia (preservação do meio ambiente, respaldo técnico-científico), educação, índios, menores, portadores de deficiências, idosos. Todos com suas instâncias próprias (o coletivo, as secretarias e grupos de trabalho, GTS, plenárias. . .).

O problema da relação entre partido e os movimentos populares pode ser polêmico, porque surgido da intervenção do partido junto aos movimentos sociais. Daí a discussão, sempre aberta, dos limites e especificidades das duas formas de organização, seus papéis no processo revolucionário mais global, seus potenciais, suas articulações, os níveis possíveis de ajuda mútua, de interação de atividades... conduzidos no marco da práxis do partido e dos movimentos sociais. Daí também um sem-número de questões que só a evolução histórica do partido e dos movimentos populares poderá responder a contento.

Exemplo: os movimentos populares por si só podem transformar a sociedade? O que dizer da natureza e da forma de condução dos problemas inerentes a cada um deles? ... Como combinar as reivindicações específicas com as bandeiras de luta em torno das quais se organizam setores da população. É a partir dessa seleção e interação dialética entre o Partido dos Trabalhadores e os movimentos populares, que se encontrarão respostas para essas questões.

O que importa é cada qual conservar sua natureza própria sem roubar do outro o que lhe é específico: "...hoje é inegável a importância que tem assumido na conjuntura latino-americana os Movimentos Populares, como espaço de conscientização, organização e questionamento das políticas do Estado. Mas também temos que ter claro os limites concretos que eles (os MPs) possuem, devido sua capacidade intrínseca de elaborar um projeto político para a sociedade como um todo e de colocar a questão do *poder*. É precisamente nesses dois limites que devemos discutir o papel do partido político, livre de idéias preconcebidas e distorções que se apresentam nos partidos de esquerda no Brasil.

Quando discutimos a necessidade do partido, temos que levar em consideração que ele é o único instrumento capaz de articular uma proposta para toda a sociedade, de dar uma direção de classe, de ser uma vanguarda. Isso não é contrário com 'ter bases', ser 'de massa'. O partido não se confunde com a massa mas recolhe as aspirações dela e as faz voltar enquanto política. Se está distanciado da massa, é claro que não cumpre esse papel" (*Relação partido/movimento popular/movimento sindical e Estado e movimento popular*. São Paulo, Inca, Ed. provisória, cap. IV, p. 9).

É sabido, no entanto, que alguns pontos precisam ser melhor elaborados: a) uma política de implantação e nucleação nesses movimentos; b) uma política de direção, não no sentido de intervencionismo; c) uma política de estímulo às organiza-

ções populares na sua busca de autonomia em relação ao Estado, assim como na sua própria relação com os partidos políticos, instituições ou entidades filosóficas e religiosas...

Aqui o problema dos movimentos tornarem-se "correia de transmissão" reaparece como no caso do movimento sindical. Trata-se, para o PT, de respeitar sua autonomia e democracia interna;

Finalmente, e muito relacionado com o que acabamos de dizer, d) o PT deve considerar a natureza diferenciada das lutas e das formas de militância, tanto do partido como dos MPs, no sentido de que ambas as instâncias são, em maior ou menor grau, formas de luta política.

Para se livrar das formas viciadas de se fazer política, o que está sempre em jogo entre um partido "pseudopopular" e um partido democrático e de massas é a própria capacidade de o mesmo criar e reforçar, pelas bases, as amarras entre as forças dos "de baixo" e o próprio partido, como organismo político de exercício do poder necessário a toda e qualquer transformação efetiva da realidade. "O fundamental — aponta-nos o saudoso companheiro Éder Sader — é uma *política onde as soluções materiais venham vinculadas à mobilização e participação direta da população.* (...) A elaboração das alternativas políticas para o município tem que levar em conta um objetivo central: a capacidade das classes populares para o exercício do poder" (Éder Sader et alii, "Sobre o exercício do poder popular no âmbito do município", em *Política municipal.* São Paulo, Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, p. 27-8).

O exercício do poder popular pressupõe a abertura de canais populares efetivos de participação nas esferas do poder, inovadores e de inegável importância para discutir prioridades a partir das reivindicações, para fiscalizar as administrações, o que reforça o processo de auto-organização popular e, desta forma, pode contribuir para a mudança da correlação de forças favorável aos trabalhadores. É nessa perspectiva que o partido propõe a construção de *Conselhos Populares.* Tais conselhos são uma tentativa de representação popular apoiados nas organizações, associações e movimentos já constituídos ou em construção. Baseados numa ampla estrutura democrática, prática sem a qual qualquer ação unitária ficaria comprometida. (Ver, a propósito, artigo de Celso Daniel, "Participação Popular", Vários autores, em *A educação como ato político-partidário.* São Paulo, Cortez, p. 187-99. Ver também artigo de Luiza Erundina de Souza, "O PT e o poder legislativo municipal — limites e responsabilidades", ou ainda, o texto de Elói Pietá, "Relações

entre os vereadores e os movimentos sociais", em *Política municipal*, p. 45-51 e 52-6, respectivamente.)

1.1. Os conselhos populares e a cara do PT

Como forma de exercício democrático direto, a experiência dos Conselhos Populares vai se tornando uma importante proposta do PT. O debate sobre as funções consultivas ou deliberativas dos conselhos assim como as formas de sua construção nos bairros tem alimentado um rico debate no PT. Veja-se, por exemplo, a reprodução feita pela *Gazeta de Pinheiros*, jornal da Grande São Paulo, em dezembro de 1987, por várias tendências que atuam dentro do Partido dos Trabalhadores, sobre esta experiência inusitada de participação popular. (Artigos do vereador Maurício Faria, de Valeska Peres Pinto, membro do Diretório Estadual Paulista, de José Correia, membro da Executiva Municipal, do deputado estadual paulista Roberto Gouveia, do professor José Álvaro Moisés ou do deputado estadual paulista e secretário geral José Dirceu.)

Experiências semelhantes, guardadas as diferenças históricas, já foram vividas no Brasil, com as Ligas Camponesas no Nordeste nos anos pré-64 (começaram em Pernambuco em 1955 e se estenderam para Goiás, Maranhão e Paraná, até suas dissoluções em 1964), num misto de assistência a trabalhadores de engenho e cooperativas, depois evoluindo para as gestões de sindicatos rurais. Fora do Brasil, os Conselhos de Defesa da Revolução Cubana, em 1960, e, vinte anos mais tarde, os Conselhos de Defesa Sandinista, que operaram na Nicarágua de 1979 a 1982 como células populares da revolução sandinista, também são exemplos dessa inserção popular mais profunda baseada em organizações democráticas que controlam e interferem no governo.

Mesmo no Partido dos Trabalhadores, na administração Gilson Menezes em Diadema (e na curta gestão do prefeito Magno Pires em Vila Velha, ES), os conselhos populares foram uma experiência pioneira de governo municipal em conjunto com os trabalhadores. Neles o povo discutia permanentemente com o prefeito os destinos que deveriam ser dados às verbas da Prefeitura, assim como as prioridades de aplicação das mesmas. A estatização do serviço de transporte coletivo naquela cidade — a Empresa de Transporte Coletivo de Diadema (ETCD) — controlada por um Conselho Deliberativo constituído por representantes de onze bairros da cidade, pelo Sindicato

dos Condutores de Veículos Rodoviários, pela Câmara e pela Prefeitura —, esta mudança veio enraizada nos desejos da população em acabar com o péssimo serviço de transporte oferecido pelas empresas particulares, decisão tomada principalmente a partir desses Conselhos Populares dos Bairros. A proposta e as experiências com os Conselhos Populares foram alvo dos mais variados ataques porque minam o poder conquistado, em grande medida, pelas elites na base de relações clientelísticas e mantido a partir da ruptura da relação entre representados/representantes.

Os países de capitalismo avançado (Estados Unidos, Suécia, Inglaterra, Alemanha, Itália, Suíça, França, Áustria, Espanha...) são hoje os que mais experimentam uma participação popular efetiva, pelo menos em termos consultivos (co-gestão, plebiscito, *recall*, *public hearings*, *referendum*...) nas administrações das grandes, modernas ou modernizadas cidades do mundo. Veja-se o relato do deputado e sociólogo Florestan Fernandes acerca do pioneirismo de uma experiência de Chicago, antes e depois dos anos 30, no artigo "Os Conselhos Populares e o PT" (*Folha de S. Paulo*, 16-12-88, Tendências/Debates, p. A-3).

"Todo esse rumor surge da poeira dos tempos, emerge da longa e pueril tradição não-participativa que plantou raízes no Brasil; é própria do distanciamento que, entre nós, se impôs à sociedade, em relação ao governo e ao Estado; e resulta principalmente da profunda contradição que há entre a idéia participativa e os objetivos dos setores que se habituaram a transformar o exercício do poder político, sem punição, em uma prática privada — setores esses que repudiam a idéia participativa e de tudo fazem para reduzir os administradores e usuários dos serviços públicos a uma posição passiva e que menos os incomode" (Samuel Mac Dowell de Figueiredo, "Os Conselhos Populares e o PT", *Folha de S. Paulo*, 9-12-1988, Tendências/Debates, p. A-3).

Continuemos refletindo a partir das grandes cidades. Diante da "megalopolização" desordenada dos grandes centros urbanos, notadamente no Terceiro Mundo (São Paulo, Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Cidade do México, Lima...), a qualidade de vida da população sofre uma quase completa destruição. Além do mais, diante da ineficácia dos meios convencionais de administração municipais, com procedimentos urbanísticos falhos, via de regra interesseiros, a inserção dos conselhos populares nas decisões administrativas é uma necessidade premente, diante de um Plano Diretor de Administração bem elaborado,

mesmo considerando que o Estado moderno usurpa do cidadão comum a possibilidade de exercer controle mais direto e (portanto) mais responsável sobre as administrações públicas. Frente ao colapso de uma *democracia que não queremos*, de decisões burocráticas e procedimentos autoritários (retomemos mais uma vez o exemplo da gestão Jânio Quadros em São Paulo), os conselhos são não só a forma de autogoverno da população trabalhadora, como o próprio germe de uma nova relação entre a sociedade civil e o Estado, rumo ao *socialismo que queremos*. "Os conselhos populares — afirma Florestan Fernandes — dão uma resposta de como democratizar decisões que são normalmente autocráticas ou potencialmente fascistas. A forma e o funcionamento dos conselhos se tornam, por isso, muito importantes. Eles devem ser preservados como iniciativa dos moradores e se classificam segundo muitos critérios diferentes (associações de bairros, organizações de fomento à solução de problemas, sindicatos operários, entidades humanitárias ou de promoção social da sociedade civil, etc.). E não podem cair na rede do complexo institucional dos governos municipais. Se se institucionalizarem, convertendo-se em intermediários ou agentes destes, estarão liquidados. O seu poder deve ser resguardado, como condição da permanência de controles externos democráticos, que escapem à manipulação de uma democracia e dos políticos, e que favoreçam a formação de uma democracia participativa. Em suma, eles não estão acima do poder institucional, mas devem ser capazes de penetrar com eficácia e flexibilidade em sua esfera, sempre que isso se torna necessário. (. . .) A cidade — segue o pensador e deputado federal do PT — deve ser uma garantia da qualidade de vida. Mesmo ao tornar-se uma metrópole, ou uma megalópolis, ela deve assegurar aos moradores condições de existência que não sejam degradadas pela barbárie. Desse ângulo, os conselhos populares exemplificam o desafio enfrentado pelo PT: socialismo ou barbárie?" (*Folha de S. Paulo*, 16-12-88, Tendências/Debates, p. A-3).

Vamos a um exemplo concreto. Voltemos à proposta de administração de natureza popular e democrática de Luiza Erundina de Souza para os quatro anos em que governará São Paulo. Que valham como exemplos os oitenta *conselhos de saúde* da Região Leste, principalmente, representando cerca de 100 mil pessoas. Vejamos o que neles ocorre.

O que são tais conselhos, neste caso? Quais suas finalidades, suas funções, seu alcance social?

A proposta do partido vai no sentido de que tais conselhos cumpram funções de fiscalizar, controlar e interferir na admi-

nistração de São Paulo. O objetivo é que os conselhos permitam melhor definir prioridades pela administração participante. Os conselhos não foram criados apenas para pressionar uma prefeitura como a de São Paulo, mas para que o povo construa sua organização que, independentemente da gestão na prefeitura, contribuirá para a construção de uma nova sociedade.

O médico e deputado federal petista Eduardo Jorge, numa entrevista concedida ao *Jornal da Tarde,* afirma: "Os conselhos populares de saúde da zona leste são um sucesso. Eles surgiram para solucionar problemas locais e específicos — a falta de atendimento médico em zonas pobres e carentes —, têm apoio da população e ganharam a possibilidade de co-gerir unidades de atendimento, pressionar a indicação de chefes de postos de saúde, fiscalizar a aplicação de recursos e participar na fixação de prioridades. Eles aprendem a transformar sua situação e daí aprendem a transformar a sociedade" (*JT*, 23-11-88, p. 13).

Na mesma matéria deste jornal (um artigo dos jornalistas William Waeck e Marcos Faerman, tenta confrontar a forma de representação e participação dos conselhos populares com os poderes da Câmara, como se fossem forças excludentes de participação político-administrativa), o vereador petista Pedro Dallari esclarece a questão da autonomia, função e poder dos conselhos, numa gestão moderna e democraticamente avançada. "Nós — diz o vereador — precisamos estar atentos para a própria dimensão da sociedade moderna. Há dois tipos de intervenção clássica no modelo político. Um é a democracia direta, pela qual as pessoas interferem diretamente na gestão dos serviços. Outro modelo clássico é o da democracia representativa, no qual as pessoas elegem alguém para, em nome delas, tomar decisões (...). É natural que nós não pensamos em abolir a figura do deputado, do parlamentar... Mas pensamos em instrumentos de política direta, como o plebiscito. O Conselho Popular é uma solução intermediária. Ele procura combinar vantagens da democracia representativa, através da institucionalização do conselho, com vantagens da democracia direta, com a incorporação de um contingente maior da sociedade no processo de tomada de decisões". Assim, onde os jornalistas da matéria em foco tentam a todo o custo ver confusão e conflito, o parlamentar do Partido dos Trabalhadores ressalta a importância inegável dessa forma intermediária de participação popular como complemento indispensável numa gestão moderna e avançada. "É ilusão pensar — conclui o vereador Dallari — que os 53 vereadores eleitos para a Câmara Municipal vão poder esgotar todas as demandas e ansiedades, os problemas de São Paulo..." (*JT*, 23-11-88, p. 13).

À medida que cresce e vai se organizando, o Partido dos Trabalhadores vai abrindo espaços efetivamente democráticos de participação popular. São espaços estratégicos, de forma que se dispensam "táticas eleitoreiras" e uso de chavões como "gente nossa" nos cartazes das campanhas eleitorais. Ora, a estrela do PT, desde que surgiu como símbolo da história da luta de classes no Brasil, revela por si só um significado inquestionável de participação moderna, efetiva, libertadora e livre do clientelismo e da mera barganha de favores pessoais.

Finalmente, o alcance da participação popular não se refere apenas às grandes cidades ou movimentos de massa em grande escala. Na vida rural ou em pequenas cidades cujas Prefeituras foram conquistadas pelo partido em 1988, a realidade começa a mudar também neste sentido. (Ver, a propósito, matéria no mesmo *Jornal da Tarde*, supracitado, sobre a participação do PT em Campoerê, SC, onde o partido fez prefeito naquele estado.)

2. A participação popular e a administração petista: uma contribuição do 4.º Encontro Municipal do PT-SP, realizado em maio de 1989

Os conselhos populares não são privilégio dos movimentos das grandes massas populacionais. Abaixo temos uma parte do Documento do 4.º Encontro, referente ao capítulo 3: "PT de luta e de massas". (O texto não é reproduzido na íntegra devido a sua extensão.) Esta parte corresponde aos parágrafos 43-112 do Documento. Assinam este capítulo os companheiros Markus Sokol, Dagmar Ramos, Laércio Damasceno e Ocimar Munhoz. Fazemos questão que o leitor tenha uma idéia de como funcionam as decisões num partido de participação popular em suas administrações. Trata-se de uma nova práxis político-pedagógica, democrática e transparente (sujeita a erros e avaliações e não só acertos), diante das vias tradicionais do exercício do poder, ainda que seja esta a via mais difícil e por vezes a menos compreendida.

O governo democrático e popular

Uma vitória do PT nas eleições desencadeará uma intensa campanha da burguesia contra o PT. Assim, a vitória significará para nós uma luta pela garantia da posse e o combate a dife-

rentes manobras às quais nossos inimigos recorrerão, muitas delas garantidas na atual Constituição — que possibilitam um golpe branco, medidas como o *impeachment* ou uma emenda parlamentarista.

Nosso combate será favorecido pelo fato de que a conquista do governo federal em si representa uma mudança na atual relação de força em benefício dos trabalhadores. Mas é fundamental, antes disso, que a própria campanha trabalhe não apenas um deslocamento eleitoral das massas, mas represente um salto de qualidade organizativo e de consciência popular, acumulando as condições que permitam a mais ampla sustentação de massa do novo governo.

Este processo, entretanto, não se deterá com a posse e os primeiros dias de governo. A mobilização de massas e o estímulo à auto-organização dos trabalhadores serão elementos permanentes, necessários para aprofundarmos, em nosso favor, o desenvolvimento da nova situação aberta pela vitória petista.

Com a posse de um governo democrático e popular ganha atualidade a *tese 75* da resolução do V Encontro Nacional do PT que afirma:

"Nas condições do Brasil, um governo capaz de realizar as tarefas democráticas e populares, de caráter antiimperialista, antilatifundiárias e antimonopólio — tarefas não efetivadas pela burguesia —, tem um duplo significado: em primeiro lugar, é um governo de forças sociais em choque com o capitalismo e a ordem burguesa, portanto, um governo hegemonizado pelo proletariado, e que só poderá viabilizar-se com uma ruptura revolucionária; em segundo lugar, a realização das tarefas e medidas de caráter socialista em setores essenciais da economia e com o enfrentamento da resistência capitalista. Por essas condições, um governo dessa natureza não representa a formulação de uma nova teoria das etapas, imaginando uma etapa democrático-popular e, o que é mais grave, criando ilusões, em amplos setores, da possibilidade de uma nova fase do capitalismo, uma fase democrática e popular".

Campanha e administração

Eis por que é fundamental — até na disputa da sucessão presidencial — viabilizar rapidamente e assegurar o sucesso das administrações petistas. Disso pode depender não só o crescimento da candidatura do Lula, mas o próprio *futuro do PT* como *partido de massas, democrático, socialista e revolucionário.*

Por tudo isso, o nosso partido encontra-se neste instante sob intenso ataque da burguesia, visando atingir a candidatura Lula, as administrações municipais sob hegemonia petista, as mobilizações sociais e a própria imagem do PT. Os políticos de todos os matizes, os mais diferentes meios de comunicação, bem como provocadores e pelegos de todo tipo, rivalizam entre si no combate sem tréguas ao Partido dos Trabalhadores, particularmente após a participação na greve geral. Nossas Prefei-

turas democráticas e populares acham-se, assim, debaixo de cerco e de fogo cerrado.

Não se trata de atrelar as administrações à campanha ou de aparelhá-las a serviço da candidatura Lula. Embora o país atravesse uma grave crise e as Prefeituras se encontrem em estado pré-falimentar, a ansiedade da população e as esperanças despertadas pela vitória do PT exigem iniciativas políticas e administrativas que materializem o cumprimento dos compromissos pelo partido durante a campanha. Fazer isso é contribuir para a vitória do Lula, para a construção do PT e para abrir uma saída em meio à crise.

O êxito dessas administrações é decisivo para os destinos do partido e da luta. Elas nos colocam como alternativa de governo para o povo trabalhador, nos dão novos trunfos para impulsionarmos os movimentos e as organizações populares e podem ampliar a nossa base social. As administrações vão ser um referencial pelo qual seremos avaliados por toda a sociedade. Nossos sucessos ou fracassos iniciais terão repercussões importantes na campanha Lula.

Administração e partido

Do ponto de vista político, cabe às administrações petistas (evidentemente articuladas com a ação do partido) criar condições para que a população entenda a capacidade e os limites da Prefeitura e do Estado, despertando-lhe a consciência para a necessidade de um novo Estado, de uma nova ordem. É preciso mostrar à população que é possível governar de outra maneira, viver de outra maneira, num outro tipo de sociedade. Cumprir este papel já é um extraordinário avanço em relação às administrações dos partidos tradicionais — até mesmo em relação àquelas pautadas pela eficiência técnico-burocrática, honestas e relativamente transparentes como foram algumas "Prefeituras populares" do PMDB.

A máquina da Prefeitura não é neutra, não é ampla, geral e irrestrita, como quer fazer crer a burguesia ao colocá-la a serviço dos seus interesses. Por isso, colocar as administrações a serviço dos trabalhadores significa contrariar interesses poderosos, significa gerar conflitos que *não podem ser harmonizados.*

É preciso contrapor ao poder desses grupos a força dos movimentos sociais. Para que tenhamos sucesso nesta batalha é preciso atuar em três frentes. Em *primeiro lugar*, definir com clareza quais setores da classe dominante, a nível local, serão mais atingidos pela ação da administração petista, buscando compor um *arco de alianças* contra eles. Em *segundo lugar*, agir com rigor contra os corruptos, os representantes de interesses particulares incrustados na máquina administrativa — qualquer demora neste sentido concorre contra nós. Em *terceiro lugar*, é preciso criar canais de comunicação de massa e de participação da população. É na população em geral, especialmente nos movimentos sociais organizados, que reside toda nossa força.

A atuação da Prefeitura de São Paulo, em razão de seu peso político, terá uma influência decisiva nos embates que se darão no próximo período. As administrações do PT, e a de São Paulo em particular, terão que se opor às propostas da direita. Derrotar este projeto e difundir nossas propostas no interior de nossas bases é o objetivo central de nossa tática e precondição para a existência de um governo democrático e popular. Os acertos administrativos, portanto, estão subordinados ao compromisso programático do PT de inversão de prioridades.

Neste sentido, é uma tarefa urgente acelerar e aprofundar a discussão sobre diretrizes e programa de governo no sentido de dar suporte político às administrações petistas criando uma via de mão dupla entre as definições partidárias e as políticas da administração. Além disso, fomentar a discussão da política administrativa nas instâncias de base do partido para criar a sustentação necessária às administrações democráticas e populares do PT.

No caso das administrações petistas, cabe ao partido orientar a linha política a ser aplicada, sem se confundir com a administração. O partido deve organizar o ímpeto e a energia da população, captar suas necessidades e impulsionar suas lutas. O partido deve avaliar se as *alternativas técnicas e administrativas* pelas quais opta a administração petista — com relativa autonomia — são as melhores. E deve zelar para que prevaleçam a aplicação da linha definida e o atendimento das reivindicações populares.

O *partido* não deve subordinar sua intervenção política aos *limites econômicos e institucionais* de qualquer administração. Estes limites devem ser alvo permanente de nossa luta política, esclarecendo a população sobre os mesmos, objetivando a construção de uma nova sociedade. É preciso mostrar à população que é possível governar de outra maneira, num outro tipo de sociedade.

O partido não deve curvar-se, nem resignar-se, às "impossibilidades objetivas" das Prefeituras, ou buscar solução dos problemas no âmbito exclusivamente municipal. Diante delas, o partido deve, quando se apresentar a situação, redirecionar a mobilização popular no rumo das soluções, questionando os governos estaduais e federal, orientando neste sentido a ação das administrações.

Nesse sentido, a Frente de Prefeitos por Verbas, contra Sarney e a Dívida Externa, em sintonia com as instâncias dirigentes do partido e aberta a todos os prefeitos interessados, pode cumprir um importante papel na clarificação, para as massas populares, de onde estão os principais obstáculos à melhoria de sua condição de vida, auxiliando na sua mobilização e centralização política.

Desse modo, a relação partido/administração pode vir a ser marcada por tensões. Estas podem ser extremamente positivas se tanto a administração quanto o partido politizarem suas relações. É necessário estabelecer laços de *co-responsabilidade* entre os petistas na administração e nos organismos partidários.

Nos partidos burgueses, tem poder quem tem cargo no governo ou no Parlamento. O PT, desde sua origem, busca manter controle político sobre seus parlamentares, membros da executiva e militantes que ocupam cargos administrativos nas prefeituras petistas. A presente situação, em que o número desses casos aumentou enormemente, exige de nós uma atenção especial.

A coordenação das ações da Prefeitura, bem como do secretariado, cabe ao prefeito, que para tanto se baseará nas linhas e diretrizes definidas pelo partido, e ouvirá o Diretório Municipal e a bancada de vereadores.

O Diretório Municipal, além de cumprir com suas outras tarefas partidárias, deverá dar sustentação política ao governo petista; traçar diretrizes gerais e setoriais; organizar o movimento popular e sindical na cidade, articulando-o no sentido de abrir espaços para a participação popular.

Cabe ao partido a direção política das Prefeituras. Isto não significa que o partido deve se imiscuir em todas as medidas tomadas pela administração. Mas significa, isto sim, que não existem medidas puramente "técnicas" em uma administração pública; que as medidas aparentemente técnicas podem ter repercussões políticas, e que, portanto, é decisiva a intervenção do partido.

A profunda diferença de ritmos entre a administração e o partido — sendo este último invariavelmente mais lento na tomada de decisões — certamente criará obstáculos ao papel dirigente do partido. Mas não deve constituir pretexto para o distanciamento entre a administração e o partido.

Manter uma relação política entre o partido e a administração requer também a existência de mecanismos permanentes de contato e consulta que integrem prefeito, secretariado, bancada e instâncias do partido.

Na maioria dos municípios, onde a administração é ligada a outros partidos, o papel do partido é pressionar a administração para que esta responda aos problemas que a população reclama.

Cabe, para isso, ao PT orientar a linha política a ser aplicada pela bancada na Câmara Municipal, procurando liderar as mais amplas camadas da comunidade local na luta por uma administração de acordo com a linha que defendemos nos municípios que estão sob nossa direção.

Conselhos populares

A constituição de organismos de poder local, a multiplicação de formas de representação e participação da população — sobretudo os conselhos populares — que o PT deve estimular, em geral darão base sólida e ajudarão a imprimir avanços nas administrações petistas. Sem estes instrumentos, que também não se confundem com a administração, nem se devem deixar cooptar, será inviável aplicar as plataformas de governo do PT.

A vitória do PT em várias cidades criou condições bastante favoráveis ao avanço da formação dos conselhos populares.

A elaboração já acumulada pelo partido, integrada ao "Programa de Governo do PT", parte da distinção entre as formas de organização autônomas, independentes do Estado e da máquina administrativa (que constituem o que normalmente chamamos de "movimento" ou "sociedade civil"), onde se coloca a questão dos *conselhos populares* e a organização de *canais institucionais de participação popular* na administração (como é o caso dos conselhos de saúde, transportes, comissões de funcionários ou quaisquer outros mecanismos de democratização da estrutura do Estado no município.

Os conselhos populares são, portanto, órgãos independentes do Estado. Não são criados por secretarias, administrações regionais ou por qualquer orgão da administração. Para poderem ser órgãos que cumpram a tarefa de organização ampla do povo trabalhador para travar suas lutas, devem ser unitários (deles participando todos os diretamente interessados, independente de partido, religião etc.) e ter um funcionamento democrático (baseado na participação direta dos envolvidos e respeitando o pluralismo de opiniões no seu interior). Isso significa que serão um espaço de discussão, organização e de luta política, cuja tarefa de impulsionar cabe prioritariamente ao partido e onde buscaremos conquistar e manter nossa hegemonia, enfrentando as outras posições políticas existentes na sociedade.

Afirmarmos que não cabe à administração criar os conselhos populares não significa que sua ação não seja decisiva para impulsionar o desenvolvimento dos conselhos ou que a administração petista não tenha um papel ativo a desempenhar neste processo. Um aspecto importante para estimular a formação dos conselhos com peso político e social é considerarmos que a administração petista municipal recebeu um mandato popular e deve introduzir, sem prejuízo de outras formas, um mecanismo de prestação de contas à população organizada nos conselhos. Além disso, os conselhos devem ser o canal para a população discutir (e se posicionar) sobre os problemas da administração petista, e esta deve reconhecer nos conselhos um instrumento superior de qualificação das demandas populares, que, por outras vias, continuarão chegando à administração, estimulando entidades e movimentos a neles se integrarem.

Os conselhos populares não podem ser criados por decreto, com base unicamente na vontade política das lideranças dos movimentos. Sua formação é condicionada pelo acúmulo de experiências de participação política dos trabalhadores, consciência e principalmente pelo grau de mobilização concretamente existentes. Entretanto, seu desenvolvimento é fundamental para que a administração municipal petista tenha sustentação popular organizada necessária para a implementação do programa do partido.

Os conselhos populares devem incorporar e unificar a atuação das lideranças e setores mobilizados da população que hoje participam das SABs e associações de moradores combativas, das Comunidades de Base de Igreja, das entidades associativas do campo democrático e popular (tipo subsedes dos sindicatos, zonais da CUT, comitês de fábricas, associações esportivas e

culturais etc.), segmentos das camadas médias que respeitem sua democracia interna e principalmente dos movimentos existentes. Deve também buscar, com base nas lutas que travar, ampliar ao máximo o nível de participação popular, trazer novos setores para a atuação política, incorporar setores não organizados e estruturar a organização popular no nível mais profundo possível em cada bairro.

Os *conselhos populares* são formas de poder popular baseadas na *democracia direta*, visando a organização popular para a condução das lutas em diferentes âmbitos (municipal, estadual e nacional) e uma forma de representação política da população organizada. Eles podem e devem desempenhar diferentes funções:

a) impulso às lutas concretas hoje travadas (por exemplo, habitação, transportes, saúde etc.) e unificação das lutas populares;

b) constituição de novas referências políticas fora dos esquemas tradicionais e exteriores à institucionalidade vigente;

c) fiscalização e controle de ações da administração;

d) colaboração e pressão sobre uma administração popular (ou pressão/confronto com uma administração encabeçada por forças conservadoras);

e) participação em decisões na administração popular, num nível a ser estabelecido, resguardada sua completa independência e mantido seu caráter de uma esfera distinta da Prefeitura.

Naturalmente o exercício dessas diferentes funções e o seu grau dependem do estágio de constituição, de sua representatividade e da situação política mais geral (do grau de auto-organização dos trabalhadores e do estágio de democratização da sociedade). O grau de estruturação dos conselhos tem que ser pensado nestes marcos concretos.

Os conselhos populares adotam posicionamentos sobre os diferentes temas e, portanto, são *deliberativos*. Outro problema é se a administração municipal petista acata as deliberações. Isso depende de toda uma série de fatores: da representatividade obtida pelos conselhos, dos temas tratados, da coerência destas deliberações com as propostas do programa de governo do PT etc.

Por onde começar? As plenárias populares que realizamos em dezembro podem ser uma referência importante para pensarmos este problema. Podemos convocá-las por iniciativa do partido, com o objetivo de discutir uma pauta comum de temas de interesse decisivo para a população trabalhadora (o que não resolve o problema das importantes desigualdades de mobilização e representatividade dos movimentos organizados que aí se expressam e que teremos que levar em conta). Estas reuniões podem inclusive ter seu peso político fortalecido pela presença de pessoas expressivas da administração e nelas serem formadas coordenações amplas e representativas (recomendando-se que se limite a presença de companheiros petistas envolvidos em cargos de destaque da administração), visando encaminhar as lutas e aprofundar a própria discussão dos conselhos.

Aí pode ser desenvolvida a prática de prestação de contas periódicas do mandato, permitindo que as plenárias populares

venham a se afirmar como legítimos fóruns de organização popular, autênticos conselhos populares.

É desaconselhável uma pulverização deste processo. Podemos realizar estas reuniões (que podemos considerar embriões dos futuros conselhos) em número maior do que as plenárias de dezembro, desde que isso não implique uma perda de densidade política e represente uma ampliação importante em termos de participação.

A realização destas plenárias vai implicar uma relação estreita com as administrações regionais, mas as definições sobre o âmbito territorial de abrangência de cada conselho deve ser objetivo de uma discussão mais profunda, tanto no partido como com os companheiros petistas na administração.

Luta política geral

Lutar contra a dispersão e o esgotamento de movimentos reivindicatórios, opor-se às manobras de cooptação e à repressão promovidas pelo Estado, estimular a unificação e a generalização das lutas são tarefas prioritárias dos militantes petistas no movimento popular. O partido precisa definir linhas de ação mais claras para a atuação no movimento popular, sem o que o princípio de autonomia, longe de favorecer a organização do movimento popular independente, acaba se convertendo num mero pretexto para justificar o espontaneísmo e a ausência de direção.

As jornadas de protesto e greves contra o Plano Verão e seus efeitos recessivos, organizadas prontamente pela CUT em combate à política econômica do governo Sarney, e a defesa das conquistas inscritas na Constituição deverão marcar as lutas do movimento sindical no próximo período. Dirigir estas campanhas, dar-lhes um sentido de oposição à "Nova República" e ao modelo de desenvolvimento da burguesia é tarefa fundamental dos militantes petistas no movimento sindical. Deverão continuar se empenhando no fortalecimento da CUT, no avanço das lutas dos trabalhadores rurais e na criação de um forte movimento sindical classista, de massas e combativo.

O PT deve apoiar e participar de todas as lutas dos trabalhadores, pois eles não dispõem de outras formas para alcançar transformações econômicas e sociais a não ser a luta organizada, tanto sindical, quanto política e ideológica. É esta ação que dará respaldo à participação institucional e parlamentar do PT. É a mobilização e a pressão das massas que possibilitarão a substituição do governo e a revogação de seus pacotes. Portanto, consideramos um grave erro político apostar no pacto social e na contemporização como formas de assegurar a realização das eleições presidenciais. A derrota do "Plano Verão" abre condições políticas mais propícias à candidatura Lula.

A greve geral de 48 horas realizada em 14 e 15 de março demonstrou a disposição dos trabalhadores: estão prontos para lutar. Embora o governo e os patrões estejam acenando com reposições parciais de perdas, em conseqüência do vigor do movimento, a realidade é que a pauta de reivindicações continua na ordem do dia.

No plano parlamentar, estarão em disputa não apenas as leis ordinárias complementares decorrentes da nova Constituição, mas a votação de medidas provisórias a que o governo federal vem sistematicamente recorrendo. Como ensinou a luta da Constituinte, só bancadas unificadas, orientadas politicamente pelo partido e respaldadas pela pressão popular terão condições de polarizar os parlamentares progressistas para se contraporem aos blocos conservadores do Congresso, das Assembléias Legislativas e das Câmaras Municipais.

Papel ainda mais destacado cabe nesse momento aos deputados estaduais, no processo de elaboração das Constituintes de seus estados. Do mesmo modo, os vereadores petistas, ao mesmo tempo que alargam os espaços para a participação popular em um número bem maior de municípios, vão-se credenciando para a luta política de elaborar as novas leis orgânicas.

Estão colocadas, a nível de capital, questões de apoio e sustentação da administração, de iniciativas de bancada na concretização de propostas partidárias, de luta política em torno da discussão e elaboração da nova Lei Orgânica. Como ensinou a luta da Constituinte, só bancadas unificadas, orientadas politicamente pelo partido e respaldadas pela pressão popular terão condições de polarizar os parlamentares progressistas para se contraporem ao bloco conservador.

Será necessário criar mecanismos que garantam a orientação política geral e a unificação da bancada na atuação, na construção do partido, nos movimentos sociais, nas várias tarefas da frente parlamentar (mesa, comissões, plenário, principais iniciativas legislativas etc.). Será preciso também estabelecer uma relação permanente de contato e consulta entre a liderança, a bancada e o Diretório Municipal.

Organização de base e democracia interna

A nova sistemática de encontros que ora ensaiamos é uma mudança de qualidade na vida do partido.

Mas é preciso avançar muito mais, para organizar a legião de simpatizantes que acorreu às nossas fileiras após as eleições. É necessário preparar o partido, fortalecê-lo para os duros embates que nos esperam no próximo período.

A história da construção de nosso partido tem sido uma reafirmação constante de seu caráter de partido de massas, democrático e socialista. Um partido que, cada vez mais, cumpre um papel estratégico de construção da independência de classe, um partido que politiza e dirige a luta dos trabalhadores rumo à sua libertação. O resultado eleitoral e as novas tarefas colocadas pela conjuntura nos remete a superar, em caráter de urgência, nossas limitações quanto à presença orgânica do partido junto à base social, necessidade de formulação de políticas globais e setoriais, a formação de quadros dirigentes etc. É urgente, neste momento, um esforço coletivo do partido para colocar em prática as resoluções do V Encontro Nacional sobre a construção partidária, destacadamente a nucleação, fortalecimento dos diretórios e sub-regiões, sob a ótica de uma nova organização partidária, livre dos entraves da legislação eleitoral.

São, também, tarefas inadiáveis a implantação do Jornal de Massas, a formação política dos militantes, sob a responsabilidade do partido, e a construção das direções partidárias nas diversas instâncias enquanto equipes coletivas.

Além disso, é urgente dar novos passos rumo à centralização do partido, à unidade de ação dos militantes. Sobretudo, é urgente fortalecer as instâncias de discussão e elaboração da política sindical, ou seja, os núcleos de categoria e local de trabalho, as comissões e secretarias sindicais. Traremos, assim, para o interior do partido os debates e polêmicas em torno de posições e tendências petistas, que têm se dado publicamente em eleições e congressos sindicais, comprometendo a unidade de ação dos petistas. Centralização com a mais ampla democracia interna é uma exigência inadiável para que o PT possa afirmar-se como partido estratégico, capaz de dirigir a luta das massas trabalhadoras pelo socialismo.

Neste momento, a nossa unidade básica enquanto partido assume uma importância fundamental. Unidade inclusive na diversidade, na divergência, na disputa interna democrática e partidária de ideais e propostas. A preservação das regras de convivência partidária, do espírito unitário de partido, é uma exigência elementar da luta até para que possamos tratar nossas discordâncias — algumas de vulto — sem prejuízo do enfrentamento contra o inimigo comum que nos ataca intensamente. O PT acumulou, enquanto coletivo partidário, um conjunto de posições que configuram um patamar básico de unidade e coesão políticas, patrimônio e referencial de todos os petistas. Tal acúmulo, no âmbito da democracia interna, deve incluir o reconhecimento do direito de tendência, o critério da proporcionalidade na composição de diretórios e executivas em todos os níveis e o respeito a todas as correntes petistas como integrantes legítimas do partido.

O avanço na construção partidária passa pelo aprofundamento da democracia interna do PT. O V Encontro Nacional garantiu e regulamentou o direito de tendência, estabelecendo os critérios para seu registro. As definições adotadas são claras nestes critérios objetivos. A resolução afirma: "O PT não confunde tendências internas de opinião com partidos dentro do partido, assegurando, pois, a qualquer grupo de militantes, o direito de constituir-se como tendência interna do partido.

a) uma tendência do PT é um grupo de petistas que se agrupa ou se organiza para defender posições no interior do partido a partir de uma base política (podendo adotar o nome de tendência, corrente, agrupamento...).

b) as tendências do PT se distinguem das articulações ou blocos de militantes que se formam apenas nos períodos de encontros.

c) as tendências do PT deverão respeitar escrupulosamente seu caráter de agrupamento de militantes para defender posições no interior do partido. Submetido à disciplina partidária como militante, nenhum agrupamento interno ou tendência poderá expressar-se nessa condição seja através de manifestações públicas, seja através da imprensa ou por qualquer outro meio. Por

conseguinte, os instrumentos de veiculação de suas políticas devem dirigir-se exclusivamente aos membros do partido.

d) as coordenações das tendências, bem como suas políticas, devem ser transparentes para o conjunto do partido.

e) o caráter apenas interno das tendências não admite que suas necessidades financeiras para articular ou divulgar suas posições políticas sejam supridas por atividades externas ao partido. Por conseguinte, suas finanças só podem ser obtidas no interior do partido, sem concorrer ou prejudicar as atividades de finanças do partido.

f) uma tendência do partido não pode construir um partido distinto do PT nem usar nome de partido. Deve reconhecer expressa e praticamente o PT como um partido estratégico (rumo ao socialismo)".

Esta deliberação de registrar as tendências não foi, até agora, posta em prática pelo DN. Este é o caminho para garantirmos a plena democracia partidária e enfrentarmos os problemas de relação entre as diferentes correntes do partido.

A experiência de integração proporcional das diferentes correntes do partido, vivida pela Comissão Executiva do Diretório Municipal, essencialmente positiva, reforça a convicção do DM da importância da manutenção da aplicação do princípio da proporcionalidade nesta instância no próximo encontro municipal. A importância da integração da Executiva Municipal de todas as correntes expressivas do partido na cidade, com base na sua representatividade no partido, valoriza as executivas como instâncias partidárias verdadeiramente coletivas, e não constituídas pela somatória de dirigentes, vital face às responsabilidades do partido agora que governa a cidade. Permite, por fim, reforçar o compromisso de todos os setores do partido com as tarefas de direção e sua constituição, incorporando os quadros mais capazes do partido.

O Diretório Municipal, avaliando sua própria experiência, recomenda também aplicação do princípio da proporcionalidade na escolha das comissões executivas dos diretórios zonais, que agora renovam suas direções.

Consciente das dimensões das tarefas atuais e da necessidade imperiosa de subordinar os objetivos particulares dos diversos setores do partido aos interesses gerais de avanço da luta. do sucesso das administrações petistas e da candidatura Lula, o Diretório Municipal conclama os petistas para que o processo de encontros partidários, que ora se inicia, seja caracterizado por um espírito de companheirismo partidário e pelo maior senso de responsabilidade, à altura dos desafios que enfrentamos.

(Partido dos Trabalhadores. IV Encontro Municipal do PT/SP, maio 1989.)

★★★

CAPÍTULO IX

A LUTA PARLAMENTAR: O PT NA CONSTITUINTE

1. O PT na Constituinte

O partido vem discutindo, desde suas origens, a questão parlamentar — veja o documento de 1981: "O PT e o Parlamento", no capítulo sobre a luta eleitoral —, a via parlamentar para o socialismo, o papel do parlamentar dentro do partido etc. Muitas dessas questões referentes ao debate parlamentarismo-antiparlamentarismo ainda não estão resolvidas dentro do PT. Só a prática deverá permitir uma "solução" teórica.

Como pode comportar-se um parlamentar que representa os interesses das classes trabalhadoras no interior de um Parlamento que representa majoritariamente os interesses das classes dominantes? Esta é a questão central.

As bases partidárias vêm exigir de seus parlamentares a máxima clareza em relação a favor de quem e contra quem o parlamentar petista exerce o seu mandato. Entretanto, no dia-a-dia do que fazer político-partidário e parlamentar, a questão é muito complexa. Nos poucos anos de experiência parlamentar dos petistas, mas já muito expressiva, como se revelou durante os trabalhos da Assembléia Constituinte, o parlamento tem-se constituído no lugar não apenas do anúncio e da defesa dos interesses da classe trabalhadora, mas também da denúncia das práticas parlamentares dos representantes das classes dominantes.

O Parlamento não se constitui para o PT o eixo central da luta pelo socialismo, mas apenas uma das formas de luta. Contudo, o PT não é antiparlamentarista, pelo menos majoritariamente. Pelo contrário, desde suas origens, tem-se utilizado

dessa instituição burguesa para denunciar as manobras, a prepotência, o cinismo, os casuísmos e o caráter legitimador das práticas autoritárias do governo, do arbítrio, da corrupção, da violência das classes dominantes e do regime militar em particular.

Paula Simas

Debate sobre Constituinte - Partido dos Trabalhadores. Brasília, 1985.

O PT não caiu na ilusão de alguns oposicionistas, que pretendiam e ainda pretendem transformar a sociedade através de reformas parlamentares. Não confundiu a *luta política* com a simples *ação parlamentar*. O PT constantemente está chamando às ruas o povo, os movimentos sociais, sindicais e populares, privilegiando este local, sem o qual a ação parlamentar é inócua.

A frustração, o ceticismo ou mesmo a apatia tomaram conta das grandes parcelas da população depois da derrota das Diretas em 84 (Emenda Dante de Oliveira), permitindo à Nova República no início de seu governo — graças em particular ao cruzado — experimentar um período de sustentação social — inclusive com o apoio de alguns partidos de esquerda (PCB, PC do B) —, embora a classe trabalhadora seguisse pontilhando a situação política com seus avanços aqui e acolá. Ações do PT como ocorreu com sua insistência com as Diretas/Já após a traição da mobilização popular, foram atacadas, embora a postura firme do PT lhe angariasse mais tarde resultados favoráveis de respeitabilidade política.

Cumpria, então, em 1986, entrar na regra do jogo, sem diluir-se nele, reconhecendo inclusive as limitações da Constituinte frente ao projeto mais amplo de construção do socialismo,

que o partido apregoa por princípio. Tanto é verdade que o PT tornou-se a vanguarda na Constituinte.

No final dos trabalhos, num documento interno redigido a 7 de agosto de 1988, o Diretório Nacional passou a limpo esta postura, enfrentando com transparência o dilema do PT em assinar ou não a Carta (veremos mais adiante), justificando sua adesão e sua presença na elaboração da Carta Constituinte: "O PT, ao aderir à bandeira da Constituinte, em janeiro de 1985, ao lançar seus candidatos, em 1986, e ao elaborar um projeto de Constituição e lutar por ele no Congresso Constituinte, participou das regras do jogo, e, nessas regras, conseguiu algumas vitórias em relação aos direitos dos trabalhadores. Mobilizar a população para defender e ampliar conquistas no texto constitucional, e, ao mesmo tempo, denunciar e criticar tanto o Congresso Constituinte quanto a Constituição a ser promulgada significa conferir um caráter pedagógico necessário à luta política e demonstrar que, se a classe trabalhadora quer um cenário diferente, ela tem de se preparar para lutar e conquistá-lo. Essa, sim, é uma tática inserida na estratégia e na análise de conjuntura do Partido" (DN, *A posição do PT sobre a nova Constituição,* Circular Interna, anexo 2, 7-8-88, p. 11-2).

2. A Constituinte que o PT queria

O PT jamais pensou numa Constituinte na forma em que foi convocada pelo presidente José Sarney em novembro de 1986, uma eleição de um Congresso junto com as eleições para os governos estaduais, viciando o processo desde o início. O PT queria uma Constituinte livre e soberana e propôs eleições específicas para uma Constituinte em março de 1986. Acabou prevalecendo a vontade da Aliança Democrática, que representava a continuação do regime autoritário. Assim, alguns membros, os senadores eleitos em 1982, acabaram se constituindo automaticamente em constituintes biônicos. A proposta de Sarney não determinava a eliminação do chamado "entulho autoritário" — as leis de exceção (como a Lei de Segurança Nacional, Lei de Imprensa, salvaguardas constitucionais) — e nem a constituição de comissões municipais para discutir a Constituinte, como propunha o PT.

> Eis, na íntegra, a *convocatória* do PT:
>
> As Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, nos termos do art. 49 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto Constitucional.

Art. 1.º. São convocadas, para 1.º de março de 1986, eleições em todo o País, para a composição de uma Assembléia Nacional Constituinte, unicameral, encarregada de elaborar e votar a nova Constituição do Brasil.

Art. 2.º. Para as eleições de que cuida esta Lei poderão alistar-se como eleitores todos os cidadãos brasileiros com, no mínimo, 18 anos completos.

Art. 3.º. O número de representantes na Assembléia Nacional Constituinte será calculado proporcionalmente ao número de eleitores por Estado, mantendo-se como patamar mínimo o atual número de deputados federais por Estado.

§ 1.º. Para fixar o número de representantes de cada Partido no conjunto do País, haverá, além dos coeficientes eleitorais estaduais, um coeficiente eleitoral nacional.

§ 2.º. No cálculo do número de representantes de cada Partido serão computados, também, os votos de legenda obtidos em todo o País, e serão considerados eleitos os candidatos cuja votação mais se aproxime do coeficiente eleitoral dos respectivos Estados.

Art. 4.º. Os Partidos Políticos, que obtiverem o registro até a data das convenções partidárias para a escolha de candidatos, estarão habilitados a participar das eleições para a Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 5.º. A propaganda eleitoral, no rádio e na televisão, far-se-á em horário gratuito, distribuído igualmente entre todos os Partidos.

Parágrafo Único. É proibido qualquer propaganda eleitoral paga em rádio, televisão, jornais e revistas.

Art. 6.º. A Assembléia Nacional Constituinte será instalada pelo presidente do Tribunal Superior Eleitoral, na Capital da República, no dia 21 de abril de 1986.

§ 1.º. A Assembléia Nacional Constituinte elegerá, entre seus membros, a Mesa Diretora.

§ 2.º. A Assembléia Nacional Constituinte deliberará sobre o prazo de seu funcionamento e data da promulgação da nova Constituição.

Art. 7.º. Realizar-se-ão, em 15 de novembro de 1985, eleições em todos os Municípios, para composição de Comissões Consultivas Municipais, encarregada de formular, em noventa dias, sugestões para a elaboração da nova Constituição.

§ 1.º. Essas proposições serão enviadas diretamente à Mesa Diretora da Assembléia Nacional Constituinte.

§ 2.º. A regulamentação das eleições de que trata este artigo será feita por Lei Complementar.

Art. 8.º. O Tribunal Superior Eleitoral expedirá as instruções complementares à realização das eleições previstas nesta Lei para a Assembléia Nacional Constituinte.

Art. 9.º. Revogam-se os artigos 87 a 89 e 155 a 159 da Constituição Federal, bem como a Lei de Segurança Nacional (7170), Lei de Greve (4330), Lei de Imprensa (5250) e Decreto Lei n.º 1632.

Art. 10. Revogam-se as disposições em contrário, entrando em vigor este Ato a partir da sua publicação.

2.1. *O Projeto de Constituição do PT*

No dia 6 de maio de 1987, a bancada do Partido dos Trabalhadores na Assembléia Nacional Constituinte, constituída de dezesseis membros, apresentou à Constituinte e à sociedade o seu *Projeto de Constituição*. Trata-se de um conjunto de princípios políticos e de propostas programáticas que devem nortear e caracterizar a sociedade brasileira.

Esta proposta foi resultado de um longo debate travado no interior do partido que se iniciou concretamente com a criação, pela Executiva Nacional de Comissões de Trabalho, em 1985, passando pelo anteprojeto apresentado em 24 de fevereiro de 1986 pelo jurista Fábio Konder Comparato e do conjunto de propostas sistematizadas neste ano pelos advogados Pedro Bohomeletz de Abreu Dallari e José Eduardo Martins Cardoso, coordenados pelo cientista político Marco Aurélio Garcia, da Comissão Constitucional do partido.

Como diz a "exposição de motivos" deste projeto, o PT "procura se colocar a partir dos interesses que representa, formulando uma proposta para o conjunto da sociedade com base nos anseios e reivindicações oriundas daqueles que constituem a razão de ser do nosso partido: os trabalhadores da cidade e do campo".

Para a instauração de uma República verdadeiramente democrática no Brasil, o PT entende que ela deve ser edificada sobre dois pilares fundamentais: a instauração dos *direitos e garantias* individuais e coletivas e o efetivo *controle popular* sobre o poder público.

Eis o *Projeto*, em sua forma resumida, como foi publicado pelo Partido dos Trabalhadores (tomando por base o anteprojeto do professor Fábio Comparato, que teve várias de suas partes suprimidas, adendadas ou modificadas), aprovado pelo Diretório Nacional do PT em sua reunião extraordinária, realizada em Cajamar/SP, nos dias 11 e 12 de abril de 1987.

> *1. Origens e finalidades do poder* — Mantém-se o princípio da soberania popular. Todo poder é exercido por delegação e participação popular direta. Introduz-se aqui dois princípios importantes: o direito do povo insurgir-se contra atos de autoridade que violem os direitos consagrados na Constituição e a definição de mecanismos que garantam a participação popular por meio de conselhos populares.
>
> *2. Política internacional* — Respeito à autodeterminação dos povos e solidariedade aos povos que lutam por sua libertação. Enumeração de todos os princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos do Homem e, importante, um dispositivo que estatui só serem válidos acordos ou tratados que não contrariem estes princípios, e após sua ratificação pelo Congresso Nacional.

3. *Princípio da igualdade* — Além de estabelecer que todos são iguais perante a lei e possuem a mesma dignidade social, o projeto proíbe qualquer tipo de privilégio ou discriminação. Mais ainda: diz que a lei estabelecerá penas rigorosas para autoridades ou particulares responsáveis por atos discriminatórios.

4. *Direitos políticos* — O projeto assegura o direito de voto para todos os brasileiros natos e naturalizados, a partir dos 16 anos (a responsabilização criminal a partir dos 16 anos não é considerada matéria constitucional e deverá ser discutida quando da adaptação do Código Penal à nova Constituição). Além de acabar com a distinção entre brasileiros natos e naturalizados (só os estrangeiros não podem votar e ser votados), o projeto estende o direito de voto a todos os militares, da reserva ou da ativa, devendo estes, ao se candidatarem, pedirem licença de acordo com a lei.

Neste capítulo, o PT consagra ainda a mais ampla liberdade de organização partidária, cabendo aos partidos (e não à Justiça Eleitoral) cuidarem de sua própria organização. Finalmente, o projeto estabelece mecanismos para tentar coibir abusos e a influência do poder econômico nas eleições.

5. *Serviço militar e serviço de assistência social* — Torna o serviço militar facultativo e estabelece, como responsabilidade da sociedade e dever do Estado, o atendimento, por parte dos cidadãos com formação escolar superior, das necessidades básicas da população.

6. *Regime de governo* — O PT defende o presidencialismo, mas que restrinja o excesso de poderes do presidente e restabeleça as prerrogativas do Legislativo. Além disso, extingue o Senado Federal e transforma o Congresso Nacional numa câmara única.

7. *Sistema eleitoral* — Nada de voto distrital. O Projeto defende o sistema proporcional, com circunscrição estadual, revendo o atual cálculo de representação dos estados no Congresso. O projeto prevê o voto facultativo (ao contrário do que existe hoje), dois turnos para eleições majoritárias, e a lista partidária (serão eleitos os candidatos de cada partido, na proporção dos votos obtidos e em ordem decrescente de uma lista previamente determinada pelo partido — em encontro, no caso do PT).

8. *Organização sócio-econômica e regime de propriedade* — O direito de propriedade, além de subordinar-se ao interesse social, deve ser assegurado aos bens necessários à manutenção do indivíduo e dos familiares que dele dependam. No caso da propriedade urbana, fica mantido o projeto Comparato, com mudanças de redação. Os artigos que tratam da propriedade rural (209 e 210) serão substituídos pelos princípios do "Documento Preliminar para Discussão Interna da Campanha Nacional pela Reforma Agrária", subscrito por praticamente todas as entidades ligadas ao movimento. O documento limita a propriedade do imóvel rural à sua função social e garante a desapropriação para fins de reforma agrária quando o imóvel não cumprir aquela função. É importante saber que o DN delegou à Executiva Nacional a tarefa de elaborar uma redação definitiva do capítulo sobre organização sócio-econômica e regime de propriedade. Isso inclui os temas e subtemas referentes a questões como *Direitos*

dos Trabalhadores, Previdência e Seguridade Sociais. A Executiva e a Comissão Constitucional terão a apoiá-las nesse trabalho não só o amplo acúmulo do PT e do movimento sindical combativo nesse campo, como também as contribuições dos deputados federais Luis Gushiken e Paulo Paim, e o anteprojeto Comparato.

9. Educação e ensino — Estabelece o caráter do ensino como exclusivamente estatal ou como estatal e prestado por fundações ou associações civis sem fins lucrativos. Como ambas as alternativas saíram empatadas na reunião do DN, caberá à Executiva e à bancada federal resolver a questão. O mesmo processo de decisão valerá para o artigo que proíbe a destinação de recursos públicos para escolas privadas, fundações e associações sem fins lucrativos.

10. A questão do aborto — Tema dos mais polêmicos na reunião do DN, a posição adotada, após sucessivas votações, é a seguinte: deve entrar no Projeto de Constituição do PT a garantia constitucional do direito ao aborto. No entanto, o PT não incluirá o princípio no corpo da nova Constituição, mas sim nas Disposições Transitórias, remetendo a questão a um plebiscito, que decidirá se a garantia constitucional do aborto deverá ou não ser mantida.

Como estas decisões foram adotadas como indicativas, desde já está aberto um amplo debate no interior do partido e nas relações entre o PT e a sociedade. Ademais, o DN autoriza a bancada federal a enfrentar com flexibilidade tática a votação deste assunto na Constituinte e libera os filiados, inclusive os parlamentares, a se posicionarem individualmente. Por fim, a questão entrará em pauta, para decisão definitiva, no próximo encontro nacional.

A seguir, uma relação de temas e subtemas que não foram discutidos nem votados:

1. serviços públicos de informação pessoal e direito partidário à informação pública;

2. liberdade de casamento e ampliação do conceito de família;

3. eutanásia;

4. consumo de drogas;

5. estado de sítio;

6. organização da federação e estatuto do Distrito Federal;

7. meio ambiente;

8. direitos da mulher (definir se eles serão distribuídos em vários capítulos ou se serão consolidados num único capítulo);

9. disposições transitórias, inclusive épocas de realização das próximas eleições.

3. O PT como vanguarda na Constituinte

"O PT chegou à Constituinte com um projeto inteiro de Constituição — o referencial para a atuação da bancada. Durante a definição do Regimento Interno, nossa bancada, também com um projeto próprio, polarizou disputas políticas, sobretudo

na defesa das emendas populares. A bancada não cedeu às pressões do governo Sarney, das Forças Armadas e do empresariado. Defendeu a soberania da Constituinte, inclusive nos momentos em que alguns setores vacilaram diante de 'vetos militares'. Combateu sem tréguas o Centrão, o que contribuiu decisivamente para desgastá-lo, reduzindo sua unidade e influência." É assim que no jornal *PT/Constituinte*, órgão informativo da bancada, n.º 10, outubro de 1988, o partido faz a avaliação de seus trabalhos.

De fato, durante o ano de 1987 a participação do PT na Constituinte foi proporcionalmente a mais ativa de todos os partidos, garantindo sempre a presença e atuação.

Foram muitas as emendas apresentadas, primeiro nos trabalhos das comissões temáticas e, posteriormente, ao projeto da Comissão de Sistematização, que foi discutido e votado em dezembro. É sobre esse projeto que o Partido dos Trabalhadores apresentou mais de 60 emendas.

3.1. As emendas do PT ao projeto da Sistematização

> O primeiro projeto integral de Constituição discutido e votado na Constituinte foi concluído em dezembro pela Comissão de Sistematização. É sobre esse projeto que o PT apresentou as 64 emendas aqui resumidas. O texto da Sistematização não propõe transformações profundas na sociedade brasileira, mas contém avanços importantes, conquistados em razão da pressão das forças populares e da atuação dos parlamentares com elas comprometidos. As emendas propostas pelos membros do Centrão visam suprimir todos esses avanços. A bancada do PT, diante desse quadro, optou por uma linha de ação na fase de discussão e votação em plenário, que combina o empenho na manutenção dos pontos positivos do projeto da Sistematização com a apresentação de emendas, modificando os pontos negativos sob a ótica dos interesses dos trabalhadores.
>
> Portanto, não há, nesta fase, emendas sobre todas as questões importantes, como, por exemplo, a iniciativa popular na apresentação de projetos às Casas Legislativas, o direito de greve e a proibição da censura, já que essas questões receberam tratamento satisfatório no projeto. Porém os temas que o projeto trata de forma conservadora foram objeto das 64 emendas petistas, sendo quatro assinadas por cada constituinte da bancada, número máximo permitido no regimento alterado pelo Centrão. Embora individuais, as emendas refletem um processo de discussão coletiva da bancada. A partir de 27 de janeiro as emendas do PT estarão em votação. Abaixo, as *emendas* resumidas por um encarte do jornal *PT/Constituinte*, com os nomes dos respectivos deputados.

Estabilidade (Lula) Garante a estabilidade da relação de emprego, evoluindo-se em relação à simples garantia contra demissão imotivada, prevista no Projeto da Comissão de Sistematização.

Jornada de trabalho (Olívio Dutra) Fixa a duração máxima da jornada de trabalho em 40 horas semanais e oito horas diárias.

Compensação de horários e redução da jornada de trabalho (Paulo Paim) Autoriza a compensação de horários e a redução da jornada de trabalho resultantes de acordo ou convenção coletiva.

Salário noturno (Vitor Buaiz) Estipula que o salário noturno será superior ao diurno em pelo menos 50%, independente de revezamento, sendo a hora noturna de 45 minutos.

Acesso às informações da empresa (Luis Gushiken) Assegura o direito dos trabalhadores terem acesso, por intermédio das organizações sindicais, às informações administrativas e aos dados econômico-financeiros das empresas.

Implantação de novas tecnologias (Olívio Dutra) Assegura a participação dos trabalhadores, por meio de representantes indicados para integrar comissões paritárias, nos processos decisórios relativos à implantação de novas tecnologias nos locais de trabalho.

Indenização e FGTS (Paulo Paim) Prevê o recebimento de indenização proporcional por tempo de serviço e o levantamento do FGTS por parte do trabalhador, independentemente do motivo da rescisão do contrato de trabalho.

Entrada em vigor dos direitos trabalhistas (Paulo Paim) Determina a retroatividade a 1.º de janeiro de 1988 da vigência de todos os direitos e garantias assegurados aos trabalhadores pela nova Constituição.

Direitos dos trabalhadores domésticos (Benedita da Silva) Assegura à categoria dos trabalhadores domésticos salário-mínimo; irredutibilidade de salário; 13.º salário; jornada máxima de trabalho, diária e semanal, equivalente à do conjunto dos trabalhadores; repouso semanal remunerado; hora extra em dobro; férias; licença à gestante; aviso prévio e aposentadoria, bem como integração à previdência social.

Organização sindical (João Paulo) Assegura a liberdade de associação profissional ou sindical em todos os níveis, vedada qualquer interferência do poder público na organização dos trabalhadores.

Sindicatos por ramo de atividade (Olívio Dutra) Assegura o direito de organização de entidades sindicais representativas de categoria profissional e, também, por ramo de atividade.

Competência dos sindicatos (Olívio Dutra) Atribui às entidades sindicais a incumbência de defender os direitos e interesses das respectivas categorias, sejam eles individuais ou coletivos, inclusive como substituto processual.

Estabilidade do dirigente sindical (Paulo Paim) Proíbe a dispensa do empregado sindicalizado ou associado, a partir do momento de sua candidatura a cargo sindical, até dois anos, após o final de seu mandato.

Comissões por local de trabalho (João Paulo) Assegura o direito dos trabalhadores se organizarem em comissões por local de trabalho.

Direitos individuais e coletivos

Direito de propriedade (Lula) Determina a subordinação do direito de propriedade ao interesse social e assegura maior proteção à propriedade dos bens de uso pessoal ou familiar.

Orientação sexual (José Genoíno) Fixa a necessidade de superação do preconceito derivado da liberdade de orientação sexual.

Aborto (José Genoíno) Assegura a liberdade de opção por se ter ou não filhos, prevendo o direito de interrupção da gravidez.

Meio ambiente (Vitor Buaiz) Determina a necessidade de autorização popular, em consulta plebiscitária, para a implantação e funcionamento de indústrias de alta periculosidade, reatores nucleares ou projetos que alterem de maneira significativa o meio ambiente ou implique em risco de vida para a população.

Voto facultativo (Paulo Delgado) Determina que o sufrágio é universal e o voto sempre direto, secreto e facultativo.

Organização partidária (Paulo Delgado) Assegura a liberdade de organização partidária e a plena autonomia dos partidos políticos para definirem sua estrutura interna e normas de funcionamento.

Previdência Social

Tempo de serviço para aposentadoria (Vitor Buaiz) Assegura o direito de aposentadoria após 30 anos de trabalho para homem e 25 anos para mulher.

Cáiculo do valor da aposentadoria (Eduardo Jorge) Determina forma de cálculo para o valor das aposentadorias que garante a preservação, em caráter permanente, de seu valor real.

Reajuste do valor das pensões e aposentadorias (Eduardo Jorge) Determina a revisão dos montantes das pensões e aposentadorias pagas atualmente pela previdência social a fim de que sejam restabelecidos os valores reais da época do início da concessão de tais benefícios.

Aposentadoria de servidores temporários (Gumercindo Milhomem) Assegura o direito à aposentadoria por parte dos servidores admitidos, até a vigência da nova Constituição, para serviços de natureza temporária.

Entrada em vigor dos benefícios da seguridade social (Eduardo Jorge) Estabelece o prazo máximo de um ano para a adoção das medidas destinadas a assegurar os direitos previstos na nova Constituição relativos à seguridade social.

Ordem social

Família (Benedita da Silva) Assegura a proteção do Estado à família, constituída pelo casamento ou união estável e baseada na igualdade entre o homem e a mulher.

Dissolução do casamento (Benedita da Silva) Prevê a possibilidade de dissolução do casamento a partir da livre opção de qualquer dos cônjuges, eliminando-se a necessidade de separação judicial prévia.

Ensino pré-escolar (Gumercindo Milhomem) Garante a obrigatoriedade e a gratuidade ao atendimento pré-escolar e a obrigatoriedade para o Estado de atendimento à demanda por creches e escolas maternais.

Igualdade de oportunidades educacionais (Florestan Fernandes) Fixa o princípio da garantia da igualdade de oportunidades educacionais às crianças e aos jovens carentes.

Piso salarial dos professores (Gumercindo Milhomem) Determina a obrigatoriedade do respeito ao piso salarial profissional nacional na remuneração dos professores.

Lazer social (Florestan Fernandes) Estabelece, enquanto dever do Estado, a necessidade de difusão e incentivo de práticas de lazer social.

Desenvolvimento tecnológico (Florestan Fernandes) Determina prioridade para iniciativas no campo científico e tecnológico que derrubem as barreiras que impedem o desenvolvimento econômico, cultural e político da sociedade brasileira.

Fomento ao ensino e à pesquisa (Florestan Fernandes) Permite que os estados vinculem parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica.

Saúde do trabalhador (Eduardo Jorge) Assegura aos trabalhadores direitos e medidas destinadas a eliminar os riscos de acidentes e doenças profissionais e do trabalho, determinando que o processo produtivo seja organizado de modo a garantir a saúde e a vida da população.

Ordem econômica

Empresa brasileira (Vladimir Palmeira) Efetua distinção entre empresas brasileiras de capital nacional e empresas brasileiras de capital estrangeiro, privilegiando as primeiras no tocante a incentivos e proteção especial.

Políticas habitacionais e urbanísticas (Irma Passoni) Prevê a promoção e execução, por parte do poder público, de políticas habitacionais e urbanísticas voltadas para o atendimento das necessidades reais da população.

Terras públicas (Plínio Sampaio) Limita a 3.000 hectares a alienação ou concessão de terras públicas ou devolutas a uma só pessoa física ou jurídica de direito privado e exige autorização prévia do Congresso Nacional para toda alienação ou concessão superior a 500 hectares.

Tarifas de serviços públicos (Irma Passoni) Prevê a elaboração de legislação que fixe políticas de remuneração dos serviços públicos de maneira a se privilegiar o interesse social.

Sistema financeiro (Luis Gushiken) Estatiza os bancos e todas as demais instituições integrantes do Sistema Financeiro Nacional.

Impostos sobre gêneros de primeira necessidade (Luis Gushiken) Proíbe a incidência de impostos de qualquer natureza em relação aos gêneros de primeira necessidade.

Imposto de Renda — Não-incidência (Vladimir Palmeira) Proíbe a caracterização, como renda, para efeitos tributários, da remuneração, salário, proventos de aposentadoria e pensões até o limite de 15 salários mínimos mensais.

Imposto de Renda — Incidência (Virgílio Guimarães) Determina que as percentagens a serem fixadas pelo Senado para os impostos sobre heranças e doações serão consideradas como limites mínimos a serem respeitados pelos estados, que poderão fixar percentagens superiores.

Organização e defesa do Estado

Relações internacionais e Racismo (Benedita da Silva) Proíbe o Brasil de estabelecer relações diplomáticas e celebrar acordos internacionais com países que adotem políticas oficiais de discriminação racial.

Fiscalização dos órgãos públicos (Virgílio Guimarães) Determina que a atuação de todo órgão público seja acompanhada por Conselho, não-remunerado, composto por usuários e servidores.

Propaganda do poder público (Paulo Delgado) Proíbe a propaganda de iniciativa do poder público que não diga respeito à divulgação de informações de caráter educativo relacionadas aos serviços públicos.

Remuneração de servidores públicos (Gumercindo Milhomem) Permite a vinculação da remuneração de servidores públicos a determinado índice quando resultante de negociação coletiva de trabalho.

Empréstimos externos e internos (Plínio Sampaio) Transfere do Senado para o Congresso Nacional a competência para decidir sobre operações externas e internas de natureza financeira de interesse do poder público.

Forças Armadas (José Genoíno) Fixa para as Forças Armadas a responsabilidade pela defesa do país e pela garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa destes, da ordem constitucional.

Serviço militar (Vladimir Palmeira) Atribui caráter facultativo ao serviço militar, que poderá ser substituído por serviço alternativo de caráter civil.

Organização dos poderes

Presidencialismo (Lula) Suprime a figura do primeiro-ministro e atribui ao presidente da República a chefia do Poder Executivo, assegurando a prevalência do sistema presidencialista de governo em relação ao parlamentarismo previsto no Projeto da Comissão de Sistematização.

Congresso Nacional (Vitor Buaiz) Atribui ao Congresso Nacional competência para o exercício de funções legislativas, resolutórias e fiscalizadoras.

Remuneração dos parlamentares (Luis Gushiken) Fixa regras para a remuneração dos parlamentares destinadas a assegurar subsídios justos, impedindo, todavia, os privilégios existentes atualmente.

Compra e venda de armamentos (Paulo Delgado) Exige a aprovação prévia do Congresso Nacional para a compra e venda de material bélico ao exterior.

Ministros do Supremo Tribunal Federal (Plínio Sampaio) Fixa em doze anos o mandato de Ministro do Supremo Tribunal Federal, eliminando-se a vitaliciedade no cargo prevista atualmente.

Justiça Militar (Virgílio Guimarães) Atribui à Justiça Militar competência para processar e julgar exclusivamente militares nos crimes militares definidos em lei, vedado o julgamento de civis.

Justiça do Trabalho (João Paulo) Determina o cumprimento imediato, sem possibilidade de efeito suspensivo, das decisões normativas da justiça do Trabalho.

Cartórios — Estatização (Vladimir Palmeira) Determina que os cartórios sejam públicos e os serviços notoriais e registrais exercidos diretamente pelo poder público.

Poder Judiciário e Ministérios Públicos (Plínio Sampaio) Atribui ao Poder Legislativo competência para fiscalizar a aplicação dos recursos destinados ao Poder Judiciário e ao Ministério Público e o desempenho administrativo e financeiro de ambas as instituições.

Disposições transitórias

Eleições gerais em 1988 (Lula) Determina a realização, em 15 de novembro de 1988, de eleições gerais para renovação de todos os mandatos eletivos em âmbito nacional.

Anistia (João Paulo) Amplia a anistia de modo a torná-la ampla, geral e irrestria, com relação a todos os punidos em decorrência de motivação exclusivamente política.

Lei de Segurança Nacional (Irma Passoni) Revoga a Lei de Segurança Nacional.

4. Dizer não à Carta e assiná-la: um dilema do PT

Ao final dos trabalhos da Constituinte o PT enfrentou o duplo dilema: o de dizer *sim* ou *não* à Constituição promulgada a 5 de outubro, *assinar* ou *não assinar* a Carta.

"O balanço da atuação da bancada do PT aponta um saldo positivo na sua estratégia de obter conquistas parciais para a classe trabalhadora, ao mesmo tempo que polarizava marcando posição nas questões inegociáveis. Assim, obteve resultados imediatos, sem perder a coerência política. Sem dúvida, o partido acumulou na luta da Constituinte uma experiência importante para a definição de suas relações no campo institucional" (*O PT na Constituinte*, op. cit., vol 10, outubro de 1988, p. 1).

E o Partido dos Trabalhadores, após uma discussão intensa, tomou a seguinte posição. Por um lado, votou *não* ao texto, expressando seu descontentamento em relação ao caráter conservador da nova Constituição. Por outro lado, *assinou* a Carta

— uma questão formal —, reconhecendo que participou de sua elaboração, mesmo em minoria. Não se trata de dois pesos e duas medidas. Dizendo não, o Partido dos Trabalhadores a rejeita como um todo; assinando, o Partido dos Trabalhadores assume a responsabilidade de ter participado e feito o possível para torná-la progressista.

Restou a necessidade de continuar mobilizando a classe trabalhadora em relação às suas lutas e pelas bandeiras que "ficaram de fora" da Carta: reforma agrária, que teve soluções piores que o antigo Estatuto da Terra; tutela (agora mais dissimulada) das Forças Armadas sobre o país; definição mais profunda dos direitos fundamentais, como o de propriedade, que não toca no problema da concentração de renda, a miséria, a dívida externa etc... "Se a Constituição promulgada não é a que a gente queria, trata-se, agora, de mudá-la. A luta do PT continua, no sentido de garantir a regulamentação e aplicação dos avanços democráticos aprovados, e na tentativa de modificar os pontos conservadores com emendas à Constituição. No contexto mais amplo, a luta do PT continua com a conscientização, a organização e a mobilização popular, construindo as condições necessárias para realizar as transformações que a Constituinte não realizou" (op. cit., p. 1).

Mas a posição do PT assustou outros partidos, como acentua o deputado federal constituinte e cientista político Florestan Fernandes, no artigo "Novas perspectivas": "Os companheiros da esquerda não compreenderam a decisão do PT de votar *não*, pelas razões indicadas por Lula em seu discurso oficial e posteriormente em artigo publicado na *Folha de S. Paulo*. Dizem que essa Constituição traz a marca do PT exatamente onde ela é mais inovadora e construtiva. Sem o PT, afirmam, a Constituição de 1988 nasceria mais pobre. Isso é verdade, embora se deva retribuir muitos créditos aos companheiros de jornada. Porém, o PT não é um partido burguês, disposto a usar o Parlamento como a via institucional de solução de conflitos e controvérsias entre classes e facções de classes. O PT quer transformar a fundo a sociedade civil e o Parlamento revela-se impotente, como instrumento de luta, para atingir-se fins mais agudos" (op. cit., p. 4).

Abaixo, a *posição final* do Diretório Nacional, sobre a decisão do PT em *assinar* e dizer *não* à Carta, quando deliberou internamente esta postura.

4.1. A posição final

O PT, como partido que almeja o socialismo, é por natureza um partido contrário à ordem burguesa, sustentáculo do capitalismo. Disso decorre que o PT rejeita a Constituição burguesa que vier a ser promulgada, da mesma forma que a Constituição vigente, a qual, ainda por cima, é fruto de uma ditadura militar; por extensão, o PT rejeita a imensa maioria das leis que constituem a institucionalidade que emana da ordem burguesa capitalista, ordem que o partido justamente procura destruir e, no seu lugar, construir uma sociedade socialista.

Não obstante, o PT tem que travar a sua luta — expressão política da luta de classes, mais geral — onde ela se dá, e não em fóruns imaginários ou artificiais. Assim, o PT luta contra a institucionalidade burguesa. Essa luta institucional contra a institucionalidade pode assumir múltiplas formas. No caso específico do Congresso Constituinte, todas as atuações do PT exprimiram essa luta antiinstituição dentro da instituição: o combate ao Colégio Eleitoral, a apresentação de um projeto próprio de convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte (rejeitado), a apresentação de candidaturas ao Congresso Constituinte para travar, ali dentro, a elaboração e a apresentação de um Projeto de Constituição (rejeitado como Projeto, mas que teve vários de seus dispositivos em parte incorporados ao texto aprovado no primeiro turno no Congresso Constituinte), a luta por um Regimento Interno do Congresso Constituinte (em parte incorporado), a apresentação — independentemente ou em acordo com outros partidos — de numerosas emendas, a votação nesta ou naquela proposta e, inclusive, a submissão a acordos que obrigaram a bancada petista a escolher a opção menos pior, em muitos casos. Tudo isso significou reconhecer o Congresso Constituinte como um campo de luta e, nele, lutar de acordo com os princípios programáticos.

Além do mais, o PT não denuncia e critica a nova Constituição apenas por colocar-se no ponto de vista de que é um partido que almeja o socialismo e que a nova Carta configura uma sociedade capitalista. O PT sempre teve consciência de que, neste momento histórico, nesta conjuntura, com a correlação de forças existentes, no atual estágio da luta de classes, não haveria qualquer possibilidade de se criar uma sociedade socialista no Brasil, muito menos através desse Congresso Constituinte. Por isso mesmo, o próprio Projeto de Constituição que o PT elaborou e apresentou ao Congresso não propõe uma sociedade socialista, mas sim um conjunto de princípios e mecanismos capazes de ampliar espaços democráticos e a participação popular no processo político, embora ainda nos marcos do capitalismo.

E é exatamente essa a razão principal do repúdio, da rejeição, da crítica, da denúncia e do protesto que o PT tem a fazer em relação à Constituição que em breve será promulgada: é que, mesmo nos estreitos limites de uma sociedade capitalista, a nova Constituição poderia ter sido muito mais democrática e popular; não o é por causa da ação das forças conservadoras e reacionárias que atuaram sobre o Congresso Constituinte: o governo Sarney, os militares, os latifundiários, os banqueiros, as

multinacionais, a UDR, o Centrão, os retrógrados de todas as partes e de todos os matizes.

Apesar de tudo — e graças ao esforço de mobilização de parte da população e dos partidos e parlamentares progressistas —, o texto da nova Constituição aprovado na primeira rodada (ou primeiro turno) contém algumas pequenas vitórias, algumas poucas conquistas, alguns direitos mínimos dos trabalhadores. Tais vitórias e conquistas, porém, não retiram o caráter geral da Constituição, essencialmente conservador, antidemocrático e antipopular. Por isso o Diretório Nacional decide, indicativamente, que o PT concretize sua posição contrária ao caráter geral da Constituição *votando não* à Carta Magna com declaração de voto vencido, explicando as razões de sua posição e fazendo a ressalva da defesa dos direitos e conquistas obtidos.

Se até o final do segundo turno de votação — apesar da mobilização por pressão popular que o partido se empenha em deflagrar — aqueles direitos e conquistas forem eliminados ou substancialmente reduzidos, se essa mutilação ultrapassar marcas que o PT, sensível às exigências da classe trabalhadora, julgar como condições mínimas indispensáveis, o Diretório Nacional poderá considerar a hipótese de votar a proposta de que os dezesseis membros da bancada federal petista — além de *votarem não* à nova Constituição — se recusem a assiná-la, como demonstração simbólica de repúdio ao retrocesso constituinte brasileiro.

Em qualquer dos casos (voto *não* ou não assinatura), o PT, por meio da Comissão Executiva Nacional, deverá providenciar os meios políticos e materiais para que a nossa posição possa chegar ao conhecimento das amplas massas trabalhadoras, através de nossa própria voz, a fim de evitar a manipulação por outras forças políticas. No mesmo sentido, o PT deverá procurar capitalizar politicamente os pontos do texto constitucional favoráveis à classe trabalhadora e ao povo, bem como apontar as forças responsáveis pelos pontos desfavoráveis e negativos.

(Diretório Nacional, *A posição do PT sobre a nova Constituição*, Circular Interna, 7-8-88, anexo 2, p. 12-4.)

5. As conquistas populares na Constituinte

O que muda e o que não muda com a nova Carta?

A bancada do PT, após os trabalhos em outubro de 1988, apresentou, no boletim *PT/Constituinte* n.º 10, um resumo das mais importantes decisões tomadas na Constituinte, ressaltando seus aspectos positivos e negativos. Aqui agrupamos resumidamente, estes itens em oito partes (de A a H). Embora o boletim tenha deixado de lado o item educação, nós o colocamos.

A) Reformas agrária e urbana

Este é um dos piores pontos da nova Constituição. O texto aprovado representa até mesmo um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra, editado pelo governo militar em 1964. A reforma agrária, que é uma das principais exigências da nação, está praticamente inviabilizada, o que poderá agravar a tensão existente no campo. A nova Constituição tem um dispositivo que exclui genericamente das desapropriações os imóveis rurais considerados "produtivos". Esse dispositivo é um grande obstáculo constitucional à reforma Agrária.

O fato de a reforma urbana ter entrado na Constituição, por si só, já representa um avanço. Importante também foi a submissão, no texto, da propriedade urbana ao bem-estar social, dando aos municípios o poder de desapropriação.

O usucapião urbano foi reconhecido, mas com a exclusão dos lotes pertencentes ao setor público, o que é uma grave ameaça à grande massa de favelados que vivem nesses lotes. O usucapião urbano vai beneficiar quem ocupar um imóvel durante cinco anos ou mais, sem oposição do proprietário, e desde que não possua outro imóvel.

B) Papel das Forças Armadas

O texto aprovado consagra a tutela militar sobre a nação. As Forças Armadas poderão intervir para manter a lei e a ordem, enquanto nós defendemos a proposta de que elas deveriam se limitar à defesa externa do país. Mesmo a proposta conciliatória, pela qual elas poderiam intervir para defender a ordem constitucional, por convocação dos Três Poderes, foi derrotada. Além disso, o governo terá duas armas de grosso calibre: o Estado de Defesa (sucedâneo do Estado de Emergência) e o Estado de Sítio.

C) Cidadania — Ordem jurídica individual e coletiva

Direitos jurídicos

Com a nova Carta, os direitos políticos da população vão ser ampliados. Foi aprovado o princípio de que a soberania popular será exercida pelo voto direto e secreto, inclusive mediante plebiscito e referendo. A iniciativa popular, pela qual o PT lutou, é uma novidade de caráter democrático. Através dela, 1% do eleitorado nacional, distribuído por pelo menos 5 estados, e com o mínimo de 3% dos eleitores de cada um desses estados, poderá propor projetos de lei ao Congresso Nacional, através de abaixos-assinados. Outro avanço importante foi a introdução do voto facultativo para os maiores de 16 e menores de 18 anos. Para os analfabetos, o voto também será facultativo.

Direitos individuais e coletivos

A nova Constituição reconhece os direitos democráticos elementares, como os de reunião, associação, expressão e de informação. A censura passará a ser apenas classificatória, por

faixas de idade, para a televisão e os espetáculos públicos. Não serão mais censuradas as publicações escritas. O ponto mais negativo deste capítulo da nova Carta é o que trata do direito à propriedade, que foi equiparado ao próprio direito à vida. O PT lutou para tentar modificar isso, mas não foi possível. Nossa tese é de que o direito à propriedade não pode ser absoluto e deve estar condicionado aos interesses e necessidades maiores da sociedade, ao cumprimento de uma função social.

Garantia de aplicação das leis

Foram criados três novos instrumentos jurídicos importantes, que poderão ajudar na defesa dos direitos dos cidadãos. Através do *mandado de injunção* qualquer pessoa ou entidade poderá acionar a Justiça para obrigar o cumprimento de princípios constitucionais ainda não regulamentados em lei. Assim, poderemos lutar para que princípios constitucionais positivos — como, por exemplo, o que determina as despesas básicas que o salário-mínimo deve cobrir — não sejam simplesmente ignorados. Outro instrumento é o *mandado de segurança coletivo*. Atualmente, os mandados de segurança, que se destinam a garantir direitos legais lesados, só podem ser individuais. E há, também, o *habeas-data*, que permitirá a qualquer pessoa ter acesso às informações a seu respeito existentes nos bancos de dados públicos.

Prisão só com ordem judicial

A Constituinte aprovou que uma pessoa só poderá ser presa em flagrante delito ou por ordem expressa do juiz. Assim, não poderá haver mais ordem de prisão emitida pela autoridade policial, como existe hoje. Para nós do PT, esse é um importante avanço no sentido da democratização da sociedade, na medida em que representa uma garantia legal contra as freqüentes arbitrariedades policiais.

Tortura

A tortura, o terrorismo e o tráfico de drogas também serão considerados crimes inafiançáveis e imprescritíveis. A nova Constituição acabou incluindo esses três temas num único artigo. Nós defendemos a posição de que a punição à tortura deveria ser definida isoladamente, e votamos contra misturar terrorismo e tráfico de drogas com a tortura.

D) Relações de trabalho

Direitos iguais para trabalhador rural e urbano

A Constituição aprovou a extensão dos direitos dos trabalhadores urbanos para os rurais, aprovando proposta do PT.

Assim, os trabalhadores do campo começarão a ter direito ao FGTS, salário-família, aposentadoria por tempo de serviço (e não só por idade, como é hoje), adicional de trabalho noturno, hora extra, participação nos lucros etc.

Jornada de trabalho

O PT se empenhou na luta pela jornada semanal de 40 horas. Essa proposta foi derrotada, mas a jornada máxima de trabalho acabou sendo reduzida das atuais 48 horas para 44 horas. Já o turno será de 6 horas. Esta é uma conquista que beneficia cerca de 8 milhões de trabalhadores e foi uma proposta apresentada e defendida pelo PT.

Direito de greve

A nova Carta assegurou o direito de greve, inclusive para os servidores públicos. Esta conquista — uma das mais importantes da Constituinte — foi garantida graças à atuação intransigente da bancada petista, que recusou qualquer acordo com o Centrão. Uma lei ordinária ainda deverá regulamentar o direito de greve nos "serviços essenciais" e definir os "abusos de greve".

Organização sindical

Foi criado um espaço de autonomia sindical, com o fim do poder de intervenção direta do governo nos sindicatos. No entanto, foi mantida a estrutura verticalista e corporativa herdada do fascismo, através da unicidade sindical, do imposto sindical e do sistema confederativo, onde o peleguismo tradicionalmente se aloja. O PT defende a plena liberdade de organização sindical e é contra a unicidade forçada, pois a unidade deve ser obtida na luta e não imposta pela Constituinte. Também foram aprovados o direito de sindicalização dos servidores públicos e a estabilidade dos dirigentes sindicais.

Prazo maior para ações trabalhistas

Atualmente o empregado só pode reclamar direitos trabalhistas relativos aos dois últimos anos de serviço. A Constituinte aprovou proposta do PT que aumentou esse prazo para cinco anos, embora o limite para o recurso na Justiça continue a ser de dois anos após a rescisão do contrato de trabalho.

Proteção contra dispensa imotivada

O PT defendeu a proibição da demissão sem justa causa. Essa proposta foi derrotada, mas foi aprovado provisoriamente que o percentual de multa do FGTS passasse dos atuais 10%

para 40% em benefício do demitido. Uma lei complementar vai regulamentar os casos de demissão imotivada.

Anistia aos demitidos do serviço público

Aprovando uma proposta de iniciativa do PT, a Constituinte anistiou todos os servidores públicos civis e funcionários de empresas estatais demitidos ou punidos por terem participado de greves, ou por outros motivos políticos, desde 1979 até a data da promulgação da nova Carta. Foram excluídos dessa anistia os funcionários civis dos ministérios militares.

50% a mais nas horas extras

A remuneração da hora extra aumentou para um mínimo de 50% sobre a hora normal. O PT lutou pela proibição do horário extraordinário, como forma de criar novos empregos e reduzir acidentes de trabalho. Os setores ligados ao empresariado queriam manter os atuais 25%.

Férias com um terço a mais no salário

Ficou definido que as férias serão pagas com um acréscimo de pelo menos um terço acima do salário normal. O PT defendeu férias em dobro, pela qual continuaremos lutando.

Aviso prévio proporcional

Foi aprovado o aviso prévio proporcional ao tempo de serviço, sendo de no mínimo trinta dias. Mas essa conquista ainda precisa ser regulamentada por uma lei ordinária.

Aposentadoria

A recuperação da dignidade da aposentadoria foi uma das grandes lutas do PT e uma das maiores conquistas populares na Constituinte. Ficou decidido que os atuais benefícios das aposentadorias e pensões terão um novo cálculo, expresso em salários-mínimos, de modo a recuperar o valor real que tinham na época em que foram concedidos. Isso significa que os atuais aposentados e pensionistas terão um reajuste expressivo, a ser aplicado a partir do sétimo mês após a promulgação da nova Constituição. O governo terá o prazo de trinta meses para implantar o novo plano de custeio e benefício. Além disso, foi instituído o princípio que proíbe a redução do valor real das aposentadorias daqui para a frente. Outro avanço importante é que o valor das novas aposentadorias será calculado com base na média dos salários dos últimos três anos de ativa, corrigidos monetariamente, mês a mês. Ou seja, a média dos últimos três

anos refletirá o valor real do salário. Atualmente, o cálculo da média não considera a inflação, o que causa grande redução nos proventos dos aposentados. Conseguimos também aprovar a aposentadoria aos 25 anos de serviço para mulher e 30 anos para o homem, respectivamente.

Licença maternidade e paternidade

A nova Constituição amplia a licença remunerada da trabalhadora gestante para 120 dias, com estabilidade desde a comprovação da gravidez até o 5.º mês após o parto. O pai também terá licença, cujo período será regulamentado em lei. Enquanto não ficar pronta, o período é de cinco dias.

E) Meio ambiente

No capítulo do meio ambiente foram definidas responsabilidades tanto dos poderes públicos quanto dos particulares e dos cidadãos em geral em relação à preservação ambiental. A destruição do meio ambiente será crime passível de pena de prisão. O PT defendeu esses avanços aprovados.

F) Saúde

Apesar da derrota da tese de estatização progressiva do setor saúde, defendida por nós do PT e por outras forças democráticas, foram conquistados pontos importantes, como o controle popular sobre o sistema público único de saúde, os contratos de direito público que permitirão um maior rigor na fiscalização de hospitais privados contratados, a proibição do comércio de sangue e dos seus derivados, e a incorporação da saúde do trabalhador ao sistema único de saúde.

G) Empresa nacional

Houve muita pressão para não haver diferenciação entre as multinacionais e as empresas de capital nacional. A nova Constituição, porém, fez a diferenciação ao introduzir o conceito de "empresa brasileira de capital nacional", que são aquelas cujos proprietários ou sócios majoritários sejam residentes no país. Na mineração, só elas poderão atuar. O PT se posicionou pela diferenciação entre o capital nacional e o estrangeiro, por entender que ela possibilita ao país um controle maior sobre sua economia.

H) Educação

A grande vitória na luta popular na educação — que mobilizou cerca de quinze entidades no país (Andes, Apeoesp, CPB, UBES, Sinpros etc.) — foi a ampliação da fatia das verbas destinadas a ela. De 13%. para 18% das verbas federais e 25% da receita tributária dos estados e municípios. Outras fontes engrossarão também os recursos da educação, como o salário-educação, uma contribuição recolhida das empresas para programas suplementares de alimentação e saúde escolares, transporte, material didático etc. O texto reza também sobre a criação de condições orçamentárias para a erradicação do analfabetismo, a universalização do atendimento escolar, as melhorias na qualidade de ensino, a formação para o trabalho e a promoção humanística, científica e tecnológica.

Para o deputado petista, ex-presidente da Apeoesp Gumercindo Milhomen, de destacada atividade nos trabalhos constituintes, o que se conseguiu foi o máximo, cedemos noutros pontos "para não correr o risco de não aprovar nada" ("Conquistas na educação", jornal *Você na Constituinte*, outubro de 1988, p. 7).

Com relação ao magistério prevaleceu a idéia de que a tarefa educacional é desempenhada por trabalhadores do ensino. O magistério público terá plano de carreira, piso salarial profissional, garantia jurídica para as instituições mantidas pela União (como o caso de professores rurais que, absurdamente, ganham menos do que salário mínimo), garantia de aposentadoria antecipada e direito de greve e sindicalização.

★★★

CAPÍTULO X

UM PLANO PARA O BRASIL

1989. O PT prepara-se para disputar a Presidência da República, animado pelas vitórias do ano anterior. Ele deixou de ser um pequeno partido. Hoje ele se apresenta como uma alternativa para a sociedade brasileira, capaz de propor políticas concretas de solução dos graves problemas com os quais se defronta a maioria da população.

Apresentamos, a seguir, um resumo de alguns documentos sobre as propostas debatidas pelo partido para sair da crise econômica, as diretrizes para o programa de governo do PT e os treze pontos da FRENTE BRASIL POPULAR que sustenta a campanha de Lula para a Presidência da República: o PT, o PC do B, o PSB e o PV. (O PV em sua Convenção Nacional de 15 de julho decidiu abandonar a *Frente Brasil Popular*, inconformado com a rejeição do PSB e do PC do B à candidatura do jornalista Fernando Gabeira, a vice na chapa do Lula e o apoio dos dois partidos ao nome do Senador gaúcho José Paulo Bisol que deixou o PSDB pelo PSB. O nome de Gabeira havia sido indicado pelo VI Encontro Nacional do PT para ser levado como candidato preferencial para vice de Lula.)

1. O plano econômico alternativo de emergência

Sob a coordenação de Aloísio Mercadante Oliva, José Dirceu de Oliveira e Silva e Plínio de Arruda Sampaio, com a participação de muitos companheiros, incorporando sugestões encaminhadas por dirigentes e parlamentares petistas, em 1988, foi elaborado um *Plano Econômico Alternativo de Governo,*

mostrando a gravidade da crise e como o PT deveria enfrentá-la. Segundo o documento, o governo Sarney insiste em praticar uma política econômica que desestimula os investimentos, corrói salários, desestrutura o parque produtivo e fracassa no combate à inflação.

Quase uma década de "esforço exportador", o esforço em movimentar e dirigir a economia voltada para pagar a dívida, resultou num retrocesso sócio-econômico inédito na história do Brasil.

Ao invés de empenhar-se em reformas estruturais, a "Nova República" enveredou pelo caminho do clientelismo e da adulação dos credores externos.

O Plano Econômico Alternativo de Emergência do PT visa impedir a hiperinflação, estancar a sangria de recursos do país, retomar o crescimento econômico e salvaguardar o nível de vida da população.

Com relação ao *Ajuste Externo* o PT propõe:

> a) Rompimento do acordo com o FMI e suspensão imediata do pagamento da dívida externa;
>
> b) Convocação imediata da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Dívida Externa, que deverá fazer um histórico da dívida, apontar as causas do seu crescimento e apurar responsabilidades;
>
> c) Convocação de uma Conferência Internacional de todos os países devedores interessados em enfrentar de forma alternativa a problemática da dívida externa, para definir uma estratégia comum de atuação e a criação de um Comitê de Devedores para anular os acordos anteriores e reencaminhar o processo de negociação;
>
> d) Não reconhecimento do Comitê de Negociação formado pelos Bancos Credores, que tem demonstrado intransigência e menosprezo pelos interesses do país, e constituição de uma nova instância de negociação ao nível dos governos e dos Bancos Centrais dos países que sediam os Bancos credores;
>
> e) Exigir a participação do Brasil e de outros grandes devedores nas reuniões dos governos dos países credores para a discussão da dívida externa;
>
> f) Tomar como base de negociação o valor real da dívida, desvalorizada pelo deságio do próprio mercado internacional, que hoje equivale a cerca de 60% do valor de face dos títulos da dívida brasileira. Desta maneira, a dívida cairá dos aproximadamente 110 bilhões de dólares atuais, para algo em torno de 44 bilhões de dólares;
>
> g) Os juros correspondentes ao valor do deságio (60%) serão depositados num Fundo Público de Investimentos e Políticas Sociais, que deverá gerir estes e outros recursos oriundos deste Plano de Emergência;
>
> h) Os juros correspondentes ao valor da dívida real (restantes 40%) serão depositados no Banco Central, no aguardo das negociações.

Para o PT a conversão transforma uma dívida de alto risco e questionável, em patrimônio seguro.

O PT propõe uma política cambial que diminua o fluxo de mercadorias brasileiras para o exterior e o barateamento das importações.

Com relação ao *Ajuste Interno* o PT propõe:

> a) O estabelecimento de um efetivo controle de preços dos setores oligopolistas da economia;
>
> b) Elaboração de uma lista de produtos a serem controlados, que poderá ser aumentada ou diminuída, dependendo do comportamento dos fornecedores;
>
> c) Remodelação dos atuais órgãos de fiscalização (como a SUNAB e o CIP) e a criação de novos órgãos e novos mecanismos de controle, que deverão assegurar a participação dos trabalhadores através das Centrais Sindicais;
>
> d) Os novos órgãos de fiscalização deverão elaborar estudos minuciosos da evolução dos preços e planilhas de custos, com base inclusive nos dados disponíveis do ICM, permitindo ajustamentos para mais e para menos;
>
> e) Criação de uma legislação mais rigorosa, permitindo desde o confisco de mercadorias (à semelhança da Lei Delegada n.º 4), até a aplicação de medidas punitivas drásticas;
>
> f) Criação de mecanismos para que a população participe da fiscalização, desde o local de trabalho até o comércio varejista, com possibilidade efetiva de denúncia dos infratores e apuração de responsabilidades.

Para o PT estancar a inflação e promover o crescimento econômico é o único caminho seguro para a valorização do salário real dos trabalhadores.

Quanto às empresas estatais, trata-se de saneá-las financeiramente, democratizar sua gestão e privatizar aquelas que não prestam serviços públicos nem atuam em setores estratégicos.

Há setores empresariais, como o exportador, que quase não pagam impostos e ainda obtêm créditos de longo prazo, com juros subsidiados.

Para o PT uma política antiinflacionária só terá sucesso se houver abundância de alimentos e produtos primários em geral, com remuneração assegurada para o produtor e preço baixo para o consumidor.

O PT propõe ainda a criação de um *Fundo de Investimentos e Políticas Sociais*, cujos recursos serão aplicados em setores estratégicos da economia e na formulação de políticas sociais voltadas para os setores marginalizados da sociedade.

Nesse sentido propõe:

a) Criação de um Fundo, com os recursos provenientes dos juros do deságio da dívida externa, das receitas fiscais e tributárias assinaladas no item 4.5 e da conversão negociada e parcial de títulos da dívida pública;

b) Os recursos do Fundo serão alocados, prioritariamente, nos setores estratégicos da economia, infra-estrutura, modernização do parque produtivo, implementação de uma política de preservação de recursos naturais, especialmente da Amazônia, e na formulação de políticas sociais voltadas para os setores mais carentes e marginalizados da sociedade brasileira nas áreas de educação, saúde, habitação e saneamento;

c) O Fundo também alocará recursos, inclusive já previstos em orçamento, no sentido de efetivar uma política fundiária que contemple a regularização das áreas de conflito e desapropriação para fins de reforma agrária;

d) O Fundo será fiscalizado diretamente pelo Congresso Nacional, com prestação de contas dos investimentos e dos resultados;

e) Os rendimentos eventualmente auferidos pelos recursos do Fundo poderão ser usufruídos pelos seus investidores conforme regulamentação prévia.

2. Diretrizes para a elaboração do programa de governo

O Programa de Governo do PT não foi elaborado por um grupo fechado de especialistas. Como é praxe em toda decisão do partido, o Plano Alternativo de Governo (PAG) está sendo discutido em diversos níveis. Em maio de 1989 foram discutidas as *diretrizes* e alguns *pontos básicos* deste programa.

O que pretendemos fazer aqui é apenas uma *síntese* de documentos. Na impossibilidade de apresentá-los na íntegra, nos atemos a uma compilação, selecionando o que nos pareceu essencial. No item 4 apresentamos a íntegra das *bases* do PAG, aprovadas no *VI Encontro Nacional* do PT, realizado em São Paulo nos dias 16, 17 e 18 de junho de 1989.

Uma das principais características da candidatura Lula é que ela pertence a um partido que se transforma, cada vez mais, num grande eleitor. Há uma tendência crescente da população em votar no PT, em depositar sua confiança e suas esperanças no partido. O PT é hoje o partido de maior preferência popular no Brasil, em função de sua coerência, de sua luta pelo povo e de representar, numa sociedade onde grassa o descrédito, o único sinal visível de esperança e seriedade.

Desse modo, a consolidação da candidatura Lula vincula-se à consolidação da marca PT, de sua imagem como partido socialista, democrático, de massas, sério, coerente, transformador.

Por outro lado, a candidatura Lula está ancorada num Programa Alternativo de Governo claro e factível, no qual estão expressamente indicadas as mudanças que o país sofrerá com a chegada do PT ao governo.

O PAG comporta um conjunto de propostas, democráticas e populares, de reformas da sociedade brasileira que expressam o projeto democrático-popular definido pelo V Encontro Nacional do PT. Democratizar a vida econômica e social; democratizar o Estado; acabar com a miséria e as desigualdades regionais e estabelecer a soberania e a independência nacionais são as linhas mestras desse Programa que deve precisar claramente o que cada setor da sociedade pode esperar do governo do PT.

Os trabalhadores e demais setores explorados da sociedade, da cidade e do campo, devem saber que serão os setores privilegiados durante o governo Lula. Os pequenos empresários e demais setores médios, em particular os pequenos produtores rurais, devem entender que serão beneficiados, enquanto a burguesia terá que curvar-se à evidência de que o PT não concorda em retomar o crescimento econômico às custas dos trabalhadores e do abandono da luta pelas transformações socialistas.

Desde 1988, um conjunto cada vez maior de dirigentes, militantes e colaboradores tem se esforçado para imprimir a este programa a marca petista, que significa: participação democrática, reformas que atendam as necessidades imediatas da maioria da população, políticas sociais amplas e de nova qualidade, liquidação de toda e qualquer forma de opressão e discriminação e uma política internacional que alie o combate à dívida externa com o apoio à autodeterminação dos povos, contra o imperialismo.

Deste modo, ao mesmo tempo que se ancora num PAG de mudanças, mesmo nos limites do capitalismo, a candidatura Lula reafirma seu perfil socialista, seu caráter moderno, crítico, de uma nova classe trabalhadora carregada de esperança nas transformações socialistas.

O PT deve enfrentar o debate em torno do socialismo de forma ofensiva, evitando fugir da questão. O Partido visa construir o socialismo, mas o caminho dessa construção passa pela luta de consolidação da democracia, de realização de reformas que acumulem forças no rumo do socialismo e de combate permanente ao capitalismo. Em outras palavras, nosso PAG não contém qualquer medida de reforço do capitalismo ou que seja incompatível com o socialismo, enquanto busca afirmar e ampliar os caminhos democráticos, através da luta social, como questão essencial para o socialismo.

Assim, embora o PAG do PT seja concreto, bem fundamentado e factível pela ótica da luta política dos trabalhadores e não pela ótica dos empresários, o partido e Lula não renun-

ciam expor o projeto de sociedade que têm em vista no futuro. Neste sentido, além das propostas de mudanças econômicas, sociais e políticas, a candidatura Lula resgatará temas político-culturais como os da ecologia, de novos espaços de liberdade para grupos secularmente discriminados como as mulheres, negros, índios, homossexuais, anciãos etc. Os jovens devem merecer um tratamento especial por representarem a geração que consolidará as transformações que o PT pretende implementar.

Finalmente, é preciso ressaltar que este programa é fruto de uma longa história de lutas e mobilizações populares, nasce de um processo de organização dos trabalhadores e é uma conquista importante do partido. Hoje, diante da gigantesca tarefa de governar cento e trinta milhões de brasileiros, o PT e Lula oferecem suas propostas, acreditando na força das massas, na capacidade da classe trabalhadora, de enfrentar e conseguir pleno êxito diante de mais um imenso desafio.

As *diretrizes* para a elaboração do nosso programa de governo apontam nesse caminho.

Em primeiro lugar, não basta concorrer às eleições com uma plataforma de lutas econômicas e políticas dos trabalhadores e dos setores médios da sociedade. Nem tampouco é possível propor um programa socialista, inexeqüível e que nos isolaria. Trata-se, então, de apresentar um Programa de Ação de Governo que expresse as principais reivindicações dos trabalhadores, as reformas econômicas e sociais para retirar o país da crise e combiná-lo com a luta política e ideológica, com a disputa pela hegemonia na sociedade. Estimulando o crescimento e fortalecimento dos movimentos sociais, promovendo a auto-organização dos trabalhadores, abrindo canais para a participação popular, criando instrumento de poder local, fazendo surgir um real movimento socialista, estaremos não só viabilizando um governo democrático-popular, mas estaremos forjando as condições políticas e sociais para transformações socialistas no país.

Em segundo lugar, o programa terá um caráter democrático-popular, revolucionário, porque estará articulado com a atuação do PT, seja na disputa político-ideológica anticapitalista e socialista, seja na intervenção nas lutas sociais, no trabalho de auto-organização dos trabalhadores e sua participação decisiva na luta social e política, agora levada para o centro do poder do Estado, a Presidência da República.

Em terceiro lugar, o programa se compromete com a criação de condições políticas e institucionais para a auto-organização e a participação popular no governo, abrindo canais para novas instituições democráticas. Isto significa ampliar e consolidar os

espaços democráticos. Significa também eliminar o monopólio do poder e da coerção que a burguesia detém. Na mesma linha, são tarefas de um governo democrático-popular promover a plena soberania do poder civil, extinguindo a tutela militar; o aperfeiçoamento da democracia eleitoral e do sistema de representação parlamentar; a consolidação da liberdade sindical e do direito de greve; a democratização do Judiciário e dos meios de comunicação; a garantia do pleno exercício dos direitos e da cidadania. Sobretudo, caberá ao Partido e aos movimentos sociais organizarem o poder popular, abrirem campo para a auto-organização dos trabalhadores e para seu controle sobre o aparato administrativo do Estado e, mesmo, da produção.

Em quarto lugar, deve ser um programa que lute pela redistribuição da renda; que lute pela erradicação da pobreza, pela eliminação das desigualdades sociais e regionais; que redefina o papel do Estado, hoje sob controle de interesses privados e de seus prepostos que manipulam a burocracia civil e militar; que promova o crescimento econômico — condição indispensável para assegurar emprego, casa, comida, acesso à educação e possibilidades de expressão cultural para todo o povo.

3. 13 pontos para um governo democrático e popular

Estas diretrizes permitiram à FRENTE BRASIL POPULAR, integrada pelo PT, pelo PC do B e pelo PSB formular os treze pontos básicos de seu governo. Tais pontos esboçam o caminho a ser tomado visando a instituir um governo democrático e popular, a quem caberá estabelecer um regime efetivamente democrático e um novo padrão de desenvolvimento econômico independente, com distribuição de renda voltado para as necessidades do povo brasileiro, para a valorização da vida, para a eliminação das desigualdades sociais, assegurando os direitos das mulheres, dos negros e dos índios, a garantia do bem-estar e a preservação do meio ambiente.

1. Democratização do Estado e da Sociedade

O Governo da Frente se compromete a estimular a mais ampla participação popular nas decisões do governo. Os partidos da Frente, por sua vez, se dispõem a estimular a organização do poder popular, abrindo campo para a auto-organização dos trabalhadores.

2. Distribuição da renda e elevação dos salários

O Governo da Frente terá como uma de suas políticas prioritárias a distribuição da renda através de uma política salarial que assegure aumento real de salários e reposição do poder aquisitivo; ampliação das políticas sociais de educação, saúde, transporte, habitação, saneamento.

3. Suspensão do pagamento da dívida externa

O Governo da Frente considera que a dívida externa do Brasil, além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossas economias e que as políticas econômicas impostas pelo FMI e pelos banqueiros internacionais são responsáveis em grande parte pela miséria dos povos do Continente. O Governo da Frente romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação da legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma conferência internacional dos países devedores, para a adoção de uma estratégia comum de atuação.

4. Reforma Agrária e um novo modelo agrícola

O Governo da Frente se dispõe a implementar um plano antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária. Promoverá uma reforma agrária através da desapropriação de imóveis rurais improdutivos, da arrecadação, sem indenização, de terras tomadas por grilagem ou pertencentes a multinacionais, adquiridas em fraude à legislação; da desapropriação de terras envolvidas em conflitos. Tomará providências para que se desenvolva um novo modelo agrícola baseado na policultura, na diversificação de culturas por áreas, no reflorestamento, no combate biológico às pragas.

5. Desprivatizar o Estado,
moralizar a administração pública

O Governo da Frente imprimirá uma nova orientação ao setor público e adotará medidas para retirar o controle do aparelho estatal dos grandes grupos econômicos. Esta desprivatização do Estado se completará com a desmontagem das má-

quinas de corrupção e favorecimento enquistadas nos vários escalões da administração. Cuidará para que o Estado recupere seu poder de planejamento, de promotor de desenvolvimento econômico em setores estratégicos e de articulador do conjunto da política econômica. O Governo da Frente eliminará o cartorialismo, extinguirá a regulamentação abusiva que sufoca a pequena empresa e estimulará, com os meios a seu alcance, a multiplicação de alternativas de ação comunitária, desenvolvendo formas de controle social, popular, sobre o Estado. Valorizará o servidor público que trabalha, realizará uma reforma administrativa, que fixará tetos para os salários do setor público. O novo governo será implacável com os corruptos, punindo com cadeia os "crimes de colarinho branco".

6. Combater a especulação financeira

O Governo da Frente agirá para enquadrar o sistema financeiro especulativo, parasitário, que cobra juros abusivos e obtém superlucros sem contribuir para o desenvolvimento nacional. Não permitirá que grandes empresas rentistas continuem lucrando na ciranda financeira e direcionará investimentos para o setor produtivo, favorecendo pequenas e médias empresas, cooperativas e formas de organização comunitária.

7. Limites para a ação do capital estrangeiro

O Governo da Frente entende que a presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve subordinar-se às prioridades de política econômica nacional. Atuará para que as empresas multinacionais em operação no país transfiram tecnologia das matrizes e não permitirá a realização de transações ilegais dessas empresas com o exterior. O novo governo adotará rígidas medidas para conter a fuga de capitais, especialmente remessas de lucros disfarçadas.

8. Subordinação do poder militar ao poder civil

O Governo da Frente subordinará as Forças Armadas ao poder civil, representado pela Presidência da República, pelo Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal. Agirá para extinguir o SNI como órgão de espionagem política e estenderá os direitos de cidadão — voto e elegibilidade — aos militares, inclusive aos marinheiros e soldados, redirecionará os investimentos, estímulos e incentivos dados atualmente ao com-

plexo industrial-militar para áreas sociais e para os setores economicamente prioritários.

9. Salvar a Amazônia, defender a vida

O Governo da Frente promoverá a revisão global do modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia brasileira, que tem sido responsável pela distribuição da floresta, pelo desmatamento em larga escala, por mudanças irreversíveis no ecossistema, pela violência, mortes e prejuízos significativos às populações locais e povos indígenas. Buscará coordenar ações com os países integrantes do Pacto Amazônico, buscando desenvolver iniciativas comuns para toda a região; agirá para criar reservas extrativistas, para rever toda a política de colonização para instruir novas políticas mineral, energética e madeireira na região garantindo ainda o domínio territorial, cultural, da tradição e costumes das nações indígenas em seus territórios demarcados.

10. Uma nova política energética

O Governo da Frente se orientará por uma política energética alternativa, que leve em conta as necessidades do desenvolvimento nacional e que esteja voltada para a preservação da segurança e da qualidade de vida dos brasileiros, do meio ambiente e dos recursos naturais do país. Opor-se-á frontalmente a qualquer projeto de utilização de energia nuclear para fins militares, principalmente a bomba atômica. Cancelará o Acordo Nuclear com a Alemanha e o substituirá por uma nova política nuclear; agirá para solucionar o grave problema de demanda e geração de energia hidrelétrica; promoverá o aproveitamento de fontes alternativas e executará um rigoroso programa de conservação de energia.

11. Reforma urbana e política habitacional

O Governo da Frente dará prioridade à melhoria da qualidade de vida urbana, hoje submetida à crescente degradação, expressa na crescente escassez de habitações, nos aluguéis exorbitantes, na expansão das favelas, nos esgotos sem tratamento, nos níveis intoleráveis de poluição. Investirá maciçamente na construção de conjuntos e casas populares e no transporte urbano e suburbano de massas; perseguirá também a desconcentração geográfica da riqueza e da produção, valorizando as cidades

pequenas e médias, com investimentos em infra-estrutura e estímulos à geração de empregos nestas localidades.

12. Por uma política externa soberana

O Governo da Frente conduzirá suas iniciativas no plano internacional de acordo com uma política externa independente e soberana, pautada pelos princípios de autodeterminação dos povos, não-ingerência em assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base da plena igualdade de direitos e benefícios mútuos. Fará valer a importância da nação brasileira no cenário internacional; prestará solidariedade irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional, e a todos os movimentos em favor da democracia e do progresso social; defenderá a luta dos povos do Chile, da Nicarágua, de El Salvador e se oposicionará contra qualquer ingerência e intervenção externas no Caribe.

13. Defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores

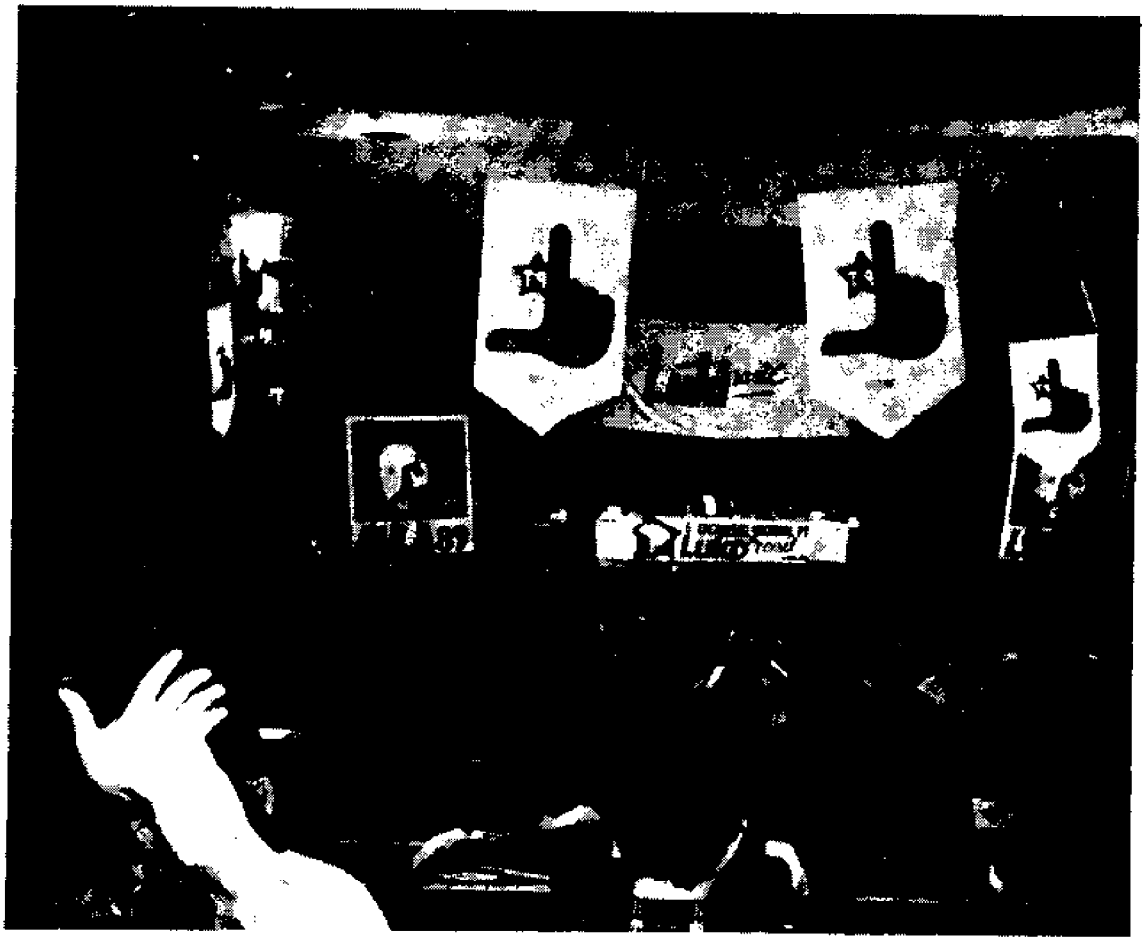
O Governo da Frente reafirma seu compromisso político fundamental com a classe trabalhadora, o que se expressa no seu programa e guiará sua ação. Defenderá a liberdade de organização sindical e a autonomia das organizações de massa dos operários e camponeses. Reconhecerá o direito de os trabalhadores participarem e controlarem a administração de fundos sociais e serviços como o FGTS e o INAMPS, a administração dos serviços públicos e do Estado, bem como a definição das prioridades econômicas e sociais do país.

O documento contendo os 13 pontos divulgado em maio de 1989 da FRENTE BRASIL POPULAR termina com um grande apelo, e um convite:

"Este é o nosso compromisso e o nosso convite. O Brasil nos pertence. Vamos tomá-lo de volta para nós e para nossos filhos. Só assim tornaremos este projeto real, fazendo com que se instale na mesa de cada família, se materialize, se transforme na escola de cada criança, vire segurança de todo pequeno produtor, se erga na realização do profissional especializado, se expresse na garantia ao aposentado de uma existência digna, se construa como emancipação das mulheres, igualdade entre as raças, sentido de vida para a juventude, esperança de uma Pátria para todos os brasileiros."

(Frente Brasil Popular, maio 1989.)

4. O VI Encontro Nacional e as bases do Plano Alternativo de Governo da Frente Brasil Popular



Arquivo C.A.P.

6.º Encontro Nacional do PT.
São Paulo, 16, 17 e 18 de junho de 1989.

Nos dias 16, 17 e 18 de junho de 1989 realizou-se em São Paulo o VI Encontro Nacional do PT. Seus quase 600 delegados discutiram a conjuntura política e a tática a adotar na sua intervenção, as diretrizes e as bases do Plano Alternativo de Governo, a constituição e definição da Frente Brasil Popular, o candidato a Vice na chapa de Lula à Presidência da República, assim como a estratégia e organização da campanha eleitoral.

Entremeado por atos políticos que contaram com a presença de personalidades nacionais e internacionais, militantes e simpatizantes, o VI Encontro foi um marco na vida do partido, sobretudo no que se refere à importância dada ao pluralismo e à democracia na construção do socialismo no Brasil. Sem abrir mão dos seus princípios e programa, caracterizados pela necessidade do fim da exploração capitalista, o partido reafirma a Liberdade Democrática como um valor imprescindível para a fundação de uma nova sociedade.

A manifestação de repúdio diante dos acontecimentos em Pequim, onde se deu a matança pelo governo Chinês de manifestantes reunidos na Praça da Paz Celestial, e a homenagem aos companheiros perseguidos e assassinados pela ditadura militar no Brasil foram o cenário da renovação do compromisso do PT com as lutas dos trabalhadores de todo o mundo em defesa da justiça, da liberdade, da democracia e do socialismo. Este compromisso estratégico articulado com a tática definida no encontro se expressou na aprovação das teses partidárias para esse momento histórico. A campanha de Luís Inácio Lula da Silva adotou, dentre outros instrumentos, as *bases* do Programa Alternativo de Governo da Frente Brasil Popular, que reproduzimos a seguir.

AS BASES DO PLANO ALTERNATIVO DE GOVERNO (PAG)

I. Democratização do estado e da sociedade

O primeiro compromisso da Frente Brasil Popular é o de construir uma democracia efetiva da maioria, a mais ampla participação popular nas decisões do governo e da sociedade, é dar origem a um poder que seja expressão da vontade e dos interesses dos trabalhadores e de todo o povo. É somente assim que as profundas mudanças contidas no Plano de Ação do Governo poderão ser viabilizadas.

Neste sentido, realizamos uma crítica profunda à maneira como o Estado está hoje estruturado no Brasil, de forma a garantir a marginalização política e econômica das grandes maiorias. A Frente defende a democracia efetiva e não a democracia meramente formal e truncada: Não há democracia se a administração pública é voltada para a proteção dos interesses privados de minorias dominantes, através da corrupção e do desvio dos fundos públicos: se o ordenamento jurídico do país e a atuação do Poder Judiciário têm como referência, permanentemente, a preservação dos privilégios do capital lucrativo, dos monopólios e oligopólios e dos grandes proprietários de terras; se, a despeito da grave situação refletida nos índices de pobreza da população brasileira, os modelos de crescimento econômico adotados privilegiam a acumulação de capital pelas grandes empresas em detrimento da distribuição de renda; se as Forças Armadas tutelam e controlam a ação do Estado; se uma vasta máquina de repressão é acionada de forma permanente contra os trabalhadores; se o sistema de representação parlamentar é profundamente deformado por leis que atentam contra a representação proporcional dos votos dos eleitores, que convivem com todo tipo de corrupção eleitoral e estimulam a completa autonomia dos mandatos.

A defesa de uma democracia real e efetiva apóia-se na convicção também de que o socialismo se constrói com demo-

cracia, com pluripartidarismo e com ação decisiva dos trabalhadores. A experiência histórica nos legou a convicção de que ou o socialismo é obra dos trabalhadores ou jamais será socialismo.

Diversas propostas apresentadas aqui e outras que serão implementadas pela ação político-administrativa do nosso governo exigem reformas da atual Constituição. Todo esse programa e cada um dos seus pontos depende absolutamente do apoio organizado do povo mobilizado.

1) Estímulo à mais ampla participação popular nas decisões do governo, criação de mecanismos de controle social sobre os órgãos da administração pública e empresas estatais

— estimular a organização do poder popular, abrindo campo para a auto-organização dos trabalhadores;

— participação dos trabalhadores na gestão das empresas estatais;

— introdução de mecanismos de participação popular na gestão dos serviços públicos, escolas, universidades;

— participação dos trabalhadores e usuários nas decisões e controle da Previdência Social, através de diversas formas, entre elas da representação das entidades sindicais;

— incentivo aos mecanismos de participação popular como o plebiscito, o referendo e a iniciativa popular de leis;

— adoção de uma política de defesa dos Direitos Humanos: restaurar perante a sociedade e a história a memória das vítimas dos órgãos de repressão política, apurar os crimes contra os direitos humanos e punir os responsáveis.

2) Promoção da plena soberania do poder civil, extinção de tutela militar

No Brasil, a dominação de classe tem historicamente na força o seu elemento predominante. Esta característica está expressa, sobretudo, na presença das Forças Armadas no contexto estrutural da sociedade brasileira. Aqui, as Forças Armadas são um órgão autônomo no interior do Estado e exercem um papel tutelar sobre o Governo e um poder de intervenção amplo nas decisões de governo, na política nacional e nos mais elementares conflitos sociais.

O problema militar só poderá ser enfrentado com o desenvolvimento de uma consciência democrática na sociedade brasileira e o desencadeamento de uma poderosa pressão social, combinada com a extensão dos direitos civis aos militares e com a elaboração de uma nova visão militar. Dele constarão as seguintes medidas:

Redefinição do papel das Forças Armadas

As Forças Armadas estarão rigorosamente subordinadas ao Poder Civil, representado pela Presidência da República, pelo

Congresso Nacional e pelo Supremo Tribunal Federal. Às Forças Armadas competirá a tarefa de cuidar da defesa externa. Para tanto, o PT encaminhará projeto de Emenda à Constituição. Será proibido o emprego das Forças Armadas na repressão às greves e mobilizações do povo.

Desmilitarização da Administração Pública

Os critérios de criação ou ocupação de cargos da esfera pública civil, inclusive dos escalões dirigentes das empresas estatais, serão revistos para eliminar a distorção introduzida no período autoritário que adotou critérios militares para criação ou ocupação de cargos da esfera pública civil.

Criação de um Ministério de Defesa

Esta medida se justifica por dois motivos principais. Em primeiro lugar, porque a existência de seis ministérios militares só encontra amparo no quadro de autonomia e tutela das Forças Armadas e de extensão das suas funções para a vida civil. Em segundo lugar, porque a existência de um ministério militar para cada arma e mais um para o Estado Maior se fundamenta numa concepção estratégica militar obsoleta. No mundo moderno, qualquer ação de vulto deve processar-se necessariamente como uma ação integrada, quer dizer, envolver operações por terra, mar e ar — de Exército, Marinha e Aeronáutica. Portanto, a criação do Ministério da Defesa é mais eficaz para a defesa externa.

Extinção do Conselho de Defesa Nacional

O Conselho de Defesa Nacional, sucedâneo do Conselho de Segurança Nacional, é um superórgão de Estado que confere institucionalidade à intervenção militar nos assuntos civis do governo.

Eliminação do Estado de Defesa

Este dispositivo é uma excrescência do chamado "entulho autoritário" na atual Constituição. É uma espécie de combinação mal disfarçada do Estado de Emergência e das Medidas de Emergência constantes da Carta Constitucional pela ditadura.

Extinção do Serviço Nacional de Informação

O SNI é essencialmente um órgão de espionagem política e policialismo que integra, no seu sistema, inclusive órgãos de informação do Exército (CIEX), Marinha (CENIMAR) e Aeronáutica (CISA). O governo da Frente Brasil Popular assume claramente o compromisso de desmantelar todos os organismos de repressão político-civil e/ou militar ainda existentes desde o regime militar. No governo da Frente Brasil Popular, as Forças Armadas terão junto ao Ministério da Defesa, um e somente um órgão de informação que vise exclusivamente a defesa do território nacional em termos estritamente militares. Assim, será

extinto o Serviço Nacional de Informações e serão apurados os recentes atentados terroristas e punidos seus responsáveis.

Extinção do Serviço Militar Obrigatório e Criação do Serviço Comunitário

A obrigatoriedade do Serviço Militar tem hoje a dupla função de tornar todo jovem um militar em potencial, mesmo contra a sua vontade, e dar-lhe uma formação conservadora. A obrigatoriedade do serviço militar deve ser eliminada e substituída pela criação do Serviço Comunitário para ambos os sexos, assegurada a opção pelo Serviço Militar.

Nova formação dos militares

A atual sistemática da formação militar, circunscrita às escolas profissionais, se baseia em um currículo conservador, corporativista antidemocrático. Impõe-se criar um novo sistema baseado na separação entre a formação de caráter geral e a profissional. A primeira atribuição do sistema regular de ensino e a segunda, das escolas especificamente militares.

Extensão dos direitos de cidadão aos militares

Uma concepção democrática exigirá que se assegure o direito de voto, filiação partidária e de elegibilidade pleno aos militares, inclusive aos marinheiros e soldados. O direito de associação e expressão será garantido tendo as polícias militares direito à sindicalização.

Extinção da subordinação das polícias militares e corpos de bombeiros

Uma outra manifestação sobrevivente do "entulho autoritário" localiza-se na subordinação das polícias militares e corpos de bombeiros ao Exército. Esta subordinação transforma tais corporações em elementos auxiliares das Forças Armadas, que, deste modo, superpõem sua autoridade aos governos estaduais. Cabe, portanto, eliminar essa excrescência.

Reorganização das Forças Armadas e carreiras militares

A atribuição de um novo papel às Forças Armadas e a mudança de sua relação com a sociedade demandarão uma ampla transformação organizacional das instituições militares.

Projetos militares

Todo esse conjunto de mudanças exigirá uma redefinição global dos projetos militares — ou tidos como tais — em discussão, já aprovados ou em processo de aplicação pelas Forças Armadas. Esses projetos expressam o "status" atual das instituições militares, seu papel, sua doutrina, sua relação com a sociedade e com o conjunto do Estado. O procedimento correto para que a redefinição se efetive será a discussão democrática dos

mesmos, tendo como pressuposto o controle do governo e do Congresso Nacional.

Indústria bélica

Neste aspecto, o que o PT propõe é uma ampla reavaliação a respeito deste ramo de atividade. Mas desde já afirma uma posição favorável ao seu controle pelo governo e pelo Congresso Nacional, dada a natureza militar do mesmo. Propugna, além disso, a passagem da questão nuclear para a gestão efetiva do poder civil e uma decisão peremptoriamente contrária à produção da bomba nuclear. A construção de reatores nucleares para propulsão naval não é prioritária nas atuais condições do país, devendo ser objeto de consulta pública como toda a política nuclear.

Orçamento das Forças Armadas

A redefinição, igualmente necessária, dos orçamentos militares, terá como corolário a sua transparência, o respeito aos procedimentos democráticos, a proibição de programas e dotações orçamentárias secretas ou dissimuladas sobre outras rubricas sem conhecimento do Congresso Nacional e a subordinação dos gastos militares às disponibilidades de recurso e ao desenvolvimento econômico do país.

3) Reformas de legislação eleitoral e do sistema de representação parlamentar

Eliminação da desigualdade do voto na representação da cidadania através da proporcionalidade idêntica para todo o país na composição da Câmara Federal.

4) Democratização dos meios de comunicação de massa

— unificação de todo o controle da política de comunicação social num Conselho de Comunicação Social, independente e autônomo, inclusive quanto ao sistema de concessões de rádio e TV. O Conselho deve ser integrado por trabalhadores da área (jornais, agências de publicidade, rádios, TV) e Centrais Sindicais, democraticamente eleitos;

— as rádios e TVs só poderão ser exploradas por fundações ou associações civis sem fins lucrativos;

— o governo da União adotará as medidas administrativas, legislativas e judiciais para eliminar o monopólio e o oligopólio da área de comunicação social;

— apoiar a criação de canais de comunicação próprios das organizações populares.

5) Democratização do Poder Judiciário

Reorganização da Justiça de primeira e segunda instâncias, com nova ordenação dos tribunais superiores, visando a aproximação da Justiça e do povo, promovendo, nesse sentido, a gra-

tuidade de seus serviços para os mais carentes e o seu barateamento para o conjunto da população.

6) Incentivo à criação de mecanismos de controle social sobre a economia

— ampliação dos mecanismos de controle e fiscalização social sobre a produção;

— reestruturação dos órgãos administrativos incumbidos das ações de preservação, fiscalização, denúncia e repressão ao abuso do poder econômico;

— estabelecimento de formas de negociação e controle de mercados, abarcando preços distribuição e margens de lucro, envolvendo consumidores, produtores, distribuidores e o governo;

— incentivo à auto-organização dos consumidores;

— garantia da livre organização dos trabalhadores nas empresas, de formação de conselhos de empresa e de acesso à contabilidade, participação na gestão, direito de controle sobre a política trabalhista e sobre o processo de produção.

II. O novo modelo de desenvolvimento econômico

Os pressupostos do novo modelo, que deverão orientar o conjunto de políticas específicas a serem implementadas, são os seguintes:

a) mudanças amplas e estruturais na ordem capitalista vigente opondo-se ao modelo econômico dependente do imperialismo, controlados pelos monopólios e pelos latifúndios;

b) subordinação da propriedade privada dos meios de produção e distribuição aos objetivos sociais da atividade econômica;

c) rompimento dos laços de dependência financeira e tecnológica com o sistema capitalista internacional;

d) mudança no papel do Estado com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica, mantendo o controle sobre setores produtivos e financeiros estratégicos da economia;

e) distribuição de renda, com vistas à erradicação da miséria absoluta, redução das desigualdades regionais e ampla difusão dos benefícios gerados pelo desenvolvimento, com busca permanente do pleno emprego dos trabalhadores.

A) desenvolvimento voltado para as necessidades do povo brasileiro.

B) nova qualidade do progresso, com valorização da vida, do bem-estar e do meio ambiente.

Assumindo as diversidades regionais, o governo da Frente buscará superar as dificuldades sociais criando condições para a superação dessas dificuldades num processo que reflita não apenas no planejamento e distribuição das rendas, mas principalmente, na discussão aberta de que papel desempenharão as regiões diversificadas.

Com base nestes pressupostos, o governo democrático-popular buscará reorientar a vida econômica do país através das políticas específicas.

1) Política de rendas

O nosso governo romperá frontalmente com a prática usual em nosso país de subordinar a distribuição de renda aos problemas conjunturais ou aos objetivos gerais de política econômica. Ao contrário, para nós o objetivo de desconcentrar a riqueza e elevar o padrão de vida dos brasileiros ocupa lugar decisivo na formulação do conjunto da política econômica.

Sabemos, contudo, que não se trata de objetivo fácil. Uma alteração brusca e mal avaliada dos níveis salariais poderá gerar facilmente desequilíbrios na economia de que se aproveitarão os capitalistas para sabotar os objetivos do governo, de variadas formas. Em função desta preocupação, nossa política de rendas será:

a) gradual, para permitir a melhor articulação possível com as outras políticas econômicas;

b) ofensiva, para que os trabalhadores não tenham dúvida de que em nosso governo suas condições de vida serão alteradas qualitativamente;

c) transparente, para que o conjunto dos agentes produtivos possam se preparar para o perfil de consumo que a nova distribuição de renda irá gerar num horizonte de tempo previsível.

A nova distribuição de renda será perseguida através de políticas diretas e indiretas. As políticas diretas são as que podem atingir diretamente a renda dos trabalhadores: primeiro, elevação gradual e permanente do salário mínimo real, tendo como ponto de honra buscar assegurar o fixado pelo DIEESE; segundo, contrato coletivo de trabalho articulado a nível nacional, regional, estadual e municipal com o objetivo entre outros de assegurar a reposição das perdas salariais causadas pelos planos Bresser e Verão, introduzidas à correção mensal dos salários, segundo o índice do DIEESE e a estabilidade no emprego. Não apenas para definir os salários, mas também para regulamentar democraticamente as relações de trabalho e garantir a participação dos trabalhadores nas definições gerais da política econômica; terceiro, medidas de controle do governo para impedir a rotatividade da mão-de-obra, com que os capitalistas buscam reverter as conquistas dos trabalhadores; quarto, estender a cobertura do seguro desemprego e elevar seu valor.

As políticas indiretas são tão ou mais importantes que as medidas diretas. A primeira delas consiste na ampliação das políticas sociais de educação, saúde, transportes, habitação, saneamento etc., democratizando as prioridades e ampliando sua abrangência; segundo, é necessário implantar urgentemente uma política de preços, com mecanismos democráticos de administração dos mercados, para impedir que o poder dos grandes capitalistas acabe por reverter por meio da inflação da desorganização do abastecimento, os avanços conseguidos; terceiro,

deve-se repensar a política de salário-família, procurando proteger de fato os trabalhadores mais carentes; quarto, definir uma política previdenciária mais justa, para assegurar aos trabalhadores aposentados um fluxo de renda compatível com suas contribuições previdenciárias prévias.

Assim, a concepção de política de rendas é mais ampla que a necessária elevação dos salários mais baixos. Deve ter um caráter de universalidade incluindo diferentes mecanismos capazes de romper com a lógica atual de marginalização e exclusão articulando as demais políticas voltadas para a implementação de um novo modelo de crescimento econômico e para a conquista de uma nova qualidade de vida para os brasileiros.

2) Mudança no papel do Estado, com a recuperação das suas funções de planejamento e orientação da vida econômica

O estado brasileiro se encontra atualmente paralisado por uma crise financeira, resultado das políticas de favorecimento ao setor privado responsáveis pela excelente situação financeira de boa parte das grandes empresas e dos capitalistas em geral. A arrecadação tributária líquida encontra-se em níveis muito baixos, reflexo dos favorecimentos e transferências ao setor privado bem como do elevado montante de juros pagos pelas dívidas interna e externa. A máquina administrativa encontra-se deformada pelo empreguismo e pelo clientelismo, enquanto a ciranda financeira mina os recursos do Tesouro.

A política de governo democrático-popular para o setor público passa pela desprivatização do aparelho estatal, com a desmontagem das máquinas de corrupção e favorecimento. Este é um pré-requisito para a reconstituição do espaço da atividade pública, com a recuperação do planejamento do poder de regulação e orientação da economia. O Estado deve ser capaz de articular o conjunto da política econômica, para garantir os objetivos de distribuição de renda e modernização.

Na área de política fiscal, as providências imediatas terão duas direções básicas:

a) revisão profunda de todo sistema de subsídios e isenções ao setor privado, com vistas a reduzi-los drasticamente; deverão se manter apenas aqueles que estejam de acordo com os objetivos da nova política econômica, podendo-se adotar normas diferenciadas de acordo com o porte econômico dos beneficiados ou segundo critérios sociais ou regionais; em todo e qualquer caso, sempre acompanhados de avaliação criteriosa e transparência, com identificação clara dos beneficiados e dos custos para o Tesouro;

b) combate à sonegação com intensificação da fiscalização e do controle, ao lado de estímulos à legalização das atividades hoje desenvolvidas na chamada economia informal.

Nesta primeira etapa, portanto, a tônica da política fiscal se concentrará em corrigir seus desvios mais aberrantes e fechar

seus vazamentos. Ao mesmo tempo, o novo governo preparará uma ampla correção do sistema tributário, voltado para: reduzir a sobretributação do trabalho em relação ao capital; elevar a tributação sobre as grandes empresas prestadoras de serviço e sobre os grandes produtores agropecuários.

Em relação à dívida pública, o novo governo não permitirá que grandes empresas e rentistas continuem lucrando na ciranda financeira às custas dos recursos do Tesouro. A suspensão dos pagamentos da dívida externa, de que trataremos mais adiante, permitirá um alívio considerável à atual situação em que o Tesouro e o Banco Central são obrigados a emitir dinheiro continuamente para comprar as divisas geradas pelo setor privado exportador. Além disto, os incentivos ao crescimento da economia e à retomada da atividade produtiva criarão estímulos para que parte do dinheiro hoje mantido no curtíssimo prazo se direcione a estas atividades. Claro que apenas isto não será suficiente, mas criará condições favoráveis para que o novo governo possa enfrentar a pressão dos grandes grupos econômicos e rentistas que hoje mantém o Banco Central como verdadeiro refém dos seus interesses. Ou seja, será possível levar a cabo uma política de redução dos juros pagos no curtíssimo prazo sem o risco de evasão do dinheiro para atividades especulativas combinando-se medidas de controle e estímulos à atividade produtiva. Ao mesmo tempo, procurará levar os grandes grupos e rentistas a adquirirem títulos de prazo mais longo para facilitar a descentralização da dívida reduzindo-se a pressão sobre o Tesouro.

O setor produtivo estatal continuará em poder do Estado, como instrumento privilegiado de regulação da atividade econômica e de implementação do novo modelo de crescimento. No mesmo sentido o governo deve rever os processos das privatizações já efetivadas.

As dificuldades por que passam muitas empresas estatais resultam da deterioração de sua situação financeira por conta do peso do endividamento irracional dos últimos anos, muitas vezes determinado pela política de privilegiar os pagamentos da dívida externa.

O novo governo cuidará da eficiência administrativa destas empresas desmontando os mecanismos de favorecimento ao setor privado embutidos em políticas de preços e tarifas artificialmente baixos, favorecimentos a grupos através de cartórios, fornecimento de produtos ou compra etc. Procurará democratizar a gestão das Estatais, a garantia da livre organização dos trabalhadores nas empresas, de formação de conselho de acesso à contabilidade, de participação na gestão direito de controle sobre a política trabalhista e sobre o processo de produção. Ainda em relação às Estatais, o governo dará plena transparência dos seus objetivos e submeterá à avaliação pública os seus resultados e políticas de produção, investimento e preços.

No que se refere à administração direta, o governo democrático-popular procurará de imediato valorizar o trabalho do servidor público, remunerando adequadamente a quem trabalha

e punindo com firmeza todos aqueles que desfrutam de privilégios ou não correspondem a suas funções. Ao mesmo tempo, tratará de realocar funcionários para as áreas de serviço público que serão ampliadas para atender a políticas sociais, enquanto preparará uma reforma administrativa de maior profundidade com vistas a modernizar e profissionalizar o serviço público.

3) Sistema financeiro

O gerenciamento do sistema financeiro deve objetivar a correção das distorções que vêm se acumulando nos últimos anos, em especial o caráter parasitário do sistema bancário privado, capaz de obter superlucros continuadamente sem atender à sua função básica de financiar a atividade produtiva e o investimento. Para isto o governo democrático-popular aumentará seu controle sobre o sistema, recorrendo a variadas formas de intervenção, podendo-se chegar inclusive à estatização.

Para isto será utilizado um setor bancário estatal (BB, CEF, BNDS) para forçar o sistema privado a se adaptar às orientações propostas, utilizando ativamente variadas opções de aplicação de recursos e de créditos. Serão eliminados de imediato todos os incentivos e vantagens existentes, como custos reduzidos de telecomunicações, ganhos com recolhimento de tributos etc. Grande ênfase terá a recuperação do papel fiscalizador e disciplinador do Banco Central.

4) Contra o pagamento da dívida externa

O PT considera que a dívida externa do Brasil, além de ilegítima e impagável, é o principal fator de estrangulamento de nossa economia e que as políticas econômicas impostas pelo FMI e pelos banqueiros internacionais são responsáveis em grande parte pela miséria dos povos do Brasil e do continente latino-americano. Por isso, o PT se posiciona claramente *Contra o Pagamento da Dívida Externa.* O governo Lula romperá os acordos com o FMI, suspenderá de imediato os pagamentos referentes à dívida, instaurará uma auditoria para verificação da legitimidade dos débitos existentes e promoverá a convocação de uma Conferência Internacional dos países devedores, para adoção de uma estratégia comum de ação. O PT tem claro que somente com a mobilização popular será possível sustentar e aprofundar a luta contra o FMI, contra o imperialismo e a dívida externa.

Realização de um plebiscito sobre a questão da dívida externa, com o objetivo de impulsionar um amplo movimento de sustentação de massa da nossa posição contra o seu pagamento.

5) Capital estrangeiro

A presença do capital estrangeiro nas atividades produtivas deve se subordinar às prioridades da política econômica. Sempre se procurará privilegiar a transferência de tecnologia e a atuação em áreas julgadas prioritárias, pelo novo governo.

Será mantida a distinção entre empresas de capital nacional e estrangeiras da Constituição, para fins de acesso a fundos públicos e atuação em áreas estratégicas.

As grandes empresas de capital estrangeiro serão objeto de ação de controle da sua atividade, da mesma forma que os oligopólios de capital brasileiro, no que se refere a políticas de preços, geração de tecnologia, relacionamento com o mercado consumidor e fornecedor etc. Nos setores dominados por oligopólios de capital estrangeiro, será exercido controle particular no que se refere à transferência de tecnologia, utilização de insumos importados etc.

Serão adotadas medidas destinadas a conter a fuga de capitais especialmente remessas de lucros disfarçadas sob a forma de pagamento de *royalties*, superfaturamento na importação de insumos e subfaturamento de exportações. Para tanto o governo poderá recorrer inclusive à centralização do câmbio e do comércio exterior.

6) Um programa de emergência

Será preciso definir, para os primeiros meses do novo governo, um programa econômico de emergência, voltado para abrir caminho para os objetivos de médio e longo prazo, enfrentar as dificuldades iniciais e oferecer as respostas possíveis aos anseios mais imediatos dos trabalhadores. O detalhamento deste programa deverá ser feito de acordo com a realidade concreta do momento.

III. Programa agrário

O programa agrário do PAG tem dois grandes eixos: o plano agrário, marcadamente antilatifundiário e comprometido com a reforma agrária, e o plano de política agrícola, que defende um modelo de produção agrícola democrático e popular.

A reforma que o PT defende deverá ser realizada sobre o controle dos trabalhadores.

Os objetivos e medidas para o programa agrário estão descritos no documento do PAG, devendo ser considerada como questão mais polêmica a limitação da Constituição Federal à desapropriação para fins de reforma agrária, que não pode ser promovida em relação à propriedade produtiva.

Para essa questão, as propostas do PAG apresentam duas formas de enfrentamento:

1 — Revisão da Constituição Federal, na parte em que declara a propriedade produtiva como insuscetível de desapropriação. No terreno legislativo, o governo do PT ainda proporá:

a) fixação de um tamanho máximo para as propriedades fundiárias, particulares, considerando um enquadramento modular para cada região, tipo da produção e o conjunto das propriedades de cada proprietário, com a desapropriação das áreas que excedam esse limite;

b) regulamentação dos contratos de arrendamento, por lavradores de terras de grandes propriedades com a limitação de até 15% do resultado líquido da produção para pagamento devido ao proprietário, sendo as benfeitorias realizadas indenizadas segundo seu valor de mercado;

c) taxação progressiva sobre as grandes propriedades rurais e efetiva cobrança do imposto como forma de combater a concentração fundiária;

d) regulamentação dos bens vagos, arrecadados pelos Estados, Territórios e Distrito Federal;

e) proibição da aquisição de terras por pessoas jurídicas estrangeiras.

2 — Independentemente de qualquer revisão da atual Constituição ou da legislação ordinária, o governo do PT deverá promover a reforma agrária com base nos seguintes parâmetros:

a) desapropriação de imóveis rurais improdutivos, como tais considerados os que não cumpram a sua função social, ou seja (com base na legislação em vigor): os que não tenham grau de utilização de terra igual ou superior a 80%, grau de eficiência de exploração igual ou superior a 100% e aqueles cujos proprietários não cumprem a legislação que rege as relações de trabalho e os contratos de uso temporário da terra;

b) pagamento das indenizações em Títulos da Dívida Agrária, com prazo de 20 anos e início do pagamento no 5.º ano, ficando o pagamento subordinado à apuração e dedução de débitos do ITR e à pesquisa sobre a legitimidade dos títulos da propriedade:

c) arrecadação, sem indenização, das terras pertencentes às empresas multinacionais, adquiridas em fraude a legislação que proíbe a sua aquisição;

d) regularização e solução dos atuais conflitos de terra, com a desapropriação das áreas neles envolvidas;

e) desapropriações orientadas para propriedades acima de 50 módulos Regionais Rurais;

f) reversão ao patrimônio da União e sua destinação para a Reforma Agrária, de todas as áreas públicas federais indevidamente regularizadas e/ou licitadas em nome de terceiros, bem como de todas as áreas públicas objeto de doações, vendas e concessões declaradas como irregulares pelo Congresso Nacional;

g) arrecadação, sem indenização, após julgamento, das terras pertencentes a assassinos de trabalhadores rurais e de seus mandantes em caso de conflitos pela posse da terra, bem como das terras daqueles proprietários de imóveis que mantêm trabalho escravo no seu interior;

h) efetuar o levantamento de todas as áreas desapropriadas, objetivando constatar a real situação das mesmas, para definição de novas políticas voltadas para a emancipação política e econômica dos assentados;

i) comissão para levantar todos os assassinatos cometidos contra os lavradores, levantando os nomes dos mandantes, executores, situação das famílias das vítimas, agilizando os processos de apuração da violência, buscando ainda formas de reparação às famílias vitimadas.

IV. Mulheres contra as discriminações

Por um Brasil de homens e mulheres livres e iguais

O PT reconhece a discriminação que sofrem as mulheres na sociedade brasileira. Entende que além das relações de classe, as mulheres estão submetidas a relações de opressão de sexo que se reproduzem numa rígida divisão de trabalho e de papéis e se expressa em todas as esferas: econômica, política, social e ideológica. É por isso que a eliminação das discriminações das mulheres não pode ser resolvida apenas no combate ideológico mas exige o desenvolvimento de políticas públicas que ataquem diretamente as formas de discriminação e da opressão.

Porque a discriminação das mulheres se manifesta nas várias esferas da vida social e cultural ela deve ser enfrentada também nas diretrizes gerais que norteiam a política do PT.

Os objetivos deste programa são dois:

1 — A igualdade econômica e social de homens e mulheres na sociedade brasileira.

2 — A plena cidadania cultural e política de homens e mulheres.

Metas e diretrizes para um programa de igualdade

Se a sociedade brasileira é marcada pelas profundas desigualdades sociais e econômicas e pela exclusão cultural e política das massas populares, as mulheres e principalmente as mulheres negras se encontram invariavelmente entre os grupos mais penalizados.

Em 1984, setenta mil mulheres brasileiras morreram de parto e aborto por falta de atenção médica e 44,4% das mulheres brasileiras são esterilizadas, seu corpo é posto sob o controle dos interesses estratégicos que visam a diminuição das populações do Terceiro Mundo.

As mulheres são discriminadas também no mercado de trabalho: 58% delas ganham entre 0 e 1 salário mínimo, enquanto 33,8% dos homens estão nesta faixa. Apenas 7,2% das mulheres ganham mais de 5 salários mínimos enquanto 16,5% dos homens recebem este salário.

Na educação a discriminação maior recai sobre as mulheres negras e mestiças: 48,6% das negras e 47,8% das mestiças tem menos de 1 ano de estudo.

A cidadania das mulheres ainda é e continuará sendo de segunda categoria, enquanto milhares de mulheres forem espancadas em suas próprias casas, estupradas e desrespeitadas nas ruas e no trabalho. Nem mesmo os direitos assegurados pela Constituição são respeitados e as trabalhadoras vêm sofrendo perseguições através da exigência de controle da fertilidade.

O reconhecimento desta desigualdade coloca para o PT o desafio de buscar, ao nível das políticas sociais, os mecanismos que permitam às mulheres igualdade de oportunidades no mercado de trabalho, na educação profissional e na vida social.

As formas da discriminação e da desigualdade que penalizam as mulheres colocam a necessidade de pensar uma democratização radical do Estado e o fortalecimento da participação popular que inclua também a participação política das mulheres na formulação das políticas públicas através de um organismo de articulação destas políticas e através de incentivos e metas que apontem a necessidade de participação das mulheres em todas as instâncias administrativas e políticas da sociedade brasileira.

Enquanto os mecanismos de reprodução da discriminação que sofrem as mulheres não forem objeto de uma política que integre a luta contra a discriminação a todos os níveis de atuação do governo, não haverá democracia.

Por isso, o programa do PT, hoje, refletindo as experiências dos movimentos de mulheres nestes últimos anos no Brasil, entende que a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira é um dos objetivos principais e gerais de seu programa, que será implementado através de suas políticas sociais, articulado por um organismo federal.

Cinco metas para a igualdade

1 — Trabalho doméstico, trabalho assalariado e mercado de trabalho.

Desenvolvimento e incentivos a programas a nível federal, estadual e municipal para criar equipamentos sociais (creches, restaurantes, lavanderias etc.) para que o trabalho doméstico seja assumido pelo conjunto da sociedade. Punição de toda a discriminação de sexo, orientação sexual, cor, idade, estado civil no trabalho e aplicação dos direitos trabalhistas integrais das mulheres trabalhadoras, das gestantes, das domésticas e das trabalhadoras rurais. Promoção de políticas que visem a profissionalização das mulheres, e assegurem o acesso ao mercado de trabalho, sem restrições de profissões ou de postos, e a igualdade na qualificação de seu trabalho e no salário.

2 — Saúde e direitos reprodutivos

Implantação de uma política de saúde para a mulher que envolva todas as fases de sua vida, integrando a sexualidade, menstruação, prevenção do câncer, fertilidade, gestação ou interrupção da gravidez. Garantia do direito a optar pela maternidade e do acesso à contracepção através de métodos não nocivos à

saúde; proibindo-se aqueles métodos já condenados e estimulando-se a pesquisa científica de novos métodos contraceptivos femininos e masculinos. Normatização e fiscalização da esterilização para evitar esterilização massiva e indiscriminada das mulheres. Assistência obrigatória na rede pública de saúde para os casos de aborto previstos em lei.

Implantação de medidas que reduzam radicalmente a mortalidade materna causada pela deficiência de atendimento à gestação, parto e aborto.

Desencadear iniciativas para o estabelecimento de legislação que amplie o direito de interrupção de uma gravidez indesejada.

3 — Defesa das mulheres contra a violência

Promoção de medidas que garantam a defesa e a segurança das mulheres contra a violência através da criação e ampliação de serviços de atendimento jurídico e psicológico, delegacias de atendimento especializado e abrigos para as mulheres vítimas de violência. Promoção de políticas preventivas junto à população, apontando o caráter sexista da violência pública e privada contra as mulheres.

4 — Uma educação não-sexista

Promoção de políticas visando eliminar os preconceitos e estereótipos sexuais e raciais na educação. Garantir às mulheres acesso à formação profissional, fornecendo condições para a sua plena participação profissional, política e social nas áreas urbanas e rurais.

5 — Estruturação institucional: um ministério ou Secretaria Especial.

É papel do Governo democrático-popular definir prioridades na elaboração de políticas públicas que combatam a discriminação das mulheres. O governo do PT deverá criar um organismo — Ministério ou Secretaria Especial — que tenha poder e atribuições para formular, executar e coordenar com outras instâncias federais as políticas que promovam a igualdade entre homens e mulheres na sociedade brasileira.

V. Negros

A elaboração das políticas sociais para a população negra, a ser praticada pelo governo do PT, se baseará nos seguintes princípios:

a) respeito à autonomia do movimento negro;

b) apoio à organização autônoma da população negra, à sua cultura e às suas lutas;

c) apoio às lutas dos povos oprimidos da África, dos negros da diáspora e o repúdio aos países que tenham institucionalizado qualquer tipo de discriminação, reorientação das prioridades da política externa em relação ao continente africano;

d) a definição de políticas especiais dirigidas à população negra, que acionem mecanismos de mobilidade social visando a promoção diferencial deste segmento, a saber:

— assegurar através de leis e fiscalização o combate ao racismo no trabalho;

— assegurar que a elaboração dos currículos escolares contemple e respeite as diferentes etnias que conformam a população brasileira;

— assegurar através de leis a fiscalização rigorosa e o combate à veiculação de preconceito de qualquer tipo por intermédio dos meios de comunicação social;

— preservar, zelar e fomentar a produção cultural e o patrimônio artístico e histórico da participação do negro na sociedade brasileira;

— criar um programa especial de combate ao racismo, desenvolvendo campanhas educativas permanentes;

— criar no âmbito de cada ministério grupos de trabalho com objetivo de diagnosticar, propor e subsidiar medidas governamentais de combate ao racismo. Estes grupos deverão atuar sob a coordenação de um órgão vinculado à Presidência da República;

— democratizar, reequipar e reorientar a atuação da Fundação Cultural Palmares, colocando-a a serviço do fomento e da produção cultural de origem africana.

VI. Política de transportes

1 — Dar prioridade ao Transporte Público de Passageiros, na alocação de recursos da área, direcionando sua aplicação, nos investimentos e custeios, segundo definição de um Plano Nacional de Transporte Público.

2 — Criar um Conselho de Transportes formado por órgãos municipais, estaduais e federais, entidades populares e de trabalhadores que atuem sobre as questões de transportes (Associações de Usuários, SAB's, Sindicatos de Trabalhadores de Transportes, Sindicatos de Profissionais Liberais e outras entidades congêneres), para participar na definição da política de transporte a nível nacional e da elaboração de Plano Nacional de Transporte Público.

3 — Incentivar medidas de controle público sobre os serviços de transporte, através do apoio às ações dos poderes municipais e estaduais, na direção da estatização do serviço, tais como: a implantação de receita pública, contratação por quilômetro rodado, frota pública, controle popular, integração física e tarifária dos sistemas etc. O objetivo será a estatização dos transportes urbanos.

4 — Incentivar a construção de vias alimentadoras de Transporte Coletivo, corredores estruturais, acesso viário, terminais, abrigos, sinalização para os transportes coletivos. Esse incentivo pode ser feito principalmente através do Fundo de Transportes mas também utilizando-se da isenção de impostos sobre ônibus e óleos diesel para as empresas públicas, operado-

ras de transporte. Isso deve ser feito ao mesmo tempo que fica proibido todo e qualquer subsídio às empresas privadas do setor.

5 — Incentivar outros sistemas de transportes de massas, metrô, fluvial.

6 — Buscar a viabilização de uma tarifa social para o Transporte Público Urbano.

VII. Saúde

Para o PT, os problemas de Saúde não se resolvem só com assistência médica, remédios e hospitais, como quer fazer crer o atual modelo de atenção à saúde. Temos que compreender saúde como resultado do atual modo de organização social da produção, que gera condições desiguais e inaceitáveis de vida, trabalho, doença e morte. A partir desta concepção, o PAG do PT para a saúde articula-se às demais políticas sociais econômicas e ambientais, como habitação, educação, reforma agrária e saneamento, não se esgotando em medidas racionalizadoras ou de extensão de cobertura (aumento do número de serviços para maior atendimento à população).

Cabe ao PAG resgatar a noção de Saúde como Direito de Todos e Dever do Estado, imprimindo uma marca própria à construção do Sistema Único de Saúde (SUS), estatizado e sob controle popular centrais a melhoria da qualidade dos serviços, o respeito aos direitos dos usuários, a eficácia e a universalização da atenção à saúde (acesso igual para todos a atenção à saúde), buscada no enfrentamento das desigualdades sociais.

O setor privado, que se construiu e se mantém financiado pelo setor público, deve ser tratado com o máximo rigor. Devem ser imediatamente estatizados todos os serviços, hospitais, indústria farmacêutica e de equipamentos considerados estratégicos para a construção do SUS. Aqueles considerados essenciais devem ser progressivamente estatizados e todos os privados conveniados ou não, devem ser mantidos sob rigoroso controle público. Entendem-se como estratégicos os serviços que são vitais para o funcionamento do sistema de saúde e que devem ser estatizados num primeiro momento, na medida em que não existam serviços públicos que possam proporcionar a cobertura relativa aos mesmos. Entendem-se como serviços essenciais aqueles que são fundamentais para o sistema mas que não seria possível estatizar num primeiro momento.

Deve ser fortemente estimulada, recuperada e expandida a rede pública, dentro de uma nova lógica, especialmente a partir das regiões mais carentes e desassistidas. Isso inclui ainda o estímulo à produção estatal de medicamentos, equipamentos e insumos essenciais e uma política de recursos humanos articulada à transformação do sistema, com acesso por concurso público, plano único de cargos, carreira e salários e educação continuada em serviço. Por último, dentro de uma concepção de atenção integral à saúde o novo modelo deve ser estimulado por programas específicos (Saúde do Trabalhador, da Mulher, Saúde Bucal, Mental etc.) e controlado pela população em todos seus níveis.

grau), condições mínimas de trabalho na rede pública e privada (instalações, material didático, número mínimo de alunos por sala de aula, reformulação da jornada de trabalho), reforma curricular integrando todos os níveis de ensino.

4 — Política Integrada de Educação e Desenvolvimento: integrar as políticas setoriais (saúde, educação, habitação, trabalho etc.) no plano global das diretrizes sócio-econômicas do governo, utilizando-se dentre outras, das seguintes medidas: integrar a rede formal de educação a sistemas de TV e rádio. Formação e aperfeiçoamento na rede de ensino superior, de profissionais especializados nas áreas de saúde, educação, habitação etc. Valorizar o trabalho como atividade criativa em detrimento da situação atual onde a competitividade internacional dita as condições de desenvolvimento do trabalho. Desenvolvimento científico e tecnológico prioritariamente nas Universidades Públicas.

5 — Implementação do Plano Educacional de Emergência: Recenseamento Educacional Nacional Bi-anual, através de pesquisas participantes.

Realocação de recursos além dos liberados pela política de desprivatização do Estado e pela suspensão dos recursos públicos destinados à iniciativa privada.

Garantir o acesso da população a programas de alfabetização e de erradicação do analfabetismo funcional e ao 1.º ano do primeiro grau sem detrimento da manutenção e funcionamento normal dos restantes níveis de ensino, no prazo máximo de 4 anos.

IX. Salvar a Amazônia, defender a vida

O governo da Frente promoverá a revisão global do modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia brasileira. Considerando-se os seus vários aspectos regionais que têm sido responsáveis pela destruição da floresta, pelo desmatamento em larga escala, por mudanças irreversíveis no ecossistema, pela violência, mortes e prejuízos significativos às populações locais e povos indígenas.

O governo da Frente considera a Amazônia brasileira parte integrante, inalienável do território e do patrimônio nacional, cabendo-lhe, portanto, assegurar a plena soberania do país na região e determinar que iniciativas e investimentos possam servir à implantação de um novo modelo, não predatório e que respeite os povos da floresta.

O novo governo buscará coordenar as ações com os países integrantes do Pacto Amazônico, buscando desenvolver iniciativas comuns para toda a região. Nesse sentido, o governo da Frente agirá para criar reservas extrativistas, para rever toda a política de colonização, para instituir novas políticas mineral, energética e madeireira na região, garantindo ainda o domínio territorial, cultural da tradição e costumes das nações indígenas em seus territórios demarcados.

grau), condições mínimas de trabalho na rede pública e privada (instalações, material didático, número mínimo de alunos por sala de aula, reformulação da jornada de trabalho), reforma curricular integrando todos os níveis de ensino.

4 — Política Integrada de Educação e Desenvolvimento: integrar as políticas setoriais (saúde, educação, habitação, trabalho etc.) no plano global das diretrizes sócio-econômicas do governo, utilizando-se dentre outras, das seguintes medidas: integrar a rede formal de educação a sistemas de TV e rádio. Formação e aperfeiçoamento na rede de ensino superior, de profissionais especializados nas áreas de saúde, educação, habitação etc. Valorizar o trabalho como atividade criativa em detrimento da situação atual onde a competitividade internacional dita as condições de desenvolvimento do trabalho. Desenvolvimento científico e tecnológico prioritariamente nas Universidades Públicas.

5 — Implementação do Plano Educacional de Emergência: Recenseamento Educacional Nacional Bi-anual, através de pesquisas participantes.

Realocação de recursos além dos liberados pela política de desprivatização do Estado e pela suspensão dos recursos públicos destinados à iniciativa privada.

Garantir o acesso da população a programas de alfabetização e de erradicação do analfabetismo funcional e ao 1.º ano do primeiro grau sem detrimento da manutenção e funcionamento normal dos restantes níveis de ensino, no prazo máximo de 4 anos.

IX. Salvar a Amazônia, defender a vida

O governo da Frente promoverá a revisão global do modelo de desenvolvimento adotado na Amazônia brasileira. Considerando-se os seus vários aspectos regionais que têm sido responsáveis pela destruição da floresta, pelo desmatamento em larga escala, por mudanças irreversíveis no ecossistema, pela violência, mortes e prejuízos significativos às populações locais e povos indígenas.

O governo da Frente considera a Amazônia brasileira parte integrante, inalienável do território e do patrimônio nacional, cabendo-lhe, portanto, assegurar a plena soberania do país na região e determinar que iniciativas e investimentos possam servir à implantação de um novo modelo, não predatório e que respeite os povos da floresta.

O novo governo buscará coordenar as ações com os países integrantes do Pacto Amazônico, buscando desenvolver iniciativas comuns para toda a região. Nesse sentido, o governo da Frente agirá para criar reservas extrativistas, para rever toda a política de colonização, para instituir novas políticas mineral, energética e madeireira na região, garantindo ainda o domínio territorial, cultural da tradição e costumes das nações indígenas em seus territórios demarcados.

X. Uma nova política energética

O governo da Frente se orientará por uma política energética alternativa, que leve em conta as necessidades do desenvolvimento nacional e que esteja voltada para a preservação da segurança e da qualidade de vida dos brasileiros, do meio ambiente e dos recursos naturais do país. Nesse sentido, agirá para reorientar os atuais projetos de geração de energia, para reduzir drasticamente a desigualdade e o desperdício no consumo e para desenvolver fontes alternativas de geração de energia.

O governo da Frente se oporá frontalmente a qualquer projeto de utilização de energia nuclear para fins militares, principalmente a bomba atômica. O novo governo colocará sob controle civil toda a pesquisa e desenvolvimento de projetos na área nuclear. O domínio destas tecnologias será incentivado, mas com vistas ao desenvolvimento do país e com objetivos claramente definidos para a sociedade. O governo da Frente incentivará ainda a pesquisa de novas tecnologias de domínio da energia atômica para fins pacíficos, bem como de todas as formas de aproveitamento energético adequadas à preservação do meio ambiente e à segurança da população.

O governo da Frente cancelará o Acordo Nuclear com a Alemanha e o substituirá por uma nova política nuclear. Ao mesmo tempo, condicionará a operação das usinas de Angra I e a conclusão da usina de Angra II a estudos de sua reciclagem para gás natural, por exemplo, além de um plano de emergência e de um sistema de segurança socialmente aceito, tudo isto mediante consulta popular e após ouvida a comunidade científica. Será sustada a construção da usina de Angra II e de outras centrais previstas.

O governo da Frente agirá para solucionar o grave problema de demanda e geração de energia hidrelétrica. Para tanto, terá que refazer o Plano 2010 da Eletrobrás, criando um fórum para discutir as hidrelétricas na Amazônia, com a participação das comunidades indígenas, extrativistas e de cientistas, bem como promoverá uma ampla discussão sobre a necessidade e a viabilidade (econômica, ecológica e social) de outros projetos contidos no Plano 2010. Deverá levar em conta os custos econômicos, sociais e ecológicos das grandes obras hidrelétricas, reprogramando obras e priorizando a construção de hidrelétricas de pequeno e médio porte. O novo governo promoverá o aproveitamento de fontes alternativas e executará um rigoroso programa de conservação de energia.

XI. Reforma urbana e política habitacional

O governo da Frente dará prioridade à melhoria da qualidade da vida urbana, hoje submetida à crescente degradação, expressa na crescente escassez de habitações, nos aluguéis exorbitantes, na precariedade dos transportes, na expansão das fave-

las, nos esgotos sem tratamento, nos níveis intoleráveis de poluição.

O governo da Frente investirá maciçamente na construção de conjuntos e casas populares garantindo o usucapião urbano individual e coletivo (desde que comprovada a não existência de outro imóvel e o prazo mínimo de 5 anos de comprovação de moradia), e no saneamento básico, redirecionando para esta finalidade os recursos do FGTS. Além de viabilizar os programas habitacionais, o governo atacará com firmeza a questão do uso do solo urbano, combatendo a especulação e a grilagem. Será também estimulada a construção de moradias para setores de renda média.

O transporte urbano e suburbano de massas será privilegiado, seja através do apoio a iniciativas estaduais e municipais, seja pelo estímulo ao desenvolvimento de novas tecnologias e pelo financiamento das obras necessárias. A formulação e o gerenciamento dos projetos voltados para solucionar estes problemas contarão sempre com ampla participação popular.

O governo da Frente perseguirá também a desconcentração geográfica da riqueza e da produção, valorizando as cidades pequenas e médias, com investimentos e infra-estrutura e estímulos à geração de empregos nestas localidades, providências básicas para conter a metropolização predatória das grandes cidades.

1. Controle democrático da gestão dos recursos do FGTS e de todos os furos relacionados com o sistema financeiro da Habitação.

2. Organização imediata de uma agência social de habitação e de desenvolvimento urbano, de âmbito nacional, com administração descentralizada e mecanismos claros de controle democrático por parte da população organizada a nível local.

3. Modificação das normas gerais do IPTU no código tributário nacional de modo a viabilizar uma tributação progressiva.

XII. Por uma política externa soberana

O governo da Frente conduzirá suas iniciativas no plano internacional de acordo com uma política externa independente e soberana, sem alinhamentos automáticos, pautadas pelos princípios de autodeterminação dos povos, não-ingerência em assuntos internos de outros países e pelo estabelecimento de relações com governos e nações em busca da cooperação à base da plena igualdade de direitos e benefícios mútuos.

O governo da Frente mobilizará esforços para que o país ocupe no cenário internacional posição compatível com sua real dimensão econômico-social, geográfica, cultural. No âmbito da América Latina se empenhará pela aplicação de uma política de integração econômica e cultural, procurando viabilizar a criação de um Parlamento Latino-Americano, que renove as relações de solidariedade entre os povos da América Latina. Apoiará o Tratado de Tlatelolco e defenderá a criação de zonas de paz na América Latina.

O governo da Frente fará valer a importância da nação brasileira no cenário internacional visando a implantação de uma Nova Ordem Econômica Mundial, que liquide as relações de subordinação e dependência da maioria dos países em relação aos mais ricos.

Este governo terá uma política antiimperialista e prestará solidariedade irrestrita às lutas em defesa da autodeterminação e da soberania nacional, e a todos os movimentos em favor da luta dos trabalhadores pela democracia, pelo progresso social e pelo socialismo. O governo da Frente defenderá a luta dos povos oprimidos da América Latina e se posicionará contra qualquer ingerência e intervenção externas no Caribe. Dará apoio à luta do povo palestino pela criação de seu Estado independente, respeitando a existência do Estado de Israel. Não manterá relações comerciais, culturais ou de qualquer natureza (nem as estimulará direta ou indiretamente) com governos que pratiquem políticas racistas, como o regime do *Apartheid*. O novo governo apoiará as iniciativas sinceras em defesa da Paz e contra a corrida armamentista das grandes potências.

O governo da Frente assumirá a defesa irredutível do meio ambiente e da Amazônia, ao mesmo tempo que exigirá a nível internacional uma política conseqüente de proteção ao meio ambiente, principalmente por parte dos países mais industrializados e da ação de suas empresas multinacionais onde quer que atuem.

XIII. Defesa dos direitos e conquistas dos trabalhadores

O governo da Frente reafirma seu compromisso político fundamental com a classe trabalhadora, o que se expressa no seu programa e guiará sua ação. Os trabalhadores urbanos e rurais têm um papel primordial, não apenas como produtores da riqueza do país, mas também como cidadãos, de cujas lutas têm sempre dependido a ampliação da democracia e o progresso social.

O governo da Frente defenderá a liberdade de organização sindical, a autonomia das organizações de massa dos operários e camponeses. Defenderá o direito de greve, cabendo aos próprios trabalhadores decidirem quando exercê-lo e para quais objetivos. Procurará fiscalizar, em conjunto com as entidades sindicais, a aplicação dos direitos sociais constitucionais e das leis trabalhistas. O governo da Frente reconhecerá o direito de os trabalhadores participarem e controlarem a administração de fundos sociais e serviços como o FGTS e o INAMPS, a administração dos serviços públicos e do Estado, bem como a definição das prioridades econômicas e sociais do país.

Somente um governo em que os trabalhadores sejam reconhecidos nos seus direitos de participantes das decisões nacionais será um governo capaz de enfrentar os problemas sociais fundamentais, de lutar contra as desigualdades, a exploração e a

miséria. O governo da Frente, desta forma, estará comprometido com o futuro e a esperança.

Este é o nosso compromisso e o nosso convite. O Brasil nos pertence. Vamos tomá-lo de volta para nós e para nossos filhos. Só assim tornaremos este projeto real, fazendo com que se instale na mesa de cada família, se materialize, se transforme na escola de cada criança, vire a terra de cada trabalhador rural, apareça na segurança de todo pequeno produtor, se erga na realização do profissional especializado, se expresse na garantia ao aposentado de uma existência digna, se construa como emancipação das mulheres, igualdade entre as raças, sentido de vida para a juventude, esperança de uma Pátria para todos os brasileiros.

XIV. Ecologia e meio ambiente

Esta síntese é produto da reunião dos ecologistas do PT, no Instituto Cajamar, dias 3 e 4 de junho, e aborda cinco importantes temas nacionais.

1 — Questão agrária

O governo democrático-popular vai desenvolver um modelo agrícola adaptado às condições ambientais do país. Adotando-se um empreendimento abrangente do conceito de ambiente, isso significa uma agricultura que respeite as características do solo, clima, fauna, flora recursos hídricos, sociais, antropológicos e históricos de cada parte ou região do nosso território. Isso implica em fazer uma revisão crítica do atual modelo agrícola, que é baseado no modelo norte-americano e nos seus preceitos tecnológicos. A máxima e a melhor tecnologia será incentivada; devemos ter clareza de que a melhor tecnologia não é aquela que exige necessariamente mais energia e mais capital, mas sim aquela que é mais eficiente, consumindo menos recursos e respeitando o ambiente.

A reforma agrária ecológica é exigência fundamental e estratégica tanto da política agrícola como da política ambiental do governo popular e pressuposto das reformas estruturais que vai realizar. Entendemos como R.A.I. um conjunto de medidas, que inclua, além da redistribuição fluviária, uma política de financiamento e incentivo à produção voltada, em primeiro lugar, às necessidades do povo (comida, roupa, moradia, saúde etc.), a preservação ambiental, considerando os princípios do movimento brasileiro de agricultura alternativa, e priorizando as atividades associativas e cooperativas.

2 — Questão urbana

A política urbana deve ser definida em conjunto com um processo de política agrícola que tem por base a reforma agrária. Estabelecer mecanismos de controle do crescimento das cidades que tenha por base a hierarquia destas, com suas funções locais e regionais específicas, de forma a permitir uma melhor quali-

dade de vida para os trabalhadores, enfatizando o coletivo em relação ao individual e o cooperativo em relação ao competitivo, buscando desta maneira formas de romper com os padrões culturais da reprodução de capital.

A política urbana terá por objetivo enfatizar, do ponto de vista ecológico, soluções para as áreas de educação, saúde, alimentação, saneamento, reaproveitamento do lixo através da sua reciclagem e da produção do biogás a partir da matéria orgânica; o tratamento dos esgotos retomando a política nacional de saneamento básico com ênfase no tratamento dos efluentes industrial, hospitalar e doméstico, garantindo que os custos e a responsabilidade do seu tratamento seja assumido pelas fontes poluidoras; transportes — exigir melhoria do desempenho dos motores, redução da sua emissão de poluentes e priorizar a adoção de ônibus a gás ou elétricos; abastecimento de energia e habitação de acordo com os padrões climáticos brasileiros e poupadores de energia.

Dar início ao processo da reforma urbana democratizando os espaços vazios e dando aos mesmos um uso social compatível com a ampliação da qualidade de vida da população. Amplia. a oferta de áreas verdes e de lazer de acordo com as diretrizes da Organização Mundial de Saúde. Realizar a descentralização político-administrativa incentivando o poder popular localizado.

3 — Amazônia, Pantanal e Cerrado

A região Amazônica é palco de agressões ambientais e sociais de toda ordem, desde a implantação de grandes projetos agropecuários, energéticos, devastação das florestas, poluição dos rios, até a violência aos trabalhadores rurais e aos indígenas. Propomos a revisão de todos os projetos já implantados ou a implantar; criação de um modelo de desenvolvimento específico para cada região, criação de reservas extrativistas, reforma agrária e demarcação dos territórios indígenas.

Pantanal, uma das maiores reservas biológicas do mundo está ameaçada devido à devastação das matas, uso de agrotóxicos, mineração, a caça e a pesca predatória. Como medidas para solucionar esses problemas propomos o fim de todo o projeto agropecuário que não leve em conta as características ambientais da região: revisão da política de turismo e dos projetos industriais e rodoviários.

O Cerrado, um ecossistema com enorme diversidade, sofre a ocupação desordenada da agropecuária, com a implantação de monoculturas mecanizadas. Propomos a suspensão dos referidos projetos bem como dos seus incentivos fiscais; da monocultura e do desmatamento contínuo e a criação de reservas ecológicas, a proibição das queimadas e o incentivo à policultura.

4 — Litoral, Mata Atlântica e Zona Costeira

Mais da metade da população habita nestas regiões e ali se encontra a maior parte da produção industrial. Devido a isto

os problemas ambientais são graves e de todo o tipo. Propomos o redirecionamento da política de desenvolvimento; rígidos programas de controle ambiental; a criação de reservas e parques; com fiscalização adequada e a reorganização da atividade da pesca, fiscalizando a pesca industrial e incentivando a pesca artesanal.

5 — *Mineração e garimpagem*

Propomos a elaboração do Plano Nacional de Recursos Naturais incluindo perspectivas, possibilidades e limites para estas atividades. Propomos a revisão dos grandes projetos mineradores, desenvolvendo rígido controle ambiental nas áreas já atingidas. Restrição máxima às pesquisas da mineração nas áreas indígenas. Criação de reservas garimpeiras após estudos locais comprovando a ausência de danos ecológicos e econômicos. Não permitir a contaminação dos rios por mercúrio, sendo adotado caso a caso substitutos técnicos adaptados às necessidades de cada garimpo e região.

6 — *Agrotóxicos*

Além dos riscos à saúde humana o seu uso indiscriminado tem sérias implicações para o equilíbrio ambiental. Propomos constituir uma comissão técnica interministerial aberta à participação popular com o objetivo de rever todos os processos de licenciamento de importação, produção, comercialização e uso de agrotóxicos no país segundo a legislação ora ainda em vigor, em vários estados da União; responsabilização dos produtores e/ou comerciantes de agrotóxicos por todos os danos ambientais e aos trabalhadores rurais e consumidores que venham a ser atingidos.

VI ENCONTRO NACIONAL DO PT — SÃO PAULO, JUNHO DE 1989

POSFÁCIO

José Genoíno Neto

Um projeto socialista ainda em construção

I

Diretório PT-ES

Genericamente, na sociedade industrial moderna, os partidos políticos da ordem nascem e atuam fundamentalmente no terreno das instituições representativas do Estado. O seu modo de ser e a sua atuação política tem como referência e destino, *estar aí*, operando em algum dos aparatos do Estado. A forma como estes partidos se organizam e se estruturam já vem marcada por este objetivo interesseiro, o de conservar a funcionalidade do estado de coisas estabelecido. Ou no máximo, moldando as exigências de mudanças a um esquema de representações significativas que não abalem os alicerces das relações sociais determinadas pelo conservadorismo. Estes partidos mantêm uma relação com as massas populares essencialmente manipulatória, fazendo-as crer que a sociedade (e o Estado) só terá garantias de funcionamento se determinados limites não forem ultrapassados e se determinados esquemas funcionais forem mantidos. E não poucas vezes, a manipulação e a mentira são revestidas com discursos moralizantes para encobrir a sua descarnada hipocrisia. Mas cria-se, assim, uma determinada racionalidade, uma determinada lógica e uma determinada forma de representação do Estado e da sociedade nos indivíduos, onde o caráter contraditório, manipulatório, coercitivo e espoliativo do conjunto das instituições sociais adquire significados de coerência e de garantia de funcionalidade das instâncias econômicas, políticas e sociais.

Diferentemente, *os partidos da revolução social* devem nascer e desenvolver-se, fundamentalmente, no terreno da sociedade civil expressando uma síntese política, através da qual deve se manifestar o desejo e a vontade de mudanças dos vários movimentos instituídos da sociedade civil. O partido deve adquirir, assim, estatuto de corpo representativo das necessidades e carecimentos, das demandas, das vontades etc., existentes na sociedade, transformando-as, de movimentos pelas mudanças, em *projeto* político e social representativo do movimento pela revolução socialista.

Orientado por este *projeto,* o partido deve relacionar-se com a sociedade segundo este ponto de vista e atuar em todas as esferas, inclusive nas instituições representativas do Estado, segundo a norma ético-política demandada do conjunto dos valores contidos no projeto. As mediações necessárias do *fazer a política* não poderão esquivar-se desse balizamento normativo sob risco de degradar política e moralmente o próprio partido. O *projeto* é isto mesmo: norma regulativa da práxis, da ação; mas a ação, a atividade do partido, como fazeres humanos, não se confundem com a norma. Devem estar somente de acordo com a norma.

Esta distinção faz-se necessária, pois, é preciso elucidar a natureza da revolução já que muitos partidos, "socialistas e revolucionários", tornaram-se conservadores tanto na sua práxis como em relação aos movimentos no interior da sociedade civil. O *projeto* partidário e a práxis social devem encontrar-se numa relação dinâmica, pois em última instância, é o *fazer* humano o instituidor do social-histórico. É verdade que a práxis é e deve ser consciente e que deve ter como ponto de apoio o *projeto* como esquema operativo de fins e meios. Mas a práxis revolucionária realiza sempre uma ultrapassagem do preliminarmente estabelecido e é também por isso mesmo que ela é revolucionária. Esta ultrapassagem da práxis é a instituição do imaginário revolucionário que os sujeitos (individuais ou coletivos) instituem. Por isso, o partido, como um sujeito coletivo, deve estar teoricamente aberto para integrar os desdobramentos paralelos e autônomos entre teoria e prática, incrementando a consciência totalizante com os elementos novos que são instituídos social e historicamente.

Com isso, o partido torna-se um corpo representativo que é a cada momento instituído pelas novas ações e representações dos sujeitos. Daí que, o partido revolucionário é algo que nunca está pronto, é algo que deve ser sempre feito de novo, sendo instituído pela revolução do social e ao mesmo tempo instituindo-a. É este processo relacional e dinâmico o que institui a

revolução como um processo de surgimento de novas necessidades, de efetivação de novos direitos, de organização de novos movimentos e novas instituições da sociedade, de realização de novos valores etc. Com isso quero dizer que a natureza da revolução deve ser política, cultural e moral. A sua instituição é, em parte, movimento de realização de um projeto de luta socialista o qual vai efetivando novas formas de relações sociais e, em parte, é a práxis instituidora de relações sociais novas, ações e acontecimentos não previstos, até mesmo surpreendentes, que são a instituição do imaginário revolucionário dos sujeitos do *fazer* revolucionário. A revolução é o criar e o instituir novas substancialidades sociais, variadas, infinitas, porque ela é feita desta mesma essência: *indivíduos da sociedade civil*. O seu critério é a práxis ética comprometida com a realização dos valores do humanismo universal, da igualdade e liberdade universais.

II

Vejo na história *vivida* do PT e na sua experiência concreta esta combinação de realidade e imaginação suposta acima. O PT ao nascer como partido dos explorados, como partido da rebeldia social, como partido da luta pela dignidade, nasceu também como partido do sofrimento e da esperança, como partido da conquista aqui e agora de direitos sociais e como partido dos sonhos de uma nova sociedade futura, como o partido da luta e enfrentamento e como o partido da solidariedade, como partido de objetivos determinados e como partido de atitudes ousadas etc. A principal realização positiva do PT é a de que a sua experiência conseguiu romper parcialmente um dos traços principais da dominação burguesa no Brasil: o da "hegemonia passiva", isto é, a marginalização política das massas e sua manipulação, o domínio preponderante pela força e pela imposição. O PT, ao nascer enraizado nos movimentos da sociedade, representando-os politicamente e politizando-os, tornou-se um fator de mobilização desta mesma sociedade, um fator de instabilização social e uma força da contra-hegemonia. Ante a consciência adquirida, configurada e mobilizada em torno do PT, o Estado e a sociedade brasileira e as suas realidades específicas se apresentam como um "objeto" que deve ser violado, que deve ser transgredido e ultrapassado, pois é um "objeto" de crise, de geração de sofrimentos humanos e de insatisfação de toda a ordem.

Os setores dominantes no Brasil, no que diz respeito a perspectivas de organização do Estado e da sociedade, não se

propõem fins, porque não têm projetos. Se desenvolveram e atuam sob o signo da subordinação internacional. A sua forma de dominação consiste na utilização de meios que lhes permitam o lucro fácil, a acumulação rápida e a rapinagem do Estado e da sociedade. As novas exigências e reivindicações que nascem na sociedade, ou são ignoradas, ou são reprimidas pela força policial, ou são manipuladas em nome de "mudanças" que nunca ocorrem. Os mínimos direitos conquistados são violados pelo próprio poder constituído. Pedem aos trabalhadores que trabalhem mais e que ganhem menos para pagar os desperdícios e os roubos que se efetivam na esfera do chamado poder público. O "poder público" tornou-se o cartório do fisiologismo, da corrupção e do roubo. Se é verdade que toda a sociedade capitalista é conflitual, na sociedade brasileira este conflito sequer é regulado pela ordem capitalista. Aqui o conflito é epidérmico, arbitrário e inescrupulosamente exposto por aqueles que deveriam regulá-lo.

A substância rebelde que constitui o PT é feita deste conflito social, desta necessidade de contestar o regime e de transgredir a realidade estabelecida. O PT não pode conciliar com esta ordem, nem a ela moldar-se. No momento em que o fizer, ou conduzirá a enganos e fracassos aquelas demandas da sociedade ou será ultrapassado pelos movimentos instituintes da contestação. Se é verdade que o PT não pode atuar de fora mas no interior da sociedade e do Estado conflituais, deve fazê-lo de acordo com o *projeto* que pretende realizar. Mas é exatamente aqui, na combinação de *realidade* e *imaginação*, onde o PT padece de suas principais *limitações*. Em termos de realidade, o PT orienta-se demasiadamente pela "coisa" imediata que *está aí*. Pensa que a realidade que *está aí*, essa ordem e esse estado de coisas, representa determinadas "verdades" legítimas quando estas não passam de representações imaginárias fetichizadas embotando a própria capacidade criativa do partido. Por exemplo: pensar que a solução dos principais problemas do país consiste na execução de um programa que viabilize um funcionamento moderno da economia capitalista, em novas bases distributivistas, significa fazer o jogo das ilusões, pois secundariza a natureza social da crise e a radicalidade que as questões dos direitos e da democracia assumem numa formação social como a que temos aqui no Brasil. Estas questões só serão solucionadas no âmbito da luta social e política onde a conquista de posições de hegemonia deve combinar-se com medidas de força, de pressão social. A "coisa" que está aí estruturada em instituições da sociedade e do Estado cobra determinados compromissos ao PT,

determinadas aceitações, uma determinada atividade passiva no sentido da permanência do social-histórico já estabelecido.

E isto ocorre, talvez, porque o PT não tenha um *projeto* definido. O PT ainda tem um *projeto* vago, indefinido, de um socialismo genérico que não se sabe o que significa. O *projeto* deve ser entendido como a especificação definida das intenções e dos objetivos acerca do futuro. Por isso ele é elemento e norma da práxis que especifica o modo de conduzir-se das mediações necessárias na intenção e na atividade prática da transformação do real. Os *planos* táticos e os *programas*, como objetivos delimitados e provisórios que devem operar no interior do *projeto*, não encontrarão uma resolução satisfatória se o *projeto* não for definido. Por outro lado, se é verdade que o *projeto* não pode ser confundido com o atuar já de um "sujeito ético", ele deve servir como uma norma do conduzir-se moral do Partido, mesmo que o *projeto* expresse tão-somente a intenção de uma transformação real, possível, o que já é bastante. No atual momento histórico em que vive o PT, onde obtém vitórias eleitorais em importantes instâncias administrativas do Estado capitalista, onde disputa eleições presidenciais com chances reais de vitória e onde detém uma significativa representação política dos movimentos sociais, torna-se imperativo que ele defina o seu *projeto*. Caso contrário, a possibilidade de fracassar em seus planos táticos e em seus programas, torna-se muito mais presente na medida em que terá que atuar imerso em indefinições e ambigüidades de sentidos do que pretende representar e alcançar. Se pretendemos construir o PT como um partido revolucionário e socialista de massas, torna-se imperativo que definamos o seu *projeto* revolucionário e socialista.

III

A definição do *projeto* esbarra em outros dois níveis de problemas que devem ser equacionados cointegradamente com a própria definição do projeto. O primeiro — e talvez o mais fácil — é o problema dos relacionamentos internos. É publicamente sabido que o PT comporta várias correntes e tendências internas com matizes e origens ideológicas diversas. Verdade é que a vida partidária foi sedimentando determinados entendimentos e procedimentos comuns, mas ainda se manifestam visões teóricas, políticas e ideológicas muito distintas e com significativos resíduos de antagonismo. Mas esta coexistência de diversidades criou também uma cultura política nova e inovadora nas experiências de partidos de esquerda. Neste sentido, o PT se

constitui numa experiência específica na medida em que, por um lado, evitou o monolitismo político e ideológico dos partidos comunistas tradicionais e as suas conseqüências burocráticas e dogmáticas e, de outro, também não se conformou como uma frente difusa de organizações ou partidos como de certa forma é comum nos outros movimentos de esquerda na América Latina.

Esta combinação original de unidade e diversidade não deve interpor-se como elemento impeditivo na definição do *projeto* e este também não pode ser definido a partir de um acordo de conveniências entre as tendências do Partido. O caminho a ser percorrido é o da disputa pela hegemonia interna como meio legítimo de constituição da unidade partidária e de busca do consenso. A própria escolha desse método representa o reconhecimento da pluralidade das posições teóricas e ideológicas que lutam pelo socialismo. Esta pluralidade não só é atual, como sempre esteve presente na história do movimento socialista desde a sua origem. O trágico nessa história é que as correntes socialistas, de um modo geral, procuraram combater-se entre si como inimigas numa atitude destrutiva e totalitária respaldada no dogmatismo. A experiência do PT insinua uma história diferente: o respeito mútuo, o reconhecimento de todas as tendências como postulantes legítimas da idéia de socialismo, a instituição do debate racional como método de discussão e disputa e a busca do estabelecimento de concepções e valores comuns como critérios constitutivos de um projeto socialista comum. Mas para que isto se viabilize como perspectiva, é necessário que este relacionamento ético interno adquira estatuto de norma partidária e de prática realmente vivida entre os membros individuais e os grupos do Partido. Desta forma, o Partido deve estabelecer uma *legalidade* partidária interna eticamente compatível com a sociedade que quer construir. Assim, o Partido deve ser também uma representação inteligível de sentido normativo para a ação interna e externa (pública) de seus filiados, traduzindo já na práxis os conteúdos da nova sociedade e do novo Estado que pretende fundar e fundando-os (os conteúdos) constitutivamente como práxis aqui e agora.

O segundo problema — bem mais complexo — diz respeito ao próprio conteúdo do *projeto*, ou seja, o conteúdo do socialismo e a estratégia geral de sua construção. O conteúdo do projeto socialista do PT não poderá ser definido pelo receituário desta ou daquela corrente, mas deverá ter como pressuposto um amplo e profundo debate, que envolva as questões do Brasil, as experiências e tentativas internacionais e o próprio destino da humanidade. Certamente existem no PT algumas visões que têm todas as "verdades" especificadas desde há muito tempo em suas

bulas. Mas estas "verdades" se chocam imediatamente com a complexidade da vida, com a variedade de necessidades e exigências e com a multiplicidade de respostas possíveis referenciadas numa perspectiva socialista da história. A sociedade industrial moderna é uma sociedade profundamente instável e dinâmica. Os seres humanos e os movimentos sociais se propõem, a cada momento, questões novas, criam novos costumes, novas culturas, novas necessidades que exigem novas respostas e novas soluções.

Não será possível definir um *projeto socialista* sem uma avaliação profunda do movimento histórico que tentou constituí-lo e que resultou no chamado "socialismo real". Os impasses das sociedades soviética e chinesa e das sociedades pós-revolucionárias em geral, os dilemas enfrentados pelo movimento socialista nos países capitalistas avançados e o atraso material e cultural dos países periféricos, desafiam globalmente as capacidades teóricas e práticas do socialismo revolucionário. De qualquer forma, o "socialismo real" resultou em algo bem diferente do *humanismo socialista* suposto nos clássicos e utópicos. E mesmo formulações teóricas do marxismo encontram-se hoje contestadas ou insuficientes para dar conta de determinadas realidades. Só as brutalidades cometidas pelo stalinismo, posição que pretendeu ser a fiel intérprete dos clássicos, são suficientes para levantar suspeitas de que nem tudo o que reluz, no marxismo, é verdadeiro. Mas as insuficiências e erros teóricos e os descaminhos da prática, a meu ver, não são suficientes para que reneguemos o marxismo como principal referência teórica na definição do conteúdo do socialismo. Sem dogmas, devemos resgatar o que permanece válido no marxismo (e isso exige exame, discussão e elaboração), pois certamente Marx erigiu o maior sistema de filosofia socialista da história.

No entanto, duas conclusões já podem ser antecipadas: o *projeto socialista* do PT deverá ser radicalmente *democrático* e profundamente *ético*. Estes dois valores, Democracia e Ética, infelizmente, não ocuparam um lugar central nas elaborações teóricas do marxismo. Talvez resida aí, no não comparecimento prático desses dois valores nos movimentos socialistas, as causas fundamentais de suas crises. Democracia e Ética devem ser pressupostos da Liberdade e não haverá Socialismo sem Liberdade.

★★★

Que ninguém nunca mais ouse duvidar da capacidade de luta dos trabalhadores.

LULA, nas greves do ABC de 1979.

Fontes bibliográficas

ABRAMO, Cláudio. "O Partido dos Trabalhadores e os críticos da aliança". In: *Folha de S. Paulo*, 1.º-11-84, p. 4.

ABRAMO, Cláudio Weber. "Um suspeito Zé do Muro". In: *Folha de S. Paulo*, 10-10-85, p. 3.

ABRAMO, Perseu. *Uma contribuição para o debate: Parte I — Balanço eleitoral do PT; Parte II — Análise da nova conjuntura política.* São Paulo, novembro de 1986, mimeo., 36 p.

————. "Os caminhos para o socialismo". In: *Boletim Nacional do PT*, n.º 24, fevereiro de 1987.

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984).* Petrópolis, Vozes, 1984.

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho: confronto operário no ABC paulista — as greves de 1978/80.* São Paulo, Unicamp/Ensaio, 1988.

ARBEX, José. "Cresce a influência de Cuba no PT; dirigentes negam". In: *Folha de S. Paulo*, 24-12-87, p. A-7.

ARBIX, Glauco & CUNHA, Raimundo. *A respeito de uma discussão sobre as tendências do PT.* São Paulo, 15-5-86, 8 p.

————. "A relação Partido-Sindicato". *Cadernos de Debates*, n.º 1, São Paulo, Inca, 1988.

ASSIS, Isabel Cristina Marinho de. *A função educativa do partido político: um estudo da ação educativa do PT em Formosa (GO).* João Pessoa, Universidade Federal da Paraíba, 1984 (Tese de mestrado).

BARRICADA Internacional. Edição em português do Órgão Internacional da Frente Sandinista de Libertação Nacional, Rio de Janeiro.

BAVA, Sílvio Caccia; SADER, Eder & GARCIA, Marco Aurélio. *Preparar as respostas dos trabalhadores (Uma contribuição para a definição da nossa linha política).* São Paulo, junho de 1981, mimeo., 15 p.

BENEVIDES, Maria Victória. "O PT, o vampiro e as eleições". In: *Folha de S. Paulo*, 1.º-10-85, p. 3.

————. "A Constituinte e o vulcão adormecido". In: *Folha de S. Paulo*, 8-9-85, p. 3.

————. "Transição transada". In: *Folha de S. Paulo*, 30-11-84, p. 3.

BILHETES do João Fenador. Prefácio de Lula. São Paulo, Ed. Grafite, 1980, 75 p.

BITTAR, Jacó. "Quem tem medo da greve". In: *Folha de S. Paulo*, 22-05-89, p. A-3.

BOLETIM Nacional, Órgão da Comissão Executiva Nacional do Partido dos Trabalhadores. São Paulo.

BOLETIM Correspondência. Informações e análise de conjuntura internacional, sem vinculação partidária. São Paulo.

BRANT, Vinícius C. e D'INCAO, Maria Conceição. *Proposta de luta imediata sobre a questão agrária.* São Paulo, setembro de 1981, mimeo., 5 p.

CARVALHO Neto, Joviano S. de & MENEZES, Jaci. "A CONCLAT e a organização dos trabalhadores". In: *Cadernos de CEAS 89*, jan./fev. de 1984: 16-23.

CASOY, Boris. "Sindicalismo 'americano' divide movimento operário". In: *Folha de S. Paulo*, 20-8-87, p. A-23.

CENTRO Pastoral Vergueiro São Paulo — Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Popular. Sindical e Social.

CEMAP — Centro Mário Pedrosa, Centro de Documentação e Informação sobre o Movimento Popular, Sindical, Partidário e Socialista.
"CONSELHO Popular: uma experiência pioneira". In: *Informativo Municipal*, n.º especial, fev./mar. de 1987, Diadema, São Paulo.
CHAUI, Marilena. "Democracia e socialismo: participação do debate". In: Marilena Chaui, *Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas*. São Paulo, Moderna, 1981, p. 166-71.
————. *O que é ideologia*. São Paulo, Brasiliense, 1982.
————. CÂNDIDO, Antônio; ABRAMO, Lélia & MOSTAÇO, Edélcio *Política cultural*. Porto Alegre, Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, 1984.
CHAUI, Marilena. "Um convite ao debate político público". In: *Folha de S. Paulo*, 10-5-86, p. 55.
————. *Voto útil?*. Campinas, Núcleo do PT de Barão Geraldo, 1982, 50 p.
CUNHA, Luís Cláudio. "Perdão leitores". In: *O Estado de S. Paulo*, 24-11-88.
———— & TAVARES, Maria da Conceição. *A controvérsia do voto útil*. Rio de Janeiro. Instituto Wilson Pinheiro e Associação de Docentes da Universidade Santa Úrsula, outubro de 1982, 24 p.
————. "O PT e o Colégio Eleitoral". In: *Folha de S. Paulo*, 5-9-84, p. 2.
DALLARI, Dalmo. "PT: história de paixões". In: *Jornal LEIA*, 1987.
DALLARI, Pedro. (Org.) *Política municipal*. Porto Alegre, Mercado Aberto/Fundação Wilson Pinheiro, 1985.
DAMASCENO, Alberto e outros. *A Educação como ato político-partidário*. São Paulo, Cortez, 1988.
DANIEL, Celso. "Participação popular". In: Revista *Teoria e Debate*, n.º 2, março de 1988, p. 45-9.
DANTAS Jr., Altino. *Lula sem censura*. Petrópolis, Vozes, 1981.
DELGADO, Paulo. *A crise da transição*. Cuiabá, 1987, mimeo., 11 p.
————. *As três democratizações*. Cuiabá, 1987, mimeo., 10 p.
————. *Caminhar com as duas pernas*. Cuiabá, 1987, mimeo., 5 p.
————. "O Partido em movimento" BN, n.º 41, dez. 88-jan. 89.
"DEMORA na sanção da reforma ainda não preocupa o PT". In: *Folha de S. Paulo*, 16-12-79.
DIAP (Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar). *Quem foi quem na Constituinte nas questões de interesse dos trabalhadores*. São Paulo, Oboré/Cortez, 1988.
DIRCEU, José & POMAR, Vladimir. *Algumas considerações sobre as tendências organizadas no PT*. São Paulo, 1986, mimeo.
DUTRA, Olívio. *Considerações sobre as tendências do PT*. Porto Alegre, jan. de 1987, mimeo., 7 p.
FAGÁ, Marcelo. "Eleito constituinte, Lula afirma que a atuação parlamentar é importante". In: *Folha de S. Paulo*, 29-11-86, p. A-4.
FERNANDES, Florestan. "Os trabalhadores e a democracia". In: *Folha de S. Paulo*, 31-10-84, p. 3.
FERNANDES, Severino Dantas. "Sobre os caminhos para o socialismo". In: *Boletim Nacional do PT*, n.º 27, maio de 1987, p. 13.
————. "Os Conselhos Populares e o PT". In: *Folha de S. Paulo*, 16-12-88.
FIGUEIREDO, Samuel Mac Dowell de. "Os Conselhos Populares e o PT". In: *Folha de S. Paulo*, 9-12-1988.
FOLHA do Trabalhador. Jornal do Partido dos Trabalhadores, Rio Grande do Sul, fundado em 1988.

FRANCO, Augusto de. *O PT, as tendências e a luta interna.* Goiânia, maio de 1987, 88 p.
————. *Autonomia e partido revolucionário.* Goiânia, Ed. Ferramenta, 1985, 145 p.
FUNDAÇÃO Nativo da Natividade. São Paulo, Encarte, 24 p.
GADOTTI, Moacir. "Algumas propostas educacionais do Partido dos Trabalhadores".In: *Educação e Compromisso.* Campinas, Papirus, 1985, p. 77-81.
————. "O PT: abrindo caminho, caminhando". In: *Diário do Povo,* 24-2-80.
————. *A crise econômica e o pacto da burguesia,* 1982, mimeo., 2 p.
————. *O PT e a ação parlamentar,* 1982, 4 p.
————. "Uma educação livre, gratuita e criativa". In: *Boletim Nacional do PT,* n.° 17, março de 1986.
GARCIA, Marco Aurélio. "Unidade x diversidade". In: Encarte do *Boletim Nacional do PT,* n.° 18, maio de 1986.
GENOÍNO Neto, José. "A transição fardada". In: revista *Teoria e Debate,* ano I, n.° 1, São Paulo, dezembro de 1987, p. 2-5.
GENRO Filho, Adelmo. *Contra o socialismo legalista (resposta a Vladimir Pomar).* Florianópolis, Santa Catarina, maio de 1986, 10 p.
GOULART, Jefferson Oliveira. "Cansado de proselitismo". In: *Boletim Nacional do PT.* São Paulo, n.° 28, junho de 1987.
GUATTARI, Felix. *Felix Guattari entrevista Lula.* São Paulo, Brasiliense, 1982, 37 p.
GURGEL, Cláudio. *Estrelas e borboletas.* Rio de Janeiro, Papagaio, 1989, p. 152.
GUSHIKEN, Luiz. (Org.) *Garantia para os trabalhadores.* São Paulo, CEPASE — Centro de Pesquisas e Assessoria Sócio-Econômica, 1986.
———— & DIRCEU, José. *Os erros são muitos — Aonde estão os acertos? (Contribuição à discussão sobre as eleições dos metalúrgicos de São Paulo).* São Paulo, maio de 1987, mimeo., 9 p.
HOHLFELDT. "Olívio Dutra — um líder sindical". In: *Encontros com a Civilização Brasileira,* n.° 22, abril de 1980, p. 11-36.
INFORMATIVO Municipal. Órgão da Prefeitura do Município de Diadema, São Paulo.
INSTITUTO Cajamar. "A relação partido-sindicato". *Cadernos de Debates,* n.° 1, São Paulo, Inca, maio de 1988, 50 p.
————. *Relação partido/movimento popular/movimento sindical* e *Estado e movimentos populares.* São Paulo, Ed. Provisória, s. d., mimeo., 13 p.
————. *1917-1987: Socialismo em Debate.* São Paulo, Inca, 1989.
————. "Poder local e participação popular". *Cadernos de Debates,* n.° 2, 1989.
JORNAL de Fortaleza. Órgão de divulgação da Prefeitura de Fortaleza.
JORNAL do Brasil. Caderno B, Rio de Janeiro, 26-02-89.
JORNAL do Movimento Pró-Partido dos Trabalhadores. Boletim de Coordenação Regional, Rio Grande do Sul.
JORNAL dos Trabalhadores — Órgão da Direção Nacional do Partido dos Trabalhadores, São Paulo.
KECK, Margaret Elizabeth. *For Mouvement to Politic: the formation of the workers Party in Brazil.* Columbia University, 1986 (a ser publicado pela Ed. Ática).
LINHA Sindical do Partido dos Trabalhadores. Resoluções do Encontro Nacional Sindical do PT, Diadema, maio de 1985, 23 p.

LEITE Filho, Barreto. "Caráter do PT". In: *Folha de S. Paulo*, 3-3-85, p. 3.
LOURENÇO, Marisa. "Uma história pra contar". In: Encarte do *Boletim Nacional do PT*, n.° 18, maio de 1986.
"LULA condena educação elitista". In: *Folha de S. Paulo*, 23-10-82, p. 4.
MACHADO, João. "A esperança e seus desafios". In: *Teoria & Debate*, n.° 5, jan./fev. de 1989, p. 2-4.
MENEGUELLO, Rachel. *PT: A formação de um partido 1979-1982*. Paz e Terra, São Paulo, 1989.
MILHOMEM, Gumercindo. *Você na Constituinte*. Suplemento, Brasília, outubro de 1988, 16 p.
MITRA Arquidiocesana de São Paulo. *Brasil: nunca mais. Vol. III — O perfil dos atingidos*. Petrópolis, Vozes, 1987, 311 p.
MOISÉS, José Álvaro. *Transição, democracia e socialismo: o resgate da utopia*. São Paulo, janeiro de 1986, mimeo., 38 p.
———. *Lições de liberdade e opressão*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
———. "O PT e a democracia". In: *Folha de S. Paulo*, 13-12-80.
"MESA-redonda: a conjuntura e as alternativas do movimento popular". In: *Contraponto* 4:4 (jan./jun.): 5-52.
MOREL, Mário. *Lula, o metalúrgico: anatomia de uma liderança*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1981.
MOURA, Paulo Gabriel M. *O PT e o movimento ecológico*. São Paulo, junho de 1988, mimeo., 19 p.
"MOVIMENTO Operário, hoje", entrevistas coletivas. In: *Cara a Cara*, 1:2 (jul./dez.): 11-53.
NASCIMENTO, Cesar Augusto Oler do. *O PT e o Parlamento*, circ. interna, outubro de 1981, mimeo., 3 p.
NEUMANNE, José. *Erundina: a mulher que veio com a chuva*. Rio de Janeiro, Espaço e Tempo, 1989.
"NOVOS partidos políticos: as tendências das oposições". In: *Contraponto*, 3:3 (set. de 1978).
NÚCLEO de Estudos da Memória Popular do ABC. *O Grande ABC: a memória da prática cultural*. São Bernardo do Campo, Instituto Metodista de Ensino Superior, 1984.
OLIVEIRA, Elvira de. *Uma graúna no Ibirapuera: Luiza Erundina*. São Paulo, Busca Vida, 1988.
OLIVEIRA, Isabel Ribeiro de. *Trabalho e política: as origens do Partido dos Trabalhadores*. Petrópolis, Vozes, 1987, 144 p.
O Partido dos Trabalhadores chegou pra ficar. Comissão Provisória do PT no Rio de Janeiro, abril de 1981, 16 p.
"O PT é lançado em São Bernardo". In: *Folha de S. Paulo*, 14-10-79.
O PT e a Constituição. Comissão de Assuntos Constitucionais do DR/SP. Coordenador: José Álvaro Moisés. Membros: Marco A. Garcia, Teresa Lajolo, Alquimedes Andrade, Aldo Josías e Vicente Trevas, maio de 1988, 8 p.
"O QUE É o Partido dos Trabalhadores". In: *Cadernos do PT*. São Paulo, maio de 1986, 16 p.
"Os programas dos partidos políticos no Brasil". In: *Revista Vozes*, jan./fev. de 82, Petrópolis, p. 61-2.
PARTIDO dos Trabalhadores. (Diretório Nacional). Diretrizes para a elaboração do Programa de Governo, mimeo., São Paulo, abril de 1989.
———. *A nossa vez, a nossa voz*. Belo Horizonte, Movimento Pró-PT, 1981, 20 p.

———. *A posição do PT sobre a nova Constituição*, circ. interna, D. N., anexo 2, 07-08-88, 15 p.
———. *O PT na Constituinte*. São Paulo, vol. 10, outubro de 1988, 4 p.
Partido dos Trabalhadores. Secretaria Nacional. Revista *Terra e Poder*, n.º 1, maio de 1988.
———. "PT na Constituinte".
———. *Nova política de finanças: manual do militante*. Secretaria Nacional de Finanças, 1989.
———. Textos para Debate. Cadernos dos Grupos de Trabalho da Comissão Executiva Nacional.
———. *Discurso na Primeira Convenção Nacional*. Brasília, 27-09-81.
———. Comissão Executiva Nacional. *Projeto político do PT*. São Paulo, novembro de 1983, Suplemento Especial do Boletim Nacional do PT, 19 p.
———. *Plano Econômico Alternativo de Emergência*, PAG. (As saídas do PT para a crise), encarte da Secretaria de Comunicação do Diretório Nacional do PT, São Paulo, abril de 1989, 28 p.
———. Secretaria Sindical Nacional. *Convenção 87 da OIT*, São Paulo, Diretório Nacional do PT, maio de 1985, mimeo., 3 p.
———. (Diretório Nacional). *Plano de Ação de Governo*, (PAG). São Paulo, mimeo., 151 p.
———. *Boletim Nacional n.º 33*. Caderno das tendências, 1987.
———. *A mulher negra*. (Documento elaborado a partir do II Encontro Nacional "O PT e a questão racial". E. S. ago./88). São Paulo, 1988.
———. (Bancada Federal), *Convocatória do PT à Emenda Constitucional*, separata, Brasília, março de 1986, 1 p.
———. (Bancada Federal), *Emendas do PT ao Projeto de Sistematização*, separata, Brasília, outubro de 1988, 4 p.
———. (Bancada Federal), *Projeto de Constituição do PT*, separata, Brasília, 6 de maio de 1987, 4 p.
———. (Comissão Executiva Nacional), *Projeto Político do PT*, São Paulo, 20 de novembro de 1983 (encarte do Boletim Nacional n.º 2), 20 p.
———. (Comissão Nacional Provisória), *Carta de Princípios*, separata, São Paulo, 1979, 12 p.
———. (Comissão Nacional Provisória), *Declaração Política*, separata, São Paulo, 1980, 10 p.
———. *Discurso na Primeira Convenção Nacional*. Brasília, 27-09-81.
———. (Comissão Diretora Regional Provisória/SP), *Governe o Brasil — Entre para o PT*, material de divulgação, São Paulo, 8 p.
———. (Comissão Diretora Regional Provisória/SP), *Manifesto do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, 1 p.
———. (Comissão Diretora Regional Provisória/SP), *Programa do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, 1 p.
———. (Diretório Municipal do PT-SP), *Textos do IV Encontro Municipal do PT-SP*, São Paulo, 5, 6 e 7 de maio de 1989, 44 p.
———. (Diretório Nacional), *A mulher negra*, circ. interna, ago./88, mimeo., 20 p.
———. (Diretório Nacional), *Carta eleitoral*, I Encontro Nacional do PT, São Paulo, 1982, mimeo., 8 p.
———. (Diretório Nacional), *Regimento interno*, separata, São Paulo, 1984, 26 p.
———. *O PT e a Economia* — Projeto de Programa Econômico do PT: uma proposta para debate, suplemento especial do Jornal dos Trabalhadores, n.º 1, out./82, São Paulo, 24 p.

———. *O PT deve ter uma Política Cultural*, São Paulo, jan./82, mimeo., 4 p.
PEDROSA, Mário. *Sobre o PT*. São Paulo, Ched Editorial, 1980, 116 p.
PINHEIRO, Paulo Sergio. *Política e trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, 191 p.
PLATAFORMA da Articulação. *Uma proposta democrática, de massas e socialista para o PT*. São Paulo, maio/jun. de 1986, 37 p.
"PLENÁRIAS populares: as comunidades participam das decisões". In: *Jornal de Fortaleza*, ano II, n.º 5, junho de 1987, Fortaleza, RN.
POLESI, Alexandre. "Lula admite a luta armada para garantir o poder". In: *Folha de S. Paulo*, 29-12-85.
———. "PT já tem proposta de uma Constituição". In: *Folha de S. Paulo*, 30-3-86.
POMAR, Vladimir. "A universidade livre dos trabalhadores". In: *Boletim Nacional do PT*, n.º 28, São Paulo, julho de 1987.
———. "Do lodaçal das acusações mútuas à discussão política e ideológica". In: *Boletim Nacional do PT*, n.º 28, São Paulo, junho de 1987, p. 11-3.
———. *Nova conjuntura política*. D. N., Sorg, Anexo II, 23-11-1988.
PONT, Raul Anglada. *Da crítica ao populismo à construção do PT*. Porto Alegre, Siriema, 1985, 180 p.
———. Sobre as tendências do PT. Porto Alegre, jan. de 1987, mimeo., 8 p.
PONTUAL, Pedro. "A teoria da prática: discutindo algumas de nossas concepções e práticas de formação política". In: *Boletim Nacional do PT*, n.º 30, agosto de 1987.
PRADO, Wander Bueno de. "Nasce o Partido dos Trabalhadores". In: Encarte do *Boletim Nacional do PT*, n.º 18, maio de 1986.
"PREFEITURA estatiza transportes e povo gerencia serviços". In: *Informativo Municipal*, n.º especial, fev./mar. de 1987, Diadema, São Paulo.
PT na luta da Constituinte. Órgão informativo da Bancada do Partido dos Trabalhadores, Brasília, 1987-1988.
PT, PC do B, PSB, PV. *Os treze pontos da Frente Brasil Popular*. São Paulo, Secretaria Nacional de Comunicação do PT, maio de 1989.
PT-Amazonas. "Os trabalhadores e a Zona Franca". *Cadernos do PT*, n.º 2, 1982, 33 p.
PT Câmara. Boletim da Bancada do PT na Câmara Municipal de São Paulo.
PT-São Paulo. *Seminário de alternativas políticas — Proposta para um plano de Governo Estadual e para Constituinte*. São Paulo, março de 1986, 20 p.
RABELLO, Aldo. *No olho do furacão: Luiza Erundina, a campanha e a vitória*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1989.
RAINHO, Luís Flávio & BARGAS, Osvaldo Martines. *As lutas operárias e sindicais dos metalúrgicos em São Bernardo do Campo*. São Bernardo do Campo e Diadema, 1983.
"REFORMA Agrária Já". ABRA — Associação Brasileira de Reforma Agrária. *Cadernos do PT*. São Paulo.
REVISTA *Desvios*. São Paulo, ano I, n.º 1, novembro de 1982 (sem referência editorial).
REVISTA *Isto É/Senhor*, n.º 1007, janeiro de 1989, São Paulo, 130 p.
REVISTA *Teoria e Debate*. Revista trimestral do Diretório Regional do PT de São Paulo.

ROSSI, Clóvis. "O PT, o partido que mais cresce, enfrenta uma crise". In: *Folha de S. Paulo*, 14-10-84, p. 4.
SADER, Emir et alii. (Org.) *E agora PT? Caráter e identidade*, São Paulo, Brasiliense, 1986, 189 p.
SAMPAIO, Antonio Possidônio. *Lula e a greve dos peões*. São Paulo, Escrita, 1982, 135 p.
SAMPAIO, Plínio de Arruda. "Porque PT". In: *Folha de S. Paulo*, 23-5-81.
"SÃO BERNARDO: uma experiência de sindicalismo 'autêntico' — Entrevista com Luís Inácio da Silva". In: *Cara a Cara*, 1:2 (jul./dez. de 1978).
SCHINKE, Gert. *Eco-Política*. Cartilha n.° 1 de meio ambiente. Poá, São Paulo, mimeo., 12 p.
————. *O PT deve assumir a luta ecológica*. São Paulo, outubro de 1987.
SECRETARIA Agrária do PT. *O PT e o pequeno agricultor*. Porto Alegre, fevereiro de 1988, 19 p.
SEGALL, Maurício. "Luta armada ou via eleitoral, um falso dilema para o PT". In: *Folha de S. Paulo*, 25-8-86, p. 3.
SILVA, Antonio Ozai. *História das tendências no Brasil: origens opostas*. São Paulo, 1981.
SILVIA, Flávio Jorge Rodrigues da. "Os negros no PT: organizar e transformar". In: *Boletim Nacional do PT*, n.° 35, maio de 1988, p. 11.
SILVA, Luís Inácio Lula da. "O PT". In: *Folha de S. Paulo*, 19-2-85, p. 3.
SILVA, Luís Inácio Lula da. "Saudação de Lula". In: *II Encontro Estadual de Sindicalistas do PT-PE* (8 de agosto de 1987). São Bernardo do Campo, Secretaria Sindical Nacional, 1988, 17 p.
————. "Mobilização contra mobilização". In: *Folha de S. Paulo*, 23-2-88.
————. "A vontade do povo". In: *Folha de S. Paulo*, 25-4-88.
————. "Municipais urgente". In: *Folha de S. Paulo*, 18-4-88.
SINDICALISTAS de São Bernardo do Campo e Diadema. *Tese de Santo André*. Lins, São Paulo, 1980, mimeo., 2 p.
SINGER, Paul. "O PT e a sucessão presidencial". In: *Folha de S. Paulo*, 22-10-84, p. 3.
————. "A maldição operária". In: Encarte do *Boletim Nacional do PT*, n.° 18, maio de 1986.
————. "Logros, dilemas e impasses — O PT em São Paulo". In: *Folha de S. Paulo*, 16 de maio de 1989.
SOARES Filho, Luiz. *Canções da luta camponesa*. São Luiz, CENTRU, 1985.
SOUZA-LOBO, Elisabeth. "Uma classe de dois sexos". In: Encarte do *Boletim Nacional do PT*, n.° 18, maio de 1986.
SUPLICY, Eduardo Matarazzo. "Ao aprender com os oprimidos o PT ganha em dignidade". In: *Folha de S. Paulo*, 22-8-86, p. 3.
————. "Desperta São Paulo, chegou a hora do PT". In: *Folha de S. Paulo*, 12-6-86, p. 3.
TEIXEIRA, José Luiz. "Sindicalistas têm posições divergentes". In: *Folha de S. Paulo*, 14-10-79.
TIBÚRCIO, Carlos. "PT parte pras massas". In: Jornal *Em Tempo*, n.° 86, São Paulo, 18 de outubro de 1979, p. 7-10.
VÁRIOS autores. Teses nacionais: *A construção do PT*. São Paulo, abril de 1988, mimeo., 29 p.

———. *Política agrária.* São Paulo, Fund. Wilson Pinheiro/Mercado Aberto, 1985, 79 p.
———. *Política urbana.* São Paulo, Fund. Wilson Pinheiro/Mercado Aberto, 1985, 51 p.
———. *Política Cultural.* São Paulo, Fund. Wilson Pinheiro/Mercado Aberto, 1985.
VENTURA, Valter. "O PT e o marxismo". In: *Boletim Nacional do PT.* São Paulo, n.º 28, junho de 1987, p. 13.
VINHAS, Moisés. *O partidão: a luta por um partido de massas (1922-1974).* São Paulo, Hucitec, 1982, 268 p.
WEFFORT, Francisco C. "O PT na encruzilhada". In: *Folha de S. Paulo,* 14-12-84, p. 3.
———. "Política e economia, mesma urgência". In: *O Estado de S. Paulo,* 2-6-85, Suplemento Cultura, p. 1-3, ano 4, n.º 259.
———. "Sindicatos e política". Tese de livre-docência, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1981.
———. "PT: uma virada histórica". In: *Folha de S. Paulo,* Caderno A-3, 20-11-88.
ZANATTA, Carlos Eduardo. "A prática sem teoria". In: *Boletim Nacional do PT,* n.º 20, julho de 1986, p. 11-2.

FLORESTAN FERNANDES
LUÍS I. LULA DA SILVA
MOACIR GADOTTI
PAULO FREIRE
PAOLO NOSELLA
PERSEU ABRAMO
WOLFGANG LEO MAAR
entre outros

A EDUCAÇÃO COMO ATO POLÍTICO PARTIDÁRIO

O atraso educacional do país é reconhecido por todos. Refletindo essa realidade, a nova Constituição deu um atestado de incompetência ao sistema educacional brasileiro aprovando uma Disposição Transitória que propõe, no prazo máximo de dez anos, eliminar o analfabetismo e universalizar o ensino fundamental.

A educação é um problema político. Isso é o que todos reconhecem. Mas muitos ainda não a reconhecem como ato político partidário. Os partidos chegam assim ao poder sem nenhum programa educacional. Entregam essa tarefa, na última hora, a alguns especialistas.

Contra essa visão burguesa da educação, o Partido dos Trabalhadores tem sustentado outra tese: a da necessidade de o partido ser *educador-educando* e de se envolver profundamente com os problemas educacionais, apontar suas falhas e possíveis soluções. Essa é também uma tarefa partidária.

A educação como ato político partidário é uma obra coletiva que demonstra todo o percurso desenvolvido pelo PT. São subsídios e propostas do partido, úteis a todos os educadores, em particular neste momento em que estão sendo elaboradas as *novas bases e diretrizes da educação nacional.*

CORTEZ EDITORA

VIDA URBANA E GESTÃO DA POBREZA

ALDAÍZA SPOSATI

"Quase um século de história republicana mostrou, de fato, que a maior parte dos governos, sejam liberais, conservadores ou mesmo progressistas, não conseguiram enfrentar as necessidades das grandes reformas que a sociedade está a exigir. O livro que ora se publica diagnostica uma área onde essa necessidade tornou-se dramática: precisamente a área da fronteira da relação entre o Estado e os miseráveis que são produzidos pela sociedade. Trata-se, a meu juízo, de uma valiosa contribuição para se entender o muito que ainda há por fazer nessa área e o muito que ainda há por lutar, mesmo no terreno que se define como o das reformas."

José Álvaro Moisés

Assuntos tratados no livro:

Os pobres e a gestão da cidade de São Paulo. Assistência social e combate à pobreza. São Paulo dos três primeiros séculos: a assistência esmolada. São Paulo republicana: a assistência disciplinada. São Paulo e a evolução administrativa do município. Os serviços sociais municipais e a seletividade da pobreza. São Paulo: encargos sociais e interesses de classe. Anos 50: a presença das vilas. Os anos 60: o "humanismo obreirista". Os anos 70: a pobreza tecnificada. Início dos anos 80: os mais espoliados nas políticas municipais. Institucionalização dos serviços sociais municipais. O "bem-estar social" da prefeitura de São Paulo. 1951-1971: a instalação da burocracia de assistência social na prefeitura de São Paulo. 1971-1981: da poesia à subversão, a trajetória do reconhecimento da burocracia municipal de assistência social. Da geografia da assistência social à história da pobreza dos paulistanos.

CORTEZ EDITORA

LEIA TAMBÉM

OPÚSCULO HUMANITÁRIO

NÍSIA FLORESTA

Introdução e Notas de PEGGY SHARPE-VALADARES
Série Mulher Tempo, v. 1

"O *Opúsculo Humanitário* retorna à sua segunda edição nada menos que 136 anos depois de ter escandalizado as brasileiras e brasileiros dos tempos imperiais. Nele está contida, em sua forma mais elaborada, a tese de Nísia Floresta como educadora feminista e reformadora social. Indiscutivelmente também - descontado o encantamento romântico próprio de seu estilo, a sedução de que era possuído todo o romantismo brasileiro, privilegiadamente coevo de um país que construía, também de forma romântica, o seu sonho de independência - o arcabouço das idéias de Nísia Floresta será ainda um desafio à contemporaneidade nacional."

PEGGY SHARPE-VALADARES

O PROBLEMA NÃO ESTÁ NA MULHER

MOEMA VIEZZER

Série Mulher Tempo, v. 2

"O livro faz a abordagem de um tema que comumente não tem despertado o interesse dos movimentos de mulheres, como é o caso da atuação das mulheres do setor popular urbano nos Clubes da Mães, seus anseios e perspectivas.

Convidada para prefaciar esta publicação, senti-me muito prestigiada, pois a militância de base nas comunidades de bairros representou minha estréia na vida política.

Os depoimentos colhidos e analisados por Moema Viezzer têm a importante função de resgatar para o movimento de mulheres o papel histórico e revolucionário dessa militância, como contribuição para o processo de libertação da mulher. Demonstra como esse é um movimento transformador na medida em que desperta na mulher da classe popular, na dona-de-casa, a necessidade de mudanças sociais."

BENEDITA DA SILVA

CORTEZ EDITORA

Este livro foi impresso na
LIS GRÁFICA E EDITORA LTDA.
Rua Visconde de Parnaíba, 2.753 - Belenzinho
CEP 03045 - São Paulo - SP - Fone: 292-5666
com filmes fornecidos pelo editor

Existe o petismo?

Uma coisa é certa: o petismo existe e o Partido dos Trabalhadores é o seu profeta. Mas a partir daí explodem muitas dúvidas, que andam nas cabeças dos próprios petistas e que se colocam com a mesma agressividade que caracteriza a militância petista. Na realidade, o próprio relacionamento entre o PT e o petismo é apaixonado e agressivo, sem que fique bem claro se foi o petismo quem criou o PT ou se o contrário é que é verdadeiro, se é possível ser petista sem estar no PT ou se alguém pode pertencer ao PT sem ser petista. E tudo o que cerca essas questões e envolve as conseqüências que podem resultar das respostas é discutido com grande carga de afetividade pelos protagonistas.

Cada um quer ser mais autenticamente petista do que o outro, todos defendem ardorosamente seus pontos de vista a respeito do significado do petismo, da natureza do PT e de seu verdadeiro papel neste momento da vida brasileira. O fato é que todos "sentem" que são petistas e querem fazer do PT o veículo de suas idéias.

Essa "convergência na divergência", que é problema para os petistas, é problema ainda maior para os que são contra o PT. Um dado significativo é que ninguém se limita a ser contra, pois, assim como o petismo é uma paixão, o antipetismo é igualmente apaixonado. Mas como o PT é uma presença marcante, parecendo onipresente, ao mesmo tempo que a cada passo e em cada circunstância surge com uma aparência diferente, é extremamente difícil combatê-lo. E o que se tem visto é que as acusações, denúncias, armadilhas e agressões de muitas espécies, que são utilizadas com o propósito de enfraquecê-lo, acabam tendo efeito contrário, parecendo que o petismo se fortalece quando agredido.

Dalmo Dallari

Jornal *Leia*, agosto de 1986

ISBN 85-249-0207-8